UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

Memória, Propaganda e Oblívio

O caso do infante D. Pedro, duque de Coimbra

Francisco José Coelho de Sousa Ferreira da Silva

Orientadora:

Prof. Doutora Adelaide Victória Pereira Grandela Meira Serras

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Estudos de Cultura

2024

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

Memória, Propaganda e Oblívio

O caso do infante D. Pedro, duque de Coimbra

Francisco José Coelho de Sousa Ferreira da Silva

Orientadora: Prof. Doutora Adelaide Victória Pereira Grandela Meira Serras

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Estudos de Cultura

Júri

Presidente

- Doutor João Miguel Quaresma Mendes Dionísio, Professor Catedrático da Área de Literaturas, Artes e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Vogais

- Doutora Gabriela Gândara Terenas, Professora Catedrática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (1ª Arguente);

- Doutora Maria João Violante Branco, Professora Associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (2ª Arguente);

- Doutora Susana Paula de Magalhães Oliveira, Professora Auxiliar da Universidade Aberta;

- Doutora Maria Angélica Sousa Oliveira Varandas Cansado, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

- Doutora Maria Teresa Barbieri de Ataíde Malafaia, Professora Associada Aposentada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

- Doutora Adelaide Victória Pereira Grandela Meira Serras, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

2024

Agradecimentos

Elaborar uma tese de doutoramento é como uma longa viagem solitária, onde existem momentos de incerteza e até de descrença e outros de grande satisfação e mesmo de euforia. Os incentivos e apoios são, por isso, muito importantes.

Agradeço, em primeiro lugar, à Professora Doutora Adelaide Meira Serras pela total disponibilidade como orientadora, pelo saber e pelos conselhos que administrou de forma parcimoniosa. Agradeço-lhe igualmente as palavras de incentivo, assim como as críticas nos momentos certos, bem como o total apoio para superar as dúvidas e solucionar os problemas que surgiram ao longo do percurso.

Agradeço também ao Professor Doutor José Manuel Nieto Soria, catedrático de História Medieval da Universidade Complutense de Madrid, pelo apoio e conselhos, assim como pelos elementos bibliográficos que foram de grande importância na elaboração da tese.

Quero agradecer igualmente ao júri da prova intermédia e de qualificação que teceu considerações e emitiu sábios e úteis conselhos acerca do desenvolvimento do projecto de tese. Tal júri foi presidido pelo Professor Doutor Rodrigo Correia Furtado, da Faculdade de Letras de Lisboa, e constituído, ainda, pelas Professoras Doutoras Gabriela Gândara Terenas e Maria João Violante Branco, da Universidade Nova de Lisboa, e pelas Professoras Doutoras Teresa de Ataíde Malafaia, Sofia Ullan Frade e Adelaide Meira Serras, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Os agradecimentos são extensíveis ao Professor Doutor Nuno Valério, catedrático e coordenador científico do Gabinete de História Económica e Social do ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão, pela disponibilidade para iluminar e esclarecer as dúvidas e incertezas sobre a economia do Portugal medieval, bem como pelo apoio bibliográfico.

Um agradecimento ainda à Professora Doutora Maria de Lurdes Craveiro que, como directora do Museu Machado de Castro, em Coimbra, permitiu o acesso à "Lápide da Sapiência" que é, tanto quanto se sabe, o único vestígio material do tempo do infante D. Pedro. Agradecimento que é extensível ao Dr. Pedro Ferrão, responsável do mesmo museu pelas áreas da ourivesaria e da estatuária, que acompanhou e facilitou o acesso às

reservas do Museu e à referida “Lápide da Sapiência”, bem como aos elementos disponíveis sobre a peça.

Não posso esquecer Manuel Alegre, autor da maior obra poética sobre o infante D. Pedro, primeiro duque de Coimbra, por aceder a declamar, para a apresentação da tese, dois dos seus inúmeros poemas sobre o infante e, com isso, ajudar a “lavar a afronta” e a lutar “contra o esquecimento” de uma figura desaparecida há quase seiscentos anos.

Com a conclusão da tese terminou um período difícil, mas muito rico em descobertas bibliográficas, teóricas e interiores. Quero, por isso, agradecer à minha mulher pela voz amiga e pelo conselho acertado que sempre teve, bem como pela paciência para suportar os períodos de abandono a que foi, por vezes, votada para que pudesse ser trabalhada a memória do infante D. Pedro. O mesmo se aplica aos filhos e aos amigos de cujo convívio andei muito tempo arredado para levar o trabalho a bom porto.

Le Dromadaire, Raoul Dufy
Xilogravura sobre papel
Centre Pompidou, Paris.

Avec ses quatre dromadaires
Don Pedro d'Alfaroubeira
Courut le monde et l'admira.
Il fit ce que je voudrais faire
Si j'avais quatre dromadaires.
Apollinaire, 1911

Onde tudo é certo e claro,
onde são sempre ũas leis.
Príncipe no mundo raro!
Sobre tanto desamparo,
foram três seus filhos reis.
Sá de Miranda, 1595

Filho segundo del-Rei João primeiro,
tio, e sogro del-Rei Afonso quinto,
vês-me, em prémio do amor tão verdadeiro,
de pó cuberto, do meu sangue tinto.
D'ingratos morto, e em morte prisioneiro,
lê minha triste história, que não minto.
A fama dá de mim fé verdadeira;
do injusto e cruel ódio, Alferrobeira.
António Ferreira, 1598

COMO SANTO AGOSTINHO vou pelos campos
da memória. Pronuncio o nome de D. Pedro
e o que fica é o nome não a imagem

porque tudo na memória se contém
e tudo é a palavra que nomeia.
Digo D. Pedro e ao acerto eu digo quem

é o nome e mais que o nome tempo e História
e mais que tempo e História é a própria ideia.
Vou com D. Pedro pelos campos da memória.
Manuel Alegre, 2008

Resumo

Importa mais a forma como nos comportamos em vida ou como somos recordados depois da morte? Esta é uma questão fundamental neste estudo. Surgido numa época de transição do paradigma do feudalismo medieval para o do capitalismo comercial e do humanismo, o infante D. Pedro parece ter sido importante para a transformação de um pequeno reino rural, embora já desperto para os benefícios do mercado, mas sem possibilidade de expansão territorial, numa potência marítima ancorada no comércio e tendo como suporte os desenvolvimentos da ciência. Regente na menoridade do sobrinho, mais tarde, seu genro, a quem educou segundo os melhores princípios, foi, desde cedo, ostracizado pela nobreza que o viu como um corpo estranho ligado à burguesia e ao povo, pretendendo eliminá-lo. Como a história é escrita pelos vencedores, muitos acontecimentos e matérias importantes acabam por ser objecto de esquecimentos e omissões que podem moldar a memória do passado e passar às gerações seguintes formulações erradas sobre uma figura ou um período, não sendo de descurar a hipótese de propaganda deliberada ou de *damnatio memoriae.*

Alicerçados nos pressupostos teóricos dos estudos de memória, nomeadamente nos conceitos de memória cultural e memória colectiva (Ansgar Nünning & Astrid Erll, eds. *Cultural Memory Studies*, 2008), pretendemos analisar a cultura da primeira metade do século XV e o papel que pode ter desempenhado no avolumar do drama do infante D. Pedro. Teremos sempre presente que a cultura está intimamente relacionada com a memória, cuja dinâmica consiste na interacção contínua entre recordar e esquecer. Não pretendemos alimentar diferendos entre história e memória, porque compreendemos que a narrativa do passado não é imutável, sendo objecto de uma contínua reapreciação e reconstrução, e porque a forma de recordar e apreciar factos passados também está sujeita a diferenças, pelo que podem existir diferentes modos de recordar os mesmos eventos, sejam eles individuais ou colectivos. Propomo-nos, por isso, perscrutar os esconsos da memória colectiva, apoiando-nos em documentos coevos ou posteriores, sem esquecer os ambientes económico, climático, sísmico, social, sanitário e até artístico, tão importantes para reconstituir a *structure of feeling* de uma época (Williams, 1965, 64). Daremos igualmente atenção à *selective tradition*, que, apesar de limitativa, nos poderá permitir aceder a áreas rejeitadas do que foi outrora uma cultura vivida, tendo sempre presente que as selecções e rejeições fazem com que acabe por se perder uma parte significativa dessa cultura (Williams, 1965, 68).

Sabemos que, além de numerosas epístolas, entre as quais a conhecida Carta de Bruges, ao irmão D. Duarte, o infante D. Pedro escreveu, pelo menos em parte, o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*. Traduziu igualmente do latim várias obras clássicas, entre as quais o *De Officiis,* de Cícero, o *De Re Militari*, de Vegetius, o *De Regimine Principum*, de Giles de Roma e, provavelmente, o *Livro de Marco Polo*, que trouxera de Veneza. Aventurou-se igualmente no campo da poesia, que consideramos a voz da alma, chegando até nós apenas um poema, "Em Louvor de Juan de Mena", um consagrado poeta castelhano que lhe respondeu. Outra obra poética registada em documentos coevos, *Em Louvor da Cidade de Lisboa*, perdeu-se. No entanto, continua a ser frequentemente ignorado como intelectual da época. Uma parte importante de toda a investigação são as viagens, tanto reais como imaginárias. Entre 1425 e 1428, o infante viajou por vários países. De Portugal a Inglaterra, Flandres, Alemanha, Hungria, Veneza, Pádua, Florença, Roma, Aragão – onde conheceu a mulher que viria a ser sua esposa – e Castela. As viagens imaginárias descritas no *Livro do Infante Dom Pedro de Portugal que Andou as Sete Partidas do Mundo*, do também imaginário Goméz de Satisteban, estão na base da forma como hoje é conhecido: o infante das sete partidas.

Daremos atenção à propaganda que, embora não existisse com esse nome no tempo do infante D. Pedro, fazia sentir os seus efeitos e tinha como base teórica a retórica – um dos ramos do *Trivium* – sobretudo a *Retórica a Herénio*, inicialmente atribuída a Cícero, cuja autoria começou a ser posta em causa no século XV e ainda hoje não tem autor identificado. Escrito sob a forma de epístola, provavelmente no último século antes da era cristã, este tratado procura inculcar nos leitores a ideia das diferentes perspectivas pelas quais se pode encarar uma questão, seja pelo lado da acusação ou pelo da defesa, expondo aplicações e exemplos práticos. Explora, igualmente, o *ethos* do orador, que tem de ser honrado e respeitador dos costumes, afastando dele quaisquer vícios e atribuindo-lhe apenas virtudes, de forma a sustentar a persuasão perante o ouvinte. Este é o mais antigo manual retórico escrito em latim e uma das obras antigas de maior circulação na Idade Média. Destas ideias se serviram também outros membros da aristocracia ao longo dos séculos seguintes, sendo igualmente aproveitadas pela propaganda do Estado Novo. Em sentido oposto, escritores e poetas têm feito a apologia da figura e obra do infante, contrariando esse oblívio determinado.

Palavras-chave: cultura; memória; propaganda; ideologia; *damnatio memoriae*.

Abstract

How do we define ourselves: the way we behave in life or how we are remembered after death? This is a fundamental question in this study. Emerging at a time of transition from the medieval feudalism's paradigm to the commercial capitalist and humanist paradigm. Prince D. Pedro seems to have been important in the transformation of a small rural kingdom, although already awaken to the benefits of the market, but without the possibility of territorial expansion, into a maritime power anchored on commerce and supported by developments in science. Regent during the nonage of his nephew and, later son-in-law, whom he educated according to the best principles, he was, since early days, ostracized by the nobility, who saw him as an astranged figure linked to the bourgeoisie and the lower orders and thus intended to eliminate him. As history is written by the winners, many important events and issues end up being the object of forgetfulness and omission that may shape the memory of the past and pass on to the following generations biased reformulations about a figure or a period of time, without neglecting the hypothesis of deliberate propaganda or *damnatio memoriae*.

We intend to analyse the memories of the first half of the 15th century at the Portuguese court under the light of cultural, political, economic and social events as opposed to the historical record and the role they may have played in heightening the drama of Prince D. Pedro. The fourth son of João I and Filipa de Lencastre and second in line of succession, he was always in the shadow of his brothers and is, to this day, more famous for the four, or seven parts of the world through which he is supposed to have travelled than for his political and cultural legacy. Although "his peregrination had considerable impact on both himself and the subsequent course of Portuguese history" (Rodgers, 1961, 1) we know that he also wrote, at least in part, the *Livro da Virtuosa Benfeitoria* [the *Book of Virtuous Benefaction*], and other remarkable texts, such as the *Carta de Bruges* [*Letter from Bruges*], addressed to his brother D. Duarte. He also translated from Latin several classical works, including Cicero's *De Officiis*, Vegetius' *De Re Militari*, Giles of Rome´s *De Regimine Principum* and probably the *Book of Marco Polo*, which he had brought from Venice. Nevertheless, he is still often ignored as an intellectual of that time. An important part of the whole investigation are his journeys, both real and imagined. Between 1425 and 1428, the Prince visited various countries. From Portugal to England, Flanders, Germany, Hungary, Venice, Padua, Florence, Rome, Aragon – where he met the woman who would become his wife – and Castile. The imaginary journeys described

in the *Livro do Infante Dom Pedro de Portugal que Andou as Sete Partidas do Mundo [The Book of Prince D. Pedro of Portugal who Travelled accross the Seven Parts of the World[*, by the also imaginary Gómez de Santisteban, form the basis of how he is known today: the travelling Infant.

The medieval chronicles, especially the one by Rui de Pina about the reign of King D. Afonso V, allow us to follow the years of the regency of Prince D. Pedro and the events that led to his death in Alfarrobeira, as well as some of the strategies adopted to erase his memory. Curiously, some books from the Chancellery of King D. Afonso V relating to the years of the regency disappeared from the Torre do Tombo (national archive), which can be attributed to the 1755 earthquake and the consequential fires that consumed several libraries and countless official documents, but which can also make us think of a conspiracy to delete records of the Prince's governing action. Later works make possible to observe the analyses carried out, generally by academics, on the character and work of the first Duke of Coimbra, which are mostly propitious to him while others clearly aim to undervalue the man of culture and the humanist. Whatever the perspective, one must bear in mind that for the sake of the security and development of the kingdom, he was a politician, governing the country for eight years. This opposition between this two currents – one seeking to praise the achievements of someone who was ahead of his time, and the other to depreciate the figure and memory of the Prince – has crossed centuries and reached our time.

Based on the theoretical assumptions of memory studies, namely the concepts of cultural memory and collective memory (Ansgar Nünning & Astrid Erll, eds. *Cultural Memory Studies*, 2008), we intend to analyse the culture of the times and how it framed the dramatic denouement of Prince D. Pedro's life. We will always bear in mind that culture is closely related to memory, whose dynamics consist of the continuous interaction between remembering and forgetting. We do not intend to feed differences between history and cultural memory, because we understand that the narrative of the past is not immutable, but rather an object of a continuous reinterpretation and reconstruction, and because the way of remembering and appreciating past facts can also differ, there may also exist different ways of creating new memories. We propose, therefore, to seek into the recesses of collective memory the life and deeds of the Prince D. Pedro with the support of contemporary or later documents, without forgetting the economic, climatic, seismic, social, sanitary and artistic environments, so important to reconstitute the

‘structure of feeling’ of an era (Williams, 1965, 64). We will also pay attention to ‘selective tradition’, which, although restrictive, may allow us to access rejected areas of what was once a lived culture, bearing in mind that selections and rejections can cause the loss of a significant part of that culture (Williams, 1965, 68).

We will pay attention to propaganda which, although it didn't exist under that name in the time of Prince D. Pedro, had its effects and had its theoretical basis in rhetoric – one of the branches of the *Trivium* – especially the *Rhetorica ad Herennium*, initially attributed to Cicero, whose authorship began to be questioned in the 15th century and even today has no identified author. Written in the form of an epistle, probably in the last century before the Christian era, this treatise seeks to inculcate in readers the idea of the different perspectives from which an issue can be approached, whether from the prosecution or the defense, setting out practical applications and examples. It also explores the *ethos* of the orator, who must be honourable and respectful of then-current customs, removing from him any vices and attributing only virtues, in order to persuade the listeners. This is the oldest rhetorical manual written in Latin and one of the most widely circulated ancient works during the Middle Ages. These ideas were also used by other members of the aristocracy over the following centuries, and likewise utilised by the propaganda of the Estado Novo [Salazar’s regime].

Literature is a powerful element in trying to reconstruct someone's memory (Birgit Neumann, 2008, 333-343). Over the centuries which separate us from Prince D. Pedro’s death on 20 May 1449, many writers, in chronicles, historical analyses, reviews, anthologies or novels, have referred to his works and behaviour, either in a good or bad light. Curiously, there was one group that never, to our knowledge, tried to belittle him, always singing the praises of the first Duke of Coimbra. Poets began singing about Prince D. Pedro shortly after his death in Alfarrobeira, and have continued to do so until today. Some of the most notable names include one of the infant's sons, the Constable D. Pedro, Francisco Sá de Miranda, António Ferreira, considered the Portuguese Horace, Camões, the Castilian poet Luis de Góngora, Pedro A. Correia Garção, the Frenchman Guillaume Apollinaire, the Portuguese Fernando Pessoa and Sophia de Mello Breyner Andresen. However, the greatest poetic work about Prince D. Pedro belongs to a current writer, politician and poet: Manuel Alegre.

Key words: culture; memory; propaganda; ideology; *damnatio memoriae*

Abreviaturas, siglas e acrónimos

a.C. – Datação anterior à era cristã.

AEC – Atomic Energy Commission, dos EUA.

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

c. – *Circa*. Datação aproximada.

cód. – Códice. Considerado o precursor do livro, surgiu no início da era cristã e era produzido a partir de papiro ou pergaminhos usados. Com o tempo suplantou o rolo de papiro, sobretudo por permitir uma consulta mais rápida.

coord. – Coordenação/coordenador (es).

C.I.O. – Congress of Industrial Organizations. Federação de sindicatos industriais dos Estados Unidos e Canadá de 1935 a 1955, com conotação de esquerda, particularmente influenciada pela United Automobile Worker.

d.C. – Datação correspondente à era cristã. É equivalente à sigla inglesa A.D., que significa *Anno Domini* (ano do Senhor, por se referir a datas posteriores ao nascimento de Cristo).

ed. – Editor de uma publicação. No plural a grafia é: eds. Também pode significar edição e é acompanhada de um numeral (e.g. segunda, 3ª, etc.).

EUA – Estados Unidos da América.

FFS – Francisco Ferreira da Silva.

FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

fól. – Fólio, do latim *folium*. Os pares de páginas de um manuscrito constituem os seus fólios. Apenas o rosto dos fólios manuscritos recebia numeração, sendo a página posterior, ou verso, designada com a mesma numeração acompanhada de um *v*.

gav. – Gaveta. Designação utilizada em documentos da Torre do Tombo.

ICS – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

IEM – Instituto de Estudos Medievais. Por vezes é acompanhada pela sigla CLEGH, que significa Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos e Editora Caminhos Romanos. Estas organizações pertencem à Universidade Nova de Lisboa.

INE – Instituto Nacional de Estatística.

IPA – Institute for Propaganda Analysis. Criado em 1937 nos EUA, pretendia controlar a cada vez maior quantidade de propaganda que estava a diminuir a capacidade crítica da população para pensar de forma crítica. Funcionou até começarem a sugerir que aquele organismo criava mais cepticismo destrutivo que uma reflexão inteligente. Com a deflagração da II Guerra Mundial, o IPA propôs-se analisar a propaganda nazi, mas também tinha de analisar a propaganda norte-americana, o que gerou muitas divisões. Oficialmente acabou por falta de fundos devido à guerra.

ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão.

KKK – Ku Klux Klan. Movimentos nacionalistas, passados e actuais, de extrema-direita nos Estados Unidos, que defendem o racismo, a supremacia branca, são anti-imigração, anti-católicos e anti-judeus. No auge da organização, reuniam-se usando vestes brancas com capuzes cónicos pontiagudos que lhes ocultavam o rosto e cruzes de madeira a arder.

mç. – Maço. Usado sobretudo em relação à documentação da Torre do Tombo.

no. – Número, do latim *numero*.

OFM – Ordem dos Frades Menores, também conhecida como Ordem de São Francisco.

OMS – Organização Mundial da Saúde. WHO no acrónimo em inglês.

rs. – Abreviatura para réis, plural de real, a unidade monetária em Portugal de 1430 a 1911.

ULisboa – A Universidade de Lisboa é a maior universidade portuguesa e uma das maiores da Europa. Engloba 18 faculdades das mais diferentes áreas do conhecimento.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund, em inglês), é uma agência das Nações Unidas conhecida por ajudar crianças necessitadas de todo o mundo.

Índice geral

1 - Introdução e metodologia	**2**

1.1 – Cultura, memória e representação	**6**
1.2 – Memória cultural, política e ideológica	**15**
1.3 – Esquecimento e memórias encobridoras	**22**
1.4 – A arte do esquecimento	**26**
1.5 – Da escassez ao excesso de informação	**29**
1.6 – Esquecimento científico: Mnémosine e Lete	**34**
1.7 – A questão metodológica	**36**
1.8 – Memória e história	**39**
1.9 – Mnemohistória	**47**
1.10 – Paisagens culturais da memória	**50**
1.11 – Propaganda, persuasão e retórica	**53**
1.12 – Peças da propaganda	**59**
1.13 – Textos e autores ao longo dos séculos	**62**

2 – Economia, política e sociedade	**68**

2.1 – As crises dos séculos XIV e XV	**73**
2.2 – Demografia e sociedade	**81**
2.3 – Emissões e desvalorizações de moeda	**85**
2.4 – Judeus e mouros	**91**
2.5 – Influências políticas no Portugal de Quatrocentos	**98**
2.6 – A preponderância de D. Filipa de Lencastre	**103**
2.7 – A Ordem da Jarreteira e a Aliança Luso-Britânica	**110**
2.8 – Inovações medievais	**113**
2.9 – Penhoristas, mercados e feiras	**122**

2.10 – Organização jurídica: leis gerais e ordenações	**127**
2.11 – Cultura e ensino	**133**
2.12 – Obras clássicas e medievais	**141**
2.13 – As artes na Idade Média	**149**
2.14 – Torneios, danças e cantares	**155**

3 – As viagens medievais	**164**

3.1 – Viagens reais e imaginárias à Terra Santa	**168**
3.2 – Fontes inspiradoras de Santisteban	**174**
3.3 – A jornada europeia de D. Pedro	**179**
3.4 – O itinerário de regresso	**187**

4 - O homem e a sua obra	**199**

4.1 – Obras do infante D. Pedro	**203**
4.2 – Preocupação com a universidade	**208**
4.3 – Força, virtude primordial na Carta de Bruges	**209**
4.4 – Justiça e Temperança…	**211**
4.5 – …Prudência	**212**
4.6 – Ceuta e a questão económica	**213**
4.7 – Conselhos ao novo rei	**215**
4.8 – A poesia do infante	**218**
4.9 – Os filhos de D. Pedro e a cultura	**221**
4.10 – Língua portuguesa e nação	**226**
4.11 – A revolta da nobreza	**229**
4.12 – O senhorio de Ceuta e o infante ‘Santo’	**233**
4.13 – Um novo duque e o conde de Ourém	**238**
4.14 – 1447: ano de casamentos na família real	**243**

4.15 – A caminho de Alfarrobeira	**250**
4.16 – Cartas falsas e provocações gratuitas	**255**
4.17 – Homiziados no exército real	**262**
4.18 – Pacto de sangue	**264**
4.19 – Morte anunciada	**267**
4.20 – A peregrinação de um cadáver	**273**
4.21 – *Post mortem*	**278**

5 - O infante na literatura	**284**

5.1 – Médicos escritores: Montalvão Machado e Júlio Dantas	**291**
5.2 – A sanha de Dias Dinis e os *Monumenta Henricina*	**299**
5.3 – O mais recente ataque à memória de D. Pedro	**307**
5.4 – A construção da memória do duque de Coimbra	**310**
5.5 – Mitos e lendas	**317**
5.6 – Querelas cartográficas e representação teatral	**320**
5.7 – Poesia sobre D. Pedro	**329**
5.8 – O infante na poesia dos séculos XX e XXI	**338**

6 - Conclusões	**350**

6.1 – Textos culturais, textos colectivos e remediação	**367**

7 - Referências bibliográficas	**380**

7.1 – Obras do infante D. Pedro	**380**
7.2 – Textos sobre o infante e a sua época	**381**
7.3 – D. Filipa de Lencastre e os filhos de D. Pedro	**390**
7.4 – Jarreteira, Ala dos Namorados e Doze de Inglaterra	**391**
7.5 – Cultura, memória e metodologia	**391**

7.6 – Retórica e propaganda	**398**
7.7 – Economia, política e demografia	**398**
7.8 – Viagens, arte e literatura	**401**

Índice de quadros

Quadro 1 - População portuguesa através dos séculos	**76**
Quadro 2 – As idades	**81**
Quadro 3 – *Means of payment in Portugal around 1250*	**85**
Quadro 4 – Desvalorização da moeda portuguesa 1263-1460	**89**

Índice de figuras

Figura 1 – Três dimensões da memória cultural	**17**
Figura 2 – Duas utilizações do conceito de memória cultural	**19**

Nota:

Este trabalho foi escrito de acordo com a antiga ortografia e elaborado com base nas normas de citações e referências da APA – American Psychological Association.

Apêndices

1 – Padrão dos Descobrimentos
2 – Travessa do Jogo da Pela
3 – Viagem do infante D. Pedro 1425-1428
4 – Cronologia das navegações portuguesas 1415-1460
5 – Entrevista Manuel Alegre
6 – Homem do chapeirão, escultura dos Jerónimos e figura do Painel dos Cavaleiros no políptico de S. Vicente
7 – *Leal Souvenir*, de Jan van Eick, e homem do chapeirão no políptico de S. Vicente
8 – Figuras do políptico de S. Vicente e do Museu de Aveiro, possivelmente D. Pedro
9 – Figuras atribuídas ao infante D. Pedro

Anexos

1 – Carta do infante D. Pedro a D. Duarte a partir de Bruges, 1426
2 – D. Guiomar de Castro e D. Afonso V
3 – D. Guiomar de Castro e o infante D. Pedro
4 – Reais brancos e pretos
5 – Carta do regente D. Pedro a estabelecer um Estudo Geral em Coimbra
6 – Carta do marquês de Santillana ao condestável D. Pedro
7 – Retábulo das alegrias de Santa Maria
8 – Tríptico do infante D. Fernando
9 – Nossa Senhora com o Menino e anjos músicos, Álvaro Pires de Évora
10 – Homem do copo de vinho
11 – Livro de Horas de D. Duarte
12 – Livro de Horas de D. Manuel
13 – Batalha de Aljubarrota e casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre
14 – Carta de D. Duarte por altura da partida de D. Pedro para a Europa
15 – Partida do Bucentauro em Veneza
16 – Painel da Relíquia do políptico de S. Vicente
17 – *Pater Noster* - Livro dos Conselhos de D. Duarte
18 – Carta do infante D. Pedro ao irmão D. Duarte quando foi aclamado rei
19 – Conselho de D. Pedro sobre a guerra aos mouros de Bellamarin (Marrocos)
20 – Carta-patente do rei D. Afonso V - 15 de Setembro de 1448
21 – Carta do infante D. Pedro ao conde de Arraiolos – 30 de Dezembro de 1448
22 – Memorando de D. Afonso V ao rei de Castela e ao duque de Borgonha
23 – Legitimação de filhos de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa
24 – Torneio dos Doze de Inglaterra
25 – Lápide da Sapiência
26 – Selo medieval, insígnia e estátua da Sapiência da Universidade de Coimbra
27 – Figura da Sapiência à entrada da Porta Férrea da Universidade de Colimbra
28 – Paço de Tentúgal na actualidade (fachadas principal e de tardoz)
29 – Parte da fachada principal do paço de Tentúgal e celeiro do século XVI
30 – Fachada da capela do paço de Tentúgal e painel de azulejos alusivo a S. Miguel

Sous l'histoire, la mémoire et l'oubli.
Sous la mémoire et l'oubli, la vie.
Mais écrire la vie est une autre histoire.
Inachèvement.
(Paul Ricoeur, La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli, 2000)

1 - Introdução e metodologia

A reputação de uma pessoa é construída pelo que fez e pelo modo como se comportou durante a vida, ou pela forma como é recordada depois da morte? Será possível condicionar ou apagar, pelo menos em parte, a memória de alguém ao longo dos séculos? Pretendemos estudar a figura do infante D. Pedro, quarto filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre e segundo na linha de sucessão. As memórias da primeira metade do século XV na corte portuguesa à luz de acontecimentos culturais, políticos, económicos, sociais, geológicos e sanitários, por contraponto ao registo histórico, servem de guias nesta investigação. Relegado historicamente para a sombra dos irmãos – D. Henrique, D. Duarte e até D. Fernando –, é mais destacado pelas "sete partidas" pelas quais terá viajado do que pelo legado cultural e político. Impõe-se, por isso, uma partição dos temas a tratar. Em primeiro lugar a tentativa de *damnatio memoriae*[1] de que foi objecto o primeiro duque de Coimbra. Em seguida, os edifícios teóricos da cultura, da memória e do esquecimento, bem como os da persuasão e da propaganda, sem esquecer a exploração das metodologias a utilizar. Por outro lado, a análise daquela época em Portugal e do percurso do infante D. Pedro enquanto homem de cultura. Em segundo lugar, as consequências que tiveram as viagens, quer ao nível da formação intelectual e da maneira de encarar o mundo, quer no domínio das relações externas com outros monarcas e reinos europeus. Analisaremos ainda o tempo da regência e o que se lhe seguiu, bem como as vicissitudes por que o infante passou.

Investigaremos aquela época em Portugal e as consequências que advieram da 'Peste Negra' que atingiu a Europa do século XIV, matando cerca de 30 milhões de pessoas de um total da ordem dos 100 milhões, mas cujas sequelas se fizeram sentir durante os séculos seguintes – houve réplicas periódicas que atingiram, inclusive, a família real, com destaque para as mortes de D. Filipa de Lencastre, em 1415, e D. Duarte, em 1438. Também as guerras, em particular a chamada Guerra dos Cem Anos, entre França e Inglaterra que acabou por envolver, ainda que indirectamente, os restantes países europeus, onde Portugal e Castela não foram excepção – Portugal com a Aliança Inglesa

---

[1] "*Damnatio memoriae* is a modern term. It appears to have been first coined in 1689 as the title of a short dissertation published in Leipzig. It is used today to refer, in a collective and undifferentiated way, to a bundle of ancient Roman practices that were directed at convicted traitors, usually after their death. The term is a construct of the modern world and was never used in antiquity, the closest equivalents being the *memoria damnata* or *memoria accussare* of the jurists" (Omissi, 2016, 171).

e Castela com a ligação a França. Também o conflito, após a morte de D. Duarte, entre a viúva, a aragonesa D. Leonor, e o infante D. Pedro, provocou uma escalada da tensão entre Portugal e Aragão – D. Maria, uma irmã de D. Leonor era casada com D. Juan II, rei de Castela –, com os irmãos das duas rainhas a vislumbrarem uma hipótese de dominar a Ibéria, então designada Espanha. Além disso, em termos agrícolas, os confrontos armados significavam destruição de colheitas, mas também de meios, sobretudo animais, e semeavam o medo, o que motivou uma debandada dos campos para as cidades e, consequentemente, pobreza e carência alimentar. A repetição cíclica destes fenómenos provocou períodos de fome alternados ou coincidentes com outros períodos de peste.

O estudo debruça-se, ainda, sobre a questão metodológica para a análise do tema. Partimos do ensaio, mas é preciso, antes de mais, adaptar o método a cada momento da investigação. O exame dos acontecimentos far-se-á, essencialmente, pelo recurso a textos coevos, procurando reconstituir, na medida do possível, a memória daqueles tempos em Portugal, na península Ibérica e na Europa em geral. É uma tarefa ingrata, uma vez que não existe muita informação e não conseguimos ter a noção exacta das condições e dos elementos que influenciavam a vida e os comportamentos dos actores em análise. Além da cultura, da memória, da economia e da história, também serão perscrutados, pela importância que assumem, a propaganda, a persuasão e a retórica. Não podíamos, igualmente, deixar de analisar as influências políticas e económicas, os fenómenos naturais e os aspectos sanitários que enformaram a época. As obras do infante D. Pedro, como o *Tratado da Virtuosa Benfeitoria*, ou os poemas, de que apenas possuímos uma amostra; as inúmeras cartas que escreveu e que, em alguns casos, chegaram até nós: as traduções de latim que fez e mandou fazer, dão conta do interesse em tornar acessíveis obras clássicas que considerava importantes, como o *Livro dos Ofícios*, de Cícero, o *Compêndio da Arte Militar*, de Vegécio, o *Regimento dos Príncipes*, de Egídio Romano, e, pensa-se que também o *Livro de Marco Polo*, que trouxera de Veneza. Isto sem falar na preocupação com o ensino e na tentativa de implementar em Coimbra uma segunda universidade, além de Lisboa. No entanto, apesar da boa vontade, muitas das intenções e conselhos do duque de Coimbra ao irmão D. Duarte, não se concretizaram durante a regência.

Em relação às viagens do infante D. Pedro, existem interrogações. Não obstante ser, oficialmente, reconhecido o ano de 1425 como o da partida do infante, existem autores, como o abade de Castro e Oliveira Martins, que preferem situá-la, respectivamente, em

1416 e 1418. Além disso, existe ainda o opúsculo de Gómez de Santisteban que atribui ao infante um périplo imaginário pela corte do Preste João e pela Terra Santa (quem visitou Jerusalém e o Santo Sepulcro foi o meio-irmão D. Afonso, mas em 1406 ou 1408. Além disso, o filho deste, D. Afonso, conde de Ourém, foi, em 1435, em representação de Portugal, ao concílio de Basileia e, entre 1436 e 1438, visitou a Terra Santa), numa altura em que os livros de viagens estavam em voga. O livro, editado pela primeira vez em Sevilha no início do século XVI, presumivelmente em 1515, circulou por toda a Espanha e chegou à Europa, onde também foi apreciado. Francis Millet Rogers, professor de Harvard que estudou a história da expansão portuguesa, referenciou 113 edições genuínas (Rogers, 1962, ii). Já Francisco Leite de Faria identificou: "151 edições, 72 espanholas e 79 portuguesas" (Faria, 1964, 481).

Mas as incógnitas relativamente às viagens do infante D. Pedro não ficam por aqui. Como terá sido a viagem de D. Pedro por Inglaterra, Flandres, Alemanha e Hungria, onde ajudou o imperador Segismundo a combater os turcos otomanos? E como se desenrolou o regresso da Hungria, passando, primeiro, pela Marca de Treviso, depois por Veneza, onde o doge Francesco Foscari o recebeu principescamente e lhe terá oferecido o livro de Marco Polo? Como terá adquirido o mapa-múndi que também se diz ter trazido de Veneza? A partir do maior centro de comércio mundial do século XV, visitou Pádua e depois Florença e Roma, onde foi recebido pelo Papa Martinho V, que lhe terá concedido a unção e a coroação dos reis portugueses, e dali viajou para Barcelona. A passagem por terras da Catalunha está igualmente recheada de enigmas, uma vez que, depois de ter participado em festas, como a de Veneza, onde poderia ter escolhido entre as inúmeras damas presentes, foi designar a futura noiva entre as filhas do conde de Urgel, Jaime II, entretanto preso, com os títulos e bens confiscados. Os pormenores não são transparentes, como também não é claro o momento do casamento entre o infante D. Pedro e D. Isabel de Urgel. Além disso, o primogénito do casal – o condestável D. Pedro – nasceu em Granollers, um município da Catalunha, situado a cerca de 30 quilómetros a nordeste de Barcelona, em 1429, mas não se conhece o mês da ocorrência, pelo que se torna difícil situar a data efectiva do casamento.

A somar a tudo isto, o endividamento, as desvalorizações da moeda e a consequente instabilidade da economia, vieram introduzir entropia na conjuntura de um reino condenado a expandir-se pelo mar. As relações sociais inerentes à situação merecem igualmente atenção, até porque a nobreza patrocinava o espírito de cruzada contra os

"infiéis" e a conquista territorial em Marrocos, como acontecera em Ceuta, em 1415 e, ao invés, o infante D. Pedro defendia, com a burguesia que o apoiou na posse da regência, uma política de centralização do poder real e de descobrimento de novas paragens em África com relacionamento comercial, chegando a admitir a devolução de Ceuta para reaver, com vida, o infante D. Fernando. As divergências com a nobreza estiveram patentes desde o início da regência e chegou a formar-se um clã para eliminar o infante D. Pedro. Entre os conjurados estava D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa e cunhado do meio-irmão de D. Pedro, D. Afonso, conde de Barcelos. As zangas entre os irmãos quase evoluíram para conflitos armados por mais de uma vez. D. Afonso não se conformou, entre outras coisas, com o casamento do futuro rei D. Afonso V com a filha do infante D. Pedro. Pretendia antes um casamento com a sua neta. As relações entre ambos passaram por momentos muito difíceis, mas acabaram por melhorar, sobretudo após o acordo de Lamego, que devolveu o arcebispado de Lisboa a D. Pedro de Noronha e ainda mais depois da elevação do conde de Barcelos a duque de Bragança, em 1442. A estocada final surgiu, no entanto, em 1443, após a morte do condestável D. Diogo, filho do infante D. João, irmão do regente. D. Pedro nomeou o seu primogénito, com 14 anos e o mesmo nome, para o cargo que foi, acto contínuo, reclamado pelo conde Ourém, filho do duque de Bragança. A partir daí, as relações familiares azedaram e as situações de hostilidade sucederam-se até ao desfecho de Alfarrobeira.

A *damnatio memoriae* de D. Pedro teve diferentes momentos e gradações. Numa primeira fase, após Alfarrobeira, foi praticamente total, com D. Afonso V a ordenar a prisão, apreensão dos bens e despromoção social dos familiares directos e dos partidários do infante. O ponto alto desse ciclo foi o abandono do cadáver de D. Pedro durante três dias, no campo de Alfarrobeira, seguido do enterro, como um vulgar indigente, na igrejinha de Alverca. A segunda fase surgiu com o perdão real, em 1455, passando a assistir-se à regeneração do primeiro duque de Coimbra e dos seus filhos, em especial D. Pedro, que voltou a ser condestável do reino, assim como à trasladação, com honras de Estado, dos ossos do infante D. Pedro para o mosteiro da Batalha. Podemos, no entanto, constatar, através de obras escritas ao longo do tempo, mesmo durante o século XX, que o ódio ao infante D. Pedro se perpetuou entre partidários e seguidores da Casa de Bragança. Um ódio que se concretizou na tentativa de apagamento dos feitos do primeiro duque de Coimbra, quer ao nível político, quer cultural, passando, entre outras manobras, pela atribuição a outrem, neste caso ao infante D. Henrique, de todas as iniciativas de

descobrimento marítimo na costa de África e de povoamento das ilhas, da Madeira e dos Açores. Um ódio que contrasta com outras obras produzidas, também ao longo dos séculos, sobretudo por académicos, que têm enaltecido a memória do infante D. Pedro e a sua obra. Investigadores, como Nuno José Espinosa Gomes da Silva e Rui Ramos, atribuem mesmo ao Estado Novo a escolha do infante D. Henrique como cabeça de cartaz, em detrimento D. Pedro, para a política ideológica de enaltecimento dos antepassados e dos seus grandes feitos, assim como para a história dos descobrimentos portugueses.

O certo é que apesar de a estrela do infante D. Pedro ter perdido brilho em Portugal, após os conflitos com o rei e a morte em Alfarrobeira, continuou luminosa na Europa, onde os inimigos não conseguiam chegar. A influência da irmã, duquesa de Borgonha, ajudou a perpetuar a memória do infante, assim como os registos da passagem pela Europa Central. Também em Castela, para onde o talentoso e culto condestável D. Pedro fugiu na sequência da perseguição ao pai em Portugal, a memória do infante foi conservada nos meios poéticos, com os quais tinha muitos contactos, e também entre os cronistas, conforme refere Francis M. Rogers (Rogers, 1962, ix). No início do século XVI, numa altura em que germinava em Portugal e na Europa o sonho de uma Índia cristã liderada por um sacerdote-rei – o Preste João –, o andaluz Gómez de Santisteban (ou alguém que usou esse nome) resolveu dar à estampa o *Libro del Infante don Pedro de Portugal, el cual anduvo las quatro partidas del mundo* (mais tarde sete), que ajudou a perpetuar a memória do infante D. Pedro, sobretudo entre o povo. O autor dizia-se um dos doze companheiros de D. Pedro – tantos quanto os discípulos de Jesus –, que o acompanharam na aventura das viagens, num opúsculo que hoje poderíamos classificar como verdadeira literatura de cordel. Chegaram, no entanto, também ecos dessas 'viagens' de D. Pedro a grandes obras, como *D. Quixote de la Mancha* (1605-1615), de Miguel de Cervantes, *Delicias del Parnaso* (1643), de D. Luís de Góngora, *Le Monde Enchanté* (1843), de Ferdinand Denis, *Le Bestiaire ou Cortège d'Orphée* (1911), de Guillaume Apollinaire, e *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal* (1961), de Francis M. Rogers. Ainda hoje, o infante D. Pedro, filho de D. João I, é mais conhecido pelas "sete partidas" do que pela herança cultural ou pelo papel como político e governante.

1.1 – Cultura, memória e representação

'Cultura' é considerada uma das duas ou três palavras mais complexas na língua inglesa, afirma Terry Eagleton (2000, 1). O mesmo se pode dizer em relação à língua portuguesa, uma vez que o que está em causa é o conceito e esse viaja através dos tempos, dos espaços,

das línguas, assim como das disciplinas, como nos dão conta Mieke Bal (2002) e Birgit Neumann e Ansgar Nünning (2012). Para definirmos o conceito operacional de cultura em relação à investigação que nos propomos realizar é necessário estabelecer parâmetros essenciais. Assim, em nosso entender, cultura é uma prática significante que abrange língua, crenças, costumes e comportamentos sociais, património, história, memória, filosofia, literatura, pintura, música e demais artes, bem como valores ou significados partilhados por diferentes grupos de seres humanos. Também pode ser definida como uma prática de representação que abarca a descrição de um modo de vida particular e de realização de seres pensantes, independentemente do género, idade, etnia ou estrato sociocultural a que pertencem. Pode ainda caracterizar a forma de pensar de uma comunidade pelas práticas e pelos padrões de comportamento que esta desenvolve.

É igualmente importante salientar que a interpretação cultural permite identificar diferentes modos de visão do mundo e os respectivos sentidos de pertença. Isabel Capeloa Gil [2] refere que, ao contrário dos estudos culturais (*cultural studies*), de matriz sociológica e próximos da chamada escola de Birmingham – um campo plural de perspectivas de contestação que, através da produção de teoria, procura intervir na política cultural –, os estudos de cultura têm uma raiz antropológica e respeitam a alteridade nos espaços cultural e geográfico, aproximando-se mais das *Kulturwissenschaften* alemãs. No entender da investigadora, os estudos de cultura praticam a interdisciplinaridade, estabelecem diálogos transdisciplinares e avaliam os resultados da acção e das criações da mente humana no desenvolvimento das capacidades comunicativa e de leitura hermenêutica de símbolos, signos, sistemas, meios de comunicação e memória, assim como na compreensão intercultural (Gil, 2008, 141-147). A este propósito, também Teresa Cadete refere que, enquanto os estudos culturais, de raiz anglo-americana, "pretenderiam fornecer não apenas 'formas de pensar', mas igualmente 'estratégias de sobrevivência' e 'recursos de resistência'", as *Kulturwissenschaften* "insistiriam sobretudo na leitura hermenêutica de símbolos, signos, sistemas, meios de comunicação, memória, ou seja, mais numa tentativa de entendimento teórico do que de construção de uma matriz de acção política" (Cadete, 2002, 106).

Ainda sobre os estudos de cultura, Capeloa Gil acentua que "os estudos de memória

---

[2] Actual reitora da Universidade Católica Portuguesa.

têm-se revelado como área temática de particular interesse" e estrutura um caminho – caminho que levou ao desenvolvimento internacional dos estudos sobre memória, sobretudo a partir dos anos 80 do século XX –, que começa em Aby Warburg, E. Panofsky, F. Saxl, E. Wind e Frances Yates, estribados na herança das "teorias sociológicas sobre o enquadramento social da memória, de Maurice Halbwachs e dos seus seguidores (Pierre Nora)", assim como na "apreciação da psico-história de Michel Foucault" (Gil, 2008, 148).

Memória é a capacidade de recordar lugares, objectos, pessoas ou situações, mas para falar de memória devemos também pensar em esquecimento, como Aleida Assmann refere: "the dynamics of individual memory consists in a perpetual interaction between remembering and forgetting" (Assmann, 2008, 97). Sabemos que as memórias têm escalas e camadas, podem ser naturais e artificiais, individuais ou de grupo, comunidade ou país, sendo estas designadas como memórias colectivas. Maurice Halbwachs, na obra *La Mémoire Collective*, tratou as memórias colectivas como algo diferente da história, as primeiras resultam da intersecção das memórias de uma família, grupo ou sociedade, reconstituídas num preenchido painel – "tableau bien plus continu et plus dense" – e a segunda reconstrói o passado sob uma forma resumida e esquemática (Halbwachs, 1968, 37). Desde então, o conceito de memória colectiva tem sido utilizado em diferentes áreas, como a antropologia, filosofia, história, psicologia e sociologia.

Pierre Nora no artigo "Mémoire collective", publicado na obra *La Nouvelle Histoire*, defende: "l'histoire s'écrit désormais sous la pression des mémoires collectives" [qui cherche à] "compenser le déracinement historique du social et l'angoisse de l'avenir par la valorisation d'un passé qui n'était pas jusque-là vécu comme tel" (Nora, 1978, 400). O mesmo Nora define *Lieux de Mémoire* como: "toute unité significative, d'ordre matériel ou idéel, dont la volonté des hommes ou le travail du temps a fait un élément symbolique du patrimoine mémoriel d'une quelconque communauté" (Nora, 1992, vol. 3-1, 20). Diz até: "n'ést lieu de mémoire que si l'imagination l'investit d'une aura symbolique" (Nora, 1984, vol. 1, xxxiv). Salienta, no entanto, que os lugares de memória se referem à história colectiva e que, através deles, podem abordar-se as instituições, comunidades e organizações, os grandes órgãos do Estado ou as comunidades religiosas. E enumera museus, arquivos, cemitérios e colecções, festas, aniversários, tratados, processos-verbais, monumentos, santuários, associações, como:

"témoins *d'un autre* âge, *des illusions d'éternité*" (Nora, 1984, xxiv). Quanto à dicotomia entre memória e história, Nora sublinha o papel da aceleração no distanciamento entre ambas:

> Memoire, histoire: loin d'étre synonymes, nous prenons conscience que tout les oppose. La mémoire est la vie, toujours portée par des groupes vivants et à ce titre, elle est en évolution permanente, ouverte a la dialectique du souvenir et de l'amnésie, inconsciente de ses déformations successives, vulnérable à toutes les utilisations et manipulations, susceptible de longues latences et de soudaines revitalisations. L'histoire est la reconstruction toujours problématique et incomplete de ce qui n'est plus. La mémoire est un phénoméne toujours actuel, un lien vécu au présent éternel; l'histoire, une représentation du passé. […] La mémoire est un absolu et l'histoire ne connait que le relatif (Nora, 1984, xix).

Nora diz ainda: "*les lieux de mémoire sont des lieux d'histoire*" (Nora, 1984, xxxv). E faz alusão a três conceitos-chave da consciência contemporânea: "identité, mémoire, patrimoine", as três faces do que chama: "[le] nouveau continent culture", esclarecendo que são: "trois mots voisins, fortement connotés, chargés de sens multiples qui s'appellent et s'appuient les uns les autres" (Nora, 1992, vol. 3-1, 1010). Neste domínio, parece da mais elementar justiça referir o conceito de *structure of feeling*, assim descrito por Raymond Williams:

> Almost any formal description would be too crude to express this nevertheless quite distinct sense of a particular and native style. And if this is so, in a way of life we know intimately, it will surely be so when we ourselves are in the position of the visitor, the learner, the guest from a different generation: the position, in fact that we are all in, when we study any past period. Though it can be turned to trivial account, the fact of such a characteristic is neither trivial nor marginal; it feels quite central. The term I would suggest to describe it is structure of feeling: it is as firm and definite as 'structure' suggests, yet it operates in the most delicate and least tangible parts of our activity. In one sense, this structure of feeling is the culture of a period: it is the particular living result of all the elements in the general organization (Williams, 1965, 64).

Structure of feeling do passado sofre, no entanto, a limitação de uma outra realidade a que Williams também alude, a *selective tradition* que, em seu entender, cria, num primeiro nível: "general human culture", num outro nível: "the historical record of a particular society" e, num terceiro nível: "most difficult to accept and assess, a rejection of considerable areas of what was once a living culture" (Williams, 1965, 68). O que nos permite falar de selecções e rejeições que fazem com que uma parte significativa de uma dada cultura, vivida num determinado momento, acabe por se

perder. Ainda assim, enquanto investigadores, aspiramos a encontrar e decifrar, pelo menos uma parte, aparentemente desaparecida ou, pelo menos, encoberta, dessa cultura e dessa memória. Aleida Assmann depois de referir que é convicção crescente estar a cultura intrinsecamente relacionada com a memória, afirma que a dinâmica da memória consiste na interacção contínua entre recordar e esquecer e sublinha que a memória individual é muitíssimo selectiva, o mesmo acontecendo com a memória colectiva (Assmann, 2008, 97). A autora alemã considera que existem recordações e esquecimentos activos e passivos. O esquecimento activo está implícito em actos intencionais, como deitar fora ou destruir, e o esquecimento passivo implica actos não intencionais, como perder, esconder, dispensar, negligenciar, abandonar ou deixar para trás, casos em que os objectos não são destruídos, apenas saem do campo de atenção, avaliação e uso. Como o esquecimento, a recordação também tem um lado activo e outro lado passivo. Por isso, Aleida Assmann afirma que as instituições da memória activa preservam o passado como presente, enquanto as da memória passiva preservam o passado como passado. À primeira chama 'cânone', à segunda 'arquivo'. (Assmann, 2008, 98).

Quando falamos de cultura, a memória e os fenómenos linguísticos estão intimamente ligados. Os sistemas de linguagem e de representação e a forma como constroem significado foram objecto de estudo de Stuart Hall. Uma forma de pensar sobre cultura, diz, é em termos de mapas conceptuais e sistemas de linguagem partilhados, bem como dos códigos que governam as relações entre eles. Em "The Work of Representation", Hall identifica três abordagens para explicar como funciona a representação: 'Reflexiva', na qual a linguagem reflecte um significado, que já existe no mundo dos objetos, pessoas e acontecimentos; 'Intencional', na qual a linguagem significa o que o autor pretende que signifique; 'Construcionista' ou construtivista, na qual o significado é construído na linguagem e pela linguagem. Na obra *Representation: cultural representations and signifying practices*, refere que a abordagem construtivista foi a que teve maior impacto nos estudos culturais dos últimos anos e desdobra-a em abordagem semiótica e abordagem discursiva. Depois de definir de forma sintética representação como: "the production of the meaning of the concepts in our minds through language" (Hall, 2003, 17), concretiza o conceito:

> Representatíon is the production of meaning through language. In representation, constructioinists argue, we use signs, organized into languages of different kinds, to communicate meaningfully with others. Languages can use signs to symbolize, stand for or reference objects, people and events in the so-called 'real' world. But

> they can also reference imaginary things and fantasy worlds or abstract ideas which are not in any obvious sense part of our material world. There is no simple relationship of reflection, imitation or one-to-one correspondence between language and the real world. The world is not accurately or otherwise reflected in the mirror of language. Language does not work like a mirror. Meaning is produced within language, in and through various representational systems which, for convenience, we call 'languages'. Meaning is produced by the practice, the 'work', of representation. It is constructed through signifying – i.e. meaning producing – practices (Hall, 2003, 28).

Como a linguagem não funciona como um espelho do mundo, o significado é construído através de práticas de significação e produzido dentro de sistemas de representação a que chamamos linguagens. Mas Stuart Hall alerta-nos para o facto de os signos só poderem transmitir significado se possuirmos códigos que nos permitam traduzir os conceitos em linguagem e a linguagem em conceitos. Esses códigos são essenciais para o significado e a representação e não existem na natureza porque são resultado de convenções sociais.

Astrid Erll, também ela defensora de uma noção de cultura mais enraizada na tradição alemã dos estudos de cultura (*Kulturwissenschaften*), afirma: "one of Halbwachs's less felicitous legacies is the opposition between history and memory", uma vez que Halbwachs concebe a primeira: "as abstract, totalizing, and 'dead'" e a segunda: "as particular, meaningful, and 'lived'" (Erll, 2008, 6). Polaridade, como já vimos, retomada por Pierre Nora, que também distingue entre história e memória, posicionando, no meio, os *lieux de mémoire.* Para Astrid Erll, a abordagem da "history and/or/as memory" não é muito fecunda para as representações culturais do passado, o que faz com que seja: "a dead end in memory studies, and also one of its 'Achilles' heels" (Erll, 2008, 7). Por isso, sugere que se acabe com a oposição inútil entre história e memória a favor de uma noção de diferentes modos de lembrar na cultura:

> This approach proceeds from the basic insight that the past is not given, but must instead continually be re-constructed and re-presented. Thus, our memories (individual and collective) of past events can vary to a great degree. This holds true not only for what is remembered (facts, data), but also for how it is remembered, that is, for the quality and meaning the past assumes. As a result, there are different modes of remembering identical past events. […] Myth, religious memory, political history, trauma, family remembrance, or generational memory are different modes of referring to the past. Seen in this way, history is but yet another mode of cultural memory, and historiography its specific medium (Erll, 2008, 7).

Uma reflexão sem dúvida ponderada e sábia que nos deve guiar na interpretação cultural da memória e da história de tempos idos.

O estudo procurará centrar-se na memória da primeira metade do século XV, abrangendo os infantes da chamada 'Ínclita Geração' e a *damnatio memoriae* intentada contra D. Pedro pelo rei D. Afonso V, pela nobreza da época liderada pelo duque D. Afonso de Bragança e pelos seus descendentes. Este nobre, filho natural de D. João I, a quem, malgrado a riqueza e o poder que o elevaram, pelo casamento com a única filha de D. Nuno Álvares Pereira, à condição de segundo homem mais rico de Portugal, depois do rei, sempre reivindicou o facto de também ser filho de rei para conseguir levar por diante os intentos políticos de empoderamento da nobreza. O facto de ter conseguido, com o conde de Ourém, seu filho, influenciar o jovem rei D. Afonso V contra o tio e sogro, a que não foi alheia a aliança com o arcebispo de Lisboa, D, Pedro de Noronha, e a cooptação do infante D. Henrique para o grupo antagonista ao regente, a que não faltou a ajuda de um alcoviteiro, Martim Mendes (ou Mendez) de Berredo – um jovem nobre regressado da corte da Santa Sé, intrigava o rei contra o duque de Coimbra – , acabou por ser determinante na tentativa de oblívio de D. Pedro, quer física, pela morte em Alfarrobeira, quer espiritual e da memória, através do apagamento da do homem, do intelectual e do político (Leão, 1780, 166-167). Relegado historicamente para a sombra dos irmãos, D. Pedro é, de um modo geral, mais destacado pelas viagens do que pela acção governativa e pela actividade cultural. Apesar das obras escritas e traduzidas, continua a ser, mesmo no século XXI, quase ignorado como um intelectual do século XV. Os livros, como diz Pierre Nora, são lugares de memória, desde que cumpram os três sentidos da expressão: "matériel, symbolique et fonctionnel" (Nora, 1984, vol. 1, xxxiv). Também Birgit Neumann, em "The Literary Representation of Memory", refere:

> Literature is therefore never a simple reflection of pre-existing cultural discourses; rather, it proactively contributes to the negotiation of cultural memory. If one starts from the premise that literature is not a closed system, but a part of the principal meaning-making processes of a culture, interacting with other symbol systems, then an analysis of literary stagings of memory can provide information about a culture's predominant memorial concepts (Neumann, 2008, 335).

A mesma investigadora, faz alusão a lendas, mitos e outras histórias cuja autenticidade seja duvidosa mas que, em seu entender: "should thus be treated as cultural documents

in their own right as they shed light on what is actually remembered as a culture's past" (Neumann, 339), como é o caso do *Livro das Viagens do Infante D. Pedro, que andou as sete partidas do mundo*, de Goméz de Santisteban. Do mesmo modo, refere a poesia: "memory poetry is characterized by a pronounced heteroreferentiality and thus spurs a fictitious collective audience to recall fateful events of the shared past", especificando que, devido às métricas e rimas: "poems are particularly apt to affect and shape cultural memory." (Neumann, 340-341), como também veremos mais adiante. Assim sendo, Birgit Neumann entende que a literatura: "as a part of the prevailing processes of creating memory, is endowed with a (memory) cultural effectiveness and can contribute to a new perspectivization of extra-textual orders of knowledge and hierarchies of values". Razão pela qual afirma que os conceitos de memória, encenados dentro do meio ficcional, podem influenciar a cultura de memória extraliterária: "given that they are also actualized by the recipients. Thus, these concepts can influence the creation and reflection of individual as well as collective images of the past" (Neumann, 341).

Impõe-se, por isso, delimitar o *corpus* do estudo e analisar, como fontes primárias, as obras da autoria do infante D. Pedro ou as traduções por ele encomendadas, os cargos, benefícios e contactos que teve aquando das viagens pela Europa de então e as decisões que tomou enquanto regente. Mas também as fontes secundárias, ou seja, as análises, os estudos e os relatos sobre a época e a memória nacional, assim como os seus protagonistas, quer os que lhe são favoráveis, quer os que lhe são desfavoráveis, bem como a correspondência que trocou. Epístolas conhecidas, como a 'Carta de Bruges' ao irmão D. Duarte, em 1426, ou a que escreveu em 1433, também a D. Duarte, quando este assumiu o trono, bem com outras que possam ter sido trocadas com a família inglesa ou outros princípes europeus. O objectivo último é esclarecer as razões que motivaram a *damnatio memoriae*. Tal expressão só foi cunhada no século XVII, sendo por isso neoclássica, mas é comummente aplicada a episódios da antiga Roma. É usada para referir, de forma indiferenciada, práticas antigas dirigidas a 'traidores' condenados, geralmente após a morte, como foi o caso de inúmeros imperadores, entre os quais Calígula e Nero, talvez os mais conhecidos, assim como de senadores e aristocratas. Também na Idade Média, o poema épico *Beowulf*, composto entre meados do século VII e o final do século X, numa linguagem designada como 'Old English', se refere à determinação de Wiglaf condenar ao esquecimento os traidores do defunto rei (*Beowulf*, 2022, 233). O mesmo expediente foi utilizado mais recentemente por

alguns regimes totalitários para apagar figuras caídas em desgraça, designadamente em fotos e documentos oficiais. O castigo raramente é formal, razão pela qual não existem registos, mas, em termos de punição, é considerado pior do que a morte. Na Idade Média não são descritos muitos episódios, embora, naturalmente, existam, aplicando-se, tipicamente, ao caso do infante D. Pedro, duque de Coimbra. Em termos literários, tudo começa com as crónicas de Gomes Eanes de Zurara, que sucede a Fernão Lopes como guarda-mor da Torre do Tombo, em 1454, e de então em diante compôs diversas obras, entre as quais a *Crónica da Tomada de Ceuta* (1450) e a *Crónica dos Feitos da Guiné* (1453), que José de Bragança aventa a possibilidade de ter sido "plagiada" de um outro texto, produzido anteriormente por Afonso de Cerveira, presente na tomada de Ceuta e que teria sido cronista do infante D. Pedro (Bragança, 1973, xlii).

O apagamento da memória de alguém está também intimamente ligado à propaganda, não à propaganda vulgarmente associada à actividade comercial, ou publicidade, porque não visa um lucro financeiro, mas à que é, geralmente, utilizada por forças políticas e/ou religiosas ou ainda pelas relações-públicas para incrementar ideias e causas. Jowett e O'Donnell, em *Propaganda and Persuasion*, afirmam: "propaganda is the deliberate, systematic attempt to shape perceptions, manipulate cognitions, and direct behavior to achieve a response that furthers the desired intent of the propagandist" (Jowett & O'Donnell, 2012, 7). A propaganda, palavra oriunda do latim *propagare* – 'propagar' ou 'semear' –, pode ser veiculada através de discursos, textos, notícias, filmes, pinturas, desenhos, músicas, literatura, edifícios, moedas, notas ou outros. Tem por objectivo comunicar uma intenção e é, por isso, uma classe específica de comunicação. Pode influenciar a opinião pública, assim como a mudança de mentalidades, atitudes ou comportamentos. Desconhecida enquanto tal no século XV, a propaganda era veiculada através dos princípios e objectivos da retórica, que circulavam na Europa medieval. O que se pretende determinar é se existiram, ou não, manobras propagandísticas e de persuasão com o objectivo de apagar a memória do infante D. Pedro, duque de Coimbra, no Portugal do século XV e que, desde então, influenciaram a visão e o conhecimento sobre os homens daquela época e a sua obra.

Além da 'usurpação' do poder, D. Pedro é 'julgado' pelo amor ao reino, pelo casamento, que os seus inimigos não admitem que possa ter sido por amor, e pela amizade com D. Álvaro Vaz de Almada, *fratres in armis* até à morte. Ainda assim, o vulto do infante D. Pedro afigura-se-nos como determinante para o desenvolvimento

de um reino na encruzilhada entre ser um estado endividado e sem grandes perspectivas de futuro – um agente colonizador sem meios, económicos e humanos, para garantir a conquista e estabilidade dos novos territórios –, ou uma potência marítima ancorada no comércio e tendo como suporte os desenvolvimentos da ciência. Com defeitos e virtudes inegáveis, o regente entre 1439 e 1448, mesmo travado pelas condicionantes territoriais e humanas e o peso das dívidas acumuladas, pelas pressões internas e externas, aliadas ao sentido ético de lealdade cavaleiresca para com a família e o reino, conseguiu manter acesa a chama da aventura e da descoberta que lhe norteou a vida e haveria de ser continuada pelo neto D. João II. Importa, por isso, aprofundar o conhecimento e as motivações da *damnatio memoriae* de que foi alvo o primeiro duque de Coimbra, cujos efeitos chegaram aos nossos dias.

1.2 - Memória cultural, política e ideológica

Editora de *Cultural Memory Studies - An International and Interdisciplinary Handbook*, Astrid Erll explica que a memória cultural não é objecto de uma única disciplina, mas um fenómeno transdisciplinar e que esse é o segredo do sucesso – "an even more intensified dialogue among disciplines will help uncover the manifold intersections of memory and culture" –, acrescentando que, no entanto, isso requer um tratamento muito sensível da terminologia e uma discriminação cuidadosa dos conceitos em apreço: "of the specific disciplinary uses of certain concepts and of their literal, metaphorical, or metonymical implications" (Erll, 2008, 3). Razão pela qual sugere como definição provisória de memória cultural: "the interplay of present and past in socio-cultural contexts" (Erll, 2008, 2) e sublinha a transcendência de fronteiras nos estudos culturais de memória:

> According to anthropological and semiotic theories, culture can be seen as a three-dimensional framework, comprising social (people, social relations, institutions), material (artifacts and media), and mental aspects (culturally defined ways of thinking, mentalities) […]. Understood in this way, "cultural memory" can serve as an umbrella term which comprises "social memory" (the starting point for memory research in the social sciences), "material or medial memory" (the focus of interest in literary and media studies), and "mental or cognitive memory" (the field of expertise in psychology and the neurosciences) (Erll, 2008, 4).

Do ponto de vista semiótico, a investigadora alemã de literaturas e culturas anglófonas, entende a cultura como o resultado da dimensão diacrónica das semioses. Em *Memory*

in Culture, de 2011, afirma que a condição para o desenvolvimento e a viabilidade da cultura nesta compreensão é o efeito duradouro dos códigos e dos "textos" (artefactos culturais). Refere-se, em seguida, a Roland Posner, cuja teoria da cultura integra perspectivas antropológicas e semióticas, concebendo a cultura como um sistema de signos que possui três dimensões:

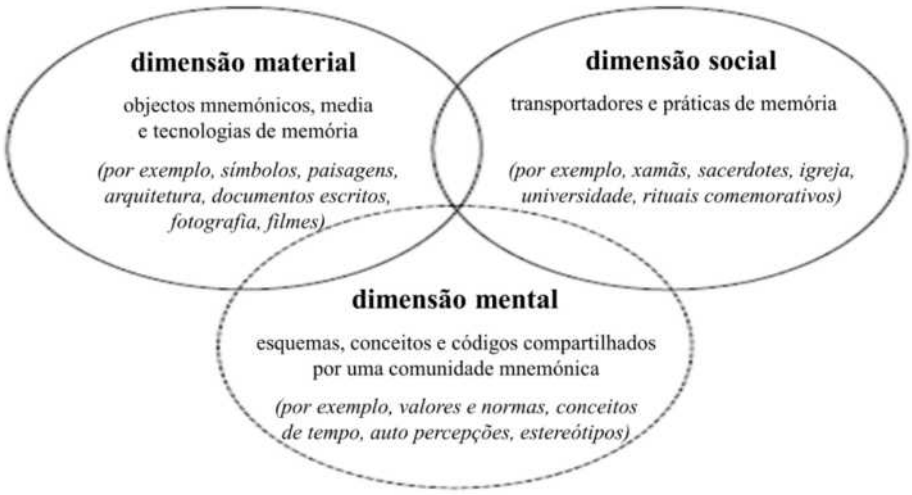
> Anthropology distinguishes between social, material, and mental culture, and semiotics systematically connects these three areas in the way it defines a social culture as a structured set of users of signs (individuals, institutions, society); the material culture as a set of texts (civilization); and mental culture as a set of codes. (Posner and Schmauks 2004, 364).

As três dimensões da cultura postuladas pela semiótica cultural estão dinamicamente inter-relacionadas, uma vez que os utilizadores de "signos" (dimensão social) dependem de "códigos" (dimensão mental) se quiserem compreender "textos" (dimensão material). Numa formação cultural específica, afirma: "codes manifest themselves in social interaction as well as in media and other artefacts; and at the same time, it is here that culture is continually created anew" (Erll, 2011, 102). Para a investigadora, é útil distinguir entre diferentes dimensões – material, social e mental – quando se considera a cultura da memória. "Positing such a three-dimensionality of memory culture is especially helpful in light of the disparity of the field of memory studies", sublinha, porque é onde: "representatives of individual disciplines tend to focus on one of these three dimensions and render it in terms of absolutes" (Erll, 102). Todas contribuem para os estudos de memória cultural e a fixação na "memória material", na "memória social" ou na "memória mental" pode esconder a complexidade dos processos culturais. É somente através da interacção constante, processual e dinâmica das três dimensões que a memória cultural é produzida (Ver figura 1):

> - **The material dimension** of memory culture is constituted by mnemonic artefacts, media, and technologies of memory, ranging from symbols and landscapes to architecture and books to film and photography.
>
> - To **the social dimension** of memory culture belong mnemonic practices and the carriers of memory: commemorative rituals; forms of production, storage, and recall of cultural knowledge; and the persons and social institutions involved in these processes.
>
> - **The mental dimension** of memory culture, finally, includes all the shared schemata, concepts, and codes which enable and shape collective remembering through symbolic mediation, as well as all the effects that the activity of

remembering has on the mental dispositions predominant in a community – such as ideas about time and history, values and norms, self-perceptions and the perception of others (Erll, 103).

Figura 1 – Três dimensões da memória cultural



Adaptado por F.F.S. de Erll, A. (2011). "Memory and Culture: A Semiotic Model", in *Memory in Culture*, p. 103, Figure IV.2. New York: Palgrave Macmillan.

A memória cultural, a recordação colectiva ou o esquecimento social são metáforas – como tem sido repetidamente enfatizado (seja como uma censura ou como uma justificação para as abordagens da memória nos estudos culturais). São modelos cognitivos linguísticos com valor heurístico, como Harald Weinrich apontou já em 1976: "não podemos conceber um objeto como a memória sem metáforas. As metáforas, particularmente quando ocorrem na consistência dos campos semânticos, são valiosas como modelos cognitivos (hipotéticos)" (Weinrich, 1976, 294). A memória, a lembrança e o esquecimento, acrescenta, têm sido parafraseados com metáforas desde Platão e Aristóteles: "from wax tablet, seal, and aviary to storehouse and theatre all the way to photography and the computer" (Erll, 2011, 96). Para Erll, as metáforas clássicas da memória sempre se referiram ao nível individual. Isto significa que quando recorremos ao conceito de memória, estamos a utilizar um termo que já está associado a uma série de metáforas. "To be exact, in speaking of 'cultural memory' we are only sometimes dealing with metaphors proper, but always with tropes, that is, with expressions that have a figurative meaning", salienta a investigadora. No entanto, nem todos os conceitos de memória cultural apresentam o mesmo grau de figuração. Basicamente, expõe, existem dois usos diferentes de sentidos figurados nos estudos de memória cultural que devem ser distinguidos: "memória cultural" como metáfora ou como metonímia (Erll, 96-97):

- Metonymy: When ‘cultural remembering’ is conceived of as an individual act, when the focus is on the shaping force that sociocultural surroundings exert on organic memory – that is, when we speak of ‘memory as a phenomenon of culture’ (see J. Assmann 2006, 170) –, then we are dealing with a literal use of the term ‘memory’ and with a metonymic use of the attribute ‘cultural’ (which stands for sociocultural contexts and their influence on individual memory).

- Metaphor: In contrast, it is a metaphorization of the term ‘memory’ when we speak of the ‘memory of culture’, ‘a society remembering’ or the ‘memory of literature’. These are linguistic images for the organized archiving of documents, for the establishment of official commemoration days, or for the artistic process of intertextuality – in short for ‘culture as a phenomenon of memory’ (ibid.). The term ‘memory’ itself becomes a metaphor (Erll, 97).

Astrid Erll chama a atenção para a existência de duas formas fundamentalmente diferentes de conceber a relação entre cultura e memória, mas não foram discutidas separadamente nem claramente distinguidas. Em seu entender, foi o sociólogo americano Jeffrey Olick quem, em 1999, apontou com a clareza necessária para a diferença entre o que chama memória “recolhida” e memória “colectiva”. Acentua que Olick fala de 'duas culturas' de investigação da memória: “two radically different concepts of culture are involved here, one that sees culture as a subjective category of meanings contained in people’s minds versus one that sees culture as patterns of publicly available symbols objectified in society” (Olick, 1999, 336). Conclui, portanto, que, com base em Olick, é possível distinguir entre:

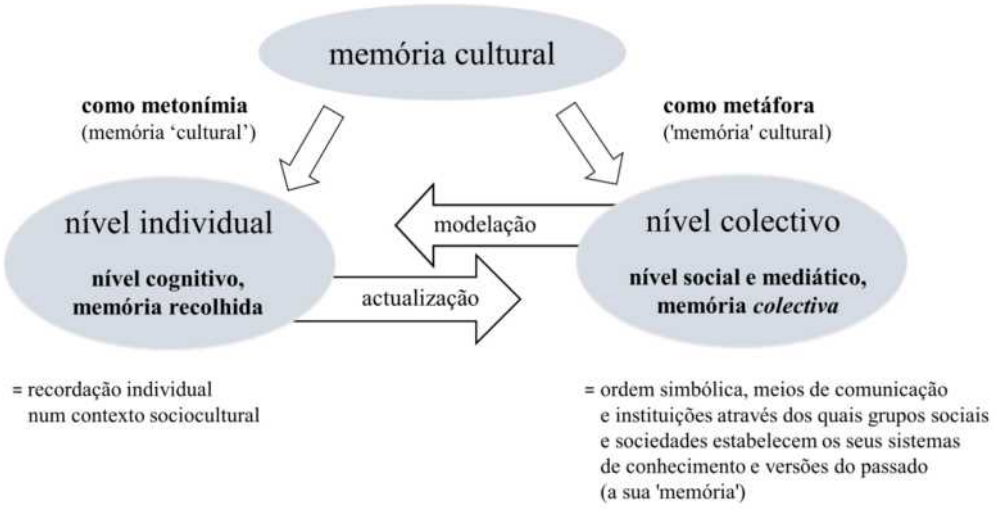
- ‘collected memory’ as the socially and culturally formed individual memory. We remember with the aid of culturally specific schemata; we act according to collectively shared values and norms; we assimilate second-hand experiences into our personal wealth of experience. Halbwachs would call these instances *cadres sociaux de la mémoire*. Olick uses the metaphor of ‘collecting’: The individual mind appropriates various elements of the sociocultural environment. Cultural studies research on collected memory is often engaged in a dialogue with social psychology and can even profit from the insights of the neurosciences; and

- ‘collective memory’ (in the narrower sense), which refers to the symbols, media, social institutions, and practices which are used to construct, maintain, and represent versions of a shared past. History, sociology, literary and media studies (including the influential approaches by Nora and the Assmanns) have traditionally addressed this second level of *mémoire collective* (Erll, 97-98).

Na opinião da investigadora, as duas formas de memória coletiva podem assim ser separadas analiticamente; no entanto, exercem a sua influência apenas através da sua

interacção contínua, através da interacção dos níveis individual e colectivo. Não existe memória individual pré-cultural. Mas também não existe uma "memória colectiva" totalmente desligada dos indivíduos e incorporada apenas nos meios de comunicação e nas instituições. Tal como o ambiente social e os esquemas culturais moldam a memória individual, a "memória" de uma formação sociocultural deve ser atualizada e realizada em, ou apropriada através de, mentes orgânicas. Caso contrário, os rituais comemorativos, o material de arquivo e os meios de comunicação que representam o passado serão inúteis e ineficazes – material morto, incapaz de ter qualquer impacto na cultura da memória. Com efeito, Erll refere-se, ao longo de toda a obra, aos dois aspectos da memória cultural que devem ser distinguidos analiticamente: a "memória cultural a nível individual", por um lado, e a "memória cultural a nível colectivo", por outro. A figura 2 resume as principais características e diferenças, que a investigadora refere entre os dois níveis:

Figura 2 - Duas utilizações do conceito de memória cultural



Adaptado por F.F.S. de Erll, A. (2011). "Memory and Culture: A Semiotic Model", in *Memory in Culture*, p. 99, Figure IV.1. New York: Palgrave

"Cultural memory studies is therefore characterized by the transcending of boundaries", afirma a investigadora (Erll, 2008, 4). Nessa transcendência de fronteiras, a política é, seguramente, uma das áreas que une e opõe os homens. O infante D. Pedro tinha uma concepção política para o reino diferente da do irmão D. Henrique, do meio-irmão D. Afonso, duque de Bragança, e do sobrinho D. Afonso V. Estes privilegiavam a nobreza, bem como a conquista territorial no Norte de África e o espírito de cruzada que haveria de valer as bulas papais *Dum diversas*, de Junho de 1452, e *Romanus Pontifex*, de Janeiro de 1455, que autorizavam os portugueses a conquistar territórios

não cristianizados e a escravizar os sarracenos e pagãos que capturassem. Além disso, atribuía-lhes todas as conquistas em África e nas ilhas adjacentes, desde os cabos Bojador e Não, assim como em toda a costa da Guiné, para que mandassem edificar igrejas e cristianizassem os povos. Vitorino Magalhães Godinho estabelece algumas das principais divergências entre os irmãos. D. Pedro preferia o descobrimento de novas terras, com o estabelecimento de trocas comerciais, e manifestou-se contra a manutenção de Ceuta, sobretudo depois do desastre de Tânger. D. Henrique defendeu sempre a conservação do território. D. Pedro condenou e combateu a expansão territorial em Marrocos que D. Henrique advogava com ardor. D. Pedro entendia que a guerra aos infiéis, só por não serem cristãos, não era serviço de Deus e D. Henrique não encontrava maior honra e prazer ao serviço de Deus que a guerra contra os mouros (Godinho, 2008, 198-199). O mesmo autor refere duas atitudes políticas antagónicas entre os dois irmãos:

> Nos conflitos que se seguiram à morte de D. Duarte, o infante D. Pedro foi o chefe do partido da burguesia, das cidades, e foi graças ao movimento popular que subiu a regente, com viva resistência dos nobres; D. Henrique nunca agiu ao lado do irmão, procurou sempre (por exemplo, no seu projecto de constituição) favorecer a nobreza, em detrimento da classe burguesa. Nos conflitos que terminaram em Alfarrobeira, D. Henrique não interveio decisivamente a favor do irmão e ficou no campo do rei (aliás, dos nobres) (Godinho, 2008, 199).

Mas também em relação a D. Afonso V, o sociólogo e historiador verifica diferenças essenciais: "na regência as navegações constituíram a preocupação suprema, e a expansão em Marrocos foi postergada". Durante o resto do reinado, a conquista marroquina passa a ser o objectivo primordial: "e a exploração marítima é relegada para a iniciativa privada", ou seja, com D. Afonso V, chega: "o período áureo dos feitos militares além-estreito", mas também: "o período morto das descobertas" (Godinho, 2008, 198). E especifica a afirmação dizendo que durante os oito anos de regência de D. Pedro se explorou mais do dobro de costa africana do que nos 12 anos subsequentes, até à morte do infante D. Henrique, em 1460, o que considera pouco, mesmo considerando maiores dificuldades de navegação. Para Magalhães Godinho, foi o fracasso de Tânger e a menoridade do novo rei que permitiram à burguesia das cidades elevar D. Pedro à regência. Em sua opinião: "deve-se-lhe o incremento da colonização e exploração dos Açores, bem como o avanço mais considerável nos descobrimentos geográficos e o estabelecimento de relações comerciais nas costas do Sáara e da Guiné". Mas também diz que Alfarrobeira: "desforra da grande nobreza, é o dobre de

finados desta orientação". Sublinha que o esforço guerreiro de conquista retoma a primazia e os descobrimentos só prosseguem graças à iniciativa privada, porque: "os ganhos apresentavam-se já aliciantes". Conclui, afirmando: "a feitoria de Arguim funcionará por conta de uma sociedade capitalista, que usufrui o monopólio durante dez anos" (Godinho, 200).

No domínio cultural, Vitorino Magalhães Godinho afirma que não existem quaisquer provas de que D. Henrique fosse animado de espírito científico, embora admita que tivesse curiosidade pré-científica. O mesmo diz em relação a D. Pedro que, no entanto: "percorreu a Flandres e a Itália e de lá trouxe o *Livro de Marco Polo* e, talvez, um mapa-do-mundo". Reconhece-lhe, "pela maior parte", a autoria de *A Virtuosa Benfeitoria*, mas também a tradução do *De Officiis*, de Cícero. Muitas vezes sem os nomear, o sociólogo coloca sucessivamente em confronto as opções ideológicas de D. Henrique, pela nobreza, e de D. Pedro, pela burguesia (Godinho, 198-199). Uma tese contrariada por Alberto Baquero Moreno que considera "falsa" a interpretação que situa o infante: "na posição de representante da 'burguesia' ou ainda do elemento popular" (Moreno, 1979, 666). Terry Eagleton, apesar de afirmar que não existe uma definição adequada de ideologia, apresenta uma série de definições cuja maioria pode ser classificada como falsa ou quimérica e refere um conceito, considerado neutro, que descreve ideologia em consonância com os posicionamentos descritos: "a body of ideas characteristic of a particular social group or class" (Eagleton, 1991, 2).

As relações entre os discursos ideológicos e os interesses sociais são complexas e variáveis, afirma o filósofo britânico. Umas vezes, o significante ideológico é o pomo da discórdia entre forças sociais conflituantes e, outras, uma questão de relações mais internas entre modos de significação e formas de poder social. Por isso, não hesita em afirmar: "ideology contributes to the constitution of social interests, rather than passively reflecting pre-given positions; but it does not, for all that, legislate such positions into existence by its own discursive omnipotence" (Eagleton, 1991, 223). Termina dizendo que, se há um lugar onde qualquer forma de consciência pode ser transformada quase da noite para o dia é na luta política activa. E sublinha que, quando homens e mulheres se vêem trazidos para o confronto directo com o poder do estado, é possível que a sua consciência seja, definitiva e irreversivelmente, alterada: "if a theory of ideology has value at all, it is in helping to illuminate the processes by which such liberation from death-dealing beliefs may be practically effected." (Eagleton,

1991, 223-224). Algo que se relaciona com a temática em análise, uma vez que as ânsias de destruição do antigo regente, D. Pedro, já se manisfestavam havia algum tempo numa parte da nobreza, com destaque para D. Afonso, duque de Bragança e o seu filho, o conde de Ourém, assim como o arcebispo de Lisboa, tendo culminado em Alfarrobeira, em 20 de Maio de 1449.

É neste contexto que se inserem as afirmações de Paul Ricoeur, na obra *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*. Para o filósofo e pensador francês, a dominação é dúplice: "ne se limite pas à la contrainte physique. Même le tyran a besoin d'un rhéteur, d'un sophiste, pour donner un relais de parole à son entreprise de séduction et d'intimidation". Desse modo, a mais-valia da ideologia junto dos governados apresenta uma textura narrativa: "récits de fondation, récits de gloire et d'humiliation nourrissent le discours de la flatterie et de la peur". Torna-se, assim, possível, em seu entender, ligar os abusos da memória aos níveis de distorção que dependem da gradação da ideologia: "à ce niveau apparent, la mémoire imposée est armée par une histoire elle-même 'autorisée', l'histoire officielle, l'histoire apprise et célébrée publiquement". Uma história ensinada e aprendida, mas também celebrada, em particular durante o Estado Novo, como a do infante. D. Henrique, dito 'O Navegador'. Para Ricoeur: "à la mémorisation forcée s'ajoutent les commémorations convenues. Un pacte redoutable se noue ainsi entre remémoration, mémorisation et commémoration" (Ricoeur, 2000, 103-104). Uma porta aberta sobre a Exposição do Mundo Português, de 1940, as comemorações dos 500 Anos da Morte do Infante D. Henrique e a (re)construção do Padrão dos Descobrimentos, de 1960.

1.3 - Esquecimento e memórias encobridoras

A meditação de Paul Ricoeur na obra *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli* refere que os temas do esquecimento e do perdão enquadram-se, separada e conjuntamente, como o próprio faz questão de sublinhar, numa hermenêutica da condição histórica dos seres humanos. Separadamente, na medida em que cada um deles depende de uma problemática distinta: "pour l'oubli celle de la mémoire et de la fidélité au passé; pour le pardon, celle de la culpabilité et de la réconciliation avec le passé". Conjuntamente: "dans la mesure où leurs itinéraires respectifs se recroisent en un lieu qui n 'est pas un lieu et que désigne mieux le terme d'horizon. Horizon d'une mémoire apaisée, voire d'un oubli heureux" (Ricoeur, 2000, 536). Para Ricoeur, a questão do esquecimento é

a mais vasta: “l'apaisement de la mémoire en quoi consiste le pardon”, parece constituir a última etapa de um percurso. O filósofo terá decidido incluir o esquecimento no título da obra em análise porque: “l'oubli en effet reste l'inquiétante menace qui se profile à l'arrière-plan de la phénoménologie de la mémoire et de l'épistémologie de l'histoire” (Ricoeur, 2000, 536).

Antes mesmo de falar do perdão, Ricoeur sente necessidade de sublinhar os sentidos do esquecimento: “une atteinte à la fiabilité de la mémoire que l'oubli est ressenti”. E acrescenta, “une atteinte, une faiblesse, une lacune”. E ainda que, neste aspecto, a memória define-se, pelo menos em primeira instância, como uma luta contra o esquecimento, porque: “[le] devoir de mémoire s'énonce comme exhortation à ne pas oublier” (Ricoeur, 2000, 537). O autor de *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli* aborda, de seguida, três tipos de traços, rastos ou indícios: a) o escrito, ou documental; b) o psíquico, a que considera preferível chamar impressão, no sentido de afecção, deixada em nós por um acontecimento marcante ou, até, chocante; c) o cerebral, ou cortical, tratado pelas neurociências. Como nota curiosa, refere que os traços, rastos ou indícios documentais, que englobam o material, e o cerebral ou cortical, podem ser fisicamente alterados, apagados, destruídos, concluindo: “c'est (…) pour conjurer cette menace de l'effacement que l'archive est instituée” (Ricoeur, 2000, 539).

No final da ‘Nota de Orientação’ aos leitores sobre a questão do esquecimento e a culminar a investigação consagrada à pragmática do esquecimento, o filósofo salienta:

> Le parallèle avec la hiérarchie des us et des abus de la mémoire conduira inéluctablement à la question de savoir quel écho, quel répondant, les difficultés et les équivoques soulevées par le présumé devoir de mémoire peuvent rencontrer du côté de l'oubli – et pourquoi on ne peut absolument pas parler de devoir d'oubli (Ricoeur, 2000, 542-543).

Paul Ricoeur analisa em profundidade os traços, rastos ou indícios cerebrais ou corticais, do ponto de vista da memória humana, mas também utiliza conceitos de outras áreas, como são os casos da chamada ‘memória recalcada’ e da ‘memória encobridora’, conceitos que toma emprestados da psicanálise e de Freud, que foi quem primeiro falou de memórias recalcadas ou suprimidas. O recalcamento de memórias é um acto involuntário de defesa de alguém que, vítima de um episódio traumático, não quer recordar, passando essas memórias a ficar alojadas no inconsciente. A supressão de memórias é uma forma deliberada de procurar esquecer ou não processar ideias

dolorosas ou indesejadas (Freud, 1981, 287-300). Ricoeur refere-se à questão do governo colaboracionista de Vichy, liderado pelo marechal Pétain, com o regime nazi, entre 1940 e 1944, de que a França se envergonha e que foi, durante muitos anos 'esquecido', apesar das muitas alusões de académicos e jornalistas ao longo do tempo. O filósofo francês socorre-se da obra *Le Syndrome de Vichy - de 1944 à nos Jours*, de Henry Rousso, um historiador especializado no período da Segunda Guerra Mundial em França, quando afirma: "même étudiée à l'échelle d'une société, la mémoire se révèle comme une organisation de l'oubli" (Rousso, 1990, 12).

Já no caso da memória encobridora, Paul Ricoeur entende: "fonctionne à l'échelle de la mémoire collective comme à celle de la psychologie de la vie quotidienne, à la faveur de l'exaltation de l'événement" (Ricoeur, 2000, 582-583). Sigmund Freud introduziu o conceito numa das muitas cartas trocadas com Wilhelm Fliess – um médico alemão de quem era amigo –, a 25 de Maio de 1899. Escreveu o neurologista e psiquiatra austríaco: "as one which owes its value as a memory not to its own content but to the relation existing between that content and some other, that has been suppressed" (Freud, 1981, 320). Nessa carta, Freud discorria sobre uma memória encobridora: "[it] may be described as 'retrogressive' or as having 'pushed forward' according as the one chronological relation or the other holds between the screen and the thing screened-off". Por outro lado, discrimina: "we can distinguish positive screen memories from negative ones (or refractory memories) whose content stands in a contrary relation to the suppressed material" (Freud, 1981, 320). Ricoeur volta a citar Henry Rousso quando afirma: "avec la distance, la hiérarchie des représentations a supplanté celle des faits, qui confond l'importance historique d'un événement avec son caractère positif ou négatif" (Rousso, 1990, 29). As estratégias do esquecimento enxertam-se, na reflexão de Paul Ricoeur, directamente no trabalho de configuração: "on peut toujours raconter autrement, en supprimant, en déplaçant les accents d'importance, en refigurant différemment les protagonistes de l'action en même temps que les contours de l'action". Para o filósofo, quem já atravessou todas as etapas de configuração narrativa, enfrenta o perigo maior na gestão da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada, no fundo, da história oficial. E conclui: "la ressource du récit devient ainsi le piège, lorsque des puissances supérieures prennent la direction de cette mise en intrigue et imposent un récit canonique par voie d'intimidation ou de séduction, de peur ou de flatterie" (Ricouer, 2000, 579-580).

Aquilo que o filósofo e pensador francês do período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial apresenta em relação ao regime de Vichy pode ser extrapolado para o que aconteceu em Portugal, no século XV, quando o rei D. Afonso V e o duque de Bragança, secundados pela generalidade da nobreza e certas facções do clero, pretenderam suprimir a memória do infante D. Pedro. A exposição dos seus feitos é reprimida nas crónicas oficiais da época, confiadas por D. Afonso V a Gomes Eanes de Zurara, onde a figura do infante D. Pedro é recordada de forma menos favorável pelo cronista, funcionando os 'feitos' do designado 'Navegador" como memória encobridora do irmão. Ainda assim e apesar de tudo, houve sempre académicos e outros letrados que, ao longo do tempo, deixaram testemunhos positivos sobre o duque de Coimbra, como mais adiante veremos, embora também tenham, a espaços, surgido outros que procuraram desacreditar a memória do duque de Coimbra.

Paul Ricoeur questiona-se ainda sobre se os abusos da memória colocados sob o signo da memória obrigada, comandada, têm paralelo e complemento com os abusos do esquecimento. A resposta é: "oui, sous des formes institutionnelles d'oubli dont la frontière avec l'amnésie est aisée à franchir: il s'agit principalement de l'amnistie et de façon plus marginale du droit de grâce, appelé aussi de grâce amnistiante". O filósofo esgrime como argumentos: "la frontière entre oubli et pardon est insidieusement franchie dans la mesure où ces deux dispositions ont affaire à des poursuites judiciaires et à l'imposition de la peine", mas deixa bem claro: "la question du pardon se pose là où il y a accusation, condamnation et punition" (Ricoeur, 2000, 585), algo que, como sabemos, nunca existiu, de facto, no caso do infante D. Pedro que, tendo sido condenado pelo rei e pelos conjurados, não passou nunca pelos tribunais, nem foi julgado. O perdão outorgado, por D. Afonso V, ao duque de Coimbra a partir de 1455, foi uma espécie de amnistia que o ilibava (a título póstumo), assim como à família e aos partidários, dos efeitos penais que decorriam dos castigos impostos pelo rei, designadamente a apreensão de títulos e de bens, etc. Ainda assim, as terras do ducado de Coimbra nunca mais voltaram à família do infante D. Pedro. Além disso, apesar de a ordem de *damnatio mamoriae* por parte do rei também ter terminado, esta nunca foi abandonada pela nobreza que o havia condenado, em particular a Casa de Bragança, e pode dizer-se que perdurou, pelo menos parcialmente, até aos nossos dias.

Ora, segundo Ricoeur, a amnistia tem por objectivo reconciliar inimigos. Entre os modelos mais notáveis, destaca o que está contido na *Constituição dos Atenienses*,

atribuída a Aristóteles, e é extraído do decreto promulgado em Atenas, em 403 a.C., após a vitória da democracia sobre a oligarquia dos Trinta, conduzida por um número igual de magistrados chamados tiranos. De um lado, lembra o filósofo, fica interdita a recordação dos males ou desgraças, e do outro, convenciona-se que não serão recordados os males ou desgraças, submetendo a violação da norma às maldições desencadeadas pelo perjúrio. O autor salienta as contradições e as fórmulas negativas marcantes: "ne pas rappeler. Or le rappel nierait quelque chose, à savoir l'oubli. Oubli contre oubli? Oubli de la discorde contre oubli des torts subis?". Caminhos tortuosos que seria necessário percorrer quando chegasse o momento. Os combates ficavam num passado que não se devia recordar, apesar de ter sido uma guerra. "La prose du politique prend la relève", afirma. A democracia quer esquecer que é poder (*kratos*) e também pretende esquecer a vitória: "on préférera désormais le terme *politeia*, signifiant ordre constitutionnel, à démocratie, qui porte la trace de la puissance, du *kratos*" (Ricoeur, 2000, 586-587).

Uma situação que já antes levara o filósofo a assinalar que a proximidade entre os termos *amnistia* e *amnésia*: "plus que phonétique, voire sémantique, entre amnistie et amnésie signale l'existence d'un pacte secret avec le déni de mémoire qui […] l'éloigné en vérité du pardon après en avoir proposé la simulation" (Ricoeur, 586). Considerando que o modo imperativo é tão impróprio para o esquecimento como para a memória, entende que a amnistia que obriga ao esquecimento equivaleria a uma amnésia comandada. Se tivesse êxito: "la mémoire privée et collective serait privée de la salutaire crise d'identité permettant une réappropriation lucide du passé et de sa charge traumatique". E, além disso, conclui: "l'institution de l'amnistie ne peut répondre qu'à un dessein de thérapie sociale d'urgence, sous le signe de l'utilité, non de la vérité" (Ricoeur, 589).

1.4 - A arte do esquecimento

O perdão é a última das realidades que o investigador francês se propõe analisar, dizendo que, se tem algum sentido e se existe: "constitue l'horizon commun de la mémoire, de l'histoire et de l'oubli. Toujours en retrait, l'horizon fuit la prise" (Ricoeur, 593). Acrescenta que o perdão é tão difícil de se dar e de se receber, quanto de se conceptualizar. Em sua opinião, a trajetória do perdão tem origem na desproporção que existe entre os dois polos, da falta e do perdão. Apesar de o perdão de D. Afonso V ao

infante D. Pedro se referir a faltas que são difíceis, talvez impossíveis, de imputar ao duque de Coimbra, o certo é que a culpabilidade de D. Pedro, da família e dos partidários que o acompanharam tinha sido declarada pelo monarca e, sem um perdão real, não seria possível revertê-la, pelo menos em parte. Ricoeur pronuncia-se então sobre a trajectória do perdão, como uma 'odisseia' destinada a levar esse perdão às áreas jurídica, política e da moralidade social e, por último, até ao lugar da sua impossibilidade presumida: "à savoir l'imputabilité" (Ricoeur, 594). O filósofo e pensador francês discorre ainda sobre a relação dos mecanismos de troca entre a culpa e o perdão, chegando ao paradoxo do perdão aguçado pela dialéctica do arrependimento na tradição abraâmica. Como faz questão de sublinhar: "il ne s'agit pas moins que du pouvoir de l'esprit de pardon de délier l'agent de son acte" (Ricoeur, 2000, 594-595). Termina a introdução ao capítulo "Le Pardon Difficile" com o que diz ser uma releitura de todo o percurso à luz do espírito do perdão:

> L'enjeu est la projection d'une sorte d'eschatologie de la mémoire et, à sa suite, de l'histoire et de l'oubli. Formulée sur le mode optatif cette eschatologie se structure à partir et autour du voeu d'une mémoire heureuse et apaisée, dont quelque chose se communique dans la pratique de l'histoire et jusqu'au coeur des indépassables incertitudes qui dominent nos rapports à l'oubli (Ricoeur, 595).

Para Paul Ricoeur, o perdão, que entende como um apaziguamento da memória, parece constituir a última etapa de um percurso do esquecimento: "culminant dans cet *ars oblivionis* que Harald Weinrich souhaiterait voir se constituer en parallèle à *l'ars memoriae* examiné et célébré para Frances Yates" (Ricoeur, 536). Ora, a obra *Lethe - The Art and Critique of Forgetting*, que Harald Weinrich dedicou ao esquecimento, publicada na Alemanha (*Lethe: Kunst und Kritik des Vergessens*) em 1997 e traduzida para inglês em 2004, começa, exactamente, por afirmar que todos somos esquecidos. Todos já, alguma vez, nos esquecemos de alguma coisa e até mesmo de assuntos que aprendemos com esforço. Por isso, afirma que ninguém pode dizer alegremente: "'that is unforgettable; shall never forget that.' Man is by nature a forgetful being (*animal obliviscens*)" (Weinrich, 2004, 1). Refere-se, em seguida, a uma pequena flor, conhecida em inglês como "*forget-me-not* (German *Vergifmeinnicht*, both forms derived from Old French *ne m'oubliez mie*, botanically *myosotis*)" e em português *não-me-esqueças*, que diz ter sido frequentemente mencionada na Idade Média e que, desde então, se tornou indispensável para os amantes em muitos países (Weinrich, 3).

Está assim dado o mote para a abordagem linguística de uma família de palavras em cujo centro está o substantivo abstracto "oblivion". Uma família que, diz Weinrich, é particularmente favorecida pela linguagem literária, dando como exemplos: "sweet oblivion" (Goldsmith), "cold oblivion" (Shelley), "the Muse Oblivion" (John Clare), "oblivion monster" (Shakespeare). E também pela linguagem académica, onde as leis de amnistia são designadas: "acts of oblivion [or] bills of oblivion". Mas sublinha que esta família de palavras também faz a ligação do inglês com as línguas latinas, as quais seguiram a liderança do latim e principalmente do verbo *oblivisci* ('esquecer'). No entanto, explica que, no latim vulgar da época romana tardia, aquela complicada forma verbal foi substituída por uma forma activa mais fácil de manusear, *oblitare*, que deriva de *oblitus*, o particípio passado de *oblivisci*, mostrando que o francês *oublier/oubli*, o italiano *obliare/oblio* e o espanhol e o português *olvidar/olvido* evoluíram a partir dessas formas latinas vulgares. Além disso, sublinha, as formas italiana e portuguesa devem ser vistas como variantes comuns: "thus Italian *dimenticare* is a negative derivative of Latin *mente*, 'memory', and Portuguese *esquecer* is a metaphorical derivation from Latin *cadere*, 'to fall'" (Weinrich, 3). Podemos, naturalmente, acrescentar a esta lista palavras portuguesas como *obliterar*, do latim *oblitterare* (forma do verbo *oblittero*) que, segundo o *Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa*, significa "fazer desaparecer", "Apagar, Destruir, Extinguir" (2001, 2633), mas também *oblívio*, do latim *oblivium* e que, segundo a 25ª edição do *Dicionário Cândido de Figueiredo*, significa o mesmo que olvido ou esquecimento (1996, 1807). E na viagem lexicológica, Weinrich leva-nos até ao grego antigo, onde entende que é possível obter informações interessantes relativas à história conceptual do esquecimento a partir de uma palavra que parece deslocada neste contexto:

> I refer to the word *aletheia*, 'truth', which is, of course, central to Greek philosophical thought. The first component of this word, a-, is no doubt a negative prefix (alpha privative). The following component -leth-, which the a- negates, designates something covered up, concealed, or 'latent' (this Word derived from Latin is related to -leth-), so that on the basis of the meaning of the word 'truth' appears, as Heidegger suggests, to be the uncovered, the unconcealed, the nonlatent. But since the semantic element -leth-, negated by the alpha privative, also occurs in the name of Lethe, the mythical river of forgetting, on the basis of the construction of the word aletheia one can also conceive truth as the 'unforgotten' or the 'not-to-be-forgotten' (Weinrich, 2004, 3-4).

Harald Weinrich conclui então que, durante centenas de anos, o pensamento filosófico ocidental, na esteira dos gregos, procurou apenas a verdade na memória e na lembrança, isto é, do lado do não-esquecimento; só nos tempos modernos procurou, ainda que de forma hesitante, atribuir uma certa verdade ao esquecimento.

1.5 - Da escassez ao excesso de informação

Jorge Luis Borges que foi, durante muitos anos, director da Biblioteca Nacional da Argentina, em Buenos Aires, escreveu, em 1941, o conto "A Biblioteca de Babel", descrevendo um edifício de dimensões inimagináveis, onde tinham lugar todos os livros do mundo, mesmo aqueles que ainda não tinham sido escritos, bastava que fossem possíveis, e onde, ainda que uma seita fanática do esquecimento viesse destruir milhões de livros, isso seria uma perda infinitesimal porque a Biblioteca de Babel – iluminada, solitária, infinita, perfeitamente imóvel, armada de volumes preciosos, inútil, incorruptível, secreta – perduraria para além da extinção da humanidade. Mas o esquecimento, sempre presente, ou a falta dele, sulca também as páginas de Borges em "Funes ou a Memória" que, como "A Biblioteca de Babel", faz parte da obra *Ficções*. Ireneo Funes, como descreve Borges, era um homem, de cara taciturna e feições índias, que se lembrava de tudo o que tinha visto, ouvido ou vivido e sabia, exactamente, todas as horas do dia. Uma vez disse: "mais recordações tenho eu sozinho do que devem ter tido todos os homens desde que o mundo é mundo". Afirmava também: "a minha memória, senhor, é como uma lixeira" (Borges, 2000, 78). Harald Weinrich refere-se igualmente a Borges para dizer que para um leitor apaixonado, como o escritor argentino, a memória é omnipresente, mas o esquecimento geral também faz parte da natureza humana: "forgetting is for him so closely connected with memory that he once wrote: "Forgetting is a form of memory, its broad basement (*su vago sótano*), the secret flipside of the coin" (Weinrich, 2004, 211).

Um dos problemas reconhecidos nos dias de hoje é o do excesso de informação, ao contrário do que acontecia no século XV, quando a maior parte do conhecimento era passado oralmente de pais para filhos ou entre pares e comunidades. A escrita, embora existente, só era acessível aos mais ricos e informados, sobretudo, ao clero e, como vimos, aos reis, príncipes e nobres mais interessados. A transmissão de mensagens através de códices escritos e copiados à mão era muito demorada e pouco eficiente, até porque era monopolizada por príncipes e religiosos que não promoviam o ensino das

letras e até acreditavam que a alfabetização generalizada podia ser perigosa (Poe, 2011, 71), pelo que só depois da invenção da tipografia de caracteres móveis por Johannes Gutenberg (c. 1450), que permitiu multiplicar facilmente o número de livros existentes e em circulação, as histórias, memórias e mensagens puderam ser mais facilmente registadas e propagadas no tempo e no espaço, desde que existisse literacia. António de Oliveira, no estudo *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, de 1971, refere, a propósito das habilitações literárias dos juízes do termo de Coimbra, que entre 1533 e 1567, não mais de 9% sabiam assinar (Oliveira, 1971, 58). A poesia trovadoresca, que se dividia entre a poesia lírica, com as cantigas de amor e as cantigas de amigo, e a poesia satírica, com as cantigas de escárnio e maldizer, foi das formas de escrita e, sobretudo, de transmissão oral mais utilizadas durante toda a Idade Média, talvez por, devido à cadência e ao ritmo, serem mais fáceis de memorizar. E, no caso das cantigas de escárnio e maldizer, devido aos conteúdos jocosos de ironia e sarcasmo e aos mexericos, popularmente muito apreciados,

A invenção da tipografia de caracteres móveis, por Gutemberg, permitiu facilitar o acesso a obras escritas, o que começou a acontecer em Portugal, em finais de Quatrocentos, quando editores judeus, alemães e italianos vieram exercer o seu mister para o nosso país. José Ribeiro dos Santos, na obra *Memória sobre as Origens da Typografia em Portugal no Século XV*, de 1812, refere que é provável: "a introducção da nossa Typografia pelos annos de 1464, ou 1465" (Santos, 1812, 15). Ribeiro dos Santos afirma, na mesma obra, que as primeiras tipografias registadas em Portugal, ainda no século XV, surgem primeiro em Leiria, a seguir em Lisboa e depois em Braga (Santos, 20). Cidades como o Porto, Coimbra, Évora e Viseu, diz, só tiveram tipografias no século XVI, o mesmo acontecendo com outras vilas e lugares do reino: "que nos derão producções Typograficas, só aparecem com ellas ou mesmo no Seculo XVI, ou ainda mais tarde" (Santos, 22). Refere ainda pelo nome diferentes impressores, começando pelos judeus, *Rabban Eliezer*, *Rab Tzorba* ou *Zacheo*, filho do primeiro. Mas também cristãos, como os alemães *Nicoláo de Saxonia*, *Valentino de Moravia*, *João Gherline* e o incontornável *Valentim Fernandes Mourão*, Morão ou Morano, ou os italianos *Christovão de Cremona*, *João Pedro dos Boõshomẽs*: "em Italiano Buonhomini, ou Buonhomyni, ou Bognomino, em Latim de *Bonis Hominubus* (que assim diversamente se acha escrito)" (Santos, 23-27). Joseph Soares da Sylva, na obra *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo D'El Rei D.*

João I, do ano de 1383 até ao ano de 1433, impresso em 1730, afirma: "na Livraria que foy do Cardeal de Sousa, e existe na Cafa dos Duques de Lafoens, Marquezes de Arronches, se acha hum livro de quarto, que contém as obras Poeticas do Infante D. Pedro", acrescentando: "diz no fim, que foraõ impressas nove annos depois de inventada a famosa Arte da Imprimissaõ, (saõ palavras do mesmo livro) porém naõ declara o anno em que se imprimio" (Sylva, 1730, 366). Escrito antes do Terramoto, este texto deixa entrever que a obra poética do infante pode ter sido um dos primeiros livros impressos em Portugal e no mundo, mas que se perdeu.

Vivemos hoje a chamada Era da Informação, que terá tido início em meados do século XX e que, desde então, não cessou de aumentar a oferta disponível, sobretudo após a disseminação da Internet. O excesso de informação faz com que tenhamos de saber escolher o que nos interessa em cada momento, fazendo uma selecção que é, ao mesmo tempo, uma rejeição de toda a informação a que resolvemos não aceder. Weinrich não podia ficar indiferente ao fenómeno da sociedade da informação que abrange todas as formas de vida e que se transformou numa rede global. Por isso, recorda um conto do Prémio Nobel de Literatura de 1972, o alemão Heinrich Böll, publicado em 1957 com o título "The Thrower-Away". A história conta que, diariamente, um dos 350 funcionários de uma empresa de seguros de Colónia, antes e depois do horário de funcionamento do escritório, procedia à selecção e rejeição de toda a correspondência considerada supérflua. Tratava-se, segundo o conto, de um homem culto e educado, de cerca de 30 anos, que antes fora um coleccionador entusiasmado, mas que, com a crise, se tornara um zeloso rejeitador. Weinrich apresentou este exemplo para perguntar, face aos últimos avanços tecnológicos, de que capacidades precisaremos também do lado do esquecimento? (Weinrich, 2004, 207-208).

É assim que o escritor, filólogo e filósofo alemão chega à *ars oblivionis* que chamara a atenção de Paul Ricoeur, porque, como refere, vivemos numa sociedade hiperinformada: "in which genuine skill in conducting one's life consists not in gathering information (…) but in knowing how to reject information". Tal situação, conclui, exige uma verdadeira arte do esquecimento (Weinrich, 208). Aquilo que sentimos quando procuramos informação relativa à primeira metade do século XV é que é escassa, em alguns casos inexistente, ou está escondida e dispersa. Durante séculos, o arquivamento de informações socialmente relevantes não encontrava problemas e algumas freguesias em Portugal, como a da Sé, em Lisboa, guardam

registos de baptismos, casamentos e óbitos desde o século XVI, conforme se pode constatar no estudo intitulado "Lisboa Através dos Registos Paroquiais da Sé: População e Sociedade (Sec. XVI-XVIII)", da autoria de Anabela S. D. Godinho, apresentado ao *I Congresso Histórico Internacional - As Cidades na História: População*, realizado em Guimarães, em Outubro de 2012.

Nos dias de hoje, a quantidade de informação gerada é avassaladora, por isso, os arquivos estão a rebentar e Weinrich explica: "any given administrative unit may well produce as much archivable material in a single year as it did earlier in a century". Em seu entender, Hermann Lübbe foi o primeiro a aperceber-se do problema, porque, assume: "no archive can grow as quickly as the complexity of the world and the amount of available information". A única solução que Weinrich vê, também sugerida por Lübbe, é a destruição sistemática de documentos, aquilo a que diz que os arquivistas chamam *annulment* (*kassation* em alemão), o que é, naturalmente, uma palavra da área do esquecimento. Mas, como refere, Lübbe tem grande esperança na *preception* (*prazeption* em alemão), uma expressão que pretende significar a arte ou ciência de pré-avaliação da 'recepção', desse modo: "making sure that the 10, 5, or 2 percent of documents that can be saved are at least the right ones, the ones that will actually be used in the future" (Weinrich, 2004, 209). Um critério que pode ser considerado subjectivo mas que mostra a incapacidade de prever o que se vai salvar, embora com a esperança que, seja qual for o método escolhido, será o correcto, visando a preservação do que é mais importante.

A questão é que não são só os arquivos, as bibliotecas também têm o problema de manter um equilíbrio precário entre lembrar e esquecer. A tecnologia permite uma maior capacidade de armazenamento e de catalogação, mas, ao ritmo a que um número crescente de livros é publicado, tudo se torna mais complicado. Para termos uma ideia, a *Our World in Data* calcula que em 1400 se produzissem na Ibéria cerca de 390 mil manuscritos por século, acima dos 209 mil das Ilhas Britânicas e dos 172 mil da Holanda, mas muito abaixo dos 1,42 milhões de Itália ou dos 1,2 milhões de França em 1450. Em 2022, segundo os dados da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), foram vendidos 12,7 milhões de livros em Portugal, embora as obras novas tenham ficado pelas 12.894. O departamento de Cultura e Criatividade da Comissão Europeia afirma que se publicam, anualmente, na Europa mais de 500 mil novos títulos. No que se refere a bibliotecas, a *Biblioteca Nacional de Portugal* possuía, em 1960,

segundo a Pordata, perto de 470 mil livros, e em 2022 tinha quase 2,5 milhões. Já a *British Library*, em Londres, diz abrigar mais de 13,5 milhões de livros impressos e electrónicos e a *Library of Congress*, em Washington, nos EUA, contava, em 2022, mais de 25,49 milhões de livros catalogados e outros documentos, nos mais diversos suportes, num total superior a 175,77 milhões de objectos, que abrangem 470 línguas.

Curiosamente, um estudo publicado no *site* da revista *Nature Reviews Neuroscience*, a 13 de Janeiro de 2022, intitulado: "Forgetting as a form of adaptive engram cell plasticity", sugere que as mudanças na capacidade humana de aceder a memórias baseiam-se em respostas ambientais e na previsibilidade. Assim, o esquecimento pode ser uma característica funcional do cérebro, permitindo-lhe interagir de forma dinâmica com o ambiente. Os autores são Tomás Ryan, professor da School of Biochemistry and Immunology e do Institute of Neuroscience do Trinity College, de Dublin, e Paul Frankland, professor do Department of Psychology e do Institute of Medical Sciences da University of Toronto que também participa no Program in Neurosciences & Mental Health do Hospital for Sick Children da mesma cidade. Os dois cientistas afirmam mesmo que o esquecimento de algumas memórias pode ser benéfico e ajudar a melhorar a aprendizagem e a tomada de decisões.

No resumo publicado pela *Nature Reviews Neuroscience* explicam: "memories are stored in ensembles of neurons called 'engram cells' and successful recall of these memories involves the reactivation of these ensembles" (Ryan and Frankland, 2022). Acrescentam que o esquecimento ocorre quando aquelas células não podem ser reactivadas, ou seja quando não podem ser recuperadas. Ryan e Frankland também sugerem: "all forms of forgetting involve circuit remodelling that switches engram cells from an accessible state (where they can be reactivated by natural recall cues) to an inaccessible state (where they cannot)". Mas, porque a taxa de esquecimento é afectada por condições ambientais, propõem: "forgetting is a form of neuroplasticity that alters engram cell accessibility in a manner that is sensitive to mismatches between expectations and the environment" (Ryan & Frankland, 2022, 173-182). Ao desenvolverem a teoria em relação a estados de doença que podem afectar o esquecimento, levantam uma hipótese: "disease states associated with forgetting may hijack natural forgetting mechanisms, resulting in reduced engram cell accessibility and memory loss". Para os dois investigadores existem várias formas de esquecer, mas

todas elas concorrem para que seja mais difícil aceder ao engrama – redes neuronais onde são armazenadas as memórias (Ryan & Frankland, 173-182).

1.6 - Esquecimento científico: Mnémosine e Lete

Harald Weinrich, na obra *Lethe: the art and critique of forgetting*, aborda o uso da memória e do esquecimento na ciência e na investigação. Reconhece três fases no processo científico: investigação, escrita e armazenamento, mas diz que só a primeira é aplaudida e reconhecida, as outras duas passam quase despercebidas. Compara depois com a Idade Média, quando, ao contrário do que hoje acontece, existia um muito menor número de eruditos e de volume de conhecimentos. O armazenamento era fundamental, as funções de escrever e, sobretudo, investigar, eram, então, secundárias. A ciência definia-se pela estreita ligação com a memória (Weinrich, 2004, 212). A partir daí, assume, a memória cultural foi, paulatinamente, alcançada e depois superada pela crítica moralista da memória, sacrificando também o prestígio científico da mesma. Mas tudo mudou no final do século XVII:

> When the *ars inveniendi*, especially in Leibniz, developed from a rhetorical art of finding what was already there (which could still operate within a given body of knowledge) into a philosophical art of discovering something new (whose field of knowledge lay open before it). It was just this that introduced the new rights and privileges of "research" and has since provided the impetus for its legions of "researchers" (*Forscher*, *chercheurs*, *ricercatori*, *investigadores*, etc.) to seek scientific truth not in its past but in its future (Weinrich, 213).

Ninguém duvida, assume Weinrich, que a ciência, assim redefinida, se transformou numa história de sucesso em larga escala e modificou o mundo. Interroga-se então sobre o que a ciência moderna, ao mudar a polaridade do armazenamento para a investigação, fez com a memória, privada do anterior papel de liderança e questiona: estará a antiga aliança com a memória ainda em vigor? A resposta é dada a dois níveis. Por um lado, entende que as bibliotecas científicas são centros de informação e documentação impressionantes, com uma extraordinária velocidade de acesso, o que o leva a deduzir: "there are in fact few grounds for complaint about present-day possibilities for storage of human knowledge" (Weinrich, 213). Mas, por outro, refere que um jovem cientista, confrontado com uma oferta de informação avassaladora, leva anos para a abarcar e quando o consegue constata que, enquanto investigava, centenas ou milhares de investigadores produziram novos documentos. E avisa que, quem não conseguir libertar-se a tempo, ainda que com alguma leviandade, será esmagado pelo

volume de informação disponível e não poderá participar activamente no processo de investigação. Que fazer então? Em seu entender: "contemporary science is no longer practicable without a significant component of forgetting". E prossegue: "no society can, without losing its identity, work through as many innovations as are offered it today in the form of information". Mas declara que, felizmente, só alguma da informação científica produzida é realmente novidade. Por isso: "often one can neglect it with slight risk (but not without any risk!)" (Weinrich, 214).

O cientista e o investigador, assume o filólogo e filósofo alemão, têm de dominar essa arte do esquecimento se não quiserem ficar paralisados pela sobreinformação ou saturação informativa: "we shall call this ability to reject information in a rational way 'scientific oblivionism'". Um 'esquecimento científico' que não é novidade, sendo praticado há anos por "leading-edge researchers" e que, conforme constata, funciona segundo quatro regras de comportamento:

> **1**- Forget anything published in a language other than English;
> **2**- Forget anything published in any genre other than the journal article;
> **3**- Forget anything not published in the respected journals x, y, and z;
> **4**- Forget anything published more than about five years ago (Weinrich, 2004, 215).

Weinrich salienta que o conhecimento associado a figuras que vão de Aristóteles a Röntgen e outros grandes eruditos do passado, foi sedimentado na prática quotidiana da investigação e, assim, tornou-se 'latente'. Deste modo, a investigação contemporânea envolve um esquecimento consciente e metodicamente controlado de condições e pressupostos históricos. "In making the ascent to the summits where leading-edge research is practiced, one carries a light pack" (Weinrich, 215). Dá como exemplo o caso dos bioquímicos James Watson e Francis Crick que, em 1953, publicaram a descoberta da estrutura do ADN na revista *Nature*, num artigo com o título: "Molecular Structure of Nucleic Acids: A Structure for Deoxyribose Nucleic Acid", que considera pouco apelativo. Chama a atenção para o facto de o artigo ter apenas uma página, com seis notas de rodapé, e os dois investigadores terem sido galardoados com o Prémio Nobel. Junta em seguida e delimita o pensamento de Thomas S. Khun, físico norte-americano, autor de *The Structure of Scientific Revolutions*, e Karl Popper, filósofo austro-britânico, autor de *The Logic of Scientific Discovery*, para afirmar: "we can also say that science, which must make economical

use of its memory, moves forward from forgetting to forgetting toward other discoveries that will, if we are lucky, be better ones" (Weinrich, 216).

Weinrich levanta, por fim, a questão de saber se o que foi dito sobre o esquecimento científico pode ser estendido às ciências sociais e humanas. As quatro regras de procedimento enunciadas baseiam-se nas ciências naturais e não são necessariamente válidas para outras disciplinas, pelo que entende que devem ter uma outra formulação:

> In the humanistic and social sciences one must not forget scholarship in languages other than English; one must not forget the many other kinds of scholarly literature that exist alongside the scholarly article; one must not forget the countless journals and monograph series disseminated nationally, regionally, or locally; and especially, one must not forget older scholarly literature, from which Aristotle or Averroes or Luther or Leibniz may suddenly appear in a brand new form (Weinrich, 217).

Razões que fazem com que, salienta o autor, não seja fácil reconhecer uma inequívoca corrente principal de investigação nas ciências sociais e humanas. Porque tudo, afirma, do mais sublime ao mais trivial, até o esquecimento, pode de repente emergir como objecto de análise. Assim refere: "these disciplines must therefore be prepared to deal with the unexpected and cannot allow themselves, no matter how convenient it would be, to move forward with little memory-baggage and operate in a correspondingly nimble way" (Weinrich, 217). Pelo que, em seu entender, as ciências sociais e humanas não podem ser praticadas sem a experiência histórica como garante contra todo o tipo de surpresas desagradáveis. Assim, sem cairem no memorialismo da ciência antiga, têm ainda de lidar com a memória, mas, precisamente porque têm de acompanhar o progresso, estão sujeitas às regras e aos jogos de linguagem do esquecimento científico. O truque, salienta, é unir ambos, apesar do princípio da contradição. E conclui: "to succeed in doing so we have to sacrifice – with measured polytheism – on the altars of two divinities: Mnemosyne and Lethe" (Weinrich, 217).

1.7 - A questão metodológica

A tentativa de *damnatio memoriae* do infante D. Pedro, duque de Coimbra, até aos nossos dias, é a hipótese que colocamos para a obliteração da figura de um homem que teve um importante papel no desenvolvimento da cultura erudita, mas também da ciência e dos descobrimentos portugueses, a partir do século XV. Envolvido no desenvolvimento das trocas comerciais nos novos lugares a que os navegadores portugueses iam chegando na

costa de África, o infante D. Pedro, regente na menoridade do rei D. Afonso V, colidiu com a vontade de conquistas territoriais no Norte de África por parte da nobreza. O desastre de Tanger, ainda em vida do rei D. Duarte, com a prisão do infante D. Fernando, foi outra fonte de conflitos. Quase seis séculos nos separam destes acontecimentos e não existem registos confiáveis para além das cartas e das crónicas deixadas pelos escribas reais. E se Fernão Lopes pode ser encarado como alguém que deu importância à análise crítica da história e à comprovação dos acontecimentos, sendo um precursor da historiografia, já Gomes Eanes de Zurara parece ter, antes de mais, obedecido aos interesses dos amos, D. Henrique e D. Afonso V. O primeiro encomendou-lhe a crónica da conquista de Ceuta e fê-lo cavaleiro da Ordem de Cristo, o segundo elevou-o à categoria de guarda-mor da Torre do Tombo e de cronista régio. Além da condenação póstuma por ter falsificado um documento régio (Saraiva, 1995, 269), Zurara deu relevo ao papel do infante D. Henrique em detrimento do irmão D. Pedro, entretanto caído em desgraça e morto na chamada batalha de Alfarrobeira.

Que razões levaram a que um homem de cultura que teve nas mãos, durante oito anos, os destinos do reino fosse morto e procurassem apagá-lo, quer como ser humano e político, quer como intelectual? Pensamos que só poderá construir-se uma resposta credível se nos aproximarmos, tanto quanto possível, da verdade – pelo menos, da verdade que podemos atingir –, através do ensaio analítico formal, onde tenham lugar textos fidedignos, sujeitos à crítica e, sempre que possível, comparando documentos que se possam equiparar em importância e datação, sobretudo se estiverem fora da esfera de influência real e da nobreza portuguesas. Como Montaigne, é o homem e a sua acção que nos importa, mas de forma fidedigna e comprovada, negando o autoritarismo e dando expressão a uma atitude crítica. Diz o criador dos *Ensaios*: "il n'est désir plus naturel que le désir de connaissance. Nous essayons tous les moyens qui nous y peuvent mener." E acrescenta: "quand la raison nous faut [manque], nous y employons l'expérience", embora reconhecendo tratar-se de: "un moyen plus faible et moins digne", salvaguarda-o, com uma citação de Marcus Manilius: "c'est par épreuves diverses que l'art est né: L'exemple nous a montré la voie" [3]. Porque o que se lhe oferece dizer é que "la vérité est chose si

[3] As traduções são um problema no entendimento entre os homens. Neste caso, a frase original de Marcus Manilius – "per varios usus artem experientia fecit exemplo monstrante viam", *Astronomica* 1, p. 8 – é traduzida em inglês: "by repeated practice and with examples pointing the way experience built up the science", Astronomica 1, p. 9. Manilius, M. (1992) "The Astronomica of Marcus Manilius", in *Astronomica* Book 1, pp. 4-79. A versão francesa de Montaigne, como vemos, é diferente.

grande que nous ne devons dédaigner aucune entremise qui nous y conduise" (Montaigne, 2002, 764). Um dos maiores mistérios que acompanha a figura do infante D. Pedro prende-se com a razão que levou alguns homens e mulheres de diferentes gerações e de diferentes séculos e períodos da humanidade a continuarem a procurar denegrir a imagem de alguém que desapareceu a 20 de Maio de 1449, em Alfarrobeira, às portas de Lisboa e perto do Tejo, trespassado por um virote (seta curta disparada por uma besta) traiçoeiro. Procurar a resposta para este e outros enigmas que rodeiam a vida e a obra do infante D. Pedro é o objectivo último de um trabalho que se apoiará, mais do que na história – sem nunca a esquecer –, na memória que for possível resgatar, quer em Portugal, quer em países por onde passou a pessoa e a gesta do primeiro duque de Coimbra.

Dedicaremos as próximas páginas à abordagem dos aspectos metodológicos que esta investigação deve desenvolver. Pretendemos, acima de tudo, manter o espírito aberto às surpresas, boas e más, e não nos submetermos cegamente a um método que poderá provar não ser indicado e, acima de tudo, evitar o que Valerie J. Janesick, em *Strategies of The Qualitative Inquiry* (1998), designou por "methodolatry", uma combinação entre método e idolatria, para descrever a preocupação em seleccionar e defender métodos, excluindo a substância real da história que é contada (Janesick, 1998, 48). Sem pretendermos menosprezar a preocupação com o método, que nos parece essencial numa investigação séria e credível, mas porque defendemos, igualmente, uma mente livre e, tanto quanto possível, imparcial e porque não pretendemos cair numa armadilha, não podemos deixar de citar o grito de alerta da autora de "The Dance of Qualitative Research Design". Também Ann Gray, no artigo intitulado "Televised Remembering", integrado na obra *Research Methods for Memory Studies*, refere que cada local de investigação requer um conjunto específico de métodos próprios, cujas combinações dependem das questões iniciais da investigação e do tipo de dados necessários (Gray, 2013, 92). Sublinha mais adiante que o texto é o que mais tem recebido a atenção dos investigadores (em estudos televisivos), cujos exemplos foram analisados em diferentes enquadramentos: "content analysis, structuralism, semiotics, discourse analysis and, although less commonly, psychoanalysis", exemplifica (Gray, 93). E assume:

> Reading texts for the construction of memory requires the analyst to consider those elements which evoke memory in the potential viewer (…). The visual components of the text: archive, images, landscape, architecture, and so on, combine, (…) to create layers of memory through their skilful interweaving in the overall narrative.

> (…) Key areas of textual construction are aesthetic codes, tropes, authority and legitimacy, and 'authoring' (Gray, 93-94).

Fica, assim, em aberto a possibilidade de análise semiótica durante a investigação, até porque cultura, memória e semiótica estão intimamente ligadas. Juri Lotman foi um judeu russo que, pelo anti-semistismo vigente na antiga União Soviética, se afirmou na Estónia e até fundou aquela que ficou conhecida como a Escola Semiótica Tartu-Moscovo. Conhecido nos campos da semiótica e dos estudos literários, começou por leccionar literatura e cultura russas, mas cedo se interessou pelo desenvolvimento da metodologia e procurou desenvolver a semiótica aplicada á cultura e à memória. Marek Tamm afirma mesmo que isso é visível em "Juri Lotman's Semiotic Theory of History and Cultural Memory", e explica: "Lotman's cultural semiotics proceeds from the basic premise that culture and semiotics are essentially coextensive phenomena – culture is by nature semiotic, and semiotics evolves in a cultural environment" (Tamm, 2019, 5). O autor destaca na argumentação de Lotman:

> Memory, both individual and collective, is first and foremost a semiotic phenomenon. What memory records, processes and puts out are signs, not objects. Lotman was one of the first semioticians to see memory as a collective phenomenon directly associated with culture (Tamm, 2019, 9).

Para Tamm, a principal contribuição de Lotman para o desenvolvimento da semiótica consistiu em destacar a função mnemónica da cultura e colocá-la no centro da análise semiótica da cultura. Não podemos deixar, igualmente, de ter em mente que a cultura é autopoiética e que um texto cultural pode ter diferentes interpretações, consoante a perspectiva e que essas interpretações podem sofrer modificações em termos sincrónicos e, sobretudo, diacrónicos.

1.8 - Memória e história

Os estudos de memória estão longe de ter critérios metodológicos definidos como padrões de investigação. Emily Keightley e Michael Pickering afirmam, na introdução à obra *Research Methods for Memory Studies* (2013), que, sendo um campo emergente, acomodam investigações abrangentes sobre fenómenos de todos os tipos de memória e são multidisciplinares, com contribuições que chegam de áreas como a psicologia social, sociologia, história, ciência política, filosofia e artes, teatro e estudos literários, estudos culturais e de media. Em seu entender, o trabalho é diversificado, mas têm-se detectado preocupações crescentes e ansiedades comuns no domínio dos estudos de memória

(Keightley & Pickering, 2013, 2), assumindo que cada investigação é um caso e que os métodos devem adequar-se aos fins em vista.

Os editores de *Research Methods for Memory Studies* afirmam mesmo que o campo dos estudos de memória inclui: "such a diverse array of topics and concerns that it would be absurd to advocate only one approach as being suitable for each specific topic or concern." Dizem acreditar, firmemente, na adopção de uma abordagem metodológica mista, onde os pontos fortes de um método podem compensar os pontos fracos ou as limitações do outro e vice-versa. Se alguém pretender construir edifícios precisa de diversas competências técnicas, e avisam: "being a bricklayer, roofer or plumber is not enough in itself" (Keightley & Pickering, 2013, 5). Ambos os investigadores se movimentam na área dos *media*, com Emily Keightley a também abraçar os estudos de memória e Michael Pickering a análise cultural. Por isso, Astrid Erll afirma sobre os estudos da memória cultural: "[they are] not merely a multidisciplinary field, but fundamentally an interdisciplinar project" (Erll, 2008, 3), a que devemos acrescentar que, mais do que isso, são um projecto transdisciplinar, uma vez que se preocupam com a interacção entre diferentes disciplinas e a promoção do diálogo, visando a cooperação e o contacto entre distintas áreas do saber. Emily Keightley e Michael Pickering referem mesmo no artigo intitulado "Painful Pasts", incluído no capítulo sobre memória perturbada, que foi a mobilidade transdisciplinar que fez do trauma o conceito fundamental nos estudos de memória, para avaliar as maneiras pelas quais a dor do passado aparece na experiência individual, na vida social e na cultura contemporâneas. E acrescentam que se tem argumentado, de forma crescente, a tal propósito: "memory worth talking about – worth remembering – is memory of trauma". Pelo que definem trauma como: "the disruption of the remembering process caused by an event or experience so at odds with our usual frameworks of remembering that it cannot be remembered in any conventional fashion" (Keightley & Pickering, 2013, 152-153).

A área dos estudos culturais não foge à regra na indefinição de critérios metodológicos como padrões de investigação. Mimi White e James Schwoch, na introdução à obra *Questions of Method in Cultural Studies* (2006), em vez de preconizarem uma teoria unificada neste domínio, propõem-se explorar a questão das metodologias segundo outra abordagem: "in hopes of finding what we would call a 'management' or 'negotiation' template of cultural studies methodologies for practitioners". Os autores acreditam num modelo ou matriz de gestão que enfatize as possibilidades de utilização metodológica e,

em vez de procurarem apresentar um único caminho a seguir, afirmam: "we are more interested in sketching the parameters of a large spreadsheet with many reasonably possible cells to activate" (White & Schwoch, 2006, 5-6). Também Tony Bennett, no artigo "Towards a Pragmatics for Cultural Studies", refere que a área dos estudos culturais cresceu de tal maneira que alguns investigadores duvidam que seja possível, ou desejável, tratar de toda a área. O sociólogo inglês e professor de Estudos Culturais da Griffith University, Brisbane, entende que não se podem tentar impor definições únicas ou unificadoras, porque estarão votadas ao fracasso, mas podem tentar-se aproximações relativamente vagas. É o que faz quando afirma:

> Work in cultural studies is characterized by an interdisciplinary concern with the functioning of cultural practices and institutions in the contexts of relations of power of different kinds. Its interdisciplinariness, however, does not take the form of an alternative to or transcendence of those disciplines (history, sociology, literary studies, linguistics) which may lay a claim to similar interests. To be sure, it may challenge the effects of particular specialist focuses within these disciplines, but it does not offer, or aspire to offer, a wholesale critique of them as disciplines any more than it dispenses with the need to draw on the specialist techniques, skills, knowledges and trainings associated with these disciplines where these are appropriate to the topic under investigation (Bennett, 1997, 51).

No artigo "Mixed and Rigorous Cultural Studies Methodology - an Oxymoron?", inserido na obra editada por White e Schwoch, a antropóloga Micaela di Leonardo reflecte acerca das estratégias de investigação interdisciplinar e multimetodológica envolvidas na investigação e redacção da sua obra *Exotics at Home: Anthropologies, Others, American Modernity*, de 1998. Di Leonardo identifica os seis métodos que dão corpo à investigação que desenvolveu – etnografia, contextualização histórica, análise literária, métodos quantitativos, leituras de estudos culturais clássicos e reflexividade (ou narrativa pessoal) –, mas faz questão de sublinhar que não definiu antecipadamente a utilização desses métodos e que não os elencou de forma exaustiva ou como uma combinação mágica, embora argumente: "any reading of texts or other popular-cultural phenomena gains depth and authority from historical contextualization" (Di Leonardo, 2006, 205-220). Ainda assim, do leque de metodologias apresentadas, duas saltam à vista por parecerem adequar-se ao trabalho em análise: contextualização histórica e análise literária.

Já o historiador Alon Confino entende o papel orientador da cultura na abordagem histórica: "the concept of 'culture' has become for historians a compass of a sort that governs questions of interpretation, explanation, and method" e salienta: "the notion of

‘memory’ has taken its place now as a leading term, recently perhaps the leading term, in cultural history.” No artigo intitulado “Collective Memory and Cultural History: Problems of Method”, afirma que a noção de memória, mais praticada que teorizada, tem sido utilizada para designar coisas muito diferentes, mas que partilham as formas como as pessoas constroem o sentido de passado, seja através do testemunho vivencial, seja por intermédio de ‘veículos de memória’ como livros, filmes, museus e comemorações, entre outros. Em sua opinião, tudo é um caso de memória, porque a memória está em toda a parte e sublinha: “the richness of memory studies is undeniable”, afiançando: “perhaps collective memory has been so useful to think about how people construct pasts because of its open-endedness, because it is applicable to historical situations and human conditions in diverse societies and periods” (Confino, 1997, 1386-1387).

O trabalho, publicado na *The American Historical Review*, começa por referir que os estudos de memória têm contribuído para explorar a construção do passado que, através de um processo de invenção e apropriação, afectou a relação de poder dentro da sociedade. “The ‘politics of memory’ (at times, ‘the politics of identity’) has emerged as a leading theme in the growing body of literature about memory”, afirma o autor, realçando que a memória é aqui vista como uma experiência subjectiva de um grupo social que sustenta uma relação de poder, concluindo, por outras palavras: “it is who wants whom to remember what, and why” (Confino, 1997, 1393). O que o leva a inferir que uma consequência significativa para o sacrifício do cultural ao político é a propensão do historiador de cultura para ignorar a questão da recepção:

> Many studies of memory are content to describe the representation of the past without bothering to explore the transmission, diffusion, and, ultimately, the meaning of this representation. The study of reception is not an issue that simply adds to our knowledge. Rather, it is a necessary one to avoid an arbitrary choice and interpretation of evidence (Confino, 1997, 1395).

Ika Willis entende que o estudo da recepção é muitas vezes visto como periférico em relação aos estudos literários e que existem frequentemente desvios do olhar para áreas como a sociologia, a etnografia e até os estudos culturais. Como afirma no sumário de uma comunicação que teve lugar, em Junho, no ciclo de conferências do programa Ertegun Scholarships in the Humanities, da Universidade de Oxford: “as signifying structures, texts cannot be considered in isolation from the processes of signification through which they are produced and circulated, or from the networks and media of communication through which they are received by readers” (Willis, 2023). Em

Reception, de 2018, a professora da Universidade de Wollongong, na Austrália, sublinha que pensar na recepção significa que não podemos entender um texto, como fizeram os *New Critics* [4] e cita Louise Michelle Rosenblatt quando criticava: "as an object, like a machine, whose parts can be analyzed without reference either to the maker or to the observer (or reader)" (Rosenblatt, 1995, 267). Ika Willis conclui que os *insights* da recepção indicam que o objeto de estudo literário é mais complexo do que isso e os textos, afirma: "cannot be studied without reference to readers and/or reading" (Willis, 2018, 143).

Mas, para Confino, o verdadeiro problema é de método, porque quando os historiadores tentam interpretar evidências da memória a partir de uma representação do passado, o risco de uma argumentação circular através de leituras 'culturais' é muito elevado, como salienta que aconteceu com Henry Rousso, em *The Vichy Syndrome. History and Memory in France Since 1944* (*Le Syndrome de Vichy - de 1944 à nos jours*, no original de 1987), ao separar a construção da memória de Vichy da recepção (Confino, 1997, 1396). Embora diga que nem Rousso nem os estudiosos da memória e da história cultural acreditem que as representações do passado possam "falar por si mesmas", Confino afirma: "the result of many studies of memory that overlook reception is that representations of the past are used, in effect, as vehicles that explain perceptions of the past without intermediaries" (Confino, 1397). Uma forma que reconhece de reflexão sobre o problema da separação entre a construção da memória e a sua recepção ou contestação é em termos das relações entre texto e contexto (Confino, 1398). Para aceitarmos que nenhum desses processos tem primazia e ainda compreendermos o significado da memória, entende que precisamos de assimilar que estão interligados e salienta: "memory as a whole that is bigger than the sum of its parts". O que, diz, serve como lembrete para o entendimento de algo que considera importante em relação à memória: "what is declared more often than practiced, namely the multiplicity of social experiences and representations, in part contradictory and ambiguous, in terms of which people construct the world and their actions" (Confino, 1399). O investigador recupera mesmo a ideia de Maurice Halbwachs de que a multiplicidade dos tempos sociais é fundamental na formação social da memória, ao analisar:

[4] *New Criticism* – movimento que dominou a crítica literária norte-americana em meados do século XX. Defendia que uma obra funcionava como um objecto estético independente, auto-contido e auto-referente. O nome advém do livro *The New Criticism*, de John Crowe Ransom, de 1941.

> Sociétés religieuses, politiques, économiques, familles, groupes d'amis, relations, et même réunions éphémères dans un salon, dans une salle de spectacle, dans la rue, toutes immobilisent le temps à leur maniére, ou imposent à leurs membres l'illusion que pendant une certaine durée tout au moins, dans un monde qui change sans cesse, certaines zones ont acquis une stabilité et un équilibre relatifs, et que rien d'essentiel ne s'y est transformé pendant une période plus ou moins longue (Halbwachs, 1968, 129).

A multiplicidade da memória é, no entender de Alon Confino, historiador cultural israelita, útil por duas razões: em termos de método, possibilita a escrita da história da memória como mistura de recepção, representação e contestação; em termos de assunto, permite evitar distinções artificiais, até mesmo como dispositivos heurísticos, o que propicia explorar: "how people were, at one and the same time, say, local and national, Zionist and religious, good parents as well as devoted Catholics and Vichy fascists who sent Jewish children to the camps". Além disso, sublinha, a multiplicidade da memória também é útil para se poder pensar o lugar de uma determinada memória dentro da sociedade como um todo (Confino, 1997, 1399).

Questiona de seguida a memória nacional e as diferenças, os conflitos e as rivalidades existentes entre diferentes grupos na sociedade, superadas através de denominadores comuns que excedem, no plano simbólico, diferenças sociais e políticas reais. Outra abordagem relatada é a abordagem do todo, ignorando as partes que o constituem. Como é o caso da obra *Recovered Roots*, de Yael Zerubavel, de 1995, onde estuda a memória colectiva sionista em três grandes eventos da história judaica antiga e recente: a queda de Massada, em 73 dC, a revolta de Bar Kokhba contra o Império Romano, em 132 d.C., e a batalha de Tel Hai, em 1920, na Alta Galileia, onde oito colonos judeus morreram na defesa de um pequeno povoado. Confino diz que, nesta obra, uma memória colectiva sionista tornou-se, por si só, um agente histórico. Refere ainda uma terceira possível abordagem, onde as relações entre memórias, vernacular e oficial, são dicotómicas. Dá como exemplo a obra de John Bodnar, publicada em 1993, *Remaking America: Public Memory, Commemoration, and Patriotism in the Twentieth Century*, que critica porque, diz, Bodnar idealiza uma cultura vernacular, que transmite autenticidade e intimidade, enquanto a cultura oficial, manipuladora, é grande, impessoal e sedenta de poder, o que está associado à alienação, desconfiança e motivação oculta. Mas, Alon Confino, professor da Universidade Massachusetts Amherst, contrapõe: "in the real world, things

are not as neat. Not only is vernacular memory not as saintly and official memory not as brutal, but they constantly commingle." (Confino, 1402).

Alon Confino propõe, por consequência, que a história da memória seja teoricamente mais rigorosa na articulação da relação entre o social, o político e o cultural e, ao mesmo tempo, mais anárquica e abrangente no uso do termo memória como um dispositivo explicativo que liga representação e experiência social. Ao longo do texto, procura sustentar uma crítica de dois tipos à história cultural. Em seu entender, existe um perigo nos estudos de memória: "the danger of reducing culture to politics and ideology, instead of broadening the field from the political to the social and the experiential, to an everyday history of memory." E também: "the danger of reducing culture to some vague notion of memory, whereby memory is separated from other memories in society and from the culture around it" (Confino. 1402). Considera óbvio que uma dada memória existe, que tem uma representação simbólica e um significado político, mas adianta que isso, por si só, pouco explica se não colocarmos essa memória dentro de uma rede global de transmissão social e representações simbólicas (Confino, 1997, 1402). E conclui que para escrever uma história da memória, precisamos traçar o horizonte mental de uma época. Questionando-se sobre quando e por que se tornou a memória um hábito mental compartilhado pelas pessoas para dar sentido ao passado, remata: "perhaps the first task of the history of memory is to historicize memory" (Confino, 1997, 1403).

O conflito académico entre história e memória tem-se prolongado no tempo. Em 2009, Gavriel D. Rosenfeld, professor de História na Fairfield University, Connecticut, em "A Looming Crash or a Soft Landing? Forecasting the Future of the Memory 'Industry'", alinhou com aqueles que entendiam que, após um 'boom' de mais de duas décadas, a "memória" estava a atingir um ponto de saturação e, em vez de continuarmos a trabalhar a memória e o passado, deveríamos começar a olhar para o presente e para o futuro. Nas conclusões do artigo, Rosenfeld confessa-se relutante em fazer afirmações definitivas sobre o destino final do 'boom' da memória ou do que chama a 'indústria da memória'. E comenta: "we may belong to the 'trend spotting generation' and have become adept at recognizing how diverse factors slowly converge until they reach a 'tipping point' and become new trends fade and ultimately disappear". O presidente do Centro de História Judaica de Nova Iorque procurou sugerir que os factores culturais e intelectuais que fomentaram o 'boom' da memória estão a esmorecer desde a viragem do milénio, embora não seja claro se já atingiram o ponto de viragem reverso, no entanto parece seguro de

que esse ponto estará seguramente próximo. E acrescenta: "the same is true of the memory industry. The production of academic studies on the subject of memory, as noted above, will partly be affected by memory's changing status in the world at large". Para Rosenfeld, o campo dos estudos de memória expandiu-se tão rapidamente que poderá enfrentar uma crise de superprodução, uma vez que, como diz, se trata de um campo que abrange praticamente tudo, desde relações internacionais aos livros de culinária. O professor de Fairfield aventa até: "there exists the possibility that the supply of scholarship will outpace demand and eventually result in a memory glut (or, to use the contemporary term of choice, a memory 'bubble')". E respondendo à questão que constitui o título do artigo que subscreve, conclui: "this is not to say that the memory industry will experience anything like a crash. Indeed, it is far more likely to experience a soft landing" (Rosenfeld, 2009, 146-147).

Quem não deixou passar o artigo de Rosenfeld sem resposta foi a investigadora alemã Astrid Erll. Em *Memory in Culture*, de 2011, reclama que não nos podemos dar ao luxo de não estudar a memória. Em seu entender: "if we want to understand '9/11', the actions of Islamic terrorists, or the reactions of the West, we must naturally look at certain mental, discursive, and habitual paradigms that were formed in long historical processes – via cultural memory". Afirma igualmente que se quisermos compreender as guerras actuais, que em 2011 eram no Afeganistão, no Iraque e no continente africano, mas que hoje, apesar de continuarem de outra forma, perderam visibilidade para a Ucrânia e, de algum modo também, para o Sudão – apesar dos problemas no Afeganistão, no Iraque e na Síria não terem desaparecido –, assim como se quisermos entender a ascensão da China e da Índia, e, sobretudo, o aquecimento global e as suas consequências, então: "we have to acknowledge that many of the 'hard facts' of what we encounter as 'economy', 'power politics', or 'environmental issues' are at least partly the result of 'soft factors', of cultural processes grounded in cultural memory". Para a investigadora e professora de literaturas e culturas anglófonas da Universidade de Frankfurt, os estudos da memória não podem ser reduzidos a "estudos de comemoração", "estudos de memória nacional", "estudos do Holocausto" ou "estudos de trauma", apesar de compreenderem todas essas áreas de investigação e se basearem nas metodologias nelas desenvolvidas. "Memory studies – argumenta – is interested in the entire spectrum of possible interrelations between past, present, and future as they take shape in sociocultural contexts". Com a abertura do horizonte dos estudos de memória, Astrid Erll entende que se podem lançar as bases para

futuras investigações sobre memória que abordem: "the social, medial, and mental dynamics at work whenever people deal with, or are influenced by, the past and from there address their present reality and future prospects" (Erll, 2011, 172-173).

1.9 – Mnemohistória

Os estudos de memória tiveram uma grande aceleração nas últimas décadas e, muitas vezes, têm sido questionados por historiadores. Marek Tamm, em "Beyond History and Memory: New Perspectives in Memory Studies", limita-se a dizer que os estudos da memória mudaram a natureza da investigação histórica e que a função da escrita da história poderia ser reavaliada em termos de memória cultural. Começa por examinar as obras mais recentes dos estudos da memória para, em seguida, se referir aos estudos da memória cultural, e, por último, retomar o debate sobre a relação entre história e memória. Neste contexto, propõe um quadro conceptual alternativo, a mnemohistória (Tamm, 2013, 458). A este propósito afirma: "the great popularity of memory studies has presented historians with serious challenges. Some perceive them as aggression, others – including myself – rather as the opening of new avenues". Mas, em sua opinião: "this old debate stands in need of re-conceptualisation, since the concepts of 'history' and 'memory' can hardly be regarded as of the same category". Enquanto o primeiro, diz, se reporta a uma forma específica de estudar e representar o passado que evoluiu na cultura ocidental ao longo dos últimos séculos, o segundo refere-se às relações gerais entre o passado e o presente num determinado contexto sociocultural. Professor de história cultural no Instituto de Humanidades e investigador sénior de estudos medievais do Instituto de História, ambos da Universidade de Tallin, na Estónia, sublinha: "in terms of cultural memory, history is a cultural form exactly like, for instance, religion, literature, art or myth, all of which contribute to the production of cultural memory". Também entende que a escrita da história é um meio muito específico de memória cultural, com as suas próprias regras e tradições, e acrescenta que é, mesmo, um dos meios mais importantes para uma compreensão tão abrangente quanto possível do passado, mas que, certamente, não o único ou necessariamente o mais influente (Tamm, 463).

Marek Tamm considera que uma compreensão mais ampla da história, como uma forma simbólica específica, através da qual o conhecimento do passado é transmitido numa cultura, prepara o cenário para uma mudança no olhar do historiador, permitindo-lhe alargar o alcance da historiografia de um estudo dos acontecimentos do passado para o

estudo do impacto e significado posteriores. E acrescenta que o reconhecimento: "of this shift has given rise to a new approach in the study of history, called 'mnemohistory'" (Tamm, 463-464). O conceito foi cunhado, em 1997, por Jan Assmann na obra *Moses the Egyptian: the memory of Egypt in western monotheism*, como teoria da recepção aplicada à história. Segundo Assmann:

> Mnemohistory is not the opposite of history, but rather is one of its branches or subdisciplines, such as intellectual history, social history, the history of mentalities, or the history of ideas. But it has an approach of its own in that it deliberately leaves aside the synchronic aspects ofwhat it is investigating. It concentrates exclusively on those aspects of significance and relevance which are the product of Memory – that is, of a recourse to a past – and which appear only in the light of later readings (Assmann, 1997, 9).

Tamm pressupõe, no entanto, que a 'recepção' não pode ser entendida apenas no sentido estrito referente à transmissão e recepção. Porque, afirma: "the past is not simply 'received' by the present. The present is 'haunted' by the past and the past is modelled, invented, reinvented, and reconstructed by the present". E continua a discorrer sobre o conceito, dizendo que a mnemohistória levanta questões como: "What is known of the past in the present? Why is it that some versions of the past triumph, while others fail?". E ainda: "Which events or other phenomena from the past are selected and how are they represented? How is the past used in order to legitimise or explain the happenings in the present? Why do people prefer one image of the past over another? and such". A noção de mnemohistória permite, em seu entender, ir além das questões, muitas vezes insolúveis, sobre 'o que realmente aconteceu', para questões sobre o modo como formas específicas de construir o passado permitem que comunidades posteriores se constituam e se sustentem. Isso, defende, não quer, porém, dizer: "that mnemohistory cannot adopt a critical attitude towards the ways of remembering it studies". Pelo contrário, salienta: "it is precisely mnemohistorical analysis that allows us best to highlight the logic shaping the nature of cultural memory and thereby also our historical horizon". Dá, depois, exemplos de obras que utilizaram o conceito ao longo dos últimos anos, como *Empire and Memory: The Representation of the Roman Republic in Imperial Culture*, editado por Alain Gowing em 2005. Sublinha, no entanto, que, tanto quanto lhe parece: "although empirically rather widely explored, the field of mnemohistory is still waiting for a sound and systematic conceptualisation and theorising" (Tamm, 464).

A mnemohistória, sustenta Marek Tamm, permite ao historiador ter uma abrangência melhor do que acontecia anteriormente nos dois níveis em que trabalha simultaneamente: "the historicisation of the phenomenon of the past and the historicisation of his own work". O cruzamento desses dois níveis é, no entender do autor, uma das lições mais importantes da hermenêutica clássica, ou, como disse o filósofo alemão Wilhelm Dilthey, em *Der Aufbau der geschichtlichen Welt in der Geisteswissenschaften* (The structure of the historical world in the humanities): "we are historical beings first, before we are observers of history, and only because we are the former do we become the latter" (Dilthey, 1992, vol. 7, 278). O historiador estónio insiste mesmo que os fundamentos teóricos da mnemohistória baseiam-se, em grande parte, na filosofia hermenêutica, principalmente nas obras de Hans-Georg Gadamer, cujo conceito de "Wirkungsgeschichte" (histórico do impacto) antecipa "Gedächtnisgeschichte" (história da memória) em mais do que um sentido (Tamm, 2013, 464-465). Tamm entende que Gadamer enfatiza inequivocamente que o pensamento histórico real deve ter em conta a sua própria historicidade, inferindo, a partir daí, a necessidade de um novo tratamento hermenêutico da história: "a hermeneutics adequate to the subject matter would have to demonstrate the reality and efficacy of history within understanding itself. I shall refer to this as 'history of effect.' Understanding is, essentially, a historically effected event" (Gadamer, 2006, 299). Gadamer considera que se tentarmos compreender um fenómeno histórico a partir da distância histórica que é característica da situação hermenêutica, seremos sempre afectados pela história, porque sublinha: "it determines in advance both what seems to us worth inquiring about and what will appear as an object of investigation" e, acrescenta: "we more or less forget half of what is really there – in fact, we miss the whole truth of the phenomenon – when we take its immediate appearance as the whole truth" (Gadamer, 300).

O filósofo alemão critica a objectividade histórica por não se preocupar com a alteridade e por confiar no método crítico que, de algum modo, tolhe a própria consciência histórica. De igual modo condena a crítica metódica, que elimina a arbitrariedade das apropriações 'relevantes' do passado, mas preserva a boa consciência ao não reconhecer os pressupostos que governam a sua própria compreensão e que, por isso, não atinge aquela verdade que, apesar da natureza finita da nossa compreensão, poderia e deveria ser alcançada. Lança, de seguida, um ataque mais feroz à história quando afirma: "historical objectivism resembles statistics, which are such excellent means of propaganda because

they let the ‘facts’ speak and hence simulate an objectivity that in reality depends on the legitimacy of the questions asked” (Gadamer, 300). O historiador Marek Tamm termina o seu artigo, dizendo que, é plausível que os desenvolvimentos em geral no domínio do estudo da história e da cultura, bem como a ascensão meteórica do conceito de memória em particular, tenham mudado irreversivelmente tanto a natureza como as perspectivas da escrita da história. Assim, conclui: “on a general level, memory studies can be regarded as part of a broader change in how we see time and the interrelations of the past, the present, and the future” (Tamm, 2013, 466).

1.10 - Paisagens culturais da memória

Paul Basu, cujo objecto de estudo é a antropologia e o património cultural, começa por citar David Lowenthal quando afirma: “the locus of memory lies more readily in place than in time” (Lowenthal, 1997, 180). Depois de desenvolver o raciocínio com recurso aos trabalhos de Maurice Halbwachs e Pierre Nora, Basu afirma que, apesar de existirem inúmeros debates sobre as fronteiras entre as formas privadas e públicas de recordar, é mais adequada a expressão ‘memória cultural’, tendo em conta que Astrid Erll lhe atribuiu como definição provisória: “the interplay of present and past in socio-cultural contexts” (Erll, 2008, 2). O que, segundo a professora de Anglophone Literatures and Cultures da Goethe-University de Frankfurt, permite: “an inclusion of a broad spectrum of phenomena […] ranging from individual acts of remembering in a social context to group memory […] to national memory with its ‘invented traditions’” (Erll, 2008, 2). Basu entende que esses fenómenos não são discretos, nem contínuos ou, sequer, consistentes. Mas, seguindo a metáfora do espaço sublinha: “we might conceive of this varied mnemonic terrain as a ‘landscape of memory’ – or, better, a ‘cultural memoryscape’” (Basu, 2013, 116). E especifica: “cultural memoryscapes accommodate not only different sites and social frameworks of memory, but also what Radstone and Hodgkin term different ‘regimes of memory’ (2003)”. Em vez de um mundo dicotomizado de autênticos "milieux de memoire" e de "lieux de memoire" autoconscientemente comemorativos, como os identificados por Pierre Nora, o autor afirma que a paisagem de memória é composta por uma multiplicidade de diferentes formas de recordação: “those that are intentional and communicable through language, narrative or material form, as well as those which are unintentional and ‘inherently non-narrative’ [citação de Erll, 2010, 2], such as embodied forms of memory” (Basu, 2013, 116).

Entra em seguida na descrição da investigação multilocalizada que, pertencendo ao campo da etnografia, permite abordar associações e ligações entre locais de memória distribuídos, quer sejam lugares, caminhos, monumentos, rituais, vestígios de arquivo ou outros, porque, como diz: "[they] make up the cultural memoryscape and with which the researcher can physically engage" (Basu, 2013, 118). O docente de antropologia na Universidade de Londres salienta que, devido ao carácter plural e disperso da paisagem da memória, os métodos de investigação multilocalizada são particularmente úteis: "these involve discerning 'logics of relationship, translation, and association' between multiple sites of memory". E salienta que, em vez de se forjarem novas ortodoxias metodológicas para os estudos de memória, devem antes procurar-se abordagens múltiplas, seguindo: "the 'paths, threads, conjunctions [and] juxtapositions' between the multiple sites of the cultural memoryscape". Também sugere: "that we learn to dance between our multiple disciplines and their various methodologies" (Basu, 130).

A reconstrução do passado é sempre problemática, sobretudo quando a distância temporal é muito grande, como no caso dos perto de seis séculos que nos separam da primeira metade do século XV, sobretudo pela ausência de registos objectivos. Mesmo quando o passado é recente ou relativamente próximo, como a II Guerra Mundial, os investigadores têm dificuldade em saber onde está a verdade, refere Jovan Byford no artigo sob o título "Testimony", que integra a obra *Research Methods for Memory Studies*, de 2013. Em relação às vítimas do Holocausto, por exemplo, têm de se movimentar entre a perspectiva da memória e dos testemunhos dos sobreviventes, muitas vezes conflituantes e contraditórios, nalguns casos até repletos de equívocos, para construir uma história que, de outra forma, não existiria (Byford, 2013, 202). Mesmo os documentos escritos não são infalíveis e, ainda em relação ao Holocausto, o autor adianta que alguns testemunhos do pós-guerra mostraram ser mais fidedignos que registos documentais aparentemente objectivos, como os arquivos da Gestapo, que contêm informações erróneas ou falsificadas. Em consequência, Byford afirma que os investigadores têm de confiar na experiência, na capacidade de ajuizar e na percepção que advêm da imersão no material histórico, fazendo depois escolhas informadas e, muitas vezes também, suposições intuitivas (Byford, 2013, 204).

Birgit Neumann, por seu lado, refere-se aos textos que representam processos de rememoração, dizendo que, durante muito tempo, não tiveram uma designação de género, até os críticos, nos quais se inclui, proporem a expressão 'ficções da memória'. Por isso

explica que, em primeiro lugar, a expressão alude a narrativas literárias que retratam o funcionamento da memória e, em segundo lugar, às histórias que indivíduos ou culturas contam sobre o seu passado para responderem às questões: 'quem sou eu?' ou, de forma colectiva, 'quem somos nós?' (Neumann, 2008, 334). Para Neumann, nesta encenação de memória individual e cultural, as narrativas podem recorrer a um amplo espectro de técnicas estéticas, desde os traços distintivos da mediação narrativa, à representação do mundo, espaço e tempo interiores, e à intertextualidade ou concepção de modelos de argumento. No texto intitulado "The Literary Representation of Memory", a investigadora alemã refere que as 'ficções da memória' são, regra geral, apresentadas por um narrador, que perscruta o passado para impor significados às memórias de superfície a partir de uma perspectiva do presente. Assim sendo: "the typical pattern for the literary representation of memories is retrospection or analepsis" (Neumann, 335). Ou seja, os acontecimentos são, caracteristicamente, recordados mais tarde e representados como memórias experienciadas pelo narrador ou personagem (Neumann, 335-336). Por isso afirma:

> The story and discourse continually transact with and against each other, continually produce, enlarge and question each other's meaning through their very antagonism. Due to this paradoxical structure, they confront closure with its inherent contradictions, and engage the reader in an ongoing dialogue with different avenues to interpreting the literary past. […] The revelation of the constructed nature of memory does not offer evidence of the past's insignificance; however, it makes memory subject to debate (Neumann, 337-338).

Razão pela qual entende que a apropriação do passado é também limitada por condições de disseminação medial e que a questão sobre de quem são as versões de memória que vão prevalecer na luta pelo poder de definição histórica depende da eficácia do meio de memória específico. Do seu ponto de vista, a pluralização das perspectivas através de referências intertextuais e intermediais aponta quer para a dimensão social da memória, quer para o funcionamento da dimensão material, acentuando a importância dos meios na criação da memória colectiva (Neumann, 339-340). E acrescenta que longe de apenas perpetuarem memórias culturalmente pré-existentes, as ficções da memória têm uma responsabilidade considerável no reforço de novos conceitos de memória. A literatura torna-se, assim, um meio formativo no âmbito da cultura da memória que, com base nas características específicas de determinados símbolos, pode cumprir funções concretas, funções que não podem ser desempenhadas por outros sistemas de símbolos, pelo que conclui: "the study of fictional narratives is not only wedded to particular lifeworlds, but

turns into a laboratory in which we can experiment with the possibilities for culturally admissible constructions of the past" (Neumann, 341-342).

1.11 – Propaganda, persuasão e retórica

O trabalho que nos propomos desenvolver situa-se na área dos estudos culturais e de memória, mas versa a *damnatio memoriae* de que terá sido alvo o infante D. Pedro, duque de Coimbra, e tem, por isso, de abranger também o domínio da propaganda que, sendo uma classe de comunicação, pode influenciar a opinião pública, assim como a mudança de mentalidades, atitudes ou comportamentos. Vulgarmente associada à publicidade e à actividade comercial, a propaganda está intimamente ligada à política e à capacidade de persuadir e influenciar as pessoas. Mais ou menos assumida, a propaganda data de tempos imemoriais, sendo já utilizada por assírios, babilónios, egípcios, gregos e romanos. Entre estes últimos utilizava-se a retórica como instrumento de persuasão, a que não devemos ficar alheios. Faz, por isso, sentido que também lhe dediquemos atenção, uma vez que para esconder ou apagar a figura e a história de uma pessoa se utiliza, muitas vezes, o artifício de promover outras. São conhecidos e estão estudados os paralelismos que podem ser encontrados entre propaganda, persuasão e retórica, com todas as etapas do processo argumentativo identificadas por Aristóteles: invenção, disposição, elocução e acção. Assim como os três grupos ou instâncias de relação retórica: "*ethos*, o carácter do orador; *pathos*, a emoção do auditório; *logos*, a argumentação" (Sousa, 2001, 17). Na obra *Retórica*, o próprio Aristóteles estabelece uma definição: "retórica [é] a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir" (Mesquita, 2018, 75). Esta definição dá conta que a retórica é útil para persuadir, qualquer que seja o tema, sobretudo quando temos em conta a tradução mais afirmativa e precisa em língua inglesa: "let us take rhetoric, then, to be the ability to see, in any given case, the possible means of persuasion" (Waterfield. 2018, 6). Já Alejandro Pizarroso Quintero, na *História da Propaganda*, afirma: "a persuasão como fenómeno comunicativo é inerente ao homem desde o momento em que este se assume como tal" (Quintero, 1993, 18).

O mesmo se pode dizer da *Retórica a Herénio*, um importante manual retórico da Antiguidade Clássica que foi divulgado, sobretudo nos meios eclesiásticos durante a Idade Média, conforme refere Aires Augusto Nascimento, no trabalho *Cícero em Portugal: Momentos de Humanismo Cívico* (Nascimento, 2006, 99-128). A obra está dividida em seis partes: exórdio, narração, divisão, confirmação, refutação e conclusão.

Propomo-nos olhar para as fontes documentais primárias e secundárias (eventualmente também para as terciárias) do século XV e seguintes, respeitantes ao tema em análise, à luz destes princípios que circulavam por toda a Europa durante a Idade Média e foram recuperados no século XX. Será a partir desses pressupostos que procuraremos lançar um pouco mais de luz sobre uma figura, se não esquecida, diluída na voragem de um tempo em que outros sobressaíram para fundamentar a história e a memória nacionais, ganhando visibilidade e reconhecimento públicos.

Retórica a Herénio é uma obra de autor desconhecido, escrita sob a forma de epístola, que foi durante muito tempo atribuída a Cícero pela semelhança com o *De Inventione*, mas cuja autoria, como referem as autoras da única tradução portuguesa conhecida, só começou a ser questionada no século XV. Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra afirmam: "até então, a filiação fora asseverada pela transmissão do tratado em códices compartilhados com obras de Cícero, nos quais o *Da invenção* recebia a alcunha de *Retórica primeira* e a *Retórica a Herénio*, de *Retórica segunda*". As investigadoras brasileiras referem, na introdução da versão em português do Brasil, a propósito da *Retórica a Herénio*: "possivelmente composta entre os anos 86 e 82 a.C., é a mais remota arte retórica escrita em latim que a Antiguidade nos legou e uma das obras antigas de maior circulação na Idade Média". De acordo com as mesmas investigadoras, esta obra não teve divulgação durante muito tempo e: "era desconhecida dos retores romanos". As primeiras referências textuais, acrescentam, surgem apenas no séc. IV (*Retórica a Herénio*, 2005, 11-12). Vejamos, então, quais as partes desta obra retórica que podem ter servido de inspiração aos promotores da *damnatio memoriae* do infante D. Pedro, duque de Coimbra.

O autor da *Retórica a Herénio* previu sempre a existência de duas abordagens diferentes dos problemas, a do acusador e a do defensor. Curiosamente, no caso de D. Pedro, havia apenas acusadores. O infante não teve oportunidade de se defender. As defesas só surgiram após a morte. Por exemplo, quando fala do campo judiciário, o autor da *Retórica a Herénio* refere: "a narração do acusador deve lançar suspeitas aqui e ali, de modo que todo ato, todo dito, todas as idas e vindas, tudo, enfim, pareça motivado". Rui de Pina, na Crónica de El-Rei D. Afonso V, relata, como veremos adiante, que mal o infante D. Pedro deixou a corte, em 1448, logo o conde de Ourém, o arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha e o irmão, D. Sancho de Noronha, conde de Odemira, ali se instalaram. A ideia era levar o rei a tomar decisões contra o duque de Coimbra. Os conspiradores contavam,

na retaguarda, com D. Afonso, duque de Bragança e meio-irmão do infante, a quem D. Pedro tinha infligido humilhações várias, como a transposição de serras e valados, entre grandes frios e maiores perigos, para fugir a um combate frontal em terras do duque de Coimbra. Entre outros expedientes, os conjurados aconselharam D. Afonso V a demitir todos os funcionários que o tio tinha nomeado para a corte, depois de lançarem suspeições e falsos testemunhos sobre as figuras em questão. Acusavam uns de errar na justiça, outros de roubarem o erário régio e outros ainda de poderem envenenar o rei.

A *Retórica a Herénio* começa por estabelecer que o orador deve praticar três géneros de causas: o demonstrativo, o deliberativo e o judiciário. Em relação ao primeiro determina: "o demonstrativo destina-se ao elogio ou vitupério de determinada pessoa"; quanto ao segundo refere: "o deliberativo efetiva-se na discussão, que inclui aconselhar e desaconselhar; e no que diz respeito ao terceiro, que classifica como o mais difícil, defende: "o judiciário contempla a controvérsia legal e comporta acusação pública ou reclamação em juízo com defesa". Depois, enumera as cinco partes do ofício do orador: invenção, disposição, elocução, memória e pronunciação. No que diz respeito à invenção, que rotula como a parte mais difícil, refere: "é a descoberta de coisas verdadeiras ou verossímeis que tornem a causa provável"; já em relação à disposição define: "é a ordenação e distribuição dessas coisas: mostra o que deve ser colocado em cada lugar"; a elocução: "é a acomodação de palavras e sentenças adequadas à invenção"; a memória: "é a firme apreensão, no ânimo, das coisas, das palavras e da disposição"; e, por fim, em relação à pronunciação sublinha: "é a moderação, com encanto, de voz, semblante e gesto" (*Retórica a Herénio*, 2005, 55).

Exórdio, explica o tratado: "é o começo do discurso, por meio do qual se dispõe o ânimo do ouvinte a ouvir". Quanto aos géneros de causa que o exórdio pode envolver são quatro: honesto, torpe, dúbio e humilde. O autor sublinha depois que o método do exórdio deve ser acomodado ao género de causa. Assim, a introdução deve ser utilizada se o género for dúbio ou humilde, já se for honesto, pode ou não ser utilizada. Mas, se for torpe: "a não ser que encontremos algo com que, acusando os adversários, possamos granjear a benevolência, devemos usar a insinuação" (*Retórica a Herénio*, 57-59). A diferença descrita entre introdução e insinuação está na dissimulação que é necessário utilizar na insinuação. Em qualquer dos casos, o objectivo é fazer com que o ouvinte ou o conjunto de ouvintes fique: "benevolente, atento e dócil". E sublinha que "essa tripla utilidade", que deve ser procurada em todo o discurso: "é preparada sobretudo no exórdio" (*Retórica*

a Herénio, 63). O autor da *Retórica a Herénio*, expõe em seguida o que considera importante na narração, começando pelos três géneros da narração e de como devem ser utilizados. O primeiro, diz respeito às causas em que haverá sentença e visa a vitória. Por isso, na exposição, é necessário utilizar em proveito próprio cada detalhe do que aconteceu. O segundo, explica, é aquele que, por vezes: "entrecorta o discurso para fazer a fé, incriminar, fazer uma transição ou uma preparação". O terceiro, sublinha: "afasta-se das causas civis, mas deve ser exercitado para que nelas possamos tratar os dois outros géneros com maior comodidade". Quanto à narração que se apoia nas personagens, o autor entende que deve ser alegre, mas com diferenças de ânimo: "gravidade e leveza, esperança e medo, desconfiança e desejo, dissimulação e compaixão; variedade de situações: mudanças da sorte, incómodos inesperados, alegrias repentinas, final feliz". Salienta depois três aspectos que convêm à narração: deve ser breve, clara e verosímil, sem repetições (*Retórica a Herénio*, 65-67).

O tratado passa, em seguida, à confirmação e à refutação, porque entende que é ali que reside toda a esperança de vencer e todo o método de persuadir. Diz mesmo que a tarefa do orador só estará inteiramente cumprida quando tiver apresentado os seus argumentos e destruído os do adversário, o que, sublinha, será possível se se conhecer a constituição da causa, que pode ser conjectural, legal ou jurídica. Uma vez encontrada a constituição da causa, deve-se investigar o motivo, porque é o fundamento e, segundo o autor: "o sustentáculo da acusação, que se apresenta contra o motivo da defesa". A conclusão do primeiro livro do tratado afirma que todo o plano, quer de um, quer de outro discurso: "deve dirigir-se para a questão em julgamento" (*Retórica a Herénio*, 71-83).

O segundo dos quatro livros da *Retórica a Herénio* começa por mostrar como se pode acomodar a invenção a cada uma das constituições, ou às suas partes, e também, de entre os argumentos, quais se devem procurar e quais se devem evitar e, de uns e outros, quais são os que competem à confirmação e quais os que competem à refutação. Para, por fim, explicar como se deve usar a conclusão, que era o último tópico das seis partes do discurso. É nesta altura que o tratado se dedica a esmiuçar a forma de tratar cada causa, em especial a que é considerada mais importante e difícil, que é a causa conjectural, uma das que mais se adequam à trama engendrada contra o infante D. Pedro. Nessa causa, explica o autor: "a narração do acusador deve lançar suspeitas aqui e ali, de modo que todo ato, todo dito, todas as idas e vindas, tudo, enfim, pareça motivado" (*Retórica a Herénio*, 2005, 87-89). O plano da constituição referida divide-se em seis partes:

probabilidade, comparação, sinal, argumento, subsequência e comprovação. Em relação à primeira, o autor subdivide-a em duas, motivação, onde se trata da obtenção de vantagem por parte do visado, honra, dinheiro ou poder, e conduta, onde procurará elaborar sobre suspeitas anteriores que tenham recaído sobre o visado e, depois, ligar: "o vício do caráter à motivação do crime". Mas se o objecto da acusação gozar de: "reputação de pureza e integridade", o acusador asseverará que os factos, não a fama, devem ser levados em conta: "pois o réu antes ocultara seus defeitos". No que diz respeito à comparação, o autor do libelo procura demonstrar que a acção em causa só beneficiaria o réu e que mais ninguém poderia ter executado a referida acção. Em seguida deve demonstrar, por intermédio de sinais, a autoria, comprovando: "lugar, momento, duração, oportunidade, esperança de êxito e esperança de ocultar o crime" (*Retórica a Herénio*, 89-95).

Depois de os dois primeiros livros terem indicado como se deve acomodar a invenção à causa judiciária, o terceiro livro, escrito, como os demais, em forma de epístola, debruça-se sobre o método adequado às causas deliberativas e demonstrativas para o que, diz o autor, dirigindo-se a Herénio: "todo o preceito da invenção te seja oferecida a quanto antes" (*Retórica a Herénio*, 151). O segundo livro do tratado visa especificar as formas e os métodos de actuação do retor e de aperfeiçoamento da eloquência. Por exemplo: "na confirmação e refutação é conveniente dispor os argumentos assim: colocar os mais fartes no início e no final da causa", porque: "é útil, ao terminarmos de falar, deixar viva na mente dos ouvintes algum argumento bem forte" (*Retórica a Herénio*, 171). Além disso, no que diz respeito à flexibilidade da voz, porque depende inteiramente da orientação de retor, teremos de reflectir com maior cuidado. "Vamos dividi-la em conversa, contenda e amplificação". Na conversa: "o discurso é remisso e próximo da fala cotidiana". Na contenda: "o discurso é acerbo, adequado á confirmação e à refutação". Na amplificação: "o discurse induz o ouvinte à ira ou leva-o à misericórdia" (*Retórica a Herénio*, 175). Também se dedica a especificar os movimentos do corpo, porque: "é o controle dos gestos e do semblante que torna mais provável o que pronunciamos" (*Retórica a Herénio*, 179). Também o método de mover o corpo deve acomodar-se às partes em que se distribui a voz. Assim: "se a conversa for digna, deve-se falar parado no lugar, movendo suavemente a mão direita com o semblante alegre, triste ou sereno, conforme o teor da conversa". Mas se for demonstrativa: "inclinaremos o corpo um pouquinho, abaixando o pescoço, pois naturalmente movemos o rosto para mais perto do ouvinte quando queremos instruir-lhe

de algo e instigá-lo com veemência". Se, no entanto, a conversa for narrativa: "poderá convir o mesmo movimento que pouco acima mostrei para a dignidade". Agora, se a conversa for jocosa: "devemos sugerir certa hilaridade no semblante, mas sem alterar os gestos" (*Retórica a Herénio*, 179-181). O livro terceiro conclui-se com um método para memorizar lugares e imagens, onde se guardam argumentos importantes para a contenda (*Retórica a Herénio*, 183-197).

A partir do segundo livro, são muitos os exemplos dados, para que seja mais fácil ao leitor compreender cada uma das recomendações do tratado. No quarto livro, dedicado à elocução, o autor explica: "os exemplos ocupam o lugar de testemunhos" (*Retórica a Herénio*, 201). A opinião explicitada é que os exemplos devem visar figuras conhecidas pela sua actualidade, que: "usufruam de excelente aprovação", porque: "os exemplos não são oferecidos nem para confirmar, nem para testificar, mas sim para demonstrar". O texto do tratado refere-se, em seguida à diferença entre o testemunho e o exemplo: "o exemplo demonstra como é aquilo que dizemos, o testemunho confirma que é como dissemos". Além disso: "o testemunho deve convir à matéria, ou não poderá confirmá-la" (*Retórica a Herénio*, 205). O autor também refere: "para que a arte seja bem aprendida é melhor usar exemplos próprios" (*Retórica a Herénio*, 213) e sublinha que recomenda exemplos próprios, apesar dos gregos, a quem reconhece autoridade para escrever sobre o assunto, mas não a suficiente para impor regras sobre os exemplos mais ilustrativos e explícitos. Chega mesmo a afirmar: "embora aprovemos a invenção da arte dos gregos, não seguimos seu método de exemplos" (*Retórica a Herénio*, 213). Por fim, dedica-se aos preceitos da elocução, que são divididos em dois. Em primeiro lugar, o autor do tratado dedica-se a expor: "quais devem ser sempre os géneros de toda elocução oratória", que ela sempre deve possuir. Esses géneros ou figuras são o grave, o médio e o ténue (*Retórica a Herénio*, 213). A elegância, salienta, faz com que cada tópico pareça ser dito de forma correcta e claramente, dividindo-se em vernaculidade e explanação. "A vernaculidade conserva a fala pura, afastada de todo o vício" e "a explanação torna o discurso claro e inteligível" (*Retórica a Herénio*, 223). Surge, por último o ornamento do discurso. O ornamento de palavras: "é aquele que se atem ao polimento insigne da fala". O ornamento de sentenças: "é o que encontra dignidade não nas palavras, mas nas próprias coisas" (*Retórica a Herénio*, 225). Daí até ao final, da repetição à demonstração, são muitos os ornamentos descritos (*Retórica a Herénio*, 227-313).

1.12 - Peças de propaganda

A *Retórica a Herénio*, que nos vai conduzir nesta viagem pela vida do infante D. Pedro, termina com um apelo ao respeito pelas regras enumeradas e, sobretudo ao estudo e ao exercício, "com frequência e assiduidade" para poder fazer com confiança e simplicidade o que outros fazem com "embaraço". É, por isso, de atentar ao resumo final:

> Demonstrou-se, enfim, como se devem encontrar as coisas em todos os tipos de causas; falou-se como convém serem dispostas; apresentou-se o método com que se há de pronunciar; ensinou-se por que meios poderemos memorizar; mostrou-se de que modo preparar uma elocução perfeita. Se seguirmos esses preceitos, inventaremos com agudeza e rapidez, disporemos com distinção e ordem, pronunciaremos com gravidade e encanto, lembraremos com certeza e por longo tempo, enunciaremos ornada e suavemente. Portanto, nada mais resta na arte retórica. E tudo isso alcançaremos se o método de preceito, diligentes, acompanharmos com exercícios (*Retórica a Herénio*, 2005, 313).

Uma forma especial de retórica é, segundo Cristian Tileagă em "Apologia", o pedido de desculpas público que muitos políticos e figuras públicas têm vindo a cultivar (Tileagă, 2013, 186). Roy Brooks, em 1999, detecta essa tendência num período pós-Segunda Guerra Mundial, afirmando: "we have clearly entered what can be called the 'Age of Apology'" (Brooks, 1999, 3). Com efeito, muitos têm sido os políticos, desde a rainha Isabel II, a presidentes dos Estados Unidos, primeiros-ministros de França, Canadá, etc., que pediram desculpas por crimes do passado. Também o Papa João Paulo II o fez pelo comércio de escravos, pela inquisição e pela injusta condenação de Galileu, assim como o Papa Francisco pela opressão na América Latina, em particular dos índios, ou, mais recentemente, por ter "perdido a paciência" e dado uma palmada na mão de uma mulher que o agarrou na Praça de São Pedro. Brooks diz ainda que o pedido de desculpas não vem sequer do tempo do Iluminismo, porque já se encontram episódios na Idade Média. Segundo Tileagă, os pedidos de desculpa são mais do que a soma das maneiras de interpretá-los e expressam significados socioculturais, especialmente do que significa 'lamentar' no que designa como: "image restoration discourse" (Tileagă, 2013, 187).

A teorização da propaganda teve o apogeu no século XX. Edward Bernays, um austro-americano, destacou-se neste domínio, sendo considerado o pai das relações públicas ou da influência – *the father of spin*. Em 1928 publicou a obra *Propaganda*, onde começava por afirmar: "the conscious and inteligent manipulation of the organized habits and opinions of the masses is an important element in democratic society", acrescentando que

aqueles que manipulam este mecanismo oculto da sociedade constituem um governo invisível que é o verdeiro poder regulador no país. Para Bernays: "we are governed, our minds are molded, our tastes formed, our ideas suggested, largely by men we have never heard of" (Bernays, 1928, 9). Já Jacques Ellul, francês, historiador, filósofo, sociólogo e teólogo, destinguiu-se, também por ser anarquista e um dos líderes da Resistência francesa durante a Segunda Guerra Mundial, tendo dado igualmente grande atenção à propaganda. Em seu entender, a propaganda é só uma e é utilizada por qualquer tipo de governo de qualquer quadrante político. As técnicas tendem a alinhar-se umas com as outras, podem ser utilizados meios mais ou menos sofisticados e existem organizações mais ou menos eficazes: "mais cela ne modifie en rien le fond du problème, car ceux qui ont accepté le principe de la propagande, qui adoptent la méthode, seront forcément amenés à l'organisation et aux méthodes les plus efficaces" (Ellul, 1962, 10).

O Institute for Propaganda Analysis (IPA), de Nova Iorque, definiu, em 1938, propaganda como: "the expression of opinion or action by individuals or groups deliberately designed to influence opinions or actions of other individuals or groups with reference to predetermined ends" (*Propaganda Analysis*, 1938, 51). Estávamos, então, na antecâmara da Segunda Guerra Mundial e o mundo estava a ser inundado pela propaganda da Alemanha Nazi. Era, por isso, necessário desmontar as peças de persuasão que estavam a ser disseminadas. O IPA, que só existiu entre 1937 e 1942, sublinhou então que a propaganda difere da análise científica, porque, enquanto o propagandista tenta fazer passar uma mensagem, seja ela boa ou má, e pretende, especificamente, provocar uma acção, o cientista procura a verdade dos factos. "Because the action may be socially beneficial or socially harmful to millions of people, it is necessary to focus upon the propagandist and his activities the searchlight of scientific scrutiny", sustenta a instituição, sublinhando que a propaganda socialmente desejável não sofrerá com esse exame, mas a que for indesejável será detectada e revelada tal como é (*Propaganda Analysis*, 1938, 1).

Constituído por cientistas sociais, líderes de opinião, historiadores, professores e jornalistas, o IPA mostrou-se mais preocupado com a propaganda que altera a opinião pública em assuntos com consequências sociais. E deu exemplos: Henry Ford e Tom Girdler, dois líderes da indústria automóvel e do aço, devem ou não reconhecer o C.I.O.? – Tratava-se do Congress of Industrial Organizations, liderado por John Lewis, uma federação de diferentes sindicatos, com conotação de esquerda, particularmente

influenciado pela United Automobile Workers. Mas questionavam outras coisas: se Hitler e Mussolini e muitos dignitários da Igreja Católica estão certos ou errados em se aliarem contra os lealistas espanhóis, ou republicanos; se o Japão está certo ou errado ao atacar a China; o Presidente [Roosevelt] é ou não culpado por não saber que o Juiz do Supremo Tribunal Hugo Black foi ou não foi membro do Ku Klux Klan? Hugo Black fora, de facto, membro do KKK antes de entrar para a política, onde era membro do Partido Democrático, apoiante do Presidente Franklin Roosevelt e do New Deal. Mas estes eram exemplos de preocupações sociais com o aumento da quantidade de propaganda então existente e a possível influência na diminuição da capacidade de pensar criticamente por parte do público. O objectivo dos responsáveis pelo instituto era estimular o pensamento racional e fornecer guias para ajudar o público a ter debates bem informados sobre questões actuais. O IPA durou pouco tempo.

Por isso, para podermos olhar para a *damnatio memoriae* de que foi objecto o primeiro duque de Coimbra, a partir do século XV, impõe-se analisar, como fontes documentais primárias, as obras da autoria do infante D. Pedro ou por ele traduzidas e/ou encomendadas, os cargos, benefícios e contactos que obteve aquando das viagens pela Europa de então e as decisões que tomou enquanto regente. Mas também são determinantes as fontes documentais secundárias, ou seja, as análises da memória nacional e os estudos e relatos sobre a época, assim como sobre os seus protagonistas, sobretudo os mais antigos, e, além disso, a correspondência. Para atingir o objectivo, pretendemos levar a cabo um levantamento tão exaustivo quanto possível de obras literárias coevas e das que foram publicadas posteriormente – legislação, crónicas, cartas e outras prosas, mas também poesia –, bem como uma análise interpretativa, teórica e contextual, da primeira metade do século XV em Portugal e na Europa.

Aristóteles, que enaltece a vida de acordo com as virtudes humanas e para quem a retórica é o que é persuasivo, para que os virtuosos possam fazer vingar a verdade, vê-a como um ramo da dialética e não uma forma de encontrar ou transmitir conhecimento, portanto como uma forma de comunicação. Os processos descritos na *Retórica* sobre um estilo de argumentos baseados na virtude, pretendem punir os criminosos, defender culpados inocentes, evitar decisões políticas erradas e defender o estado de direito, mas podem ser o inverso de tudo isso e, como aconteceu com os inimigos de D. Pedro, usar a retórica para persuadir o rei e a corte das "más" decisões que tinha tomado ao longo da regência e que tinham atingido "negativamente" o rei e o reino, assim como do "perigo" que

representava, pretendendo ganhar "notoriedade" e "riqueza" para si e para os seus. Acusaram-no de ambição desmedida e cobiça do trono, para o que davam como prova a divisa: "Désir". Aquilo que sempre procuraram e acabaram por conseguir, foi impedir que tio e sobrinho se encontrassem e dialogassem. Isso poderia ter mudado o rumo dos acontecimentos, como o infante D. Pedro várias vezes tentou fazer ver, e seria um duro golpe nas intenções dos conjurados. Estes pretendiam eliminar o duque de Coimbra e, se possível, dividir entre si os títulos e propriedades do ducado, como acabou por acontecer, embora também tivesse cabido uma boa parte dos pertences do infante ao outro tio do rei e irmão de D. Pedro, o infante D. Henrique, coberto de benesses e oferendas reais após Alfarrobeira.

1.13 – Textos e autores ao longo de séculos

A intenção de provar a tentativa de *damnatio memoriae* do infante D. Pedro que chegou aos nossos dias, leva-nos a analisar a acção inicial intentada, maioritariamente, pelo jovem rei D. Afonso V, por D. Afonso, primeiro duque de Bragança, pelo quarto conde de Ourém, seu filho, e pelo então arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha, cunhado do duque de Bragança. Optámos por tornar a reflexão ainda um pouco mais rica e diversificada através da comparação entre os textos que foram escritos, desde o século XV até aos dias de hoje, sobre a vida e obra do infante D. Pedro e que assumem posições por vezes antagónicas. Que motivações poderão ter determinado as diferentes abordagens? Que objectivos pretendiam atingir? São questões que se levantam e às quais não é fácil responder muitas décadas (em múltiplos casos, séculos) após a produção das obras e, sobretudo, tendo em conta o perdão decretado por D. Afonso V, em 1455, relativamente ao infante D. Pedro, familiares e seguidores. A crónica de Rui de Pina sobre D. Afonso V, serve de base a quase todos os demais textos e crónicas da época, sendo aquela que descreve mais pormenorizadamente os acontecimentos relacionados com a regência do infante D. Pedro e o caminho até Alfarrobeira. A *Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*, atribuída por alguns a Fernão Lopes, tal é minúcia e o detalhe das descrições, mas assinada por Rui de Pina, servir-nos-á, por isso, de guia ao longo do estudo, para visitarmos os meandros dos acontecimentos que consideramos determinantes. Como iremos ver, existem diferenças significativas entre a prosa e a poesia relativamente ao infante D. Pedro. Porque, enquanto os prosadores se dividem, embora, cremos, sejam mais e, de um modo geral, mais qualificados os que defendem a acção do duque de Coimbra do que os que a procuram amesquinhar, denegrindo a figura, os poetas nem por

uma única vez o deixaram de enaltecer (pelo menos, não encontrámos um único poema contra o infante), desde a altura da morte até à actualidade. E essa é uma diferença significativa.

Assim sendo, o *corpus* da investigação terá de englobar os textos e documentos que foram produzidos ao longo do tempo, uns favoráveis, outros desfavoráveis ao infante D. Pedro. O certo é que houve sempre quem considerasse positivamente a acção do quarto filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre e segundo na linha de sucessão. Mesmo Zurara, no século XV, apesar de todas as críticas, avaliou de forma positiva a acção do duque de Coimbra. Os cronistas do século XVI, como Rui de Pina, Duarte Nunes de Leão, Cristóvão Rodrigues Acenheiro ou Gaspar Correia, deixaram-nos descrições onde se destaca a vida e a obra do infante D. Pedro. No século XVII, Manuel de Faria e Sousa, poeta, critico, historiador, filólogo e cavaleiro da Ordem de Cristo, na obra *Epitome de las Historias Portuguesas*, publicado em Madrid em 1628, resume os antecedentes e as consequências de Alfarrobeira. Ao longo dos séculos foram, geralmente, os académicos e intelectuais que procuraram enaltecer a imagem e a memória do infante D. Pedro. As *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo D'El Rei D. João I, do ano de 1383 até ao ano de 1433,* editadas em quatro volumes, publicados entre 1730 e 1734 por Joseph Soares da Sylva, poeta, historiador e cavaleiro da Ordem de Cristo, dão conta da importância do infante D. Pedro para as letras portuguesas. Antonio Caetano de Sousa, no tomo ii da *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, de 1736, também o faz, referindo, além do mais, a alta estima pelo infante e pelas suas virtudes demonstrada pelo Papa Martinho V, aquando da visita a Roma, em 1428. Diogo Barbosa Machado, em 1752, fez igualmente alusão às obras literárias do infante na *Bibliotheca Lusitana*, uma obra em quatro volumes.

Entre os finais do século XIX e o início do século XX, foram vários os autores que se referiram positivamente à acção e vida do duque de Coimbra. São disso exemplos Francisco Maria Bordallo que, no segundo volume dos *Romances Marítimos*, dado à estampa em 1880 (19 anos após a sua morte), integrou uma novela intitulada "Ignoto Deo", em cujas cinco partes recorda o casamento de D. Afonso V com D. Isabel, filha do infante D. Pedro, e, quatro anos mais tarde, já sem o duque de Coimbra, o casamento de D. Leonor, irmã de D. Afonso V, com Frederico III, imperador romano-germânico. O romance trata, na verdade, do drama de D. João de Menezes da Silva que, morto de amores pela princesa, abraça a vida religiosa e acaba, em Itália, como Beato Amadeu.

A segunda parte do texto "Ignoto Deo", de Francisco Maria Bordallo, foi republicado, provavelmente em 1913 (data que reúne maior consenso entre os investigadores), na *Biblioteca Internacional de Obras Célebres* [5], uma antologia da literatura portuguesa, brasileira e internacional, em 24 volumes. Nessa mesma antologia é possível encontrar outro texto sobre o infante D. Pedro, sob o título: "A Morte do Regente", excerto de Os Filhos de D. João I, de Oliveira Martins. Em 1891, Joaquim Pedro de Oliveira Martins, economista, historiador, político e cientista social, deu ao prelo *Os Filhos de D. João I*, onde procurou extrapolar para o seu tempo os ensinamentos de cultura e de ética da Ínclita Geração. Recorde-se que *Ignoto Deo* foi título de poemas e sonetos de outros autores, entre os quais Almeida Garrett, em *Folhas Caídas*, Antero de Quental, em *Sonetos Completos*, José Régio, em *Biografia*, ou Ovídio Martins, em *Caminhada*. Teófilo Braga, em 1892, no tomo I da *História da Universidade de Coimbra nas suas Relações com Instrucção Pública Portugueza*, assumiu o papel de divulgador da acção do infante em prol de Universidade de Coimbra. Alberto Pimentel, um prolífico escritor portuense, escreveu, em 1894 (500º aniversário do nascimento do infante D. Henrique), sob a forma de epístola ao editor francês Mr. Mathieu Lugan – então dono da Livraria Internacional, da Rua dos Clérigos, que havia pertencido a Ernesto Chardron – uma obra intitulada *Um Contemporâneo do Infante D. Henrique*. Tal obra tem, afinal, como objecto Álvaro Vaz de Almada, amigo indefectível do infante D. Pedro que também é, amiúde, citado. Ainda no século XIX, Marcelino Mesquita, poeta, jornalista, político, escritor e dramaturgo, produziu uma peça teatral intitulada *O Regente*, estreada a 1 de Maio de 1897 no Teatro Nacional de D. Maria II, onde dava conta da tragédia do infante e do seu grande amigo D. Álvaro Vaz de Almada, bem como das maquinações levadas a cabo pelo duque de Bragança e pelo seu filho, o conde de Ourém.

Durante o século XX muitos foram aqueles que voltaram a interessar-se pela vida e obra do infante D. Pedro. Entre outros: António Borges Coelho, António José Saraiva, Damião Peres, Fernando Pessoa, Humberto Baquero Moreno, José de Bragança, Joseph-Maria Piel, Sophia de Mello Breyner Andresen, Vitorino Magalhães Godinho e Manuel Alegre, analisaram a vida, obra, atitudes e comportamentos do infante, bem como dos que com ele conviveram. Também no século XX, Alfredo Pinheiro Marques,

---

[5] Esta obra inseria-se num projecto mais vasto de antologias, liderado por Richard Garnett, uma em língua inglesa – *The International Library of Famous Literature*, em 20 volumes –, já publicada em Londres em 1899, e outra em língua castelhana – *Biblioteca Internacional de Obras Famosas*, em 27 volumes, tanto quanto se sabe publicada na Argentina e, eventualmente, no Uruguai.

então professor da Universidade de Coimbra, publicou diversas obras de enaltecimento do infante D. Pedro. Em 1994, no *II Simpósio de História Marítima*, promovido pela Academia de Marinha, proferiu uma intervenção intitulada "A Maldição da Memória e a Criação do Mito: O Infante D. Pedro e o Infante D. Henrique nos Descobrimentos", publicada em 1999, onde defendeu a importância do duque de Coimbra, por contraponto ao irmão, nos descobrimentos. Já na *Vida e Obra do Infante D. Pedro*, de 1996, o historiador retoma a dicotomia entre os dois irmãos, D. Pedro e D. Henrique, e enaltece a obra intelectual do duque de Coimbra. Já no século XXI, em 2015, Nuno José Espinosa Gomes da Silva analisou "O casamento do Infante D. Pedro com Isabel de Urgel (c. fins de 1428 – inícios de 1429)", procurando desmontar alguns dos equívocos construídos. E, em 2021, um romance histórico intitulado *Infante D. Pedro – o regente visionário que o poder quis calar*, da autoria de Isabel Machado, pretende fazer justiça à memória do primeiro duque de Coimbra.

Mas se muitos procuraram refazer a imagem e a memória do infante D. Pedro, foram também vários os autores que pretenderam denegri-la, como adiante se verá. As diatribes de Gomes Eanes de Zurara, no século XV, sobretudo na *Crónica da Tomada de Ceut*a e na *Cronica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, terão sido um prenúncio, ainda que atenuado nas crónicas seguintes, do que estava para vir. Na primeira metade do século XVII, com o país ainda sob dominação espanhola, Gaspar Dias de Landim terá sido o primeiro na linha da crítica aberta. O texto copiado por frei Vicente Salgado, em 1796, manteve-se inédito e pouco conhecido. Foi republicado pela Bibliotheca de Clássicos Portuguezes em três livros, de 1892 a 1894, sob o título *O Infante D. Pedro – Chronica Inédita*, e procura amesquinhar a memória do infante caído em Alfarrobeira. Curiosamente, diz-se que foi publicado pouco tempo de pois de Oliveira Martins dar à estampa *Os Filhos de D. João I*. Em 1916, Júlio Dantas deu à estampa um artigo subordinado ao título "Inquéritos médicos às genealogias reais portuguesas (Avis e Bragança)", onde fustiga, sem piedade, reis e famílias, dando até uma nota menos má ao infante D. Pedro. O mesmo não se pode dizer de um opúsculo, de 1933, da autoria de Manuel Heleno, intitulado *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro, duque de Coimbra*. O autor baseia-se em cópias da exposição que Afonso Pereira, embaixador de D. Afonso V, levou ao rei de Castela sobre a morte do infante D. Pedro. Reconhece, no entanto, o intelecto do infante, atribuindo-lhe mesmo as autorias e traduções conhecidas.

Lita Scarlatti, nome artístico de Maria Emília Scarlatti Quádrio Raposo do Amaral, em *Os Homens de Alfarrobeira*, de 1980, além de atacar o carácter e integridade do infante, não lhe atribui capacidade intelectual e até questiona se o *Tratado da Virtuosa Benfeitoria* será de sua autoria. E José Timóteo Montalvão Machado quando, em 1964, produz *Dom Afonso, Primeiro Duque de Bragança – Sua Vida e Obra*, começa por analisar as qualidades do duque de Coimbra, para depois o zurzir com todos os argumentos ao seu alcance, no que também pode ser considerada uma forma de propaganda. Também na década de 60 do século XX, o padre António Joaquim Dias Dinis, que coordenou sozinho dez dos quinze volumes dos *Monumenta Henricina* (1960-1974), mantém uma certa equidade nos documentos reproduzidos, ainda que faltem alguns importantes e que até estavam disponíveis, mas descarrega toda a verve adversa ao infante nas introduções "Ao leitor" de cada volume. Falemos, por último, de um monumento, o Padrão dos Descobrimentos, erigido originalmente para a Exposição do Mundo Português de 1940, em gesso e estopa consolidados, que foi reconstruído, em betão e cantaria, em 1960. Da autoria do arquitecto Cottinelli Telmo e do escultor Leopoldo de Almeida, coloca em lugares de destaque, além do infante D. Henrique, D. Afonso V e o infante D. Fernando, dito "santo", esquecendo os reis D. João II e D. Manuel I, e relegando o infante D. Pedro para o último lugar do lado poente, atrás da mãe. D. Filipa de Lencastre é a única mulher presente no conjunto escultórico, embora o marido – D. João I – também não tenha sido escolhido (Ver apêndice 1).

Cleric, Knight and Workman. *Li Livres dou Santé* (late 13th century, vellum), MS Sloane 2435, folio 85, British Library.

Three groups that represented the necessary functions of society: those who pray; those who fight; those who work

(Inka Moilanen, *The Concept of the Three Orders of Society*. 2016)

2 – Economia, política e sociedade

S*tructure of feeling* conceito descrito por Raymond Williams é a cultura de um determinado período e o resultado vivo de todos os elementos da organização geral. Devemos, por isso, procurar imbuir-nos do espírito do tempo que pretendemos analisar, ou seja, da forma como viviam, pensavam e sentiam os portugueses dos séculos XIV e XV. Isto, sem esquecer que esta realidade está limitada por uma outra a que Williams também alude: a tradição selectiva, que, no entender do crítico de arte e teórico da cultura, cria, num primeiro nível, cultura humana geral, num segundo nível o registo histórico de uma sociedade e, num terceiro nível, mais difícil de aceitar e avaliar, a rejeição de áreas consideráveis daquilo que outrora foi uma cultura viva. Como se alimentavam, como se relacionavam, que tipo de interesses tinham os antecessores e os contemporâneos do infante D. Pedro? Que influências exteriores se faziam sentir? Que fenómenos naturais e/ou provocados pelo homem os condicionavam? Como eram as relações sociais? Mas também como evoluíam a economia, a demografia e a política daquele tempo? E que expressão tinham as artes, a arquitectura e os divertimentos? Não conseguiremos reconstituir o modo de vida e a cultura daquele tempo, mas passaremos a ter uma visão mais aproximada da sociedade da época e, sobretudo, de como agiam e pensavam.

Em relação aos primórdios da nacionalidade, João Lúcio de Azevedo, em *Épocas de Portugal Económico,* afirma: "excepto na faixa marítima, onde a pesca e cedo a navegação ocuparam as gentes, Portugal era um país de lavradores", embora mais adiante admita que o era, ou seria, também de marinheiros. Já o comércio externo constava, segundo as suas palavras, de produtos da terra: "azeite, cera, cortiça, mel, vinho, e as peles, de que o gado e a copiosa fauna silvestre facultavam o material". E, além destes, mas com intermitências, que dependiam dos anos de fartura ou escassez: "a cevada e o trigo" (Azevedo, 1947, 17). Fala igualmente duma época em que, afirma: "estradas transitáveis e veículos de transporte não havia". Eram os almocreves que, nos intervalos das feiras, abasteciam as povoações, e constituíam a ligação permanente de um centro urbano com os outros. Mas também facilitavam as relações pessoais, por meio de carta ou recado e era por seu intermédio que se propagavam as notícias (Azevedo, 26-27). Quanto à marinha e às navegações, as pescarias foram, como refere: "a primeira escola náutica", ensaiando-se a navegação costeira e aprendendo, com os cruzados, o apetite dos rumos distantes. Admite que esses cruzados possam ter ministrado aos portugueses conhecimentos na arte da construção naval, assim como no modo de navegar em alto mar,

sendo a região Norte a primeira a experimentar a fortuna do tráfego marítimo como fonte de prosperidade. E acrescenta: "já antes de findar o século XII era o Porto centro de comércio importante, que enriquecia os moradores" (Azevedo, 27-28).

O historiador assegura que a navegação era, por toda a parte, na orla marítima, "indústria estabelecida" e expõe exemplos: "em 1194 naufragava no mar do Norte, na costa flamenga, um barco português, com carregamento" e "em 1258 entravam em Viana mercadorias de França e de terras de mouros, como do seu foral se depreende". Por outro lado: "em Bruges, já antes do século XIII existia feitoria portuguesa, a mais antiga de Flandres". Além disso, os mercadores portugueses também iam a Inglaterra: "autorizados desde 1203 a negociar nos domínios britânicos, por decreto do rei João Sem-Terra", porque, nessa época, os mercadores ingleses não vendiam produtos noutros países, os estrangeiros é que iam a Inglaterra negociar os seus, embora a entrada dependesse de licença régia. Segundo João Lúcio de Azevedo: "no ano de 1226, mais de um cento de tais autorizações foram concedidas a negociantes portugueses". Também infere que esses comerciantes não deviam fazer-se transportar em navios estranhos, o que, do seu ponto de vista: "mostra o desenvolvimento a que, nesta banda da Península, tinha chegado o comércio marítimo" (Azevedo, 28-29). Quanto ao papel do Estado na evolução da marinha, afirma: "desde o tempo de D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, quando regente, barcos que lhe pertenciam guerreavam no Minho". Já no que diz respeito ao tempo do primeiro rei, diz que não é fácil averiguar até que ponto a tradição das galés de D. Fuas Roupinho tem veracidade, mas admite: "que nas empresas do monarca alguma parte teria o armamento naval, não se pode contestar". Certíssima, sublinha: "é, porém, a existência de marinha real no reinado de D. Sancho II". E até comenta: "nessa ocasião, eram obrigados os judeus de Lisboa a fornecer para cada galé um calabre novo, às vezes também a âncora". Refere-se, depois a D. Dinis: "rei que, tomando a seu serviço o genovês Peçanha e outros marinheiros da mesma pátria, definitivamente instituiu a marinha de Estado" (Azevedo, 29-30).

As heranças deixadas pelos primeiros reis dão bem conta da pujança económica do país. Vitorino Magalhães Godinho, no artigo "Finanças Públicas e Estrutura do Estado", inserido no *Dicionário de História de Portugal*, refere-se às impressionantes somas em dinheiro registadas nos testamentos dos dois primeiros reis: "no de Afonso Henriques, de 1179, dispõe-se de mais de 170.000 morabitinos – de mais de 600 kg de ouro". Já no testamento de D. Sancho I, de 1210, Magalhães Godinho aponta: "736.000 morabitinos,

100 marcos de ouro (22,95 kg) e 1.400 marcos de prata (321,3 kg)" e comenta que, em menos de um quarto de século, o tesouro régio mais do que quadruplicou a existência líquida em caixa, contabilizando: "em 1188, o total das espécies e metais monetários no tesouro régio excede certamente o equivalente a 680 kg de ouro; em 1210 excede 2.780 kg: índice seguro de um incremento económico geral extremamente considerável". O historiador e sociólogo conclui que isto só seria possível: "com entradas em dinheiro extremamente abundantes, que não se nos afigura poderem provir dos réditos agrícolo-pastoris, mesmo aceitando uma intensa comercialização dos produtos do solo e do gado". Para explicar tamanhas disponibilidades, arrisca uma explicação: "seríamos, em face destes números, tentados a atribuir papel de relevo aos réditos ligados ao incremento da economia monetária – sobretudo dízimas e portagens". Passados os primeiros tempos da expansão territorial, povoamento e organização do território, regulação das relações com a nobreza e o clero e da aplicação da justiça, Magalhães Godinho afirma que os reis montaram, paulatinamente, uma máquina administrativa. Isso começa a ser visível, com D. Afonso III, na 'Lei de Almotaçaria', de 26 de Dezembro de 1253, exarada para tabelar preços e salários na região de Entre-Douro-e-Minho, numa conjuntura de elevada inflação. Ao que o historiador acrescenta: "D. Dinis funda os 'Contos', criando deste modo a primeira possibilidade de uma fiscalização financeira à escala do Reino e de uma contabilidade régia" (Godinho, 1975, vol. iii, 25). Virgínia Rau, em *A Casa dos Contos*, confirma a existência dos 'Contos' no reinado de D. Dinis: "onde se começavam a concentrar as contas da fazenda del-rei", o que permitiu a D. Afonso IV, graças ao registo na Torre do Haver do Castelo de S. Jorge, ou Torre do Tombo, não voltar a pagar uma dívida que já havia sido paga pelo pai. Mas também dá conta que a organização dos 'Contos' já estava completa no tempo de D. Fernando, o que é demonstrado pela carta de privilégio de 4 de Outubro de 1375, onde o rei concedia poderes aos contadores, escrivães e porteiro que serviam os 'Contos': "para comprarem pelo reino pão e outras coisas necessárias ao seu mantimento" (Rau, 2009, 7-10).

O pão e o vinho eram elementos essenciais da alimentação na Idade Média. Iria Gonçalves, num texto "Acerca da Alimentação Medieval", refere os resultados de um estudo feito aos alimentos consumidos pelos elementos de uma embaixada enviada a Sevilha pelo infante D. Luís, regente de Navarra, em 1352, para se avistar com o rei D. Pedro I, o cruel, de Castela. A comitiva era composta por dois embaixadores, dez homens a cavalo e seis a pé, além de dez moços e demoraram dois meses no trajecto. De acordo

com o estudo, feito a partir de um registo minucioso dos gastos e dos produtos adquiridos, as despesas alimentares foram canalizadas em 66,1% para vinho, 16,4% para pão, 10,5% para carne 2% para peixe e 5% para outros alimentos (Gonçalves, 1988, 210), o que devia ser semelhante ao que acontecia em Portugal. A alimentação durante a Idade Média é considerada por Oliveira Marques como deficiente em vitaminas. "Feita à base de cereais, de carne, de peixe, de vinho, mostrava falta grande de vitamina D e considerável de A e C". As consequências destas deficiências manifestavam-se, diz, por uma débil resistência às infecções, daí resultando a progressão fácil das epidemias, "frequentes doenças da vesícula e dos rins", devido à acumulação de pedra, e "dos olhos", resultado da deficiência em vitamina A, assim como "escorbuto", por falta de vitamina C (Marques, 2010, 27).

O jantar e a ceia eram as principais refeições, com a primeira a ser tomada entre as 10h00 e as 11h00 e a segunda por volta das 18h00 ou 19h00. A média de pratos entre os mais ricos era da ordem dos três ao jantar, sem contar com as sopas, e dois à ceia. Os mais pobres ficavam pelos dois pratos ao jantar e, na maior parte dos casos, um. Ao lado das carnes de matadouro – vaca, porco, carneiro e cabrito – consumia-se caça e criação. A caça era um divertimento para os nobres e uma fonte de subsistência para os vilões. Oliveira Marques enumera algumas das espécies à venda nos mercados: "gamo, zebro, cervo, corço, lebre e até urso (…), ao lado de uma variedade assombrosa de aves: perdiz, abetarda, grou, pato bravo, carceta, garça, maçarico, fuselo, sisão, galeirão, calhandra e muitas outras" (Marques, 28). Consumiam-se regularmente ovos e leite, também se produzindo enchidos vários. Os condimentos eram liderados pelo azeite, seguido pelo toucinho, banha e manteiga e, claro está, o sal (Marques, 33). As bebidas resumiam-se à água, ao vinho e, naturalmente, a aguardentes, vínicas e outras. Os adoçantes eram o mel e o açúcar, muito caro e por isso mais raro.

O autor afirma ainda que os animais de criação não variavam muito dos de hoje: "galinhas, patos, gansos, pombos, faisões, pavões, rolas, coelhos" e faz notar que o peru só chegou à Europa depois do descobrimento da América (Marques, 28). O mesmo aconteceu, podemos acrescentar, com as batatas, trazidas da América do Sul, mais concretamente do território dos Andes, perto do lago Titicaca, entre a actual Bolívia e o Peru, pelos castelhanos, no século XVI. Como o milho, também trazido pelos castelhanos do Peru e que assumiu grande importância na dieta europeia e de outros continentes. Também a cenoura, originária do Irão e do Afeganistão, só chegou à Europa no século XII e, mesmo assim, era pouco consumida. Essa foi, aliás, a razão de muitas ondas de

fome durante a Baixa Idade Média [6], uma vez que os agricultores e o povo em geral dependiam dos cereais para produzir o pão e se alimentarem, o que se alterava sempre que um acontecimento estragava a colheita, fosse ele natural – secas, inundações, frio ou calor extremos, etc. – ou produzido pelo homem, que destruía as plantações inimigas em períodos de guerra. A batata, tal como a cenoura, demoraram a afirmar-se na dieta europeia por se tratarem de tubérculos e isso levantar suspeitas, inclusive de cariz religioso. A batata podia ter suprido algumas das deficiências em vitaminas apontadas por Oliveira Marques, uma vez que possui vitamina C, fósforo, cálcio, magnésio e potássio. O mesmo se pode dizer da cenoura, rica em provitamina A, vitamina K, vitamina B2, vitamina B3, vitamina C, além de diversos minerais: potássio, cálcio, fósforo, magnésio e ferro, entre outros.

O peixe tinha, igualmente, um papel importante na alimentação medieval, sobretudo para os mais pobres. Os mais abastados praticamente só o consumiam por prescrição religiosa, com cerca de 68 dias por ano de abstinência rigorosa do consumo de carne para todos os católicos (Marques, 30). O autor fala de sardinhas, pescadas, congros, sáveis, salmonetes, pargos, atuns, trutas, linguados, solhas, besugos, cações, rodovalhos e gorazes, mas chama a atenção para outro ponto: "também se comia carne de baleia e de toninha", naturalmente nas camadas mais baixas da população. Já a ameijoa e o berbigão e, sobretudo as lagostas e os caranguejos, deviam ser servidos às mesas mais ricas. O peixe era, sempre que possível, consumido fresco e, quando tal não era possível, seco salgado ou defumado. As hortaliças e os legumes não eram particularmente apreciados pelas classes superiores, diz Oliveira Marques, mas o povo consumia abundantemente couves de todos os tipos, feijões, favas, ervilhas, lentilhas, grão-de-bico e chícharos. O autor refere ainda, mas presume-se que com menos frequência, o consumo de brócolos, alfaces, pepinos, rabanetes, rábanos, cogumelos nabos, espargos, cebolas e outros produtos hortícolas (Marques, 32). Já as sobremesas eram constituídas por fruta fresca, praticamente idêntica à que hoje conhecemos, excepção feita à laranja, que era azeda. "A laranja doce viria a ser trazida por Vasco da Gama", afirma Oliveira Marques, que também refere: "D. Duarte prescrevia o consumo de cerejas e de pêssegos, por os julgar

[6] Sobre a divisão da Idade Média, Daniel Power explica: "since the late nineteenth century historians have sought various ways of subdividing those ten centuries. German historians, generally followed by their English-speaking counterparts, have tended to differentiate between the Früh-, Hoch-, and Spätmittelalter, or 'early', 'high', and 'late' Middle Age(s). In contrast, historians in Romancespeaking countries prefer to distinguish between the 'high' (early) and 'low' (late) Middle Ages (in French, for instance, haut and bas Moyen-Age)" (Power, 2006, 4). Em Portugal convencionou-se dividir a Idade Média em 'Alta' e 'Baixa'.

'vianda húmida'", assim como o limão, por ser "muito frio e agudo" (Marques, 35). Além da fruta fresca, consumiam-se frutos secos, desde figos secos e amêndoas a nozes, passas de uva, castanhas e alfarrobas. Fabricavam-se ainda conservas e doces de cidra, pêssego, limão, pera, abóbora, marmelo e laranja amarga. Os bolos eram poucos e raros.

2.1 - As crises dos séculos XIV e XV

O período em análise – séculos XIV e XV – foi de crise generalizada. António de Oliveira Marques afirma que ela está presente em Portugal e é o denominador comum àqueles dois séculos, a exemplo do que aconteceu na Europa, embora com especificidades próprias. Mas nota que não foi uma crise única, antes se subdividiu em várias crises, parcelares, quer no tempo quer no espaço, assumindo, igualmente, várias formas, consoante as décadas e os locais. O mesmo aconteceu com a recuperação que se lhe seguiu (Marques, 1987, 11). Dois acontecimentos marcaram o início do século XIV. Um deles, foi a transferência da Santa Sé de Roma para Avinhão, em 1309, pela mão do papa Clemente V. Outro, a extinção da Ordem dos Templários, em 1312. Mas os acontecimentos mais marcantes do século XIV foram a Peste Negra, que atingiu o pico na Europa entre 1347 e 1351 e matou um terço da população, a Guerra dos Cem Anos, iniciada em 1337 e terminada em 1453, que afectou toda a Europa, incluindo Portugal, e o Cisma da Igreja Católica do Ocidente que marcou o último quartel do século XIV e o início do século XV, com a existência, em simultâneo, de três Papas.

De realçar igualmente o movimento dos seguidores de Jan Hus – os chamados 'hussitas' –, queimado vivo em 1415, por 'heresias' contra a Igreja Católica, e as ideias de John Wyclif, que iriam influenciar Martinho Lutero a desencadear, no século XVI, a reforma da Igreja. A queda de Constantinopla e do Império Romano do Oriente, em 1453, foi outro facto marcante do século XV, assim como o fim da Reconquista da península Ibérica, com a invasão do reino de Granada pelos reis Católicos, em 1492. Entretanto, o movimento das descobertas tinha-se iniciado em Portugal e em Castela, pelo que, em 1492, Cristóvão Colombo, persuadido que estava no caminho da Índia por ocidente, chegou à América e Vasco da Gama, em 1497-1499, realizou a primeira viagem à Índia pela circum-navegação do cabo da Boa Esperança. Ainda no século XV foi fundada a primeira instituição financeira moderna, o Banco di San Giorgio, em Génova. E, c. 1430, Johannes Gutenberg desenvolveu a imprensa de caracteres móveis, que teve um papel

determinante na disseminação do conhecimento, influenciou a Reforma da Igreja e revolucionou a ciência, as letras e a comunicação, lançando as bases do Renascimento.

A chamada 'Peste Negra', que atingiu a Europa entre 1347 e 1352/3, proveniente do Oriente, dizimou, segundo Mário da Costa Roque, na obra *As Pestes Medievais Europeias e o 'Regimento Proueytoso contra ha Pestança*, 30 milhões de pessoas, pouco menos de um terço da população europeia, que então seria de "100 milhões" (Roque, 1979, 111). A doença terá tido origem na Ásia Central ou Oriental, de onde alastrou, através da Rota da Seda, até atingir a Crimeia e, a partir daí, a Europa. Teresa Ferreira Rodrigues, na *História da População Portuguesa*, descreve o trajecto da bactéria *Yersinia pestis* desde a chegada a Messina, em Setembro de 1347, a bordo de galeras genovesas, depois de atacar a Turquia e a Grécia. A historiadora e cientista política refere que, após atingir Génova, a doença propagou-se por Itália e França. Em Maio de 1348 a peste foi declarada em Barcelona. Terá surgido em Lisboa em Setembro de 1348 e, no final do mesmo ano, em Londres. Durante os meses seguintes disseminou-se pelos Países Baixos, Bélgica, Alemanha, Dinamarca e Noruega. O norte da Alemanha foi atingido em 1350. Em 1353, foi assinalada na Polónia e na Rússia (Rodrigues, 2008, 105-106). Mário da Costa Roque refere a existência de contaminações a duas velocidades: rápidas, quando efectuadas por via fluvial ou marítima, sobretudo entre os portos mediterrânicos ou em zonas ligadas ao Mediterrâneo; lentas, quando realizadas por via terrestre (Roque, 1979, 125).

Portugal foi fortemente atingido pelos chamados 'Quatro Cavaleiros do Apocalipse' – peste, guerra, fome e morte (João, 2017, Apocalipse, 6, 1-8) – mas, como diz Armando Castro em *História Económica de Portugal* (vol. ii), a verdadeira projecção da peste "ainda hoje é ignorada", sabendo-se que houve, pelo menos, três meses de maior incidência, de Outubro a Dezembro de 1348, mas que ainda se fazia sentir em 1349, como mostram as leis publicadas por D. Afonso IV, a 21 de Maio, sobre testamentos, e a 3 de Julho, sobre mão-de-obra rural, cuja escassez estava a paralisar a agricultura do reino. Armando Castro acrescenta que é preciso juntar: "os efeitos de diversas epidemias posteriores que, embora sem atingirem a violência da 'Grande Pestilência', no entanto desgastaram as vidas humanas com uma certa intensidade variável" (Castro, 1981, 310-311). Existem registos posteriores de surtos de peste em Portugal que Armando Castro refere nos anos: 1356, 1361, 1384, 1415 – esta é a que Mário da Costa Roque designa como "a *pestença segunda*" em Portugal –, 1435, 1437-41 (quando atingiu D. Duarte), etc. (Castro, 1981, 311). Sem números fiáveis, sabemos que as pestes provocaram falta

de mão-de-obra e aumento de salários na agricultura, paralelamente à subida do custo de vida e à migração de populações dos campos para as cidades, em busca de melhores condições. Até a expansão territorial e as conquistas foram afectadas pela escassez da população. O infante D. Pedro, duque de Coimbra, filho de D. João I e irmão do rei D. Duarte, quando lhe foi solicitada opinião sobre um ataque a Tânger, no Norte de África, fez uma declaração de voto:

> Posto caso que passassees e tomassees Tanger, Alcaçer e Arzilla, queria, senhor, saber que lhe fariees; porque pouorardelos com rregno tam despouorado e tam mjnguado de gente, como he este vosso, he jmpossiuel; e, se ho quisessees fazer, seria torpe comparaçom, como de quem perdesse boa capa por maao capello, pois era certo perdersse Portugal e nom se ganhar África. (D. Pedro, 1436-1437, 4).

Quanto ao número de vítimas em Portugal, Costa Roque afirma: "creio que sem grande margem de erro, que a sua taxa de mortalidade seria aproximadamente igual à da Europa", pelo que: "tendo o país nessa altura, talvez, um pouco mais de um milhão de habitantes, não estaremos longe dos 350.000 falecidos" (Roque, 1979, 139). Ainda assim, o país terá recuperado rapidamente, uma vez que José Montalvão Machado, no artigo intitulado "No Centenário do I Recenseamento Populacional Português", calcula que, tendo em conta o rol de besteiros do conto, levado a cabo por ordem do infante D. Duarte, em 1422, era de 4.898, multiplicados por 213 (multiplicador a que chegou ao dividir os 63.750 habitantes da cidade de Lisboa, calculados por José Joaquim Soares de Barros, provavelmente o nosso primeiro demógrafo, pelas 300 bestas existentes à altura na capital), o Portugal do rei da Boa Memória seria povoado por um total de "1.043.274 almas" (Machado, 1965, 87). De assinalar, no entanto, que o mesmo Soares de Barros, nas *Memórias Económicas da Academia das Sciências de Lisboa,* Tomo I, publicadas em 1789, já apresentara um Rol de Besteiros do Conto, elaborado por Vasco Fernandes de Távora em 1417, que contabilizava 4.800 besteiros, o que, utilizando o mesmo multiplicador (213), nos dá um total aproximado de 1.022.400 almas (ver quadro 1).

Teresa Ferreira Rodrigues (2008), num trabalho intitulado "A crise dos séculos XIV e XV (1325-1480)", depois de falar da perda de cerca de mais de 30% da população devido à peste e aos efeitos da crise de meados do século XIV, aponta para: "uma recuperação lenta a partir de 1360, inviabilizada por novas investidas da peste e outras epidemias", acompanhada por anos de: "escassez alimentar e conflitos bélicos, que se sucedem até à última década de Trezentos". A primeira metade do século XV é, em sua opinião:

"marcada pela hesitação, com a crise de meados do mesmo (1445-1455) a provocar nova inversão da tendência positiva". Estima, por isso, que: "os valores populacionais tocam os mínimos de 900 mil habitantes". Depois de 1460, sublinha, começa a assistir-se a uma recuperação sustentada e: "o crescimento acentua-se, sobretudo nos anos 80 e 90". É assim que, em 1500: "o total de habitantes do Reino de Portugal retoma o valor anterior à crise da primeira metade do século XIV" (Rodrigues, 2008, 120).

Quadro 1

População portuguesa através dos séculos		
Ano	**Título**	**Habitantes**
1417	Rol de Besteiros de D. João I por Vasco Fernandes de Távora	1.022.400
1422	Rol de Besteiros de D. João I ordenado por D. Duarte	1.043.274
1527	Numeramento de fogos de D. João III	1.262.376
1636	Contagem de Homens Válidos	1.100.000
1736	Lista do Marquês de Abrantes, corrigida por A. Balbi	2.143.368
1770	Censo Eclesiástico	2.850.444
1776	Censo de Pina Manique	3.352.310
1801	Censo do Conde de Linhares	2.931.930
1811	Censo do Investigador Portuguez	2.876.602
1838	Censo do Liberalismo	3.200.000
1864	I Recenseamento Geral da População	4.188.410
Fontes: Machado, 1965; INE - Censos de Portugal de 1864 a 2001; Soares de Barros, 1789		

Nota: adaptado de *Estatísticas Históricas Portuguesas*, Baganha e Marques, 2001.

Ao mesmo tempo, o clima tinha sofrido alterações que se traduziram em secas severas, inundações e oscilações alternadas de frio e de calor extremos, desde o início da chamada Pequena Idade do Gelo. Investigadores como Marc Oliva, Jesus Ruiz Fernández e Gerardo Benito, afirmam, em *The Little Ice Age in Iberian Mountains*, de 2017, que foram detectadas várias fases, incluindo, entre 1300-1480. Um período caracterizado como: "increasing cooling with moderate climate oscillations" (Oliva, Fernandez & Benito, 2017, 1). A Pequena Idade do Gelo ter-se-á prolongado até meados do século XIX. A juntar a tudo isto, em Agosto de 1356, um violento sismo, de intensidade viii-ix na escala de Mercalli Modificada, abalou Lisboa, Sevilha e Córdova, com dois abalos de 15 minutos com réplicas e destruição semelhantes às de 1531 e 1755, referem Célia Ferrão, Mourad Bezzeghoud, Bento Caldeira e José F. Borges, do Centro de Geofísica da Universidade de Évora, no *Estudo da Sismicidade em Portugal no Período 1300-2014*. Em 1355-1356 existiu um período de fome em Portugal, replicado em 1364-1366. Em 1367-1368 foram promulgadas leis para acudir à falta de mão-de-obra na agricultura. Os

anos agrícolas de 1374 e 1375 foram maus e a fome voltou a fazer-se sentir no país. Situação que motivou D. Fernando a promulgar, em 1375, a Lei das Sesmarias, que obrigava os proprietários a cultivar as terras ou a serem expropriados, compelindo, simultaneamente, todos os que não possuíssem bens avaliados até 500 libras a trabalhar na agricultura, incluindo mendigos e vadios que pudessem fazer uso da força braçal (Castro, 1981, 286).

O chamado Interregno de 1383-1385, caracterizado por guerra civil e batalhas com Castela pelo trono português, traduziu-se num novo período de fome entre 1384-1387. Os tratados de Monção, em 1389 e de Lisboa, em 1393, não impediram que a fome regressasse em 1391-1392, por altura dos nascimentos dos infantes D. Duarte (1391) e D. Pedro (1392) e se repetisse em 1394. Ainda assim, a guerra entre Portugal e Castela continuou, assim como a fome, entre 1397 e 1400. Só em 1402, os dois países selaram um acordo de paz por dez anos, o que não evitou novo ano de fome em 1403. A fome e a peste foram alternando, a primeira em 1412-1414 e a segunda em 1414-1416 (D. Filipa de Lencastre morre de peste em 1415), ou coincidindo, com a fome de 1422-1427, que acumulou com a peste de 1423. Em 1433, com a morte de D. João I, o infante D. Duarte, que já administrava o reino em nome do pai havia anos, subiu ao trono até a peste o ceifar em 1438, altura em que o país se debatia com maus anos agrícolas (entre 1436 e 1441) que levantaram, de novo, o espectro da fome. Já durante a regência do infante D. Pedro, a fome voltou a fazer-se sentir nos anos de 1445 e 1446.

A Peste Negra, apesar de ter atingido fortemente o país, não parece ser a explicação para todos os acontecimentos posteriores. Armando Castro entende que, por vezes, se exagera nas implicações da pandemia, quando se sabe que, mesmo os efeitos demográficos não assumiram a mesma projecção em toda a parte. Em Portugal, sublinha que a contracção demográfica, talvez não se possa explicar totalmente por migrações de populações rurais sobreviventes para os núcleos urbanizados, embora admita que tais migrações de populações tenham sido uma consequência provável da catástrofe demográfica, como também aconteceu noutros países europeus (Castro, 1981, 312-313). O autor conclui que todos estes factos concorrem para se compreender: “o interesse da burguesia urbana em dominar (administrativa, política e economicamente) as zonas rurais da sua região” (Castro, 311), o que também permite interpretar fenómenos subsequentes, como o êxito obtido por D. João I com a Revolução de 1383-1385 e, em momentos posteriores, quando também a burguesia e o povo apoiaram o infante D. Pedro a assumir a regência (1439-

1448). Outros autores, como Oliveira Marques, atribuem uma grande importância às mortandades no desencadear dos movimentos migratórios internos. Aquele antigo catedrático da Universidade Nova de Lisboa, afirma:

> A uma sociedade relativamente estável e limitada nas suas deslocações, pelo menos ao nível popular, sucedeu-se uma nova ordem social que, enquanto não readquiriu estabilização, se caracterizou por migrações variadas, de província para província, do campo para a cidade, de todo o país para Lisboa (Marques, 1987, 32).

A súbita escassez de mão-de-obra fez-se sentir, particularmente nos centros urbanos, resultando no aumento de salários dos artesãos e numa fuga de trabalhadores rurais para as cidades, o que fez avolumar ainda mais a crise de mão-de-obra rural. Em relação ao clima social das cidades, Oliveira Marques sublinha:

> O afluxo de imigrantes, para além das carências do mercado de trabalho, originou um proletariado [7] no desemprego, um acréscimo na massa dos indigentes e, por consequência, um surto de marginais. Todo o Portugal os parece ter conhecido então, muitos deles circulando em bandos de terra em terra, designados *goliardos* ou *goulães* pela linguagem do tempo, assaltando, roubando e matando ou, mais simplesmente, pedindo (Marques, 32).

Para o historiador, a imigração de centenas ou milhares de pessoas para a cidade fez-se: "gradual mas continuamente, ao longo de décadas". Salienta, porém: "com a possível excepção de Lisboa, a força de atracção da cidade não foi, geralmente, além de um pequeno raio que atingia o *hinterland* próximo" (Marques, 181). Acentua também que, no Portugal medievo, só nove "cidades" podiam exibir esse título, correspondendo às sedes de bispado: Braga, Coimbra, Évora, Guarda, Lamego, Lisboa, Porto, Silves e Viseu, embora refira que Lamego, Guarda Silves ou Viseu, tinham à sua frente 'vilas' mais urbanizadas do que elas, como eram os casos de Santarém, Guimarães, Beja, Elvas, Lagos ou Setúbal (Marques, 182). Em seu entender, uma das provas do crescimento urbano foi a construção de novas muralhas: "abarcando espaços muito mais amplos do que os contidos na primitiva cerca", sobretudo a partir de D. Afonso IV. No entanto, as novas áreas amuralhadas podiam não corresponder a um crescimento urbano proporcional, mas às previsões de um crescimento futuro. Para Oliveira Marques, durante o século XV, em cidades de certa importância, além do remate no amuralhamento de Évora: "apenas se edificaram as muralhas de Viseu, iniciadas com D. João I e terminadas com D. Afonso

[7] Utilização do conceito *avant la lettre*, uma vez que só no século XIX, no âmbito da Revolução Industrial, foi ressignificado por Karl Marx, passando a designar um trabalhador assalariado pobre.

V, e de Aveiro, iniciadas também com o rei 'da Boa Memória' e concluídas durante a regência do infante D. Pedro" (Marques, 182).

A Guerra dos Cem Anos foi uma expressão inventada no século XIX para designar uma série de conflitos armados anglo-franceses que durou 116 anos, entre 1337 e 1453. Mas a história dos conflitos entre os dois reinos vinha muito de trás e prolongou-se no tempo, tal como as guerras, batalhas e escaramuças entre Portugal e Castela. O que marcou o conflito iniciado em 1337 foi a pretensão dos reis ingleses à coroa de França, com Eduardo III, de Inglaterra, a declarar-se rei de França, em Gante, em 1440. O conflito foi determinante para a evolução da Europa e é, de um modo geral, dividido em três fases: a Eduardiana (1337-1360), a Carolina, que coincidiu com a Peste Negra (1369-1389) e a Lencastriana (1415-1453). Na primeira fase, os ingleses, liderados pelo rei Eduardo e o filho, o Príncipe Negro, venceram várias batalhas em solo francês, designadamente Crécy, em 1346, e Poitiers, em 1356. Na segunda fase, a França, liderada por Carlos V, recuperou grande parte do território francês controlado por Inglaterra. Mas a Peste Negra matou cerca de 30% das populações de um e outro lado do canal da Mancha e provocou uma crise económica e social que demorou mais tempo a ser debelada em França. Foi aí que se iniciou a terceira fase, dita 'Lencastriana', por ter sido conduzida por Henrique V, da casa de Lencastre, em Inglaterra, que obteve uma vitória esmagadora em Azincourt, em 1415, e conquistou a Normandia. Depois disto foi firmado o Tratado de Troyes, segundo qual Catarina de Valois, filha de Carlos VI, de França, casava com Henrique V, de Inglaterra, e os herdeiros herdavam o trono da França.

O futuro parecia risonho para os ingleses, mas Henrique V morreu, aparentemente de desinteria, a 31 de Agosto de 1422, e Carlos VI também morreu dois meses mais tarde, a 21 de Outubro de 1422. Ficou um bebé de nove meses, filho de Henrique V e de Catarina de Valois (francesa), como o herdeiro dos dois tronos. A regência passou a ser assegurada por dois tios, João, duque de Bedford, e Humberto, duque de Gloucester, ficando o primeiro com a questão francesa e o segundo com o governo do reino e a educação do sobrinho. Bedford ainda obteve uma vitória em Verneuil, em 1424, mas depois iniciou-se a recuperação francesa, muito influenciada pelo carácter messiânico de Joana d'Arc. Os franceses sacudiram a pressão inglesa, coroaram Carlos VII em 1429, mas não conseguiram controlar a capital do reino. Assim, em Dezembro de 1431, com dez anos, Henrique VI foi coroado rei de França na Notre-Dame de Paris, depois de ter sido coroado rei de Inglaterra na Abadia de Westminster, em Novembro de 1429. Foi o único rei

coroado nos dois países. Alguns anos mais tarde, os franceses liderados por Carlos VII recuperaram os territórios controlados pelos ingleses e perseguiram-nos até ao último reduto, na Gasconha, que era dominada pela Inglaterra desde 1152 – quando Henrique II, de Inglaterra, casou com Leonor da Aquitânia, assegurando as possessões da Aquitânia e Gasconha –, tendo os franceses vencido a batalha de Castillon, perto de Bordéus, em Julho de 1453. Esta é considerada a última batalha da Guerra dos Cem Anos, embora o conflito tivesse continuado ainda por vários anos. Após esta derrota, os proprietários rurais ingleses reclamaram as perdas sofridas e essa é considerada, talvez, a principal causa da chamada Guerra das Rosas (1455-1485) que levou à substituição dos Lencastre pelos Tudor à frente do trono inglês.

Antes mesmo da Guerra dos Cem Anos, no final do século XIII, quando os ingleses entraram em conflito aberto com os franceses por causa da Aquitânia, a importância dos mercados franceses, sobretudo das feiras de Champagne – as feiras tinham lugar em diferentes locais do condado de Champagne, no nordeste de França, e duravam cerca de duas a três semanas –, começou a declinar. Os ingleses precisavam de colocar a sua lã mas os portos da Flandres estavam sob a alçada francesa e era necessário descobrir outro destino. Foi quando Portugal começou, por um lado, a assegurar o transporte da mercadoria a partir de Inglaterra e, por outro, a ser procurado pelos comerciantes internacionais.

As trocas comerciais intensificaram-se com o passar dos anos e o comércio internacional português desenvolveu-se para não mais parar. As influências francesa e inglesa em diversos países levaram à tomada de posições entre diferentes contendores. Portugal assinou em 1373 o tratado de amizade Anglo-Portugês, subscrito por Eduardo III de Inglaterra e D. Fernando I de Portugal. Os ingleses ajudaram o mestre de Avis no conflito com Castela durante a guerra civil de 1383-1385, tendo sido determinantes para a vitória portuguesa na batalha de Aljubarrota. A partir de então, as relações comerciais e políticas entre os dois reinos não pararam de aumentar, sobretudo quando, em 1386, através do Tratado de Windsor, assinado entre Ricardo II, de Inglaterra e D. João I, os dois reinos protestaram amizade perpétua e mútua assistência. A aliança voltou a reforçar-se com o casamento um ano depois, em 1387, de D. João I com D. Filipa de Lencastre, filha do primeiro duque de Lencastre (João de Gante), neta do rei Eduardo III e irmã do futuro rei Henrique IV de Inglaterra.

2.2 – Demografia e sociedade

António Oliveira Marques afirma que o outono da vida, nos finais da Idade Média, começava perto dos 35 anos. Para dar uma ideia da esperança de vida na época, o autor explicita a teoria das idades num quadro construído a partir das ideias dos letrados citados pel'O Eloquente no *Leal Conselheiro* (ver quadro 2). Aponta, no entanto, como exemplos extremos de longevidade, D. João I, que morreu com 76 anos, e D. Afonso IV, falecido com 66 anos. Além destes, o fundador da nacionalidade, D. Afonso Henriques, passou dos 70, D. Afonso III chegou aos 68 e D. Sancho I atingiu os 56. Todos os outros ficaram, como diz Oliveira Marques, pela "mancebia", o mesmo acontecendo com rainhas e infantas. D. Duarte, no *Leal Conselheiro*, explicita o que eram, em seu entender, as idades do homem, que reparte em sucessivos períodos de sete anos:

> Na primeira aos sete, se mudam os dentes. Segunda de xiiij, som em hidade para poderem casar. Tercera de xxi que acabam de crecer. Quarta de xxiij, que percalçom atoda força e verdadeiro fornimento do corpo. Quinta de xxxv em que se percalça perfeito esforço, consselho e natural entender. Edally avante, perssemelhante de vii em sete ãnos, entendo que vaão decendo por outros degraaos naturalmente ainda que não se veja tam claro, até comprir oconto de lxx ãnos em que devemos fazer fim denossos dias paraos feitos da presente vida (D. Duarte, 1943, 9-10).

Quadro 2

As idades	
Infância	0-7
Puerícia	7-14
Adolescência	14-21
Mancebia	21-50
Velhice	50-70
Senilidade	70-80
Descrepitude	80-...

(Marques, 1987, 22).

A esperança de vida na Idade Média era baixa. A Universidade da Carolina do Sul, EUA, apresenta um estudo de Sharon DeWitte para a Inglaterra medieval onde se afirma: "in medieval England, life expectancy at birth for boys born to families that owned land was a mere 31.3 years. However, life expectancy at age 25 for landowners in medieval England was 25.7" (DeWitte, 2022), o que significa que, para os recém-nascidos em

famílias proprietárias de terras, a esperança de vida era, devido à elevada mortalidade infantil, de 25 anos. Mas para os que completavam 25 anos e eram donos de terras, podiam esperar viver até aos 50,7 anos, o que não sendo muito é mais do que muitas vezes se estima para aquela época e, tratando-se de uma média, também abrange casos de pessoas que viveram até aos 70, 80 anos e mais (DeWitte, 2022).

Entre as diferentes formas de diferenciar as categorias sociais no período medieval, o conceito dos três pilares da sociedade (*oratores, bellatores, laboratores*), pela simplicidade, foi o mais bem-sucedido, como diz Inka Moilanen. Aquela investigadora nórdica afirma que, apesar desta metáfora ser clara, era, ainda assim, insuficiente para descrever as complexidades da prática social nas suas várias categorias e relações, mas tinha significado como parte de uma conceptualização mais ampla da ordem social. Como figura de estilo, permite explorar o que as pessoas pensavam para se definirem e identificarem a si próprias e aos outros como parte do mundo em que viviam, mas também significava a tendência para categorizar e criar fronteiras entre os diferentes grupos sociais. No entender da autora: "it also emanated a certain inflexibility that strengthened the perceived boundaries between three groups that represented the necessary functions of society: those who pray; those who fight; those who work". Este conceito, que entre nós se traduziu pela divisão entre clero, nobreza e povo, era normalmente visto, como refere Inka: "as a rhetorical tool which validated and confirmed the hierarchical superiority of one group (either *oratores* or *bellatores*) over another (*laboratores*), and which was useful in accentuating the social responsibilities and restrictions of those categories" (Moilanen, 2016, 1331).

No século XV, em resultado das epidemias, da fome, das revoltas, da guerra e da nova onda de comércio que se abrira em toda a Europa e em Portugal, começou a ganhar força um quarto estado, que despontou no século XIV e se afirmou no século XV: a burguesia. Não é fácil saber a dimensão de cada um dos grupos sociais, embora saibamos que o clero e a nobreza, sendo menos numerosos, dominavam o poder no reino. Oliveira Marques socorre-se de uma lista de igrejas e capelas existentes em 1320-1321 e que era da ordem das 2.424 para, atribuindo um determinado número de clérigos, consoante a importância de cada uma, calcular o total de indivíduos que compunham o clero no século XIV. Assim, chega a uma estimativa de 8.500 *oratores*, a que junta, por segurança e para não existirem dúvidas, mais 1.500, totalizando 10.000 pessoas, ou seja, 1% da população do reino de então. Ainda assim, o autor lembra que a peste negra deve ter ceifado muitos e que, por

isso, seriam bastante menos no século XV. (Marques, 1987, 220-223). Quanto à nobreza, Oliveira Marques começa por apontar cálculos para países estrangeiros nos séculos de Trezentos e Quatrocentos, com percentagens variáveis entre 1% e 10% da população total. Em relação a Portugal, conjuga o texto da chancelaria de D. Pedro I com o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, assim como com os *Brasões da Sala de Sintra*, de Braamcamp Freire, a *Nobreza de Portugal*, de Afonso Eduardo Martins Zúquete e o *Armorial Lusitano, Genealogia e Heráldica*, do mesmo autor, para inferir que a nobreza portuguesa, isto é, os *bellatores*, deveria contar, então, com cerca de um milhar de famílias, ou seja, entre cinco mil e seis mil pessoas, o que representava menos de 1% do total da população. Mesmo estes encontravam-se estratificados entre a grande, a média e a pequena nobreza. A grande nobreza era formada pelos ricos-homens, a média pelos cavaleiros e a pequena pelos escudeiros, que existiam dentro, mas também fora, da nobreza (Marques, 236-261).

Por último, o povo, ou *laboratores* – a esmagadora maioria da população, onde dominavam os jornaleiros, assalariados que cultivavam a terra dos lavradores e apascentavam o gado ou, no mar, praticavam a pesca, mas também, nas cidades, eram companheiros e aprendizes, serviçais, domésticos, etc. – que, nos séculos XIV e XV, segundo o autor, integrava também burgueses, letrados, lentes universitários, tabeliães, advogados, físicos, boticários, mesteirais e outros. Entre os homens do povo, também havia cavaleiros que, quando tinham realmente posses, dificilmente se distinguiam da baixa nobreza e, por vezes até, da média nobreza, pela opulência com que viviam, rodeados de dependentes e servidores. Seguiam-se-lhes, em grau de importância, os doutores em leis e em medicina. Oliveira Marques afirma: "era um conjunto pouco numeroso de privilegiados, na prática equiparados aos fidalgos e detentores de importantes cargos na administração pública e eclesiástica" (Marques, 266). O autor nomeia depois, por ordem decrescente de importância: os mercadores – fretadores e armadores de navios, importadores e exportadores –, arrendatários de rendas públicas, prestamistas, altos funcionários, validos do rei, etc., ou seja, a chamada "aristocracia do dinheiro". Outros populares integrados na faixa superior deste estado eram os besteiros do conto e de cavalo, os moedeiros com besta de sela, os físicos e cirurgiões e, por último, os detentores de cargos públicos, régios ou concelhios – desembargadores, juízes, ouvidores, procuradores dos feitos do rei, vereadores, procuradores dos concelhos, almotacés e outros (Marques, 261-276).

Os pobres, contabilizados entre o povo, eram, ainda assim, uma categoria à parte da população porque podiam provir de todos os estratos, desde os peões até à cavalaria e à nobreza. A maioria eram pobres permanentes, muitas vezes inválidos por doença ou por idade, por desemprego urbano ou por abandono do campo em busca de melhores condições de vida. Existia um outro grupo de pobres, porventura maior do que o anterior, constituído por vagabundos que eram, muitas vezes, marginais por vontade própria e contestatários da ordem social estabelecida. Oliveira Marques enumera: "maus filhos expulsos de casa, criminosos de qualquer nível fugindo à justiça ou eximindo-se à condenação social, soldados desertores, clérigos fartos da disciplina dos conventos e das igrejas, prostitutas, adúlteras escorraçadas, etc., etc." (Marques, 276). Pela enorme flutuação de efectivos em todas as áreas, variavam constantemente em relação ao tempo e ao lugar, mas o número oficial, à excepção de Lisboa, era reduzido (Marques, 276-277).

Ceuta, conquistada em 1415, marcou a última grande vitória de D. João I e o início da expansão portuguesa, com o rei e os filhos envolvidos na expedição. A partir daí, criaram-se divisões, por vezes profundas, entre as facções ligadas à nobreza beligerante e à burguesia comerciante. Enquanto os primeiros defendiam o espírito da cruzada e da conquista de território aos mouros do Norte de África, uma vez que o reino árabe de Granada, rodeado por terra, tinha como fim e destino anunciados a integração no reino de Castela, como aconteceu em 1492. Já então a burguesia, mercantilista e ciente dos custos em dinheiro, bens e homens que tinham campanhas como a de Ceuta, preferia pensar no descobrimento da costa africana e no estabelecimento de feitorias comerciais que permitissem transaccionar mercadorias exóticas, ouro e outros produtos, oriundos do interior de África e que podiam passar a ser transportados por barco para a Europa, substituindo as caravanas que atravessavam o continente até aos portos do Mediterrâneo. Até porque Ceuta, que fora um importante entreposto comercial árabe (por isso despertara a cobiça nacional) tinha perdido importância sob a dominação portuguesa, com os árabes a desviarem as caravanas para outros destinos, em especial para Tunes. José Amado Mendes afirma que se tratou de um "evento heróico", mas sublinha: "tratou-se igualmente de um empreendimento de índole empresarial" (Mendes, 2018, 50), como também António Sérgio já fizera em 1919 ao interpretar o texto de Zurara (Sérgio, 1980, 253-271). José Amado Mendes admite, no entanto, que, dado custo da manutenção, em homens e em dinheiro, sobretudo depois dos cercos muçulmanos de 1418, 1419, 1453 e 1464: "Ceuta havia-se transformado num fracasso, sob o ponto de vista económico e

financeiro" (Mendes, 2018, 48). Mas, as conquistas no território que é hoje Marrocos, sobretudo após as de Alcácer-Ceguer, em 1458, e de Arzila e Tânger, em 1471, encerravam igualmente uma quota-parte de vaidade e fizeram com que D. Afonso V se pudesse intitular: "Pela Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África", como D. João I se havia intitulado "Rei de Portugal e dos Algarves e Senhor de Ceuta", após 1415.

2.3 Emissões e desvalorizações de moeda

Portugal conquistou a independência em meados do século XII e os reis cedo emitiram moedas de ouro e prata, o que, segundo Ana Tomás e Nuno Valério, do Gabinete de História Económica e Social do ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão), em "Means of Payment and Degree of Monetization: A Suggestion and an Application to the Case of Portugal", era feito de acordo com os padrões muçulmanos, que prevaleciam nos reinos cristãos recentemente reconquistados da península Ibérica (Tomás e Valério, 2020, 11), (ver quadro 3). Um sistema monetário próprio só surgiu, de acordo com os mesmos autores, em 1253, quando foi instituída uma unidade monetária portuguesa: "the libra (pound), divided into 20 soldos (shillings) and 240 dinheiros (pence), was instituted, according to the Carolingian standards that dominated Western Christendom at the time" (Tomás e Valério, 2020, 12). Ainda assim, sublinham, as emissões monetárias continuaram a ser escassas durante muito tempo.

Quadro 3

Means of payment in Portugal around 1250			
Minted coins	**Name**	**Nominal value**	**Value at today's prices**
Gold coins	*morabitino*	1.5 *libras* = 360 *dinheiros*	64 euros
Silver coins	*mealha*	1 *dinheiro*	17 cents

Remarks
• Nominal value according to the Law of 26 December 1253.
• Value at prices in the early 21st century, computed considering that today's price level is roughly 300,000,000 times higher than that of the mid-13th century, and that 1 euro has the approximate nominal value of 4,700,000 morabitinos.

Nota: quadro replicado de *Means of Payment and Degree of Monetization - A Suggestion and an Application to the Case of Portugal*, Valério e Tomás, 2020.

O leque de meios de pagamento disponíveis no início de Portugal como estado independente era muito baixo, tal como a densidade desses meios, porque, segundo Ana Tomás e Nuno Valério, existiam apenas duas denominações: "one corresponded to 16 per cent of average yearly income, estimated at 9 libras at current prices and 400 euros at

today's prices; the other corresponded to 16 per cent of average daily income, estimated at 6 dinheiros at current prices and 1.10 euros today" (Tomás e Valério, 2020, 12). De acordo com os mesmos investigadores, vários documentos da época e a Lei de 26 de Dezembro de 1253 – 'Lei de Almotaçaria', de D. Afonso III, estabelece o preço do ouro, da prata e de outros metais, mercadorias e mantimentos na região Entre Douro e Minho, naturalmente extensível ao resto do reino –, provam que também circulavam em Portugal outras moedas, sobretudo de estados islâmicos e da cristandade ocidental. Ainda assim, a única inferência que consideram razoável é que o grau de monetização era muito baixo, sublinhando que as moedas mais valiosas eram, geralmente, utilizadas como meio de armazenamento de valor e só excepcionalmente como meio de pagamento, enquanto as menos valiosas serviam para algumas transacções correntes. No entanto, acentuam, a maioria das transacções era efectuada pelo sistema de troca directa. A situação monetária portuguesa piorou após a Peste Negra e com os conflitos internos e externos do final do século XIV. Os autores referem que, entre 1380 a 1430, cessaram as emissões de moedas portuguesas de ouro e as únicas disponíveis eram de prata e de cobre. Em simultâneo, notam, uma inflação extraordinária reduziu o valor da libra perto de 2.000 vezes.

Entre o final do século XIV e meados do século XV verifica-se uma teia complexa de desvalorizações da moeda. Nuno Valério, em *Desvalorizações Monetárias na História de Portugal*, explica: "o que está em questão numa desvalorização monetária é a perda de valor da unidade de conta, não dos meios de pagamento", mas distingue duas situações, a perda de valor interno: "manifestado nos preços dos bens", e a perda de valor externo: "manifestado nas taxas de câmbio". O professor catedrático de História Económica e Social do ISEG acrescenta a descrição das três funções da moeda:

> - *Unidade de conta*, em que são expressos os preços das transacções e em que os agentes económicos calculam as receitas e despesas;
>
> - *Meio de pagamento*, com o qual são: "feitas as compensações das compras e vendas de bens e serviços, as transferências unilaterais de fundos entre os agentes económicos e é concedido e reembolsado o crédito";
>
> - *Meio de reserva de valor*, ou seja: "como instrumento com o qual os agentes económicos procuram reter poder de compra entre diferentes momentos no tempo" (Valério, 2017, 1-2).

D. Fernando, cujo reinado se iniciou em 1367, encontrou, segundo Fernão Lopes, grande quantidade de valores na "torre do aver do castello de Lixboa" [8]. O cronista contabiliza

[8] Torre do Tesouro e do Tombo do Castelo de São Jorge, em Lisboa.

uma herança de D. Pedro I da ordem das: "oito çemtas mil peças douro e quatro çemtos mil marcos de prata, afora moedas e outras cousas de gramde vallor que hi estavom", a que é necessário adicionar todos os outros haveres e propriedades reais espalhados pelo território. Além disso, o rei recebia anualmente oitocentas mil libras de direitos reais, mais as rendas das alfândegas de Lisboa e do Porto (Lopes, 1989, 4-5). Assim sendo, antevia-se um reinado economicamente tranquilo, só que as consequências da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), entre franceses e ingleses, na disputa do trono francês, alastraram, com as alianças, de um e outro lado, a países terceiros, trazendo instabilidade à Europa, sobretudo após as vitórias inglesas em Crecy (1346) e Poitiers (1356). Foi o caso de Portugal, onde a aliança com a Inglaterra veio inflamar os atritos com Castela, mais ligada ao lado francês.

Além disso, D. Fernando resolveu disputar o trono de Castela a Henrique de Trastâmara que assassinara o meio-irmão D. Pedro I, primo de D. Fernando, assumindo o trono como D. Henrique II. O conflito luso-castelhano desenvolveu-se então em três etapas. A primeira entre 1369-1370, terminou com o Tratado de Alcoutim. A segunda, entre 1372-1373, com D. Fernando e o seu aliado, o duque de Lencastre, João de Gante, casado com a filha mais velha do falecido D. Pedro I, de Castela, terminou com a assinatura do Tratado de Santarém. Como durante esse conflito o rei castelhano invadiu Portugal, pilhando e incendiando a Lisboa que ficava fora das muralhas, numa rapina que chegou até Cascais, D. Fernando resolveu construir novas fortificações em Lisboa e no Porto, as chamadas Muralhas Fernandinas. A terceira fase, teve lugar após a morte de D. Henrique II, em 1379, quando o duque de Lencastre voltou a convencer D. Fernando a combater o novo rei de Castela, D. João I. A batalha naval de 1381, perto da ilha de Saltes, na ria de Huelva, determinou a perda de 22 das 23 galés nacionais. Em 1382, Portugal, desprotegido, foi alvo de invasões castelhanas por terra e por mar, chegando mesmo a armada inimiga a entrar no Tejo sem enfrentar obstáculos, mas, como Lisboa estava defendida pelas novas muralhas, os invasores resolveram saquear os arredores, chegando a Sintra e Palmela. O conflito terminou com o Tratado de Elvas, de 1382.

Em Abril de 1383, foi assinado um novo tratado, o de Salvaterra de Magos, com o intuito de fortalecer a paz entre os dois países, que previa o casamento da única filha de D. Fernando, de 10 anos – D. Beatriz ou D. Brites –, com o segundo filho de D. João I de Castela. A morte da mulher do rei de Castela fez com que este preterisse o filho e casasse com D. Beatriz e, após a morte de D. Fernando – em Outubro desse mesmo ano, de

tuberculose –, reclamasse o trono de Portugal. Ao mesmo tempo, o rei castelhano aprisionou o primogénito de D. Pedro I e D. Inês de Castro, D. João, em Salamanca, para que não pudesse reclamar o trono português. Mas o facto de o rei castelhano, ao casar com D. Beatriz, ter desrespeitado a letra do Tratado de Salvaterra de Magos, assim como a circunstância de os filhos de D. Pedro I com D. Inês de Castro não serem reconhecidos pelo Papa Inocêncio VI, serviram de pretexto ao mestre de Avis, filho ilegítimo de D. Pedro I com Teresa Lourenço, para reclamar o trono e fazer-se aclamar rei nas cortes de Coimbra de 1385. Após a argumentação, considerada notável, de João das Regras, D. João I acabou mesmo por ser aclamado por unanimidade pelos três estados – clero, nobreza e povo. Para trás ficava o chamado Interregno de 1383-1385, durante o qual o país esteve mergulhado em guerra. Seguiu-se, ainda assim, um duro período de batalhas e conflitos com Castela que perduraram até ao século XV.

As guerras e pilhagens tiveram um custo e determinaram crises económicas e desvalorizações, ou 'quebras', da moeda – traduzidas na diminuição da quantidade de material monetário contida nas moedas com um determinado valor nominal (Valério, 2017, 7) – que, não sendo apenas apanágio de Portugal, foram razão de empobrecimento do reino que registava carência de mão-de-obra nos campos e migração para as cidades, escassez de cereais para a alimentação e aumento dos preços. Nuno Valério, no estudo sobre a "Periodização da História Monetária de Portugal" refere: "os dois terços de século que mediaram entre 1369 e 1435 foram, em Portugal, um período de clara inflação". Uma inflação que, acrescenta, foi desencadeada: "por manipulações monetárias efectuadas para financiar as sucessivas guerras em que o País se envolveu com Castela, particularmente as de 1369-1371 e de 1383-1387, e a conquista de Ceuta em 1415" (Valério, 1991, 4). As consequências económicas destes conflitos prolongaram-se no tempo. Mas a situação não se verificava apenas em Portugal. Com efeito, Vitorino Magalhães Godinho, na obra *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, afirma: "é sob o signo da depressão, ou pelo menos da estagnação, que se coloca o século que decorre do meio de Trezentos a meio de Quatrocentos, tanto na Itália, como na Europa setentrional" (Godinho, 1963, 119).

Entre nós, Armando Castro, no volume ii da *História Económica de Portugal*, mostra exemplificativamente a evolução do marco de prata de 11 dinheiros (frisando que a prata se valorizou até à passagem dos séculos XV para XVI). Assim, depois de contabilizar: "de 1145-1150 para 1252-1263 a desvalorização provável da moeda portuguesa teria

andado por uns 20% a 25%", mostra que o marco de prata, que valia 12 libras em 1252-1253, passou a valer 85 libras em 1370 (ver Quadro IV). A partir de 1385, as desvalorizações aceleraram e o marco de prata, que valia 462 libras em 1387, passou a valer 9.240 libras em 1415, 28.000 em 1435-1436, 36.750 em 1445 e 52.500 libras em 1460 (Castro, 1981, Quadro xiv). Mesmo depois da reforma monetária de D. Duarte, em 1435-1436, que cunhou novas moedas em ouro, cobre e prata – com destaque para a nova

Quadro 4

Desvalorização da moeda portuguesa entre 1263 a 1460 calculada em relação ao marco de prata de 11 dinheiros (230 gramas)

Anos	Preço de um marco de prata em libras ou, após 1435-1436, em reais brancos e em libras	Percentagem de valorização da prata. Base: 1252-1263=100	Valor de uma libra em moeda portuguesa - conteúdo em prata, gramas
1252-1253	12		19,166
1263	16	33,33%	14,375
1270	17,5	45,80%	13,143
1282	16	33,33%	14,375
Cerca de 1340	19	58,30%	12,105
1355	25 a 27	125%	8,518
1369	29	141,70%	7,931
1370	85	608,30%	2,06
Após 1371	Revalorizações parcelares		
Antes de Outubro de 1383	22	-83,30%	10,454545
1385	66	5,5 vezes mais	3,4848
1387	462	35 vezes mais	0,497835
1391	2.024	168,7 vezes mais	0,113636
1398	3.465	228,75 vezes mais	0,066378
1406	2.200 a 2.700	100 vezes mais	0,085185
1415	9.240	770 vezes mais	0,024891
1416	16.500	1.375 vezes mais	0,013939
1435-1436	800 reais = 28.000 libras	2.333,25 vezes mais	0,008214
1445	1050 reais = 36.750 libras	3062,5 vezes mais	0,006258
1460	1500 reais = 52.500 libras	4.375 vezes mais	0,004381

Nota: Adaptado a partir do Quadro xiv da *História Económica de Portugal*, vol. ii, Armando Castro, 1981. Lisboa: Editorial Caminho.

unidade de conta, o real branco, que veio substituir a libra – continuou a verificar-se desvalorização da moeda, inclusive durante o período de regência do infante D. Pedro, o mesmo que, em 1426, escrevera, de Bruges, a carta (Ver anexo 1) onde recomendava ao irmão D. Duarte a necessidade de estabilidade da moeda:

> Senhor que aqui não ha novas de mudação de moedas porque he cousa que se costuma fazer em vossa terra, e vem delo grande mal a todolos aquelles a que vos sois theudo de fazer bem, e se segue delo grande proveza à terra: pareceme Senhor que deveis muito de requerer que se não faça. (D. Pedro, 1426, 8).

A premência da situação económica e os elevados gastos com a reestruturação do exército para fazer face a eventuais ameaças exteriores dos irmãos aragoneses da viúva de D. Duarte, a rainha D. Leonor, acabou por sobrepor-se aos mais avisados conceitos financeiros. Como explica Nuno Valério: "a depreciação da moeda não pode, porém, ser travada até finais do século XV". Por isso: "de 1435 a 1489 o valor do real baixou de cerca de 263 mg até cerca de 92 mg em termos de prata e de cerca de 29 mg até cerca de 9 mg em termos de ouro, perdendo, portanto, cerca de dois terços do seu valor inicial" (Valério,1991, 4). Uma relativa estabilidade monetária do sistema bimetalista, de ouro e prata, só foi conseguida em Portugal, como refere o catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), no final do século XV, mantendo-se depois até meados do século XVII.

As desvalorizações da moeda, como mostrou Vitorino Magalhães Godinho, varreram toda a Europa sem que se soubesse quem ganhava com elas: "nenhuma classe e nenhum dos poderes políticos tinha realmente interesse na desvalorização", sublinha. Refere inclusive uma situação, onde cita Fernão Lopes, quando: "os cortesãos e até alguns dos conselheiros do rei não compreendiam o que representava de desvalorização real o aumento do valor nominal e precipitavam-se a vender os metais aos novos preços; só mais tarde se deram conta do logro em que caíram" (Godinho, 1963, 120). Ainda assim, apesar de o terceiro estado, o povo, se queixar dos impostos elevados, terão sido a nobreza e o clero os mais atingidos pelas desvalorizações, por terem rendas estabelecidas por contratos. Mesmo considerando as situações em que os contratos foram renegociados e ajustados, designadamente, no tempo do rei D. Duarte, o certo é que os senhores da terra foram os que sofreram quebras mais acentuadas com as sucessivas desvalorizações. Armando Castro dá como exemplo um diferendo entre os cabidos de Braga e de Guimarães que obrigou à mediação do Papa Sisto IV, em 1477, levando à equiparação

de: “vinte libras de moeda antiga por mil e quinhentos reais da moeda del rey D. Afonso V”, o que representava uma multiplicação de 2.625 vezes em relação a 1382-1383, mas conclui que, tendo em conta o valor em libras: “a subida seria então superior a 3.028 vezes” (Castro, 1981, 278).

2.4 - Judeus e Mouros

No início da nacionalidade, os judeus já se encontravam instalados nas sociedades portuguesa, castelhana e leonesa e nem por sombras eram comparados aos muçulmanos, a quem os cristãos estavam a conquistar território e a quem consideravam inimigos. Em 1091, numa lei de D. Afonso VI de Leão e Castela, tendente a regular a forma de processo, tanto criminal como civil, entre cristãos e judeus: “estabeleceu-se uma verdadeira egualdade entre aquelles e estes”, apontou Joaquim Mendes dos Remédios na dissertação para o concurso ao magistério na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, em 1895 (Remédios, 1895, 116). Já antes, em 1066, o Papa Alexandre II escrevera aos bispos a louvar a humanidade com que os judeus eram tratados na península. “É distincta a causa dos judeus da dos islamitas”, afirmava o Papa, dizendo que era justa a luta contra aqueles que perseguiam os cristãos e os expulsavam das suas cidades e lugares próprios, acrescentando que, porém, os judeus: “em todas as partes estám dispostos a servir” (Remédios, 118-119). O autor salienta que, quando D. Afonso Henriques tomou Santarém já lá encontrou associações judaicas com uma sinagoga, que diz ter sido a primeira em Portugal. Para Mendes dos Remédios: “é indubitavel que o nosso primeiro monarca seguiu a respeito da população judaica uma política de generosa tolerancia”. Isso fez com que os judeus se desenvolvessem, chegando a constituir em Portugal, como em Castela, Andaluzia e Catalunha, povoações exclusivamente suas. E refere ainda: “com o número adeveiu tambem a importância” (Remédios, 119-120). Também D. Sancho I, entregue à missão de povoar as terras legadas pelo pai: “não deixou de aproveitar egualmente os serviços que lhe podiam prestar os judeus”, nomeando um deles almoxarife-mor do reino, ou seja, o responsável pela cobrança e arrecadação de impostos (Remédios, 121).

No entanto, tudo iria mudar com o tempo. D. Afonso II publicou, em 1211, Leis Gerais avulsas que abrangiam diversas áreas e temáticas, desde juízes e navios, aos privilégios da Igreja ou à vadiagem. Uma delas proibia judeus e mouros de serem ovençais de el-rei ou ocupar qualquer outro cargo oficial, de modo que os cristãos se não pudessem sentir agravados (D. Afonso II, 1211, lei nº 28). O IV Concílio de Latrão, celebrado em Roma

pelo Papa Inocêncio III, em 1215, definiu o dogma da Transubstanciação, proibiu a formação de novas ordens religiosas, estabeleceu novas regras para a consanguinidade no casamento e lançou a quinta cruzada. Mas também deu corpo a medidas de segregação dos judeus, como a condenação por usura excessiva contra cristãos que, se necessário, se deviam abster de negociar com eles. Definiu, além disso, a necessidade de os judeus, homens ou mulheres, usarem em público vestes ou sinais que os distinguissem dos cristãos e lançou ainda uma maldição sobre aqueles que, tendo sido baptizados, continuassem a professar o judaísmo. A partir daí, os episódios contra os judeus multiplicaram-se na Europa e na mortandade que se seguiu à Peste Negra, foram, muitas vezes, acusados de feitiçaria contra os cristãos e perseguidos. Em Portugal, continuaram a desenvolver-se até ao final da Idade Média, no comércio como mas nas mais diversas profissões e também nas ciências. Armindo de Sousa, no segundo volume da *História Portugal* dirigida por José Mattoso, afirma: "pode dizer-se, não só nessa altura da grande peste como posteriormente, até 1496, os judeus encontraram em Portugal um refúgio eficaz". E acrescenta: "as perseguições que se verificaram aqui e além, sempre fenómenos localizados e rapidamente combatidos pelo Poder, tiveram geralmente como desencadeadores a inveja e a rapina, mais do que razões ideológicas" (Sousa, 1993, 352). D. João I foi tolerante e protector dos judeus, proibindo que os perseguissem e lhes tirassem os bens. Por isso, Joaquim Mendes dos Remédios afirma:

> Nestas condições os judeus portugueses não podiam deixar de prosperar. Tendo assegurada a tranquilidade da sua vida e dos seus haveres, gosando de tam largas e humanitarias concessões como as que D. João [I] lhes havia outorgado, eles podiam entregar-se á vida activa do commercio e da indústria, em que sempre se tornaram exímios" (Remédios, 1895, 217).

Os judeus estavam instalados no mercado financeiro, mas também eram oficiais de alfândega, contabilistas e cobradores de impostos, cargo que lhes granjeava muita impopularidade. Actuavam ainda nas áreas da medicina, matemática e astronomia. Como nem todos estavam nas altas esferas, surgiam ainda como ourives, tecelões, alfaiates, sapateiros, caldeireiros, cordoeiros, marceneiros ou oleiros, entre várias outras profissões. Havia, no entanto, um ramo de negócio a que não podiam entregar-se sem licença real, a compra e venda de ouro, prata ou moedas. Mal-grado as perseguições e massacres perpetrados contra os judeus em Sevilha e em Barcelona, em 1391, D. João I protegeu-os durante a maior parte do reinado. No entanto, nas cortes de Évora de 1429, conforme se pode ler nas *Ordenações Afonsinas*, o rei ordenou que os judeus portugueses exibissem

"signaaes vermelhos de seis pernas cada huũ no peito a cima da boca do estâmago". Quem não obedecesse seria preso durante quinze dias, com multa (*Ordenações Afonsinas*, livro ii, título lxxxvi, 499-500). Nas mesmas *Ordenações* podem encontrar-se disposições que D. Duarte, ainda infante, verteu em lei. Uma delas proíbe os judeus de contratar cristãos. Se o fizessem pagariam, da primeira vez, cinquenta mil libras, da segunda, cem mil e, da terceira, tudo quanto tivessem. E, se não tivessem bens, seriam açoitados em público e pagariam multa (*Ordenações Afonsinas*, livro ii, título lxvi, 421-422). Outra lei de D. Duarte proibia-os de arrendar igrejas, mosteiros, capelas ou outros lugares de culto porque, em muitos desses lugares, eram os judeus que cobravam as dízimas, recebiam as oferendas e faziam a administração, encontrando-se presentes durante as orações do dia e os ofícios divinos. A lei referia ainda que os judeus eram, também: "Veedores, e Moordomos, e Recebedores, e Contadores, e aver ouros Offícios em casa de Ifantes, e Condes, e Prelados, e Meestres, e Abbades, e Priores, e Comendadores, e d'outros Cavalleiros, e Escudeiros, e Senhores grandes". E estabelecia que quem prevaricasse pagaria, de cada vez, cinquenta mil libras e receberia publicamente cem vergastadas (*Ordenações Afonsinas*, livro ii, título lxviii, 427-428).

Armindo de Sousa explica que, apesar do enorme afluxo de judeus que chegou a Portugal, depois das chacinas de Sevilha e Barcelona, onde morreram milhares de judeus, e sobretudo depois da expulsão por parte dos Reis Católicos, a população judaica nunca atingiu proporções significativas em Portugal: "calcula-se que o seu valor percentual dificilmente tenha ultrapassado o ponto quatro nos anos de maior densidade" (Sousa, 1993, 353). O historiador sublinha que, apesar de se tratar de uma minoria, era uma minoria extremamente activa: "económica e culturalmente muito acima da média" e relata que se encontravam entre os judeus os homens mais instruídos e avançados do século XV português: "médicos, cirurgiões, economistas, técnicos e artífices" (Sousa, 1993, 354). Entre outros, são exemplos: Abraham Zacuto, médico e professor de astronomia matemática, autor do *Almanaque Perpétuo* e do *Regimento do Astrolábio*, Isaac Abravanel, estadista, filósofo, financeiro e tesoureiro e conselheiro de D. Afonso V, ou Pedro Nunes, matemático que foi cosmógrafo-mor do reino, tradutor, autor de diversas obras marcantes e inventor do nónio. De um modo geral, os judeus viviam juntos nas chamadas judiarias, que eram muradas e algumas tinham portas com hora de abertura e fecho e deviam exibir 'sinais', vermelhos, de seis pontas, no peito. No entanto, os judeus

mais abastados, viviam em palácios, não tinham horas de entrada ou saída e não exibiam quaisquer 'sinais'. A opulência de alguns provocava a ira do povo.

Como é fácil compreender, mesmo antes do decreto de D. Manuel de expulsão dos judeus que não aceitassem converter-se ao cristianismo, em 1496, nem tudo foram rosas. Humberto Baquero Moreno entende que a situação no nosso país não devia ser muito diferente da que se verificava noutros reinos ibéricos e afirma: "a situação dos Judeus em Portugal não deverá desligar-se dos problemas que afectaram este povo nos vizinhos reinos de Castela e Aragão" (Moreno, 1990, 139). Existem alguns episódios que o atestam, um deles relatado por Fernão Lopes na *Crónica de D. João I*. Em Dezembro de 1383, no clima de instabilidade que se seguiu à morte de D. Fernando, o povo de Lisboa propôs-se saquear a Judiaria Maior e roubar o rabi-mor e tesoureiro de D. Fernando e o almoxarife de Lisboa, entre outros. Os judeus, assustados foram pedir ajuda ao mestre de Avis. D. João, com os condes João Afonso Telo e Álvaro Peres de Castro, foi até à judiaria, onde o povo lhe disse: "estes treedores destes Judeus dom Yuda, e dom Davi Negro que ssom da parte da Rainha, teem grandes tesouros escomdidos, e queremos lhos tomar e dallos a vos que queremos por nosso senhor" (Lopes, 1977, 30). Segundo o cronista, D. João saiu dali e com ele foi a maior parte do povo, afastando o perigo. Outro episódio ocorreu em finais de 1449, como relata Rui de Pina na Crónica de D. Afonso V:

> Certos moços Cristaõs por travessura fyzeram algum mal, ou sem razooẽs a alguns Judeus que andavam na ribeira de Lixboa, sobre que se agravaram aa justyça e ao Doutor Joham d'Alpoẽ, que era Corregedor, o qual provendo sobr'yso, mandou pubrycamente açoutar alguns delles, de que algum povo meudo e a voltas delles outras jentes que eram na Cidade, assy se escandallizaram dos Judeus, que sem mays outro acordo nem conselho, antes com grande oniam e alvoroço, dizendo *matallos* e *rouballos*, cometeram a judaria pella porta que vem ao poço de Fotea, e a roubaram toda atée o Poyo, em que dos judeus que sepunham em registencia ouve alguus mortos, ao qual insulto logo acudiram com muyta força os Ofycyaaes da Justyça, e principalmente Dom Alvaro Conde de Monsanto, que com suas forças atalharam ho mais roubo, e dano que se detriminava fazer (Pina, 1977, 758).

Maria José Pimenta Ferro Tavares, no artigo "Revoltas contra os Judeus no Portugal Medieval", afirma que a proximidade da quadra natalícia – Alberto Baquero Moreno situa os acontecimentos em 23 e 24 de Dezembro –, deve ter contribuído para o aumento da emotividade: "elevada ao rubro pelo facto de cristãos terem sido castigados por causa de judeus". Na opinião da historiadora, era difícil aos cristãos compreenderem o exercício imparcial da justiça quando estavam em causa: "indivíduos da minoria odiada porque

deicida" (Tavares, 1984, 165-166). Por isso, Rui de Pina escreveu que o povo de Lisboa se escandalizou com o facto de o rei mandar: "fazer pubricas Justiças" aos culpados que: "contra sua Real pessoa se allevantavam oniões tam irosas, que ouve por bem seçar de fazer mais cruas execuçooẽs". Isto porque, de acordo com o cronista: "prendiam e puniam pryncipalmente as pessoas, em cujas maõs as cousas do roubo per qualquer maneira se achavam; porque muitos que as nom roubaram inocentemente padeciam" (Pina, 1977, 759). José Mattoso, em *Identificação de um País*, afirma que, no período estudado (1096-1325), o antagonismo anti-semita estava ainda no início, embora surgisse: "já em surdina, através das motivações que se adivinham nas numerosas leis de D. Dinis acerca da usura e dos contratos com judeus" (Mattoso, 1995, 339).

Na opinião de José Mattoso, os judeus foram-se confinando, como explica: "cada vez mais nas suas comunas rigidamente separadas, olhados com desconfiança pela população que invejava a maneira como sabiam acumular dinheiro" e acrescenta: "apesar de a legislação que os colocava à parte se aplicar também aos Mouros, mencionados em paralelo com eles, era manifestamente a eles que se dirigia, quando os rodeava, e às suas actividades, de medidas de desconfiança" (Mattoso, 339). De qualquer forma, entende que as comunidades judaicas proliferaram rapidamente em todas as cidades e sublinha: "a sua presença é mesmo um dos indícios mais claros das características urbanas de uma localidade", acrescentando que surgiram precocemente em Coimbra e, provavelmente, nas cidades existentes na época muçulmana. "Aparecem depois mais a norte, no Porto, e a seguir nas cidades do interior, vivificadas pela activação do comércio terrestre com Castela a partir da segunda metade do século XIII" (Mattoso, 340). O historiador conclui que, ao contrário dos muçulmanos, com presença diferenciada entre o Norte e o Sul de Portugal:

> Os Judeus, sem perderem as suas características próprias, adaptam-se indiferentemente em qualquer lugar onde haja moeda e comércio, e constituem, por isso mesmo, um factor que não se integra no corpo social, mas contribui para uniformizar a fisionomia urbana do País (Mattoso, 340).

Já no que diz respeito aos muçulmanos, José Mattoso afirma que a influência árabe: "é certamente mais notável e determinante nos domínios da tecnologia artesanal, da economia de produção e de trocas, dos hábitos citadinos, de algumas instituições militares e da administração municipal". E o historiador limita: "tudo, praticamente, no domínio urbano, ou suburbano"; "muito pouco, ou praticamente nada no domínio da vida rural,

das tecnologias agrícolas que não estejam ligadas à economia das cidades" e, "absolutamente nada no domínio da vida e estruturas sociais de meio rural, a não ser na medida em que estas possam, em alguma coisa, depender da cidade" (Mattoso, 1995, 332). Do ponto de vista geográfico, o autor circunscreve esta influência: "à área a sul do Tejo e à parte meridional da Estremadura, ou seja, Lisboa, Santarém e arredores" e acrescenta: "tudo o que se possa encontrar de vestígio árabe fora desta área se deve, provavelmente, a Moçárabes ou a Mouros feitos cativos", pelo que recomenda que não nos deixemos iludir pela presença de topo-antropónimos árabes a norte do Mondego.

O historiador expõe: "a influência arábica foi grande e, mesmo, maciça em vários domínios da civilização material urbana, mas a isso se reduziu quase exclusivamente". E exemplifica que mesmo numa ou outra palavra, como nora, alcatruz, azenha, etc., ou a medida 'alqueire', que aparece no campo: "pode considerar-se o resultado do alastramento da economia citadina que, mercê da sua capacidade expansiva, se impõe à gente que vive da agricultura" (Mattoso, 332-333). Diferencia, no entanto, as actividades ligadas à pecuária e à criação de gado, dizendo que a contribuição islâmica ganha relevo nos grandes rebanhos e na especialização. Quanto à geografia dos termos, mostra: "a distinção entre as áreas onde o líquido que se separa do leite na fabricação do queijo não se chama 'soro', mas 'almece' ou 'almécere'" e explica: "a área do segundo termo situa-se a sul do Mondego". Nota, porém, que às duas zonas de criação de gado, a Norte e a Sul, se sobrepôs uma outra influenciada por Castela, no interior, de norte a sul do país. E infere que o facto de esta configuração contrariar a repartição das áreas lexicais que opõem o Norte e o Sul de Portugal: "deve-se, provavelmente, à introdução tardia das técnicas de transumância que transformam a pecuária numa verdadeira indústria" (Mattoso, 334-335).

As influências árabes nas instituições municipais e na vida marítima é ainda abordada por Mattoso. Sempre atento à geografia dos vocábulos utilizados, começa por comparar palavras de origem árabe que designam magistraturas municipais como 'alvasil', 'alcaide', 'almoxarife' ou 'almotacé', com outros de origem latina como 'saião', 'juiz', 'porteiro', 'andador', 'vedor', 'mordomo, 'sesmeiro', 'escrivão' ou 'vereador', e mostra que os oficiais de justiça subalternos se multiplicaram, assim como os cargos burocráticos tardios, que o alargamento do controlo administrativo requereu a partir do século XIII: "não há nenhum correspondente latino para os cargos fiscais e de controlo de preços e actividades comerciais ou dos abastecimentos da cidade, como era o 'almotacé'".

Entende, por isso: “que o desenvolvimento da economia monetária e de produção é própria do Sul e que as cidades árabes lhes forneceram o modelo”. E exemplifica: “a forma ‘pretor’, bastante usada para designar o ‘alcaide’ no século XIII, não prevaleceu, o que significa que o modelo islâmico era mais forte”. Além disso, em relação a um cargo judicial sustenta: “a alternância entre ‘alvasil’ ou ‘alcaide’ e ‘juiz’ mostra que a fonte de inspiração podia ser tanto nórdica como meridional, conforme os locais” (Mattoso, 335). Compara, por último, as designações das magistraturas nos forais urbanos e faz saber que, apesar de a maioria ter sido concedida a povoações do Centro e do Sul, com antecedentes árabes ou moçárabes, a influência das instituições islâmicas só se nota nos forais do tipo do de Lisboa. Assim, no foral de Coimbra, de 1111, surge a palavra ‘alcaide’, mas nos de Évora e de outras povoações do Alentejo só são mencionados magistrados de origem nortenha: ‘juiz’, ‘saião’ e ‘meirinho’. Sublinha, no entanto, que isto não significa o desconhecimento do modelo islâmico no Alentejo mas: “que o ponto de vista e os esquemas mentais do legislador – o rei – eram os da gente do Norte”. Ainda assim, afirma: “a vida quotidiana e a necessidade de organizar a vida económica e fiscal se encarregariam de generalizar os nomes de funcionários régios e concelhios sem correspondentes nas instituições nortenhas” (Mattoso, 336).

A actividade marítima e piscatória é, por fim, referida por Mattoso para diferenciar as comunidades costeiras do Norte, das do Centro e Sul de Portugal. Começa por enumerar vocábulos de origem islâmica que ficaram na língua portuguesa como ‘arrais’, ‘fateixa’, ‘almadrava’, ‘atum’, ‘xávega’, ‘xaveco’, ‘carraca’, ‘arsenal’, etc. Em seguida, começa a inventariar factos que determinam diferenças entre os homens do mar, sobretudo pescadores: “os homens do Norte são predominantemente agricultores”, acrescentando: “da pesca, conhecem mais a fluvial do que a marítima. Etnicamente não se confundem com as comunidades de pescadores, mesmo no Norte”. Assim sendo, conclui: “por isso, se podem diferenciar as técnicas da construção naval vindas do Mediterrâneo das que procedem do Mar do Norte” (Mattoso, 334) e remete para o trabalho de Octávio Lixa Filgueiras “Sobre as Origens do Barco Poveiro”. O arquitecto portuense, arqueólogo e etnólogo naval, estabelece comparações entre os modelos construtivos de alguns barcos de pesca do fiorde de Roskilde, na Dinamarca, com os modelos poveiros. Também refere a disseminação no sentido norte-sul das influências construtivas na lancha poveira, e nas canoas de tábuas de origem germânica, o que constitui uma inversão do sentido na disseminação das técnicas de construção de barcos de influência árabe, sobretudo de

pesca, de sul para norte. De acordo com as investigações que conduziu, o investigador conclui que a influência do Norte se esgota entre os rios Minho, Lima e Douro, sendo, em seu entender, a progressão até Buarcos pontual e as extensões até Gala (Figueira da Foz), Nazaré, Cascais, Sesimbra e Setúbal: "factos acidentais, e em flagrante discrepância com as linhas de força das etnias aí fixadas e índole de tal zona" (Filgueiras, 1970, 58).

2.5 - Influências políticas no Portugal de Quatrocentos

No século XV não se falava da separação dos poderes legislativo, executivo e judicial, nem do afastamento do Estado da Igreja. Talvez por isso, criavam-se pequenos reinos dentro do reino. No entanto, em Portugal, como no resto da Europa, o estado feudal estava em plena decadência, como lembra Oliveira Marques. Na primeira metade do século XV, tal como acontecia noutros países europeus, o rei passou a ter mais peso perante a nobreza e o clero e à tributação senhorial típica e à isenção de tributação por parte dos senhores opunha-se uma nova tributação fiscal, determinada pela Coroa, que não respeitava privilégios, submetendo nobres e clérigos ao seu jugo, ao mesmo tempo que invadia as prerrogativas dos senhores, violando-lhes "direitos e tradições" (Marques, 1987, 279). Ainda assim, como refere o mesmo autor, as instituições feudais, por muito ameaçadas e penetradas que estivessem, continuavam a resistir e "o país feudal coexistia com o país moderno" (Marques, 279). Mas, como num grande número de vezes acontece, existiam excepções, quer no domínio legal, quer no dos impostos.

A nobreza portuguesa coeva apostou erradamente contra D. João I na crise de 1383-85 e acabou por perder posição e poder no pós-batalha de Aljubarrota, o que deu azo ao desenvolvimento de uma nova classe nobiliárquica. O condestável D. Nuno Álvares Pereira – general decisivo na luta pela independência do reino –, por exemplo, acumulou recompensas reais. Do casamento de sua filha, D. Beatriz Pereira de Alvim, com D. Afonso, filho natural de D. João I, nasceu um novo potentado no Portugal quatrocentista. A morte do infante D. Pedro e os bens do ducado de Coimbra atribuídos ao duque de Bragança elevaram ainda mais o seu poder. A Casa de Bragança beneficiou desde cedo de benefícios outorgados, primeiro por D. Duarte e depois por D. Afonso V, que lhe permitiam impedir a entrada nas suas terras de indivíduos considerados indesejados, ainda que exibissem cartas de segurança régias, e até proibir o porte de armas, mesmo contra a lei geral, conforme refere Mafalda Soares da Cunha em *Linhagem, Parentesco e Poder - A Casa de Bragança (1384-1483)* (Cunha, 1990, 115). A questão ganhou novos contornos

nas Cortes de Coimbra/Évora de 1472/73, durante a liderança do segundo duque de Bragança, quando D. Afonso V isentou as terras do ducado de correição e alçada por parte do adiantado régio para o Entre Douro e Minho, como refere Luís Miguel Duarte no inventário de dúvidas da "Justiça Medieval Portuguesa", publicada nos *Cuadernos de Historia del Derecho* (Duarte, 2004, 89-90). Aquele historiador da Universidade do Porto adianta que o rei até permitiu que as instruções emanadas dos dois tribunais centrais – a Casa do Cível e a Casa da Justiça da Corte, mais tarde Casa da Suplicação – não fossem aplicadas nas terras do ducado, sem antes serem fiscalizadas pelos ouvidores (magistrados) do duque. É de assinalar que os adiantados eram, geralmente, fidalgos da confiança da corte e do rei, que superentendiam a aplicação da justiça nas comarcas, daí que se falasse em correição (capacidade de fiscalizar a aplicação da justiça) e alçada (jurisdição, competência).

Do ponto de vista fiscal, a Casa de Bragança usufruía dos direitos incluídos, tradicionalmente, nas doações genéricas e tinha ainda obtido a isenção de pagamento da dízima de todos os bens para uso pessoal que viessem do estrangeiro, bem como dos tributos sobre a circulação interna. Alguns desses privilégios foram também, ainda que pontualmente, concedidos a moradores de concelhos pertencentes ao ducado ou a mercadores que comerciavam directamente com eles (Cunha, 1990, 116). Outros dados importantes no que diz respeito aos direitos cobrados pela Casa de Bragança tinham a ver com o número de padroados de que recebiam dízimas e com o direito de aposentadoria. "Requereram poder ter pousada em qualquer parte do reino, restringindo o direito de aposentadoria nas suas terras a eles próprios e ao rei" (Cunha, 116-117). Também estavam isentos: "[de] pagamento de chancelaria para todas as cartas e títulos públicos de que necessitassem cópia" e: "os direitos de administração militar também eram extensos". Entre outros, diziam respeito: "[à] maior parte das alcaidarias mores dos concelhos com castelos sobre os quais tinham jurisdição e a mercê das coudelarias das suas terras o que significava que as isentava da jurisdição do Coudel-Mor" (Cunha, 117). A investigadora sublinha que se trata de uma listagem de privilégios: "cujo peso económico efectivo não podemos, pois, dimensionar com um mínimo de rigor e de que nos escapa até o impacto junto das populações" (Cunha, 117).

Mafalda Soares da Cunha refere ainda que os índices de conflitualidade deviam ser elevados, salientando, por exemplo, os casos de aposentadoria e as intromissões dos titulares nas autonomias e jurisdições concelhias que "criavam muitas vezes mal-

entendidos entre os oficiais senhoriais e os concelhos". A investigação efectuada leva igualmente a autora a supor: "as justiças senhoriais abusavam das suas competências, quer em casos de primeira instância, quer impedindo os réus de apelar para a justiça régia" (Cunha, 118). Além disso, as bases económicas dos Bragança iam além dos rendimentos senhoriais tradicionais. "Detectamos um diferenciar e diversificar progressivo das suas fontes de rendimento económico assentes em actividades de tipo comercial, de produção mineira ou manufactureira e até mesmo financeira", afirma. Entre outras actividades comerciais, eram armadores de navios para abastecer as praças marroquinas ou para viagens à Guiné. "Detectámos também uma viagem de D. Fernando (II) às ilhas Bartolomeu, nas Canárias, para captação de escravos", refere a autora. E acrescenta saber que a casa de Bragança conseguiu autorização para: "explorar, durante 20 anos, todos os veios de metal que encontrasse em Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes com a cobrança dos respectivos direitos reais". E termina com uma referência: "à existência de uma ferraria no termo de Bragança e à produção de seda em Bragança, para onde se pedia isenção de impostos para importação de matéria-prima de Almeria" (Cunha, 119). Tudo isto determinado e certificado por cartas régias de D. Afonso V datadas, uma de 1453 e outras duas de 1475.

António José Saraiva, em *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, lembra que, naquela época: "não se concebia qualquer actividade independente do desígnio de Deus ao criar o homem" (Saraiva, 1995, 221). Era o tempo da expressão latina *a Deo rex, a rege lex* (o rei vem de Deus, a lei vem do rei). Tomando em consideração a *Virtuosa Benfeitoria*, da autoria do infante D. Pedro e de frei João Verba, Saraiva sublinha: "a sociedade é, neste texto, concebida como uma cadeia que, de degrau em degrau, conduz até Deus" (Saraiva, 222). Admite que, de permeio, tomou forma, aqui e acolá, a filosofia de S. Tomás de Aquino: "aceitando por um lado (como Aristóteles), a soberania popular que pode ser delegada num príncipe ou numa família" e, por outro, a existência do poder como instituição de origem divina, ainda que sem a intervenção divina na designação de cada governante em particular (Saraiva, 223). Refere, no entanto, que, segundo a subtil doutrina de São Tomás, os súbditos não têm o direito de se revoltar contra o poder injusto, porque pode ser um castigo enviado por Deus, mas admite que os vassalos têm o direito de se recusar a obedecer: "sempre que o governante queira obrigá-los a executar leis injustas" (Saraiva, 223-224).

Exemplos da aplicação da teoria da soberania popular em Portugal foram os de João das Regras quando, nas cortes de 1385, defendeu e fez vingar como tese: "a soberania, à falta de rei, reverte para o povo, a quem compete eleger em cortes o seu sucessor", o que levou ao trono D. João I, mestre de Avis, filho bastardo de D. Pedro I. Também, em 1439, os procuradores de Lisboa às cortes negaram ao falecido rei (D. Duarte): "escolher a regência que governará o reino durante a menoridade do sucessor", porque, afirmavam, essa faculdade compete às cortes. O que conduziu à regência, entre 1439 e 1448, do infante D. Pedro, duque de Coimbra, tio e mais tarde sogro de D. Afonso V (Saraiva, 224). O historiador reconhece, contudo, que, de acordo com as teses inscritas na *Virtuosa Benfeitoria*: "a doutrina de D. Pedro filia-se mais em Santo Agostinho e na patrística do que em São Tomás ou Aristóteles" (Saraiva, 225). Mas o infante D. Pedro tinha um propósito, fortalecer a autoridade real, a que todos se deviam submeter, incluindo a nobreza, sempre tão ciosa dos direitos adquiridos.

Já a ideia de 'república' surgiu na Antiguidade clássica e ganhou forma com Júlio César. Os tempos medievais mantiveram-na entre os intelectuais, mas também nalguns estados reais, entre os quais o mais evidente era Veneza. Em Portugal, a monarquia controlou desde sempre a área urbana do território. Saul António Gomes aponta, no entanto, uma emergência tímida da 'república' na literatura cortesã da primeira metade do século XV e afirma:

> O conceito emerge entre os homens do poder. D. Duarte, como veremos, usou-o por erudição; seu irmão, o Infante D. Pedro, traduziu-o, largamente, na sua versão do *De officiis*, de Cícero (…). Seriam os seus legistas, compositores das *Ordenações Afonsinas*, que, sob os seus auspícios, o recuperariam no prólogo solene a essa mesma compilação legislativa (Gomes, 2010. 84).

O conceito era, segundo o historiador leiriense, bem conhecido de D. Pedro. Também vamos encontrar esta palavra na *Carta de Bruges* quando o infante afirma: "à mi parece que o regimento de toda a Republica vem das quatro Virtudes Cardeaes, e destas algumas entendo que não são em esse Reino em boa perfeição" (D. Pedro, 1426, 4). Mas onde assume importância redobrada é na introdução às *Ordenações Afonsinas*. Ainda que saída da pena de Rui Fernandes, não poderia ali figurar sem o aval do regente:

> Todo o poderio, e conservaçom da Republica procede principalmente da raiz, e virtude de duas cousas, a saber, Armas, e Leys; e per vigor dellas ambas juntamente o Imperio Romano foi nos tempos passados antre todalas Naçooẽs triunfante" (*Ordenações Afonsinas*, livro 1, 3).

Saul António Gomes afirma: "o conceito 'República' circulava, erudita e muito comedidamente, na corte portuguesa do tempo". Encontramo-lo, "ainda que por uma única vez, no *Leal Conselheiro*, do rei D. Duarte" (Gomes, 2010, 92), no capítulo IV, dedicado aos estados sociais, ou antes às profissões, que divide em cinco grandes blocos de "honrada maneira desseu uiuer", admitindo que, em tempo de paz, o segundo estado social, os defensores, poderão cessar alguns "carregos de cauallaria" para, logo de seguida afirmar que se deve seguir a opinião dos filósofos, segundo a qual: "os primeiros xx ãnos apropriauã pera aprender em arrepublica podiam servir" (D. Duarte, 1843, 18). Saul Gomes sublinha que o infante D. Pedro, na *Virtuosa Benfeitoria*, impunha o exercício de um senhorio forte e uma exigência de total obediência e lealdade dos súbditos, mesmo quando descontentes com o príncipe ou rei, como: "regra política necessária à unidade e 'vontade una' da comunidade" (Gomes, 2010, 92). Mas chama igualmente a atenção para a preocupação de D. Pedro com políticas sociais, que desejava ver estendidas à reforma de albergarias e de hospitais: "muitas deles com o seu património a saque ou desviado em proveito de administradores sem escrúpulos". Acrescentando que, de igual modo, o preocupava: "a formação educativa das novas gerações e dos deveres destas para com os seus 'progenitores', os mais velhos, aqueles que na fase final da vida necessitavam do apoio dos seus filhos". Temas que considera: "de um ideário (quase) republicano, mas também denodadamente monárquico", sobretudo: "na intransigência com que o Infante das Sete Partidas defende o seu modelo de governo pautado, sempre, pela máxima moral do 'bem comum'" (Gomes, 2010, 94).

É difícil situar o infante D. Pedro num campo específico de acção política, quer seja o da centralização do poder real, embora tenha pugnado por ela, quer o da afirmação da burguesia, a quem abriu muitas portas. O primeiro duque de Coimbra foi, antes de mais, como sói dizer-se, "um homem do seu tempo", na transição do feudalismo para o renascimento e de surgimento do humanismo, que pensou sempre pela sua cabeça, com as virtudes e os defeitos que o enformavam e que ditaram o comportamento que o levou à morte em Alfarrobeira. Não seguiu, como Portugal raramente seguiu, uma linha pré-definida e planeada, a não ser a de que o reino, prisioneiro das fronteiras terrestres, precisava de se expandir comercialmente e descobrir novos mercados e, por isso, novos mundos, através do mar. Sabia, até por observação a partir do exterior, durante as viagens que empreendeu, quais os vícios da sociedade portuguesa e a forma de os ultrapassar, mas, por força de condicionalismos vários enquanto regente, acabou por ser reactivo aos

desafios que se lhe depararam. São exemplos de acções que acabou por empreender contra os princípios que advogou, a desvalorização da moeda e a não entrega de Ceuta, por penhora do infante D. Fernando e porque, como afirmara, era um sumidouro de homens e de dinheiro. Enquanto regente, não teve a nobreza instituída e o alto clero do seu lado, bem pelo contrário, tentaram sempre afastá-lo da esfera do poder, o que só viria a acontecer em 1448. Ainda assim, foi durante o seu consulado à frente dos destinos do país, leia-se regência, que as viagens de descobrimento, com a cumplicidade do irmão, o infante D. Henrique, avançaram de forma irreversível.

2.6 – A preponderância de D. Filipa de Lencastre

Uma das principais influências exercidas sobre os príncipes de Avis e D. João I foi a de D. Filipa de Lencastre, a rainha inglesa de Portugal. Manuela Santos Silva faz questão de sublinhar que não se tratou apenas de uma mãe e educadora, porque teve um papel influenciador sobre o marido, funcionários reais e súbditos: "transformed certain rituals and rhetoric of the Portuguese royal court, and she played an integral part in the political developments of the new realm of Portugal" (Silva, 2009, 38). A que podemos acrescentar a credibilidade internacional e o prestígio trazido por uma descendente de Lencastres e Plantagenetas. Mas a investigadora faz também questão de salientar que não cabe apenas à mãe tudo o que os filhos acabaram por ser e que muito do que os formou ao longo da vida teve também muito a ver com o pai e as características de cada um. Quanto à intervenção como rainha consorte sublinha: "Philippa of Lancaster's interventions as queen consort are arguably mere wide-ranging than her customary description as the mother of noteworthy children suggests" (Silva, 2009, 46). Rainha, neta, irmã, tia e mãe de reis, herdeira de duas famílias nobres, os Plantagenetas e os Lencastre, herdou o nome da avó materna e madrinha D. Filipa de Hainault, rainha e mulher de Eduardo III de Inglaterra. Foi a primeira filha de Branca de Lencastre, de cuja família o pai, João de Gante, herdou o ducado de Lencastre e uma das maiores fortunas de Inglaterra. Além de inúmeras propriedades espalhadas pelo reino, os Lencastre dispunham do palácio Savoy, situado próximo de Londres e considerado, como refere Sydney Armitage-Smith: "the fairest palace in the realm" (Armitage-Smith, 1964, 28), onde D. Filipa de Lencastre viveu alguns dos primeiros anos de vida e que Manuela Santos Silva define como o coração e a expressão do poder dos Lencastre naquele tempo (Silva, 2009, 40).

D. Filipa de Lencastre e os irmãos, Isabel e Henrique – rei de Inglaterra a partir de 1399 com o título de Henrique IV –, cedo perderam a mãe e o pai, que utilizou os casamentos como arma diplomática, consorciou-se, em 1371, com D. Constança, filha mais velha de D. Pedro I de Castela – assassinado dois anos antes pelo meio-irmão, que reinou como D. Henrique II –, de quem teve uma filha, Catarina. O objectivo era reivindicar para si o trono de Castela, que nunca conseguiu obter, de facto. Entretanto, João de Gante mantinha uma relação com uma senhora do séquito da primeira mulher, Catarina Swinford, casada e com quatro filhos. Com ela, João de Gante teve mais quatro filhos, mas só casou em 1396, depois da morte de D. Constança. Manuela Santos Silva admite que, numa época de crise política, muitos refugiados de origem castelhana entraram em casa de João de Gante que também recebia os embaixadores do rei de Portugal. Ao mesmo tempo, o pai de D. Filipa apoiava as ideias de John Wycliff, um teólogo e reformador que defendia a recondução da Igreja à pobreza original e criticava as ordens religiosas. Críticas agradáveis a João de Gante, que defendia a submissão da Igreja aos interesses do reino e proclamava que o clero não devia assumir cargos laicos (Silva, 2009, 42-43). Ainda segundo a autora, João de Gante foi patrono de diversos investigadores e escritores, como o frade carmelita Nicolau de Lynne, o cronista e poeta flamengo Jean Froissart e o escritor, filósofo e diplomata inglês Geoffrey Chaucer. Conhecido pela autoria dos *Contos de Cantuária*, Chaucer foi de enorme importância na formação intelectual de D. Filipa de Lencastre, que criou uma comitiva de poetas – "A Flor e a Folha" –, onde pontuavam John Clanvowe, autor de *The Book of Cupid,* e Eustace Deschamps, que usava uma rosa como símbolo. Deschamps dedicou um poema a D. Filipa de Lencastre onde a considerava uma flor adequada para um rei:

Et qui vouldra avoir la congnoissance
Du tresdoulx nom que par oir congnoy
Et du pais ou est sa demourance
Voist en l'ille d'Albyon en recoy,
En Lancastre le trouvera, ce croy.
P.H. et E.L.I.P.P.E. trace
Assemble tout ; ces .viii lettres compasse,
S'aras le nom de la leur de valour,
Qui a gent corps, beaux yeux et douce face.
A droit jugier je me tien a la lour.
L'ENVOY
Royne d'amours, de douce contenance,
Qui tout passez en senz et en honnour,
Plus qu'a feuille vous faiz obeissance:
A droit jugier je me tien à la fleur. [9] (Silva, 2014, 55-56).

D. Filipa de Lencastre, já rainha de Portugal, terá, segundo Manuela Santo Silva, mantido hábitos aprendidos na corte do pai. Uma corte onde teve uma educação marcada pela cultura cavaleiresca, própria de uma aristocracia feudal com grandes disponibilidades económicas. Mas a educação feminina passava ainda por: "caridade, modéstia, humildade e prudência, a par de habilidades como coser, bordar ou tecer ou mesmo cantar, tocar um instrumento ou dançar" (Silva, 2014, 57). A música, diz Manuela Santos Silva, devia ser praticada assiduamente na corte dos Lencastre: "o irmão de Philippa, Henry [futuro Henrique IV], ficou conhecido como sendo um músico praticante, sobretudo de flauta, além de compositor". Em simultâneo, é de assinalar a primeira mulher do futuro rei: "Mary Bohum, cuja família possuía uma das mais completas bibliotecas da época, conhecendo-se várias encomendas de manuscritos iluminados, como saltérios e livros de horas" (Silva, 56). Já em Portugal, seguindo o modelo do pai, D. Filipa de Lencastre, além de ter ao serviço dezenas de mulheres, misturou criados portugueses e ingleses. Além disso, é comummente aceite que introduziu o rito de Salisbury (ou Sarum) nos ofícios religiosos da corte, mudando assim a liturgia e o cerimonial da capela real. D. Duarte foi o mentor do primeiro Regimento da Capela Real de que ficou testemunho escrito. Mas Manuela Santos Silva sublinha que foi o infante D. Pedro, enquanto regente, quem legislou sobre o assunto, mandando elaborar o "Liber Regie Capelle", composto pelo deão da capela régia inglesa, William Say. Um regimento que, segundo a autora: "incluía a descrição da hierarquia interna e externa do que devia ser a Capela Real, além de explicar os vários rituais praticados em Inglaterra".

---

9 Tradução de Manuela Santos Silva:

E quem quiser ter conhecimento
Do muito doce nome que eu conheço de ouvir dizer
E do país onde ela habita,
Pode olhar para a ilha de Albion, escondida.
Em Lancaster encontrá-la-á, acredito.
Trace as letras P.H. e E.L.I.P.P.E.,
Junte-as todas; estas oito letras formam,
Será o nome da flor de valor,
Que tem corpo delgado, lindos olhos e face suave.
Julgando corretamente, eu fico com a Flor.
ESTÂNCIA FINAL
Rainha do Amor, de doce semblante,
Que ultrapassa todos em bom senso e honra –
Mais do que a Folha, eu obedeço a vós:
Julgando corretamente, eu fico com a Flor.
(Silva, 2014, 56).

Acrescenta que podemos imaginar que, ao nível da corte, esses rituais mantiveram-se durante algumas gerações posteriores à rainha inglesa (Silva, 2014, 59). A autora salienta ainda que D, Filipa de Lencastre deverá ter fomentado nos filhos o orgulho de pertencer ao clã dos Lencastre, mas também o orgulho na ascendência Plantageneta (Silva, 60-61). Além disso, a rainha manteve sempre contacto epistolar em Inglaterra com aqueles que conheceu antes do casamento e, em especial, a família, sobretudo com o irmão Henrique IV e os primos Ricardo II, Tomás, arcebispo de Cantuária, e Henrique, bispo de Norwich, o que no entender de Manuela Santos Silva, revela: "that she used her position as queen consort to exert influence and secure privileges for those who depended upon her" (Silva, 2009, 45). D. Filipa procurou tecer a sua teia de influências: "to maintain the connection between her two kingdoms, influencing marriages between Portuguese and English members of the nobility, and assisiting the Anglo-Portuguese alliance as a whole" (Silva, 45). Além disso, do ponto de vista administrativo, nas aldeias e vilas sobre as quais a rainha tinha jurisdição, passaram a ser registados os documentos enviados por ela ou pelo rei ou quaisquer outros alvarás de interesse público, introduzindo-se assim uma abordagem metódica aos assuntos oficiais (Silva, 2009, 44).

Quando os três filhos mais velhos tinham mais de 20 anos, o pai resolveu armá-los cavaleiros e preparava-se para organizar torneios e outras celebrações públicas para o evento. Gomes Eanes de Zurara relata que D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique só pretenderam obter tal honraria após combaterem numa batalha. Depois de o monarca rejeitar uma expedição conjunta dos reinos cristãos ibéricos ao reino árabe de Granada, surgiu, de acordo com o cronista, uma proposta alternativa, por parte de um vedor da fazenda real, João Afonso. Homem assisado e líder consciencioso, D. João I terá hesitado perante cinco situações que expôs aos filhos. A primeira dúvida dizia respeito às despesas, assim resumida por Zurara: "para semelhante feito se requerem mui grandes despesas, para as quais hei mister muito dinheiro, o qual eu não tenho, nem sei pelo presente, donde o haja". A segunda referia-se à distância a que Ceuta ficava de Portugal: "é tão alongada de nós. Para cujo combate não somente havemos mister as gentes deste reino, mas ainda outras de fora, se se oferecerem para nossa ajuda". A terceira dúvida prendia-se com a segurança do reino: "eu tenho grande dúvida e pouca segurança no reino de Castela, cá pode ser que sentindo como sou fora de minha terra, poder-se-ão mover contra meu senhorio. A qual cousa será mui má ao diante de reparar". Porque, reflectia o rei: "achariam toda terra despercebida. E sem nenhuma contradição obrariam tudo o que

quisessem. E assim que pela segurança disto, convinha que eu leixasse minhas fronteiras ao menos acompanhadas de alguma gente", o que iria retirar tropas para a empresa de Ceuta. A quarta dúvida prendia-se com o reino de Granada, que o rei se perguntava qual seria o seu proveito e do reino na sujeição desse reino árabe aos castelhanos. E, assim, dizia: "o filhamento da cidade de Ceuta pode ser azo por que se cobre e haja o reino de Graada da qual cousa eu por razão devo estar em maior esperança de perda que de proveito". E acrescentava: "por quanto o acrescentamento do seu senhorio fará menos fortaleza aos meus para sua defenção, e a eles maior esforço e poder para vingarem seus danos passados". A quinta e última dúvida referia-se à necessidade de ponderar muito bem todos os prós e contras da expedição: "antes que comece a cousa, deve escoldrinhar até onde chega seu encarrego, assim como todo aquele que de todo se deve prover e avisar". Considerava o rei que é nos grandes feitos que o homem: "não deve tão somente considerar as cousas presentes, mas as que hão de vir" (Zurara, 1992, 68-70). Mas, para além daquelas cinco dúvidas, D, João I considerava duas pessoas como grandes impedimentos da empresa, o que dá bem conta da importância real de ambos:

> O primeiro é a rainha, minha sobre todos muito preçada e amada mulher, a qual por suas grandes virtudes e bondades, é assim tão amada de todos geralmente, que se ela, em este feito não dá consentimento nenhum dos do povo nem ainda dos outros maiores, nunca porão mão em este feito com nenhuma fiuza, nem esforço. O segundo empacho é o condestável, o qual sabeis que, assim por mui boa vida, como pelos grandes e bem-aventurados aquecimentos que houue, tem assim as gentes do reino chegadas a sua amizade, que se ele, por ventura, contradisser este conselho, todos teriam que não era feito direitamente (Zurara, 1992, 88).

Os infantes foram, de imediato, pedir à mãe que não os privasse de tal empreendimento e D. Filipa de Lencastre, educada num ambiente de cavalaria e de honra ganha no campo de batalha, disse a D. João I que pretendia pedir-lhe o que era contrário ao que as mães, geralmente, querem para os filhos: afastá-los dos perigos com receio do que lhes possa acontecer. E afirmou: "eu tenho tenção de vos requerer que os arredeis dos jogos e das folganças, e os metais nos trabalhos e perigos" (Zurara, 91). E sublinhou a rainha:

> Cá por aquela guisa que a mim me pareceu razoado o requerimento que vos primeiramente fiz, por essa me parece, quanto a meu juízo, o vosso fora de razão, porquanto aquilo que meus filhos requerem é para ganharem honra, que vos já tendes ganhada. A qual eles ainda não têm senão por razão de vós e daqueles príncipes e senhores de que descendem. E, porém, lhes é necessário de a buscarem agora, sometendo seus corpos a grandes trabalhos e perigos, não receando sua morte se por algum caso acontecer por chegarem àquilo que seus avós percalçaram. Ca

> por certo não lhe fica pequeno emcargo depois de vossos dias, de conseguirem vossas virtudes e parte de vossa honra (Zurara, 92).

O mesmo aconteceu com o conde D. Nuno Álvares Pereira, que o rei e os infantes foram consultar em Montemor. O condestável encarou a missão a Ceuta como uma revelação de Deus e exortou-os a prepararem-se convenientemente para poderem levar a empresa a bom termo (Zurara, 99).

D. Filipa de Lencastre pediu ainda a D. João I que lhe permitisse presentear os três filhos no embarque para a expedição com três espadas e a sua bênção e acrescentou que, embora seja dito: "que as armas das mulheres enfraquecem os corações dos cavaleiros, bem creio que, segundo a geração de que eu venho, nunca serão enfraquecidos por as receberem de minha mão" (Zurara, 147), ao que o rei aquiesceu com prazer. No outro dia, segundo Zurara, a rainha mandou chamar João Vasques de Almada – pai de Álvaro Vasques (ou Vaz) de Almada, amigo incondicional do infante D. Pedro – e pediu: "que lhe mandasse fazer três espadas e as mandasse guarnecer, mui ricamente, de ouro e de aliofar [10] e de pedras preciosas" (Zurara, 147). Foi já no leito de morte, depois de contrair a peste no mosteiro de Odivelas, que a rainha entregou aos filhos as espadas com que o pai os iria fazer cavaleiros em Ceuta. E começando por D. Duarte, por ser o primogénito e herdeiro do trono, afirmou: "eu vos dou esta espada, e vos encomendo, que vos seja espada de justiça para regerdes os grandes e os pequenos destes reinos, depois que a Deus prouver". Ao infante D. Pedro disse: "des o tempo de vossa meninice vos vi muito chegado à honra e serviço das donas e donzelas, que é uma cousa que, especialmente, deve ser encomendada aos cavaleiros e porque a vosso irmão encomendei os povos, encomendo elas a vós. As quais rogo que sempre hajais em vossa encomenda". E ao infante D. Henrique declarou: "a vós quero encomendar todos os senhores, cavaleiros, fidalgos e escudeiros destes reinos, os quais vos encomendo que hajais em vosso especial encargo" (Zurara, 153-154). Dirigindo-se, em seguida, apenas aos infantes D. Pedro e D. Henrique, D. Filipa de Lencastre fez ainda questão de os exortar a obedecerem ao primogénito D. Duarte, herdeiro da coroa:

> Filhos, deveis de crer que Deus ordena todas as cousas, como Ele há por bem. E todos os bons devem de conformar sua vontade ao Seu querer. E a Ele prouve por Sua mercê de ordenar que vosso irmão fosse herdeiro deste reino e vosso senhor. Da qual cousa vós deveis de ser muito contentes, considerando que, pois servidores

---

[10] *Aliofar*, também *aljofar* ou *aljoffar*, significa pérola de semente ou pequeninas pérolas.

> haveis de ser, de o serdes de um vosso irmão mais velho que vós. O qual conhecidamente é tão bom como vós sabeis, e vos tanto ama. E do seu pouco, segundo a disposição da terra, vos deveis mais contentar, que do muito de outro nenhum príncipe, ainda que fosse maior do mundo. E, porém o deveis sempre servir e amar com grande vontade e desejo (Zurara, 156).

A aproximação da morte da mãe fez com que o infante D. Pedro lhe pedisse que deixasse as suas terras à irmã D. Isabel, no que foi secundado pelos irmãos, como conta Gomes Eanes de Zurara. Chamaram o pai e este ouviu da rainha: "a infanta vossa filha há já de sua idade acerca de dez e nove anos, e como tem forma cumprida de mulher, e que, depois de minha morte, todas as senhoras donas e donzelas, que andam em minha casa, é necessário que fiquem a ela, e que ela as suporte com a vossa mercê e ajuda". Por isso, pediu ao rei: "que as terras que eu de vós tinha, que lhe façais delas mercê, até que a Deus praza lhe trazer casamento, ou que venha rainha a este reino, ainda que eu espero em Deus, que vós a casareis mui cedo, como é razão" (Zurara, 157-158). D. João I, emocionado, e, como descreve o cronista, com os olhos cheios de água, respondeu: "senhora, eu sou muito ledo de cumprir tudo isto que vós me requereis. E ainda mais lhe faço mercê e doação de todas as jóias e baixelas e corregimento que de vós ficarem e a mim pertencerem" (Zurara, 158).

Manuela Santos Silva acrescenta à herança patrimonial de D. Isabel o legado intelectual e explica que o duque da Borgonha, Filipe, o Bom, a tomou como terceira esposa por causa das ligações que ela, seguindo o exemplo da mãe, sempre mantivera com a família de Inglaterra. A investigadora sustenta: "primarily, she was a Lancaster, but she was also a representative of a neutral kingdom. With Isabella by his side, he was able to act as a conciliator, while simultaneously helping to safeguard Burgundy's independence as a duchy" (Silva, 2009, 45). Embora tivesse mais de 30 anos quando casou, ainda teve vários filhos, dos quais só sobreviveu Carlos, o Temerário. Deu-lhe uma boa educação, como tinha recebido dos pais, e patrocinou as artes, na Flandres e em Portugal. Manuela Santos Silva chama a atenção para a diplomacia que D. Isabel exerceu: "she was mainly Philip's procurator in his negotiations with England, during which Isabella and her uncle Henry Beaufort (one of John of Gaunt's sons by Katherine Swynford) tried to bring an end to the almost eternal conflict between England and France" (Silva, 45-46). A investigadora refere ainda que as cartas escritas por D. Isabel, já duquesa da Borgonha, ao irmão D. Duarte, com relatos e comentários de assuntos internacionais, indicam que era uma mulher observadora que influenciou as políticas do marido e do filho. E, por fim: "after

the assassination of her cousin Henry VI, she was one of the candidates for the English throne and passed these rights on to her son, Charles the Bold" (Silva, 46).

2.7 - A Ordem da Jarreteira na aliança Luso-Britânica

A Nobilíssima Ordem da Jarreteira (*Most Noble Order of the Garter*) é uma ordem militar britânica de cavalaria fundada por Eduardo III, na senda do mito medieval dos cavaleiros da Távola Redonda. A fundação da Ordem da Jarreteira terá coincidido com a criação do College of St. George, em Windsor, em 1348. Tal como foi concebida por Eduardo III, a ordem seria composta por vinte e quatro cavaleiros, incluindo o rei, todos com assento na capela de São Jorge, no castelo de Windsor. Segundo os arquivos da capela, esse número foi aumentado para vinte e seis, entre Abril de 1349 e Novembro de 1352. A maior parte dos cavaleiros eram ingleses, mas os estatutos também previam estrangeiros. Entre 1358 e 1488, foram nomeadas várias damas para a Ordem – entre as quais D. Filipa de Lencastre, eleita em 1378 –, embora não fizessem parte do grupo dos vinte e seis cavaleiros. Amalia Yrizar Fuertes afirma que Eduardo III seguiu o modelo da Ordem de la Banda de Castela, instituída por Afonso XI, em 1332, e explica que essa ordem, ligada à dinastia Trastámara: "há sido identificada como la primera orden de caballeria secular cuyo objetivo era crear una élite de caballeros ligados al rey por um voto especial de lealdad". A Ordem da Jarreteira, expõe, foi criada com três propósitos. O primeiro, era: "recompensar a aquellos soldados fieles que lucharon lealmente junto al rey en la Guerra de los Cien Años y que contribuyeron a la victoria inglesa en la Batalla de Crécy en 1346"; o segundo: "crear una élite de caballeros en torno al rey, unidos entre sí y com el soberano por lazos de inquebrantable lealdad"; e o terceiro: "estabelecer alianzas diplomáticas con otras dinastías de la Cristandad" (Fuertes, 2021, 1162).

Antes da fundação da Ordem, em 1344, Eduardo III demonstrou o interesse pela lenda do rei Artur durante um torneio e uma grande festa em Windsor. O *website* do College of St. George, afirma que o rei prometeu renovar a célebre fraternidade de cavaleiros do Rei Artur, a Távola Redonda, com 300 homens. De acordo com a mesma fonte, iniciaram-se mesmo os trabalhos de construção de um edifício circular com mais de 90 metros de largura, na ala superior do castelo, para albergar a chamada Ordem da Távola Redonda. O recomeço da guerra com França interrompeu o projecto que foi retomado em 1348, já com a designação de Ordem da Jarreteira. Uma insígnia tão curiosa deu origem a uma lenda popular sobre a fundação da ordem. De acordo com a lenda: "the Countess of

Salisbury lost her garter during a court ball at Calais and Edward III retrieved it, rebuking those who had mocked her embarrassment with the words 'Honi soit qui mal y pense'" (envergonhe-se aquele que pensar mal, em tradução livre). O *website* em questão, explica, no entanto, que a frase, lema da Ordem, refere-se à pretensão de Eduardo III ao trono de França, que os cavaleiros da Jarreteira foram criados para ajudar a defender. Já a insígnia da Ordem, perde algum interesse por, como sublinha o website: "derive from the straps used to fasten plates of armour" (The Order of the Garter).

Amalia Yrizar, da Universidad Autónoma de Madrid, em "El Proceso de Nominación a la Orden de la Jarretera en la Inglaterra de Isabel I", salienta que uma característica distintiva da Ordem da Jarreteira, além de não ser religiosa-militar, é estar, desde a fundação, unida à coroa de Inglaterra e não à dinastia, como, por exemplo, a Ordem do Tosão de Ouro – fundada por Filipe, o Bom, duque da Borgonha, em 1429 para celebrar o casamento com a D. Isabel de Portugal, filha de D. João I e irmã do infante D. Pedro. O que, em sua opinião, é relevante na medida em que, sendo uma ordem de cavalaria masculina, onde as mulheres eram apenas toleradas, foi possível, no caso de Isabel I, ser rainha de Inglaterra e também *Sovereign* da Ordem. A investigadora refere-se, em seguida aos dois corpos independentes, e bem diferentes, da Ordem. Por um lado: "el cuerpo de caballeros nobles, los *knight companions* de carácter político-social-religioso". Por outro: "existía un cuerpo de eclesiásticos com funciones litúrgicas y ceremoniales llamado el *College of St. George*, todo el de nominación real, es decir, del *Sovereign*". Explica ainda que este pode ser considerado um corpo misto, uma vez que alguns dos seus membros faziam parte da Ordem e outros não. Refere igualmente que as decisões da Ordem eram tomadas em reunião dos membros em capítulo, presidido pelo *Sovereign*. "También la elección de los *knight companions* era capitular y por tanto colegiada teniendo el monarca la última palabra" (Fuertes, 1163). Houve, no entanto, quem declinasse a eleição, como foi o caso do duque Filipe III da Borgonha, cognominado o Bom, em 1422.

Para se poder ser eleito para a "the most noble Order of St. George, named Garter", segundo o artigo 2º dos estatutos, tinha de se ser: "Gentleman of Blood, and he be a Knight, and without Reproach" (Statutes of the Most Noble Order of the Garter, 1814, 4). Uma exigência que coloca de parte a hipótese, levantada em *Sämtliche Werke*, por Andreas von Regensburg, um historiador alemão contemporâneo do infante D. Pedro, ao afirmar que o infante tinha matado um soldado e o pai queria puni-lo, mas devido à intercessão de alguns nobres, foi libertado e pediu, como castigo, para viajar por terras

estrangeiras durante três anos (von Regensburg, 1903, 333). D. Pedro foi eleito durante a viagem (em 1427) e instalado como membro da Ordem depois do regresso a Portugal (1429). A nomeação era vitalícia, mas podia ser anulada e o membro expulso em caso de alta traição, como a que foi invocada por D. Afonso V, também ele membro da Ordem, aquando de Alfarrobeira. As razões para excluir um membro da Ordem são a traição, a fuga do campo de batalha ou o pegar em armas contra o soberano. Os motivos invocados pelo jovem rei português, ou não foram enviados à Ordem, em Inglaterra, ou não foram considerados procedentes à luz dos estatutos para a reprovação ou exclusão de um membro: "if any Knight, as God defend, had been arraigned, convicted, or attainted of high Treason" (Statutes of the Most Noble Order of the Garter, 1814, 5). De acordo com a informação veiculada pelo *website* do College of St. George: "to date, a total of forty men have been removed from the Order of the Garter in disgrace. Thirty of these were subjected to the formal process of degradation" (McQuillian, 2019). Nunca tal aconteceu com o infante D. Pedro.

A aliança Luso-Britânica, hoje o mais antigo tratado diplomático do mundo, foi cimentada através da nomeação de vários membros da dinastia de Avis para a Ordem da Jarreteira. Essas nomeações cessaram em 1510, com D. Manuel I, e só voltaram, três séculos mais tarde, com a nomeação de D. João VI, seguindo-se mais seis membros da casa de Bragança. No total, foram 14 os portugueses nomeados. Da dinastia de Avis: D. João I, em 1400; o infante D. Pedro, em 1427; D. Duarte, em 1435; o infante D. Henrique, em 1442-43; D. Afonso V, em 1447; D. João II, em 1482 e D. Manuel I, em 1510. Antes de casar e de vir para Portugal, tinha sido nomeada D. Filipa de Lencastre, em 1378. D. Álvaro Vaz de Almada, conde de Avranches, foi o único cavaleiro fora da realeza portuguesa a ser nomeado para a Ordem da Jarreteira, pela forma como lutou, ao lado de Henrique V de Inglaterra na Guerra dos Cem Anos e, em particular, na batalha de Azincourt. Na segunda onda de nomeações, foi a casa de Bragança quem emprestou nomes como os de D. João VI, em 1822; D. Pedro V, em 1858; D. Luís I, em 1865; D. Carlos I, em 1895; o príncipe herdeiro D. Luís Filipe, em 1902; e D. Manuel II, último rei de Portugal, em 1909. Também da casa de Bragança, foi nomeado, em 1871, D. Pedro II, imperador do Brasil, no que constituiu a primeira eleição da Ordem fora da Europa. Actualmente, a península Ibérica é representada por dois cavaleiros, D. Juan Carlos, rei emérito de Espanha, eleito em 1988, e o filho, D. Filipe VI, actual rei de Espanha, eleito em 2017. A Ordem da Jarreteira é a mais antiga e mais importante distinção honorífica

britânica, sendo uma das mais apetecidas da Europa. As novas nomeações são anunciadas a 23 de Abril de cada ano, dia de São Jorge, e constituem uma prerrogativa pessoal do monarca em funções. O cortejo anual do Dia da Jarreteira, em Junho, no castelo de Windsor, é uma cerimónia com tradições firmadas em Inglaterra. O monarca e os cavaleiros, desfilam com mantos de veludo azul-escuro, chapéus emplumados e insígnias a brilhar, acompanhados pelos oficiais da Ordem, com mantos de veludo cor-de-rosa, e por uma banda militar.

2.8 – Inovações medievais

A primeira metade do século XV é pródiga em inovações, quer técnicas, quer administrativas, mas também no aperfeiçoamento de técnicas já existentes. Oliveira Marques, na obra *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV,* que nos vai servir de guia também no domínio social, acentua: "já é tempo de encarar a Idade Média, ao menos no seu período final como uma época renovada e inovadora" (Marques, 1987, 46). Para o historiador e medievalista: "um dos maiores progressos da Baixa Idade Média foi o que derivou da introdução e generalização dos chamados algarismos 'árabes'". Vindos do Oriente, provavelmente da Índia, e canalizados através do mundo islâmico, os novos algarismos foram dados a conhecer em Itália nos começos do século XIII, sobretudo através do matemático Leonardo Fibonacci, mas a divulgação e introdução noutras paragens demorou séculos. E acrescenta: "mesmo depois de amplamente conhecidos e provada a sua incomparável utilidade e superioridade em relação ao sistema tradicional, os algarismos árabes tardaram em ser aceites a todos os níveis", sobretudo na documentação oficial. Em Portugal: "foi nos começos do século XV que os algarismos se divulgaram" e a primeira utilização oficial conhecida data, segundo Oliveira Marques, de 1425, surgindo com maior frequência durante o reinado de D. Duarte, em registos da Casa dos Contos (antepassada do Tribunal de Contas) e também em alguns círculos religiosos, como os do mosteiro de Alcobaça (Marques, 63-64). Sabemos hoje que a introdução do 'zero' foi de extrema importância para o desenvolvimento da ciência e das navegações, uma vez que potenciou o pensamento abstracto e a representação do 'vazio'.

Outra alteração importante foi a do calendário, com a mudança da era de César para a era de Cristo. Foi decretada a 22 de Agosto de 1422 e, sem introduzir nenhuma alteração na contagem, integrou Portugal: "em todo um conjunto europeu cristão, uniformizando assim o 'tempo dos mercadores'". A diferença esteve na subtracção de 38 anos à era de

César, passando, por exemplo, 1460 a ser 1422. Portugal foi o último reino europeu, mesmo da península Ibérica, a adoptar a era cristã. Segundo o medievalista, a nova era tinha sido escolhida: "pela Catalunha em 1180, Aragão em 1349-50, Valência em 1358 e Castela em 1383". Isto porque: "em toda a demais Europa cristã contava-se pela era de Cristo desde os séculos VII a X" (Marques, 68). A medição do tempo foi outra preocupação da fase final da Idade Média. O historiador admite que o primeiro relógio em Portugal tenha sido instalado em Lisboa: "numa das torres da Sé, em 1377". Descreve-o como não tendo, de início, um mostrador, mas dispondo de um sino ligado ao mecanismo e estando: "regulado de forma a bater as horas civis". Terá funcionado durante dois séculos e meio. E acrescenta: "nos primeiros anos do século XV havia já um relógio no Porto e, depois, gradualmente foram surgindo relógios por todo o país: Viseu, Coimbra, Guimarães, Évora, Santarém, Batalha, Braga, etc." (Marques, 67). Quanto aos relógios móveis, pouca é a documentação existente, mas Oliveira Marques refere: "já surgem mencionados em 1416, por exemplo a bordo da nau S. Cristóvão, fazendo a viagem de Ceuta para Lisboa" (Marques, 67).

As inovações dos finais da Idade Média surgiram igualmente no domínio agrário, onde aumentou a área dos pousios, como solução para o esgotamento das terras cultivadas intensamente com cereais. O historiador refere que, aqui e além, surgiu a sementeira parcial dos pousios com leguminosas, como aproximação à técnica, mais revolucionária, mas aparentemente desconhecida no País, do "afolhamento trienal", ao mesmo tempo que se intensificava o cuidado com a terra e com o calendário rigoroso dos trabalhos a realizar. Vinha e oliveira, que identifica como as grandes culturas dos finais da Idade Média: "parece terem especialmente beneficiado da referida preocupação" (Marques, 47). Também houve o cuidado: "de regularizar cursos de água, deter ou desviar cheias, abrir canais e drenar pântanos" e Oliveira Marques faz ainda abundantes referências a valas, abertas e açudes. Também salienta que, apesar da lenta introdução do moinho de vento, inspirado pelos árabes, a energia utilizada na moagem de cereais continuou a ser a água: "multiplicando-se e aperfeiçoando-se os moinhos e as azenhas, cuja introdução e evolução datavam de épocas muito anteriores" (Marques, 49).

O incremento na utilização da energia hidráulica constituiu, segundo o historiador: "um dos grandes passos em frente da Baixa Idade Média", uma vez que foi, gradualmente, introduzida, quer nas indústrias derivadas da agricultura – azeite e acúcar, quer em aplicações artesanais, propriamente ditas –, fabrico de papel, indústria têxtil, serração de

madeira, etc. Oliveira Marques acrescenta que máquinas de pisoar pano e também ferrarias hidráulicas foram difundidas por grande parte do país. Havia outros casos em que se aproveitavam as águas: "fazendo-as passar no interior de edifícios ou de conjuntos senhoriais, tais como cozinhas, oficinas e cercas de mosteiros e palácios" (Marques, 50-52). Uma inovação que, tendo sido introduzida em Portugal no século XIII, só a pouco e pouco foi ganhando a confiança dos utilizadores, mercê, sobretudo, do aperfeiçoamento no seu fabrico, foi a do papel. Por isso, só no século XV se generalizou a utilização de papel, embora, como diz: "o pergaminho mantivesse a categoria de material-suporte mais requintado e aristocrático". O autor situa: "o primeiro 'moinho' de papel, movido por energia hidráulica, terá surgido em Leiria em 1441". No entanto, também recorda que, em 1411, D. João I dera autorização para se estabelecerem, no rio Lis: "artifícios e engenhos de fazer ferro, serrar madeira, pisar burel e fazer papel", embora ressalve a probabilidade de alguns deles não terem chegado a ser montados (Marques, 52-53).

O vidro, conhecido desde a Antiguidade, vulgarizou-se na Baixa Idade Média graças a novas técnicas de produção: "introduzindo-se no uso quotidiano e na vida de todos os habitantes". A utilização generalizada de vidraças nas janelas é um exemplo. O historiador e medievalista explica: "o que até então era raro e caro, só próprio das maiores igrejas e de requintadas mansões senhoriais, passou, gradualmente, a poder ser utilizado ao menos pelos burgueses" (Marques, 53-54). Apesar de não abundar documentação, Oliveira Marques sublinha que outra característica dos finais da Idade Média foi a introdução de equipamento aperfeiçoado, muitas vezes, inovador, em diversas áreas de actividade, de que são exemplos: "o torno e a plaina [parece ter sido designada como *cepilho* ou *cepelho*] nas indústrias de metal e de madeira, a balança e o guindaste no comércio e na construção, o sistema biela-manivela usado um pouco por toda a parte" (Marques, 54). A saboaria e a tinturaria, assim como a indústria dos curtumes também registaram um bom incremento graças a novas técnicas e produtos. A técnica de construção de estradas e calçadas também registou evolução, assim como a construção de abóbadas, pelo que D. Duarte transcreveu no *Livro dos Conselhos* um processo, vindo de Itália, que permitia fazer cisternas sem abóbada (D. Duarte, 1982, 155).

Datam do tempo da regência do infante D. Pedro algumas inovações técnicas determinantes, como o aparecimento de um navio que foi fundamental na aventura dos descobrimentos. "Sabemos que só na década de 40 [do século XV] entra em serviço a caravela de descobrimento" (Godinho, 2008, 282). Mais manejável e, por isso, de grande

utilidade em paragens onde a margem de manobra era pequena, este navio foi o resultado de diversas evoluções a partir de outras embarcações. Vitorino Magalhães Godinho explica de onde vieram as alterações que configuraram esta caravela:

> Os barcos atlânticos são de concepção e construção atlânticas. Da Biscaia vem a *coca*, que servirá de modelo aos veleiros de carga italianos e catalães. Possivelmente nos portos do Cantábrico se inventou o leme de charneira a substituir os dois remos à ré na direcção do navio. Do Mediterrâneo vem decerto a vela latina – triangular –, da Escandinávia e do Mar do Norte, contribuições quanto ao casco e outros elementos. Confluência aonde vem ter também o *carib* árabe-magrebino (Godinho, 1983, 6).

O historiador e sociólogo enumera as três inovações que abriram os oceanos aos portugueses do século XV: "em primeiro lugar, abandona-se, para esta navegação, a galé, a pesada carraca também não serve para descobrir, nem as barcas mistas de velas e remos" (Godinho, 9). A caravela, com um pequeno calado (distância entre a parte inferior da quilha e a linha de flutuação), tinha um rácio da ordem dos 3,5 entre o comprimento e a boca (largura), era rápida, fácil de manobrar, capaz de bolinar (navegar contra o vento) e, se necessário, podia ser movida a remos. Foi o navio ideal para as viagens de exploração. A segunda inovação referida diz respeito à atitude perante o desconhecido. "Não se trata ainda da experimentação científica – a atitude científica será lenta a formar-se", porque não há sábios a traçarem planos, como acontecerá nos séculos XVII, XVIII e seguintes (Godinho, 9). Ainda assim, refere o historiador, procurava-se a exploração sistemática:

> "Confronta-se a observação e os mitos, anotam-se os ventos e correntes, as conhecenças e funduras, buscam-se meios para determinar a posição do navio e sua derrota quando no golfão – às vezes a centenas de milhas de qualquer costa. O regimento das horas da noite, a altura da polar, outros instrumentos e observações permitem desenhar as rotas pelo largo, sobretudo de volta, acertar com as ilhas perdidas no oceano. Essa náutica prática sistemática vai evoluir para náutica astronómica, pelos anos 80 do século XV, haurindo no manancial científico judaico-muçulmano" (Godinho, 9).

A terceira inovação diz respeito aos progressos que levam à instalação de artilharia a bordo: "as caravelas e naus fortemente artilhadas dominarão os oceanos, forçarão os contactos com outras civilizações". O corolário do autor para o que foi enumerado é: "a génese dos descobrimentos decorre da situação conjuntural a que se chegara com a Longa Depressão e da inversão de tendência ligada ao 'cacho de inovações' de meio do século XV" (Godinho, 9). E continua: "a desocultação do oculto, a ligação do desligado, exigiram uma nova ferramenta mental e uma nova prática que a palavra 'experiência'

consubstancia, decerto antes já muito empregada, mas agora revestindo-se de novo sentido" (Godinho, 9). A convicção de Vitorino Magalhães Godinho em relação à importância da caravela para os descobrimentos portugueses realizados, segundo calcula, num século e um quarto, fica assim expressa:

> Compara-se com o Atlas Catalão [c. 1375] o mapa português dito de Cantino, de 1502. Pela primeira vez é o continente africano inteiro que se recorta no seu contorno real (apenas alargado em longitude), a Índia avança já como península, embora de forma triangular encurtada e simplificada; se a Indochina desce demasiado em latitude e se avoluma em excesso, e Samatra está mal colocada – mas os Portugueses ainda não ultrapassaram o Malabar para leste –, já a vista se alonga pela imensidão do Índico como pela do Atlântico, separados em parte pelas Antilhas ao centro, a norte pela Terra do Rei de Portugal (Lavrador-Terra Nova) e a sul pelo Brasil ainda não completo na linha costeira, como também setentrionalmente a Ásia ainda se prolonga até à Escandinávia (Godinho, 10).

Vitorino Magalhães Godinho vai mais longe quando afirma que esta foi outra grande revolução na maneira de pensar, depois da que ocorrera no século XIII: "a qual traça a carta universal do orbe, graças aos novos eixos científicos em latitude, e também fisicamente tece a teia de rotas mundiais e inscreve os homens no espaço de todo o globo". A diferença está na organização de informações procuradas sistematicamente, assim como de: "observações em que o olhar do caravaneiro se combina com o olhar do piloto – e por detrás de ambos, o mercador e a expansão" (Godinho, 11). Para Armindo de Sousa: "o comércio tornou-se actividade de ponta, tanto que foi necessário proibi-lo, nas cortes de 1371 (Lisboa), ao clero, à nobreza e aos corregedores" (Sousa, 1993, 414). Ainda assim, nesse tempo, os lavradores eram considerados bons e os outros rapinantes. E quando, nas cortes de Lisboa de 1389, surgiu o primeiro requerimento dos concelhos decididamente favorável aos mercadores, foi porque muita coisa tinha mudado no país e na Europa. Assim, refere Armindo de Sousa: "o Portugal afonsino e rural virou para o Portugal marítimo e urbano, comercial e expansionista da dinastia de Avis" e, "como não podia deixar de ser, as elites municipais, nomeadamente as das cidades e vilas litorâneas, acompanharam a viragem" (Sousa, 414). Para o historiador, a paisagem física e humana distancia-se da ruralidade: "as imigrações urbanas sucedem-se, afligindo os poderes e uma classe intermédia ao mercador e ao braceiro ganha força em número e importância social". Tratava-se, naturalmente, dos mesteirais, cuja força remontava ao século XIV. E tudo isto se verifica a partir do século XV "em Lisboa, Évora, Porto, Santarém, Coimbra, Guarda, Guimarães, Ponte de Lima, Viseu, Tomar, Leiria, etc." (Sousa, 414).

Uma das questões que se levantava então, tal como hoje, era a circulação dos produtos, que tem por base as vias de comunicação, e a distribuição aos mercados consumidores. Como diz Oliveira Marques, em *Ensaios da Histórial Medieval Portuguesa*, afirma que as rotas terrestres eram, por isso, importantes, e a elas estava ligada a questão das pontes: "único tipo de obras públicas que parece ter merecido a atenção dos governantes". Era frequente: "legarem-se nos testamentos de reis e de grandes senhores laicos e eclesiásticos somas avultadas para a construção e reparação de pontes" (Marques, 1980, 34). Utilizavam-se nessas rotas animais de carga e de tracção, mas os tempos de transporte eram grandes, as estradas sinuosas e, por vezes, perigosas, devido aos assaltos, pelo que muitos optavam pelo transporte fluvial e marítimo. Quanto ao primeiro, refere: "verifica-se a limitada penetração da nossa rede fluvial" (Marques, 35) e acrescenta:

> Mais significado ofereceria possivelmente a rota marítima. O movimento de cabotagem atesta-se desde o século XII, mesmo entre pequenos portos de escasso relevo económico. Na ligação do Norte com o Sul do País trilhava-se de preferência o caminho do mar (Marques, 35).

Já no comércio internacional, as trocas comerciais eram feitas quase exclusivamente por via marítima, no caso português muito orientado para a Flandres. "Porventura – lembra José Hermano Saraiva – porque as transacções no interior do Mediterrâneo já estavam enraizadas quando os portugueses iniciavam as suas actividades no mar" (Saraiva, 1988, 11), mas, também aí, existiam perigos. Oliveira Marques fala dos ataques de corsários: "a barcos não portugueses que provinham da nossa costa com destino ao Norte europeu" e salienta uma curiosidade: "esses piratas deixavam passar as embarcações portuguesas sem as molestarem, dada a sua escassa importância económica" (Marques, 1980, 35). Outro dos perigos para o transporte marítimo eram as tempestades e os rochedos traiçoeiros. Foi, certamente, por isso que, segundo Hermano Saraiva, na introdução ao *Tractatus de Assecurationibus et Sponsionibus* de Petro Santerna Lusitano, ou Pedro de Santarém [11], se constituiu uma bolsa comum dos mercadores portugueses, confirmada por carta régia de D. Dinis, de 10 de Maio de 1293, destinada a suportar os prejuízos da navegação portuguesa nos portos exteriores: "a mais antiga de todas as instituições seguradoras do nosso país, e uma das mais antigas da Europa" (Saraiva, 1988, 13).

---

[11] Pedro de Santarém (1460-1521), jurisconsulto e cônsul português em Florença, Pisa e Livorno, autor daquele que é considerado o primeiro tratado de seguros marítimos do mundo, publicado pela primeira vez em Veneza em 1552. Domenico Maffei, professor de Jurisprudência na Universidade de Roma, com base numa cópia manuscrita existente na Biblioteca do Vaticano, datou o primeiro rascunho do tratado de 1488.

Também D. Fernando, cerca de 1377, autorizou a constituição de bolsas marítimas em Lisboa e no Porto para auxiliar navios sinistrados. "A Companhia das Naus", como foi designada por Fernão Lopes na Crónica de D. Fernando (Lopes, 1989, cap. XCI, 245-248), obrigava ao inventário e avaliação de todos os navios "tilhados" – ou seja com cobertura –, com arqueação superior a cinquenta tonéis, existentes em todos os portos do reino e que os proprietários desses navios: "pagassem pera a borssa dessa companhia duas coroas por çento" (Lopes, 245). Na opinião de José Hermano Saraiva:

> Tanto no caso da bolsa de D. Dinis como na de D. Fernando não parece haver o intuito de cobrir senão os próprios navios, e não as mercadorias transportadas neles. São fundos de reserva para a renovação das frotas dos armadores, e não seguros comerciais em sentido rigoroso (Saraiva, 1988, 17).

As relações e trocas comerciais com a Flandres intensificaram-se ao longo dos séculos XIV e XV e o casamento da infante D. Isabel, filha de D. João I e irmã do infante D. Pedro, foi, de acordo com Hermano Saraiva: "por um lado, o resultado dos contactos já existentes entre os dois países, por outro um factor da sua maior intensificação". Segundo o professor e divulgador histórico, apenas dois anos após a aclamação de D. João I nas cortes de Coimbra, ou seja, em 1387: "o duque de Borgonha, Filipe II, mandou passar carta de seguro aos comerciantes portugueses que ali se dirigiam e que já tinham em Bruges casa própria onde se reuniam". Para o autor, a existência desse primeiro estabelecimento português na Flandres: "que seria simultaneamente estau e feitoria, é o germe da futura feitoria da Flandres, que ficou tão intimamente ligada à organização do comércio dos descobrimentos" (Saraiva, 13). No entanto, essa carta de segurança era concedida por períodos anuais renováveis que, ainda segundo Saraiva, foi substituída, em 1411, por uma minuciosa e extensa convenção. O duque, João Sem Medo, declarou fazer a concessão dos privilégios a rogo e em contemplação do seu camarista, o português Álvaro Gonçalves Coutinho [12], pelos serviços militares que lhe prestara naquele mesmo ano (Saraiva, 14). Fica, assim, demonstrada a dinâmica de comércio entre Portugal e outras nações daquela época e Saraiva refere mesmo: "a presença de genoveses e mercadores de Placencia em Lisboa é atestável desde o século XIV. Quanto a Veneza, sabe-se que D. João I e D. Duarte procuraram atrair as suas galés aos portos portugueses, mas as relações nunca foram intensas" (Saraiva, 15).

As técnicas comerciais no Portugal dos séculos XIV e XV são ainda pouco conhecidas,

---

[12] O conhecido 'Magriço' que terá chefiado as hostes portuguesas na lenda dos *Doze de Inglaterra*.

mas admite-se que foram acompanhando os avanços existentes no resto da Europa. Sabemos que as trocas comerciais se efectuavam segundo dois eixos: o do Mediterrâneo e o do Atlântico, para o Norte da Europa. A enciclopédia *Britannica Money* online refere que letra de câmbio é um instrumento financeiro negociável a curto prazo que surgiu no âmbito da liquidação de contas e foi uma peça-chave do comércio internacional (*Britannica Money*). Em termos históricos, situa-a no século VIII, quando comerciantes árabes usaram um instrumento semelhante. Outros historiadores atribuem-lhe diferentes origens, entre as quais a Ordem dos Templários, que aceitava depósitos dos peregrinos na Europa e lhes entregava o dinheiro na Terra Santa.

Raymond de Roover, um historiador económico belga afirma: "au XIVe siècle déjà, le dépôt en change ou en banque était devenu une monnaie fiduciaire qui reposait sur la confiance du public dans la solvabilité des changeurs" e acrescenta: "a côté des espèces sonnantes et trébuchantes qui circulaient de la main à la main, il existait à Bruges et dans d'autres centres commerciaux une monnaie de banque, composée de dépôts, qui circulait par transfert dans les registres des changeurs", o que conduziu à transformação de muitos destes *cambiadores* em banqueiros. Segundo Roover: "au XIVe siècle, il y avait des changeurs-banquiers à Gênes, à Venise, à Barcelone, à Constantinople, à Bruges et dans d'autres centres commerciaux" (Roover, 1946, 116), onde Lisboa, provavelmente, já se encontraria. O autor sublinha, porém, que estes cambiadores não se ocupavam do comércio das letras de câmbio. Essas estavam a cargo de comerciantes-banqueiros, cuja maioria pertencia a grandes casas italianas, como os Peruzzi ou os Médicis.

Além destas duas categorias, existia ainda uma terceira no sector financeiro: os lombardos. Roover explica: "ceux-ci étaient des Italiens, souvent originaires du Piémont, qui tenaient des tables de prêt et faisaient des avances de fonds sur gages mobiliers, principalement à de petites gens" (Roover, 1946, 117). Segundo o mesmo autor, em Bruges, os lombardos tinham licença de emprestar dinheiro por dinheiro, ou seja, praticando o que se chama usura e conclui que se tratavam de usurários cuja actividade era tolerada pelos poderes públicos como um mal menor, uma vez que a usura clandestina tinha consequências de tal forma graves que era preferível a usura pública, regulamentada. Assim: "seuls les lombards avaient officiellement la permission de prêter à usure ou à intérêt" (Roover, 118). Oliveira Marques sublinha que, em relação à utilização da letra de câmbio por portugueses, só existem referências concretas na primeira metade do século XV (Marques, 1987, 74). No entanto, Damião Peres, na

História do Banco de Portugal 1821-1846, afirma: "em 1470 era cambiador de Lisboa o florentino João de Bardi, descendentte dos Bardi, mercadores privilegiados em Portugal desde 1338, e, até cerca deste ano poderosos banqueiros em Florença" (Peres, 1971, 29). O historiador infere, por isso: "é-se levado a crer que pelo menos este cambiador não se absteria de praticar algumas operações bancárias". O que seria uma imitação daquilo que faziam: "vários compatriotas seus, comerciantes estabelecidos em Lisboa, dos quais consta terem emitido títulos pagáveis no estrangeiro" (Peres, 29), ou seja, a emissão de cartas de crédito. Quanto aos comerciantes-banqueiros, Roover afirma que, regra geral, combinavam as duas actividades: "même les Médicis étaient principalement des marchands et accessoirement des banquiers" (Roover, 1946, 118-119).

Francis Millet Rogers, um investigador norte-americano que se destacou no estudo da história da expansão portuguesa, refere, baseado na *Istorie Fiorentine* de Scipione Ammirato que, em 1409, o rei D. João I tentou comprar títulos de dívida pública de Florença (*Monte Comune di Firenze*, como era geralmente conhecido) no valor de 20 mil florins de ouro. Explica que soube, a partir de outras fontes, que não identifica, que os emissários do rei investiram os 20 mil florins de ouro e, no ano seguinte, procuraram fazer investimentos adicionais em Veneza. O antigo professor de línguas e literaturas românicas da Universidade de Harvard especula que D. João I pode ter sentido a necessidade de ter uma conta da família, para fazer face a casamentos, viagens e outros eventos, um fundo em moeda forte para usar no estrangeiro. Depois do casamento de D. Beatriz, filha natural de D. João I, o irmão, também filho natural do rei, D. Afonso, conde de Barcelos, deslocou-se a Augsburgo e Veneza onde, segundo Francis Rogers, pode ter estado em contacto com banqueiros proeminentes e afirma: "it is likely that his father envisaged two reserves, one in Florentine currency for use in European affairs, the other in Venetian currency for use in North Africa and the Near East" (Rogers, 1961, 26). O investigador norte-americano acrescenta que, depois da conquista de Ceuta, o clérigo português D. Gomes Ferreira da Silva, "il Gomezio portoghese", como era afectivamente conhecido, tornou-se o custódio do fundo, actuando como tesoureiro para D. João I, D. Duarte e, finalmente, D. Pedro, quando se tornou regente do reino (Rogers, 26).

Antes da partida do infante D. Pedro, um documento de 26 de Abril de 1425 revela acordos acerca daquele dinheiro com Andrea di Francesco Cambini – o cardeal D. Jaime, filho do infante D. Pedro, faleceu em casa do mercador Francesco Niccolò Cambini, em Florença, em 1549 –, aparentemente o banqueiro florentino da casa real portuguesa

(Rogers, 27). O testamento de D. João I, lavrado pelo escrivão Lopo Afonso, em Sintra, em 4 de Outubro de 1426 e transcrito por Tomé Lopes em 19 de Dezembro de 1525, revela uma vontade expressa do rei em relação a este tema e a este filho em particular:

> Ao lfamte Dom Pero aalem das terras que tem o que lhe demos no comuum de Floremça pella guisa que as them per nossas cartas e asy a seos filhos mayores e netos e a outros descemdemtes lídimos per linha direita e lhes hordene em cada huum anno como ajam seos asentamentos na maneira que os ham de nos (Lopes, 1967, 3).

Francis M. Rogers também revela que, em 16 de Junho de 1428, em Pisa, D. Pedro enviou um dos escudeiros, Gonçalves Ferrando, levantar dinheiro da conta, embora, como está documentado, o infante tenha visitado Florença, onde estava o tesoureiro do fundo, D. Gomes Ferreira da Silva. Sublinha que, mesmo depois do regresso, D. Pedro continuou a sacar dinheiro daquele fundo e dá como exemplo a autorização dada, em 1435, a D. Afonso, conde de Ourém (filho de D. Afonso, conde de Barcelos e meio-irmão de D. Pedro), para custear as despesas da missão ao concílio de Basileia, o que o levou a viajar por terras da actual Itália, tendo, no final, visitado a Terra Santa, entre 1436 e 1438. Cita, igualmente, um recibo onde o conde de Ourém acusa o recebimento de 1.200 florins de D. Anastasio, prior e vigário da *Badia Fiorentina* (Rogers, 1961, 28). D. João I depositou 20.000 florins em 1409, mas os juros fizeram com que, mesmo com as despesas entretanto realizadas, o valor mais do que duplicasse e, a 27 de Janeiro de 1460, D. Afonso V apontou os sete herdeiros dos 42.580 florins – equivalentes a três milhões de reais brancos – depositados no *Monte Comune di Firenze*: D. Jaime, cardeal de Sto. Eustáquio (entretanto falecido, 1459), D. João, príncipe de Antióquia (também já falecido, em 1457), D. Filipa, D. Beatriz e D. Catarina (igualmente desaparecida) e D. Isabel (rainha, casada com D. Afonso V, também já falecida, em 1455), para cujos filhos, D. João (futuro D. João II) e D. Joana (futura 'Santa Joana Princesa', até hoje apenas beatificada), exigia 5.940,25 florins (Rogers, 28).

Em relação às letras de câmbio, Oliveira Marques começa por dizer que o seu uso se generalizou na Europa a partir de meados do século XIV e que, em Portugal, foram, certamente, conhecidas cedo, uma vez que os contactos com o mundo do comércio internacional eram relativamente intensos (Marques, 1987, 74). Descreve, em seguida, uma deslocação de Fernão Lopes de Azevedo a Roma, em 1434, por conta do rei D. Duarte, levando letras: "no valor de 179.500 libras portuguesas, correspondentes a 38 coroas de ouro, provavelmente de França". Do mesmo modo, durante a regência do

infante D. Pedro, em 1446, o bispo de Ceuta, D. João Manuel, esteve em missão em Roma e utilizou duas letras de câmbio: "uma no valor de 320 ducados, passada em Lisboa por Tropell, mercador genovês residente na mesma cidade, e recebida em Bruges", outra "no valor de 1.180 ducados, passada também por Tropell sobre o banco dos Pazzi, em Roma" (Marques, 74). Já no reinado de D. Afonso V, em 1456, João Fernandes da Silveira deslocou-se a terras italianas, onde demorou alguns anos, tendo recebido para despesas 13.494,64 ducados de ouro em sucessivas letras de câmbio passadas, em Lisboa, por Marcos e Daniel Lomellini, mercadores genoveses, e ainda por outros em Bruges e Barcelona, conforme o autor refere: "por encontro de contas com mercadores do Porto que tinham negócios com o rei e com o estrangeiro" (Marques, 74-75).

2.9 – Penhoristas, mercados e feiras

Uma situação pouco ortodoxa, que não seria admissível nos dias de hoje e que, provavelmente, só era tolerada por se tratar de uma senhora, era a de D. Guiomar de Castro, avó materna de Afonso de Albuquerque, que Francisco Sousa Viterbo classifica como penhorista do século XV. O historiador e jornalista refere, no *Archivo Historico Portuguez,* que a senhora era filha de D. Pedro de Castro, senhor do Cadaval e de D. Leonor de Meneses, casando, em 1412, com Álvaro Gonçalves de Ataíde, a quem D. Afonso V fez conde de Atouguia em Dezembro de 1448. Sousa Viterbo afirma: "a casa de D. Guiomar de Castro devia ser uma espécie de Montepio geral, onde as mais gradas pessoas, incluindo o rei e os príncipes, iam depositar os seus penhores" (Viterbo, 1903, 412). O negócio já existiria no tempo do marido, mas era a senhora que aparecia sempre como principal agenciadora, razão pela qual terá escapado à fúria religiosa anti-usura. Viterbo afirma não ter elementos para lhe chamar usurária, nem querer ofender uma dama e, por isso, prefere afirmar que não se atreve a dizer: "que ela fôsse uma onzeneira e que imposesse, nos seus contractos de emprestimo, condições tão duras como as do Judeu de Veneza" [13] (Viterbo, 412). Mas, sempre diz que muitos dos clientes não lhe pagavam, o que a obrigava a colocar processos judiciais que, por certo, lhe custavam muito dinheiro e paciência, ainda que, na maior parte das vezes, lhe fossem favoráveis. E acrescenta:

[13] O Judeu de Veneza é, por certo, uma alusão a um personagem de *O Mercador de Veneza*, de William Shakespeare. No contrato de empréstimo fica estabelecido que, caso o mercador António não consiga saldar a dívida no prazo estipulado, o judeu Shylock tem o direito de lhe cortar uma libra de carne. O clímax da peça atinge-se quando, perante o tribunal, Shylock não aceita, de um amigo de António, o dobro do dinheiro emprestado inicialmente para poder cobrar a sua libra de carne.

"por esse motivo viu-se ella constrangida a recorrer directamente ao rei, que lhe concedeu toda a sua valia e protecção" (Viterbo, 412).

A condessa queixou-se ao rei que muitos dos seus devedores escapavam aos compromissos e à acção da justiça através de alvarás reais de adiamento dos pagamentos. D. Afonso V atendeu os rogos de D. Guiomar de Castro e ordenou às autoridades judiciais, através de carta de 22 de Junho de 1471, que não dessem valor a esses alvarás para não prejudicar os interesses da ilustre prestamista. Sousa Viterbo acrescenta, então: "não admira que D. Affonso assim a protegesse, quando elle próprio lhe ia também pedir dinheiros de empréstimo, não sob caução da sua real palavra, mas com hypotheca, deixando-lhe em penhor a sua baixella" (Viterbo, 413). O investigador sublinha que o dinheiro seria para alguma das armadas que fizeram conquistas em África. Assim, refere: "ella emprestara a D. Affonso V oito mil dobras, de que ainda, no anno de 1471, restavam por satisfazer seis mil duzentas e oitenta e seis dobras e meia e cento e noventa reaes brancos" (Viterbo, 413). O penhor desta dívida era constituído por ouro prata e pedras preciosas. Mas, o rei ordenava, numa carta de 11 de Julho do mesmo ano, que D. Guiomar não ficasse responsável pelos referidos objectos, no caso de lhe serem furtados, tomados ou extraviados por qualquer motivo, não deixando o rei de ficar obrigado pela dívida em apreço. Uma condição que Viterbo considerou leonina: "se foi a credora que a impoz" (Viterbo, 413). Outro episódio narrado pelo autor em relação a D. Guiomar de Castro, prende-se com uma dívida do infante D. Pedro, a quem a condessa tinha emprestado novecentos e oitenta e um mil oitocentos e vinte cinco reais brancos e sete pretos e meio. Como já vimos, D. Pedro deixara no Monte de Florença três milhões de reais brancos que se repartiam pelos sete herdeiros. Em 1462, D. Guiomar já tinha pedido contas aos dois filhos de D. Afonso V, netos do infante D. Pedro, ao condestável D. Pedro, pela sua parte e pela do irmão D. João, e movia agora processo contra o mesmo D. Pedro pela parte da irmã D. Catarina. D. Afonso V, por carta de 4 de Maio de 1462, condenou o réu ao pagamento de 109.593 reais brancos e 3,5 pretos, além de custas no valor de 1.372,5 reais brancos [14], o que dá conta do valor das custas judiciais naquele tempo (Ver anexos 2 e 3).

Já no que à distribuição de mercadorias diz respeito, António Oliveira Marques explica que, a partir do século XII, assistiu-se, em toda a Europa, a uma viragem significativa nas

[14] Os reais brancos eram produzidos em bolhão, ou seja, em liga de prata com metais menos nobres como o cobre. Os reais pretos eram produzidos totalmente em cobre e foram mais tarde substituídos pelos ceitis, criados no reinado de D. Afonso V com o valor de um sexto do real branco (sextil). (Ver anexo 4).

diferentes formas de aprovisionamento. "Ao ideal de auto-suficiência, traduzido pela armazenagem sistemática e pela ausência de um sistema regular de compra e venda, foi--se a pouco e pouco substituindo o princípio geral do mercado" (Marques, 1987, 141). Começaram por ser enviados para troca os excedentes de produção, mas: "a colocação do produto em mercado e a sua circulação por uma área cada vez mais extensa tornaram-se motivos condicionantes da própria produção" (Marques, 141). O medievalista adverte, no entanto, que o mercado não veio substituir, completamente, o sistema feudal da auto-suficiência, embora o mercado se fosse tornando em forma normal de organização dominial a partir do século XII, ou seja, explicitando por outras palavras: "o intercâmbio passou a ser organizado, regular e já não esporádico" (Marques, 142). Durante muito tempo, o mercado co-existiu com: "o sistema de armazenagem particular a partir de compras efectuadas em mercado ou, como variante, o da compra pelo particular a 'armazéns' abastecidos directamente pelo campo produtor" (Marques, 142). Os mercados locais podiam assumir formas distintas, dependendo da periodicidade, da especialização e até das dimensões do povoado, e o historiador concretiza:

> Havia, pelo menos nos centros maiores, mercados diários – no estilo das 'praças' de hoje –, mercados semanais, e mercados reunidos mais espaçadamente, de tantos em tantos meses ou só uma vez por ano. Havia ainda mercados especializados na venda de cereais, na venda de gado ou de carne desse mesmo gado, na venda de artigos caros, etc. (Marques, 142-143).

As feiras permitiam alargar a rede de distribuição interna e, até, atrair a certas zonas do país mercadores estrangeiros, nomeadamente castelhanos. Ainda assim, sublinha Oliveira Marques, as feiras portuguesas: "nunca desempenharam papel semelhante às da Flandres ou da França – nunca deram origem a quaisquer cidades e a posição excêntrica de Portugal impediu-as de se converterem em pontos de encontro internacional". Entende, porém: "a sua função económica foi importante à escala interna, até como agente estabilizador do princípio de mercado". O historiador estima, em meados do século XIV, de norte a sul do território: "uma meia centena de feiras" (Marques, 143). Até 1450, existiam em todo o país perto de 90 feiras, conforme contabilizado por Virgínia Rau na obra *Feiras Medievais Portuguesas – subsídios para o seu estudo*. Também estabelece a distinção entre feiras e mercados locais, socorrendo-se para isso das definições do historiador belga Henri Pirenne. Assim, segundo o historiador belga, a finalidade dos mercados locais: "est en effet de subvenir à l'alimentation courante de la population fixée à l'endroit où ils ont leur siège". Já as feiras: "constituent au contraire des rendez-vous périodiques de

marchands de profession" (Pirenne, 1969, 84), sendo locais onde as trocas eram, geralmente, de pouca monta – centros de troca por grosso onde se procurava atrair, fora de qualquer consideração local, o maior número de homens e de produtos –, concluindo Virgínia Rau: "em teoria, cada feira está aberta a todo o comércio, como cada porto de mar a toda a navegação" (Rau, 1982, 57). A historiadora reconhece duas fases na evolução das feiras medievais portuguesas: "uma, de formação, que decorre até meados do século XIII; outra, de incremento e pujança, que se alonga por mais dois séculos e que termina para além do reinado de D. Afonso V" (Rau, 165).

De acordo com o levantamento feito por Virgínia Rau, são apenas cinco as feiras anteriores a 1250, a primeira das quais promovida por D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, em Ponte de Lima, em 1125. É com D. Afonso III, que subiu ao trono em 1248, que as feiras começam a multiplicar-se. "Ampliam-se as garantias e os privilégios jurídicos concedidos aos feirantes e às suas mercadorias", diz. A historiadora sublinha: "as condições económicas das regiões do Norte progridem" e a produção nacional permite a D. Afonso III canalizar as exportações para os portos marítimos do litoral (Rau, 165). Já com D. Dinis: "o Entre-Douro e Minho, a Beira, e até o Alentejo cobrem-se de feiras, algumas distando entre si apenas quatro a cinco léguas" [15] e: "aparecem as feiras francas, dadas a vilas de importância nitidamente diferente". Ao mesmo tempo que as feiras ganham força, afirma Virgínia Rau: "o comércio português lança-se afoito nas rotas marítimas", seja nos caminhos da Flandres, seja nos caminhos de Itália. Ao mesmo tempo: "Castela tem boa lã, bons cavalos e boas armas, e Portugal tem produtos que ela necessita para abastecer regiões que lhe são próximas". Por isso, o vaivém entre os dois reinos tende a aumentar. Mas, no reinado de D. Fernando, as sucessivas guerras com Castela prejudicaram o comércio ambulante dos feirantes nacionais e estrangeiros, embora aquele monarca tenha procurado melhorar a economia e o comércio: "protegendo a agricultura e a marinha" (Rau, 166).

A historiadora sublinha que a protecção do poder real ao povo, em especial aos mesteirais e mercadores, voltou a ser realidade com a revolução de 1383-1385, que firmou como rei o mestre de Avis. D. João I, desde a subida ao trono: "não só concedeu feiras francas a diversas localidades, mas também franqueou muitas das que já existiam". Além disso, no reinado de D. João I: "o mercador português firma a sua posição no comércio nacional e

[15] Entre 20 e 30 quilómetros, independentemente de a légua equivaler a 5.555, 6.173 ou 6.195 m.

internacional" e: "a sua actividade é francamente aproveitada como sustentáculo de uma política de expansão" (Rau, 167). Afastada das actividades comerciais por D. Fernando, a nobreza: "alheia-se do comércio e entrega-se ao gozo das suas honras e mercês, até que as 'largas despesas' a façam mergulhar avidamente no comércio do ouro ou das especiarias" (Rau, 167). É quando os mercadores alcançam vantagens significativas: "é-lhes concedido andarem armados na feira, servirem-se da qualquer montada de sela ou de albarda, não serem constrangidos a qualquer serviço, nem os seus animais serem tomados para cargas", nem que fosse ao serviço do rei (Rau, 167-168). Virgínia Rau não determina a época em que as feiras portuguesas perderam importância. No entanto, refere: "parece poder considerar-se o fim do século XV como o período de enfraquecimento da importância das feiras em Portugal" e acrescenta: "é natural que esse declínio se acentuasse no século XVI, quando Portugal brilhou como potência marítima e colonial de primeira grandeza, quando o grande comércio se concentrou definitivamente nas cidades-cais do litoral" (Rau, 168). A partir de D. Manuel, conclui: "as feiras portuguesas entraram numa fase de decadência sem que no final da sua linha evolutiva nós as possamos comparar com as suas avoengas medievais" (Rau, 169).

2.10 - Organização jurídica: leis gerais e ordenações

Os primeiros 250 anos do reino de Portugal, que correspondem, grosso modo, à primeira dinastia, foram utilizados pelos reis para, por um lado, consolidarem militarmente as fronteiras, tratarem do povoamento e também da organização do território, embora alguns já pensassem na construção de uma configuração jurídica e administrativa, sobretudo no que diz respeito à aplicação da justiça e às relações com a nobreza e o clero. Um exemplo é o de D. Afonso II que fez aprovar uma série de leis gerais, nas cortes de Coimbra de 1211. A partir de D. Afonso III começa a haver uma preocupação com a política económica, com leis e impostos que fortalecessem a autoridade régia. A chamada Lei de Almotaçaria, de 1253, é, por isso, um marco importante, uma vez que procura controlar a inflação, tabelar preços e salários, normalizar medidas de capacidade e ganhar controlo sobre a manipulação de moeda, através do aumento da receita com impostos. Mas José Mattoso, no artigo "O Triunfo da Monarquia Portuguesa: 1258-1264. Ensaio de história política", de 2001, situa entre 1258 e 1264, um período decisivo: "para o conhecimento do processo de centralização monárquica e mesmo para o que poderíamos chamar a edificação do Estado moderno".

Com um início de reinado conturbado, D. Afonso III procurou primeiro que tudo assegurar o apoio da nobreza, sobretudo do Norte e, depois, consolidar as fronteiras do Algarve, o que obteve, em primeiro lugar, através da conquista de Faro, Porches e Albufeira e, em segundo lugar, através do casamento com uma filha ilegítima de D. Afonso X de Castela. Mattoso refere que a política de D. Afonso III durante os anos de 1253 a 1258 caracterizou-se pela implementação de diversas medidas administrativas: "entre as quais a promulgação de dezenas de forais e aforamentos colectivos" e: "a implantação de um sistema de cobrança que facilitava o pagamento dos direitos régios em moeda". Além disso, ordenou o estabelecimento de numerosas tendas em Lisboa, assim como: "a captação de direitos alfandegários em Vila Nova de Gaia". Em simultâneo, procedeu: "[ao] pagamento de uma pesada dívida em dinheiro ao mosteiro de Alcobaça — o que lhe granjeava a simpatia e o apoio da mais poderosa ordem religiosa e lhe valia fama de honradez e rigor no cumprimento dos seus compromissos" (Mattoso, 2001, 905). O rei fez questão de visitar o Douro e as Beiras, como já tinha feito com a região de Entre Douro e Minho, com o intuito de se inteirar sobre o estado da propriedade real e dos bens da coroa –nomeadamente o grau a que tinha chegado a usurpação de direitos régios durante o ruinoso reinado do irmão D. Sancho II –, com a intenção de fortalecer o poder real através da organização administrativa e da angariação de rendimentos para a coroa. Isto porque, refere o historiador: "a independência do monarca dependia em boa medida da sua capacidade económica e financeira" (Mattoso, 905).

Sem procurar retirar às medidas relacionadas com os preços e a moeda um carácter inovador no contexto português, Mattoso considera a decisão de proceder a inquirições gerais no Norte de Portugal acima do Mondego – região onde sublinha que os poderes reais sofriam maiores atropelos por parte de eclesiásticos e leigos –, como: "uma medida de ainda maiores consequências no plano da organização do Estado". Isto, apesar de não ser uma medida inédita, uma vez que retomava um processo iniciado pelo pai, D. Afonso II, em 1220, destinava-se a precaver a diminuição dos rendimentos da casa real. Também ressalva que a apropriação de poderes públicos como poderes reais: "pressupunha o exercício do poder régio numa perspectiva feudal". Acerca desta iniciativa, o historiador afirma: "o cadastro dos foros e direitos da coroa que daí resultou constitui um dos monumentos mais impressionantes legados pela administração régia portuguesa durante toda a Idade Média" (Mattoso, 905-906). Foram cinco as comissões nomeadas para proceder às inquirições, cada uma das quais encarregada de uma vasta área geográfica:

entre Cávado e Minho, entre Cávado e Ave, entre Douro e Ave, na Beira, e entre Douro e Tâmega e Bragança. Os membros dessas comissões eram eclesiásticos, um ou outro cavaleiro, um ou outro juiz e, em cada uma delas, um escrivão do rei. O autor faz notar o predomínio de inquiridores versados na cultura letrada, eclesiásticos, pertencentes a mosteiros situados na periferia de cidades, juízes e escrivães. Mattoso cita mesmo um estudo de Luis Krus, de 1981, publicado em 1994, "Escrita e Poder: As inquirições de Afonso III", onde o autor refere que ao confiar a missão a letrados, D. Afonso III impõe ao meio rural e senhorial: "um sistema de valores que tem na lei, na escrita e na representação política os seus mais fortes apoios ideológicos" (Krus, 1994, 39). Para José Mattoso: "o rei deixa de aparecer como um longínquo representante de Deus encarregado de assegurar a paz e a justiça para se apresentar como aquele que dita a lei e a faz cumprir independentemente de poderes, costumes e privilégios locais" (Mattoso, 2001, 908). O novo sistema de valores é um exemplo de acção prática dado por quem demonstra competência para o fazer. Para Luis Krus, esta é: "uma prática que [serve] de exemplo, em primeiro lugar, aos funcionários régios locais" (Krus, 1994, 40), uma função que passa também a significar: "o saber, o prestígio, o fascínio da detenção da memória" (Krus, 44).

Tamanha actividade e utilização de meios, reserva, no entanto, uma surpresa. José Mattoso revela que o rei, aparentemente, nada fez com o resultado dos depoimentos registados pelos seus escrivães em longos rolos de pergaminho. O autor admite que se tenha verificado um aperfeiçoamento gradual da máquina administrativa, mas também sublinha o enorme significado do registo por escrito dos foros e direitos devidos à coroa, que atribuía ao rei uma força incomparável e sustenta: "a escrita foi a arma com que feriu de morte o feudalismo" (Mattoso, 2001, 909-910). O rei debatia-se então com um processo por bigamia e outro por consanguinidade com D. Beatriz, de quem era primo, movidos pelo Papa Alexandre IV que acabou por lançar um interdito sobre o reino. O motivo da bigamia, a primeira mulher de D. Afonso III, desapareceu em 1261, com a morte de Matilde, condessa de Bolonha. Também o Papa faleceu no mesmo ano e Urbano IV, que lhe sucedeu, começou a ser bombardeado com pedidos, embaixadas e intercessões de reis, bispos e nobres. Ainda assim, só em 1264 o Papa autorizou primeiro a questão da consanguinidade, legitimando os sucessores e, naturalmente D. Dinis e, depois, levantou o interdito, permitindo o repicar dos sinos das igrejas para chamar os fiéis e à corte celebrar, em festa, o acontecimento (Mattoso, 910-919). O historiador enaltece, em seguida, a actividade legislativa de D. Afonso III, nas cortes que reuniu em 1261, primeiro

em Guimarães e depois em Coimbra. Refere, especificamente, a lei de avoenga, que estabeleceu os direitos dos parentes em relação aos bens da família, para regular: "de futuro, a transmissão dos direitos senhoriais por meio da linhagem". Também emitiu legislação sobre o direito de aposentadoria dos nobres e as relações dos patronos com as igrejas e mosteiros que, além de proibições, também definia multas. Uma matéria que deixava de pertencer, segundo Mattoso: "à esfera privada e de ser decidida apenas pelo direito do mais forte". Para o historiador, trata-se de um rude golpe contra o feudalismo: "não para pôr em causa o regime senhorial, mas para o sujeitar à lei" e acrescenta: "a partir de então o exercício dos direitos feudais deixa de depender da força das armas" (Mattoso, 924-925). Como corolário deste período, José Mattoso conclui:

> Entre 1258 e 1264, o rei de Portugal conseguiu reunir as peças essenciais de uma monarquia "moderna": a burocracia, por meio das inquirições; o poder legislativo, nas "cortes" de Guimarães-Coimbra; o poder fiscal, com a lei sobre a moeda; a polícia, através da criação do meirinhado; um grupo de executantes capazes de conciliar os seus interesses com os do rei, por meio de uma escolha criteriosa do pessoal da corte. O aparelho judicial já funcionava antes disso, mas foi aperfeiçoado (Mattoso, 933).

Em termos jurídicos, Oliveira Marques recorda: "ao findar o reinado de D. Dinis, o Estado português era regido por um número grande e complexo de leis". Existiam leis gerais, feudais e locais. Tinham origem portuguesa, mas também estrangeira: "muitas vezes sem tradução para o idioma nacional". Estavam dispersas e pertenciam aos mais diversos sistemas de legislação: "direito romano, direito canónico, direito consuetudinário, direito germânico, direito muçulmano, direito judaico, etc." (Marques, 1987, 280). A amálgama e confusão era tal que João das Regras, braço-direito de D. João I, sempre defendeu a compilação da legislação. Ao longo dos séculos XIV e XV, acentuou-se a tendência para o direito genuinamente português se impor sobre os demais e a ideia de compilar as leis foi ganhando corpo. Começou por surgir o *Livro das Leis e Posturas*, do século XIV, com cerca de 370 leis dispersas no tempo e nos assuntos, seguido das *Ordenações de D. Duarte*, que Martim de Albuquerque, na introdução à publicação feita pela Fundação Calouste Gulbenkian, diz constituírem: "sem favor, como sabem os que se dedicam à história do Direito e à Idade Média em Portugal, um dos mais importantes monumentos legislativos nacionais" (Albuquerque, 1988, V). Mas, Luís Miguel Duarte, em *Justiça e Criminalidade no Portugal Medievo*, de 1993, afirma que a motivação para a empresa teria nascido no reinado de D. João I, a partir das incessantes reclamações de capítulos de Cortes, a que se seguiu a encomenda do trabalho ao corregedor da Corte entre 1402 e

1433, João Mendes, por certo muito antes do nascimento de D. Afonso V. Em 1433, era o futuro príncipe herdeiro recém-nascido, quando D. Duarte entregou o trabalho ao doutor Rui Fernandes, que trabalhou nele até meados de 1446 e o remeteu ao infante D. Pedro (Duarte,1993, 107-108).

Sabe-se que o regente mandou rever o projecto de legislação pelo corregedor de Lisboa, Lopo Vasques, e pelos desembargadores Fernão Rodrigues e Luís Martins. Pensa-se que as *Ordenações Afonsinas* terão sido promulgadas em 1447, ainda durante a regência do infante, e estavam bem estruturadas em termos temáticos, compilando leis pré-existentes no *Livro das Leis e Posturas* e nas *Ordenações de D. Duarte* e outras regras do direito romano e do direito canónico. O aparecimento desta legislação prende-se com o fenómeno da centralização régia que os monarcas pretendiam fortalecer. Tinham como objectivo a sistematização do direito aplicável e vigoraram até à promulgação das *Ordenações Manuelinas*, já no século XVI, sendo compostas por cinco livros, na esteira das *Decretais* do Papa Gregório IX, uma compilação de direito canónico publicada em 1234. O primeiro, trata dos cargos da administração e da justiça. O segundo da relação entre Estado e Igreja, das prerrogativas da nobreza e da legislação para judeus e mouros, existindo cláusulas específicas para as conversões. O terceiro, regula os processos civis. O quarto trata das regras para contratos, execuções de testamentos, tutelas, formas de distribuição de terras, sesmarias, doações, etc. O quinto e último livro, trata dos crimes e das respectivas penas, contemplando já a criminalização e castigo dos que estiveram em Alfarrobeira: "contra serviço d'ElRey" (*Ordenações Afonsinas*, 1999, livro V, 406-409), legislação produzida em Junho e publicada em Julho de 1449.

O problema desta e de outras leis eram as excepções. Alguns nobres não eram abrangidos e existiam os perdões de el-rei, que não eram poucos. Mas se entre os nobres a justiça era muito menosprezada, entre os clérigos não o era menos. Luís Miguel Duarte salienta que mitras, cabidos, mosteiros e ordens militares tinham representantes nos tribunais e bons procuradores para defender as instituições e os seus membros. Afirma mesmo que, para a área religiosa: "no campo da delinquência deparamos com um muro de silêncio". Entre as causas responsáveis estava uma prática muito comum: "falecendo um clérigo, eram destruídas, para 'limpar' a sua 'memória', quaisquer provas do seu envolvimento em actos reprováveis" (Duarte, 1993, 15-16). Sobre a legislação sublinha que a relação com a realidade que pretende disciplinar é outro mundo obscuro: "por vezes reprodu-la, com um grau de deformação variável; por vezes inventa-a, ou tenta antecipá-la. Há

anacronismos flagrantes". Mas a grande questão que se lhe afigura pertinente é se as justiças: "conheciam a lei, e no caso de respondermos afirmativamente, se a lei era para aplicar" (Duarte, 26).

Existiam então duas realidades que subvertiam por completo a aplicação de qualquer lei, as *cartas de denúncia* (cartas de *se asi he*, de acordo com a terminologia da época) e as *cartas de perdão*. Estas cartas régias eram, segundo o docente da Universidade do Porto, repetitivas e estereotipadas, com relatos poucas vezes eram verdadeiros, tinham: "inumeráveis filtros e factores de deformação", e eram caríssimas: "a *carta de perdão* é negócio, senão para ricos, pelo menos para gente minimamente desafogada; os pobres não chegam lá" (Duarte, 37-38). O autor diz-se persuadido que a prática começou no reinado de D. Pedro I, embora não disponha de provas. A primeira carta de perdão conhecida data de 10 de Junho de 1368 e: "é o único original de que temos notícia até ao termo do reinado de D. Afonso V" (Duarte, 557). "Sabemos que houve um 'perdão geral' para a conquista de Ceuta e que, com D. Duarte, a concessão de perdão régio se tornara rotineira", afirma. Mas: "a 'explosão' dá-se sem dúvida com D. Afonso V (…): há livros da respectiva chancelaria praticamente monopolizados por perdões". Numa estimativa que confessa, forçosamente, grosseira: "calculamos que o soberano tenha outorgado, durante o seu reinado, perto de 15.000 cartas deste tipo. D. João II não baixa o ritmo, D. Manuel também não" (Duarte, 558). Por vezes, essas cartas faziam a remissão a multa, a degredo ou a ambos. Mas as grandes ocasiões para o perdão dos homiziados eram quando rei tinha necessidade de homens para o exército, como nas vésperas de Alfarrobeira ou na preparação das campanhas em Marrocos (Duarte, 580-581). O preço do perdão, segundo Regimento de D. Manuel, de 1517, alguns crimes tinham o perdão tabelado. Por exemplo: ferida na cabeça valia 1.000 reais; ferida no rosto que deixa marca, 2.000 reais; aleijão no braço direito, 12.000 reais (ou mais); cortamento de nariz que leve parte dele fora, 4.000 reais; corte de orelha, 2.000 reais (ou mais), (Duarte, 595-596).

Mário Júlio de Almeida Costa afirma na nota de apresentação às *Ordenações Afonsinas* que, à excepção do livro primeiro: "que, via da regra, oferece preceitos originais", os restantes livros: "reproduzem na íntegra disposições anteriores, identificando-as e declarando a medida da sua aplicabilidade", o que, o que, em seu entender, propiciava uma utilização efectiva. E, contrariando a ideia que a demora na produção de cópias manuscritas – a imprensa de caracteres móveis só chegou a Portugal no último quartel do século XV – terá sido um problema para a aplicação destas normas legais a todo o

território nacional, defende que as *Ordenações Afonsinas* foram amplamente difundidas, o que se prova: "pelos exemplares, embora truncados ou parciais, que chegaram aos nossos dias" (Costa, 1998, 7). Apesar de inovadoras e de constituírem um passo valioso na evolução do direito português, Almeida Costa, catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra sublinha que as *Ordenações Afonsinas*: "ao contrário das codificações dos tempos modernos, não se propunham tanto objectivos inovadores como a sistematização actualizada do direito aplicável". Em seu entender: "representavam, basicamente, um registo garantido pela autoridade pública, de normas jurídicas de várias proveniências, fixadas ao longo de sucessivos reinados" (Costa, 1998, 7). Com efeito, em vez da uniformização do direito que seria louvável, continuaram a coexistir o direito canónico, o direito consuetudinário, as posturas e o direito romano, entre outros, para além das disposições e perdões reais. Uma lei que, apesar de publicada por D. Duarte, a 8 de Abril de 1434, durante as cortes de Santarém, só foi integrada nas *Ordenações Manuelinas*, em 1514, foi a Lei Mental. Mental, porque, sem estar escrita, já era aplicada no tempo de D. João I e visava preservar e defender o património real. Segundo a referida lei, as doações régias só podiam ser transmitidas para filhos ou netos varões, incluindo os padroados das igrejas. Se só existisse filha, não poderia herdar, a não ser por especial mercê do rei. A única excepção prevista era a casa de Bragança, a quem a Lei Mental não era aplicada. Tal lei manteve-se em vigor até 1832.

2.11 - Cultura e ensino

Falar de cultura obriga, naturalmente, a falar primeiramente da língua. Em meados de Trezentos, o português era, segundo Oliveira Marques, uma língua amadurecida por séculos de evolução e já fora oficializado como idioma da chancelaria por D. Dinis, fundindo harmoniosamente, como diz o autor, o galaico-português, das regiões a norte do Douro, com os dialectos moçárabes falados a sul. Em seu entender: "Lisboa, Évora, Santarém e Coimbra delimitaram o centro da língua portuguesa, como delimitaram a área principal da cultura do País até finais do século XV" (Marques, 1987, 400). Os autores de Quatrocentos, afirma, actualizadas a ortografia e a pontuação, ainda são legíveis nos dias de hoje. Quanto ao quadro dialectal, diz que pouco se sabe, embora admita que as diferenças entre o Norte e o Sul se acentuassem com a utilização, a sul do Mondego, de muitas palavras de origem árabe, sobretudo termos relativos a vestuário, como alfinete, algibeira, algodão, entre outras que caíram em desuso, mas também à habitação.

Mobiliário, música, profissões e seus utensílios, ciência, técnica, pesos e medidas, etc. Lembra, por fim, que as influências estrangeiras, como a castelhana, catalã, francesa, inglesa e italiana, em simultâneo com numerosos latinismos: "reflectiam as modas e os contactos do Portugal de Trezentos e de Quatrocentos" (Marques, 401). Uma última nota para a segunda língua, o latim, que era ensinado nas escolas, com gramáticas e vocabulários e era indispensável a qualquer pessoa medianamente cultivada. Era o idioma da Igreja e servia como língua franca em toda a cristandade, sendo utilizada por embaixadores e em documentos diplomáticos, contratos comerciais internacionais, etc. (Marques, 400-402).

O ensino encontrava-se nas mãos da Igreja. Oliveira Marques diz que, de um modo geral, os professores eram clérigos e os alunos eram aspirantes a clérigos, embora também servisse para a educação cortesã. Oliveira Marques sublinha: "ensinava-se em latim e em latim se escrevia e pensava também". Com o ensino visava-se, essencialmente, dotar a Igreja de um clero competente e bem preparado para a sua missão (Marques, 403). O autor refere que foi com esse propósito que surgiram, a partir do século XI, em toda a Europa católica, escolas anexas às sés episcopais e dependentes dos respectivos cabidos. "Visavam ensinar o clero da respectiva diocese e, acidentalmente, os estudantes pobres, mesmo laicos, que o requeressem" (Marques, 403). O responsável por este ensino era o mestre-escola, que tinha múltiplas funções: "cabia-lhe superintender nas escolas existentes da diocese. Cabia-lhe percorrer os livros e verificar se estavam correctos. Cabia-lhe examinar os candidatos a mestres. Etc." (Marques, 404). As funções do mestre-escola dependiam da dimensão e riqueza da diocese. Segundo Oliveira Marques, num bispado pequeno e pobre, o mestre-escola podia acumular funções docentes com funções directivas, mas num bispado mais vasto e rico, o mestre-escola, diz, figurava como uma espécie de 'reitor' dos nossos dias, tendo sob as suas ordens um número mais ou menos importante de mestres e de alunos (Marques, 404). Ainda assim, o mesmo Oliveira Marques, em *A Sociedade Medieval Portuguesa*, refere que mesmo o clero era "mal apetrechado, até para as funções religiosas específicas" (Marques, 2010, 210). E acrescenta: "muitos curas, como também muitos frades, não sabiam ler nem escrever" (Marques, 210). As dificuldades de comunicação e de transporte, o custo dos livros, o baixo nível de vida da maioria da população e a incompreensão para a necessidade de aprendizagem dos filhos faziam com que houvesse um analfabetismo generalizado, o que, ainda assim, não foi obstáculo à transmissão de conhecimentos e de cultura:

> Analfabetismo, no conceito moderno, não significava necessariamente falta de cultura, na Idade Média. Nem para as massas nem para as elites o problema da alfabetização se punha como hoje. Os conhecimentos teóricos e práticos transmitiam-se sobretudo por via oral. Tradições populares, romances, provérbios e sermões tinham na formação dos indivíduos e das colectividades um papel tão importante como o livro nos nossos dias. Acrescentam-se ainda os frescos e as esculturas das igrejas, a liturgia, o teatro religioso, etc. (Marques, 2010, 210).

As referências aos mestres-escola dos séculos XIV e XV são escassas, mas, segundo Oliveira Marques, cumpriam a missão. Aponta a existência de mestres-escola: "nos cabidos de todas as sés de Portugal e, além destas, nas colegiadas de Guimarães e de Barcelos" (Marques, 404), embora admita que pudessem existir mais alguns nas colegiadas ricas do reino. Em meados do século XV, refere, as escolas catedrais estavam em decadência, quer pela degradação geral dos estudos em si mesmos, quer por existirem outros meios mais eficazes de preparação do clero – a universidade, as escolas conventuais e os mestres particulares (Marques, 405). O autor define, em seguida, a qualidade do ensino:

> Nas escolas catedrais não ia além daquilo a que chamaríamos hoje 'ensino primário elementar'. Ensinava-se a ler e a escrever latim (gramática) e a contar, ensinavam-se as regras do pensamento, à base do silogismo (dialética), ensinavam-se uns rudimentos de música religiosa e, evidentemente, tudo o que respeitava aos ofícios da Igreja. Neste último campo, o ensino podia ter o avanço compatível com o mestre ou os mestres disponíveis, já que incluía rudimentos de história sagrada, da oratória, de teologia e de moral (Marques, 405).

Ao lado das escolas catedrais existiam as escolas conventuais, existindo algumas ordens religiosas que, segundo o autor: "dispunham de estudos organizados, mais ou menos públicos, nos mosteiros e conventos de alguma importância" (Marques, 406). Noutras instalações, existiam monges e frades que ensinavam discípulos, tanto religiosos como laicos. Os franciscanos tinham escolas de gramática, filosofia, de casuística e de teologia, sendo os estudos mais completos os do convento de S. Francisco de Lisboa que, de acordo com Oliveira Marques, viriam a ser, em meados do século XV, equiparados aos da universidade. Mas identifica ainda escolas do mesmo tipo nos conventos franciscanos de Coimbra, Santarém, Porto, Guimarães e Alenquer. Também os dominicanos fundaram escolas de gramática, lógica, filosofia e teologia, pelo menos nos conventos de Lisboa, Porto, Benfica e Batalha. O autor acrescenta que o 'estudo' de S. Domingos de Lisboa parece ter sido o mais completo. Além destas ordens mendicantes e de outras de que nada se sabe, também possuíam escolas nos mosteiros: os Cistercienses de Alcobaça, que

ensinavam gramática e lógica; os Cónegos Regrantes de Santo António em Santa Cruz de Coimbra e em S. Vicente de Fora de Lisboa, que ministravam estudos de teologia, casuística e talvez, admite, no primeiro caso, medicina e, no segundo, gramática; os Lóios de Lisboa e do Vilar, cujo ensino abrangia a gramática, moral e teologia em Lisboa e gramática e moral no Vilar (Marques, 403-407).

A universidade deu os primeiros passos em Portugal em 1269, quando teve lugar, em Alcobaça, uma lição pública que é considerada o ensaio para um estudo superior. Em 1290, o Papa Nicolau IV confirmou um 'Estudo Geral' em Lisboa com capacidade de concessão de graus, excepto de teologia. Em 1308, a universidade foi transferida de Lisboa para Coimbra e, durante 70 anos alternou entre as duas cidades, até se fixar em Lisboa, em 1377. Em 1443, o infante D. Pedro criou, como regente, uma segunda universidade em Coimbra (Ver anexo 5), e tê-la-á concretizado, ainda que de forma "precária", como refere António Nogueira Gonçalves (*Biblos*, 1993, 363-365). Oliveira Marques refere que o 'estudo geral' criado em finais do século XIII visava principalmente a formação de clérigos, o que, em seu entender: "prova a insuficiência e a incapacidade das escolas catedrais e conventuais" (Marques, 408). Para que não existam dúvidas em relação ao que era, naquele tempo, a universidade, o autor afirma:

> Conhecendo as letras e sabendo escrevê-las, conhecendo mais alguns rudimentos de gramática, lógica e retórica, o estudante estava habilitado a frequentar a universidade. Esta funcionava muito mais como uma escola secundária, às vezes até como um prolongamento da escola primária, do que como um conjunto de faculdades à maneira moderna, com currículos variados e complexos (Marques, 408).

Em termos financeiros, sublinha o autor, a universidade portuguesa começou por depender exclusivamente de rendimentos eclesiásticos, que provinham, até ao início do século XV dos bispados de Lisboa e Évora. No entanto, revela: "a intervenção dos leigos mitigou um pouco os problemas financeiros da universidade" (Marques, 412). A universidade constituía, segundo o autor, um verdadeiro feudo dentro do Estado e possuía um conjunto de autoridades que a dirigiam e administravam. No domínio administrativo, recebiam-se as rendas e gastavam-se com critério, pagando a docentes e assalariados, velando pelo cumprimento de privilégios, obtendo alojamentos e mantimentos para professores e alunos, mantendo a disciplina e julgando os prevaricadores. No domínio científico, ensinava-se, faziam-se exames e concediam-se títulos. O protector ou encarregado, depois governador, protegia a universidade do mundo exterior. O primeiro

protector conhecido foi o Dr. João das Regras, em 1400. No domínio científico, a universidade foi-se transformando ao longo do tempo.

No início do século XIV, estudavam-se cânones, leis, medicina (ou física) e, dentro das artes, gramática e dialéctica (ou lógica), a que se acrescentou a música ainda antes de 1323 e, no final do século foi introduzida a teologia. Oliveira Marques refere que, em 1431, falava-se mais de cursos de artes não mencionados anteriormente: retórica, aritmética (ou matemática), geometria e astronomia (dita astrologia), de cujo ensino não existem provas durante o século XV. O núcleo central do ensino na Europa englobava, no essencial, as chamadas 'Artes Liberais' que abarcavam o *Trivium* – gramática, lógica ou dialética e retórica – e o *Quadrivium* – aritmética, geometria, astronomia e música. Oliveira Marques sublinha, porém: "fosse como fosse, a universidade ministrava grande parte do saber reconhecido internacionalmente na época" (Marques, 413). A universidade concedia graus de bacharel, licenciado, mestre e doutor. O tempo necessário para cada um dos graus era de três anos para o bacharel, sete a nove para o licenciado, à excepção de teologia, e mais de nove anos para os mestres e doutores. Apesar de poder parecer exigente, o autor afirma que a universidade estava, aparentemente, mergulhada na mediocridade e os graus que conferia tinham pouco prestígio, mesmo dentro do país, pelo que os estudantes com mais posses e espírito aventureiro procuravam formar-se em Paris, Oxford, Bolonha ou Salamanca. A universidade portuguesa tinha como objectivo preparar convenientemente os clérigos e não passava de um 'seminário', no conceito actual da palavra, para preparar bons sacerdotes (Marques, 403-419).

Além disso, existiam mestres que ensinavam, sobretudo gramática, nos meios populacionais de maior dimensão. Oliveira Marques admite que muitos desses professores acumulassem a docência com outras funções profissionais e menciona depois a corte e os solares da nobreza, assim como das residências de letrados e burgueses mais ricos, onde viviam mestres que acompanhavam, em permanência, os jovens das casas, numa função mista de aios e professores. Além destes, também poderia existir ensino particular em casa do mestre ou, mais frequentemente, em casa do aluno (Marques, 419). O ensino fazia-se, essencialmente, à base de livros que, por ainda não existir indústria de impressão, eram caros e de produção difícil, quer fossem em pergaminho ou papel, porque os melhores pergaminhos e papéis, como não eram produzidos em Portugal, tinham de ser importados. Entre os livros produzidos, imperavam as obras religiosas, seguidos dos livros de direito, tanto civil como canónico, e só depois surgiam os livros de cavalaria.

Quanto aos outros, acentua o autor, a produção podia ficar por um ou dois exemplares. Ter livros era um luxo e só os mais ricos podiam exibir bibliotecas que albergavam de algumas dezenas a umas centenas de volumes. "Os particulares possuíam bibliotecas de meia dúzia de livros que se arrolavam e legavam nominalmente nos testamentos, como se de jóias se tratasse" (Marques, 420). Em bibliotecas consultadas por diferentes pessoas, o autor afirma: "prendia-se o livro à estante por uma corrente ou cadeia de metal" (Marques, 420). Ainda assim, podia falar-se de um mercado nacional livreiro (Marques, 419-421).

A reduzida dimensão das bibliotecas daquela época é também referida por Ana Isabel Buescu, no artigo "Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI", quando refere: "a livraria do rei Richard II de Inglaterra (1367-1399) integrava menos de vinte livros" e a de seu tio Thomas Woodstock (1355-1397), duque de Gloucester: "não ia além dos cento e vinte volumes". Também indica o caso de Jean, duque de Berry (1340-1416), que aponta como: "um dos maiores amantes e coleccionadores de livros da segunda metade do século XIV", cuja riquíssima biblioteca que integrava alguns dos mais extraordinários manuscritos da iluminura europeia, como são alguns livros de horas: "era composta, entre livros profanos e livros religiosos e de devoção, por cerca de cento e cinquenta volumes" (Buescu, 2007, 144). Isto para referir que a biblioteca de D. Duarte, cuja composição chegou aos nossos dias através do *Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte*, também chamado *Livro da Cartuxa*, abrangia cerca de 80 títulos e era digna de nota. A autora realça a distinção entre as obras "De latym" e os "livros de lingoajem", sendo pouco mais de vinte em latim e o restante em linguagem, não se distinguindo entre o português e o castelhano, que também estaria presente. A investigadora destaca ainda, naturalmente, um grande número de obras de carácter religioso, mas também uma boa colecção de crónicas, tão caras aos príncipes de Avis. Entre as crónicas estava a *Coronica d Espanha* e, talvez, admite: "a *Crónica General de España* de Afonso X, que esteve na base da chamada *Crónica Geral de Espanha de 1344*, primeiro monumento da historiografia em Portugal, da autoria de D. Pedro, conde de Barcelos, filho do rei D. Dinis" (Buescu, 146).

Além destas, existiam ainda na biblioteca de D. Duarte outras referências da cultura medieval, como o *Livro de Galaaz*, um livro de Merlin e ainda, entre os livros em linguagem, geralmente em português, obras de escritores antigos como Séneca, Cícero, Júlio César, Valério Máximo e Aristóteles. Também é digna de registo a presença do livro

de Marco Polo, em duplicado, em latim e em linguagem, sendo a versão latina a que teria sido trazida pelo infante D. Pedro de Veneza e a versão em linguagem poderia ser a tradução feita, ou mandada fazer, pelo mesmo infante. E a autora chama a atenção ainda para a memória daquilo que se deveu à pena de reis passados, como o *Liuro das trovas d el rey dom denis* ou o *Liuro de monteria que copilou o vitorioso Rey dom Yohão ao qual deus de eternal gloria*. Obras cujo paradeiro se perdeu durante séculos e que só regressaram à luz e ao conhecimento dos homens nos séculos XIX e XX, tal como aconteceu com as obras do próprio D. Duarte e do infante D. Pedro, que, diz, "tão longamente permaneceram em idêntica e silenciosa obscuridade" (Buescu, 146-147). Exemplifica a situação com a primeira edição impressa do *Leal Conselheiro*, de D. Duarte, publicada em conjunto com a *Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, em 1842. Também o *Tratado da Virtuosa Benfeitoria,* do infante D. Pedro, permaneceria inédito até 1910, assim como o *Livro da Montaria*, de D. João I, que teve a sua primeira edição impressa em 1918, o mesmo acontecendo com a tradução do *Livro dos Ofícios*, de Cícero, da autoria de D. Pedro, publicada apenas em 1948 (Buescu, 149). A investigadora sublinha ainda:

> A presença na cultura da corte de uma literatura destinada ao príncipe e ao bom governo e a crescente importância da tradição clássica podem também ser aferidas pela preocupação em traduzir para vulgar um conjunto de textos cujo sentido global tem, como sublinhámos atrás, uma clara intencionalidade de ordem política. Neste esforço se empenhou particularmente o infante D. Pedro (1392-1449), figura central deste fervilhar intelectual, protagonista de um movimento cultural afinal inacabado cujo alcance e consequências podemos apenas divisar (Buescu, 150).

Em Portugal, existia ainda uma outra biblioteca digna de realce, a do Mosteiro de Alcobaça, onde os monges de Cister trabalhavam continuamente na cópia de novas obras com que enriqueciam a colecção. De acordo com o *The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional, Lisbon*, publicado, em 1988, por Thomas L. Amos – Hill Monastic Manuscript Library, Collegeville, Minnesota, USA –, existiam em Alcobaça, até ao final do século XV, 344 obras manuscritas, a maior parte das quais dos séculos XIII e XIV (Amos, 1988, xxvii). Mas a referência daquela época, pelo menos na península Ibérica, é, segundo todos os autores que se interessaram pelo tema e pela época, a biblioteca do marquês de Santillana. Humanista, poeta, bibliófilo, militar e estadista, Íñigo López de Mendoza foi bem conhecido do infante D. Pedro, duque de Coimbra e, depois, ainda mais de seu filho, o condestável D. Pedro. Isso mesmo nos é dado a perceber pela carta enviada pelo marquês ao condestável de Portugal ainda em vida de seu pai, ou seja, entre 1445 e 1449

(Ver anexo 6), que Joaquim de Carvalho considera: “reveladora de elevada consideração pelo nosso Infante” (Carvalho, 1949, 28). O marquês foi, anos mais tarde, amigo do condestável D. Pedro e, através da biblioteca, permitiu-lhe o acesso a autores que, de outra forma seria difícil atingir. A biblioteca de Íñigo López de Mendoza ficou famosa pela dimensão e pela abrangência. Mário Schiff, um linguista italiano que viveu em França, consagrou a tese para obter o grau de arquivista paleógrafo à biblioteca do marquês de Santillana. Na obra, publicada em 1905, afirma: “la bibliothèque du marquis de Santillane est certainement la plus intéressante des collections de manuscrits qui se sont formées en Espagne au XVe siècle” (Schiff, 1905, lxxxiii). O mérito que atribui à biblioteca de Guadalajara não é o de ter sido uma das primeiras a abrir as estantes às conquistas do humanismo italiano, nem a riqueza que lhe valeu, desde muito cedo, a atenção dos eruditos. Antes, como sublinha: “ce qui la caractérise et lui fait une place à part, c'est de n'être pas due aux hasards des hommages et de l'adulation de pauvres clercs en quête d'un protecteur.”. E, em seguida, caracteriza o marquês, dizendo: “l'homme qui a réuni tous ces volumes, les faisant souvent venir de fort loin, unissait au goût de l'étude le goût du livre” (Schiff, lxxxiii).

Uma exposição recente, intitulada *El marqués de Santillana. Imágenes y letras*, promovida pelo Museu do Prado e pela Biblioteca Nacional de Espanha, destacou a importância do marquês de Santillana enquanto bibliófilo, mas também como protector das artes, que teve ao seu serviço os melhores tradutores e encadernadores, mas também pintores, iluminadores e miniaturistas daquele tempo. A propósito de quinze luxuosos livros iluminados escolhidos da colecção do marquês, o comissário da exposição, Juan Molina, director do Departamento de Pintura Gótica Espanhola do Museu do Prado, afirmou, na introdução à mostra: “Eran valiosísimos en la época, objetos exclusivos codiciados, deseados. (…) Los libros, en manos de estos humanistas, son mucho más que contenedores de textos. Son poderosos artefactos para tejer alianzas y relaciones diplomáticas” (Prado, 2022). Mas a peça de destaque na exposição foi o magnífico *Retábulo das Alegrias de Santa Maria*, de 1455, também conhecido como *Retábulo dos marqueses de Santillana* ou ainda *Altar dos Anjos*, da autoria do pintor Jorge Inglés [16], sob encomenda de Íñigo López de Mendoza para a capela do Hospital de Buitrago, em Madrid (Ver anexo 7).

[16] Não são conhecidas as datas de nascimento ou de morte, nem sequer o local de nascimento de Jorge Inglés. Pensa-se que poderá ter nascido em Inglaterra e que foi para Castela a partir da Flandres.

2.12 - Obras clássicas e medievais

Ana Isabel Buescu refere que o infante D. Pedro ordenou a Vasco Fernandes de Lucena a tradução do discurso de Plínio, *Panegírico a Trajano*, expressamente destinado à educação e à formação política de D. Afonso V, assim como a tradução para português da obra *De Ingenuis Moribus et Liberalibus Studiis*, de Pier Paolo Vergerio, que o infante conhecera aquando da estada na Hungria. Para a autora, esta obra de Vergerio, de que só resta o prólogo da tradução, provavelmente de Vasco Fernandes de Lucena, a pedido de D. Pedro: "reflecte de muito perto os ensinamentos de Séneca, é considerada como o primeiro tratado humanista sobre educação, e gozou de enorme notoriedade nos séculos XV e XVI" (Buescu, 151). O mesmo acontece com a tradução, igualmente de Vasco Lucena e, do mesmo modo, por iniciativa do infante D. Pedro, do *Tratado das Virtudes que ao Rei Pertencem*, destinado à educação de D. Afonso V, de que resta também apenas o prólogo. A autora sublinha, por fim, a influência de um bispo castelhano, conselheiro de D. Juan II, D. Afonso de Cartagena, que esteve por diversas vezes em Portugal e era oriundo de uma família de judeus conversos. Segundo Ana Isabel Buescu: "Cartagena foi uma figura destacada nos primórdios do humanismo peninsular, assumindo notoriedade o seu esforço na tradução de autores clássicos, nomeadamente de Cícero e Séneca" (Buescu, 151). A autora faz questão de notar o papel de Cartagena no "despertar" do humanismo na corte dos príncipes de Avis e atribui uma relação directa ao contacto com o bispo castelhano na tradução do *De Officiis*, de Cícero, chamando ainda a atenção para as afinidades encontradas por Joseph Piel nas duas traduções, a castelhana de Cartagena e a portuguesa de D. Pedro. E sublinha que Cartagena empreendeu, a pedido de D. Duarte, a tradução para castelhano da *Retórica*, de Cícero, versão considerada ainda hoje como o mais antigo tratado retórico em língua castelhana, que dedicou, no respectivo "prólogo" ao então príncipe herdeiro português (Buescu, 152).

As traduções de autores clássicos levadas a cabo pelos príncipes de Avis, ou a seu pedido, é o mote dado por Sebastião Tavares de Pinho para falar da existência de uma 'escola' de tradução. O antigo catedrático da Universidade de Coimbra começa por defender, em "O Infante D. Pedro e a 'Escola' de Tradutores da Corte de Avis", a autoria de diversas traduções por parte do infante D. Pedro, o que lhe tem sido muitas vezes negado, e recorre a citações de autores contemporâneos, como Fernão Lopes, que, no segundo livro da *Crónica del Rei D. João I*, se refere assim aos infantes: "sem outra louuamynha, se pode dizer que nam leemos nem vimos nenhuns que tão pouco servissem aos delleytos nem a

que tanto aprouuessem os vertuossos trabalhos" (Lopes, 1977, 311). De igual modo, cita Vasco Fernandes de Lucena, no prólogo da tradução do *Senectute*, de Cícero, quando afirma: "eu muito desejava occuparme em algũa couza, que a vossa Senhoria graciosa fosse, vos trasladey de latim em lingoagem este tractado de Tulio, que falla das artes e dos officios que aos velhos pertencem" (Lucena, 1948, xliv). O investigador acrescenta que, além das traduções feitas pelo infante a partir de textos em latim: "há sérios motivos para aceitarmos como sua uma composição original em língua latina, escrita por ocasião da abertura do processo de canonização do beato Nuno Álvares Pereira" [17] (Pinho, 2006, 71). D. Duarte, que esteve muito empenhado no processo de canonização do Condestável, enviou uma carta ao monge beneditino D. Gomes Ferreira da Silva, que viveu largos anos em Florença, onde, depois de se referir aos habituais processos de inquirição da vida dos santos, afirma: "por uossa rrenenbrança uos fizemos aquy tralladar esta sua oraçom", a qual explica: "lhe fez e compilou o jfante dom pedro meu jrmaão e pareçenos que concorda muyto com a rregra de sseu muy boo viuer" (Pinho, 72). A acompanhar a carta, conservada na Biblioteca Mediceo-Laurenziana de Florença, seguia a referida oração:

> *Norma principum, exemplum dominorum, speculum anachoretarum es, beate Nune. Tu securus et fortis in prelio; tu humilis et pius in victoria; tu iustus et misericors in pace; tu obediens et deuotus in claustro. Sicut in omnj statu fideliteret laudabiliter decertasti, ita in presenti vita, [h]onorem et gloriam,et in celis eternam beautitudinem adeptus es.*
>
> V. *Amavit eum Dominus et ornavit eum.*
>
> P. *Stolla glorie induit eum.*
>
> *Oremus.*
>
> *Omnipotens sempiterne Deus qui Beatum Nunum confessorem tuum sic per honores et bona temporalia transire feçisti, quibus ad gloriam eternam meruit peruenire, conçede nobis, quesumus, ut ipsius vitam imitando, ubique de hostibus rreportemus victoriam et tecum sine fine rregnare ualeamus. Per Christum Dominum nostrum.*
>
> *Amen* [18] (Pinho, 2006, 72).

É com base nos exemplos já referidos e noutros que Sebastião Tavares de Pinho constrói a ideia de uma 'escola' de tradução na corte de Avis. Uma 'escola' que além do infante D. Pedro e de Vasco Fernandes de Lucena, também englobaria frei João Verba, confessor de D. Pedro e, co-autor da *Virtuosa Benfeitoria*, assim como Afonso de Cartagena, futuro

[17] O beato Nuno Álvares Pereira só foi canonizado a 26 de Abril de 2009, pelo Papa Bento XVI.

bispo de Burgos e conselheiro de D. Juan II, de Castela, mas também tradutores anónimos no âmbito da corte, como o que vem indicado no catálogo da biblioteca de D. Duarte, com menção expressa: "Hũ liuro das meditações de santo agostinho que treladou o moço da Camara" (D. Duarte, 1982, 208). O investigador de Coimbra menciona D. Duarte, a quem, em seu entender: "se deve também um notável contributo para a criação, à volta da corte de Avis, de um clima particularmente favorável ao empreendimento de traduções de obras latinas". Mas, para terminar, afirma: "foi o infante D. Pedro quem mais fomentou esta escola, não apenas pelas traduções de latim que promoveu, pelo seu exemplo de tradutor seguro e elegante, mas também pelo grande amor que devotou à causa da reforma da universidade portuguesa" (Pinho, 2006, 80).

O infante D. Pedro, como outros autores do seu tempo, referiam-se a Portugal como fazendo parte da Espanha, sendo Espanha sinónimo de península Ibérica, a Hispânia da raiz latina. A Hispânia de Pompónio Mela, com a *Chorographia*, de Plínio, com a *Naturalis Historia*, autores latinos cujas obras descreviam a Hispânia. 'Hespanha' abarcava, em vida do infante D. Pedro, os reinos de Portugal, Castela e Leão, Navarra, Aragão e o principado da Catalunha, além do reino árabe de Granada. Também, um século mais tarde, Luís de Camões se referiu a Espanha, como sinónimo de Ibéria, quando escreveu – canto I, estrofe xxi de *Os Lusíadas* – acerca dos portugueses na Índia:

> *Ouvido tinha aos fados que viria*
> *Uma gente fortíssima de Espanha*
> *Pelo mar alto, a qual sujeitaria*
> *Da Índia tudo quanto Dóris banha,*
> *E com novas vitórias venceria*
> *A fama antiga, ou sua ou fosse estranha* (Camões, 1960, 11).

---

18 Tradução para português de Sebastião Tavares de Pinho:

Vós sois, beato Nuno, modelo de príncipes, exemplo de senhores, espelho de anacoretas. Vós, tranquilo e forte no combate; vós, humilde e dedicado na vitória; vós, justo e clemente na paz; vós, obediente e devoto no claustro. Assim como em toda a condição combatestes com lealdade e louvor, assim também, nesta vida presente, conseguistes honra e glória, e nos Céus a eterna felicidade.

V. *O Senhor amou-o e distinguiu-o.*

P. *Revestiu-o com a estola da glória.*

Oremos

Deus eterno e omnipotente que fizestes com que o beato Nuno vosso confessor percorresse as honras e os bens temporais de tal modo que com eles mereceu chegar à glória eterna, concedei-nos, vos pedimos, que, imitando a sua própria vida, alcancemos em toda a parte vitória sobre os nossos inimigos e possamos reinar convosco sem fim. Por Cristo Nosso Senhor.

Amen. (Pinho, 2006, 72-73).

Castela teve, por várias vezes, a tentação de se intitular Espanha, sobretudo depois da perda de independência por Portugal, em 1580, no entanto, os seus dirigentes tiveram de conter-se. No século XVIII, o conjunto de reinos jurídica e politicamente independentes que eram governados por uma mesma monarquia, unificou-se. É assim que a Constituição Política da Monarquia Espanhola vê a luz do dia, sendo promulgada em Cádis, a 19 de Março de 1812, e aposta na escolha de Espanhas para a designação do reino. Foi apenas há pouco mais de cem anos, em Junho de 1876, com o rei Afonso XII, que o termo Espanha passou a ser utilizado oficialmente para designar o espaço geográfico de vários reinos da península Ibérica, excepção feita, naturalmente, a Portugal.

Os autores clássicos que preencheram o final da Idade Média em Portugal são poucos e eram conhecidos também por muito poucos. Joaquim de Carvalho, nos *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV*, cita alguns dos autores gregos que o cronista Gomes Eanes de Zurara utilizou, como diz, através de traduções: Arato, Aristóteles, Hermes, Heródoto, Hesíodo, Homero, Platão e Xenofonte. Já entre os clássicos romanos, a lista é um pouco maior, até porque refere que o cronista utilizava o latim com "desembaraço": Cícero, Júlio César, Lucano, Ovídio, Plínio, Salústio, Séneca, Tito Lívio, Valério Máximo e Vegécio. Entre estes, salienta a preferência por Tito Lívio, visível nas crónicas de Ceuta e da Guiné, assim como nas dos condes D. Duarte e D. Pedro de Menezes. Joaquim de Carvalho, que mostra não nutrir grande afeição por Zurara, afirma: "as citações e referências à literatura latina obedecem, quase sem excepção, à finalidade de justificarem ideias, sentimentos e concepções vigentes na roda culta dos paços dos Infantes e da corte de D. Afonso V" (Carvalho, 1949, 57).

No domínio das obras literárias que integraram a nossa Idade Média, Álvaro da Costa Pimpão que, naturalmente, fala de vários dos textos já citados, começa por se referir, na introdução à obra *Idade Média*, aos textos religiosos como aqueles que mais preenchiam o espírito medieval, muito influenciado pela Igreja. Entre estes, o destaque vai para os manuscritos de Alcobaça, cuja biblioteca estima que tivesse cerca de 500 volumes. O autor cita títulos como: *Vida de Santa Euphrosina* e a *Lenda dos Santos Barlaam e Josaphat*, a *Vida de Santo Aleixo*, o *Conto de Amaro* e a *Visão de Túndalo* ou *Vida de Tarsis*, assim como a *Explicação dos dez Mandamentos da Lei de Moisés* e a *Contemplação de S. Bernardo segundo as seis horas do dia*. Além desses, menciona ainda o *Tratado de S. Isidro, de ajuntamento de boos dictos e palavras,* a *Vida do duque Antíoco que depois foi abade* e o *Catecismo da doutrina cristã*, bem como a *Legenda Aurea*, a

Lenda de Santo Eloy ou os *Solilóquios*, de Santo Agostinho. Isto, antes de referir a *Vita Christi* ou *Vida de Cristo*, de Ludolfo da Saxónia [19], que foi um êxito de vendas depois da invenção da tipografia de caracteres móveis por Gutemberg, sem esquecer o *Espelho da Cruz*, *Dos benefícios de Deus* e o *Orto do Esposo* (Pimpão, 1959, 4-10). E, além disso, faz notar as crónicas e regras monásticas, como as *Caronicas dos miniistros e geraaes da Ordem dos Fraires Menores*, a *Crónica da Fundação do Moesteyro de Sam Vicente*, a *Vida de D. Telo* e ainda a *Notícia da Fundação do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, bem como a *Regra de S. Bento* e a *Regra de S. Bernardo.* Antes de terminar as obras de inspiração religiosa, refere igualmente os fabulários, começando pelo *Livro de Ésopo*, do século XIV, onde se transmitem, sobretudo, ensinamentos morais (Pimpão, 10-11).

Fora da esfera religiosa ou, pelo menos, sem lhe estarem submetidas, Álvaro Pimpão faz referência a obras como o *Regimento dos Príncipes*, de Gil de Roma, o *Speculum Regum*, de Álvaro Pais, e o *Espelho de Cristina*, de Cristina de Pisano (Pimpão, 11-12). Faz, de igual modo, referência à *Vida e Feitos de Júlio César* que será, possivelmente, a reprodução de outra obra quatrocentista da biblioteca de D. Duarte sob o título *Júlio César*. Alude depois à *Crónica Geral,* muitas vezes atribuída a Afonso X, e à *Crónica do Mouro Rasis*, que, depois de muitas andanças, acabariam por se enquadrar na chamada *Crónica Geral de Espanha de 1344* que chegou aos nossos dias. Já no domínio jurídico, Álvaro da Costa Pimpão chama a atenção para o que diz serem três monumentos jurídicos: "sem importância literária, mas de interesse considerável, ou mesmo extraordinário, para a história do direito peninsular: as *Flores de las leyes*, as *Partidas* e o *Fuero Real*" (Pimpão, 13). Todos, afiança, foram traduzidos para português durante o século XIII (Pimpão, 11-14). Quanto aos livros de estirpes, António José Saraiva refere: "não são obras propriamente historiográficas nem cronísticas. São listas genealógicas da nobreza a que falta toda a datação cronológica" (Saraiva, 1995, 153). Este autor sublinha que o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, também conhecido como *Terceiro Livro de Linhagens*, foi elaborado ainda na primeira metade do século XIV por D. Pedro Afonso, conde de Barcelos e filho natural de D. Dinis com D. Grácia Froes. É o 'terceiro' por se

[19] Discute-se quem terá traduzido ou mandado traduzir a *Vita Christi*, se D. Duarte, que poderia ser o próprio tradutor, se D. Isabel de Urgel, mulher do infante D. Pedro, que teria encomendado a tradução a um clérigo, possivelmente D. Estêvão de Aguiar, abade de Alcobaça entre 1431 e 1436 e que, por ser próximo do duque de Coimbra, terá sido, também ele, sujeito a *damnatio memoriae*, com o apagamento das suas obras. No entanto, segundo Aires Augusto Nascimento em "A tradução portuguesa da Vita Christi de Ludolfo da Saxonia: obra de príncipes em 'serviço de Nosso Senhor e proveito comum'", não existe conhecimento da presença de tal obra nas bibliotecas conhecidas, designadamente a de D. Duarte.

suceder ao *Velho Livro de Linhagens*, escrito ainda no século XIII, e ao *Livro do Deão*, produzido, segundo António José Saraiva, entre 1337 e 1340 (Saraiva, 1995, 154). Saraiva assegura ainda: "depois da morte do conde D. Pedro, o livro teve, pelo menos, um refundidor e continuador, a quem se deve, pelo menos, grande parte do título xxi" (Saraiva, 156). Pela mão desse continuador, D. Álvaro Gonçalves, pai de D. Nuno Álvares Pereira, Saraiva entende que o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*: "é muito mais do que uma genealogia, uma verdadeira história de uma família, que virá a ser continuada depois da morte do seu mais notável rebento, Nun'Álvares, na *Cronica do Condestabre de Portugal*, escrita depois de 1431" (Saraiva, 158). A estes podemos, assim, acrescentar os cronistas do século XV: Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina.

Já no que à novelística diz respeito, Álvaro Pimpão começa por se referir a *Amadis de Gaula* de cuja existência em Portugal na Idade Média está absolutamente convencido. Fala ainda de *Tristão e Iseu* e de *Flores de Brancafrol* e dos exemplares perdidos de *Tristão*, *Merlin* e *Galaaz*, existentes na biblioteca de D. Duarte. Admite a possibilidade de ter havido contacto com uma das fontes das novelas arturianas, ou da Távola Redonda, através da *Historia regum Britanniae*, de Godofredo de Monmouth. Em seu entender: "um texto completo do ciclo do Graal, compreendendo o *Livro de Josep ab Aramatia*, a *História de Merlin* ou *Conto do Brado* e a *Demanda do Graal*, (…), deve ter existido entre nós no meado do século XIV" (Pimpão, 15). A *História de Vespasiano*, segundo o autor, também foi divulgada entre nós no século XV, provavelmente de fonte francesa, sob o título *La vengeance de nostre saulueur et redempteur ihesu crist: et la destructiõ de iherusalem faicte par Vespasien empereur de rome*. Esta obra foi impressa em Portugal desde 1496 (Pimpão. 14-15). Além destes existiam ainda textos como *La Divina Commedia* [20], poema épico, escrito por Dante Alighieri no século XIV e dividido em três partes: Inferno, Purgatório e Paraíso, e *The Canterbury Tales*, uma coleção de histórias escritas, a partir de 1387, por Geoffrey Chaucer. Diversos clássicos gregos e romanos, como a *Eneida*, de Vírgilio, que narra a saga de Eneias, um troiano salvo dos gregos que viaja de forma errante pelo Mediterrâneo até chegar ao Lácio, a região que abrange Roma, bem como as *Metamorfoses*, de Ovídio, sobre cosmologia e história do mundo, que narra a transformação de deuses e homens em animais, árvores, rios, pedras, etc. Apesar de existirem na biblioteca do marquês de Santillana, não se sabe se a *Ilíada* ou a *Odisseia*

[20] Dante Alighieri deu por título à sua obra *La Commedia*. Foi o escritor e poeta Giovanni Boccaccio que, ao ler a obra de Dante, ficou de tal forma maravilhado que a rebaptizou com o título com que viria a ser imortalizada: *La Divina Commedia*,

ou ambos os poemas épicos atribuídos a Homero, pensa-se que terão circulado em Portugal antes da segunda metade do século XV.

Consideremos ainda os livros de viagens medievais. Paulo Lopes, na revista *Medievalista*, começa por referir: "sabemos actualmente que o homem medieval viajou muito mais do que aquilo que se supunha" (Lopes, 2006, 3). Fazia-o isoladamente ou, na maior parte das vezes, em grupo. E sublinha: "conhecemos como percorreu os caminhos internos e externos da cristandade ocidental, trocando experiências, técnicas, conhecimentos e ideias". Actividades que, no seu conjunto: "contribuíram para a progressiva afirmação de uma civilização com características e valores bem distintos e diferenciados dos que foram próprios das que com ela coexistiram no tempo e no espaço" (Lopes, 3). Muitas destas viagens eram levadas a cabo por religiosos itinerantes, mas também por reis, senhores, camponeses, funcionários, artesãos, almocreves e mercadores, ou por simples pobres, fugitivos ou vagabundos, todos em busca de algo que os ultrapassava. Para o autor: "a viagem medieval transcendia a dimensão de uma deslocação simplesmente motivada por preocupações e necessidades profanas". Em sua opinião, todos acabavam por misturar ou subordinar-se a objectivos de ordem espiritual e religiosa, o que, de acordo com Paulo Lopes: "fazia com que o caminhante encarasse os itinerários como uma demanda do sagrado e a possibilidade de assim ver perdoados os seus pecados e de salvar a sua alma". Os relatos medievais de viagens, afirma o autor: "intercalam frequentemente as notícias da observação e a realidade presente nos itinerários com os aspectos transcendentais, maravilhosos ou fantásticos que os viajantes encontravam, desafiavam ou venciam" (Lopes, 4).

Entre a extensa lista de livros de viagens medievais que Paulo Lopes apresenta, o destaque vai para: *Livro de Viagens* (Benjamin de Tudela); *Viagem no País dos Búlgaros do Volga* (Ahmad Ibn Fadlân); *Presente Sobre as Curiosidades das Cidades e as Maravilhas das Viagens* (Muhammad Ibn Battûta); *Livro das Maravilhas* (Marco Polo); *Andanças e Viagens* (Pero Tafur); *Livro das Maravilhas do Mundo* (João de Mandeville); *Livro do Infante Don Pedro de Portugal* (Gómez de Santisteban); *Navigatio Sancti Brendani* – que tanto inflamou a imaginação das viagens marítimas durante os séculos XV e XIV; *Diario da jornada do conde de Ourem ao concilio de Basilea* (Lopes, 15-18). Títulos a que devemos acrescentar *Ymago Mundi*, um tratado astronómico e cartográfico da autoria do teólogo e cardeal francês Pierre d'Ailly, que serviu de inspiração a Cristóvão Colombo na procura do caminho marítimo para a Índia por ocidente. Na viagem de descoberta das

Américas, o navegador levou consigo uma cópia da obra de Pierre d'Ailly, onde fez centenas de anotações. Também o *Livro de Nicolao Veneto*, que relata a viagem do veneziano Nicolo dei Conti à Índia na primeira metade do século XV, e deverá ter sido trazido pelo infante D. Pedro, de Veneza, juntamente com o *Livro de Marco Polo*, poderão ter inspirado a procura do caminho marítimo para a Índia.

Uma outra classe de livros medievais é a dos cancioneiros. António José Saraiva começa por referir que as *Cantigas de Santa Maria*, do final do reinado de Afonso X de Castela, terão servido de modelo ao *Cancioneiro da Ajuda*, do reinado de D. Afonso III, genro do rei sábio. Este cancioneiro reúne composições de poetas portugueses, galegos e de outros 'espanhóis' mas, como sublinha Saraiva: "ficou interrompido, com espaços por preencher e páginas por acabar" (Saraiva 1995, 17). O *Livro das Cantigas*, mencionado no testamento do conde de Barcelos, continha, de acordo com o autor: "talvez as poesias do Cancioneiro da Ajuda, mais outras que este excluiu e ainda as que foram compostas posteriormente (até cerca de 1350), por poetas de toda a península, em galego-português". Foram encontradas duas cópias do século XVI pertencentes ao humanista Angelo Colloci, uma está no Vaticano e a outra em Lisboa, razão por que é designada como *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*. Saraiva salienta que este último é o mais completo: "porque reúne todas as poesias contidas no [*Cancioneiro*] *da Vaticana* e muitas outras que ali faltam" (Saraiva, 17). Acrescenta ainda que o valor especial do *Cancioneiro da Ajuda* advém do facto de ser, como indica: "o único contemporâneo da época trovadoresca, ao passo que os outros dois são cópias muito incorrectas feitas na Itália, quase dois séculos depois da compilação original" (Saraiva, 17). Além destes, devemos ainda considerar *O Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, de 1516, que foi a primeira compilação de poesia impressa em Portugal e ter-se-á baseado no *Cancioneiro de Baena*, de 1445, e no *Cancioneiro Geral de Hernando del Castillo*, de 1511. O *Cancioneiro de Garcia de Resende* reúne poesia em português e em castelhano e autores que vão de Sá de Miranda, Bernardim Ribeiro e o próprio Garcia de Resende, até ao infante D. Pedro e ao filho, o condestável D. Pedro.

2.13 - Artes na Idade Média

No final do primeiro quartel do século XIV, quando morreu D. Dinis, Portugal já tinha construído sés, igrejas, castelos, palácios, pontes, cruzeiros e chafarizes que, no dizer de Oliveira Marques, cobriam todo o território, embora com distribuição irregular, em função das manchas de povoamento (Marques, 1987, 430). Tudo se fazia segundo o estilo

gótico, até à introdução de algumas inovações técnicas e estéticas que tiveram lugar no final do mesmo século e nos séculos seguintes. Desse tempo ficaram edifícios como, por exemplo, o Mosteiro de Alcobaça, onde encontramos dois monumentos funerários dignos de nota, os túmulos de D. Pedro I e de D. Inês de Castro. A estatuária funerária e religiosa é aliás dominante nesse tempo. Das construções não religiosas, à excepção das militares, pouco ficou, além de pontes, cruzeiros e chafarizes. O autor salienta: "dos palácios reais e senhoriais bem como das moradias burguesas é que muito pouco resta". Nas construções religiosas, como o Mosteiro da Batalha, diz: "fizeram-se sucessivos aditamentos em função da evolução dos estilos e das preferências de cada soberano" (Marques, 434). A capela do fundador foi acrescentada ao projecto inicial por D. João I, as capelas imperfeitas por D. Duarte. D. Afonso V acrescentou o claustro menor e as dependências adjacentes. D. João II não se interessou pelo edifício e D. Manuel voltou a prestar-lhe atenção, mas só até decidir a construção do Mosteiro dos Jerónimos.

O monumento gótico precisava de ser adornado com esculturas, pinturas, vitrais e painéis de azulejos. Oliveira Marques acrescenta 'mobiliário' proveniente de outras artes como a tapeçaria e esteiraria, além de couro, metal, etc. E afirma que ao entrar-se hoje numa igreja gótica portuguesa restaurada, temos uma imagem falsa do ambiente original. Em seu entender: "falta-lhe a maior parte dos atributos que faziam dos templos trecentistas e quatrocentistas lugares acolhedores e distraídos" (Marques, 439). Os três grandes géneros da escultura de então eram: a estatuária dos pórticos e das colunas, lavrada em pedra; a imaginária dos altares, geralmente de madeira pintada, mas também em pedra, barro, marfim, ouro e/ou prata; os jacentes tumulares com apêndices escultóricos, igualmente em pedra. Os três géneros, afirma: "tiveram representação em Portugal, embora o primeiro jamais adquirisse a importância que conheceu além-fronteiras" (Marques, 439). O material utilizado predominantemente, quer na construção, quer na escultura, era o calcário, fácil de talhar e disponível em grande parte do território. A inexistência de calcário nalgumas zonas obrigava a recorrer ao granito, mais duro e mais difícil de trabalhar. Outro material muito utilizado era o mármore. A escultura tumular dos séculos XIV e XV caracterizou-se, segundo o autor: "pelo naturalismo das figuras, principalmente das jacentes, verdeiros retratos com que, pela primeira vez desde a Antiguidade, se procurou transmitir aos vindouros a imagem autêntica do falecido". Completa a ideia afirmando: "o retrato tumular acompanhou assim ou precedeu mesmo o retrato pintado,

nesse movimento de individualismo característico dos alvores do Renascimento" (Marques, 442).

A cerâmica decorativa para paredes, pavimentos, tectos e outras superfícies abrangeu, segundo Oliveira Marques, toda a Idade Média portuguesa e era produzida um pouco por toda a parte. Já os azulejos começaram a ser importados de Aragão e Castela no século XV. O autor admite a possibilidade de terem então vindo para Portugal artífices catalães, castelhanos e mouros que estarão na origem de uma escola portuguesa: "cujos frutos só a partir do século XVI se iriam colher plenamente" (Marques, 455). Outro elemento artístico introduzido em Portugal no século XV foi o vitral. O historiador refere que os vitrais portugueses mais antigos datam do século XV, embora admita que já antes fossem aplicados nas igrejas do reino. Fala de uma marcada influência da Flandres, nas técnicas, nas cores e nos motivos. Como a combinação da cor com o desenho dava um novo aspecto ao interior das igrejas, com o matizado de cores que possibilitava, teve grande aplicação na igreja de Santa Maria da Batalha que é identificada como: "a grande escola do vitral português quatrocentista" (Marques, 456). O autor acrescenta:

> A arte do vitral português faz supor que, por um lado, se importaram técnicos estrangeiros (flamengos e alemães sobretudo) para trabalharem e dirigirem trabalhos nos monumentos em construção, mas que, pelo outro, depressa surgiram vidreiros nacionais capazes de levar a bom termo as encomendas existentes (Marques, 456).

Outras artes que se desenvolveram nos séculos XIV e XV foram a tapeçaria e a ourivesaria. Oliveira Marques sublinha que o tapete de lã ou de seda, nas variantes de chão ou de parede (tapeçaria), teve um grande desenvolvimento em Portugal nos séculos XIV e XV. O autor sublinha: "a documentação faz referências aos tapetes colocados no solo e pendurados nas paredes de templos e moradias" (Marques, 456). Também diz que existia um pequeno grupo de tapeceiros mouros na Lisboa quatrocentista, transmitindo-se a arte de pais para filhos. Admite depois a possibilidade de a técnica moura ou mourisca estar na origem dos tapetes de Arraiolos. Quase tudo se perdeu, mas o autor destaca, entre o que chegou aos nossos dias, o que considera: "uma obra de génio": as tapeçarias de Pastrana – hoje no museu da igreja paroquial de Pastrana, em Espanha –, em lã e seda, provavelmente produzidas na Flandres sob desenho atribuído a Nuno Gonçalves, pela semelhança do estilo com o dos Painéis de S. Vicente. Estas quatro tapeçarias, que retratam a tomada de Tânger, assim como o cerco, desembarque e assalto a Arzila, foram encomendadas por D. Afonso V, pensa-se que nas oficinas de Passchier Grenier, em

Tournai, na actual Bélgica, para comemorar as conquistas de Arzila e Tânger, em 1471. António Filipe Pimental, director do Museu Nacional de Arte Antiga ao tempo da exposição das tapeçarias em Lisboa, de Junho a Setembro de 2010, data a decisão de D. Afonso V encomendar as tapeçarias após a batalha de Toro [21], de 1476, no que considera: "o último capítulo da sua acção política" e a consequência: "da prossecução errática e ruinosa de ambições ibéricas que haveriam de saldar-se no desastre de Toro" (Pimentel, 2010, 10). Quanto à ourivesaria, desenvolveu-se ao longo de Trezentos e Quatrocentos. Oliveira Marques dá alguns exemplos de ourivesaria dos dois séculos:

> Entre os melhores exemplos da ourivesaria trecentista, mencionem-se as cruzes do tesouro da rainha Santa Isabel, a cruz do Mosteiro de Alcobaça (de 1366), a cruz da Colegiada de Guimarães (1383-86), o retábulo da natividade de Guimarães (posterior a 1385). (…) Para o século XV, relevem-se a custódia de D. João de Ornelas (1404-12), com quase 1m de altura, o cofre da Colegiada de Guimarães (1419), o relicário do deão de Coimbra (1425-50), o relicário oferecido ao convento de Avis pelo Condestável D. Pedro (1456-63), o relicário do marquês de Valença (anterior a 1460), o cofre-relicário de Monção e o cofre oriundo do Convento de S. Domingos de Aveiro (Marques, 1987, 457-458).

No que diz respeito à pintura, Oliveira Marques salienta que, nos séculos XIV e XV, era utilizada essencialmente como arte decorativa e ornamental de edifícios e objectos e, sublinha que começou então a dar os primeiros passos como arte autónoma. O fresco figurativo, em igrejas e edifícios laicos, ter-se-á generalizado durante os séculos XIV e XV. Oliveira Marques dá alguns exemplos. Do século XIV: a capela da Glória, Sé de Braga; a igreja de Santiago de Valadares, Baião, assim como as de Santa Eulália de Pentieiros e de Santa Maria da Oliveira, ambas em Guimarães. O século XV apresenta uma lista mais completa, da qual se salientam: a igreja de Salvador de Bravães, Ponte da Barca; S. Francisco, Porto; S. Mamede, Mogadouro; Santa Maria de Casais, Tomar; Santa Maria de Casével, Santarém; Santa Maria e Nossa Senhora dos Mártires, Alcácer do Sal; Nossa Senhora de Garvão e Santa Luzia de Garvão, Ourique. A pintura sob a forma de arte autónoma, em quadros ou painéis móveis, terá surgido no século XIV, afirmando-se durante os séculos seguintes. O retrato foi uma das primeiras formas. De pequena dimensão e limitando-se à cabeça e parte superior do tronco, primeiro de perfil, como nas

---

[21] O resultado da batalha de Toro, a 1 de Março de 1476, durante a Guerra de Sucessão de Castela, foi inconclusivo. No entanto, ficou claro que Portugal não tinha forças nem apoios para garantir os direitos da sobrinha, D. Joana, a Beltraneja, rainha consorte de Portugal à coroa de Castela, assegurando a união dos dois reinos sob o comando de D. Afonso V. Foi o ensejo para a afirmação de D. Isabel, de Castela e D. Fernando de Aragão, os futuros Reis Católicos.

moedas e medalhas, depois a três quartos ou de frente, passou, segundo Oliveira Marques: "a ser um objecto favorito do intercâmbio diplomático, escorando pedidos de casamento e ofertas de paz e aliança" (Marques, 448). De acordo com a investigação: "há notícia de retratos de reis portugueses desde D. Dinis, embora todos se tenham perdido até D. João I". Já os retratos de D. Duarte, dos infantes D. Pedro e D. Henrique e de D. Afonso V perderam-se. Subsistiram cópias dos retratos de D. Nuno Álvares Pereira (1423-1431), da infanta D. Isabel (1429), pintado por Van Eyck, e da infanta D. Joana, filha de D. Afonso V, (1470-1480). Já o retrato de corpo inteiro do infante D. Fernando, assume natureza mais religiosa, integrado num tríptico (Ver anexo 8).

No domínio da pintura dos séculos XV e XVI, é indispensável falar dos *Primitivos Portugueses*, uma designação criada por Reynaldo dos Santos no âmbito da "Exposição do Mundo Português", de 1940 – seguindo uma designação que também é aplicada, embora em épocas diferentes, a pintores italianos, franceses ou flamengos – e que deu origem a uma outra exposição, em 2010, no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa. Para Reynaldo dos Santos: "os 'primitivos portugueses' representam a pintura nacional dos meados do século XV aos meados do século XVI" (Santos, 1957, 13). Médico, escritor e historiador, dedicou grande atenção às artes, sobretudo as pictóricas, reconhecendo:

> 'A pintura primitiva' doutros países, particularmente da Itália e da Catalunha, alcança um período muito mais remoto que o da pintura portuguesa, de que só temos espécimes a partir do século XV. Por outro lado, a influência do renascimento clássico, baliza da evolução dos 'primitivos' e do seu goticismo, é mais tardia em Portugal do que noutros centros picturais da Europa. Por esta dupla razão, os 'primitivos' começam e acabam mais tarde do que na Itália, nas Flandres e na Espanha levantina (Santos, 13).

A primeira imagem é o *Retrato de D. João I*, de autor desconhecido – na opinião de Reynaldo dos Santos, autor português –, que se estima ter sido pintada c. 1435. A segunda é o retábulo de Pisa, de Álvaro Pirez d'Évora, *Virgem com o Menino e Anjos,* actualmente no convento Santa Croce de Fossabanda, c. 1425-1430, que exibe no degrau do trono a legenda: "ALVARO PIREZ DEVORA PINTOV" (Ver anexo 9). Álvaro Pirez d'Évora, ou Álvaro di Piero di Portogallo, é um dos mais antigos pintores portugueses, cuja presença em Itália, designadamente na Toscana, está documentada entre 1410 e 1434. No entanto, aquela época ficou marcada por Nuno Gonçalves e pelos *Painéis de S. Vicente*, que lhe são atribuídos, sendo de notar que foi pintor da corte de D. Afonso V. Reynaldo

dos Santos refere que, aparte as influências italianas na Espanha levantina, é reconhecida a influência, sobretudo técnica, da pintura flamenga que influenciou a pintura peninsular. Mas sublinha que os mestres que mais representam a nossa pintura são os que se diferenciaram pelo sentimento e pelo carácter: "procurando sempre diferenciar a pintura portuguesa daquela época da pintura flamenga e da espanhola, O então presidente da Academia Nacional de Belas Artes começa por referir: "o desenho e o sentimento da forma são mais correctos e mais clássicos entre nós que em Espanha, mais sintéticos que nas Flandres" e acrescenta: "no retrato, Nuno Gonçalves é pelo menos tão forte como um Holbein ou um Dürer sendo-lhes anterior quase de meio século e possuindo um poder de síntese que nenhum flamengo do seu tempo atingiu" (Santos, 1957, 43). Por outro lado, no que diz respeito à cor salienta:

> Tivemos realmente nos séculos XV e XVI, em Espanha e Portugal, um sentimento diferente da cor. Os nossos pintores amavam a cor como uma jóia, e um dos prazeres mais vivos que se colhe nas tábuas portuguesas dessa época é a beleza dos vermilhões e dos verdes, o brilho de ouro dos ocres, a vibração surda dos azues e as sombras violetas dos brancos, cuja gama, nos frades de Nuno Gonçalves, é incontável de nuances e valores (Santos, 43).

Mais recentemente, durante a exposição retrospectiva de Álvaro Pirez d'Évora no Museu Nacional de Arte Antiga, em 2019-2020, o actual director do museu afirmou que o Retrato de D. João I: "é o primeiro retrato de época conhecido de um monarca português" e acrescenta:

> Tanto quanto a documentação nos permite saber, também [foi] o primeiro rei português a ter pintores ao seu serviço com permanência na corte. Conhece-se, pelo menos, o nome de três deles: António Florentim, um italiano de Florença; Mestre Jácome, um pintor levantino que trabalhava com Mateus Briço, seu ajudante, natural da Sicília, e o português Gonçalo Anes (Caetano, 2019, 114).

Joaquim Oliveira Caetano admite que talvez se deva a algum daqueles artistas a imagem original a partir da qual o retrato foi realizado. Mas também realça que "nenhum destes artistas parece ter uma formação franco-flamenga, a que normalmente se costuma associar esta pintura" (Caetano, 2019, 114). Oliveira Caetano sublinha, de igual modo: "o carácter linear do desenho não deixa de apresentar algumas semelhanças com os frescos da sacristia do Mosteiro da Batalha, pintados antes de 1415 e presumivelmente dados a Mestre Jácome" (Caetano, 114). Já na exposição *Primitivos Portugueses 1450-1550. O Século de Nuno Gonçalves*, que esteve patente no Museu Nacional de Arte Antiga, em 2010, e que comemorava o centenário da apresentação pública dos Painéis de S. Vicente,

atribuídos a Nuno Gonçalves, o comissário da exposição, José Alberto Seabra Carvalho, afirmava: "antes de 1910 a pintura portuguesa do século XV era inexistente nas histórias da arte europeia" (Carvalho, 2010, 14). Pelo meio ficam os reconhecimentos feitos pelo historiador Salomon Reinach, logo em 1910, seguido por Émile Bertaux, da autoria do *Homem do Copo de Vinho* (Ver anexo 10), agora atribuída a Nuno Gonçalves. A obra é pertença do Museu do Louvre chegou a ser considerada como da autoria de um 'primitivo francês'. Esteve presente na exposição de 2010, na mesma sala dos *Painéis de S. Vicente.* Mas também existe o *Retrato de Um Homem de Olhar Divergente*, da colecção dos princípes do Lichtenstein, que é igualmente atribuído por alguns investigadores a Nuno Gonçalves. Completam a lista de 'primitivos portugueses' Vasco Fernandes, Cristóvão de Figueiredo, Gregório Lopes e Frei Carlos, entre outros. Reynaldo dos Santos fez um resumo ao afirmar: "mais de 600 tábuas num século revelam a sua fecundidade", exaltando a 'visão intuitiva' de José de Figueiredo quando disse: "há uma escola portuguesa de pintura" (Santos, 1957, 46).

Outra forma de arte, muitas vezes esquecida, produzida até final da Idade Média são os livros de horas. Produzidos aos milhares a partir do século XIII e até inícios do século XVI, atingiram o apogeu nos séculos XIV e XV, declinando a partir de 1500 com o advento da tipografia e da produção em massa. Eram pessoais e produzidos à mão, não havendo dois iguais. Reflectiam as escolhas e a sensibilidade de quem os encomendava, mas também de quem os produzia. São compostos por textos e imagens e têm por base as horas canónicas ou Horas de Maria – *Matinas* (à meia-noite), *Laudes* (às 3h00 da manhã), *Prima* (às 6h00), *Tércia*, *Sexta* e *Noa* ou *Nona* (horas intermédias, rezadas às 9h00, 12h00 e 15h00), *Vésperas* (celebradas às 18h00, com o declinar do dia e o início da noite) e *Completas* (às 21h00, antes do repouso nocturno).

As imagens que iluminam os textos transmitem informações valiosas sobre locais, ambientes, acontecimentos, hábitos ou tradições daquele tempo. A produção nacional não era suficiente para a procura de então e, por isso, recorria-se a livros produzidos em França e na Flandres. As equipas, geralmente lideradas por um mestre, asseguravam a harmonia entre as diferentes partes constituintes dos livros: texto, miniaturas, iniciais, tarjas e margens. Entre os livros de horas mais conhecidos estão os da Rainha Santa Isabel e do condestável D. Pedro, o *Livro de Horas de D. Duarte*, um manuscrito iluminado em Bruges na primeira metade do século XV (Ver anexo 11) e, já no século XVI, o de D. Manuel, cujas pinturas são atribuídas a António de Holanda. Uma das imagens da Rua

Nova dos Mercadores, que era o centro mercantil da Lisboa do Renascimento [22], antes do terramoto de 1755, chegou até nós através de uma iluminura do *Livro de Horas de D. Manuel* (Ver anexo 12). Outros livros iluminados são também fontes indispensáveis de imagens sobre figuras, locais ou acontecimentos marcantes, como, por exemplo, o *Livre de Chasse*, de Gaston Phébus, conde de Foix, produzido entre 1387 e 1389. Para Portugal tem ainda especial interesse a *Chronique de France et d' Angleterre* de Jean Wavrin. Autor do século XV, compilou um conjunto de crônicas, em seis volumes, sobre a história de Inglaterra desde a fundação. O terceiro volume relata eventos do reinado de Ricardo II, incluindo batalhas com franceses, flamengos e espanhóis e a aliança com Portugal, abrangendo igualmente a batalha de Aljubarrota e o casamento de D. Filipa de Lancastre com D. João I (Ver anexo 13).

2.14 - Torneios, danças e cantares

Como se compreende, nem tudo pertencia à cultura erudita. As distracções na Idade Média dividiam-se entre as da nobreza e as do povo. Os nobres faziam torneios e caçadas ou saraus, onde, segundo Oliveira Marques: "se trovava e dançava" (Marques, 1995, 223). A caça, segundo o autor era, essencialmente, de dois tipos: "montaria, ou caça de perseguição violenta a animais, e cetraria, ou caça através de aves de rapina domesticadas" (Marques, 224) e eram de tal modo bem aceites que ficaram registadas em cantigas de escárnio, assim como nas de amigo. Os animais a caçar, diz-nos, eram corpulentos, como o urso, javali, lobo, gamo, cervo, onagro, etc. Conta mesmo um episódio registado em 1414: "os infantes D. Duarte e D. Henrique caçaram um grande urso junto a Portel, que mandaram ao rei seu pai" e acrescenta: "vinte anos depois já os ursos começavam a rarear no País, extinguindo-se a espécie pelos finais do século" (Marques, 225). Por isso, a montaria tradicional tinha por objectivo o javali. Oliveira Marques situa as principais coutadas: "no Ribatejo, no Alto Alentejo e na Beira", mas também refere medidas de protecção como as de D. Afonso V: "proibiu que se matassem porcos monteses com armadilhas, cepos e bestas, como era costume dos povos em defesa das suas colheitas" (Marques, 225-226). Cita o *Livro da Montaria*, de D. João I, para dizer: "é um tratado completo da caça ao javali, utilizando a lança e matilha de cães".

[22] A Renascença ou Renascimento – não existe consenso acerca da cronologia – começou, sobretudo em Itália, em meados do século XIV. Em Portugal, é assumido que o Renascimento terá como limites os meados do século XV e o final do século XVI.

Quanto à cetraria – arte de caçar com aves de rapina –, afirma: "tinha os seus encantos e talvez tenha merecido as preferências durante parte da Idade Média" (Marques, 226). As aves preferidas eram os falcões e os açores. A lei, sublinha o autor: "proibia o roubo de ovos de açores, gaviões e falcões sob pena de 10 libras por ovo e perda de todos os bens", além disso: "a caça a açores vivos era limitada aos quinze dias anteriores à festa de S. João Baptista (24 de Junho). Gaviões e falcões só podiam ser apanhados 'de três, um' ou seja na terça parte" (Marques, 226). Existiam tratados, traduzidos no tempo de D. Dinis, sobre aquelas aves, doenças e tratamentos recomendados. O autor salienta: "nesses livros descreviam-se com pormenor as aves de caça utilizadas – falcões nebris, falcões bornis, falcões gerifaltes, falcões tagarotes, açores, gaviões e outros – seus costumes, suas doenças, modos de as tratar, comida recomenda, etc." (Marques, 226). Burgueses e vilãos, refere o autor, também eram autorizados a caçar para fornecer os açougues e mercados do reino. Outras situações que impeliam à caça de nobres e plebeus eram as pragas, como a multiplicação do número de lobos ou de águias, fazendo-se batidas aos sábados (Marques, 228).

A arte de cavalgar era de igual modo praticada pela nobreza medieval. Para Oliveira Marques: "montar bem, exercitar-se a cavalo, fazer toda a sorte de manobras do alto da sela constituía por assim dizer obrigação do nobre" (Marques, 228). Assim, deixou-nos D. Duarte o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sela*, como D. João I já se lhe tinha referido no *Livro da Montaria*. Diz-nos o autor que o nobre medieval podia entregar-se a vários exercícios, todos mais ou menos violentos, como as justas e os torneios. E faz a distinção: "a justa travava-se apenas entre duas pessoas, enquanto o torneio assumia foros de contenda múltipla", embora existissem também justas colectivas (Marques, 229). As chamadas canas eram variantes das justas, onde os cavaleiros trocavam as lanças por canas. O autor salienta: "popularíssimo nos finais da Idade Média, mostrava-se espectáculo quase obrigatório nos festejos públicos, ao lado das justas e das touradas" (Marques 231). D. Duarte defendia as virtudes da luta corpo a corpo que era praticada em público, também admitida pelo rei D. João I, mas que parece ter caído em desuso no tempo do Eloquente. Existia ainda o jogo da péla. Sobre o qual, o autor afirma: "não possuímos descrição deste jogo de bola, que deveria ser de arremesso, talvez com o intuito de derrubar qualquer obstáculo ou simplesmente de atingir um ponto distante" (Marques, 232). Curiosamente, ainda existe a Calçada do Jogo da Pela, junto à torre com o mesmo nome, no Largo do Martim Moniz, em Lisboa (Ver apêndice 2).

D. Duarte queixava-se da modificação de costumes que estava a ter lugar no seu tempo, com os jovens nobres a preferirem conversar com senhoras, jogar a péla, ou outros jogos de salão, cantar e dançar, em vez de cavalgar e lutar. Oliveira Marques salienta que essa mesma juventude se preocupava "sobremaneira" com a moda. Mas também refere que D. João I, um quarto de século antes, mostrava maior abertura de espírito: "aplaudia o bailar e o tanger, como louvava a utilidade do jogo da péla" (Marques, 233). Entre os jogos de salão mais conhecidos e apreciados do final da Idade Média estava o xadrez. Descrito no *Livro dos Jogos* de Afonso X, de Castela, do final do século XIII, era caro a D. João I por, como sublinha o autor, representar um hábil treino de batalha, já que, pelo objectivo, pelas regras e pela planificação, se aproximar da estratégia militar. Outros jogos muito em voga, mais entre o povo que entre os nobres, eram os de dados e os de cartas, de origem chinesa, que teriam sido introduzidos na Europa no final da Idade Média. Oliveira Marques refere: "encontramo-los nas tavolagens, esses antepassados dos 'casinos' ou dos 'cabarés' de hoje, onde se bebia, se jogava a dinheiro e se encontravam mulheres de má vida" (Marques, 233). Estas tavolagens eram proibidas de tempos a tempos, sendo a primeira lei repressiva datada do reinado de D. Afonso IV. D. Fernando e D. João I renovaram a interdição dos jogos a dinheiro e o regente D. Pedro incluiu essas leis nas *Ordenações Afonsinas*, mas, segundo Oliveira Marques, as tavolagens renasciam sempre, se é que alguma vez deixavam de existir. Segundo o autor: "o jogo dos dados era o mais antigo, o mais popular e o mais perseguido pelas autoridades. Praticavam-no nobres, plebeus e até soldadeiras" (Marques, 234). Havia quem jogasse tudo o que tinha e o que esperava vir a ter, fosse aos dados ou às cartas, de que existiam diversos jogos.

Dos séculos XII ao século XIV, quando a diversão dos nobres tinha lugar em palácios ou solares, os trovadores e os jograis desempenharam papel de relevo. O trovador era um nobre que compunha um poema e, às vezes, a música que o acompanhava, que os jograis e soldadeiras tocavam e cantavam. Mas, como diz Oliveira Marques, havia diferenças entre os jograis que tocavam instrumentos. Os segréis eram os de maior categoria que se apresentavam nas cortes. Os remedores eram os que preferiam fazer imitações. Os carruços, menos cotados, dirigiam-se exclusivamente à populaça, com programas 'rudes' e 'ingénuos'. As soldadeiras eram bailarinas e tangedoras, semiprostitutas. Existiam ainda os mimos, actores ambulantes, especialistas em farsas e outras composições pré-teatrais que se exibiam perante a corte ou os nobres e lhes faziam ouvir os 'arremedilhos', antepassados das peças teatrais. No século XIV: "surgiram os goliardos, clérigos

vagabundos ou escolares transviados, que estavam a meio caminho entre os jograis e os trovadores" (Marques, 236). "As trovas cantavam essencialmente o amor, sob as mais variadas formas. Já as cantigas de escárnio e maldizer, satirizavam acontecimentos, costumes e pessoas" (Marques, 236-237), eram por vezes obscenas e podem considerar--se antepassadas longínquas do actual Teatro de Revista.

A informação é escassa, mas o autor assume a impressão que os saraus da corte e da nobreza, do final do século XIV e no século XV, preferiam a dança, o canto e a conversação, à trova e à comédia. Em seu entender: "trovadores seriam sempre aplaudidos e apreciados. Mas a própria composição poética se libertara do estribilho e do ritmo musical obrigatórios para se converter em sucessão de palavras cadenciadas". Por outro lado: "dançar tornara-se uma actividade obrigatória para o cortesão do século XV" (Marques, 237). Pouco se sabe sobre as danças de salão em Portugal, mas muitos textos se lhes referem em festas públicas e particulares. Oliveira Marques salienta que eram frequentes os espectáculos de danças populares ante assistências palacianas. Para isso, eram contratados vilãos que cantavam e bailavam modinhas tradicionais diante do rei, de grandes senhores ou de convidados ilustres. Já, segundo o autor, a realidade nos salões era diferente:

> As danças requintadas do século XV não iriam além de alguns passos lentos, ao som de suaves instrumentos de corda, que o cavalheiro e a dama, ou o cavalheiro com duas damas, faziam frente a frente, segurando-se por uma mão, com cópia de mesuras e de cumprimentos. Ao lado delas havia danças mais populares, tipo 'rodas', que não estavam ausentes dos saraus palacianos. Seria aí que se cantava, ou pelo menos se entoavam alguns estribilhos, com música mais alegre e rápida, onde intervinham trompas, bombos e outros instrumentos de sopro e de percussão. Às vezes eram os próprios dançarinos quem acompanhava o ritmo, batendo palmas (Marques, 238).

Numa coisa nobreza e povo estavam de acordo, todos os festejos tinham música e dança. Nos festejos populares, bailava-se em roda, cantava-se, batia-se com as mãos e com os pés. Segundo o historiador, havia danças só para mulheres e havia danças em que tomavam parte os dois sexos. "Cantando e bailando se animavam as feiras e as romarias e se interrompiam os trabalhos campestres" (Marques, 238). Entre os instrumentos de cordas utilizados, os mais frequentes eram: a viola, a cítola, o alaúde, a harpa, o saltério, a rota, a sinfonia, o arrabil, a giga, a baldosa, a bandurra e o manicórdio. Já entre os de sopro, as preferências iam para: a longa, trompa, charamela, exabeba, anafil, albogue, flauta, odrezinho, pipia e gaita. Quanto aos instrumentos de percussão, os mais usuais

eram: o tambor, o pandeiro, o adufe, o atabaque e as castanholas. Existia ainda o órgão, que podia ser portátil ou carregado sobre um animal, requerendo aprendizagem para ser tocado. A tradição musical, que vinha do tempo de visigodos e de árabes, sendo também influenciada pelas cantigas trovadorescas dos séculos XII e XIII, permaneceu no domínio da tradição oral, como refere Manuel Pedro Ferreira em *Antologia da Música em Portugal da Idade Média ao Renascimento*. O autor descreve: "a escrita da música foi durante muito tempo apanágio de uma pequena parte do clero, que dela se servia apenas para fixar o repertório religioso mais valorizado e de mais difícil aprendizagem" (Ferreira, 2008, 23), razão pela qual a música profana não deixou vestígios documentais directos. Foi o que aconteceu com as canções de gesta, que se sabe terem sido poemas narrativos épicos, de grande extensão e cantados sobre uma fórmula melódica repetida. O catedrático de ciências musicais da Universidade Nova de Lisboa, admite: "em Portugal, poderá ter havido uma gesta relativa a episódios da vida de D. Afonso Henriques" (Ferreira, 23).

Existem indícios, segundo Manuel Pedro Ferreira, que a formação musical dos clérigos, entre os séculos XIII e XVI, em muitos casos, deixava muito a desejar em termos práticos. A teoria musical, essa, era cultivada na universidade, onde a cátedra de música foi criada por D. Dinis em 1323. O investigador sublinha, porém, que a quase absoluta inexistência de manuscritos conservados contendo tratados musicais antes de 1500, parece ser: "indicativa de generalizada anemia teórica e deixa adivinhar o grande peso da oralidade no ensino" (Ferreira, 55-56). A formação teórica seria feita com base na obra *De Institutione Musica*, de Boécio – filósofo e teólogo romano que influenciou a filosofia cristã medieval, sendo um dos teóricos da escolástica. Para o catedrático de ciências musicais: "o panorama histórico era certamente mais rico do que os documentos sobreviventes sugerem, pelo menos nos círculos próximos da realeza" (Ferreira, 56). Do seu ponto de vista, o elo seguinte da cadeia musical, surgido no último terço do século XIV, foi o compositor profissional que, além de técnico de música polifónica, era fluente em latim e conhecedor do tratado de música de Boécio, assim como do repertório eclesiástico. Em seu entender: "a primeira figura local conhecida do tipo acima esboçado é um clérigo, Álvaro Afonso, cantor do infante D. Pedro – ele próprio poeta – e depois mestre de capela de D. Afonso V" (Ferreira, 56). Ainda assim, nenhuma das suas composições musicais chegou aos nossos dias, embora alguma da sua poesia cortês tenha sido conservada no *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. E conclui:

> Na segunda metade do século XV, o novo gosto, sustentado tanto por uma educação aristocrática que tinha incorporado o ideal do *musicus*, como pelo crescimento do número de cantores especializados em música mensural, permitiu a emergência de repertórios profanos musicalmente elaborados, acessíveis a não profissionais (Ferreira, 56).

As artes visuais, como a literatura e até a música, experimentaram um grande impulso a partir de D. João I. A influência inglesa começou, desde logo, a fazer-se sentir ao nível da corte, sobretudo dos infantes e o fortalecimento económico foi determinante no seu desenvolvimento. Após um período de relativo apagamento e de consolidação interna, Portugal começara, lentamente, a entrar na alta roda do comércio europeu, muito à custa das ligações a Inglaterra que, com a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), criou um bloco de oposição a França e, por extensão, à aliada Castela. D. Fernando herdou uma fortuna do pai, D. Pedro I, mas desbaratou-a em conflitos estéreis. Foram três as guerras com Castela e três foram as derrotas e os tratados firmados. D. João I, meio-irmão de D. Fernando, herdou um reino em convulsão, com a nobreza mais inclinada para o rei de Castela. Foi essencialmente a burguesia, que começava a ganhar espaço na sociedade de então, quem o apoiou na defesa do trono. Ainda assim, os dois anos do chamado Interregno – 1383-1385 – deixaram marcas, sobretudo para os mais pobres que passaram várias épocas de fome, associadas a novos surtos de peste. A excessiva dependência dos cereais, indispensáveis à fabricação do pão que, com o vinho, constituíam a principal base da alimentação, está na base das ondas de fome. Porquê? Porque eram as primeiras vítimas das escaramuças e guerras e ainda não era conhecida a batata [23]. Depois da Peste Negra e das guerras, a população rondava o milhão de habitantes, o que era manifestamente escasso para os projectos de expansão em África que, depois da conquista de Ceuta, em 1415, a grande nobreza alimentava. A tentativa de tomada de Tânger, já no reinado de D. Duarte, foi um desastre pré-anunciado e denunciado por alguns, como o infante D. Pedro, o irmão D. João e o meio-irmão D. Afonso, conde de Barcelos. As despesas com estas aventuras obrigaram a sucessivas e enormes desvalorizações da moeda que tornavam o reino economicamente vulnerável à inflação galopante, embora esse não fosse um exclusivo nacional.

---

[23] A primeira referência às batatas é feita por António Galvão no *Tratado dos Descobrimentos*, escrito cerca de 1550. Descreveu António Galvão que, nas faldas dos Andes, se cultivavam: "muito bom maiz, e batatas" (Galvão, 1731, 90). Supõe-se que terão sido os castelhanos a trazer batatas e milho para se alimentarem nas viagens de regresso da América do Sul. Contudo, a aceitação da batata pelos europeus foi demorada.

Foi ainda na crescente dicotomia entre as cidades e o campo que passou a residir um dos principais factores de mudança do reino. É com D. Duarte e o infante D. Pedro à frente dos destinos do reino que a legislação passou a ser coligida. Surgiram, por isso, as *Ordenações de D. Duarte* que, de imediato, determinou uma mais vasta consolidação legislativa. O trabalho viria a ser terminado durante a regência do infante D. Pedro que o mandou rever e publicar, em cinco volumes, com o título: *Ordenações Afonsinas.* Apesar de não representarem uma uniformização do direito, são, pelo menos, uma compilação das disposições existentes, concretizando a sua aplicabilidade. Entre outros temas, passaram a regular as relações de judeus e mouros com a sociedade portuguesa. Os judeus, que estavam instalados no mercado financeiro, eram, além disso, médicos, matemáticos, e astrónomos, assim como oficiais de alfândega, contabilistas e cobradores de impostos, o que lhes granjeava grande impopularidade. Sujeitos a perseguições e morte noutros reinos, foram protegidos por D. João I durante a maior parte do reinado. Mas, a partir das cortes de Évora de 1429, passaram a ter de exibir estrelas vermelhas de seis pontas para poderem circular. Essas e outras proibições foram plasmadas nas *Ordenações Afonsinas*, designadamente a proibição de contratarem cristãos. Já os mouros, tiveram influência nos domínios urbano e suburbano, assim como nas actividades piscatórias, sobretudo a sul do Tejo. São ainda de assinalar as actividades de ordens religiosas, como a de Cister, no domínio cultural, e de Cristo, nos descobrimentos. Curiosamente, existia uma condessa que financiava nobres, príncipes e reis e que até financiou operações militares em África no tempo de D. Afonso V. D. Guiomar de Castro é um exemplo de prestamista que chegou até nós por ter beneficiado de protecção real.

A Baixa Idade Média foi um tempo de grande transformação e mudança em toda a Europa, quer a nível económico, comercial e tecnológico, quer a nível social e até político. D. João I e D. Filipa de Lencastre lançaram as bases de um reino estável e virado para o futuro. Os seus filhos e netos foram o instrumento da transformação que deu origem ao Portugal da expansão marítima e da descoberta de novos mundos, com eles vieram o comércio com zonas longínquas e também a riqueza. A influência da rainha inglesa de Portugal foi enorme, sobre o marido, que não tomava as grandes decisões sem o seu aval, como foi o caso da tomada de Ceuta, os filhos, que lhe obedeciam cegamente, e a racionalização administrativa das aldeias e vilas que estavam sob sua jurisdição, introduzindo uma abordagem metódica nos assuntos oficiais. Além disso, manteve uma ligação regular, através de cartas, com a família em Inglaterra, o que fez dela uma

verdadeira embaixadora e conciliadora dos interesses dos dois reinos. Não menos importante, foi a paixão pelas letras e pelas artes, o que acabou por influenciar os filhos, em particular D. Duarte e o infante D. Pedro. Ambos deixaram obra escrita e o infante D. Pedro é mesmo responsabilizado por uma hipotética escola de tradução. Cabe à sua geração a responsabilidade pela fixação de uma língua amadurecida durante séculos, particularmente durante o reinado de D. Dinis. Não descuraram a música, assim como as artes escultóricas e, também, as pictóricas.

Após a morte de D. Duarte, o infante D. Pedro assumiu a regência do reino e a educação de D. Afonso V, que procurou dotar com as bases para que fosse um rei culto e informado. Durante o período da regência viu despontar uma série de inovações, essencialmente técnicas, entre as quais a caravela de descobrimento e a utilização da numeração árabe, iniciada com D. Duarte, mas também inovações comerciais e financeiras, essenciais à prática do comércio internacional. Tentou desenvolver a universidade e levá-la também para Coimbra. Não é possível aplicar a esta época o conceito *structure of feeling* descrito por Raymond Williams, como resultado vivo de todos os elementos da organização geral e como a cultura de um determinado período e, por conseguinte, não conseguimos saber, exactamente, como viviam, pensavam, sentiam e se relacionavam as pessoas dos séculos XIV e XV em Portugal. O retrato traçado até aqui é resultante da memória histórica, à luz das interpretações mais recentes que têm vindo a ser construídas, transformando parte deste quadro social, político e económico em memória cultural. Ficamos, por isso, apenas com uma ideia da realidade daquele tempo, mas que nos ajuda a situar o infante D. Pedro, pais, irmãos e outros familiares, bem como os mais significativos membros da corte, permitindo interpretar as razões que terão levado à *damnatio memoriae* que lhe foi imposta e que, por razões que só podemos conjecturar, chegou até aos nossos dias.

Uma viagem de cem léguas
começa por um passo.

(Lao Zi ou Lao Tsé, *Tao Te Ching*, c. sec. VI a.C.)

3 – Viagens medievais

A Rota da Seda é um dos mais antigos exemplos de viagens efectuadas com o intuito de comerciar. Já existia desde a Antiguidade e estendia-se da China, Coreia e Japão até ao Médio Oriente e Europa, numa extensão de quase 6.500 quilómetros. Na verdade, não se pode falar de uma rota, mas de várias rotas que, em caravanas terrestres e por barco, levavam os produtos orientais e as especiarias até ao Ocidente consumidor, que tinha como principais entrepostos cidades italianas, nomeadamente Génova e Veneza. Este comércio fez prosperar os pontos de descanso das caravanas terrestres que tinham de atravessar obstáculos importantes, como o deserto gelado de Gobi ou as altíssimas montanhas Pamir, e ficaram conhecidos como "caravançarai", ou palácios das caravanas. Também algumas cidades dessa rota se desenvolveram ao longo dos tempos e ficaram famosas: Xian, na China central, onde tudo começava, Samarcanda, a chamada pérola do Uzbequistão, Damasco, capital da Síria, habitada continuamente desde há mais de 5.000 anos, Izmir, cidade costeira da Anatólia, hoje a terceira cidade da Turquia, e Constantinopla, actual Istambul, que foi a capital do Império Romano do Oriente. Além de uma via de trocas comerciais e culturais, foi pela Rota da Seda que se iniciou a disseminação da Peste Negra, que, em meados do século XIV, matou um terço da humanidade. De igual modo, África era atravessada desde tempos imemoriais por caravanas, primeiro transportadas por cavalos e burros, depois por cáfilas de camelos que cruzavam o deserto do Saara. As rotas dessas caravanas, oriundas da África subsaariana, designadamente do Mali, a partir das cidades de Djenné ou Tombuctu, ou do Gana, traziam ouro em pó, cereais e outros produtos, para os portos do Norte de África, designadamente para Ceuta. Também das costas do oceano Índico chegavam pratas, pérolas e tecidos. Com a conquista de Ceuta pelos portugueses, em 1415, esse comércio foi desviado para outros portos do Norte de África, mas acabou por perder intensidade. Pode, por isso, dizer-se que, na Antiguidade e nos primórdios da Idade Média, muitos viajantes se deslocavam por razões económicas ou de comércio.

Shayne Aaron Legassie, em *The Medieval Invention of Travel*, afirma que, durante a Idade Média: "travel was nasty, brutish, and long" (Legassie, 2017, 1). Ainda assim, à medida que o tempo passava, mais e mais pessoas passavam a viajar. Quando hoje procuramos investigar essas viagens e esses tempos, recorremos cada vez mais, segundo Sybille Baumbach, Beatrice Michaelis & Ansgar Nünning, à investigação inter ou transdiciplinar, onde a existência de uma linguagem comum é indispensável para a discussão e o

intercâmbio entre disciplinas. Linguagem essa cujas bases para uma zona de contacto transdisciplinar foram lançadas, pelo menos parcialmente, por conceitos como: "'performance', 'narration', 'space', 'media', 'communication', 'identity', 'body', 'intertextuality', and 'knowledge'" (Baumbach, Michaelis & Nunning, 2012, 2). O guia para a análise da interdisciplinaridade cultural nas humanidades surgiu pela mão de Mieke Bal, quando publicou a obra *Travelling Concepts in the Humanities*, e cunhou a ideia dos conceitos viajantes (Bal, 2002). Mas Edward Wadie Said já adoptara, em 1983, a sua "Travelling Theory". Para aquele que é o símbolo dos estudos pós-coloniais:

> Like people and schools of criticism, ideas and theories travel – from person to person, from situation to situation, from one period to another. Cultural and intellectual life are usually nourished and often sustained by this circulation of ideas, and whether it takes the form of acknowledged or unconscious influence, creative borrowing, or wholesale appropriation, the movement of ideas and theories from one place to another is both a fact of life and a usefully enabling condition of intellectual activity (Said, 1983, 226).

A era em que vivemos é de investigação interdisciplinar e cada vez mais transnacional, em que os conceitos, as metáforas e as narrativas estão "on the move". Viajam através de diferentes contextos culturais e ganham acesso a novos campos de investigação, promovendo uma contínua renegociação e readaptação. Essa investigação: "'travelling' back and forth between disciplines, historical periods, and (national) cultures of knowledge and research, answering the demands of the time, and adhering to paradigms dominant in a specific field of research", fazem com que a sua 'bagagem' cultural seja dinâmica: "continuously checked and contested and might be expanded or modified as new meanings are added or old ones lost" (Baumbach, Michaelis & Nunning, 2012, 2-3). Shirin A. Khanmohamadi tem-se dedicado a estudar as viagens medievais e os contactos culturais entre o mundo medieval europeu e islâmico. Em seu entender, muitos dos textos então escritos são documentos únicos da experiência transcultural dos viajantes e do drama afectivo, intelectual e estético do encontro. A professora de literatura comparada da Universidade do Estado de S. Francisco questiona-se: "how did these texts construct 'home' and the 'foreign', 'self' and 'other'?" e o que as narrativas revelam sobre as histórias do "outro", bem como sobre as pré-histórias do orientalismo e do olhar etnográfico (Khanmohamadi, 2019, 1-2).

As viagens na Idade Média variaram, pois, em sujeitos viajantes, propósitos, duração etc. Deixaram de ter como principal objectivo as conquistas armadas, a evangelização ou as

peregrinações religiosas, geralmente à Terra Santa, bem como outros propósitos espirituais. Começaram a surgir viagens por motivos comerciais, políticos e diplomáticos ou até de entretenimento. Todos podiam viajar, para comerciar, para partir à aventura, para fugir à monotonia, para explorar o mundo, para procurar uma vida melhor, como embaixadores de reis e príncipes, ou por razões religiosas. As viagens eram maiores ou mais pequenas, consoante as necessidades: do campo para a cidade ou através dos reinos de então, podendo estender-se a todo um continente ou atravessar vários e cruzar oceanos, sendo que todas tinham de ser preparadas e só os mais abastados conseguiam ir mais longe. Assim, os viajantes mais comuns eram: peregrinos, religiosos, soldados, mercadores, missionários, diplomatas, exilados, comediantes e exploradores. Entre os nobres, viajava-se por ideais de cavalaria, para participar em justas ou torneios, assim como pela necessidade de correr mundo. Viajar não era, no entanto, uma actividade desprovida de riscos. Por isso, Legassie sublinha: "it was for this reason that pilgrims and crusaders settled outstanding debts, appointed powers of attorney, and wrote wills before departing for the Holy Land" (Legassie, 2017, 4).

Legassie fala abundantemente da viagem do jurista tangerino Abu Abdullah Muhammad, mais conhecido como Ibn Battuta que, em 1324, partiu de Marrocos para uma viagem que duraria quase três décadas. Viajou por África, Ásia e Europa, atravessou o Sahara, conheceu Istambul e o Ceilão e chegou à Pérsia, China, Iraque e ao sul da Rússia. Estima-se que tenha percorrido 75 mil milhas (120 mil quilómetros), ou seja o equivalente a três voltas à Terra. Ibn Battuta ditou um relato de viagem que foi traduzido do árabe e editado por Charles Defrémery e Beniamino Raffaello Sanguinetti, em quatro volumes publicados em Paris entre 1853 e 1859. "Peu de nations ont poussé aussi loin que la race arabe le goût des courses, des voyages lointains", afirmam na introdução ao primeiro volume (Defrémery et Sanguinetti, 1853, ii). Paulo Lopes, no artigo "Os Livros de Viagens Medievais", refere, além de *Presente Sobre as Curiosidades das Cidades e as Maravilhas das Viagens*, de Muhammad Ibn Battuta, algumas obras de viajantes árabes: *Relação de Viagem*, de Abu Hâmid al-Gharnati; *As Relações das Peripécias que Sobrevêm Durante as Viagens*, de Ibn Jubayr; Viagem no País dos Búlgaros do Volga, de Ahmad Ibn Fadlân (Lopes, 2006, 16). Contemporâneo de Ibn Battuta, João de Mandeville (seja esse ou não o seu nome) publicou um livro de viagens onde descreve, em pormenor, uma peregrinação a Jerusalém e a outros lugares santos, passando antes pela deslumbrante Constantinopla. O segundo livro descreve a viagem para o Oriente, com passagens que lembram o

Itinerarium, de Odorico de Pordenone, um religioso contemporâneo que escreveu sobre as "maravilhas" que encontrou, embora fosse muito sóbrio nas descrições e sem fantasias. Mas uma das partes mais impressionantes do livro de Mandeville é quando, depois de apontar a história de um inglês abastado que viajara para a Índia e após muito caminhar chegara a uma terra onde se falava a sua língua, e de se referir à esfericidade da Terra, afirma:

> And albeit that it be possible thing that men may so environ all the world, natheles, of a thousand persons, one might happen to return into his country. For, for the greatness of the earth and of the sea, men may go by a thousand and a thousand other ways, that no man could ready him perfectly toward the parts that he came from, but if it were by adventure and hap, or by the grace of God. For the earth is full large and full great, and holds in roundness and about environ, by above and by beneath, 20.425 miles, after the opinion of old wise astronomers; and their sayings I reprove nought. But, after my little wit, it seemeth me, saving their reverence, that it is more (Mandeville, 1900, 123-124).

Mandeville estava no caminho certo quanto à dimensão, já que o perímetro da Terra hoje reconhecido é de 24.900 milhas (40.075 quilómetros). O relato das suas viagens teve grande influência e foi de leitura obrigatória em várias cortes europeias pressupõe-se que também, naturalmente, na portuguesa. Descreveu inúmeros pormenores dos símbolos gráficos e das línguas das terras que atravessou e das gentes que conheceu. Caracterizou acidentes geográficos e vias marítimas. Narrou costumes e recursos, mas também retratou animais, plantas e até minerais. Descreveu cidades na China e os comportamentos na corte do Grande Kahn, o imperador mongol da China. Referiu-se à Tartária e à Pérsia e pormenorizou detalhes de navegação astronómica. Falou do Preste João, cristão como a maior parte do seu reino, e relatou: "toward the east part of Prester John's land is an isle good and great, that men clepe Taprobane, that is full noble and full fructuous. And the king thereof is full rich, and is under the obeissance of Prester John", acrescentando: "beside that isle, toward the east, be two other isles. And men clepe that one Orille, and that other Argyte, of the which all the land is mine of gold and silver" (Mandeville, 198). No fundo abriu o apetite para os que quisessem viajar até àquelas paragens e aguçou o engenho de outros, como Camões que abriu *Os Lusíadas* a falar da Taprobana.

Além desta obra, há que referir também o *Livro de Marco Polo*, ou Marco Paulo como foi designado entre nós, anterior ao de Mandeville em termos cronológicos (foi escrito nos finais do século XIII), mas que só chegou a Portugal no tempo do infante D. Pedro, vindo de Veneza, com a descrição dos anos que passou na corte do imperador Kublai

Khan, do Preste João e do percurso pela Rota da Seda. Francisco Maria Esteves Pereira, na reimpressão da obra, em 1922, salienta que esta diz respeito aos países do Oriente que não eram conhecidos no fim do século XIII. Para Esteves Pereira, o livro refere-se às gentes que habitavam esses países e aos seus usos, costumes e religiões. Sublinha, porém, as referências a: "animais e plantas, que ali se creavam; e aos produtos naturais, sobretudo especiarias e drogas, metais e pedras preciosas" (Pereira, 1922, xxxvii). No entendimento de Esteves Pereira, o livro terá incitado alguns viajantes e mercadores a visitar aqueles países e especula: "uns levados do desejo de ver gentes novas e não conhecidas, outros pela cubiça de alcançar grandes riquezas pelo comércio das especiarias e pedras preciosas". Mas também salienta: "algumas noções de cosmografia e de navegação marítima, contidas no livro, em razão da sua grande importância para a historia das sciencias" (Pereira, xxxvii). Especifica ainda que Marco Polo dá conta da existência no mar da Índia de 12.700 ilhas, entre habitadas e desabitadas. Em complemento, Esteves Pereira salienta: "no fim do século XIII os marinheiros da Índia possuíam *periplos*, *portulanos*, ou *roteiros*, nos quais eram descritas as costas dos continentes e das ilhas" (Pereira, xxxvii-xxxviii). O livro, foi editado em 1502 por Valentim Fernandes, a partir da versão latina de frei Francisco Pipino e, na versão portuguesa, é acompanhado pelo *Liuro de Nicolao Veneto*, sobre a vida e costumes das gentes da Índia e outras regiões orientais, e da *Carta que Jeronymo de Santo Esteuam escreveo de Tripoli a Joham Jacome Mayer em Baruti*, e que relata a viagem que Jerónimo de Santo Estevam fez às regiões das Índias orientais.

3.1 – Viagens reais e imaginárias à Terra Santa

Em Portugal, existem alguns registos de viagens reais à Terra Santa. D. Afonso, filho natural de D. João I, conde de Barcelos e futuro duque de Bragança, terá empreendido uma viagem à Terra Santa já depois do casamento com D. Beatriz, filha de D. Nuno Álvares Pereira. Sabe-se que D. Afonso viajou para Inglaterra, em 1405, com a missão de acompanhar a irmã, D. Brites, no matrimónio com o conde de Arundel. A viagem posterior, de peregrinação à Terra Santa, é, de algum modo, contestada por alguns especialistas. No entanto, existem documentos que comprovam a presença do futuro duque de Bragança em Inglaterra, em Novembro de 1405, atestada por António Caetano de Sousa (Sousa, 1736, 28-66). Depois terá seguido para Bruges, onde estava em 1406. Beneficiou em seguida de um salvo-conduto passado pelo imperador Ruperto, do Sacro Império Romano-Germânico, para que atravessasse os seus domínios a caminho de

Jerusalém. Existe ainda um salvo-conduto, passado pelo Papa Benedicto XIII (o anti-Papa Pedro de Luna), para D. Afonso, conde de Barcelos, poder passar para a Terra Santa, datado de 1408. Do mesmo ano é um outro salvo-conduto de D. João II, de Castela, autorizando o conde de Barcelos a passar pelos seus reinos a caminho de Jerusalém (Sousa, 1744, 456-460). Estes salvo-condutos foram publicados por António Caetano de Sousa nas *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza,* assim como a carta de legitimação de D. Afonso pelo pai D. João I, em 1401 (Sousa, 1744, 443-445). Registos italianos dão conta da passagem de D. Afonso por Veneza e Treviso e de uma deslocação de galé a Jaffa (hoje parte integrante de Telavive), a escassos 60 quilómetros de Jerusalém. Também João Afonso Esteves de Azambuja, bispo de Silves, do Porto e de Coimbra e arcebispo de Lisboa buscou o mesmo destino. Este religioso foi enviado por D. João I em embaixadas a Castela e ao Concílio de Pisa, de 1409, onde se aprofundou o chamado Cisma do Ocidente com a eleição de um terceiro Papa, o que o desgostou e levou a fazer uma peregrinação aos lugares santos de Jerusalém. Mais tarde, D. Afonso, conde de Ourém (filho de D. Afonso, conde de Barcelos), depois da missão ao concílio de Basileia, viajou por terras da actual Itália e visitou a Terra Santa entre 1436 e 1438.

Em nenhum dos casos ficaram registos escritos desses périplos. Só as viagens imaginárias do infante D. Pedro foram, após a sua morte, compostas em livro por Gómez de Santisteban, que disse ser um dos doze companheiros do infante que com ele saíram de Portugal. O livro tem pouco a ver com a realidade e a confusão do autor levou-o até a chamar a D. Pedro, conde de Barcelos. Francis M. Rogers situa a primeira publicação cerca de 1515 (Rogers, 1961, 215), em Sevilha, o *Libro del Infante don Pedro de Portugal. El qual anduvo las quatro partidas del mundo* – mais tarde, as 'partidas' transformaram-se em sete –, teve mais de cem edições – 113 genuínas segundo Rogers, mais de metade das quais castelhanas e as restantes portuguesas (Rogers, 1962, i-ii). Já Francisco Leite de Faria, em 1964, identificou: "151 edições, 72 espanholas e 79 portuguesas" e mesmo assim comenta que não engloba todas as tiragens publicadas. Por isso, conclui que poucos livros na península Ibérica tiveram maior número de edições: "na Espanha supomos não haver outro que se refira a Portugal e tenha tido tantas". E exemplifica: "*O Príncipe Constante,* de Calderón de la Barca, baseado no desastre de Tânger e na tragédia vivida pelo infante D. Fernando, também teve muitas edições, foram largas dezenas, mas estão ainda longe, confessa, do número atingido pelo *Livro do Infante Dom Pedro*" (Faria, 1964, 481-482).

Ana Maria S. A. Rodrigues, da Universidade de Lisboa, afirma, em "O Infante Dom Pedro e as suas Viagens Reais e Imaginárias", tal como Elena Sánchez Lasmarías, da Universidade de Saragoça, em "Edición del Libro del infante don Pedro de Portugal, de Gómez de Santisteban", que um investigador norte-americano, Harvey L. Sharrer – o mesmo que, em 1990, descobriu, na Torre do Tombo, um fragmento de pergaminho medieval que contém partes de cantigas de amor de D. Dinis, com poesias galaico-portuguesas e notação musical –, divulgara no *Journal of Hispanic Philology*, vol 1, 1976-1977, a existência da transcrição de uma passagem do *Libro del Infante Don Pedro* contendo a carta enviada ao rei de Castela pelo Preste João. Essa transcrição, dizem, fazia parte da obra *Las bienandanzas y fortunas*, de Lope García de Salazar, produzida entre 1471 e 1476 (Lasmarías, 2008, 2). Assim, de acordo com Ana Maria Rodrigues, o autor propôs que se antecipasse a datação do *Libro del Infante Don Pedro*, "encarando-o como uma obra medieval integrável nas narrativas de viagens associadas à lenda do Preste João e ao episódio indiano do ciclo de Alexandre Magno" (Rodrigues, 2018, 13). A passagem indicada de *Las bienandanzas é fortunas* – obra, em 25 livros, fixada por Vicente de la Fuente em 1884 –, refere: "las dos Indias mayores e menores de la señoría del Preste Juan de las Indias, la qual fabla en esta istoria en la carta que él enbió al rey don Juan Segundo de Castilla con don Pedro de Portugal", dizendo depois que o infante: "andobo mirando mucho en estas partidas, en que fabla de otros muchos poderosos prínçipes e grandes çibudades del Grand Cataxo, que es contrario del Grand Taborlán" (Fuente, 2017, 25). Vicente de la Fuente, na introdução a *Las bienandanzas é fortunas*, afirma: "D. Lope García de Salazar dice que escribió estos xxv libros el año de 1492, estando preso en su casa de San Martín" (Fuente, 2017, 4), isto apesar de alguns autores a situarem mais cedo. Desta forma, o *Libro del Infante Don Pedro* já deveria, efectivamente, andar a circular antes do final do século XV.

A viagem narrada no *Libro del Infante Don Pedro* começa em Barcelos, sede do condado de D. Afonso, meio-irmão do duque de Coimbra, e segue para Valladolid – antiga capital de Castela –, onde D. Pedro foi recebido pelo "tio" D. João II (Santisteban, 4-5). Ao chegarem a Veneza, relata, venderam as montadas e prosseguiram viagem numa "nau" até Chipre. Daí seguiram para a cidade de "Mandua", onde cumprimentaram o "gran turco". Seguiu-se uma jornada de três dias em dromedário – cada dromedário transporta quatro companheiros e as respectivas vitualhas – até à província de "Nuruega" (Santisteban, 5-10). Daí passaram a Babilónia, conheceram o "gran babilon", que lhes

ofereceu quatro mil peças de ouro, e continuaram para Jerusalém, onde visitaram o Santo Sepulcro e todos os lugares santos, incluindo o templo de Salomão, onde Satisteban diz que não os deixaram entrar. Dirigiram-se em seguida à Galileia, vale de Hebrom, horto de Jericó, monte Tabor, serra de Arnabo e ao deserto da Judeia, onde Jesus se recolheu durante 40 dias (Santisteban, 10-16). Seguiram depois para a serra de Arménia, onde o autor diz que está a arca de Noé e que, sendo a terra de maná, leite e mel, tem também animais, grandes e pequenos, de muitas espécies, como camafeus, bestas ferozes, elefantes, camelos e dromedários, unicórnios e outros, tendo em seguida homenageado o rei da Arménia, dizendo sempre que eram vassalos do rei de Leão, de Espanha (Santisteban, 18-20).

Prosseguiram de novo para a Babilónia, a partir de onde atravessaram o Egipto. Foram presos, durante 40 dias, na cidade de Perona, porque o rei queria saber se havia no grupo rei, príncipe ou senhor poderoso e só os libertou mediante o pagamento de 26 peças de ouro por cabeça (Santisteban, 1962, 21-22). Viajaram para a Capadócia e o deserto de Nínive e conheceram o poderoso Tamurbeque. Foram em seguida à cidade de Tarsa, que dista catorze léguas de Sodoma & Gomorra (Santisteban, 24-28). Passaram depois pelo reino de Sabá, onde pagaram, novamente por cabeça, mais 26 peças de ouro pelo salvo-conduto (Santisteban, 30) e chegaram ao monte Sinai, de onde partiram para a terra do "gran Roboan moro" em Meca, onde está o corpo do profeta Maomé. Foram presos uma vez mais e perguntaram-lhes se, entre eles, ia algum parente ou vassalo do rei de Leão, de Espanha, o qual importunava o rei de Granada. Como não obtivessem resposta, prenderam-nos, separadamente, durante dez semanas, findas as quais pagaram, cada um, mais 26 peças de ouro e seguiram adiante para o país dos "pineos" que "son la gente mas cruel de todo el (universo) mundo" (Santisteban, 35-36). Daí seguiram então para a terra das amazonas, mulheres cristãs súbditas do Preste João das Índias, cuja capital é Sonterra (Santisteban, 38). Neste périplo desordenado, visitaram ainda as cidades de Ausonia e Cananeia, na Judeia. Uma terra que é cercada por um rio de pedras, mas que não tem água nem pedras, apenas umas areias toscas. Daí, escreve Gómes de Santisteban, o infante D. Pedro passou pela cidade de Luca, onde estão os gigantes, e foi para as Índias (Santisteban, 41-43).

Chegados às Índias, percorreram várias cidades à procura do Preste João, até chegarem à de Alues que, diz Santisteban: "es la mejor & mas noble Ciudad que ay enel mundo" (Santisteban, 43), contando com mais de 900 mil vizinhos, é cercada por argamassa e

dentro dela há seiscentas cercas e outras tantas ruas e, debaixo da cidade, existem muitas minas onde todos podem acolher-se quando os mouros cercam a cidade. Quando foram cumprimentar o Preste João tiveram de passar por treze porteiros, doze dos quais são como que bispos e o último como arcebispo que está na câmara do Preste João. Durante a recepção, foram lidas as cartas que D. Pedro levava do rei de Castela, seu "tio". D. Pedro foi depois convidado a sentar-se entre a mulher e o filho do Preste João, numa mesa onde estavam instalados catorze reis e que era servida por outros sete reis. Os companheiros de D. Pedro sentaram-se numa outra mesa. A sala onde comiam, diz Santisteban, era tão rica: "que las paredes eran de azul de acre: y el tejado era razimos de oro: y el suelo era todo de pedras preciosas & la tabla de la mesa era toda de diamantes y estouimos ay quatorze semanas" (Santisteban, 1962, 44). Também descreve que, quando cavalga: "el preste Juan no lieua pendon delante de si ni estandarte sino treze cruzes: las dose a rememberança delos doze apostoles, & la outra conel crucifixo que significa a [nuestro Señor] iesu christo". Refere de seguida que a cidade de Alues é tão grande que lhe chamam Edicia: "e fuemos a ver el cuerpo de santo Thomas". Foram depois mostrar o sepulcro que está em cima do altar e onde se vê que o braço que o apóstolo S. Tomé colocou nas costas de Nosso Senhor Jesus Cristo nunca morreu e está tão fresco como se estivesse vivo. Revela em seguida que o Preste João só celebra missa no *Corpus Christi* e no dia de Santa Maria de Agosto (Santisteban, 46).

Segue-se a explicação sobre o processo de escolha de cada novo Preste João, sempre que o anterior morre, porque não se adquire o cargo por linhagem, nem por senhorio, mas pela escolha do santo apóstolo. A escolha começa com a presença de todos os prestes na cidade em procissão ao redor do apóstolo: "& aquel que le plaze a Dios que sea Preste: y señor de los otros: el apostol tiende el braço contra el y abre la mano". Então o escolhido beija a mão de S. Thomas (o apóstolo S. Tomé, que, inicialmente, duvidou da ressurreição de Jesus) e os outros beijam a do novo Preste João (Santisteban, 48). Depois de algum tempo naquele reino, D. Pedro pediu para partir com o seu séquito e o Preste João mandou dar-lhes seis dromedários, dois para transportar os homens e quatro para os alimentos. Atravessaram então um deserto imenso onde refere que gastaram dezassete dias de dromedário. Santisteban recorda que, como um dromedário faz quarenta léguas por dia, cobriram 680 léguas e assim chegaram ao Tigre e ao Eufrates, onde passaram 30 dias (Santisteban, 49). Ficamos ainda a conhecer uma carta do Preste João das Índias para os do Poente (por oposição ao Levante) em que lhes conta coisas das Índias (Santisteban 51-

55). Segue-se a descrição de como se despediram do Preste João: “Don Pedro & nosotros hincamos las rodillas delante el preste Juan com muchas lagrimas: pidiendo le perdon & su benedicion, y assi partimos muy tristes” (Santisteban, 56). No regresso, muito resumido, passaram pelo Mar Vermelho e, depois de muito caminharem, chegaram ao reino de Fez, de onde passaram a Castela, onde termina a viagem. O livro acaba com a frase: “A Dios Gracias” (Santisteban, 56).

Trata-se de um livro escrito por alguém que, ou queria, deliberadamente, confundir factos, datas, lugares e pessoas, ou não conhecia os meandros da sociedade ibérica, o que não parece ser o caso. O autor confundiu os nomes de D. Pedro com o do meio-irmão que o levou à morte, o conde de Barcelos que, de facto, visitou a Terra Santa, enquanto D. Pedro nunca lá esteve. Também confundiu a relação de parentesco entre o infante D. Pedro e o rei D. João II, de Castela. Não eram sobrinho e tio, mas primos, por serem filhos de duas irmãs, Filipa e Catarina de Lencastre. Fala numa nau para transportar D. Pedro e a comitiva de Veneza para Chipre, quando os barcos do Mediterrâneo eram, quando muito, brigues ou escunas, embora devessem ser mais naturalmente galés, galiotas ou fustas. Narra igualmente uma tentativa de visita ao templo de Salomão, em Jerusalém, cuja destruição ocorrera 1.500 anos antes. O autor assume uma escrita entre o real e o fantástico, com unicórnios, rios sem água nem pedras, a passagem pela província de “Nuruega”, e um santo que, depois de morto, mantém um braço vivo, S. Tomás (forma por que também é conhecido S. Tomé), um dos doze apóstolos de Jesus Cristo, que pregou o evangelho nas Índias. Além disso, situa o Preste João nas Índias, quando o paradeiro então conhecido era a Etiópia. Apesar de assinar a capa do livro como Gómez de Santisteban, ao escrever, a maior parte das vezes na primeira pessoa, identifica-se, aqui e além, como Garci Ramírez de Santisteban. D. Pedro é, ao fim e ao cabo, pouco mais do que um adereço numa história utópica. Outro pormenor interessante é o dos doze companheiros, o mesmo número dos apóstolos de Jesus Cristo ou dos cavaleiros da Távola Redonda da corte do rei Artur, ou ainda de Rolando e os doze paladinos de Carlos Magno. Curiosamente, a obra não fala uma única vez no Papa de Roma e, tendo sido publicada pela primeira vez, como é comummente aceite, em 1515, ou em 1547, ano da primeira edição datada, não toca, nem por uma vez, na queda de Constantinopla ou nas navegações de Colombo ou de Vasco da Gama, nem sequer nas teses de Martinho Lutero, como também refere Rogers. A descrição da viagem de regresso é muito apressada, sem

pormenores, aparentemente por território muçulmano, com chegada a Fez, de onde passaram a Castela e terminaram a viagem, que, curiosamente, começara, em Portugal.

Francis M. Rogers, investigador dedicado das viagens do infante D. Pedro, que analisou profundamente o livro de Gómez de Santisteban, faz referência aos nomes encontrados ao longo do texto e às pistas que nos poderão dar para chegarmos à identidade do verdadeiro autor. Começa por Bernal Fordas, proprietário do navio onde D. Pedro e os seus companheiros viajaram de Veneza para Chipre. Cita depois frei Juan de Carmona, guardião do Santo Sepulcro e, presumivelmente, franciscano. Continua com frei Esteban de Jerusalém, o prior do monte Sinai, consagrado pelo patriarca de Jerusalém. E, por último, nomeia frei Jerónimo de Seneca, aparentado com o rei Leão, de Espanha. No final, embora sublinhe que o texto continua a ser anónimo, assume que o autor mais provável é frei Juan de Carmona, até porque o autor se identifica, directa e indirectamente, como padre (Rogers, 1961, 232) e, mais adiante o investigador afirma mesmo: "the *Libro del Infante don Pedro*, clearly written by a sincere priest, was not condamned, for it did not offend" (Rogers, 271). Após tecer uma série de considerações acerca da possibilidade de frei Juan de Carmona ser o hipotético autor do *Livro do Infante Don Pedro*, refere que Carmona é uma cidade da província de Sevilha e que frei Juan fazia parte de um grupo a que pertenciam também Rui Faleiro, cartógrafo e astrónomo ligado a Fernão de Magalhães e um piloto que com ele começou a aventura de encontrar uma passagem do oceano Índico para o Pacífico, em direcção ao Oriente por oeste, Estêvão Gomes, ou Esteban Gómez. Nome que, em seu entender, poderá ter servido de mote para o do autor: Gómez de Santisteban (Rogers, 239). Além disso, frei Juan de Carmona terá passado boa parte da vida nas Índias.

3.2 – Fontes inspiradoras de Santisteban

Aparte as coincidências encontradas por Rogers e Sharrer, devemos também prestar atenção a uma suposta carta do Preste João, dirigida ao imperador bizantino Manuel Comneno, ou ao imperador do Sacro Império Romano-Germânico Frederico Barba Ruiva, ou a outro monarca, ou a um Papa, produzida entre 1160 e 1190 e traduzida do grego para latim pelo arcebispo Cristiano de Mogúncia. Manuel João Ramos que a publicou, em latim e português, em 1998, não tem dúvidas em afirmar: "é um documento forjado, uma fabricação, uma fraude ou mistificação" (Ramos, 1998, 13). Muitas das elucubrações contidas no *Livro do Infante Dom Pedro* podem, talvez seja mais correcto

dizer devem ter sido inspiradas na *Carta do Preste João*, escrita entre 1160 e 1190. Segundo essa carta, o Preste João afirma que o seu reino: "domina as três Índias; o nosso território começa na Índia posterior, na qual repousa o corpo do apóstolo São Tomé, estende-se pelo deserto em direcção ao berço do sol, e desce até à deserta Babilónia, contígua à torre de Babel" (Ramos, 55). E quanto aos seres ali existentes, depois de apontar elefantes, hipopótamos, crocodilos, leões e tigres, entre outros, nomeia ainda: "sagitários, homens selvagens, [homens com cornos] faunos, sátiros e mulheres da mesma raça, pigmeus, cinocéfalos, gigantes, cuja altura é de quarenta côvados, [monóculos), ciclopes e uma ave que chamam fénix" (Ramos, 57).

A carta, além de aludir também a dragões, fala, mais adiante, de um mar arenoso, sem água, onde as areias se encapelam, e acrescenta: "a três dias de distância deste mar existem uns montes dos quais desce um rio de pedras, de igual modo sem água, e que corre, através da nossa terra, para o mar arenoso" (Ramos, 73). O texto da carta ainda salienta: "quando avançamos para a guerra contra os nossos inimigos, mandamos transportar ante a nossa face treze grandes e altas cruzes, feitas de ouro e de pedras preciosas", atrás de cada uma das quais seguem dez mil soldados e cem mil peões armados, mas a abrir o cortejo: "segue o lenho da cruz" (Ramos, 83). A carta do Preste João fala de ouro, prata e pedras preciosas, que existem em abundância no seu reino, e afirma que são seus súbditos os Brâmanes e as Amazonas, explicando que estas: "são mulheres que têm uma rainha, sendo a habitação delas uma ilha que se estende por todas as partes na extensão de mil milhas, e é rodeada por todos os lados por um rio que não tem princípio nem fim, como um anel sem gema" (Ramos, 85). Depois de descrever um palácio esplendoroso de riquezas e conforto, a carta do Preste João atesta: "todos os meses à nossa mesa nos servem sete reis, cada um dos quais segundo a sua ordem, sessenta e dois duques, trezentos e quarenta e cinco condes" (Ramos, 101). O relato termina com a afirmação: "todas as coisas que acima são ditas, por incríveis que pareçam, são verdadeiras: por isso, o cardeal, de nome Estêvão, as afirmava sob juramento de sua fé, e anunciava-as publicamente a todos" (Ramos, 123).

As semelhanças com o *Livro do Infante Don Pedro* são por demais evidentes e a inspiração para o nome Esteban também pode ter sido aqui encontrada, embora também existam ligações às *Viagens de Mandeville*. Tal como o viajante/escritor inglês, também os alegados companheiros do infante D. Pedro passaram por Chipre a caminho de Jerusalém. Mandeville faz uma descrição mais pormenorizada e menos caótica que a de

Santisteban. É também no livro de Mandeville que ficamos a saber que a forma mais segura de viajar por aquelas paragens é obtendo licenças do sultão de Babilónia antes de ir a Jerusalém (Mandeville, 1900, 23), como faz a suposta comitiva de D. Pedro. É também Mandeville que, ao falar de Heliopolis, no Egipto, diz que ali existe um templo como o de Jerusalém e sublinha: "the priests of that temple have all their writings, under the date of the fowl that is clept phoenix; and there is none but one in all the world" (Mandeville, 32). Há também uma visita ao Santo Sepulcro, a Hebrom, Jericó, monte Tabor e outros lugares santos para os cristãos.

Mandeville menciona, igualmente, uma montanha chamada Ararat, na Arménia, onde a arce de Noé assentou após o dilúvio. Outra menção do viajante/escritor inglês vai para o reino das Amazonas, ao lado da Caldeia, que descreve como: "is the land of feminye, where that no man is, but only all women" (Mandeville, 98). Do outro lado da Caldeia, para Sul, fica a Etiópia. Mandeville descreve-a como não sendo uma grande terra: "in Ethiopia all the rivers and all the waters be trouble, and they be somedeal salt for the great heat that is there". Descreve o povo como ficando bêbado com muita facilidade e tendo, frequentemente, diarreia, pelo que nunca viviam muitos anos. Além de outras aberrações, descreve: "when the children be young and little, they be all yellow; and, when that they wax of age, that yellowness turneth to be all black". Remata a descrição dizendo que ali fica a cidade de Sabá: "the land of the which one of the three kings that presented our Lord in Bethlehem, was king of" (Mandeville, 105).

Já na Índia, na cidade de Calamye, está um túmulo com o corpo incorrupto de S. Tomás (S. Tomé) e: "the arm and the hand that he put in our Lord's side, when he appeared to him after his resurrection and said to him, *Noli esse incredulus, sed fidelis*, is yet lying in a vessel without the tomb", tal como no reino do Preste João descrito no *Livro do Infante Don Pedro.* Segundo Mandeville, quando dois grupos não se entendem, cada um escreve a sua verdade num rolo e ambos são colocados na mão do santo e este deita fora o rolo com a causa falsa, guardando o do grupo que fala verdade (Mandeville, 115-116). Por último, de salientar o aproveitamento feito por Gómez de Santisteban da descrição do palácio do rei de Java, numa ilha junto à de Sumatra, cujos degraus são de ouro e prata, assim como as paredes. No seu reino, existem árvores que dão farinha, mel, mas também vinho e veneno, mas também muitos dos animais referidos por Santisteban nas terras do Preste João. Mandeville dedica então uma boa parte das suas linhas ao Grande Khan, de Cathay, descrevendo as suas riquezas e o seu poderio, até chegar ao reino do Preste João,

que também situa nas Índias: um poderoso imperador que construiu um castelo maravilhoso a que chamou Paraíso. Mas, Mandeville esclarece: "this Prester John hath under him many kings and many isles and many diverse folk of diverse conditions. And this land is full good and rich, but not so rich as is the land of the great Chan". Feita a ressalva, afirma: "Prester John taketh always to his wife the daughter of the great Chan; and the great Chan also, in the same wise, the daughter of Prester John. For these two be the greatest lords under the firmament" (Mandeville, 178-179).

Todas estas publicações reúnem as características dos livros de viagens imaginárias, com uma multiplicação de componentes do discurso para maravilhar o leitor – superfícies e palácios forrados a ouro, paredes e chãos revestidos a pedras preciosas, mesas sumptuosas e iguarias de excelência –, bem como uma lista de animais exóticos – elefantes, rinocerontes, hipopótamos, crocodilos, leões e tigres –, assim como um catálogo de seres monstruosos: sagitários, unicórnios, faunos, ciclopes, pigmeus, gigantes e até a fénix. Elena Sánchez Lasmarías não tem dúvida em classificá-los como elementos: "habituales en los relatos escritos por los llamados 'viajeros de gabinete'" (Lesmarías, 2008, 1). Conclui-se, portanto, que o autor da *Carta do Preste João* exerceu influência sobre Mandeville e ambos sobre Gómez de Santisteban, Garci Ramirez de Santisteban, frei Juan de Carmona ou quem quer que tenha sido o autor do *Livro do Infante Dom Pedro* que, por sua vez, terá influenciado *Las Bienandanzas é Fortunas* de Lope García de Salazar.

Carmen Mejía Ruiz, em "El Libro del Infante Don Pedro de Portugal", analisou a publicação assinada por Gómez de Santisteban. Nas actas do V Congresso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval, publicadas em 1995, podemos observar uma questão que então colocou: "interesa esclarecer es por qué se relatan los viajes del infante D. Pedro y no los de Henrique el Navegante, personaje que ha pasado a la historia como prototipo de viajero incansable". Cita depois Vitorino Nemésio para afirmar: "Don Pedro gozaba de fama en la Europa medieval" e, mais adiante sustenta: "consideramos que Gomes de Santisteban relata los viajes del infante Don Pedro y no los de Henrique el Navegante porque como personaje histórico alcanzó mucho prestigio y era conocido en la mayoría de las cortes europeas" (Ruiz, 1995, 314). Ruiz afirma que, na sua perspectiva: "el éxito del libro de Gomez de Santisteban radica en la mezcla del tema de don Pedro como viajero con la leyenda del Preste Juan". A catedrática de Filologia Galega e Portuguesa da Universidad Complutense de Madrid, salienta: "el mito del Oriente está

vinculado a tres figuras que se convirtieron en mito: Alejandro Magno, Santo tomás [*São Tomé*] y el Preste Juan".

A investigadora entende que a carta do Preste João, que data de 1165, inicia assim o que classifica como uma mistura de mito e lenda com realidade, o que, aliás, é inerente à construção da memória cultural, como afirma Straub em "Psychology, Narrative, and Cultural Memory: Past and Present":

> No event, (hi)story, or time can be objectively apprehended as simple facts – *facta bruta* – and transmitted as such symbolically. (…) representations are viewed in this field not as natural reproductions of states or events but as results of productive epistemic actions that are both cognitively and motivationally, saturated (Straub, 2008, 220).

Carmen Mejía Ruiz chama igualmente a atenção para a necessidade de ter presentes as teorias existentes em relação à historicidade do personagem: "por una parte se identifica al personaje oriental con un príncipe nestoriano de Asia central, a su vez es considerado el arquetipo de una serie de príncipes etíopes y, por último, se considera una creación medieval". A autora salienta que o Preste João se transformou em: "auténtica leyenda al servicio de emperadores y papas deseosos de promover viajes y cruzadas a Oriente". Refere-se depois ao paradoxo de um personagem que foi, inicialmente, considerado real e situado na Índia, mas nunca visto, fosse localizado, pelo mundo ocidental, em terras desconhecidas de África, fazendo com que um personagem real se transformasse num personagem mítico. E conclui que foi o padre Francisco Alvarez que, baseado em muita da informação transmitida por Pêro da Covilhã (acompanhou Afonso de Paiva na missão que lhes foi dada por D. João II de encontrar o lendário soberano cristão), na obra *Verdadeira Informação da Terras do Preste João das Índias*, publicada em Lisboa em 1540, afirma que o reino do Preste João: "se sitúa en Africa y se relata su desmitificación" (Ruiz, 315). Já Charles E. Nowell afirmara sobre o Preste João: "man or myth, Prester John played a great role. From the twelfth century until well after the discovery of America, he was an established part of the European pattern of thought". O historiador, ligado à Universidade de Illinois Urbana-Champaign, acrescenta: "as a potential Christian ally in the rear of the Moslem foe, he figured in plans for the later crusades and thus had a place in European ideas of world strategy". E concretiza mesmo com exemplos: "by entering the calculations of both Henry the Navigator and Columbus, he helped to inspire the great geographical discoveries" (Nowell, 1953, 435).

3.3 – A jornada europeia de D. Pedro

O infante D. Pedro é conhecido, essencialmente, pelas viagens, sendo vulgarmente apelidado 'o infante das sete partidas'. As datas do início das viagens variam consoante o autor, embora pareça certo que esteve fora de Portugal durante três anos, entre Setembro de 1425 e Setembro de 1428. Francis M. Rogers, um investigador norte-americano que ficou entusiasmado com a figura do infante D. Pedro, aponta a conquista de Ceuta como o início das viagens do infante, ou seja, em 1415. Porquê? Porque foi dois anos mais tarde, em Janeiro de 1418; que Sigismundo, primeiro príncipe do Luxemburgo, depois rei da Hungria e, por fim, imperador do Sacro Império Romano-Germânico se interessou pela figura do infante D. Pedro, lhe atribuiu a Marka de Treviso e lhe propôs uma renda de 20 mil ducados se ele fosse viver para a Europa central e assumisse a liderança de Treviso. Grande parte da responsabilidade pela escolha de Sigismundo é atribuída a Oswald von Wolkenstein, poeta, militar, diplomata e compositor alemão que fez parte da comitiva de Sigismundo ao concílio de Contância, onde se discutia a questão papal e o Grande Cisma. É possível que o rei tivesse conhecido o poeta em 1413, aquando de uma visita ao Tirol, mas só o tomou ao serviço em 1415. Depois disso, von Wolkenstein viajou para Inglaterra, de onde seguiu para Portugal e depois para Ceuta, como relata nos seus poemas:

> *I continued the trip from Lisbon to Morocco,*
> *to Ceuta where I once helped to win a battle*
> (von Wolkenstein, 2008, 96)

Foi um dos soldados que combateu em Ceuta e assistiu, *in loco,* aos acontecimentos. A escolha de Sigismundo poderá, assim, ter sido influenciada pelo poeta que considerou o infante D. Pedro como o homem ideal para opor aos venezianos, com quem a Hungria andava em guerra, por causa da Marka de Treviso e de outras terras, e com quem tinha negociado uma trégua de cinco anos. Francis M. Rogers, em *Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*, considera a atitude do rei Sigismundo indigna e explica que, por isso, não é mencionada nas obras históricas que abordam estes acontecimentos. É que, afirma: "Sigismund endeavored to enlist the help of the brave, competent, and astute Pedro of Portugal" (Rogers, 1961, 19) e, para isso, ofereceu o que não tinha. Explica que, quando as tréguas de cinco anos entre Veneza e a Hungria foram assinadas, a 17 de Abril de 1413, Sigismundo controlava: "territory in Istria, in Friuli, and in an arc north of Venice which included Seravalle, Belluno, and Feltre". Já Veneza: "had Quero and Portogruaro, and of

course the city of Treviso". E conclui que não é claro quanto da Marka de Treviso é que Sigismund possuía nos termos do acordo de tréguas: "that which he so generously offered Prince Pedro" (Rogers, 18). Rogers sublinha, igualmente, que após a conquista de Ceuta, D, João I fez questão de enviar uma embaixada de peso ao concílio de Contância e que, entre os membros da missão estavam Álvaro Gonçalves de Ataíde, chefe da casa do infante D. Pedro, e Fernando de Castro, chefe da casa do infante D. Henrique.

Francis Millet Rogers, investigador da expansão portuguesa e professor de Harvard que tinha ascendência portuguesa por parte da mãe, revela que D. Pedro capacitou o seu representante para encetar negociações de casamento com a filha de qualquer príncipe. Para o autor: "clearly, the Duke of Coimbra envisaged a European role for himself and recognize Constance as the center of influence and negociation". Rogers afirma que Oswald von Wolkenstein pode ter chamado a atenção do infante para a importância geopolítica do concílio de Canstância. Também refere que von Wolkestein: "most certainly would have informed Sigismund of the political sagacity and anti-Moslem proclivities of the second son of the King of Portugal" (Rogers, 13). Fica, assim, em causa a *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Gomes Eanes de Zurara, onde, já depois da morte de D. Pedro em Alfarrobeira e da declaração de *damnatio memoriae*, o cronista, diz ter recebido directrizes de D. Afonso V para escrever tal crónica, onde enaltece D. Henrique e desvaloriza D. Pedro. Rogers sublinha:

> Henrique is not only the principal personage; he is openly glorified. Pedro is not only not the hero; he is actually belittled and in one instance openly censured. Duarte receives some of the glory, Pedro does not (Rogers, 10).

Independentemente das descrições de Zurara ou de Gómez de Santisteban, o certo é que o infante D. Pedro viajou mesmo pela Europa entre 1425 e 1428 e, apesar de não haver um relato escrito, existem vários registos da sua passagem. Por que razão viajou? Não se sabe, embora existam algumas suposições. Andreas von Regensburg, um historiador alemão contemporâneo de D. Pedro, refere, em *Sämtliche Werke,* que D. Pedro tinha matado um soldado e o pai queria puni-lo, mas devido à intercessão de alguns nobres, foi libertado e pediu, como castigo, para viajar por terras estrangeiras durante três anos, findos os quais deveria voltar ao seu país [24] (von Regensburg, 1903, 333). Esta poderia

---

[24] *Dicebatur, quod dictus Petrus filius regis Portugalie quendam militem occiderit. Ob hoc pater suus volens in eum proterre sentenciam intercessione procerum fuit liberatus et tali pene subiectus, quod tribus annis terras alienas peragraret, quibus transactis in terram propriam posset redire* (Von Regensburg, 1903, 333).

ser uma razão plausível, até porque também consta que haveria um desaguisado entre o infante e o pai, só que parece estranho que, tendo D. Pedro tantos e tamanhos inimigos, nunca nenhum deles tivesse jogado esse trunfo contra ele, nem sequer os escribas que, ao longo dos séculos lhe procuraram infernizar a memória. Tal hipótese também não faz sentido uma vez que D. Pedro foi eleito cavaleiro da Ordem da Jarreteira, muito escrupulosa na aceitação de novos membros que tinham de ter uma conduta irrepreensível (*Statutes of the Most Noble Order of the Garter*, 1814, 4).

D. Duarte, n'*O Leal Conselheiro*, fala de "tristeza e enfadamento", dizendo: "quando meu jrmaão ojffâte dom pedro desta terra se partio, sabendo eu que alguã desto sentia lhe fiz este consselho ajuso scripto, oqual ajnda que falle em outras partes sobreste casa he seu principal fundamêto" (D. Duarte, 1943, 74). E mais adiante: "ojffante dom p.° meu sobre todos prezado, e amado jrmaão posto que fosse no reyno dungria, com pequena teençom de tornar aesta terra" (D. Duarte, 150). Costa Brochado, Dias Dinis e Manuel Lopes de Almeida, no volume iii dos *Monumenta Henricina*, em nota de pé de página à carta escrita por D. Duarte ao Irmão D. Pedro aquando da partida para a Hungria (Ver anexo 14), comentam que o infante partiu: "desgostoso porventura com o pai, que inclusivamente não lhe distribuíra o governo de nenhuma das Ordens Militares, cuja administração aquele requerera e obtivera de Roma para seus filhos mais novos D. Henrique, D. João e D. Fernando" (*Monumenta Henricina*, 1961, 109). Francis M. Rogers afirma que o principal motivo da viagem de D. Pedro era ganhar experiência e conhecimento em assuntos internacionais. E acrescenta: "the wisely planned itinerary is a guide not a taskmaster, and Pedro's was flexible". Originalmente, diz, esse itinerário incluía uma vista à Terra Santa, mas, quando as circunstâncias se modificaram, permitiu uma modificação radical (Rogers, 1961, 23). Não é fácil reconstituir as viagens de D. Pedro, porque não existem muitas vezes certezas e, por isso, se terá de utilizar, por vezes, expressões como "talvez", "poderá" ou "possivelmente".

Inglaterra

As viagens do infante D. Pedro pela Europa podem dividir-se em duas partes, a jornada de ida e a de regresso. Na primeira, o duque de Coimbra foi-se afastando de Portugal e desempenhou um papel mais próximo do estadista-peregrino que pretendia, com as suas acções, contribuir para o desenvolvimento da cristandade. Na segunda, assumiu claramente um papel diplomático de representação da corte portuguesa e de procura do seu engrandecimento, buscando adquirir novos conhecimentos e estabelecendo contactos

que seriam úteis para o futuro. Francis M. Rogers revela que D. Pedro chegou a Inglaterra pelo *Michaelmas*, que se celebra a 29 de Setembro e durante o reinado de Henrique VI, que era seu sobrinho segundo e só completava quatro anos de idade a 6 de Dezembro daquele ano de 1425. Não é certa a forma como o infante D. Pedro viajou para Inglaterra, embora Rogers assuma que o fez por mar, o que parece ser, de facto, a forma mais fácil e rápida, tal como tinha feito D. Afonso, conde Barcelos, quando, em 1405, acompanhou a irmã, Beatriz, filha natural de D. João I, no casamento com o conde de Arundel.

Henrique VI, filho de Henrique V e de Catarina de Valois – é considerado um rei fraco, com problemas psicológicos graves, e foi objecto de uma trilogia da autoria de William Shakespeare –, subiu ao trono com poucos meses, após a morte do pai, tendo como regentes dois tios: João de Lencastre, duque de Bedford, e Humberto de Lencastre, duque de Gloucester. O primeiro ficou como regente em França, onde continuava a chamada Guerra dos Cem Anos, ao segundo foi atribuído o protectorado, ou regência, de Inglaterra. A custódia do jovem rei foi entregue ao tio-avô Henrique Beaufort, bispo de Winchester e chanceler de Inglaterra, uma vez que a mãe, por ser francesa, fora afastada da sua educação. Estalou, no entanto, um conflito entre o duque de Gloucester e o bispo de Winchester, filho ilegítimo de João de Gante e, por isso, meio-irmão do antigo rei Henrique IV e de D. Filipa de Lencastre. Em *Hall's Chronicle Containing the History of England during the Reign of Henry the Fourth, and the Succeeding Monarchs*, Edward Hall refere que o confronto entre ambos alastrou pelo reino e chegou a temer-se o pior. Os cidadãos de Londres, organizaram vigílias diurnas e nocturnas e todas as lojas foram fechadas com receio de uma guerra entre ambos, uma vez que cada um deles tinha reunido um número considerável de tropas. Segundo o autor: "for pacifiyng whereof, the Archebishop of Cantorbury, and the duke of Quymber called the prince of Portyngale, rode eight tymes in one daie betwene the twoo aduersaries, and so the matter was staied for that tyme" (Hall, 1809, 130). O Parlamento reuniu de seguida e, segundo Hall: "Peter Duke of Quymber, sonne to the kyng of Portyngale, and cosin germain remoued to the kyng (…), was highly fested, and liberally rewarded" (Halll, 128). A intenção de eleger D. Pedro para a Ordem da Jarreteira foi imediata, mas o infante teve de esperar por uma vaga, o que veio a acontecer em Abril de 1427, ainda durante a jornada europeia.

Flandres

Em finais de 1425, o infante D. Pedro voltou a sulcar as águas para se dirigir a Ostende, na Flandres, e daí rumou a Bruges, que dista cerca de 30 quilómetros, onde terá chegado

a 23 de Dezembro de 1425 e ali passou a Consoada, o Natal, as festas de Ano Novo e o dia de Reis. Vendo escoar o tempo sem encontrar o duque, D. Pedro procurou contactá-lo por escrito, enviando cartas para Midelburgo, na Zelândia, onde Filipe, o Bom, passou a residir a partir de a partir de 17 de Janeiro de 1426, e para onde D. Pedro enviou também um cavalo de corrida como presente. Não terá, assim, havido oportunidade para os dois homens se conhecerem e, eventualmente, discutirem um possível casamento de Isabel, irmã de D. Pedro, com o duque, que enviuvara no ano anterior da segunda mulher, Bona de Artois, mas que também não parecia interessado numa aliança matrimonial com Portugal e, por arrastamento, com Inglaterra. Jaques Paviot em *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*, explica: "durant tout son séjour en Flandre, l'infant D. Pedro ne put rencontrer le duc de Bourgogne qui était occupé en Hollande et en Zélande dans la guerre contre sa cousine Jacqueline de Bavière" (Paviot, 1995, 31). É importante saber que o duque considerava D. Pedro como familiar e partidário do duque de Gloucester – marido, ainda que o casamento não fosse válido aos olhos da Igreja, de Jaqueline de Bavière –, a quem, havia pouco, o duque de Coimbra ajudara a sanar um conflito em Inglaterra e, por isso, Filipe III de Borgonha pode muito bem ter procurado evitá-lo. O certo é que o infante D. Pedro teve oportunidade de tomar o pulso a uma realidade diferente, como já fizera em Inglaterra, e escrever a conhecida carta de Bruges ao irmão D. Duarte. A 30 de Janeiro de 1426, Bruges organizou um torneio em honra de D. Pedro na praça de Burg, o coração da cidade, que culminou com um banquete e um baile, o que também marcou os últimos dias da visita.

Em relação às negociações de casamento, o duque procurava uma nova mulher em Aragão e enviou uma embaixada a Valência incumbida de tratar do casamento com D. Leonor, irmã do rei D. Afonso V de Aragão. Só que a embaixada chegou um mês depois de firmado o acordo de casamento de D. Leonor com D. Duarte de Portugal. Assim sendo, Isabel de Portugal era a única noiva de sangue real disponível na Europa, mesmo que isso o implicasse numa aliança com Inglaterra. Por outro lado, o facto de a irmã do duque, Ana de Borgonha, estar casada com João de Lencastre, duque de Bedford e regente de Inglaterra em França, pode também ter dado uma ajuda para que Filipe, o Bom, se decidisse. São conhecidas cartas de D. João I, recebidas na Borgonha em Março de 1428. Depois tudo se precipitou e está documentada uma embaixada enviada pelo duque a Lisboa, em finais de 1428 onde, entre vários embaixadores, vinha também o pintor Jan van Eick, para pintar o retrato da infanta. A efígie de D. Isabel foi enviada, em duplicado,

por terra e por mar, para a Flandres. A 5 de Maio de 1429, o duque aceitou os termos do contrato e assinou uma procuração para o casamento. A nova duquesa de Borgonha partiu de Lisboa em Outubro e, depois de fazer escala em Plymouth, Inglaterra, chegou a Sluys, ou Éclusa, na Flandres, a 25 de Dezembro de 1429. D. Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha, viria a ter um papel diplomático importante nas relações entre a Flandres e Inglaterra e também no acolhimento dos filhos do infante D. Pedro que, em 1449, se viram obrigados de fugir de Portugal, assim como na preservação da memória do irmão. O infante D. Pedro saiu de Bruges no início de Fevereiro de 1426, sem nunca se ter encontrado com o duque de Borgonha.

Alemanha

O duque de Coimbra começou o périplo alemão por Colónia, onde terá chegado a 24 de Fevereiro de 1426, dia de S. Matias. Mas o que, segundo Francis M. Rogers, terá levado o infante a incluir aquela cidade no itinerário foi o facto de ali se encontrar um relicário dos três reis magos. Gaspar, Baltazar e Melchior, eram venerados naquela catedral desde 1163. Foi também em Colónia que, de acordo com o mesmo autor, D. Pedro terá percebido o interesse que o Oriente tinha despertado nele e no irmão D. Henrique, aquando da conquista de Ceuta. Segundo Rogers: "the connotations of the title Prester John would have fascinated him" (Rogers, 1961, 38). Era o fascínio do Oriente que haveria de estar presente ao longo de toda a viagem e que seria uma alavanca do futuro desenvolvimento das navegações em Portugal e das acções de descobrimento.

É possível que Frankfurt tenha feito parte do itinerário do infante, até porque ficava em caminho. Apenas sabemos que Nuremberga foi a etapa seguinte onde, a 9 de Março, o senado da cidade concedeu a D. Pedro facilidades monetárias para viajar até à corte de Sigismundo (Maurício, 1959, 18). Nuremberga era então um dos principais centros da ciência cosmográfica, o que também deve ter servido de inspiração ao infante. Domingos Maurício (como assina este artigo) refere em "O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria", que D. Pedro chegou a Ratisbona a 28 de Março, "com os seus 300 homens" (Maurício, 19). Daí, provavelmente, seguiu pelo rio Danúbio até Viena, onde já se encontrava o rei Sigismundo, da Hungria. Houve festas e bailes a que acorreram muitas damas vienenses, com quem D. Pedro não podia conversar por não falar alemão, embora soubesse muito bem latim. Segundo Domingos Maurício, Sigismundo voltara a pedir ajuda a Portugal em 1425 e a presença do infante D. Pedro na corte austro-húngara era a melhor resposta.

Hungria

D. Pedro, com outros nobres, tiveram conhecimento de derrotas do exército húngaro – comandado por Alberto de Augsburgo, duque de Áustria e genro de Sigismundo –, em Poděbrad e na batalha de Aussig, e o príncipe português terá, eventualmente, participado no cerco ao castelo de Ludenberg, actual Břeclav, na República Checa. A acção militar era de tal forma ineficiente que Domingos Maurício descreve o exército do duque de Áustria como: "indisciplinado pela inactividade" (Maurício, 24). O jesuíta diz mesmo compreender: "o desapontamento do Infante e dos seus homens perante as indecisões do comando e a remissão das forças em campanha, na hora da debandada" (Maurício, 25). No artigo da revista *Brotéria* de 1959, o padre, historiador e filósofo, sublinha que Sigismundo entregava ao genro a campanha dos hussitas: "reservando para si os cuidados da fronteira sul da Hungria" (Maurício, 25), por onde os turcos avançavam então em força. Domingos Maurício revela que, após numerosos combates de menor importância, entraram num confronto maior com os turcos junto às ruínas da ponte de Trajano, a 30 ou 40 quilómetros das Portas de Ferro do Danúbio. A luta, descreve: "foi renhida e sangrenta. O inimigo perdeu mais de 20.000 homens. Mas a vitória dos exércitos húngaros não foi comprada a leve preço". D. Pedro, à frente dos cavaleiros portugueses: "obrou prodígios de valor" (Maurício, 26). Tais cavaleiros, além de valentes, também tiveram muita sorte, porque são contabilizadas 800 baixas entre os cavaleiros comandados por D. Pedro, mas os 300 portugueses com que chegara à Hungria, em 1426, foram os mesmos com que partiu em 1428 (Maurício, 27), ou seja, é bem possível que o infante português tenha comandado um exército de vários milhares de soldados. Afonso Eanes, em carta a D. Gomes Ferreira da Silva, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, de 3 de Outubro de 1427, faz saber que dizem que o infante era capitão de 70.000 cavaleiros e que venceu a batalha: "e damlhe dello o louuor e há onra" (*Monumenta Henricina*, 1961, 170).

Após a vitória, conforme descreve o filósofo jesuíta Domingos Maurício, D. Pedro seguiu para a corte de Sigismundo que pretendia aproveitar os seus serviços em nova empresa de risco (Maurício, 28). O duque de Coimbra e Dan II, rei da Roménia, encontravam-se entre os participantes de um conselho de guerra onde foi decidido explorar a vitória sobre os turcos, mas o projecto atrasou-se e não se conhecem os resultados. Domingos Maurício refere que nada mais se sabe sobre os itinerários e acções de D. Pedro por terras húngaras, a não ser que seguiu no séquito de Sigismundo até decidir regressar. O autor pergunta-se depois: "por que se desprendeu D. Pedro do serviço de Sigismundo?". E especula:

"provavelmente, porque o tempo do voto feito, de combater os turcos, como nos parece mais provável, já tinha expirado" e também porque as despesas com a manutenção da comitiva começavam a pesar. Domingos Maurício entende que a guerra, contra hussitas e turcos: "fora cheia de ensinamentos bélicos e políticos". Mas também refere: "o ambiente de intriga e mesquinhas ambições" aborreciam o duque de Coimbra e feriam-lhe "a susceptibilidade e franqueza de carácter". Também a lentidão e lassidão nas decisões, diz: "devem ter desgostado o cavaleiro de Ceuta, acostumado aos golpes de audácia, pacientemente estudados, mas levados a cabo com a máxima decisão e energia" (Maurício, 34). Conclui que os anos passados na Áustria-Hungria não foram em vão para a história da corte portuguesa. Assim: "Álvaro Vaz de Almada, Álvaro Gonçalves de Ataíde, Diogo de Ataíde e tantos outros colheram fortes conhecimentos da Europa e familiarizaram-se com os idiomas". Além disso, também vieram estrangeiros com D. Pedro e exemplifica: "como esse valoroso Mateus da Polónia, que morreu heroicamente em Ceuta" (Maurício, 36).

Igualmente do ponto de vista intelectual, István Rákóczi, professor do Departamento de Língua e Literatura Portuguesas da Universidade de Budapeste, afirma, em "A Estada do Infante D. Pedro em Terras Húngaras e na Corte do Imperador Segismundo", que o tempo passado na Hungria não foi perdido. D. Pedro conheceu Pier Paolo Vergerio, humanista, pedagogo e jurista italiano, que vivia na Hungria desde 1418 e era assessor pessoal de Sigismundo para as questões diplomáticas. Entre outras obras, foi o autor de *De ingenuis moribus et liberalibus studiis*, que D. Pedro muito apreciou e pediu a Vasco Fernandes de Lucena que traduzisse e de que, segundo Francis M. Rogers, existem citações na *Crónica da Tomada de Ceuta* e na *Crónica da Conquista da Guiné*, de Zurara, mas de que resta apenas o prólogo da tradução (Rákóczi, 1993, 90). Rogers assume que lutar, filosofar e contar histórias: "were surely Pedro's principal pastimes during his travels" (Rogers, 1961, 44). E no que a histórias diz respeito, o investigador norte-americano refere que Sigismundo tinha algo extraordinário para contar que atraiu instantaneamente a atenção do convidado português. Segundo Sigismundo, em 1417 tinha chegado subitamente à Hungria um grupo de viajantes vindos do Oriente, que falavam uma língua estranha, eram perseguidos pelos muçulmanos e diziam vir da Índia e da Pérsia, um Oriente que muito interessava ao infante D. Pedro. Rogers termina dizendo: "Sigismund gave the gypsies a safe-conduct to proceed to the West" (Rogers, 45). O autor admite que a partida de D. Pedro da Hungria possa estar ligada a uma missão de paz de que foi incumbido, em nome

de Sigismundo, com venezianos e florentinos, mas também considera, citando um historiador italiano do século XVI, a possibilidade de o duque de Coimbra ter recusado casar-se com uma filha do rei Sigismundo. De facto, em *Istorie Fiorentine*, Scipione Ammirato afirma sobre D. Pedro: "ricusato di torre una sua figliuola per moglie" (Ammirato, 1826, 81-82). Além disso, as notícias, que, entretanto, lhe tinham chegado através de carta de D. Afonso V de Aragão, sobre o casamento do irmão D. Duarte, terão sido decisivas na decisão de regressar a Portugal (Rogers, 45).

3.4 – O itinerário do regresso

As campanhas militares em terras húngaras marcaram o limite da viagem de D. Pedro. A partir dali, nota-se um ímpeto decisivo no regresso ao reino. Rogers afirma: "the prince of Portugal needed no further education in fighting the Turks". Do ponto de vista do investigador norte-americano, D. Pedro tinha aprendido as lições tácticas e também tinha visualizado em primeira mão as consequências nefastas para a estratégia global da dissensão entre os cristãos. E conclui: "he could now ponder the role of Portugal" (Rogers, 45). E esse é um sinal da transformação por que passou o infante D. Pedro e uma antevisão do que vai defender para o futuro do reino. Ao mesmo tempo, estava disponível para adquirir novos conhecimentos, reunir documentos e materiais relevantes e, se possível, levar consigo alguns especialistas que pudessem ajudar a desenvolver uma área crítica para o desenvolvimento do país: a construção naval. Imbuído de um certo voluntarismo pretendia ainda emprestar à realeza portuguesa o gabarito das mais relevantes cortes do continente europeu (Ver apêndice 3).

Veneza

Em Março de 1428, o embaixador veneziano junto do rei da Hungria, Marco Dandolo, noticiou aos seus superiores a partida do infante D. Pedro para Veneza. A intenção era, no entanto, passar antes em Treviso. O doge, Francesco Foscari, e o concelho da república decidiram acolher o príncipe e os seus companheiros como convidados de honra, assumindo as despesas da recepção. De acordo com a obra de Nicolae Jorga, docente da Universidade de Bucareste, D. Pedro chegou a 15 de Abril de 1424 a Mestre, já próximo de Veneza, onde deixou cem dos 400 cavaleiros com que tinha saído da Hungria, a guardar os cavalos e que o doge enviara 25 nobres para o acolher (Jorga, 1899, 452). Já Marco Morosini, na crónica sobre a visita de D. Pedro à Sereníssima República de Veneza, transcrita, em 1955, por Júlio Gonçalves, na obra *O Infante D. Pedro, as Sete Partidas e*

a Génese dos Descobrimentos, refere que foram quatro os nobres, entre os quais ele próprio – Giovanni Giustiniani, Marco Zeno, Giovanni Contarinni e Marco Morosini –, que partiram, a 25 de Março de 1428, para Treviso e Conegliano, ao encontro do príncipe português, que chegou com os 40 cavaleiros com que partira da Hungria (Gonçalves, 1955, 219).

O número de cavaleiros que acompanhavam D. Pedro à partida da Hungria foi estabelecido por Domingos Maurício, a partir das fontes húngaras que consultou, em 300. Também não existe consonância quanto à data de chegada do duque de Coimbra. Nicolae Jorga fala em 15 de Março, Marco Morosini aponta o dia 5 de Abril. Independentemente do número de cavaleiros que o acompanhavam e da data de chegada, o duque de Coimbra foi recebido em Veneza com todas as honras e ambos os cronistas referem que o doge o recebeu no Bucentauro – galé oficial de Veneza, chapeada a ouro e com um baldaquino revestido a veludo encarnado no piso superior, destinada a receber as mais altas personalidades e para presidir às comemorações anuais da ascensão do doge (Ver anexo 15). Seguiram depois em cortejo pela laguna e pelo grande canal até ao mosteiro de San Giorgio, onde D. Pedro ficou hospedado com uma parte do séquito.

Marco Morosini afirma que o príncipe permaneceu em Veneza bastantes dias antes de partir, com muitas honras, a caminho de Roma (Gonçalves, 1955, 220). O pormenor dos "muitos dias" faz crer que Nicolae Jorga terá razão quando fala da chegada a 15 de Março, porque Morosini refere que D. Pedro partiu a 12 de Abril (Gonçalves, 223). A questão das datas é, como veremos, importante por causa da visita a Pádua. Poderia ser feita depois de sair de Veneza, mas o tempo teria sido escasso, pelo que Francisco Leite de Faria admite que tenha sido feita ainda durante a estada em Veneza. Enquanto esteve presente em Veneza, o infante português visitou, na companhia do doge e de inúmeros fidalgos e gentis homens da cidade, a Basílica de São Marcos, com o seu tesouro e relíquias, e subiu ao campanário de quase 100 metros de altura. Depois, conforme descreve Marco Morosini, visitou as oficinas do arsenal e a fábrica das galés, tendo observado a construção de mais de 60 galés e visitado muitas outras já lançadas à água. Sublinha o cronista que D. Pedro tomou nota da mastreação, cordoame e velame e assistiu aos trabalhos de mestrança em todas as secções navais. No final da visita, atravessou a pé toda a correnteza à beira-mar, pela parte isolada do castelo, para visitar os navios fundeados no porto. De novo na companhia do doge, percorreu todo o edifício do palácio ducal, que tinha sido começado havia pouco, atravessou a Merceria, observando as lojas

ricas de especiarias, açúcar, veludos, panos de ouro e seda. Passeou ainda pela rua dos ourives, onde pode admirar diferentes jóias, colares e anéis, pedras preciosas, pérolas e pratas. E, no Rialto, visitou bancos repletos de peças de ouro. Visitou depois a igreja de S. Paulo e muitas outras, assim como moradias e palácios de nobres e fidalgos venezianos. Num dos dias da visita, recolheu-se na igreja dos Frades Pregadores, onde orou e distribuiu esmolas, antes de se retirar. Morosini descreve-o como um homem sóbrio, muito esmoler para os necessitados, magnânimo e generoso, afável para todos, humano e rico nas bondades (Gonçalves, 220-222).

Pádua

Tudo indica, como atrás foi dito, que D. Pedro terá visitado Pádua durante o tempo que permaneceu em Veneza, até porque Pádua estava, desde 1405, sob a alçada de governação daquela república. O registo notarial da visita do infante D. Pedro aos franciscanos de Pádua encontra-se depositado no Arquivo de Estado, em Pádua, foi publicado em 1961 por Paulo Sambin e divulgado entre nós por Francisco Leite de Faria, em 1964. Assim, o infante D. Pedro visitou o convento dos Franciscanos de Pádua no dia 13 de Abril de 1428, venerou a arca onde se conservava o corpo de Santo António e viu, na sacristia, as relíquias do santo. Foi-lhe mesmo oferecida, com toda a solenidade, uma dessas relíquias: "um pedaço da pele e do cercilho, ainda com cabelos de Santo António" (Faria, 1964, 381). Uma relíquia referida por George Cardoso no *Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varoens Illustres*, quando diz que, na casa de Santo António, em Lisboa, se conservava: "em cofre de prata dourada hum pedaço do Casco, inda com cabelo do circilo, que alcançou o infante D. Pedro, filho delRei D. João I. em suas peregrinações" (Cardoso, 1666, 678). Também é citada, em 1885, por Eduardo Freire de Oliveira, no volume ii dos *Elementos para a História do Município de Lisboa*, certamente por fazer parte da procissão que anualmente percorria as ruas da cidade, explicando que essa relíquia: "era, sem dúvida, 'uma parte do casco ainda com cercillio do nosso portuguez Santo António', que D. Pedro, duque de Coimbra, 4º filho de D. João I, trouxe de Padua, quando recolheu a Portugal, em 1428" (Oliveira, 1885, 550). A relíquia em questão poderá ser, segundo alguns investigadores, a que consta dos Painéis de S. Vicente, atribuídos a Nuno Gonçalves, precisamente no Painel da Relíquia (Ver anexo 16).

Francisco Leite de Faria faz notar, no artigo sobre "A visita do Infante D. Pedro a Pádua e algumas edições do folheto que descreve as suas imaginárias viagens", que D, Pedro encarregou um notário de Pádua de elaborar um documento que oficializasse a relíquia e

entregou ambos à Casa de Santo António, em Lisboa. A relíquia e o documento original foram destruídos pelo terramoto de 1755 e o frade capuchinho comenta que se o livro do registo notarial de Pádua se não tivesse conservado até hoje: "os historiadores acabariam por rejeitar, sem receio nenhum e com a melhor das intenções, a visita do Infante Dom Pedro a Pádua e a doação da relíquia, que aí tão solenemente recebeu" (Faria, 1964, 385). Este é um exemplo da tradição selectiva descrita por Raymond Williams e a rejeição, neste caso por desaparecimento forçado, de parte importante do que existiu no passado. Nos dias de hoje, nenhuma das três relíquias que se encontram na igreja de Santo António de Lisboa é a que foi trazida por D. Pedro.

Ainda em Pádua, o infante terá visitado, porque era do seu interesse, a universidade, uma das mais antigas do mundo, que, tendo sido fundada em 1222, precedera em 68 anos a fundação da primeira universidade portuguesa, em Coimbra, em 1290, por D. Dinis. A Universidade de Pádua, que se estava a tornar no centro cultural da Sereníssima, atravessava então um período de grande esplendor internacional de estudo e investigação, devido à estabilidade e liberdade conferidas pelo desafogo económico de Veneza. Depois da visita a Pádua, o infante D. Pedro terá regressado à cidade dos doges, onde adquiriu ou foi presenteado por Francesco Foscari com o *Livro de Marco Polo* e ainda, segundo António Galvão no *Tratado dos Descobrimentos,* publicado pela primeira vez em 1563: «trouxe de là hum Mappamundo q̃ tinha todo ambito da terra, e o Estreito do Magalhães se chamava, Cola do dragaõ», assim como «o Cabo de Boa Esperança, Fronteira de Africa» (Galvão, 1731, 22). Outros investigadores referiram o mapa trazido pelo infante D. Pedro de Veneza, a começar por António Cordeiro, um prelado açoriano que, na obra *História Insulana*, assume posição idêntica à de António Galvão relativamente ao duque de Coimbra (Cordeyro, 1717, 97), o mesmo acontecendo com Manuel de Faria e Sousa, na *Europa Portuguesa* (Faria y Sousa, 1679, 334).

Entre as várias ofertas feitas ao duque de Coimbra em Veneza conta-se uma jóia entregue, segundo Marco Morosini, pela igreja de Santa Lucia, no valor de 400 ducados de ouro (Gonçalves, 1955, 223). Francis M. Rogers, por seu lado, fala em avaliações da jóia que vão dos 400 aos 1.000 ducados de ouro. Não sabemos o valor de então do ducado de ouro veneziano, mas sabemos o peso: 3,545 g de ouro com 0,986 de pureza. Apenas pelo peso, ao valor actual do ouro: 55,80 euros por grama (BullionVault 21/08/2023), ou seja, 3,545 g x 55,80 euros, valeria 197,81 euros por ducado de ouro. Assim, o valor da jóia oferecida ao infante D. Pedro em Veneza e que, segundo Rogers, tanto impressionou os cronistas

da época (Rogers, 1961, 46), oscilaria entre 79.124 euros (197,81 euros por ducado x 400) e 197.810 euros (197,81 euros por ducado x 1.000). Uma peça com este valor oferecida a um político seria, nos dias de hoje, considerada suborno e corrupção. Naquele tempo era considerada uma cortesia e, quanto maior o valor da oferta, maior era a consideração em que o visitante era tido. De igual modo, a oferta do *Livro de Marco Polo* encerrava, em si, um grande significado e uma enorme consideração pelo visitante, uma vez que, segundo as crónicas, estaria guardado na Casa do Tesouro do Senado de Veneza e terá sido entregue a D. Pedro pelas mãos do próprio doge. De igual modo, a hipotética visita do duque de Coimbra à ilha de Murano, contígua a Veneza, onde os frades camaldulos de S. Miguel geriam um convento, terá sido importante, uma vez que esses monges eram considerados grandes cosmógrafos e cartógrafos, contando-se entre eles Fra Mauro, que poderia assim ter conhecido D. Pedro. Também poderá ter sido em Murano que o duque de Coimbra adquiriu o mapa-mundo que lhe é atribuído como uma das peças de maior importância que trouxe da Sereníssima República. O infante D. Pedro terá partido de Veneza, segundo Rogers, a 22 de Abril de 1428, passando por Ferrara e Bolonha, rumo a Florença (Rogers, 46-50).

Florença

Francis M. Rogers baseia-se nas *Epistolae* de Poggii Bracciolini para afirmar que o infante D. Pedro terá chegado a Florença no dia 25 de Abril de 1428 com uma comitiva de 300 cavaleiros – voltamos a ter o número apontado por Domingos Maurício (Rogers, 50). As relações económicas entre Florença e Portugal eram antigas e, por outro lado, o infante chegava precedido pela reputação militar conquistada nas batalhas e vitórias contra os muçulmanos em Ceuta e na Hungria, bem como pelo brilho dos parentescos com a realeza britânica. Assim sendo, só podia ser bem recebido em Florença. Além disso, a presença de D. Gomes Ferreira da Silva – "il Gomezio portoghese" como era afectivamente conhecido –, um monge beneditino português que foi abade do mosteiro de Santa Maria de Florença (designado habitualmente como Badia Fiorentina, cuja torre 'Castagna' está situada em frente da casa de Dante Alighieri, autor da *Divina Comédia*), entre 1419 e 1439, reforçaria ainda mais o bom acolhimento. D. Gomes, além de tratar frequentemente de assuntos relacionados com Portugal, estabeleceu uma relação de proximidade com D. Pedro (também D. Duarte se relacionava com aquele monge, como já vimos na questão do processo de canonização de D. Nuno Álvares Pereira), o que terá aberto muitas portas ao infante português em Florença, tanto no domínio religioso como

no laico. Terá, igualmente, permitido a D. Pedro a entrada na rica biblioteca da abadia, dando-lhe acesso a obras que, de outro modo, não veria com facilidade.

Florença experimentava um forte desenvolvimento nessa altura, depois da crise surgida durante a Guerra dos Cem Anos. Para assegurar uma ligação ao mar, conquistara Pisa e, a partir de então, tornara-se uma potência marítima e comercial, mantendo igualmente uma vasta tradição no domínio financeiro e bancário. D. João I, quando procurou estabelecer um depósito em moeda forte no estrangeiro para fazer face a eventualidades como casamentos ou viagens da família, terá investido 20 mil florins de ouro em títulos de dívida pública do *Monte Comune di Firenze*, através, como já atrás foi dito, da casa Bardi, uma família de banqueiros florentinos que tinha escritório em Lisboa. A visita do duque de Coimbra a Florença tinha também, por certo, a intenção de levantar dinheiro daquela conta para prosseguir a viagem com a comitiva. Deve esclarecer-se que os 20 mil florins de ouro eram uma pequena fortuna – o florim de ouro pesava 3,499 g, o que ao preço actual do ouro (55,80 euros por grama), era equivalente a 195,24 euros por florim. Daí que os 20 mil florins de ouro tivessem um valor de ouro, à cotação actual, de 3,9 milhões de euros. Esse valor, com os juros, foi-se multiplicando ao longo do tempo. D. João I, no testamento, fez questão de deixar aquele fundo ao segundo filho legítimo: "Ao ifamte Dom Pero aalem das terras que tem o que lhe demos no comum de Floremça pella guisa que as them per nossas cartas e assy a seos filhos mayores e netos e a outros descemdemtes lidimos per linha direita" (D. João I, 1967, 2).

Na altura em que D. Pedro visitou a cidade, Florença estava a prosperar, fruto do comércio e das navegações, mas também estava a preparar-se para o futuro. Júlio Gonçalves chama a atenção para a figura de Cosme de Médici, três anos mais velho do que o infante e "amigo" deste, que também viajara muito: "fixando a sua atenção na economia do vasto, ainda misterioso, Oriente". O dinamismo de Cosme de Médici, que Júlio Gonçalves classifica como um animador da ciência e das artes, possibilitaria também o aparecimento de génios como Paolo Toscanelli, matemático, astrónomo e geógrafo que defendia a existência de uma rota para a Índia pelo ocidente, influenciando Cristóvão Colombo, e Filippo Brunelleschi, arquitecto e escultor, cuja obra mais conhecida é a cúpula da catedral de Santa Maria del Fiore, peça fundamental do *skyline* de Florença. Afirma o autor que, com os relatos das viagens longínquas apareciam os primeiros mapas. Também refere: "citavam-se Bartolomeu Florentino ou Nicolà de Conti a darem conta das longas viagens às Índias *major* e *minor*" (Gonçalves, 1955, 232-233). Cosme de Medici,

designado ‘O Velho’, encomendou e fez construir o convento dominicano de São Marcos, considerado uma obra-prima da arquitectura que, em 1444, passou a albergar a primeira biblioteca pública do mundo, sob o patrocínio do mesmo Cosme de Medici.

Júlio Gonçalves refere ainda que existiam várias tertúlias para discussão do presente e do futuro, algumas das quais no Palazzo Vecchio, sob a égide de Cosme de Medici, por onde passavam algumas das mentes mais brilhantes daquele tempo, entre eles cientistas, religiosos e até um futuro papa, Eneas Silvius Piccolomini (futuro Papa Pio II). Salienta Júlio Gonçalves que, além da fama que já trazia, o príncipe era festejado por todas as famílias da Toscana que negociavam em ou com Portugal e que ele ouvia e registava o que diziam: “instruindo-se e documentando-se”. E conclui que, ao despedir-se dos hospedeiros, D. Pedro já trazia na bagagem uma ideia fundamental: “o desafogo económico de que mais do que nunca a sua pátria carecia, vedados os velhos caminhos orientais, renasceria pela circum-navegação africana” (Gonçalves, 235-237). Apesar de muitos investigadores recentes, Júlio Gonçalves incluído, terem aventado a hipótese de uma conversa entre o infante D, Pedro e Paolo dal Pozzo Toscanelli, Francis M. Rogers exclui completamente tal possibilidade, uma vez que, segundo afirma: “princes do not customarily render visits to youthful Doctors of Philosophy”. O autor norte-americano acrescenta que os documentos venezianos e o salvo-conduto florentino enfatizavam que o objectivo imediato de D. Pedro era Roma e a visita ao Papa (Rogers, 1961, 52).

Roma

Um príncipe de Portugal, estando naquelas terras, não poderia deixar de prestar homenagem ao Papa. Martinho V – nome de baptismo Oddone Colonna – era Papa desde 1417, acabara com o chamado Cisma do Ocidente, durante o qual chegaram a existir três Papas, e fixara-se em Roma em 1420. Oriundo de uma família poderosa, recebeu o infante D. Pedro no início de Maio de 1428, com grandes honrarias. Em 16 de Maio enviou uma bula, ou um *motu proprio*, visível nos *Monumenta Henricina* vol. iii, onde começou por afirmar: “venit ad presentiam mostram dilectus filius nobilis vir Petrus” (*Monumenta Henricina*, 1961, 212). Referiu que o infante lhe falara na unção e imposição da coroa ou diadema régio aos monarcas portugueses, por autoridade pontifícia e com as solenidades usadas noutros reinos. Martinho V afiançou que estava disposto a fazer tal concessão caso o rei assim a requeresse. Acrescentou o Papa que as graças e privilégios da Sé Apostólica reverteriam em liberdade eclesiástica no país e em maior fervor na luta contra os ímpios sarracenos e outros inimigos do nome de Cristo (*Monumenta Henricina*, 212). A bula

papal autorizava ainda, segundo Joseph Soares da Sylva, os filhos primogénitos do rei de Portugal a regerem o reino e usarem coroa. O mesmo autor sublinha que o Papa que sucedeu a Martinho V, Eugenio IV, renovou o conteúdo da bula em 1436, sendo então já rei D. Duarte (Sylva, 1730, 317), que não ligava a esses cerimoniais.

Em Roma, o infante D. Pedro visitou os túmulos dos apóstolos S. Pedro e S. Paulo, os locais de martírio dos primeiros cristãos, as relíquias trazidas da Terra Santa e outras lembranças que abundavam na Roma cristã, sublinha Rogers. O investigador norte-americano presume que o príncipe tenha viajado pelos caminhos da costa até à região de Livorno-Pisa e afirma: "he replenished his finances in Pisa on June 16". Também admite que o duque de Coimbra e a sua comitiva possam ter navegado a partir de Pisa, que estava desde 1406 sob controlo de Florença, embora também tivesse adquirido, em 1421, Livorno, cujo porto era, refere, consideravelmente melhor (Rogers, 1961, 52-53). Sabemos que D. Pedro chegou, nos primeiros dias de Julho, a Collioure, em França, e daí partiu para Barcelona. D. Afonso V de Aragão passou, a 6 de Julho, em Valência, um salvo-conduto ao infante D. Pedro e à sua comitiva de cavaleiros e peões para transitarem segura e livremente pelo seu reino. A 9 de Julho o rei de Aragão enviou outra carta aos conselheiros de Barcelona e aos deputados da Catalunha a comunicar-lhes que o príncipe, que estava a chegar, era isento do pagamento de direitos e tinha livre-trânsito para todas as jóias e outros bens que consigo trouxesse para o pai e os irmãos. E, no dia seguinte, ou seja a 10 de Julho, escreveu às autoridades da Catalunha e a todos os súbditos a ordenar-lhes que recebessem o referido infante e a comitiva, acabados de chegar, com todas as honras (*Monumenta Henricina*, 1961, 218-221).

Aragão e Castela

A 12 de Julho de 1428, o infante D. Pedro escreve de Barcelona a D. Gomes Ferreira da Silva, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, a comunicar que ele e a comitiva tinham chegado bem. Já em Aragão, existe registo de festas em Valência, em honra de D. Pedro, nos dias 25 e 29 de Julho e 1 de Agosto. A 2 de Agosto, o infante passou uma procuração, no paço episcopal de Valência de Aragão, a Aires Gomes da Silva, seu conselheiro e ao Dr. Estêvão Afonso, seu chanceler, para, em seu nome, começarem a lavrar o seu contrato de casamento com qualquer senhora ilustre. Testemunharam ainda o documento, Álvaro Vasques (ou Vaz) de Almada, D. Álvaro de Castro, Diogo Gonçalves Rombo e Rodrigo (ou Rui) Fernandes (*Monumenta Henricina*, 228-230). Mas, o infante já tinha escolhido noiva, como podemos comprovar pela carta datada de 7 de Agosto,

onde D. Isabel, filha de D. Jaime, conde Urgel, passou procuração a Berenguer Barutell, arcediago-mor de Lérida e de Mari, Barcelona, e seu tio materno, para a representar no contrato de matrimónio com o infante D. Pedro de Portugal (*Monumenta Henricina*, 230-232). Só alguém que tivesse a absoluta certeza de que haveria total concordância da outra parte para o casamento, escreveria uma carta destas, sobretudo sendo uma senhora. O certo é que D. Pedro continuou o seu périplo e visitou D. João II, rei de Castela, em Aranda de Duero, de quem se despediu a 28 de Agosto. Sabemos que almoçou no dia 31 com D. João de Navarra, em Peñafiel e que no dia 1 de Setembro estava em Valladolid, onde, só então, escreveu uma carta com o nome da noiva escolhida: D. Isabel de Aragão, filha do conde de Urgel. D. Pedro também esclarece que não tinha colocado o nome da noiva na primeira procuração de casamento porque não o sabia, o que parece estranho e sem sentido, sobretudo porque a noiva sabia o nome do infante a 7 de Agosto. A carta de D. Pedro destinava-se a nomear para seus embaixadores ou procuradores no contrato de casamento, Aires Gomes da Silva e o Dr. Estêvão Afonso, a quem, a 5 de Setembro, já no convento franciscano de Zamora, passou nova procuração para a execução do contrato nupcial. Uma procuração testemunhada por D. Álvaro de Castro, Álvaro Gonçalves de Ataíde, Luís de Ataíde e frei João Verba. O contrato matrimonial de D. Pedro com D. Isabel de Urgel foi celebrado a 13 de Setembro de 1428 e o casamento de D. Duarte com D. Leonor de Aragão teve lugar a 22 do mesmo mês.

A confirmação do contrato de casamento do infante D. Pedro por D. João I surgiu apenas a 20 de Março de 1429. A relação fria do infante D. Pedro com o pai, que tinha levado à partida para a viagem de três anos, parece ter-se mantido e agravado com a atitude do rei em relação à mulher escolhida por D. Pedro. Isso mesmo se descortina numa carta de D. Duarte ao irmão D. Fernando para que aconselhasse D. Pedro sobre alguns assuntos. D. Duarte estaria a responder a uma outra carta enviada pelo infante D. Pedro ao irmão D. Fernando, porquanto afirma: "a meu jrmão direys que eu vy sua carta", através da qual declarou: "quanto pouco contente era do que elrey, meu senhor, ordenara em feyto da vynda de sua espossa" (*Monumenta Henricina*, 1961, 301). Não sabemos o que se passou, mas estava relacionado com o casamento de D. Pedro, que não foi conduzido pelo pai, como acontecera com o de D. Duarte. Isto leva-nos às razões da zanga entre D. Pedro e o pai, que poderão ter tido como cerne, precisamente, a decisão sobre o casamento, levando a que o infante quisesse ter o controlo de uma união que era para toda a vida, como, de facto, o foi. Os argumentos, muitas vezes esgrimidos de que o casamento teria sido

‘arranjado’ pelo condestável castelhano, D. Álvaro de Luna, caem por terra em face das datas: 2 de Setembro de 1428, procuração de D. Pedro para que os seus mandatários procurem uma senhora ilustre; 7 de Agosto, D. Isabel de Urgel passa procuração para que o seu representante trate do casamento com o infante D. Pedro. Além disso, é de realçar uma carta da rainha D. Maria de Aragão para o infante D. Pedro, onde sublinhava que, dado o parentesco das irmãs de D. Isabel de Urgel – D. Leonor e D. Joana –, sempre pensara que, pelas suas linhagem e virtudes, podiam consorciar-se com D. Henrique e D. Fernando, irmãos de D. Pedro, que continuavam solteiros (*Monumenta Henricina*, 1963, 148-149). Interessante é também a forma como Jerónimo Zurita, cronista do século XVI nascido em Aragão, resumiu o casamento:

> El Infante don Pedro hijo del Rey de Portugal, que venia de verse cõ Sigismundo Rey de Romanos, entro en Valencia a veyntc y quatro del mes de Iulio deste año; y le fue hecha gran fiesta por el Rey; y hizo se le sala por el Rey, y por la ciudad; y concertose matrimonio suyo con doña lsabel de Aragon: que éra la hija mayor del Conde de Urgel: y a veynte dcl mes de Setiembre fueron embiados mensageros por el Infante a Alcolea: adonde esta ua doña Isabel: y se celebro el desposorio: y fue lleuada a Portugal con grande acõmpañamiento (Zurita, 1578, tomo iii, libro xiii, cap. xlv, 181 v.).

É curioso como dois irmãos muito chegados, D. Duarte e D. Pedro, casam já tarde, ambos com 37 anos, quase ao mesmo tempo, sendo que o primeiro, por ser primogénito e herdeiro da coroa, demorou seis anos em negociações e o segundo, poucos dias depois de conhecer a futura mulher decidiu e concretizou rapidamente o casamento. O infante D. Pedro sabia, por certo das negociações em curso para o casamento do irmão D. Duarte. Tinham sido iniciadas em 1422 e eram dirigidas por D. João I. Mas se não sabia e só ficou a par do consórcio pela carta de D. Afonso V de Aragão quando ainda estava na Hungria, o que não cremos, deve ter ficado chocado com o facto de a família o não ter informado. O tema do casamento pode até ter sido o motivo que afastou D. Pedro do pai e que o levou a viajar pela Europa durante três anos. Tudo indica que D. Pedro não aceitava que o quisessem casar com uma estranha, só por ser princesa, por conveniência ou táctica política, como, aliás, era habitual para os filhos das casas reais e de alta nobreza e como acontecera com seu pai. Isso mesmo fica claro quando se diz que o infante deixou a Hungria de Sigismundo porque este o queria casar com uma das filhas, facto que também faz cair por terra o argumento, por vezes esgrimido, que, mal soube do casamento do irmão, pretendeu casar-se com a primeira que aparecesse. Pelo caminho, da Hungria até Portugal, foi obsequiado com vários bailes onde surgiram donzelas casadoiras que

também não o encantaram. Em Aragão, porém, foi tudo muito diferente e rápido, para ele, mas também para ela, sendo certo que D. Pedro viveu com D. Isabel de Urgel o resto da vida e parece ter-lhe sido sempre fiel.

As viagens terrestres e marítimas permitiram, igualmente, ao infante D. Pedro, viagens interiores, introspectivas e de análise da identidade que, como sabemos, têm fortes ligações à memória, assim como o exame das ligações entre os três estados, com destaque natural para a nobreza, e a crítica da 'performance' do reino, do determinismo económico-político e da comunicação interclassista, como realidades em evolução num mundo às portas do Renascimento. Pode mesmo dizer-se que o infante D. Pedro saiu de Portugal como um cavaleiro medieval e voltou, três anos mais tarde, muito mais aberto ao exterior e ao humanismo nascente. As 'ficções da memória', como lhes chamaram Ansgar e Vera Nünning, em 2003, presentes no *Libro del Infante Don Pedro*, permitiram projectar, ao longo dos séculos e em diferentes países e culturas, a recordação de D. Pedro, como 'infante das sete partidas'. Procurámos com a dissecação das viagens reais pela Europa, a partir de registos, epístolas e crónicas, contribuir para construção da memória do infante D. Pedro com base nas suas acções e no desenvolvimento da sua identidade ao longo do tempo, ao ser influenciada por diferentes culturas, em diferentes lugares e em diferentes períodos de tempo. Uma etapa muito importante da vida do infante que, por certo, teve um peso preponderante no comportamento que assumiu ao longo dos anos seguintes e, sobretudo, na forma como governou o reino durante o período da regência e na conduta que adoptou no decorrer dos meses agitados que se lhe seguiram.

The best lack all conviction, while the worst
Are full of passionate intensity

(*The Second Coming* – William Butler Yeates, 1919)

4 - O homem e a sua obra

O infante D. Pedro foi, como vimos, o quarto filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre que, com a morte de dois irmãos mais velhos, passou a ser o segundo na linha da sucessão, depois de D. Duarte. D. Pedro nasceu em Lisboa a 9 de Dezembro de 1392, mas a figura do infante D. Pedro é-nos desconhecida. Têm-lhe sido atribuídas imagens dos Painéis de São Vicente, mas nunca saberemos se corresponde a alguma delas. Foi assim representado fisicamente pelo cronista Rui de Pina:

> Homem de grande corpo, e de seus membros em todo bem proporcionado, e de poucas carnes, teve o rosto comprydo, nariz grosso, olhos um pouco moles, os cabellos da cabeça crespos, e os da barba algum tanto ruyvos como Yngrés, seu andar apée era vagaroso e com grande repouso, suas palavras eram graciosas, com doce orgam de dizer, e nas Sentenças muy graves e sustanciaaes, e quando alguma sanha o tocava era sua cara muy temerosa, e porém nom lhe durava muyto, cá por syso ou condiçam natural, logo se lembrava de mansydam e temperança (Pina, 1977, 753).

Rui de Pina, num acto de memória biográfica, completa o retrato do infante dizendo que foi justo: "de que lhe veo sempre avorrecer os maaos, e fazer bem aos bõs". Classifica-o como verdadeiro e constante, dizendo ainda: "foy liberal com medida, e assy caçador e monteiro com temperança; porque o estudo em que se mais deleitava o privava de semelhantes prazeres". Descreve-o como o primeiro que fez com que: "os Reis e Pryncepes nestes Reynos comessesm em pubryco, e fossem em suas mesas acompanhados, o que da'antes nam faziam", explicando que, para o infante: "suas mesas devyam ser escollas de sua Corte, pera que custumava mandar ler proveitosos lyvros, e ter praticas e disputa, de que se tomava muyto insyno e doutrina". Refere, igualmente, que, entre outras boas obras, D. Pedro retirou as aposentadorias de Lisboa e construiu a estalagem dos Estaus. E conclui: "porque sua alma recebera de Deos o gallardam, pois em sua vida este mundo lhe foy tam yngrato (Pina, 754). O cronista não sabia ainda, em finais do século XV, as maquinações que viriam a ser perpetradas contra a memória e a imagem do infante D. Pedro, duque de Coimbra.

Jan Assmann, em *Moses the Egyptian: the memory of Egypt in western monotheism*. cunhou o conceito de mnemohistória como a teoria da recepção aplicada à história. Como Assmann diz, a menmohistória concentra-se nos aspectos de significado e relevância que são produto da memória (Assmann, 1997, 9). Também Marek Tamm aborda o debate, antigo, sobre a relação entre história e memória, para propor, num quadro conceptual

alternativo, demonstrar as perspectivas abertas por uma nova via de investigação, a mnemohistória (Tamm, 2013, 458-473) – (ver capítulo 1.9). Assim, podemos completar a descrição de Rui de Pina, escrita no século XVI, com outra mais recente, de 1730, presente na obra *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo D'El Rei D. João I, do ano de 1383 até ao ano de 1433*, quando Joseph Soares da Sylva afirma que, nos cinquenta e sete anos que levou de vida, o infante D. Pedro: "gastou todos no serviço do Reyno" (Sylva, 1730, 364). Também o identifica como um bom católico, o que era uma qualidade muito apreciada no Portugal de então, por acorrer aos ofícios divinos e por ter instituído, no convento de Odivelas, uma missa diária em memória da mãe, D. Filipa de Lencastre. Caracteriza-o ainda como um homem de grande respeito pelas pessoas eclesiásticas, dizendo: "a nenhuma permittio, que lhe ajoelhasse, nem beijasse a maõ". Conhecido por ser irascível, Soares da Sylva afirma que o infante D. Pedro: "com a virtude da mansidaõ moderava a iracundia, e assim nunca lhe durava muito tempo a ira". Por outro lado, descreve: "sempre vestio honesto, e procedeo casto, naõ conhecendo mais, que a mulher própria, e ainda desta se abstinha muitas vezes". Ainda, finalmente no que ao carácter diz respeito, sublinha que o duque de Coimbra e regente do reino: "nunca perdia tempo, nem de fazer bem em todo, e de tal sorte o dispunha, que nunca lhe faltava, nem elle às suas obrigaçoens" (Sylva, 365). Os princípios geradores de práticas distintas e distintivas que reflectem a forma de pensar, sentir e agir que é, no fundo, o carácter, a maneira de ser, de alguém ou de um grupo, correspondem ao conceito de *habitus*, descrito por Pierre Bourdieu (Bourdieu, 1980, 90-96) e que aquele investigador define igualmente como capital cultural incorporado (Bourdieu, 1979, 3-5).

A tentativa de *damnatio memoriae* do infante D. Pedro, que se prolongou no tempo até aos nossos dias, mais do que atacar o carácter do duque de Coimbra, procurou insultar a sua memória e as suas obras, bem como desacreditar os que lhe eram afectos, desde a família aos amigos e seguidores. Para atingir tal desiderato foram utilizadas técnicas retóricas para persuadir as gentes a esquecer e até odiar o infante. A retórica, como sabemos, nasceu, em Siracusa, na Sicília, no século V a.C., em ambiente político e cedo chegou a Atenas. Sempre esteve ligada aos dilemas da democracia e à capacidade dos cidadãos defenderem os seus direitos e também definirem os deveres, constituindo, assim, um *medium*, segundo Assman, na transmissão das memórias, e poderoso no seu instrumental. Nuno José Espinosa Gomes da Silva escreveu, em 2015, a propósito do

casamento do infante com Isabel de Urgel, que "o Infante D. Pedro está incrustado no passado que ainda não passou" e que ainda "é discutido com paixão política". Aquele professor catedrático de Direito, jubilado e especialista em História do Direito, recorre à retórica para realçar o seu ponto de vista. Para isso, aborda duas visões sobre a índole do duque de Coimbra:

> Para uns, foi homem de espírito moderno, quase um democrata, que só não expulsou os jesuítas porque ainda não existiam; homem de larga visão e talento vasto, a quem não falta a auréola do martírio de Alfarrobeira. Para outros, em contraponto, D. Pedro é um homem retintamente medieval, um ambicioso que nada satisfazia e queria rebaixar a principal nobreza do reino, para se elevar (a si e aos seus), um manipulador, que acabou, como tinha que acabar, morrendo, em aberta e clara rebeldia ao rei de Portugal, que pretendia substituir (Silva, 2015,14).

Para realçar a ideia que pretende transmitir, apela ao *pathos* de quem o lê, construindo um *ethos* político por diferenciação face ao outro, ou seja, por conflito. Assim, Gomes da Silva refere que "para uns, o Infante D. Henrique é um falso mito, inventado por nacionalistas retrógrados, reaccionários, carácter mesquinho, homem do passado, que se bandeou com Afonso V, deixando D. Pedro nas mãos dos seus cruéis inimigos". E acrescenta que "Salazar, naturalmente, era contra D. Pedro e, naturalmente, também, favorável a D. Henrique" e cita o historiador Rui Ramos, em entrevista conduzida por Carlos Vaz Marques e publicada na revista *Ler: Livros e Leitores*, de Janeiro de 2010, quando se refere à vigência do Estado Novo:

> Como não era possível as pessoas enfrentarem-se em combates ideológicos directos – porque vinha a censura, vinha a polícia, etc., faziam-no por interpostas pessoas. Por isso, tínhamos aquelas mesmas guerras entre os partidários do Infante D. Henrique e os partidários do Infante D. Pedro. Que era uma forma de discutir o presente com o passado como subterfúgio. Exactamente, o infante D. Henrique era nitidamente fascista, um Salazar disfarçado e o Infante D. Pedro umas vezes era o Norton de Matos, outras vezes outra figura qualquer. Houve uma guerra que deturpou completamente a historiografia porque criou dois mitos (Marques, 2010).

Para Nuno Espinosa Gomes da Silva, quem escreve sobre mitos "ou cai no descarado e deslumbrado panegírico ou no afrontoso e censurável vitupério", no fundo os dois caminhos descritos na *Retórica a Herénio*, que podem ser utilizados com intuitos completamente díspares, porque, como sabemos, o que serve para enaltecer, também pode servir para difamar. E acrescenta que, de um modo geral, "não se admite o *juste milieu* ou, mesmo, que um balanço favorável ou desfavorável, possa assentar numa atitude de procurada imparcialidade, de manifesta honestidade ou de intentada boa-fé"

(Silva, 2015, 15). Pela nossa parte, procuraremos fazer uma abordagem equilibrada e, tanto quanto possível, imparcial, da vida e obra do infante D. Pedro, duque de Coimbra, em diferentes acepções e enquadramentos, apenas referindo o meio-irmão, D. Afonso, duque de Bragança, o sobrinho, D. Afonso V e o irmão, infante D. Henrique, bem como outros personagens contemporâneos, quando tal se revelar imprescindível para a investigação em curso.

Uma das actividades menos exploradas e onde, por vezes, foi esquecido o nome do infante D. Pedro é a intelectual, havendo mesmo alguns autores que não o incluíram no lote restrito dos letrados e homens de cultura do século XV. Armando Norte, na obra *Os Intelectuais em Portugal na Idade Média* destaca: "[dois] infantes da ínclita geração de Avis, em particular o rei D. Duarte e, sobretudo, o duque de Coimbra e futuro regente, D. Pedro". Deles dizendo que foram, em certa medida: "precursores do Humanismo português, quase contemporâneos da eclosão da doutrina na península itálica". Acrescenta que os dois irmãos, a quem faltaram seguidores nos anos seguintes: "foram o raro fruto de uma educação esmerada, do contacto com bibliotecas bem apetrechadas e de um meio familiar que estimulava o conhecimento". E conclui que D. Duarte e D. Pedro foram mais: "o produto das ações e opções culturais de uma família do que o reflexo de tendências culturais esboçadas no reino" (Norte, 2020, 160-161), o que vem, uma vez mais acentuar a importância da rainha D. Filipa de Lencastre, na educação dos infantes.

Perguntamo-nos, então: que razões levaram a que um homem de cultura que teve nas mãos os destinos do reino e que foi leal e dedicado à família e ao rei, seu sobrinho e genro, tenha sido afastado, morto e esquecido? Que peso tiveram as relações politicamente antagónicas entre as famílias aragonesas de D. Leonor, mulher de D. Duarte, e de D. Isabel de Urgel, mulher do infante D. Pedro? Que razões existiriam para, após a morte do infante D. Pedro, procurarem apagá-lo da memória colectiva, quer como homem e político, quer como intelectual? E por que motivo o deixaram insepulto durante três dias, para ser presa das aves de rapina e dos animais do campo? Que papel tiveram D. Afonso, duque de Bragança, e o infante D. Henrique na sequência de acontecimentos que conduziram à morte do irmão e por que foram dos grandes beneficiados pós-Alfarrobeira? Terá o cronista Gomes Eanes de Zurara assumido a intenção de deturpar a memória do infante D. Pedro, plagiando um texto de Afonso de Cerveira sobre a conquista de Ceuta, com os feitos do duque de Coimbra a passarem a ser atribuídos ao irmão D. Henrique? Que conhecimentos existiam na época sobre memória, retórica e propaganda e de que

forma foram utilizados contra o infante D. Pedro? O que poderia ter acontecido, ou não, se D. Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha e irmã de D. Pedro, não tivesse intercedido junto do papa Nicolau V para pressionar D. Afonso V acerca do tratamento dado ao cadáver do tio e sogro? De que forma pode a cultura da época ajudar a compreender a memória daquele tempo e os meandros de uma manobra inusitada no Portugal medieval? Como era vista a figura do infante D. Pedro noutros países por onde passou? E como se pode reconstruir em épocas posteriores? São todas questões a que nos propomos responder ao longo desta investigação.

4.1 - Obras do infante D. Pedro

Muito se disse e escreveu sobre o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, escrito por D. Pedro e pelo confessor, frei João Verba. A obra serve como ponto de partida para a análise dos escritos atribuídos àquele infante. Dedicada ao irmão D. Duarte, a *Virtuosa Benfeitoria* é um tratado moral e político centrado nos actos de dar e receber benefícios, inspirada na obra *De Beneficiis*, de Séneca. As "graças" são um sustentáculo da obra, tal como em Séneca, compondo a alegoria final. João Dionísio, no texto intitulado "Deo Gracias", apresentado, em 2004, no V Colóquio da secção portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval, refere o capítulo XIX, do livro primeiro da *Virtuosa Benfeitoria*, onde se diz que, ainda que o benefício seja feito entre duas pessoas: "sempre se requerem em elle três stados", o primeiro dos quais representa o outorgador, o segundo mostra quem deve agradecer e o terceiro: "nos ensyna o que he rreçebedor do beneffício, ou do gradeçimento" (D. Pedro, 1940, 61) ou, como sublinha Dionísio: "mais claramente, a dádiva, o agradecimento e a retribuição". O caso do infante D. Pedro é interpretado como tendo requerido: "graça" e "Deus concedeu-lha". D. Pedro: "agradece, isto é, oferece *Deo Gracias*", a expressão final da obra do duque de Coimbra (Dionísio, 2005, 160). No segundo dos seis livros que compõem a *Virtuosa Benfeitoria*, surgem alusões a autores então conhecidos, como Aristóteles "no iij liuro da moral filosofia", Túlio [Cícero] "em sua rectorica" e ainda São Tomás [de Aquino] no "prymeiro liuro da ij parte da soma da theolisya" (*Suma Teológica*), mostrando, assim, o conhecimento dos autores clássicos e das suas obras (D. Pedro, 1940, 66). A dedicatória a D. Duarte contém o resumo do infante sobre a constituição da obra: "este trauctado da uirtuosa benfeituria he partido em VI liuros o primeyro declara que cousa he a uirtuosa benffeyturia". Já o segundo livro: "traucta como o beneffício deue ser dado". O terceiro: "falla como a virtuosa bemfeytoria deue seer rrequerida". O quarto: "deuisa como o beneficio deve ser rrecebido". O quinto

liuro: “declara que cousa he agradecimento e en que maneyra deue seer feito”. O sexto: “e postumeyro liuro demostra os modos perque as benffeyturias se podem perder”.

O *Livro dos Ofícios,* traduzido pelo infante D. Pedro, manteve-se em manuscrito desde o século XV e teve de esperar por 1948 para conhecer a primeira edição, convertendo-se em objecto de memória a ser mediado em futuros contextos. Essa primeira edição ficou a dever-se a Joseph-Maria Piel, um filólogo e linguista alemão, especializado em línguas românicas, designadamente galego e português. Piel não teve dúvidas em atribuir a D. Pedro a tradução para português do *De Officiis*, de Cícero. Na introdução ao *Livro dos Ofícios*, publicado em 1948, Joseph M. Piel, refere:

> Entre os autores da Antiguidade, são dois os que, devido ao seu carácter de “moraes filósofos”, mereceram à Idade Média um culto especial: Séneca, em primeiro lugar, tratado quase no mesmo pé de escritores cristãos, e Cícero. Entre as obras deste último, ocupam incontestavelmente o primeiro plano, e foram praticamente as únicas a serem estudadas, a chamada Retórica, ou seja o tratado incompleto intitulado *De Inventione*, e o *De Officiis* (Piel, 1948, x).

Joseph Piel faz ainda referência, em nota de rodapé, à “chamada *Retórica Nova*”, correspondente à “*Retórica a Herénio*, falsamente atribuída a Cícero” (Piel, 1948, x). Uma obra que poderia ter lugar nas bibliotecas da época, designadamente nas monacais, situadas nos conventos, mas também nas capitulares, localizadas em igrejas, ou outras que foram nascendo, nos finais da Idade Média, em bibliotecas de reis, príncipes e nobres, incluindo a de D. Duarte, descrita no *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte* ou *Livro da Cartuxa* – exemplo significativo dum objecto de memória que se constitui em documento literário que, como afirma Erll, é um dos mais ricos mediadores da memória –, com um inventário de 87 manuscritos, alguns dos quais em mais de um volume (D. Duarte, 1982, 206-208).

A tradução para português da obra *De Officiis*, que Marco Túlio Cícero escreveu em 44 a.C. para português foi descoberta num códice (C/66) da Academia Real de História, de Madrid. Só que o bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva, autor do *Diccionario Bibliographico Portuguez*, expressara, em 1862, dúvidas sobre a autoria da tradução, uma vez que, tal como no manuscrito do *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, existia uma dedicatória, esta anónima, ao infante, depois rei, D. Duarte. Ora, segundo o bibliógrafo, existe nessa dedicatória uma frase que lança a perplexidade: “falando-se n'ella com D. Duarte acerca do infante D. Fernando, se chama a este *uosso irmão,* quando aliás

cumpriria dizer *nosso".* Admite, é certo, que possa ter havido uma confusão de quem examinou o texto e remata: "nada mais facil para leitores inexperientes que a troca no manuscripto da letra *u* por *n"* (Silva, 1862, 379). Dúvidas que, como as de José Joaquim Nunes, na *História da Literatura Portuguesa* organizada por Albino Forjaz de Sampaio, Joseph-Maria Piel – editor crítico e anotador da edição portuguesa de 1948 do *Livro dos Ofícios* – classifica como "inconsistentes", colocando, como diz, "afoitamente o nome do Infante D. Pedro no frontispício desta edição", por ter como certo "ser ele o autor da versão portuguesa quatrocentista do tratado ciceroniano *De Officiis*" (Piel, 1948, v). Explica Piel: "tendo-lhe sido oferecido por D. Fernando um manuscrito do *De Officiis*, entusiasmou-se ao lê-lo e traduzi-lo oralmente a pessoas das suas relações, que insistiram para que o trasladasse integralmente por escrito" e, como não tinha a pretensão de ser bom latinista – aliás, é elucidativa a frase do infante D. Pedro para o doutor Vasco Fernandes de Lucena, na carta para que "lhe tornasse a Oração de Plínio em linguagem" quando afirma: "para cavalleyro e não letrado, eu arazoadamente entendo latim" (Cód. 51-v-28, Biblioteca da Ajuda, fól. 67) – e tinha "ocupações mais prementes", acabou por produzir um trabalho com "imperfeições", sobretudo no livro terceiro, mas que, ao contrário de outras obras de filosofia moral, sublinha: "o *De Officiis* visa fins eminentemente práticos" (Piel, 1948, ix).

O especialista em Filologia Românica e antigo professor das Universidades de Coimbra e de Lisboa salienta a importância do trabalho do duque de Coimbra para a língua portuguesa, sublinhando: "o que para nós, modernos, forma um todo harmonioso", sem pensarmos no trabalho de séculos e de muitos para o alcançar, constitui, no infante: "um dualismo em que contendem os modos de dizer e os vocábulos que as eras medievas elaboraram e consagraram, com *as novas maneiras de falar*, graves e compassadas, que um novo ideal de ilustração requeria". Uma situação caricaturada quando refere que é curioso observar como o infante, ao contar uma anedota: "se abandona ao correr da pena, tomando o seu português um andamento fácil e familiar, digno de um Fernão Lopes", ao contrário de quando: "se embrenha em construções desordenadas e mal inteligíveis, à medida que o texto latino exige dele maior trabalho de espírito" (Piel, xxxi). Ainda assim, não deixa de se pronunciar a favor da tradução de D. Pedro quando afirma:

> Uma nota simpática, à qual não podemos ficar insensíveis e que depõe a favor do Infante, é a de não ceder com facilidade à miragem do latinismo lexical ou sintáctico, como fizeram alguns dos seus contemporâneos, p. ex. o Dr. Vasco Fernandes de Lucena, e Enrique de Villena, tradutor da Eneida (Piel, xxxiii).

Joseph-Maria Piel identifica o *Livro dos Ofícios*, traduzido pelo infante D. Pedro, como: "um documento interessante da crise em que a Língua se encontrava no momento da transição entre a Idade Média e o Renascimento" – assunto do interesse da mnemohistória, que se preocupa com as inter-relações entre o passado, presente e futuro (Tamm, 2013, 466) –, porque, explica Piel: "[a língua portuguesa] se vê constrangida a satisfazer as exigências não só de novos géneros literários, como ainda de um novo ideal de civilização". Enaltece o papel em prol do desenvolvimento e ampliação do léxico da língua portuguesa que cabe ao infante D. Pedro, a quem classifica como uma "nobre e única figura da história medieval" que: "no meio de preocupações de ordem guerreira e política, encontrou ainda tempo para satisfazer a sua curiosidade intelectual, interrogando e interpretando pacientemente um tratado latino de filosofia moral" (Piel, xxxvii).

Joseph-Maria Piel empenhou-se na divulgação das obras dos infantes de Avis e as edições críticas e autónomas do *Leal Conselheiro* e da *Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sela*, de D. Duarte, são de sua autoria, em 1942 e 1944, respectivamente. As duas obras estiveram desaparecidas durante séculos, até serem publicadas, conjuntamente, em 1842, por iniciativa de José Inácio Roquete, presbítero que custeou a edição, com base num códice iluminado descoberto na Biblioteca Real de Paris. Existe uma outra edição, anónima e sem a introdução de Piel, datada de 1943. Já o *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte* (também conhecido como *Livro da Cartuxa*, devido ao facto de o exemplar que sobreviveu ser uma cópia oferecida ao convento da Cartuxa de Scala Coeli, em Évora) parece ser a mais antiga obra conhecida de D. Duarte. Uma obra que o infante, depois rei, foi escrevendo ao longo da vida e que fornece, além de pensamentos, uma antiquíssima forma do 'Padre Nosso' em português (Ver anexo 17) e informação sobre a administração central do reino, contribuindo para o conhecimento da história política, militar e económica, conforme refere Oliveira Marques na nota intitulada "O Livro da Cartuxa como Fonte Histórica" (Marques, 1982, vii-xii). Também a ciência e a cultura da época ali ficam expostas, divulgando, entre outras informações, o rol de livros da biblioteca de D. Duarte. A obra revela ainda como se fazem cisternas sem abóboda em Itália, bem como receitas e mezinhas contra várias afecções, incluindo a peste, e contém uma colecção de conselhos sobre as expedições de conquista no Norte de África, bem como cartas de e para D. Pedro e outros aristocratas (D. Duarte, 1982).

Autor, tradutor e instigador de outras traduções, o infante D. Pedro é, ainda assim, reconhecido em diversas publicações – na *Bibliotheca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado, de 1752 – como autor, com frei João Verba, do *Livro da Virtuosa Benfeitoria* e tradutor para português do *Livro dos Ofícios (De Officiis)*, de Marco Túlio Cícero, do *Compêndio da Arte Militar* (*De Re Militari*), de Vegécio, embora nunca tenha sido encontrado o original, assim como do *Regimento dos Príncipes* (*De Regimine Principum*), da autoria de Egidio Romano que, pelo menos, mandou traduzir. É possível que também tenha traduzido ou mandado traduzir o *Livro de Marco Polo*, que trouxera de Veneza e que, anos mais tarde, foi dado ao prelo por Valentim Fernandes, um alemão que está entre os primeiros editores existentes em Portugal – a tradução adoptou o título *Marco Paulo* (Pereira, 1922, i-xxv). Terá ainda sido o autor de inúmeras cartas, a começar pela de Bruges, de 1426, dirigida ao infante D. Duarte (a quem remeteu muitas outras epístolas), ou a missiva escrita, em 1440, ao conde de Barcelos, D. Afonso, seu meio-irmão, sobre a libertação do infante D. Fernando, preso em Fez, ou outra ainda, de 1446, também dirigida a D. Afonso, já duque de Bragança, e uma última, de finais de 1448, dirigida a D. Fernando, conde de Arraiolos e filho do duque de Bragança. Mas também se aventurou no domínio da poesia. O "Poema em Louvor da Cidade de Lisboa", escrito, ao que tudo indica, no final da vida, em 1449, perdeu-se, mas ficou um outro: "Em Louvor de Joam de Mena", integrado no *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*.

Não podemos deixar de recordar que os estudos de cultura estão intimamente ligados à memória e aos fenómenos linguísticos e que estes, com os sistemas de representação, estão agregados à construção de significado. A representação, como a define Stuart Hall, ou seja, a produção de significado através da linguagem – uma qualquer linguagem –, como já atrás ficou definido, tem aqui um papel fundamental, uma vez que, os livros, os poemas ou as cartas nos transmitem a representação contextual e conceptual dos autores. De realçar também que estes textos cumprem os sentidos material, simbólico e funcional, colocando-nos perante verdadeiros 'lieux de mémoire', como foram definidos por Pierre Nora, ou seja, representações culturais do passado que, no entanto, não garantiram a perenidade da memória e da grandeza ao infante D. Pedro, relegado historicamente para a sombra dos irmãos, em particular D. Henrique e D. Fernando. Porquê? Porque diferentes situações extratextuais e de enraizamento de tradições alteraram a escala de valores e influenciaram a criação de outras imagens e de outros reflexos do passado. Desenvolve-

se, assim, uma mnemohistória em que, de acordo com o conceito de Assmann, vontades e fitos políticos de uns se projectam no devir do colectivo

4.2 - Preocupação com a universidade

Durante a viagem por terras estrangeiras, o infante D. Pedro realizou diversas tarefas relativamente ao reino, um périplo que a maior parte dos investigadores diz ter começado em 1424 ou 1425 e terminado em 1428 mas cujo início alguns, como Inocêncio Francisco da Silva e o Abade de Castro [25], antecipam para 1416. Todavia, Oliveira Martins, em *Os Filhos de D. João I*, contesta: "a partida de D. Pedro não pode pôr-se, nem em 1424 segundo a tradição, nem em 1416 segundo afirma, sem provas o abb. de Castro" (Martins, 1936, 89). Para Oliveira Martins, D. Pedro teve de adiar a partida: "por causa das complicações de 1417 com Castella" e depois "pela expedição a Ceuta em 1418", onde o pai, no entanto, não lhe permitiu ir. "N'esse próprio anno [1418] partiu, porém, necessariamente, pois no principio do seguinte vamos encontral-o na Hungria", conclui (Martins, 88-89). Fosse quando fosse a partida – a data mais correcta parece ser Setembro de 1425 –, uma das tarefas do infante durante a viagem foi escrever uma carta de conselhos ao infante D. Duarte, que tinha já responsabilidades de governação, por delegação do pai. Fê-lo, presumivelmente em 1426, presupõe-se que a partir de Bruges (Ver anexo 1), a pedido do irmão, como refere no preâmbulo, para falar de: "algumas cousas nas quaes antes de minha partida por vezes vos falei, e algumas outras que me pareceram depois que dela parti" (Pedro, 1426, 1).

Para chegar ao assunto da universidade, D. Pedro refere os prelados, que diz terem grande impacto nas gentes e refere que não deveriam ordenar clérigos antes de estes professarem as ordens menores e com a certeza de que professariam as ordens sacras. E se isto não fosse do agrado dos prelados, ao menos: "nam dem ordens a nenhuma pessoa que nom saiba falar latim" e, para que os prelados não pudessem desculpar-se com a "mingoa de latinados", afirma: "ami parece que a Vniversidade de vossa terra devia ser emendada" (D. Pedro, 2). Começa por sugerir que houvesse na dita Universidade: "dous ou mais Collegios em os quaes fossem mantheudos escolares pobres e outros ricos vivessem dentro com eles e as suas próprias despezas" (D. Pedro, 2), de forma a garantir a melhor

[25] Inocêncio Francisco da Silva assume: "a moderna opinião do sf. Abbade de Castro" de que a viagem teve início em 1416, "porque os antigos chronistas assignavam ao facto a data de 1424" in *Diccionário Bibliographico Portuguez* (tomo 6º), 1862, p. 375.

qualidade dos quadros recrutados em diferentes classes sociais, fossem eles eclesiásticos ou administrativos.

Seguem-se conselhos sobre a forma de regrar alguns sectores da Igreja, sobretudo o dos frades e outros clérigos, para que não cultivassem a "ociosidade", podendo: "escrever, ou se ocupar em outras cousas em guiza que a Vida não seja tão seguida de quem não cumpre". Apontou igualmente a necessidade de regular a administração de albergarias e capelas, para que não fossem danificadas ou destruídas. Em termos de comportamento foi igualmente peremptório: "dos Fraires, mandar que nenhum Fraire não coma em Camera se não for por notavel necessidade, nem durma senão em comũ dormitório, e asi doutras cousas das quais alguns poderião informar vossa merce". Mais ainda, aconselha o irmão e futuro rei: "sempre senhor antre os Prelados me parece que devem ser mais prezados os velhos, que por grande tempo bem viverão, que os mancebos sobejamente honestos", acrescentando um ditado, por certo muito conhecido na época: "muitas vezes o Sol em seu começo fervente traze chuva, e o que he menos claro dura todo o dia" (D. Pedro, 3), com o intuito de proteger a experiência e sabedoria dos mais velhos, ante o voluntarismo e o entusiasmo dos mais novos que, por vezes, esmorece num fósforo. A experiência e aquilo a que Raymond Williams chamou cultura registada, a ser transmitida e seleccionada pela nova geração.

4.3 - Força, virtude primordial na Carta de Bruges

Mas no que às "cousas temporais" dizia respeito, o infante deixa um legado claro ao afirmar: "a mi parece que o regimento de toda a Republica vem das quatro Virtudes Cardeaes, e destas algumas entendo que não são em esse Reino em boa perfeição" (D. Pedro, 1426, 4) – 'Força' na procura do bem e defesa do reino; 'Justiça', dando aos outros o que lhes é devido; 'Temperança', ou moderação, que assegura o triunfo da vontade sobre os instintos; 'Prudência', sapiência ou sabedoria, considerada a virtude-mãe, pela qual a razão pode discernir sobre o bem e os meios para o atingir. Estas quatro virtudes, que tinham como pressuposto as virtudes teologais – Fé, Esperança e Caridade –, de conhecer e amar a Deus, estiveram sempre presentes na mente do infante, que as conservou como guias espirituais ao longo da vida.

Na Carta de Bruges, o infante D. Pedro referiu-se em primeiro lugar à 'Força' que estava na população e na boa orientação que lhe fosse dada, sendo que desta decorria a defesa

do reino. Para isso, tornava-se indispensável travar o despovoamento das terras, evitando os perigos e trabalhos em que aquelas gentes eram postas: "sem necessidade, e com grande dano", retirando algumas leis ou ordenações, diminuindo os tributos e os dias de trabalho gratuito que o povo rural tinha de assegurar. Visava, com isso, conter o fluxo de gentes dos campos para as cidades, onde muitos não tinham trabalho e se dedicavam à indigência, deixando os campos sem braços para assegurar o abastecimento do reino em víveres e soldados. Aconselhava, pois, D. Duarte a fazer a repartição das gentes pelas diferentes "Comarcas", segundo entendesse que era apropriado. Os que fossem abrangidos, teriam: "dous proveitos, hum era de serem privilegiados; e outro era por averem contias", mas também teriam deveres: "um de terem armas e outro de terem cavalo", acrescentando uma reflexão: "ami parece que a cada hum proveito devia ser apropriado seu encarrego" (D. Pedro, 1426, 4). Isto porque havia um grande défice de cavalos e de armas em Portugal, o que era, em seu entender, preocupante para a defesa do território, pelo que ao futuro rei, já governante em nome do pai, D. João I, sugeria:

> Deveis ordenar que todolos Vassalos, que não são homens Fidalgos, nem forão nas guerras passadas, se quiserem aver os privilegios que tenhão Cavalos, e se lhe derdes as conthias, que tenhão armas; e se se podesse ter maneira como elles as conthias ouvessem, entendo que farieis muito de vosso serviço, e grande defençom de vossa terra (D. Pedro, 4).

Já no que dizia respeito aos coudéis – antigos capitães de cavalaria –, o infante D. Pedro aconselhava, na Carta de Bruges, que se instituísse uma remuneração apropriada e decente, porque: "[se] vos não ordenaes a este ganho certo, eles os tomam desordenando quebrando e passando vossas ordenações e regimento, com grande damno e gastamento de vosso povo". Se fossem bem e atempadamente pagos, não teriam motivos para não suportarem os encargos que sobre eles pendiam, nem para roubarem e aterrorizarem as gentes do povo: "e vos teríeis razom de os penardes ['castigardes', segundo o *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, de Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo] quando os achareis em erro" (D. Pedro, 5).

Outra parte da força de um reino estava, entendia o infante; "no repairamento e garnição das Villas e Castellos e boa guarda dos Almazães", sublinhando: "[que] as obras necessarias são muitas vezes esquecidas e sobre as voluntarias se dá grande trabalho ao povo e se faz grande despesa", sem que os homens fossem bem dirigidos e as obras fossem realmente reconhecidas como necessárias pelo povo. Deste modo, os dias entregues ao serviço do reino poderiam até ser mais do que um ou dois por mês, desde

que as obras a realizar pudessem ser reconhecidas pelo "sojeito" como sendo para seu proveito e defesa do reino. E, tal como havia recomendado para as coudelarias, assim fazia para as obras, aconselhando D. Duarte a encarregar: "homem que fosse bom e de boa autoridade" para supervisionar as obras, despachando os assuntos menores e que, dos grandes, desse conta à casa real para que os pudesse despachar consoante as necessidades e disponibilidades (D. Pedro, 1426, 5).

Relativamente aos armazéns, o infante D. Pedro dizia crer que, em poucos anos, tinham aumentado em grande número, começando por referir que, por falta de "trez ou quatro taboas" com que se fizesse um armário para guardar os abastecimentos, muitos se tinham perdido (D. Pedro. 1426, 5). Atribuía a responsabilidade pelo funcionamento dos armazéns aos "Corregedores das Comarcas" – magistrados administrativos e judiciais que representavam a coroa em cada uma das comarcas do reino – que, em seu entender, deveriam estar sujeitos ao "Regimento". Ainda assim, sublinhava que seria de grande valor para o reino que, todos os anos, "ou ao menos de dous em dous anos", se fizessem visitas inspectivas a todas as comarcas para ajuizar da conservação dos armazéns e dos aprovisionamentos neles contidos (D. Pedro, 6).

4.4 – Justiça e Temperança…

A 'Justiça' é outra virtude que, segundo o infante: "parece que não reina nos corações daquelles que tem carrego de julgarem a vossa terra, a fora no do Senhor Rey e no vosso se mais são eu nom som certo", acrescentando que a Justiça que estava nos corações do rei D. João I e de D. Duarte não extravasava o círculo real, como devia. Em seu entender, os governantes deviam querer que houvesse rectidão em todo o reino e ordenarem que assim se fizesse. Além disso, sugeria que os que em Portugal estivessem encarregados da Justiça fossem homens bons, temessem a Deus mais do que aos reis e temessem mais ainda perderem a confiança real com outros afectos ou proveitos mal ganhos, afirmando; "e quando estes servissem como deviam, recebessem conhecidos galardões, e osq. fizessem o contrario (…) não escaparem dalguma pena" (D. Pedro, 1426, 6). Sobre a a questão da justiça escreveu ainda o infante D. Pedro:

> Pareceme Senhor que a Justiça tem duas partes: huma de dar a cada hum o que he seu, e a outra darlho sem delonga; e ainda que eu cuido q. ambas em vossa terra igualmente falecem, da derradeira som bem certo e esto faz tão grande dano em vossa terra que a muitos feitos aquelles que tarde vencem ficam vencidos: e eu vejo em vossa Corte muitos Officiaes de Justiça, e de todolos elles sayr poucos

> dezembargos [despachos, segundo o *Elucidário*], e pareceme que se pode destes e tal multidão dos Cortezãos de que vos diante escreverei bem firmar o dito de Izaias *Multiplicasti gentem sed non magnificasti laetitiam* [Multiplicaste este povo e a sua felicidade - Frase da Bíblia, Isaías, ix, 3], (D. Pedro, 6).

E a terminar a abordagem deste tema, o duque de Coimbra ainda acrescentou que se os oficiais de Justiça tivessem vontade de despachar e fossem diligentes poderiam obviar aos atrasos, sublinhando que não seriam mais que cinquenta que não tinham tais vontades. Aconselhava a que se seguisse, como D. João I ordenara, o livro de Bártolo – seguramente Bártolo de Sassoferrato (comuna italiana da província de Ancona), um jurisconsulto do século XIV que escreveu comentários sobre o *Corpus Juris Civilis*, contribuindo para o desenvolvimento do Direito público e privado –, contanto que fosse conhecido e utilizado pelos decisores, bem como as Leis e Ordenações do Reino, retirando as que estivessem revogadas e guardando as outras que, sublinhava, deviam ter provisão e estar tituladas segundo os assuntos a que aludiam (D. Pedro, 6). Como já vários jurisconsultos, como João das Regras, o advogado que, nas cortes de Coimbra de 1385, fizera valer os direitos de D. João I ao trono português, tinham feito anteriormente, deixava o conselho que se compilassem as leis em vigor, expurgando-as dos decretos já obsoletos.

4.5 - …Prudência

A terceira virtude a que se referiu foi a 'Temperança', ou moderação, deixando o encargo de sobre ela falar a pregadores e confessores, ou seja ao clero, mas não quis deixar de referir que, neste domínio, Portugal estaria em melhores condições que outras paragens por onde andara. E a última das quatro virtudes cardeais que o infante invocou na carta foi a 'Prudência', de que entendia ver muitos erros, alguns dos quais são os grandes impedimentos ou demoras desordenadas e que poderiam ser remediados. Muita gente, referiu D. Pedro, toma sem receio: "o Senhor Rey evos e nos todos vossos Irmãos pera suas Cazas", bem como todos os outros senhores da terra, "e todolos males que se desto seguem vos não poderia escrever mas trazervos ey alguns". Falou então, entre parêntesis, das grandes despesas que o rei e os demais nobres faziam: "que a terra o nom pode soportar" e, por via das quais, se lançavam impostos e imposições que corrompiam a boa-fé das gentes. Porque em qualquer vila ou lugar que acolhia as comitivas, por força do direito de aposentadoria, perdiam as gentes da terra as casas e roupas, que não queriam mais recuperar, e: "por esto em todo o lugar os vossos são já igualmente mal aposentados" (D. Pedro, 1426, 7).

Como acentuou Manuela Santos Silva no artigo "Protagonistas Ainda Que Ausentes: «As Mulheres nas Cortes Medievais Portuguesas", inserido na obra *As cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional*: "o uso desregrado do direito de aposentadoria era, sem dúvida, uma das preocupações que melhor se detecta em capítulos gerais, especiais e apresentados pelo clero nas cortes dos finais da Idade Média". E acrescenta: "[que] em relação às Igrejas e Mosteiros, os clérigos, abades e abadessas se queixavam dos muitos abusos cometidos à luz do antigo direito de comedoria". Direito que incluía a expulsão dos aposentos dos próprios membros da comunidade e: "a utilização dos serviços profissionais de prostitutas dentro do espaço dos conventos" (Silva, 2006, 221). Porque, além de utilizarem as casas e consumirem os bens que, muitas vezes, as gentes do campo guardavam para o ano inteiro, alguns senhores também perseguiam as mulheres e filhas dos lavradores. Sem entrar nestes pormenores, D. Pedro chamou igualmente a atenção de D. Duarte para a perda dos animais requeridos aos lavradores das terras por onde passavam e se instalavam as comitivas reais ou senhoriais.

Um erro que lesa a 'Prudência', e para o qual o infante D. Pedro alertou o irmão na missiva enviada de Bruges, diz respeito ao número excessivo de pessoas que faziam parte das casas real e dos infantes. Porque os fidalgos abandonavam as terras, sem quererem aprender os ofícios dos pais, nem servir outros senhores, invadindo a corte: "em esperança de serem escudeiros del Rey ou nossos, ou de cada hum de nossos Irmãos". E sublinhou que "esta gente", ainda que queira servir e agradar não o pode fazer, porque não sabe. E se o fazem: "he com tamanha tristeza e aborrecimento que eu entendo que seu serviço he a vos mais de nojo que de folgança". Sem querer nomear outros impedimentos ou embaraços, o infante fez questão de acentuar: "o remedio destes males seria o Senhor Rey e vos, e todolos que vivemos sob vossa Ordenança", não tomarem senão gente cumpridora e "os que tomasseis por escudeiros fossem homens fidalgos e de boa linhagem" (D. Pedro, 1426, 7). Poderá aventar-se que a carta de Bruges, além de documento, constitui-se como monumento – como reconhecem Jacques Le Goff e Paul Zumthor –, por ser um pequeno tratado de boa governação oferecido a D. Duarte e, por consequência, ao poder.

4.6 – Ceuta e a questão económica

No corpo da carta ao irmão, o infante escreveu que, apesar de nunca ter criticado os feitos de Ceuta, chegara à conclusão: "[que] enquanto estiver assim ordenada como agora, esta

que he muy bom sumidoiro de gente de vossa terra e darmas e de dinheiro" (D. Pedro, 7). E, dizendo ainda sentir que alguns homens com autoridade de Inglaterra e "daqui" (supõe-se que de Bruges) "deixão já de falar na honra e boa fama" e falam: "na grande indiscripção que he em a manterem com tão grande perda e destruiçom da terra", acrescentou que, em seu entender, eles tinham menos informação sobre a situação do que ela era na realidade. "O remedio desto Senhor por muitas vezes o falaste e o sabeis melhor do que eu vos poderia escrever", sublinhou, sem nunca dizer qual a solução de que o irmão D. Duarte falara, mas deixando subentendido que seria o abandono de Ceuta, rematou: "pareceme Senhor que faríeis serviço de Deus e vosso ordenando sem delonga" (D. Pedro, 8).

O texto pega, de seguida, na questão económica para dizer, como já foi atrás referido, que as desvalorizações da moeda não tinham lugar por aquelas terras onde passara e que dessas desvalorizações só advinha grande pobreza, pelo que afirmou: "pareceme Senhor que deveis muito de requerer que se não faça". Passando para a área política, D. Pedro recomendou a D. Duarte que tivesse homens dos grupos sociais dos três estados – do clero, da nobreza e do povo ou: *oratores, bellatores, laboratores* – para o aconselhar a: "que não ordenasseis cousa contra seus proveitos, nem em quebranto de seus bons privilégios", para depois exemplificar, afirmando ter ouvido dizer que, por não estar nenhum fidalgo na comitiva, certa vez, em Montemor, se dera uma ordem que causara grande afronta aos fidalgos: "contra suas Liberdades antigas" (D. Pedro, 8).

O infante termina a epístola a D. Duarte afirmando que, para muitas das coisas que enumerara, acreditava ter, em grande parte, contribuído, mas também que tinha grande vontade de se corrigir e que, com a ajuda do irmão "o seria em breve tempo". E explicava, ainda que sem grande pormenor, as razões da saída da sua terra: "se me dela party huma das razões foi por mais não ser em culpa deles", ou seja, uma das razões da viagem seria para não continuar a sentir-se culpado de alguns desmandos, ainda que sabendo que, com a sua partida: "o Senhor Rey e vos tendes agora mais encarregos". Mas também dizia que se Deus lhe encaminhasse bem a vida, desejava regressar para os aliviar dos trabalhos e responsabilidades que, por sua causa, tinham na altura, procurando ajudar em tudo o que sentisse ser serviço de ambos e correcção de todas as demoras e impedimentos. E, no remate final, afirmou que se o que acabara de escrever não era bom nem razoável: "eu vos peço por merce que vos me nom ajais por culpado porque eu nom o sey melhor

entender" e, se o tinha feito, fora mais para cumprir as ordens do irmão D. Duarte do que por ter vontade de, então, falar em tais assuntos (D. Pedro, 8-9).

A Carta de Bruges é um primeiro indício da transformação que se estava a operar na mente do infante D. Pedro. Um homem que tinha nascido e sido criado num ambiente feudal de suseranos, vassalos e tributos indiscriminados, mas que a educação da mãe alertara e educara para uma outra realidade e estava a descobrir um antropocentrismo onde a liberdade e o individualismo humanos eram compatíveis com a religião cristã, um humanismo que também despertava o espírito para os mistérios da ciência e a ânsia do saber, que já o perseguia há muito. Entre as fontes primárias de que dispomos (não são muitas), as cartas revelam-se de primordial importância na estruturação e construção da memória. E, pelo registo autobiográfico, ajudam a vislumbrar o perfil do duque de Coimbra, as acções que desenvolveu e o tempo em que viveu.

4.7 - Conselhos ao novo rei

Os dois infantes, D. Duarte e D. Pedro, foram sempre muito próximos, talvez mais que qualquer um dos outros irmãos. Isso mesmo se pode constatar no *Leal Conselheiro*, quando, no capítulo xvii, a propósito da "quinta e sexta diferenças para que caiamos em ociosidade", referindo-se a D. João I, D. Duarte afirma: "omuy excelẽte, e uirtuoso rey meu senhor e padre cuja alma deos aja, fez huũ liuro das oras de sancta maria, e salmos certos por os finados, e outro damoontaria", acrescentando sobre o irmão: "eo jffãte dom pedro meu sobre todos prezado, o amado jrmaão, decujos feitos e uida muyto som contente, compoz o liuro da uirtuosa benfeituria, e as oras da confissom" (D. Duarte, 1982, 94). Existiu, amiúde, uma regular troca epistolar entre os dois irmãos, como a carta enviada por D. Pedro quando, após a morte do pai, D. Duarte ascendeu ao trono (Ver anexo 18). Essa missiva está contida no *Livro da Cartuxa* e no capítulo iv da *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, de Ruy de Pina, assim como no volume iv dos *Monumenta Henricina*, e é datável de Agosto de 1433, mês em que faleceu D. João I. D. Pedro, avisado em Coimbra da gravidade de situação encetou viagem mas, ao passar em Leiria, foi informado do infeliz desfecho e da aclamação do irmão como rei. Ali ficou os dias necessários para, como relata Rui de Pina, se preparar e aos seus: "como ho tempo e caso requeria" (Pina, 1977, 495). Dali escreveu ao novo rei D. Duarte e partiu para com ele se encontrar no Paço de Belas, donde: "se partiram ambos para Sintra", onde estavam a rainha D. Leonor e o filho primogénito, D. Afonso, que, segundo a crónica: "foi logo aly jurado em auto solene pelos Ifantes e outros principaaes por herdeiro dos Regnos despois

da morte d'ElRey seu Padre" (Pina, 1977, 499). Não é preciso discorrer sobre a proximidade que teria de haver entre os dois irmãos, pois o teor da referida carta enviada de Leiria por D. Pedro é eloquente. Só alguém com grande intimidade poderia dedicar aquelas linhas a um novo rei e este colocá-las no seu livro de notas ou de conselhos.

D. Pedro começa por se referir ao irmão, aclamado como rei no dia de Santa Maria – 15 de Agosto de 1433 –, nestes termos: "de taes novas me aprouue muyto por uos, que sois a pesoa do mundo que eu mais amo". Enumera em seguida as sete virtudes que, em seu entender, fazem: "o rrey mais glorioso ante Deus e ante os que uerdadeiramente julgão". A primeira: "que o rey seja catholico e muyto firme na fe"; A segunda: "que ame e garde e faça gardar justiça sem embargo de odio ou affeiçom nem deleixamento"; A terceira: "que seja forte, defendendo suas terras dos jmigos manifestos e escondidos e de todolos danynhos e malfeitores, estrangeyros e naturaes"; Ainda na terceira: "que seja uerdadeiro, per coração e per palavra, e prinçipalmente em grandes feytos"; A quarta: "que seja graado de vontade e per obra (…) non tomando a hũs por dar a outros, nem dando tanto hũ dia, que, per todo o ano, non tenha que dar, nem tanto a hũ nem a poucos, que os mais fiquem sem receber merçes". Este ponto, refere ainda a necessidade de equidade nas decisões reais. Assim, preconiza que o rei dará: "aqueles que conhecer que por bem serujrem ou bondade, o mereçem, e non lhe esqueçendo os que por Deus ou segundo Deus o requerem; e, em seu dar ou negar, ser desempaçhado", ou seja desembaraçado (Viterbo, 1984, 212); A quinta: "ser graçioso e de bom acolhymento aos naturaes e estrangeyros, sem companhia desoluta"; A sexta: "ser diligente sobre a prouença e bom regymento de sua terra e de sua fazenda e pondo em elo homens virtuosos e sabedores e que amem a ele e ao bem da terra"; A sétima e última: "que seja fyrme em seus bons propositos e detryminações, non se mudando senam por muy claras e grandes auantajens" (D. Pedro, 1962, 249-250).

O duque de Coimbra passa então dos conselhos gerais a outro tipo de situações que, no início do reinado do irmão, lhe parecem merecer certos avisos e cuidados. Assim, começa por recomendar ao novo rei que tenha em atenção o que ao rei seu pai disser respeito, mostrando: "uerdadeyro amor agora despois da morte, mais nas cousas que aproueytarem a sua alma que nas çerimonjas", embora não sejam de enjeitar as cerimónias requeridas, lembrando ao novo rei que assim como sucede na herança, também fica obrigado nas dívidas. Refere ainda que D. Duarte deve ter grande aviso e bons conselhos sobre a maneira como se comportará como pessoa e no governo do reino, pondo-se ao serviço de

Deus e fazendo o bem para si e para o país. A questão, sublinha, é que é hábito fazer mudanças e criar novas leis e ordens que, de início, são mais depressa executadas que mais tarde. Avisa, igualmente: "senhor uos agora farão muytos e muy desauyrados requyrimentos e petytorios e uos darão conselhos de muytas cousas e de muytas guerras", mas chama a atenção: "as cousas que uos muy claramente non pareçerem boas e razoadas non as outorgueis nem detrimjneis nem as que uos claramente non pareçerem mas e desarrezoadas não as negueys". De seguida, recomenda uma reflexão profunda que permita determinar as intenções e propósitos do novo rei. "E se sentyrdes que he muyto ardente e aficado em correger as cousas erradas e encamynhar todo bem que poderdes", afirma, então: "pensay como o uoso trabalho non he de hũa ora e que uos cumpre de tal guysa trabalhar que posais muyto tempo trabalhar". E se o rei visse a vontade enfraquecida e os muitos e cansativos trabalhos lhe parecessem demasiados, pensasse então nos: "muyto mayores que uoso padre e os outros prinçipes pasarom e pasão. E como Deus deu a uos tanto syso e uyrtude que sois abastante pera pasar tanto como o que mais pasou". E para ultrapassar estes cuidados e receios entendia que seria de grande ajuda: "dardes uosos encarregos a taes pessoas como na sexta ujrtude declarey [homens virtuosos e sabedores que amassem o rei e pugnassem pelo bem do reino], ficando as mayores alçadas deles e de suas detremjnações a uos" (D. Pedro, 1962, 250-251).

O infante D. Pedro termina a epístola dizendo ao seu "senhor" que, se escrevia estas coisas, ainda que lhas tivessem também dito, por certo, os do conselho real, era porque lhe aprazia estar na conta dos que bem o aconselhavam, pedindo ainda desculpa por, eventualmente, se ter esquecido de algum assunto em que o rei deveria ser avisado. Também refere que lhe parecera não fazer o que devia se não o dissesse e escrevesse, sabendo o que uma primeira grande impressão faz na afeição e na fama junto do povo, porque: "ajnda que uos conheçesem por muy bom e muy ujrtuoso jfante todos esgardão e esgardarão [se perguntam e considerarão] que rey sereis". Por isso, aconselha D. Duarte a trabalhar quanto puder e que as primícias do seu reinado sejam: "praziues a Deus e proueytosas a uosos sojeytos e, creçendo em melhor por muytos anos, acabeis em seu serujço e leixeis uosos reynos ao jfante meu ssenhor e uoso filho" (D. Pedro, 1962, 251). Uma situação em que o secundogénito dá conta de ter apreendido bem os ensinamentos da mãe relativamente ao trono e à lealdade que lhe é devida. Estas cartas inserem-se no género literário dos livros de aconselhamento aos príncipes que vêm desde a Antiguidade, com Xenofonte, Filodemo e Cícero, e na Idade Média adoptaram o modelo dos chamados

‘espelhos dos príncipes’, de que são exemplo o *De Regno*, de S. Tomás de Aquino, ou o *De Regimine Principum* (Regimento dos Príncipes), de frei Gil de Roma ou Egídio Romano, que D. Pedro terá traduzido ou mandado traduzir para a educação de D. Afonso V.

4.8 – A poesia do infante

O *Cancioneiro Geral*, publicado em 1516, congrega poesia palaciana reunida pelo escritor Garcia de Resende, também ele poeta. Reúne poesias dos séculos XV e início de XVI, em português e em castelhano. Conta com quase mil poemas de 286 autores, a maior parte portugueses, mas também alguns castelhanos de peso, como Jorge Manrique, Juan Rodriguez del Padrón, Lope de Stúñiga, marquês de Santillana ou Juan de Mena. Este último manteve uma relação de cordialidade com o infante D. Pedro, retratada num poema do *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende* e foi um dos grandes poetas castelhanos do século XV. *Laberinto de Fortuna*, também conhecido como *Las trescientas* (por compreender 297 estrofes), é a sua obra maior e é considerado um dos poemas mais importantes da literatura medieval em língua castelhana, sendo uma obra que terá procurado recriar a gesta dos poemas épicos latinos. Inicialmente manuscrito, *Laberinto de Fortuna*, de 1444, foi uma das primeiras obras a ser impressas no país vizinho, no final do século XV. O *Cancionero general* de Hernando de Castillo, publicado em Valência, em 1511, onde também participam aqueles e outros poetas, embora seja composto, maioritariamente, pelos trovadores do tempo dos reis católicos, é considerado como inspiração da obra de Garcia de Resende. Como o também o será o *Cancionero de Baena*, por ter sido compilado no país vizinho, em 1445, por Juan Alfonso de Baena.

Monumento medieval das letras portuguesas e uma das primeiras obras de poesia profana portuguesa, *O Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, preservou poemas do infante D. Pedro, de seu filho, o condestável D. Pedro, mas também de D. Luís de Azevedo, que escreveu um poema inspirado na morte do infante. A obra poética do infante perdeu-se, sobrando apenas este poema que D. Pedro regente escreveu em louvor de Juan de Mena:

Nom vos sera gram louvor
por serdes de mim louvado,
que nam sam tam sabedor
em trovar, que vos dei grado.
Mas meu desejo de grado
a mim praz de vos louvar,
e vós o podeis tomar

tal quejando vos é dado.

Sabedor e bem falante,
gracioso em dizer,
coronista abastante
em poesias trazer
ou de novo as fazer
u compre, com gram meestria,
de comparar melhoria
dos outros deveis haver.

D'amor trovador sentido,
com'a quem seu mal sentio
e o houve bem servido,
e os seus segredos vio,
e de todo departio
mui fermoso e mui bem,
como poode dizer quem
vossas copras ler ouvio.

De louvar quem a vós praz
aconsselhar lealmente,
desto sabeis vos assaz
e fazei-lo sajesmente.
E assentar-s'oo presente
creo nam terdes igual,
de consoar outro tal
julgue-o quem o bem sente.

Fim.

Por todo esto sam contente
das vossas obras que vejo
e as nam vistas desejo,
fazê-me delas presente (Resende, 1990, 85-86).

Ao que o poeta castelhano replicou:

Princepe todo valiente
en los fechos muy medido,
el sol que naaçe en oriente
se tiene por ofendido
de vuestro nombre temido,
tanto luze en ocidente.
Soes de quien nuca os vido
amado publicamente,
tan prefeto, esclarecido,
que por sirdes bien regido,
Dios vos fizo su regiente.

Vos de reys engendrado
Y de reys engendrador,
hijo dino muu loado
de rey santo vencedor.
Linaje d'emperador,
cabeça de gram senado,
de lealtad y d'amor
tan gran fruto havés mostrado
que a vuestro gram honor
dos reys y ũu senor
son y es muy obrigado.

Nunca fue despues ni ante
quien viesse los atavios
y secretos de levante,
sus montes, insoas y rios,
sus calores y sus frios
como vos, senhor Ifante.
Antre moros y judios
esta gram virtud se cante,
entre todos três gentios
cantaram los metros lios
vuestra perfecion delante.

Vos de mi no dar lovores,
mas recebirlos deveis,
vos, gran senhor de senhores,
que haveis fecho y fazeis
tanto que grandes autores
muy acupados teneis
en dezir vuestros dulçores,
porque siempre vos lhameis
princepe de los mejores,
porque creçan los lavores
desse reino portugues.

E o infante retorquiu:

Como terra frutuosa,
Joam de Mena, respondestes,
com messe mui abastosa
do fruito que recebestes.
Mas em esto vós arrastes

louvar mais do merecido,
mas por mim é recebido
que louvando m'ensinastes.

Fim.

Aquele que devisastes
seguirei a meu poder,
sequer que possam dizer
que muito nam sobejastes (Resende, 1990, 86-88).

Ante estas linhas, como novo elemento do puzzle mnémico que se procura construir, é fácil imaginar o autor como um homem sensível e sem soberba, satisfeito por se aventurar no terreno dos poetas, mas vaidoso por se dirigir a um grande trovador de Castela. As relações entre ambos foram, por certo, fortes e, talvez por isso, continuaram, mais tarde, com o condestável D. Pedro, filho do regente. Também por isso é fácil perceber a boa imagem internacional do infante D. Pedro, em especial no reino vizinho. Mas, mais do que tudo, é a memória cultural a funcionar, uma vez que são recordações produzidas por outrem que nos permitem vislumbrar um pouco mais sobre uma figura como a do infante D. Pedro. A selecção, levada a cabo pelo tempo e pelas condições ambientais, é uma limitação, razão pela qual temos de aproveitar estas pequenas 'pérolas' que nos saltam ao caminho. Joseph Soares da Sylva, na obra *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo D'El Rei D. João I, do ano de 1383 até ao ano de 1433*, impresso em 1730, afirma: "na Livraria que foy do Cardeal de Sousa, e existe na Cafa dos Duques de Lafoens, Marquezes de Arronches, se acha hum livro de quarto, que contém as obras Poeticas do Infante D. Pedro" (Sylva, 1730, 366). Igualmente anterior ao Terramoto é a *Bibliotheca Lusitana,* de Diogo Barbosa Machado, que, no tomo iii, nos fala de uma obra da autoria do infante D. Pedro, "O Poema em Louvor da Cidade de Lisboa" (Machado, 1966, 545), que muito gostaríamos de encontrar para sabermos como via, vivia e sentia a cidade capital do reino.

4.9 - Os filhos de D. Pedro e a cultura

Um outro poema atribuído no *Cancioneiro Geral* ao infante D. Pedro: "Sobre o Menospreço das Cousas do Mundo, em Linguagem Castelhana, as Quaes têm Grosa" (Resende, 1990, 88-125), é, afinal, da autoria do filho, o condestável D. Pedro que, como os poetas castelhanos, em especial Juan de Mena no *Laberinto de Fortuna*, socorre-se da história e da mitologia grega e romana para exprimir ideias e esconjurar as mágoas. José

Maria Octavio de Toledo, em 1875, no artigo intitulado "El Duque de Coimbra y su hijo el Condestable de Portugal", publicado na *Revista Occidental*, foi o primeiro a provar que o poema era do filho e não do infante D. Pedro, mostrando, inclusive: "la obra tuvo que escribirse después de la muerte de D. Alvaro de Luna en 1453, y antes de 1457, fecha del manustrito de la Biblioteca Nacional", porque sabemos: "que el Condestable vivió desterrado en Castilla desde 1449 hasta fines de 1457 ó princípios de 1458" (Toledo, 1875, 306-307). Teófilo Braga também o reconheceu no início da década de 1880, no artigo "O Condestável de Portugal", publicado no nº 9 da revista *O Pantheon: Revista de Sciencias e Lettras* (pp. 138-141). Luís Adão da Fonseca em *Obras Completas do Condestável Dom Pedro de Portugal*, de 1975, refere igualmente a questão da autoria e menciona três versões das *Coplas del menesprecio e contempto de las cosas fermosas del mundo*, todas do século XV – dois manuscritos, um existente na Biblioteca do Escorial e outro na Biblioteca Nacional de Madrid, ambos do século XV, sendo que aponta ao primeiro a data de 1453-54 e o segundo é datado de 1457, assim como uma edição, impressa em Saragoça, em 1490 (Fonseca, 1975, xiv-xviii). Luís Adão da Fonseca afirma que foi esta última edição que Garcia de Resende utilizou para incluir no *Cancioneiro Geral*, alterando o título e juntando-lhe a seguinte indicação: "Do ifante dom Pedro, fylho del rrey dom Joam da gloriosa memoria'" (Fonseca, 1975, xix).

Ainda antes do exílio em Castela, já o condestável D. Pedro se relacionava com alguns dos grandes expoentes da poesia espanhola daquele tempo, como mostra a carta que lhe foi enviada pelo marquês de Santillana, Íñigo López de Mendoza, ainda em vida do infante D. Pedro, a acompanhar uma remessa das obras do referido poeta, humanista, bibliófilo, militar e estadista. Uma carta que Teófilo Braga diz referir-se a uma obra do condestável D. Pedro, *Satyra de felice e infelice vida*, com a frase: "algunas gentiles cosas de tales que yo he visto compuestas de la vuestra prudencia". Teófilo Braga diz que a obra foi composta pelo príncipe com 18 anos e oito meses, ainda em Portugal, em 1448 e que: "a Carta do Marquez não é anterior a 1448, e por isso sabe-se quais eram as *gentiles cosas* a que se referia" (Braga, 1880, 141). Na missiva (ver anexo 6), Santillana questiona: "e que cousa é a poesia, (que em nosso vulgar Gaya Sciencia chamâmos) [26] senão um fingimento de cousas uteis, cobertas ou veladas, com mui formosa cobertura, compostas,

[26] A expressão "Gaia Ciência" refere-se ao aparecimento da moderna poesia europeia na Provença do século XII e que, no dialecto provençal, diz respeito aos requisitos necessários para escrever poesia, espírito livre e habilidade técnica – "gai saber" ou "gaya scienza" (Barros, 2007, 84).

distinguidas e medidas por certo conto, pêso e medida?" (Santillana, 1445-1449, iii). O condestável D. Pedro deixou uma obra assinalável, designadamente em termos epistolares, mas também termos de textos e poesia. São de sua autoria quatro poemas atribuídos ao rei D. Pedro I no *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Segundo Luís Adão da Fonseca, entre as obras epistológráficas, encontram-se um *Razoamento de despedida dirigido à princesa Dona Joana de Portugal*, que durante muito tempo foi atribuído a D. Afonso V, um *Conselho dirigido a Dom Afonso V sobre a guerra no norte de África*, uma *Carta dirigida ao cronista Gomes Eanes de Zurara.* Assinalável é também uma colecção de cartas escritas entre 1464 e 1466, já como conde de Barcelona e rei de Aragão. Mas as suas obras maiores foram a *Sátira de Felice e infelice vida*, em prosa e verso, dedicada à irmã, a rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V; a *Tragedia de la Insigne Reina Dona Isabel*, escrita já depois do regresso a Portugal; e, finalmente, as *Coplas del menesprecio e contempto de las cosas fermosas del mundo*, dedicadas ao primo D. Afonso V.

As *Coplas del menesprecio e contempto de las cosas fermosas del mundo* são compostas por mil versos, em 125 oitavas, onde o condestável D. Pedro exorta à solidão, ao silêncio, à humildade, à privação e à "santa" pobreza, mas também canta a misericórdia, a formusura, a paciência, a verdade e a obediência, a constância, a honestidade e a clemência, assim como a amizade. Como o pai não esquece as virtudes, três delas teológicas – Fé, Esperança e Caridade – e as quatro virtudes cardeais, que o infante esgrimira na carta enviada de Bruges ao irmão D. Duarte, em 1426 – Força, Temperança, Justiça e Prudência. Fala ainda da sorte, da riqueza e da enganosa fama, bem como das honras e dignidades não reais, assim como dos bons e dos maus reis. A obra foi escrita quando o autor se encontrava em Medina del Campo, entre Junho de 1453 e final de 1455, durante período de exílio em Castela – conforme refere Adão da Fonseca –, depois de ser exonerado pelo rei D. Afonso V do cargo de condestável do reino, em 1448, e da morte do pai, em 1449 ((Fonseca, 1975, xiv). Pode dizer-se que o poema nos mostra alguém amargurado com a vida, que reflecte sobre a efemeridade dos bens terrenos por oposição aos valores espirituais, por certo muito influenciado pelo drama do pai. O autor deixa bem clara a temência a Deus logo nas primeiras linhas para, de imediato, abraçar a mitologia ao dirigir-se a Minerva, também identificada com a deusa helénica Atena, que – simboliza o conhecimento e a sabedoria. É uma prova da grandiloquência do autor e do vasto conhecimento das fontes e dos autores clássicos.

Ao longo das páginas do poema, o condestável D. Pedro refere-se a figuras de cultura clássica conhecidas como Homero, Vergílio, Ovídio, Catão, Cícero, Plínio, Aristóteles, Sócrates, Platão e Séneca, mostrando conhecer bem a história e mitologia greco-romanas, assim como, naturalmente, a Bíblia. Apesar de não lhe reconhecer grande originalidade, Luís Adão da Fonseca realça duas características na obra do condestável D. Pedro. A primeira: "a sua dimensão cortesã", uma vez que Portugal se vinha afirmando como um centro cultural de importância crescente. A segunda: "é expressão inequívoca do impacto provocado pela transição dos tempos medievais para o Renascimento que se notava claramente na Península Ibérica já em meados do século XV" (Fonseca, 1975, viii). O que assume particular importância quando se procura traçar o perfil cultural do infante D. Pedro, seu pai, que criou um filho com a qualidade intelectual e a capacidade do condestável D. Pedro, mas também das filhas, como D. Filipa, que recolheu ao convento de Odivelas, onde viveu dezassete anos e onde escreveu *Conselho e voto da Senhora Dona Filipa, filha do Infante D. Pedro sobre as Terçarias, e guerras de Castela*, publicado em 1643 por frei Francisco Brandão, monge de Alcobaça (Brandão, 1643), ou ainda *Prática feita ao Senado de Lisboa em tempo que receava algum tumulto* e traduziu do francês *Evangelhos e Homilias de Todo o Ano* que, além das ilustrações à pena, de sua autoria, terminava com um poema. Mafalda Frade, em: "Contributo para a história da tradução em Portugal: as primeiras tradutoras conhecidas", refere aquele poema, dos vários que D. Filipa de Coimbra terá produzido, afirmando: "o que faz com que seja considerada a primeira mulher de que há registo, nas letras portuguesas, a quem é possível atribuir o título de poetisa". Para a investigadora da Universidade Nova de Lisboa, estas obras, que terão tido início no reinado de D. João II, época: "em que, muito respeitada, foi consultada sobre os problemas que grassavam no Reino" são o testemunho: "do prestígio e autoridade que lhe eram atribuídos ao tempo – numa época em que as mulheres praticamente não tinham voz política" (Frade, 2016, 145).

D. Filipa foi responsável pela educação da beata 'Santa Joana Princesa', filha de D. Afonso V e sua sobrinha. Além disso, sendo versada em línguas, incluindo o latim, efectuou traduções das obras de São Lourenço Justiniano, que o Papa Nicolau V consagrou como primeiro patriarca de Veneza. Estas e outras obras de D. Filipa perderam-se, como foi o caso de *Nove Estações ou Meditações da Paixão mui devotas para os que visitam as Igrejas Quinta-feira de Endoenças*, impresso por D. Catarina, viúva de D. João III, e *Prática feita ao Senado de Lisboa em Tempo que Receava algum Tumulto*. Até hoje

chegou apenas *Conselho e Voto da Senhora Dona Felippa, filha do Infante D. Pedro, sobre as Terçarias & Guerras de Castella*, publicado pela Oficina de Lourenço de Anveres, em 1643. Também traduziu do francês *Evangelhos e Homilias de todo o anno*, que terminava com um poema de sua autoria. Mafalda Frade afirma que terá sido autora de vários, acrescentando: "o que faz com que seja considerada a primeira mulher de que há registo, nas letras portuguesas, a quem é possível atribuir o título de poetisa" (Frade, 2016, 145). Robert Southey, historiador, escritor e poeta britânico do século XIX, diz estar preservado no convento de Odivelas o manuscrito original que assim termina:

Non vos sirvo, non vos amo,
Mas dezejovos amar,
De sempre vossa me chamo
Sem quem non há repouzar.
O vida, lume, e luz,
Infinito Bem e inteiro,
Meu Jesu Deos verdadeiro.
Por mim morto em a Cruz,
Se mim mesma não desamo
Non vos passo bem amar,
A me ajudar vos chamo
Para saber repousar (Southey, 1876, 234).

Outra das filhas do infante, D. Isabel, rainha de Portugal, casada com D. Afonso V, terá mandado traduzir o *Livre des Trois Vertus*, de Cristina de Pisano, virtudes essas que são: razão, justiça e rectidão. O livro foi impresso em Lisboa, em 1518, por ordem de D. Leonor, sob o título *O Espelho de Cristina*. Os outros filhos foram D. João, príncipe de Antioquia, membro da ordem do Tosão de Ouro – fundada por Filipe, o Bom, em homenagem a D. Isabel de Portugal –, casou com Carlota de Lusignan, princesa herdeira do Chipre e, por o pai desta estar prisioneiro dos turcos, tornou-se Príncipe de Antioquia e regente do Chipre; D. Jaime, cardeal e arcebispo de Lisboa, arquidiocese que governou sempre a partir de Roma; D. Beatriz que casou com Adolfo de Clèves, senhor de Ravenstein, e lhe deu dois filhos. Todos morreram jovens, mas não tão jovens quanto a filha mais nova de D. Pedro e D. Isabel de Urgel, D. Catarina – ignorada até por alguns autores – que, após a morte do pai fugiu do ducado de Coimbra com a mãe e terá falecido, no convento de Santa Clara, antes de atingir a maioridade. Na prole de D. Pedro, e apesar dos meandros vivenciais de cada um, reverbera a memória dos padrões educativos, éticos e estéticos, delineados por D. Filipa de Lencastre.

A morte do infante D. Pedro foi objecto de inúmeras abordagens ao longo dos tempos. Primeiro em verso, por um cavaleiro-fidalgo da casa do infante D. Pedro, vedor da

fazenda e membro do conselho régio durante a regência, Luis d'Azevedo, que escreveu "À morte do ifante Dom Pedro, que morreo n'Alfarroubeira, e vam em nome do ifante", publicado no *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende,* mas também do filho mais velho, o condestável D. Pedro e de vários outros poetas, como adiante veremos. Em prosa, como também veremos, foram sendo igualmente produzidos textos da autoria de Manuel de Faria e Sousa, Frei Luís de Sousa, Joseph Soares da Sylva, António Pereira de Figueiredo, cardeal Saraiva, Joaquim Pedro de Oliveira Martins, Marcelino Mesquita, Gaspar Dias de Landim, Manuel Heleno, Montalvão Machado, Dias Dinis ou Lita Scarlatti. Primeiro em 1973 e depois, na reedição, em 1979-1980, também Humberto Baquero Moreno dedicou dois volumes à *Batalha de Alfarrobeira – antecedentes e significado histórico*. O antigo catedrático de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e grande medievalista, escreveu, a propósito do infante D. Pedro, a quem dedicou boa parte da sua obra, que a batalha de Alfarrobeira, que opôs às forças reais a facção do antigo regente, marca, sobretudo, o termo duma crise política e social que estava em aberto desde que se tornara público o teor do testamento de D. Duarte, segundo o qual o governo do reino pertenceria a D. Leonor. Refere também que o significado histórico dessa dita 'batalha' se traduziu no triunfo de um importante sector da nobreza: "cuja mentalidade, eivada de interesses de tipo senhorial, se opunha deliberadamente à concepção estatal, de cunho centralizador, posta em execução pelo Infante D. Pedro, durante o seu governo" (Moreno, 1979, 663).

4.10 – Língua portuguesa e nação

O infante D. Pedro foi um promotor da língua portuguesa, quer através das obras que produziu, traduziu ou fez traduzir, sobretudo a partir do latim, algumas das quais chegaram aos nossos dias, bem como através das inúmeras cartas que escreveu. Sabemos que a língua é um organismo vivo e que está em constante mutação. Quando o infante D. Pedro nasceu, em 1392, falava-se, segundo José Leite de Vasconcellos, o português arcaico ou galaico-português, na terminologia de Pilar Vázquez Cuesta, ou ainda o português antigo, de acordo com a nomenclatura adoptada por Luís Lindley Cintra. O certo é que a língua que se falava – e que falamos hoje – foi influenciada pelas línguas dos povos que habitaram ou invadiram a península Ibérica ao longo dos tempos, com destaque para os romanos, que impuseram a sua língua, ainda que influenciada por fenómenos e vocábulos locais, e os árabes, embora não possamos esquecer outros povos, como os germanos, celtas, suevos ou visigodos.

Ana Paula Banza e Maria Filomena Gonçalves, docentes da Universidade de Évora, na obra *Roteiro de História da Língua Portuguesa*, de 2018, falam da adequação da língua ao espaço geográfico e neste caso do galaico-português, primeiro ao condado Portucalense e depois ao reino de Portugal. Até há pouco tempo, o reinado de D. Dinis era tido o como o início da utilização do galaico-português, mas estas investigadoras referem a descoberta de documentos mais antigos, um de 1173 – "Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais" – outro de 1175 – "Notícia de Fiadores" –, assim como outros documentos datados entre 1214 e 1255. Referem ainda que a partir de 1255, existem trinta e quatro documentos em português da Chancelaria de D. Afonso III e que esse uso se estendeu depois, com D. Dinis, a todos os documentos emanados da corte, alargando-se posteriormente a outros centros produtores de documentação (Banza e Gonçalves, 2018, 33-34). As investigadoras referem que, além de características gerais muito relevantes: "como a oscilação gráfica ou o grande número de abreviaturas", os textos permitem identificar as características e fenómenos linguísticos, sobretudo de natureza fonética, mais relevantes deste período: "verificando-se que o português antigo tem como principais características as que resultam dos fenómenos ocorridos em latim vulgar ou no início do período romance" (Banza e Gonçalves, 35). Em qualquer caso, afirmam que o galego já estava separado do português: "podendo considerar-se, a partir daí, como uma língua românica autónoma, o que, naturalmente, não invalida a grande proximidade linguística que continua a ter com o português" (Banza e Gonçalves, 36).

A revolução de 1383-1385 foi um marco no desenvolvimento da língua portuguesa, estabelece Esperança Cardeira. Afirma que, deste período, resultou a queda da antiga nobreza e a instauração de uma nova dinastia que substituiu as classes no poder, centralizando-o em Lisboa. Aquela docente de linguística histórica sublinha a deslocação do poder político para sul, o que refere que foi importante para a evolução da língua, uma vez que se traduziu: "na rejeição das caraterísticas linguísticas da nobreza vencida, substituindo-as pelas da região em que a nova corte se instalou". É neste período, sustenta, que se devem procurar: "as raízes de uma oposição que marca, até hoje, a paisagem humana e linguística em Portugal continental", ou seja, aquilo que diz ser: "a oposição entre 'galegos' e 'mouros', entre um norte-noroeste de 'terras antigas', ligado à Galiza, e um centro-sul moçárabe, de terras reconquistadas e repovoadas" (Cardeira, 2015, 2). Sublinhando, em seguida que nação e língua resultam de processos intimamente relacionados. Por isso, afirma: "a emergência de um idioma nacional não deve ser

analisada como um mero conjunto ordenado de mudanças linguísticas, aparentemente divorciadas da realidade social" (Cardeira, 2015, 1). Já Carolina Michaelis referia: "pelas lutas com Castela, depois da vitória de Aljubarrota, que excitaram febrilmente a actividade nacional, a língua também experimentou notáveis alterações" (Michaelis, 1956, 20). Também os descobrimentos portugueses, na opinião de Ivo Castro, marcam um segundo período no desenvolvimento e expansão da língua, com a existência de um português europeu e de um português extra-europeu. Ao mesmo tempo, esses descobrimentos trouxeram ao reino novas gentes e novas culturas, o que também influenciou o desenvolvimento da língua (Castro, 2004, 87-88).

As nações não têm sempre origens nas guerras, mas a guerra funciona muitas vezes como um catalisador, quem o diz é Hagen Schulze em *States, Nations and Nationalism. From the Middle Ages to the Present* (Schulze, 2004, 112). Também refere: "It is true that nations existed before they were so called, as a sense of community rooted in collective emotions, as language, shared traditions and simple comradeship in arms", formas de organização política que, sublinha, começaram a evoluir simultaneamente com as nações após o fim da Idade Média europeia (Schulze, 113). De acordo com este investigador, a Guerra dos Cem Anos, contra a França, acelerou o desenvolvimento da língua inglesa: "in 1363 an English Parliament was for the first time opened by the Lord Chancellor in English". Além disso: "in 1368 a royal decree was published for the first time in Middle English alone, and in 1399 King Henry IV used English to deliver his claim to the throne before a kind of parliamentary assembly" (Schulze, 117). Do seu ponto de vista, o desenvolvimento da língua inglesa teve aspectos puramente práticos, como na Guerra dos Cem Anos, quando: "the English archers with their longbows had proved their superiority over the mounted French knights, so that the archers had become the backbone of the English army", o que teve como consequência: "their commanders were thus obliged to use the language of the people" (Schulze, 117). Curiosamente, os arqueiros ingleses também foram decisivos na vitória portuguesa em Aljubarrota. Talvez por isso, arqueiros e, sobretudo, besteiros, passaram a ter um papel de destaque a partir de D. João I. Com o tempo, a par dos besteiros, passaram a estar os espingardeiros, que disparavam armas de fogo portáteis, colobretas ou colubrinas, com um cano de metal montado numa base de madeira que disparava esferas a uma distância de, pelo menos 180 metros. Mais tarde passaram a usar espingardas de mecha. Os espingardeiros são referidos na malograda tentativa de conquista de Tânger, em 1437, e em Alfarrobeira, em 1449. Pelo meio, o

regente D. Pedro terá investido na compra de armas de fogo portáteis, que acabaram por ser uma das razões da sua morte.

É curioso como, também por aqui, podemos observar que o infante D. Pedro estava à frente do seu tempo. Ao fomentar a existência de um número crescente de espingardeiros, estava a tirar espaço à nobreza cavaleiresca. Schulze diz-nos que, com a introdução das armas de fogo, a força militar da aristocracia chegava ao fim. Porquê? Porque as formações de cavalaria, geralmente da nobreza, eram difíceis de controlar e gerir em acção e, por isso, tendiam a ser substituídas como corpo principal de um exército pela infantaria: "whose firearms were capable of killing at long range, and whose square formations of pikemen successfully resisted to enemy's cavalry". Além disso, a infantaria, desde que fosse paga adequadamente, era mais disciplinada e fácil de comandar durante as batalhas (Schulze, 36). O autor dá como exemplo da racionalização dos exércitos e dos reinos a criação, por Charles VII, em 1445, das *Compagnies d'ordonnance*, uma nova formação militar que constituiu a primeira instituição castrense permanentemente à disposição do rei (neste caso de França). Até então, o rei, sempre que tinha de fazer guerra, convocava os nobres que, no respeito das normas feudais, participavam com as suas hostes (Schulze, 36). Esta modificação foi mais um passo em direcção à degradação do poder nobiliárquico. Schulze também refere que, para sustentar as despesas crescentes com este tipo de organização, o erário público tinha de ser mais eficiente, reclamando para si receitas que, antes, eram cobradas pelos nobres e instituindo os impostos reais que, ainda assim, só começaram a ser cobrados regularmente no século XVI (Schulze, 36).

4.11 - A revolta da nobreza

Alberto Baquero Moreno faz uma retrospectiva do início da regência do infante D. Pedro e salienta que, apesar do antagonismo entre alguns sectores da nobreza, o próprio infante D. Henrique, o infante D. Pedro e os seus partidários, pelo receio de uma intervenção militar dos infantes de Aragão a favor da irmã, D. Leonor (viúva de D. Duarte), construíram um entendimento patrocinado por D. Henrique nas cortes de Torres Novas de 1438 e, depois, nas cortes de Lisboa de 1439, que cimentou a posição do infante D. Pedro com o apoio da burguesia e do povo (Moreno, 1979, 663). Curiosamente, antes mesmo das cortes de Torres Novas, alguns nobres fizeram um pacto contra o infante D. Pedro. Ficaram ajuramentados nesse pacto, segundo refere Rui de Pina, o marechal Vasco Fernandes Coutinho, que depois foi o primeiro conde de Marialva, o arcebispo de Lisboa,

D. Pedro de Noronha, o irmão D. Sancho de Noronha, que seria mais tarde conde de Odemira, e o prior do Crato, D. Frei Nuno de Gois, que se reuniram secretamente numa igreja, como relata Rui de Pina:

> Que ho Regimento do Reino, e cryaçam d'ElRey, e seus Irmaaos per disposyçam do Testamento d'ElRey fycára, como sabyam, que não saysse do poder da Raynha; o que elles devyam requerer, e procurar que se comprysse; assy por ser razam, como por a Raynha ser Molher estrangeira, da qual por se mostrarem em favor de seu servyço, e tençam sempre receberiam honrra, favor, mercee, e acrecentamento; e por ysso devyam trabalhar, que nam vyesse em maneira alguma ao Yfante Dom Pedro, de cujos rigores, e mostranças suas falsas, que fazia ao Povo, de justo, e saã conciencia nom podiam receber, se nom o contrayro; e que ysto lhes seria facyl de fazer; porque por parte do Yfante Dom Pedro, quando muyto podesse ser, seria Povo, e gente meuda, que sem cabeceiras nom teryam forças, nem daryam ajuda, e que por a sua delles eram os que estavam presentes com outros muytos, que logo seryam com elles; c mais crya do Yfante Dom Anrrique, e sabia do Conde de Barcellos, que seryam em sua ajuda, pedindo-lhe cm conclusam, que o ouvessem todos assy por bem, e o affirmassem, e segurassem com juramento (Pina, 1977, 597-598).

O juramento – já uma peça de propaganda contra o infante D. Pedro, apelando ao *pathos* da nobreza e menorizando o povo e a "gente meuda" que, "sem cabeceiras", não teriam força para se impor – foi, de imediato, reduzido a escrito e assinado, verificando-se, em seguida, um extremar de posições e uma contagem de homens de armas, uns afectos a D. Pedro, outros a D. Leonor. Entre estes últimos, o destaque vai, naturalmente, para os conjurados e para D. Afonso, conde de Barcelos (futuro duque de Bragança). Mas, como D. Pedro contava com o apoio dos irmãos D. João e D. Henrique, de mais alguns fidalgos e, como diz Baquero Moreno: "da maior parte do povo das cidades e vilas de Portugal", a revolta abortou. Este apoio popular poderá, talvez, explicar-se, conjectura o historiador, por verem em D. Pedro: "um poderoso obstáculo frente às desmedidas ambições da nobreza senhorialista", mas também, provavelmente, porque o infante era: "um dos representantes da política que contrariava a nossa expansão no norte de África, a qual suscitava tanto desagrado entre o terceiro estado" (Moreno, 1979, 664). Nessas circunstâncias, apesar de, como refere, inicialmente ter procurado evitar a investidura com base na decisão dos concelhos, D. Pedro acabou por ceder e aceitar a decisão. Os conflitos que se seguiram, desencadeados por partidários de D. Leonor, fizeram com que parecesse curial ao infante D. Pedro reorganizar o exército, mas, enquanto procedia a essa reestruturação, verificou-se, em Lisboa, uma revolta popular que obrigou D. Leonor a

fugir da capital. Ao mesmo tempo, conforme refere Baquero Moreno, a acção neutralizadora, conduzida pelo Infante D. Henrique na comarca da Beira, deixou o conde Barcelos, que preparava no Norte um exército de peso para vir em socorro de D. Leonor, em situação difícil. Por isso, o historiador realça: "nesta conjuntura, a principal nobreza portuguesa se colocou ao lado do regente e de seus irmãos", ao contrário do que aconteceu aquando do conflito de Alfarrobeira (Moreno, 665).

As movimentações da rainha e dos nobres que a apoiavam tiveram altos e baixos desde as cortes de Torres Novas, onde ficou decidida a governação conjunta da rainha e de D. Pedro. Uma das atitudes da rainha que muito desagradou a D. Pedro, depois de ter concordado com a vontade de D. Duarte, expressa em testamento, sobre o casamento de D. Afonso V com D. Isabel, filha do duque de Coimbra, foi a instrução dada ao conde de Barcelos para pedir o alvará de casamento que a rainha tinha dado ao infante. Este, enojado com a situação, retirou o alvará do cofre, rasgou-o à frente do meio-irmão e entregou-lho assim. A posição da rainha, que era frágil do ponto de vista legal, uma vez que se apoiava numa vontade testamentária de D. Duarte, que não podia designar um regente *post mortem*, ficou ainda mais frágil depois de esta mostrar vontade de não respeitar a disposição, também testamentária, do casamento entre D. Afonso V e a filha do infante D. Pedro. A tensão subiu e atingiu o estado de ruptura, o que motivou novas cortes, desta vez em Lisboa. A rainha ainda tentou várias manobras no sentido de boicotar a sessão, mas esta acabou por determinar a regência de D. Pedro, que também ficava com a educação do rei D. Afonso V e do irmão mais novo, D. Fernando. Já depois das cortes, os cidadãos de Lisboa, como refere Rui de Pina, quiseram erigir uma estátua ao infante D. Pedro sobre a porta do palácio dos Estaus (ou Estaos), no Rossio, por ter sido edificado pelo infante em nome do rei D. Duarte, seu irmão, para evitar os abusos do direito de aposentadoria, de nobres, fidalgos e clérigos nacionais, embaixadores e outros diplomatas, nas casas de outros fidalgos, mercadores e burgueses da capital. Ao que o infante, de acordo com a crónica de Rui de Pina – sobre a qual todos os demais cronistas se basearam e que, no essencial, iremos seguir –, respondeu:

> Se a mynha ymagem ally estivesse esculpida, aynda virám dias que em gallardam dessa mercêe, que vos fyz e doutras muitas, que com a graça de Deos espero de vos fazer, vossos Fylhos a derrybaryam, e com as pedras lhe quebrariam os olhos. E por tanto Deos por ysso me dê bom gallardam, cá de vós em fym nam espero outro se nam este que digo, e por ventura outro pior (Pina, 1997, 648).

Este episódio marcou o início da regência e tem sido cantado por diferentes poetas ao longo dos séculos. O que é curioso é que D. Pedro parece ter tido, desde que foi nomeado regente, a premonição de uma morte violenta. Contam os cronistas que, um dia, estando os infantes D. Pedro e D. Henrique em Coimbra, dirigiram-se para a porta de S. Bento (hoje desaparecida) que exibia as armas da cidade, representadas por uma mulher coroada a sair de um cálice que amamentava, do lado esquerdo, um leão, símbolo da força, e do direito, uma serpente, símbolo do conhecimento. [27] D. Henrique olhou para a figura e disse que bem se podia comparar ao irmão: "pois tambem de huma parte daaes mantymento ao lyam, que he Castella, e da outra a Portugal, que he a serpe do nosso tymbre." Ao que D. Pedro respondeu que era verdade: "mas vedea mylhor, e consyray que está sobre callez, que senifica sangue, em que mais claro parece, que de meus trabalhos, serviços e beneficios, esse ha de ser meu gallardam" (Pina, 1977, 648-649).

D. Leonor nunca desistiu de assumir o poder e, mesmo depois das cortes de Lisboa, escreveu aos irmãos aragoneses e manteve contactos com o conde de Barcelos e outros nobres portugueses que a apoiavam. Assim, em Outubro de 1440, estando a rainha em Almeirim, chegou a Santarém, onde estava o rei e a corte, uma grande embaixada de Castela que integrava o filho bastardo do rei de Navarra (irmão de D. Leonor) e o bispo de Coria, bem como outros letrados, como refere o cronista que, por ser a primeira que procurava o novo rei, foi recebida com grande pompa e circunstância. Os embaixadores exigiram que o governo do reino voltasse à posse de D. Leonor, mas também pediram que deixassem a rainha ir para Castela, onde os irmãos (infantes de Aragão) ainda governavam em nome do rei D. João II, e também pediram para visitar as cidades e vilas de todo o reino, o que D. Pedro não autorizou, por não ser motivo, nem trabalho normal, de uma embaixada. Pode dizer-se que começaram então as manobras de manipulação da informação transmitida ao infante. Rui de Pina revela que o infante ficou a saber, "secretamente", pelo bispo de Coria, D. Pedro López de Miranda, que a embaixada era da vontade dos infantes de Aragão, mas não do rei D. João II. Por isso, foi com desconfiança que o infante, algum tempo depois, viu os embaixadores apresentaram uma carta, com sinais e selos do rei de Castela, que, além de uma velada ameaça de guerra, recomendava que os embaixadores não saíssem de Portugal enquanto não tivessem resposta a todos os assuntos que tinham vindo tratar. D. Pedro mandou, de imediato, um

[27] Hoje, no brasão de Coimbra, a mulher coroada não amamenta e a serpente foi substituída por um dragão.

emissário a Castela para saber, junto do condestável D. Álvaro de Luna e do rei, se tal era verdade e, tendo recebido em resposta uma carta escrita pelo punho do próprio rei D. João II a certificar que nunca tal coisa enviara, despediu os embaixadores, como assinala o cronista: "pois eram respondidos, que se fossem emboora dos Reinos e Corte d'ElRey seu senhor" (Pina, 1977, 661-663).

4.12 - O senhorio de Ceuta e o infante 'Santo'

Durante a regência, passou a haver uma clara ligação com Castela, em particular com o condestável D. Álvaro de Luna. Uma ligação que também haveria de ser usada pelos inimigos de D. Pedro para o difamar, cumprindo uma das recomendações da *Retórica a Herénio* quando diz que o acusador deve lançar suspeitas, aqui e ali, de modo a fazer parecer motivado o argumento utilizado. Humberto Baquero Moreno clarifica, em seguida, as razões que levaram o infante D. Pedro a enviar expedições de auxílio a D. Álvaro de Luna, condestável castelhano, dizendo: "devem aceitar-se plenamente como a execução duma política que tinha em mente a defesa da integridade do nosso próprio território", enfraquecendo a posição dos infantes de Aragão, de que resultou: "que as nossas fronteiras ficassem invioláveis". Estas linhas de política interna de reforço militar causaram, no entanto, pelos elevados custos, desagrado no povo, a classe tributada por excelência. Baquero Moreno explica que é aqui que reside a perda de prestígio do regente D. Pedro, até à realização das cortes de Coimbra de 1446, pelo facto de, só então, a paz ser, finalmente, uma realidade, salientando, porém, que era já demasiado tarde para: "refazer o prestígio perdido". Mas, o historiador e docente universitário especializado na época medieval, fala ainda de dois aspectos fundamentais de política interna que mereceram particular atenção do regente: fazenda e exército, confiando a direcção das estruturas administrativa e militar do reino apenas a pessoas da sua casa ou escudeiros. Já em relação à nobreza, diz que teve: "um procedimento extremamente cauteloso", o que deve ter gerado nos nobres: "um profundo descontentamento" (Moreno, 1979, 665). D. Pedro defendia um reforço e centralização do poder real, em detrimento do da nobreza, o que foi outro argumento esgrimido contra ele, dando os seus inimigos a entender que o infante pretendia dominar a máquina estatal para proveito próprio e dos seus, manobra também prevista na *Retórica a Herénio*.

Entre as atoardas que os inimigos de D. Pedro puseram a circular, conta-se a delapidação dos bens reais e a concessão de benesses aos seus apaniguados. Baquero Moreno afirma que são falsas as afirmações de que o infante D. Pedro tivesse alienado parte dos bens da coroa: "pois a sua concessão foi muito diminuta", de onde conclui que não houve, da parte do regente, o propósito deliberado de: "arregimentar partidários à custa do património régio". Descreve mesmo um facto curioso baseado na inventariação sistemática de documentos a que procedeu: "os membros da nobreza que estiveram em Alfarrobeira, ao lado do rei, foram mais beneficiados pelo Duque de Coimbra do que propriamente aqueles que lutaram nas suas fileiras". O investigador analisa ainda a relação do infante com outras áreas da sociedade da época e as razões que levaram ao seu desprestígio e depreende: "a fragilidade do sistema montado pelo regente durante o seu governo residiu na sua incapacidade em atrair a principal nobreza e o alto clero do reino". Refere, igualmente, que este: "não soube, ou não foi capaz, de pôr em execução algumas medidas que beneficiassem os concelhos". Da mesma forma, o exame de algumas respostas dadas, em cortes, aos representantes do terceiro estado: "patenteia com clareza a falta de sintonização que havia entre ambas as partes". Adianta que a mentalidade senhorial de D. Pedro que, diz, evidenciar-se nos seus escritos: "mostra à saciedade que se encontrava muito afastado dos interesses populares". E expõe a tese, a que já nos referimos, de que é falso que o infante fosse um representante da burguesia ou do povo, sublinhando: "a única vez que se notou uma aproximação entre o regente e o terceiro estado foi nas cortes de Lisboa de 1439, o que se aceita plenamente, se atendermos no facto do muito que lhe devia no seu acesso ao poder". Acresce que o infante D. Pedro se mostrou receptivo à concessão ou confirmação de mercês e privilégios, sobretudo em Lisboa, onde, no entanto, recusou a nomeação de um alcaide natural da cidade, e entregou o cargo ao amigo Álvaro Vasques [Vaz] de Almada (Moreno, 1979, 666).

Entretanto, a rainha viúva, D. Leonor, acossada e sem apoios que a firmassem na capital, procurou refúgio primeiro em Sintra, depois em Almeirim e, por fim, em Ponte de Sor e no Crato, onde D. Frei Nuno Gonçalves de Góis, prior do Crato e mestre da Ordem do Hospital, a apoiava. Ainda assim, D. Leonor, sentindo-se desapoiada, abandonou Portugal em finais de Dezembro de 1440 e acolheu-se a Castela, com alguns partidários que a acompanharam, fixando-se mais tarde em Toledo, onde viria a falecer em 1445. O exército de D. Afonso, conde de Barcelos e meio-irmão de D. Pedro, que continuava a apoiar D. Leonor, fez pairar a ameaça de guerra civil em 1441 e levou o regente e o infante

D. Henrique a deslocarem-se com um outro exército a Lamego. A ameaça de guerra foi real e, depois da tentativa fracassada de entendimento por parte do fidalgo Luís Alvares de Sousa, o conde de Ourém, então ao lado do infante D. Pedro, foi visitar o pai, mas não conseguiu demovê-lo. O conde de Barcelos abandonou o paço de Guimarães e instalou-se em Mesão Frio, a poucos quilómetros de Lamego, onde mandou destruir todos os barcos que pudessem permitir aos seus inimigos atravessar o Douro. Receando o pior, o conde de Ourém pediu a D. Pedro que lhe permitisse voltar a visitar o pai para uma última tentativa de reconciliação.

A missão surtiu efeito e D. Afonso acabou por acompanhar o filho numa visita a Lamego, onde foi muito bem recebido pelos infantes num encontro assim caracterizado por Rui de Pina: "ouve antre elles palavras fyngidas de tanto amor e cortesya", descrevendo: "e se abraçavam a cada passo com tanta allegria, que pareceo que huum nom estymava nem desejava mais bem que a vista do outro, sem alguma lembrança de roturas pasadas". Segundo o cronista, D. Afonso apresentou um pedido de desculpas e assegurou obediência ao regente. Também ficou assente o casamento do rei com a filha do duque de Coimbra e que fosse devolvida a dignidade ao cunhado de D. Afonso, o arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha, que estava desterrado em Castela. Relata ainda Rui de Pina que, no fim de Fevereiro: "e concordado assy todo, se despediram huuns dos outros; o Regente e o conde d'Ourem para Lisboa, e o Yfante Dom Anryque para suas terras, e o conde de Barcellos tornousse donde viera" (Pina, 1977, 679). A duplicidade do discurso face às verdadeiras intenções é um dos modelos da ironia com a reiteração exagerada de lealdade e de amizade. William Shakespeare usou isso mesmo no final da tragédia *Julius Caesar,* quando Marco António afirma acerca de Brutus: "this was the noblest Roman of them all" e, depois de enaltecer a sua atitude, conclui: "say to all the world 'This was a man!'" (Shakespeare, 1599?, Act v, Scene v). O episódio entre D. Pedro e o meio-irmão D. Afonso retrata o cinismo existente nas relações da alta nobreza para obviar a um conflito imediato, deixando, no entanto, antever que as palavras de conciliação, falsas, são premonitórias do desfecho.

A malograda tentativa de conquista de Tânger pelos portugueses, em 1437 – à qual o infante D. Pedro se opusera (Ver anexo 19), assim como o irmão, o infante D. João, o conde de Barcelos, seu meio-irmão e o filho deste, o conde de Ourém, enquanto a favor estavam os infantes D. Henrique e D. Fernando e o conde de Arraiolos –, levara a que o infante D. Fernando ficasse prisioneiro em Marrocos, como penhora de um acordo com

Portugal, que permitiu salvar o outro infante envolvido, D. Henrique, e muitos nobres. O infante D. Fernando lançara várias súplicas pela sua libertação, por cartas ao rei D. Duarte e por conversações com os líderes muçulmanos. Houve diversas ofertas em dinheiro pela libertação de D. Fernando e também alguns planos de evasão. Nada resultou. O assunto voltou a ser debatido em 1438, nas cortes de Leiria, sendo as condições dos 'mouros' rejeitadas, em especial no que dizia respeito à entrega de Ceuta por troca com a liberdade do infante D. Fernando, sobretudo por acção de D. Afonso, conde de Barcelos. Após a morte do irmão, o infante D. Pedro que, contra a disposição testamentária de D. Duarte, assumiu a regência do reino, pretendeu cumprir uma outra cláusula do testamento em que o monarca falecido defendia a troca de Ceuta pela vida de D. Fernando. Rui de Pina garante que os senhores de Tânger e de Fez mudavam, frequentemente, de opinião e faziam novas exigências, afirmando finalmente, que só trocariam a liberdade do infante pela entrega de Ceuta (Pina, 1977, 650-651). Em 1441, após novas tentativas, envolvendo grandes somas de dinheiro, a entrega de cativos ou outras, que não funcionaram, o infante D. Pedro resolveu enviar uma expedição a Ceuta para efectuar a troca.

A missão, chefiada por D. Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Henrique e seu filho, D. Álvaro, estava mandatada para entregar Ceuta e receber em troca o infante D. Fernando. D. Fernando de Castro partiu, em Abril de 1441, com navios suficientes para trazer de volta o infante e os demais cativos em Marrocos, mas também para transportar mil e duzentos homens, que levava como segurança. Quando passavam ao largo do cabo de São Vicente, com os navios espalhados pelo mar, acercou-se uma carraca genovesa, de velas redondas e borda alta, que andava armada e atacou o navio-capitão que se defendeu como pode, até a tripulação da carraca abordar e saquear o navio português, tendo D. Fernando de Castro perecido com um tiro de bombarda. Os genoveses, vendo que o resto da frota vinha dar-lhes caça, içaram velas e desapareceram. A missão prosseguiu, liderada por D. Álvaro de Castro, filho do malogrado capitão-mor, mas Lazaraque-Maryn, governador do rei de Fez, não permitiu que o infante D. Fernando fosse transferido de Fez para Arzila e em relação a Ceuta declarou: "que era contente se lha entregasem prymeiro, e que pera segurança dos Christaaõs, elle por Mafamede e per sua Ley faria juramento, em que como della fosse apoderado, logo entregaria ho Yfante Dom Fernando", acrescentando: "que esta era segurança assy abastante e segura pera os Christaaõs, que com ella nom deviam ter delle receo nem sospeita alguma". O que fez recuar a embaixada e comunicar o sucedido a D. Pedro que ordenou o regresso ao reino.

Existe, no entanto, outra versão mais elaborada sobre o incidente do cabo de São Vicente. João Paulo Oliveira e Costa, catedrático de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, descreveu a ocorrência no artigo "Grandes Batalhas: Tânger e Arzila", publicado a 25 de Janeiro de 2022. Segundo o autor: "embora, oficialmente, este incidente tenha sido fortuito, o facto de portugueses e genoveses serem aliados adensa o mistério e a explicação mais plausível parece ser que Génova tentou impedir que Ceuta fosse devolvida aos mouros". O que interpreta como uma mensagem suficientemente clara de como as forças da cristandade desejavam manter a "chave do Mediterrâneo", isto é, Ceuta, fora do domínio sarraceno, o que terá sido bastante para levar o infante D. Pedro a desistir de socorrer o irmão aprisionado (Costa, 2022). Uma versão que contraria a que vimos veiculada pelo infante D. Pedro na Carta de Bruges, de 1426, quando refere figuras de peso inglesas e da Flandres que, sem estarem devidamente informadas sobre a gravidade da situação, mais do que falarem da honra e do prestígio que advinha daquela possessão no Norte de África, falavam do desgoverno que era manterem-se perdas tão grandes em gente e dinheiro.

O regente sempre dissera que pretendia resgatar o irmão, mas, conforme refere Rui de Pina: "nunca porem sobre ella se apontou, e requereo meo por evidente que fosse, que podesse vir a efeito" (Pina, 1977, 652-653). Perante as privações, suplícios e morte de D. Fernando, em Fez, acabou por nascer o mito do 'Infante Santo' que, afinal, foi apenas beatificado, numa confirmação da análise de Roland Barthes quando explica o mito como dois sistemas semiológicos, em que um é deslocado em relação ao outro, e em que existe uma metalinguagem, por se tratar de uma segunda língua, ou linguagem, na qual se fala da primeira (Barthes, 2018, 267). Com efeito, o infante D. Fernando foi despojado da carga política inerente à frustrada conquista de Tânger e, pelo que padeceu nas prisões muçulmanas, revestido da auréola de mártir e 'santo' a favor do reino e dos portugueses. O certo é, ainda hoje, o beato D. Fernando é identificado como o 'Infante Santo' e poucos saberão que a santidade nunca lhe foi reconhecida pela Santa Sé. O mito já era usado como meio de propaganda e veio para ficar.

Entretanto, no reino, D. Leonor não desistia e instigou os irmãos a fazerem ultimatos ao regente e a Portugal. Isso mesmo fizeram os infantes de Aragão por diversas vezes até à que diziam ser a última embaixada ao infante D. Pedro, em Santarém. Relata Rui de Pina: "vyeraminosre por Embaaxadores hum Gomez de Benavydes, e outro Affonso Fernandes de Ledesma Doutor em Leis, e pessoas de grande estima e autorydade em Castella" (Pina,

1977, 683), com arautos e trombetas, como oficiais de desafio real que, se não respondessem conforme o requerido, se fizesse a guerra entre reinos. O que levou o regente a dizer, para ganhar tempo, que precisava de ter o acordo de todo o reino para poder responder. Foram convocadas cortes logo para Janeiro de 1442, em Évora, para onde se deslocaram o regente e os embaixadores. D. Pedro pediu conselho aos irmãos e demais procuradores que, reunidos, o aconselharam a dar resposta negativa aos emissários de Aragão, considerando que se tivesse de haver guerra, a houvesse. A rainha, descontente, pressionou os irmãos a enviarem quatro novos mensageiros ao Porto, onde se encontrava D. Pedro. O duque de Coimbra acolheu-os e ficou combinada uma embaixada portuguesa com a resposta do reino.

Foram enviados como embaixadores Lionel de Lima, mais tarde primeiro visconde de Vila Nova de Caminha, e o doutor Rui Gomes de Alvarenga, que transmitiram ao rei de Castela as razões e impedimentos para que fosse aceite a governação da rainha ou que lhe fosse confiada a educação de D. Afonso V ou do irmão, mas que o reino se comprometia a entregar tudo o que fosse considerado seu, mais dez mil dobras em ouro. O rei de Castela, que era casado com D. Maria, irmã de D. Leonor, convocou, antes de responder, um conselho em que participaram também os infantes de Aragão e D. Leonor. Daí se concluiu que, perante a paz feita e jurada com Portugal, não podiam fazer a guerra. E à rainha disseram que a maior ajuda que podiam dar era a certeza de que iriam rogar contrapartidas a Portugal. Já um dignitário castelhano, o conde Faram (ou Haro), dirigiu-se a D. Leonor para explicar que não era avisado querer entrar em Portugal pela força, contra a vontade de D. Pedro e dos infantes seus irmãos, a quem o povo amava e a quem, por natureza e vontade, havia de defender. Lembrou-lhe, além disso, que o conde de Barcelos já se tinha entendido com o regente e que ninguém iria dar-lhe apoio em Portugal e ainda que se Castela entrasse em Portugal pela força não seria para, depois, entregar o poder a ela ou ao seu filho. E terminou dizendo que o melhor que faria seria aceitar o que de Portugal lhe oferecessem (Pina, 1977, 683-687).

4.13 - Um novo duque e o conde de Ourém

Desde o início da regência que existia uma guerra latente da nobreza, liderada pelo conde de Barcelos, contra o infante D. Pedro. Tudo se precipitou a partir de 1442, quando faleceu, em finais de Outubro, em Alcácer do Sal, um irmão de D. Pedro e D. Henrique, o infante D. João, que era condestável do reino. Relata Rui de Pina que o regente ficou

muito abalado e, acto contínuo, nomeou, em nome do rei, D. Diogo, filho de D. João, condestável do reino e mestre de Santiago, com todas as rendas e privilégios do pai. Ainda nesse ano, estando D. Pedro com o rei em Évora, faleceu sem herdeiros um D. Duarte, senhor de Bragança que também tinha o castelo do Outeiro de Miranda. E, conta o cronista: "veo logo aa Corte o Conde de Barcellos, e pedio este Senhorio e Castello ao Regente, o qual se escusou delle por o ter ja prometydo ao conde d'Ourem seu Fylho, que no requerimento se antecipara". Mas como pai e filho concordaram e o conde de Ourém desistiu da pretensão, o senhorio e o castelo foram entregues ao pai, o conde de Barcelos, a quem D. Pedro intitulou duque de Bragança (Pina, 1977, 689). Parecia haver uma plataforma de entendimento entre as partes, ainda que muito frágil.

O pior foi que, no início de 1443, D. Diogo, filho do infante D. João, faleceu e o regente nomeou o filho mais velho, D. Pedro, de 13 anos, condestável do reino. O conde de Ourém, sabendo da morte de D. Diogo, solicitou o cargo de condestável, alegando: "[que] seu Avoo o Conde Nuno Alvarez Pereira ouvera este Oficio, pera si e pera todolos que delle decendessem". Argumentava que, como não ficara filho varão do infante D. João, a ele, conde de Ourém, mais que a qualquer outro, aquele título e cargo pertenciam, por direito, por ser o neto varão e mais velho do condestável D. Nuno Álvares Pereira. Ao que D. Pedro respondeu: "que ElRey seu Senhor tynha ja delle feito mercêe a Dom Pedro seu Filho, para quem elle o pedira", mas também afirmou: "que se hi ouvesse doaçam ou cousa assy autentyca per que parecesse este Ofycio de direito lhe pertencer, que lha mandasse mostrar, e que per alguma maneyra lho nam tyraria". Expõe Rui de Pina que foi tão grande o desgosto do conde de Ourém e: "tamanho descontentamento e agravo mostrou que do Yfante por ysso recebia, que nunca despois quys mais vir á sua casa, e menos aa Corte d'ElRey em quanto elle regeo". E o cronista conclui: "este odio do conde d'Ourem foy a causa pryncipal da morte, e destruyçam do Yfante D. Pedro" (Pina, 1977, 689-690).

Em 1443, tomou o país conhecimento da morte do infante D. Fernando cativo em Marrocos, tendo o corpo, metido num caixão, ficado muito tempo preso sobre uma porta da cidade de Fez. Os ossos, esclarece Rui de Pina, só foram trazidos para Portugal em 1473, depois da tomada de Arzila por D. Afonso V, sendo depois transportados com pompa e circunstância ao mosteiro da Batalha, onde ficou junto de pais e irmãos. Com a morte de D. Fernando ficou vago o mestrado de Avis que foi entregue ao condestável D. Pedro, filho do regente. No ano seguinte, D. João II de Castela conseguiu, com a ajuda

do infante D. Pedro de Portugal, sacudir a opressão que sobre si exerciam os infantes de Aragão, vendo-se D. Leonor na obrigação de abandonar a corte castelhana e refugiar-se na cidade de Toledo, onde viveu dias de grande necessidade, a tal ponto que pediu ao conde de Arraiolos que intercedesse junto do duque de Coimbra para que lhe fosse permitido regressar a Portugal. Estavam as negociações em andamento quando, a 19 de Fevereiro de 1445, chegou a notícia da sua morte, ao que se disse por envenenamento. Logo recaíram suspeitas sobre o infante D. Pedro, mas Rui de Pina deixa entrever que o responsável poderá ter sido o condestável castelhano D. Álvaro de Luna: "per meo de huma molher da Vylla d'Ylhescas, que em casa da Raynha tynha grande entrada e muyta famyliarydade". O cronista explica que o condestável temia que a rainha chamasse a Toledo o infante D. Henrique, seu irmão, que D. Álvaro de Luna queria longe de Castela. Rui de Pina refere: "outro tanto se presumyo do mesmo Condestabre, que ordenara aa Raynha Dona Maria, mulher d'ElRey Dom Joam, que apòs sua Irmaã, nom durou com vyda mais de xv dias" (Pina, 1977, 690-693).

Os infantes de Aragão ficaram enfraquecidos com a morte das duas rainhas e o condestável D. Álvaro de Luna entendeu que, ainda em 1445, era chegada a altura de os escorraçar de Castela, pelo que o rei D. João II, escreveu ao regente de Portugal pedindo ajuda em gente de armas. O infante D. Pedro ainda pensou comandar as tropas lusitanas, mas, conforme refere Rui de Pina: "teve sobre o caso bom conselho em Tentuguel", o paço onde residia com a família, tendo, pelo contrário, recebido a sugestão de enviar o condestável, seu filho, então com 15 anos (Pina, 694). Ficou determinado que iriam quatro mil homens a pé e dois mil a cavalo, entre os quais fidalgos como D. Álvaro de Castro, mais tarde conde de Monsanto, Lopo de Almeida, depois conde de Abrantes, D. Duarte de Menezes, depois conde de Viana, e muitos outros fidalgos do melhor escol da corte portuguesa. Mas, como o condestável D. Pedro não era ainda cavaleiro, o pai pediu ao irmão D. Henrique, que estava em Lagos, que fosse a Coimbra presidir àquele acto de cavalaria, o que veio a acontecer, como diz o cronista, no meio de grandes festejos, no mosteiro de São Jorge de Coimbra. A comitiva portuguesa partiu então para terras castelhanas, para se juntar às tropas do rei de Castela que já tinha cercado, como o cronista descreve: "na Vylla d'Olmedo a ElRey de Navarra, e ao Yfante Dom Anrrique seus Cunhados, com muytos e grandes Senhores de Castella" (Pina, 694). Os infantes de Aragão, vendo-se sem saída, resolveram dar luta ao rei de Castela, tendo sido vencidos quando os portugueses ainda estavam em Ciudad Rodrigo. O infante D. Henrique de

Aragão recebeu um ferimento num braço que o levou à morte, daí a alguns dias em terras aragonesas, e o rei de Navarra fugiu para o seu reino, donde nunca mais saiu para ir a Castela. Os portugueses, avisados, continuaram o caminho até Toro, onde o condestável D. Pedro recebeu uma mensagem do rei de Castela para que se encontrassem um pouco mais a Norte, na vila de Mayorga, onde estava com a corte. Foi a comitiva lusitana recebida com grandes festas e agradecimentos e presenteada com dádivas de jóias, cavalos e outras ofertas valiosas com que deixaram Castela, entrando em Portugal por Bragança, de onde se dirigiram a Aveiro, onde estava o rei e o infante D. Pedro (Pina, 1977, 694-695). Nesse mesmo ano de 1445, a 15 de Agosto, por morte de D. Fernando de Noronha, o regente atribuiu ao conde de Arraiolos, filho do duque de Bragança e seu primo, a capitania da cidade de Ceuta. Entretanto, o ambiente na corte portuguesa já se encontrava em degradação acelerada.

Alberto Baquero Moreno na visita guiada que faz aos meandros da governação do infante D. Pedro chega ao que classifica como "situação precária" em que o mesmo se encontrava: "quando se reuniram as cortes de Lisboa de 1446". O autor de *A Batalha de Alfarrobeira* interpreta a entrega e devolução do regimento nas cortes de 1446 como reveladora da insegurança com que o infante se deparava. Porquê? Porque o infante sabia que a nobreza pretendia afastá-lo e que os partidários de D. Leonor, que, entretanto, morrera (corria o boato do envenenamento a mando de D. Pedro, numa clara manipulação de informação, correspondente às actuais 'fake news'), exilados em Castela e a quem o duque de Coimbra perseguira e confiscara os bens: "alimentavam a esperança de um ajuste de contas". Por isso, Moreno explica: "envidou todos os esforços no sentido de prolongar o seu governo". Uma continuidade que o historiador vê como: "extremamente difícil e penosa". As cortes de Lisboa, de Janeiro de 1446, serviram, afinal, para o infante D. Pedro entregar o poder nas mãos de D. Afonso V que, entretanto, completara 14 anos, idade em que se considerava que os príncipes deviam assegurar a governação e entrar na posse dos seus reinos e senhorios (Moreno, 1979, 666-667). Já a crónica de Rui de Pina dá uma ideia um pouco menos dramática dessas cortes e do que então se passou, relatando que o rei, invocando a sua pouca idade e a falta de experiência da governação do reino, considerou, por isso, necessário: "tomar alguma pessoa que no Regimento ho ensynasse e ajudasse, e por todos respeitos causas e rezooẽs, nom avya em todos seus Reynos outro pera ysso mais pertencente, que o Yfante Dom Pedro" (Pina, 1977, 697). D. Afonso V também resolveu agradecer: "aos grandes e póvos de seus Reinos, que eram presentes"

por: “lhe requererem, e darem por molher a Fylha do Yfante Dom Pedro seu Tio e Padre, de que sobre todallas cousas do mundo, por muytas rezooẽs era mais contente”. Mas como o compromisso matrimonial celebrado em Óbidos, em 1442, antes de ter a idade necessária e sem a sua aprovação, não lhe parecia correcto, ele que, agora já tinha idade, como refere Rui de Pina: “o aprovava e consentia, como se naquela ora de seu prazer, e com sua ynteira lyberdade novamente o fyzesse” (Pina, 697).

Ainda no ano de 1446, o regente recebeu o projecto das *Ordenações Afonsinas*, primeiro código jurídico geral português, cuja compilação tinha sido encomendada a Rui Fernandes pelo rei D. Duarte. O infante D. Pedro mandou rever o projecto de legislação pelo corregedor de Lisboa, Lopo Vasques, e pelos desembargadores Fernão Rodrigues e Luís Martins. Pensa-se que as *Ordenações* terão sido promulgadas em 1447, ainda durante a regência do infante, mas a demora na produção de cópias manuscritas, uma vez que a imprensa de caracteres móveis só chegou a Portugal no último quartel do século XV, terá sido um dos problemas para a aplicação destas normas legais a todo o território nacional. O aparecimento desta legislação prende-se com o fenómeno de centralização que D. Duarte e o regente D. Pedro pretenderam fortalecer. Tinham como objectivo a sistematização do direito aplicável e vigoraram até à promulgação das *Ordenações Manuelinas*, já no século XVI, sendo compostas por cinco livros. O primeiro, trata dos cargos da administração e da justiça. O segundo da relação entre Estado e Igreja, das prerrogativas da nobreza e da legislação para judeus e mouros, existindo cláusulas específicas para as conversões. O terceiro, regula os processos civis. O quarto trata das regras para contratos, execuções de testamentos, tutelas, formas de distribuição de terras, sesmarias, doações, etc. O quinto e último livro, trata dos crimes e das respectivas penas, contemplando já a criminalização dos que estiveram em Alfarrobeira: “contra serviço d’ElRey” (*Ordenações Afonsinas*, livro V, 1999, 406-409), legislação produzida em Junho e publicada em Julho de 1449.

Embora seja, muitas vezes, considerada uma obra medieval de aglutinação de leis já existentes, as *Ordenações Afonsinas*, sem serem um código legislativo nos moldes actuais, representam, ainda na primeira metade do século XV, mais um passo no caminho da centralização real e da criação de um estado onde todos tinham de responder perante a lei, fossem nobres ou plebeus. Devemos, por isso, olhar para a época e procurar entender o contexto da situação que, uma vez mais deixou a alta nobreza, em particular a casa de Bragança, desagradada com o infante D. Pedro, por lhes retirar privilégios que

consideravam intocáveis, como fosse a possibilidade de ditarem leis nos seus domínios e sobreporem-se, em muitos casos, às leis reais. D. Pedro, mesmo sendo um príncipe – condição de que nunca abdicou –, tinha a noção, pelas viagens que efectuara, pelo muito que lia e pela correspondência com intelectuais estrangeiros, da mudança dos tempos, da ascensão social da burguesia e dos mercadores e do que era a construção de um estado, assim como da necessidade de não existirem intocáveis. A nobreza, pelo contrário, continuava a mover-se e a defender uma medievalidade constrangedora, que não queria abandonar. Estava, por conseguinte, montado o cenário para um confronto de ideias e de modos de vida que viria a precipitar-se contra o duque de Coimbra e os seus.

Ainda no ano de 1446, apesar de Humberto Baquero Moreno entender que já não havia grande ligação entre D. Pedro e o povo, o certo é que se registou, pela primeira vez, a intervenção dos mesteirais em Tavira, o que era sinal da participação dos representantes dos mesteres na vida da cidade, como já acontecia em Lisboa, desde 1384, e em Santarém, desde 1436. Os mesteirais elegiam um número de representantes, geralmente quatro, entre os 24 gerais, dois de cada mester. Assim, as Casas dos 24 das diferentes cidades eram, essencialmente, assembleias electivas dos seus representantes, embora pudessem verificar-se reuniões de vereação sobre assuntos particularmente importantes. Arnaldo Sousa Melo, professor de História na Universidade do Minho, em "Os Mesteirais e o Poder Concelhio nas Cidades Medievais Portuguesas (séculos XIV e XV)" dá-nos uma ideia clara da repartição por classes nas cidades do Portugal medieval:

> As crónicas falam dos *grandes contra os meudos.* Os *grandes* referindo-se à nobreza, ao clero, mas também à aristocracia das cidades e concelhos, ou seja aos *homens-bons* em geral e, em particular, os grandes mercadores. Os pequenos, ou *meudos*, eram os mesteirais, os assalariados urbanos e rurais, ou os dependentes. Por vezes os documentos distinguem os *meiaos* e os *meudos*. Os primeiros, os "do meio", em geral correspondiam aos mesteirais, e os segundos aos assalariados e dependentes (Melo, 2013, 169).

4.14 - 1447: ano de casamentos na família real

A colonização dos arquipélagos dos Açores e da Madeira continuou em 1447. Para fomentar o povoamento da ilha de S. Miguel, nos Açores, o regente, por carta de 20 de Abril, dispensou "para sempre" os moradores da referida ilha do pagamento da dízima sobre todo o pão, vinho, pescado, madeira, legumes e todos os outros produtos que de lá trouxessem ao reino (D. Afonso V, 1447, 235-236). João Gonçalves Zarco, cavaleiro da casa do infante D. Henrique e regedor e futuro capitão do Funchal, retirou terra a um

donatário que não a aproveitara para a entregar a outro (*Monumenta Henricina*, 1968, 241-242). A 6 de Maio do mesmo ano, é celebrado o matrimónio entre D. Afonso V e D. Isabel, filha do infante D. Pedro, cujo contrato previa a doação das terras que a falecida rainha D. Leonor tivera por dote matrimonial e, por assentamento anual, da renda de 1.165.000 reais de 35 libras (reais brancos), pagos pela sisa dos panos de Lisboa, bem como, por arras – bens que o noivo assegura à esposa no caso de esta lhe sobreviver –, de 20 mil escudos em ouro, a liquidar pelos rendimentos das ditas terras e assentamentos (D. Afonso V, 1447, 243-247).

O ano de 1447 fica ainda marcado pelos casamentos de duas filhas do malogrado infante D. João. Rui de Pina relata que o Infante D. Pedro partiu com o rei, de Évora para o lugar das Alcáçovas, freguesia de Viana do Alentejo: "honde por concerto veo a Yfante Dona Ysabel Molher do Yfante Dom Joam, e trouxe consygo duas suas Fylhas, que ally ambas juntamente casaram" (Pina, 1977, 698). D. Beatriz, de 17 anos, com o infante D. Fernando, irmão do rei D. Afonso V, filho adoptivo do infante D. Henrique e futuro duque de Beja e de Viseu, de 13 anos. Tiveram nove filhos, entre os quais D. Leonor, que casou com D. João II. O outro casamento foi o de D. Isabel, de 18 anos, com o rei D. João II de Castela que casava pela segunda vez. Foi mãe de Isabel I de Castela, "a católica". O dote da rainha que, segundo Pina, foi de cem mil florins de Aragão, não implicou despesa para o reino, uma vez que foi descontado ao que o rei de Castela tinha de pagar a Portugal pela ajuda militar que lhe fora enviada para combater os infantes de Aragão (Pina, 1977, 698). Foi ainda no ano de 1447 que o Papa de Roma Eugénio IV morreu, sendo substituído por Nicolau V. Este Papa assistiu à queda de Constantinopla e ao fim da Guerra dos Cem Anos. Foi também aquele que restabeleceu, uma vez mais, a unidade da Igreja de Roma, ao aceitar a renúncia do antipapa Félix V. O último antipapa depôs a tiara a 7 de abril de 1449 e integrou depois o Colégio Cardinalício, tendo-lhe sido atribuído igualmente o cargo de legado apostólico em Sabóia.

Rui de Pina fala de D. Afonso, duque de Bragança, do conde de Ourém, seu filho, com o mesmo nome, e do arcebispo de Lisboa que, "com outros de sua vallia", tinham ficado agastados pelo facto do infante D. Pedro ter mantido o Regimento do reino (governo) nas cortes de Lisboa de Janeiro de 1446. "Em fym taaes rodeos teveram, pryncipalmente o Duque, e Conde d'Ourem, e taes incitadores buscaram e meteram secretamente aas orelhas d'El-Rey, que o comoveram pera ho que quiseram", relata Rui de Pina, acrescentando que, assim, D. Afonso V: "requereo a ho Ifante Dom Pedro que lhe leixasse

livremente o Regimento; porque soo sem outrem querya reger". Segundo a crónica: "o Yfante bem conheceo que tal movymento, e a tempo tam antecipado nom nacera na propria vontade d'El-Rey; mas que fora nella semeado per engenho de seus ymigos". Ainda assim, D. Pedro acedeu, de imediato, à vontade do rei: "pois assy era sua vontade", apenas pedindo: "por mercêe, que com o Regimento juntamente quysesse tambem tomar sua molher, pois era em ydade pera ysso". Ao que o rei anuiu, mas, posteriormente, afirma Rui de Pina: "por ynduzimentos dalguns, e do Arcebispo de Lixboa pryncipalmente, que de noite lhe hia falar, nom esteve pella concordya em que fycara", razão pela qual: "antecipou ho tempo, e tornou requerer o Yfante, que logo leixasse o Regimento; porque ante de casar elle inteiramente queria reger, cá em outra maneyra nom seria sua honra nem convinha a seu Estado". Ao que o infante, para não ferir susceptibilidades: "desistio em todo do mandado e governança que tynha, em tanto que as cartas e Provysooẽs, que dantes foram por elle desembargadas, e eram feitas pera se de seu nome assynarem, nom as quis mais assynar", nem participar em nada que à governação do reino dissesse respeito. Em Maio de 1447, em Santarém, refere Pina que o rei "tomou sua casa e sua molher juntamente, com as bençooẽs e cerimonyas, pela Santa Ygreja em taes casos ordenadas, e com alguma mostrança de feestas". As festas, relata o cronista não tiveram, no entanto, o brilho e perfeição que D. Pedro tinha planeado: "porque como deixou o Regimento, logo todallas cousas aynda que fosse sem culpa sua pera seu desfavor lhe volveram as costas" (Pina, 1977, 698-699).

O duque de Bragança logo que soube que o infante desistira do regimento do reino, que já pertencia em absoluto ao rei, começou a procurar inculcar e confirmar no povo as suspeitas de deslealdade que já tinha lançado no rei contra o Infante. Partiu de Chaves e com grande alarido de gente armada foi ao Porto, Guimarães, Ponte de Lima e outros lugares, onde retirou direitos e cargos públicos aos partidários do infante sob suspeita de traidores e mandou vigiar vilas e castelos, como se o rei e o infante já fossem inimigos. Tais notícias chegavam rapidamente ao conhecimento de D. Pedro, que as recebia com grande desgosto por saber estar manietado e que ninguém na corte lhe daria ouvidos. Vale, no entanto, a pena tomar conhecimento do relato de Rui de Pina: "na Corte d'ElRey andava a este tempo hum Berredo Proto-notairo, fylho de Gonçalo Pereira de Ryba de Vizela, mancebo avysado, que por estar ja em Corte do Santo Padre tynha bõa pratyca, e por algumas letras que aprendera avia solta audacia de dyzer" (Pina, 1977, 700).

Martim Mendes (ou Mendez) de Berredo era um jovem nobre industriado pelo conde de Ourém e pelo arcebispo de Lisboa, que, como diz Duarte Nunes de Leão, tinha vivido durante uns anos na corte da Santa Sé e possuía: "algumas letras, tinha muita audacia, e malicia, e pouca vergonha", atributos que considera necessários para alguém que, sem grandes escrúpulos, quisesse singrar na corte, onde: "a modéstia, e a verdade, e a liberdade se tem por moeda naõ corrente" (Leão, 1975, 830). O que os conjurados pretendiam era insuflar de ódio o coração do rei e Martim Berredo encaixou, nessa estratégia, perfeitamente. Relata Pina: "com achaque de despedir suas cousas para Roma, fallava com elle [rei] muytas vezes em apartado, per cujo malicioso meo e falsa emformaçam, que astuciosamente dava a ElRey, se seguio pryncipalmente o mayor dano que o Yfante e suas cousas receberam". Fingia ser um servidor e muito próximo do duque de Coimbra, a cuja mesa se sentava com frequência para trazer novidades e suspeitas a D. Afonso V, dizendo-lhe uma vezes que o infante parecia submisso e afirmava ser um fiel servidor do rei e outras em que ele: "sentia do Yfante, que queria reynar e fazer seus Fylhos grandes", mas sempre acautelando que o que dizia não era por ser inimigo de D. Pedro, de quem recebia honras e mercês, mas porque: "era Portugues leal a ElRey a quem mais devya" (Pina, 1977, 700).

Foi neste ambiente, onde a intriga se sobrepunha à informação, em manobras de manipulação e deturpação dos factos e de lisonja ao jovem rei, que D. Afonso V, de 15 anos, resolveu ir a Torres Novas, visitar o conde de Ourém, o qual lhe fez crer que, enquanto o duque de Coimbra estivesse na corte – então em Santarém – todos pensariam que era o infante quem continuava a reinar e não obedeceriam ao rei. D. Afonso V tornou, de imediato, a Santarém onde o infante, ao saber da disposição real, confessou que, depois de dez anos de abandono das suas terras, tinha de voltar a dar-lhes atenção e, por isso, partia para o ducado de Coimbra. O rei, aliviado pela atitude do tio e sogro, entregou-lhe um termo de quitação para se ausentar da corte para o ducado de Coimbra e uma compensação pelo tempo que tinha governado o reino, o que era, no fundo, uma aprovação de tudo quanto o infante D. Pedro até então fizera. Segundo Rui de Pina: "o que alguns quyseram despois contraryar, dizendo que devia antes ser revogaçam que aprovaçaõ; mas por entam sua contradiçam não aproveytou; por que toda via passou com toda sollenidade e perfeiçaõ" (Pina, 702). O duque de Coimbra partiu de Santarém no final do mês de Julho de 1447. Estavam assim criadas as condições para os inimigos do

infante D. Pedro poderem desenvolver a sua perfídia que, fosse ou não baseada na *Retórica a Herénio*, seguiu muitos dos caminhos ali apontados para desacreditar alguém.

Mal o duque de Coimbra deixou a corte, nela se instalaram o arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha, e D. Afonso, conde de Ourém, estando o duque de Bragança nas suas terras. Com a ajuda de Martim Berredo e de outros nobres, começaram a espalhar atoardas sobre o infante. Diz J.P. Oliveira Martins: "todos os descontentes, todos os despeitados, todos os cobiçosos, todos os pescadores de águas turvas, costumados a ganhar no tumulto de uma mudança de governo, deitavam redes ao mar revolto de Portugal". De acordo com o mesmo autor: "as calumnias ferviam, a baixeza expandia-se, a ingratidão desabrochava". Dizia-se que o regente fora um monstro: "delapidára, perseguira, envenenara D. Duarte para lhe suceder, D. João porque lhe fazia sombra, e D. Leonor depois de a ter perdido: pobre senhora!" (Martins, 1936, 316). O historiador e sociólogo fala, como já vimos, da "bondade ingénua" do povo português que, então, veio ao de cima para condenar o regente, juntando-se ao coro os antigos criados de D. Leonor, que choravam as suas desgraças e pediam reparação. O que queriam era confiscar os bens de D. Pedro e agarrar o maior quinhão possível. Para Joaquim Pedro de Oliveira Martins: "o conde de Ourem e o arcebispo de Lisboa, instalados na côrte, reinavam" (Martins, 316).

Consideremos, pois, a *Retórica a Herénio* e exploremos o livro segundo e seguintes do tratado, por nos parecerem ter pontos que se adequam aos intentos dos inimigos do infante D. Pedro. O plano de constituição da causa conjectural, ali referido, é dividido em seis partes: "probabilidade, comparação, sinal, argumento, subsequência e comprovação". Em relação à primeira, o autor subdivide-a em duas, motivação, onde se trata da obtenção de vantagem por parte do visado, honra, dinheiro ou poder, e conduta, onde procurará elaborar sobre suspeitas anteriores que tenham recaído sobre o visado e, depois, ligar: "o vício do caráter à motivação do crime". Mas se o objecto da acusação gozar: "de reputação de pureza e integridade", o acusador asseverará que os factos, não a fama, devem ser levados em conta: "pois o réu antes ocultara seus defeitos". Isso mesmo aconteceu com o infante D. Pedro, quando os acusadores se focaram no tratamento dado à rainha D. Leonor, mãe de D. Afonso V, por ordem do duque de Coimbra. No que diz respeito à comparação, o autor do libelo acusatório procura demonstrar que a acção em causa só beneficiaria o réu e que mais ninguém poderia ter executado a referida acção. Em seguida, segundo o manual retórico, o acusador deve demonstrar, por intermédio de sinais, a autoria do(s) crime(s), comprovando: "lugar, momento, duração, oportunidade,

esperança de êxito e esperança de ocultar o crime" (*Retórica a Herénio*, 2005, 87-95). Os conspiradores contra D. Pedro procuraram incutir no jovem rei de 15 anos que o tio perseguira a mãe, obrigando-a a sair de Portugal e a exilar-se e depois mandara-a envenenar. O propósito, queriam fazer crer, era controlar o rei, com quem o duque de Coimbra tinha casado a filha, D. Isabel, para ser ele a mandar no reino, e eles granjearem fortuna e poder para si e para os seus.

O argumento, segundo o tratado retórico, serve para acusar com sinais e suspeitas consistentes e divide-se em três momentos: anterior, simultâneo e posterior. O momento anterior deve considerar: "onde estava, onde foi visto, com quem foi visto, se preparou algo, se encontrou alguém e disse alguma coisa, se teve algum tipo de cúmplice, de adjuvante ou de auxílio". Sobre o momento simultâneo, deve perguntar-se se foi visto a praticar o crime, ou se algo foi percebido pelos sentidos: "pois isso poderá aumentar a suspeita". O relacionamento entre o infante D. Pedro e D. Álvaro de Luna, condestável de D. Juan II de Castela, servia na perfeição para indiciar um 'complot' entre ambos com o intuito de eliminar a rainha D. Leonor. Em relação ao momento posterior, o arguidor deve observar o resultado da acção: "capaz de indicar ou que o crime foi cometido, ou por quem foi cometido". A subsequência é investigada nos sinais que costumam acompanhar inocentes e culpados. O acusador dirá que o réu: "corou ou empalideceu, titubeou, falou sem firmeza, desfaleceu", ou seja, tudo o que indicar consciência pesada com o crime. Se o réu não mostrar fraquezas e o acusador não puder ir por aí, dirá: "a tal ponto premeditou o que lhe seria útil, que não se abalou e respondeu a tudo descaradamente: sinal de impudência, não de inocência", o que se aplicava a D. Pedro. A comprovação compõe-se da utilização dos diferentes argumentos para demonstrar a culpabilidade do visado. O autor do tratado refere-se ainda às testemunhas – recurso muito utilizado neste processo – e ao testemunho obtido sob tortura, por considerar que se trata de uma prática que vem dos antepassados e que, além disso: "a dor extremada coage os homens a dizer tudo que sabem" (*Retórica a Herénio*, 2005, 95-97). Procedimento a que, apesar de tudo, o infante D. Pedro não foi sujeito.

O autor de *Retórica a Herénio* debruça-se ainda sobre a memória e a utilidade que tem para acusar ou defender alguém. Começa por dizer que existem duas memórias: "uma natural, outra produzida pela arte". A memória natural é aquela que se situa na mente e que nasceu com o pensamento, sublinhando que não costumamos reter na memória as coisas, comezinhas, do dia-a-dia, mas costumamos lembrar-nos por muito tempo: "se

vemos ou ouvimos algo particularmente torpe, desonesto, extraordinário, grandioso, inacreditável ou ridículo". Neste domínio inscreviam os inimigos de D. Pedro as memórias que D. Afonso V teria de criança, acrescentando que fora separado à força da mãe para ser educado pelo tio e não restara alternativa à rainha senão fugir, primeiro para o Crato e depois para Castela. A memória artificial: "é aquela que certa indução e método preceptivo consolidam" e o tratado acrescenta: "constitui-se de lugares e imagens", antecipando-se, assim, ao conceito de 'lieux de mémoire', de Pierre Nora. O autor acentua ainda: "o princípio das coisas provém do engenho, o êxito é alcançado pela disciplina". Discorre em seguida sobre diferentes formas e métodos de melhorar a memorização, algo muito importante num tempo em que os registos escritos eram escassos e o conhecimento era transmitido pessoa a pessoa através da memória. Por isso, o autor salienta que estamos sempre a querer memorizar algo: "ainda mais, quando nos ocupamos de um negócio muito importante". E conclui que não se pode ignorar: "que lembrar com facilidade é tão útil quanto difícil de alcançar", algo que só se poderá avaliar na prática (*Retórica a Herénio*, 2005, 183-197).

No capítulo das memórias artificiais pode contar-se a que atribuiu a morte de D. Leonor de Aragão, em Toledo, em 1445, onde já vivia sem grande conforto, por envenenamento, embora tal nunca tenha sido certificado. Como salienta Alistair Thomson, em "Memory and Remembering in Oral History", recordar assemelha-se mais ao contar uma história do que aceder a um registo sonoro ou de imagem. Daí os paradoxos entre os factos apurados e as recordações transmitidas. As circunstâncias da morte de D. Leonor parecem, de facto, estranhas, uma vez que, a ser verdade o que se diz, uma hora depois de tomar uma tisana, a rainha sentiu-se mal, ficou com o corpo coberto de manchas e, de seguida, faleceu. Mesmo que, em Castela, esse envenenamento, tal como o da irmã D. Maria, casada com o rei D. Juan II, fossem atribuídos às artes do condestável castelhano D. Álvaro de Luna, dificilmente a responsabilidade poderia ser assacada ao infante D. Pedro. Nem mesmo a alegada amizade entre ambos – talvez essa 'amizade' fosse antes uma forma de o regente garantir a segurança do reino em relação a Aragão – poderia servir para justificar um assassinato à distância.

A *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V,* de Rui de Pina, deixa bem patente a forma como os inimigos do infante se insinuaram junto do jovem rei sem que este tivesse alguém, a não ser o tio e tutor visado na maquinação, para o fazer ver o alcance da trama, daí a necessidade de evitar qualquer tipo de contacto entre ambos. Já não era retórica nem

propaganda, embora ambas estivessem presentes, era pura intriga, eivada de persuasão ao incauto jovem rei que irá, a partir de então, ser constantemente bombardeado com invenções e falsas provas contra o infante D. Pedro, muitas vezes validadas por pantomineiros ou pessoas que pretendiam vingar-se ou tirar partido da queda em desgraça do ex-regente. Um trajecto que, como adiante veremos, conduziu ao conflito e à morte do tio e sogro de D. Afonso V. Assim se começou a destruir a imagem do primeiro duque de Coimbra e teve início a construção da futura memória colectiva de um D. Pedro menorizado na acção governativa, esvaziado de competências e dos princípios morais que mostrara perseguir e, como homem, exaurido de sentimentos e até, nalguns casos, da verve cultural que sempre o animou. Em termos teóricos, vale a pena sublinhar o conteúdo da *Retórica a Herénio*, que apresenta várias formas de trabalhar uma figura na memória dos povos, fazendo, no entanto, sempre a distinção entre o elogio e o vitupério:

> Todas as outras coisas para as quais se considera principalmente o ânimo do homem, devem-se acomodar aquelas quatro virtudes, de modo que, se elogiarmos, diremos que uma coisa foi feita com justiça, outra com coragem, outra com modéstia, outra com prudência; se vituperarmos, proclamaremos que uma coisa se fez injusta, outra imodesta, outra covarde, outra imprudentemente (*Retórica a Herénio*, 2005, 167).

4.15 - A caminho de Alfarrobeira

A partir daqui a história do infante D. Pedro e das circunstâncias que conduziram à sua morte em Alfarrobeira assemelham-se ao argumento de um livro ou ao guião de um filme sobre como reduzir à insignificância alguém que teve um papel de destaque na Idade Média. Tudo começa, antes mesmo de iniciada a regência, com um pacto entre os seus inimigos, onde ficam ajuramentados um marechal, um arcebispo e um prior, nobres que contestam o infante e preferem a rainha, mesmo sendo aragonesa e representando um perigo para a integridade do reino, porque daí podiam tirar proveitos. Os anos passam sem que consigam levar os intentos a bom porto, mas logo que surge a oportunidade, surgem também os boatos, as calúnias e as cartas falsas – verdadeiras 'fake news' do século XV –, testemunhas compradas, provocações deliberadas para desencadear a ira do infante, a destituição de funções dos amigos e seguidores do infante, sob qualquer tipo de pretexto, incluindo "suspeitas" de conspiração contra o rei. E, contra tudo isto, uma atitude de firmeza de carácter por parte do infante D. Pedro e de observância das quatro virtudes cardeais: força, justiça, temperança e prudência, a que devemos acrescentar a lealdade ao rei. Para contrapor o julgamento de que estava a ser alvo na praça pública e

ampliado no recato da corte, o duque de Coimbra pretendia apenas ser ouvido pelo rei. Também isso foi sempre evitado pelos conjurados que o perseguiam. Numa cena digna de qualquer romance ou mesmo filme de cavalaria, a filha do condenado roja-se pelo chão aos pés do marido, rei, pedindo compaixão pelo pai. Depois, numa carta dramática, comunica ao progenitor que o exército real o irá cercar nas terras de Coimbra e que lhe resta uma de três hipóteses: o desterro para sempre fora do reino, a prisão perpétua ou a morte. Perante tamanha injustiça, o infante escolhe a última hipótese, faz um pacto de sangue com o seu maior amigo, D. Álvaro Vaz (ou Vasques) de Almada, na presença de um padre, e parte para uma jornada cujo destino apenas vislumbra.

A crónica de Rui de Pina relata, como já dissemos, que mal o infante D. Pedro deixou a corte, logo os inimigos do primeiro duque de Coimbra ali se instalaram. O seu cuidado foi o de levar o rei a tomar decisões contra o duque de Coimbra. Entre outros expedientes, fizeram com que D. Afonso V mandasse retirar todos os funcionários que o tio tinha levado para a corte, recorrendo a suspeições e testemunhos falsos de que uns erravam na justiça, outros roubavam o erário régio e outros ainda podiam envenenar o rei. O relato de Rui de Pina é, a este propósito esclarecedor. Escreve o cronista que, muita gente testemunhou contra o infante D. Pedro, por receio de castigo ou por cobiça de um prémio. A estes se juntaram os antigos criados de D. Leonor que, imbuídos do desejo de vingança e por conselho dos inimigos do infante, fizeram afirmações que lhe eram prejudiciais e semearam suspeitas ‘desleais’ contra D. Pedro e os seus. A ideia, diz Pina, era que o amor e afeição que, pelos seus méritos, o rei e o povo lhe tinham, se convertessem em ódio: “com que celeradamente e sem se poder remedear lhe causassem a morte como fizeram”. Queriam imprimir rapidez ao desaparecimento do infante porque sabiam que, enquanto vivesse: “nom somente ympidiria o effeyto das cobyçosas esperanças, em que pera seus mayores acrecentamentos andavam, mas aynda suas vidas ao diante nom seryam yzentas de perygo” (Pina, 1977, 702). Salienta o cronista que, além de conhecerem a grandeza e saber do infante, estavam igualmente cientes que muita gente do reino lhe tinha grande afeição e que o infante também contava com os filhos: “que seriam grandes Senhores, e sobre tudo a Raynha sua Fylha,de cujo amor e fruyto de geeraçam, se ElRey fosse ao diante vencido, como de sua ydade e por suas virtudes e perfeyçooẽs se esperava, teryam pera sy muy duros contrairos”. Isso levava-os a trabalhar com afinco para inculcar, rapidamente, a maior inimizade possível contra o infante D. Pedro no coração do jovem monarca (Pina, 1977, 702-703).

O crescendo da tensão entre o rei e o infante está espelhado na crónica de Rui de Pina, que relata, assim, as acções do rei: "per engenho do conde d'Ourem e dos outros ordenara em desfavor e quebra do Yfante estas cousas". A primeira, foi escrever "a todollos Fydalgos, e a Cavalleiros do Reyno em que sentio que avya bõa vontade pera ho Yfante, que sob pena de caso mayor por qualquer maneira o nom fossem ver" (Pina, 1977, 706). A outra foi mandar publicar éditos em todo o reino com o texto da carta-patente, de 15 de Setembro de 1448, que D. Afonso V enviou aos detentores de castelos, vilas, lugares, ofícios ou bens que lhes tivessem sido outorgados desde o falecimento de seu pai até à sua ascensão ao governo efectivo do reino, ou seja durante a regência do infante D. Pedro, para comparecerem, pessoalmente ou por procurador, perante o soberano, até 20 de Outubro, com os respectivos títulos de posse, uma vez que lhe constava que muitos tinham sido "priuados jnjustamente de sseus castelos, villas e lugares e offjçios que tinham", apenas por serem servidores ou adeptos da rainha, sua mãe e deviam ser repostos nos direitos de que injustamente tinham sido despojados (Ver anexo 20). Rezava ainda a carta-patente que quem não obedecesse dentro do prazo: "nos, aa sua rreujllia, mandaremos logo entregar os dictos castellos, villas e lugares, offjçios e bens aaqueles que acharmos que deles fforam priuados ssem rrazam ou ssem desmerecimento" (D. Afonso V, 1448, 315-318).

Com tal disposição, o duque de Bragança e demais conjurados sabiam que iriam revoltar D. Pedro e, provavelmente, levá-lo a fazer algo que o mostraria como culpado aos olhos de todos. Quem não obedecesse dentro do prazo era ameaçado a ser despojado, à revelia, dos referidos castelos, vilas e lugares, ofícios e bens para aqueles que deles tinham sido privados tinham, segundo a carta-patente, sem razão. Também por essa altura, o rei tomou a iniciativa de comunicar a D. Pedro: "que o avya por degradado de sua Corte, e lhe mandava e defendia, que sob pena de caso mayor sem seu especyal mandado nom fosse a ella nem saysse de suas terras" (Pina, 1977, 706). O cronista comenta:

> E isto ordenaram assy os contrairos do Yfante; porque se recearam que ele com a vista e confyança do Yfante Dom Anrique, tomaria por ventura atrevymento de se vir com elle aa Corte, onde era certo que em pessoa alymparia antre ElRey sua honrra, o que a elles pera seu desejo fora mortal ynconveniente (Pina, 1977, 706).

O infante D. Henrique, ciente dos perigos que o irmão, D. Pedro, corria, ainda procurou aligeirar o ambiente, tendo, inclusive, preparado uma carta em que o rei diligenciava celebrar a concórdia entre o infante D. Pedro, duque de Coimbra, e D. Afonso, duque de

Bragança. Assim, D. Afonso V afirmava na carta, de 12 de Novembro de 1448, mandar o infante D. Henrique, duque de Viseu e senhor da Covilhã, ao infante D. Pedro, duque de Coimbra e senhor de Montemor, e ao duque de Bragança e conde de Barcelos, seus tios, para que "çessassem dos dictos hodios e escamdallos e fossem rreduzidos a verdadeiro amor e afeiçom em que eram amte deles", confiando nos bons ofícios de D. Henrique para "com sua bõoa delligemçia e discriçom, çedo veessem a bõa perfeiçom". E também referia que as "suas homrrase estados sam en todo conservados", uma vez que, até então, apesar de alguns erros e conflitos passados, não tinha existido nada de tão grave que impedisse o restabelecimento da referida concórdia entre ambos. Os inimigos do infante esfregaram as mãos de contentamento, uma vez que, em seu entender, D. Pedro nunca assinaria tal documento. A comitiva promotora da concórdia entre os irmãos desavindos pôs-se em marcha e para que não pudessem alegar ignorância do conteúdo da carta, o portador era o secretário e notário privado, Rui Galvão, para que a assinassem por si e por todos os seus parentes e aliados, o que, de facto, aconteceu (D. Afonso V, 1448, 338-342). Apesar disto, Rui de Pina transmite-nos os diferentes passos que depois foram dados na escalada do ambiente contrário ao infante D. Pedro.

O cronista explica que, como o estratagema não havia funcionado, os inimigos do infante lançaram mão de outro recurso. Fizeram com que o rei enviasse Diogo da Silveira que, salienta, mais tarde foi escrivão da puridade (escrivão ou secretário pessoal do rei que tinha por missão lidar com os assuntos mais reservados), para, em nome de D. Afonso V, repreender D. Pedro por coisas de que o infante não tivera qualquer culpa, em particular o abastecimento de armas e mantimentos nos castelos do ducado de Coimbra. O infante, depois de se defender das diferentes invenções, mandou mostrar os castelos de Montemor e de Coimbra, para que o enviado real pudesse ver com os seus olhos que eram falsas as informações que lhe tinham transmitido. Rui de Pina relata que depois do regresso de Diogo da Silveira à corte, logo o rei, ou por não ter sido verdadeiramente informado, ou por qualquer outra razão: "tirou ao Conde d' Abranches o Castello de Lisboa, e a Aires Gomez da Silva o Ofycio de Regedor da justiça na casa do Civel, e a Luis d' Azevedo o Ofycio de Veedor da Fazenda, soomente por serem amygos e servydorcs do Yfante", apesar de todos eles estarem confirmados nos cargos através de cartas reais. O cronista refere ainda que o conde de Ourém mandou pedir o cargo de condestável do reino ao filho mais velho do infante D. Pedro, mas a consciência do jovem rei não lhe permitiu ir tão longe e o cargo foi entregue ao seu irmão, o infante D. Fernando (Pina, 707-708).

A 30 de Dezembro de 1448, o infante D. Pedro escreveu uma carta ao conde de Arraiolos, seu sobrinho, filho do duque de Bragança e irmão do conde de Ourém. D. Fernando era, por nomeação do regente, capitão e governador de Ceuta e veio à corte para harmonizar aquele infante com o rei. Na carta, D. Pedro expôs a sua versão dos acontecimentos. O padre António Joaquim Dias Dinis, que organizou a maior parte dos *Monumenta Henricina*, explica a dificuldade de reconstituir os factos de forma imparcial por terem desaparecido os livros de registo da Chancelaria de D. Afonso V relativos aos anos de 1447 e de 1448, criando-se, assim, uma lacuna no registo histórico e, simultaneamente, dando espaço às memórias individuais e aos constructos nascidos de interesses específicos. Frei Dias Dinis afirma que "o primeiro, de 264 folhas, [relativo ao ano de 1447] ainda existia em 8 de Fevereiro de 1529, mas já não é mencionado o do ano de 1448". Já em relação ao de 1447, o mesmo autor refere que "em 1904 declarou Braamcamp Freire que do livro de 1447 não encontrara sequer vestígios" (Dinis, 1968, ix). O que pode ter sido um extravio fortuito pode muito bem ter feito parte de uma estratégia deliberada para fazer desaparecer documentos que, de algum modo, favorecessem ou, pelo menos, não prejudicassem a memória do infante D. Pedro.

Na extensa missiva enviada pelo duque de Coimbra ao conde de Arraiolos, D. Pedro expôs as injustiças e ofensas de que era alvo, orquestradas pelo pai e pelo irmão do conde (Ver anexo 21). Entre elas afirmava: "por me fazerem desomra, tiraram o castello de Lixboa ao comde dAbramches". Também referiu: "por comfirmaçam de sua boa vomtade, ho comde dOurem, vosso jrmão, rrequereo agora a elrrey meu senhor, presemte os do seu comselho, que lhe desse ho ofiçio do comdestabrado de meu filho, dizemdo que lhe petemçia", o que aconteceu pelo facto de o condestável D. Pedro, filho do infante, ter sido obrigado a fugir para Valência de Alcântara, para poder sobreviver (D. Pedro, 1448, 344-356). O passo seguinte nas humilhações que infligiram ao infante D. Pedro foi uma ordem do rei para que o duque de Coimbra entregasse as armas que tinha armazenadas em Coimbra e que datavam de quando o condestável, seu filho, regressara de Castela onde fora prestar auxílio ao rei D. João II, que tinha os infantes de Aragão cercados em Olmedo, como já foi referido. Como explica Rui de Pina, apenas restavam ao infante duas soluções e ambas lhe eram prejudiciais. Uma, seria obedecer e ficar sem defesa. Outra, seria negar a entrega das armas e cair em estado de rebelião e desobediência à figura real. Perante a demora numa resposta por parte de D. Pedro, o rei: "ynsistio em seu proposyto, e cada vez com mais graveza". Ao que o Infante finalmente respondeu: "as armas em tal

tempo não lhas devia nem podia dar, pois em seu Reyno, e com seus vassallos nom tynha dellas necessidade, e muito menos com os estranhos, com quem elle tanta paz lhe procurara", porque ele (infante D. Pedro) precisava dessas armas para defender a sua vida e honra. Pedia, porém, uma de duas opções ou ter tempo para poder comprar outras armas, ou que o almoxarife real recebesse o valor das armas e com ele comprasse outras novas (Pina, 708-709).

Mas, conforme refere o cronista, o rei não se mostrou "contente nem satisfeito" com a resposta do infante. Entretanto, D. Fernando, conde de Arraiolos (segundo filho do duque de Bragança e governador de Ceuta), vendo, como diz Pina: "o engano e mallicia que nestes feitos andavam desejando o serviço d'ElRey, e doendosse do Yfante, pera cuja perdiçam todallas cousas se inclinavam", veio de África à corte e como homem virtuoso e de justas pretensões, como o descreve o cronista, procurou, diligentemente, fomentar a concórdia entre o rei e o infante. Mas, como revela Rui de Pina, o duque seu pai e o conde de Ourém, seu irmão, não o podendo desviar do propósito: "faziam com ElRey, que em muytas cousas o desfavorecesse. Especialmente nom o ouvyndo as vezes que o Conde requeria e desejava". E como não conseguissem demovê-lo dos intentos de trazer o infante D. Pedro à corte para, pessoalmente, se defender das acusações: "fizeram novas fyngidas, e com côres e sinaes que pareciam de certeza, que os Mouros vinham poderosamente cercar, ou tynham cercado Cepta". Uma vez mais a divulgação de informação falsa com o intuito de provocar a reacção que mais lhes interessava. Com isso fizeram-no regressar sem nenhuma conclusão a África, de onde não voltou antes da morte do infante (Pina, 1977, 709-710). E para que tudo estivesse em sintonia, D. Afonso V passou uma carta, datada de 2 de Março de 1449, onde confirmava ao conde de Arraiolos, seu primo, a capitania de Ceuta (D. Afonso V, 1449, 17).

4.16 - Cartas falsas e provocações gratuitas

Com um discurso centrado no *pathos* retórico, e com os olhos na desvalorização do *ethos* do infante, os inimigos do infante D. Pedro procuravam levá-lo à morte, como aconteceu, que os seus bens, assim como os dos que lhe eram próximos, fossem expropriados e divididos entre a nobreza, como também aconteceu, que os familiares fossem presos ou escorraçados, o que aconteceu igualmente, e que a memória do duque de Coimbra fosse desvirtuada para sempre, único item onde falharam. Rui de Pina argumenta que não foi o conde de Arraiolos o único que procurou fazer ver ao rei o engano em que laborava.

Porque muitos outros bons homens: “aas vezes pubryca, e as mais secretamente, quyseram com ElRey em sua concordia entender”, mas: “os ymigos do Yfante punham ao coraçam d'ElRei com enformaçooẽs erradas taes defensyvos, que a lembrança de seus servyços, e merecimentos para seu gallardam e limpeza, nunca na memoria d'ElRey podesse entrar” (Pina, 1977, 710).

O infante, inquieto e angustiado: “suspirando pelo conhecimento da verdade”, que considerava o seu meio de salvação, escreveu ao rei através dos seus confessores e de outros religiosos, rogando em todas as mensagens por mercê, com palavras que Rui de Pina classifica como de grande acatamento e obediência, pedindo: “que por testemunhos e induzimentos de seus ymigos, o não quisesse julgar nem tam maltratar, e ouvesse por bem arradallos de seus ouvidos, e assim mandallos sair de sua Corte, como a elle por menos causas fizera”. E, dizia o infante, que estando fora, não veria: “seus mandados e detrimynaçooẽs contras, per tam graves nem tam sospeitas como entam lhe pareciam”. Afirmava que lhe obedeceria, com muito amor e lealdade e pedia ainda: “que lhe lembrasse a grande perfeiçam e amor em que o criara, e a muyta verdade e acatamento com que o sempre servyra, e ao pouco que durando seu Regimento em sua fazenda e Estado tinha acrecentado”.

As mensagens do infante D. Pedro para D. Afonso V chamavam ainda a atenção do soberano, para confirmação da sua boa vontade: “que nom se esquecesse que o casara com sua fylha que tanto amava, e nom fora com fundamento e desejo de apagar; mas perpetuar sua vyda e Real geeraçam” (Pina, 1977, 710). Situações que levaram o rei a, muitas vezes, questionar a situação e a atitude que tinha para com o tio. Porque, segundo o cronista, algumas pessoas credíveis e com autoridade afirmaram que uma das causas principais porque o conflito entre o rei e o infante mais se avolumou teve origem em cartas falsas, porque, relata Pina: “humas davam a ElRcy em nome do Yfante, que o Yfante nunca mandara, e outras recebia o Yfante com synaaes d'ElRey, em que ElRey nunca assynara”. Rui de Pina acrescenta que: “cotejadas as cartas, que n'este tempo se acharam escritas da maõ d'ElRey pera o Yfante, com outras muitas feitas per escryvaaẽs que lhe mandavam, bem parecia que as da maaõ d'ElRey eram proprias, e de Fylho pera Pay, e as dos Escryvaaẽs muyto alheas”. Essas cartas produzidas por escrivães mostravam: “ser de Rey ymigo pera vassallo desleal”. A tal ponto que expõe com clareza: “aquellas em que parecesse a bõa vontade eram proprias e verdadeiras d'ElRey, e as outras eram acidentaes e postyças, ou o mais certo constrangydas” (Pina, 1977, 710-711).

Infelizmente, tais cartas, instrumentos de uma verdadeira acção de desinformação e calúnia, também não chegaram ao nosso tempo, para que pudéssemos aquilatar das graves acusações do cronista. Rui de Pina, no seguimento da crónica dos acontecimentos, afirma que o rei saíra de Sintra para Lisboa no início de Outubro de 1447, no que, por certo, se equivocou, uma vez que, dado o encadeamento dos factos, deverá ter sido em 1448. O certo, segundo o cronista, é que o rei chamou à corte o duque de Bragança e o conde de Ourém, seu filho, fez-lhe um o aviso secreto: "que viesse mais em auto de guerra que de paz; porque ja tynham commovido ElRey para hir logo sobre o Yfante Dom Pedro" (Pina, 1977, 711). Humberto Baquero Moreno confirma a ordem real e esclarece que o duque partiu da região de Entre-Douro-e-Minho "acompanhado por uma hoste de 1.700 cavaleiros e 2.000 peões" que tinham sido recrutados nos seus domínios, assim como nas terras de outros fidalgos. O historiador nota que os cronistas foram omissos no trajecto do exército do duque até Côja e acrescenta que, antes da travessia do Mondego, houve troca de mensagens entre o duque de Coimbra e o duque de Bragança, com o primeiro a afiançar ao segundo que teria muita honra em o acolher e deixar passar nas suas terras, se viesse sem aparelho de guerra, mas que, de outra forma, o não consentiria (Moreno, 1979, 349-350). As notícias do sucedido chegaram depressa à corte, que se encontrava em Santarém, onde, como refere Rui de Pina, alguns fidalgos amigos do infante D. Pedro, sentindo que ele teria necessidade deles, foram ao seu encontro, enquanto outros, perante a mudança dos tempos e a previsível queda em desgraça do duque de Coimbra, usaram de artimanhas para se fazerem prender, ficando, assim, impedidos de se juntar ao duque de Coimbra. (Pina, 1977, 711-712). No rescaldo das mensagens trocadas entre os dois duques, D. Pedro disse a Martim Afonso, mensageiro do meio-irmão D. Afonso:

> Dizee ao Duque, que nom som tam necio nem elle tam avysado, que com suas dessymulaçoẽs aja de enganar mynha pessoa, nem abater mynha honra; muytos dias ha que nos conhecemos, e muytas vezes passou ja per mynha casa e por mynhas terras; e me lembra bem a jente que trazia e a que tem, e agora sey que traz myl e seiscentos de cavallo armados, com outra muyta jente de pée que pera esta vynda ajuntou sua e alhea, o que nom responde aos tempos passados nem menos aa paz, e amizade que comygo quer ter. E nom lhe decrarando mais a fym porque assym vem, pois elle a sabe, nem o abatimento que nysso recebo pois o deve entender. Finalmente lhe dizey, que se ele nom toma algum outro modo de vir, porque a todos pareça e seja notorio, que elle por mynhas terras vem pacifycamente, e como Irmaõ e amigo, sayba que vivo lho não ey de consentir (Pina, 1977, 714).

Relata Rui de Pina que o conde de Ourém, que estava na corte, foi logo avisado, e temendo maiores problemas para o pai, o duque de Bragança, fez crer a D. Fernando, irmão do rei, que por estar casado com a neta do duque, filha do infante D. João, o caso era também seu, pedindo-lhe que escrevesse aos que vinham com D. Afonso de Bragança para que, se sobreviesse algum confronto, o não abandonassem. D. Fernando, apenas com 15 anos e o sangue a ferver, como refere o cronista, não só escreveu a carta pedida pelo conde como ainda se ofereceu para ir, pessoalmente, ajudar o duque. A epístola do irmão do rei seguiu por um dos seus, Álvaro de Faria, que foi interceptado pelos guardas do infante e levado à sua presença. D. Pedro tomou-lhe as cartas, leu-as e fê-lo voltar a Santarém sem o maltratar. Mas o emissário, por certo envergonhado, fingiu, como diz Rui de Pina, ter sido muito agredido, assim como o cavalo, o que alvoroçou a corte, tendo o rei mandado, de imediato, cortar todas as tenças que o infante tinha e ordenado aos almoxarifes que, daí em diante, lhas não pagassem. Nessa altura, visitou o infante, a mando do infante D. Henrique, o bispo de Ceuta, D. João Manuel, que apontou a D. Pedro que, catolicamente, e em obediência ao rei, não podia impedir a passagem ao duque de Bragança, embora não o conseguisse demover, porque este lhe apontou razões de honra e de cavalaria que, em nada, desfaziam a sua lealdade para com o rei, e afirmando que se o duque quisesse vir de forma pacífica e amiga, como sempre fizera, lhe daria bom acolhimento como irmão e amigo, mas de outra forma, lho não havia de consentir, como mandara dizer por Martim Afonso. O mesmo disse o infante a um emissário real, Fernão Gonçalves de Miranda, que, no início de Abril de 1449, o foi visitar a Penela (Pina, 1977, 714-716).

Após estas manobras, o infante D. Pedro foi advertido que o duque não abandonava o caminho que iniciara, narra o cronista, asseverando que o infante não quis permitir que o duque entrasse em suas terras. Por isso, saiu de Penela com as suas gentes em direcção à Lousã e daí a uma aldeia chamada Vilarinho, onde ficou a saber que o duque estava em Côja, couto do bispo de Coimbra, e para ali se dirigiu o infante, colocando os seus em formação de batalha. Fez, em seguida, uma prelecção sobre as perseguições e ofensas que tinha recebido do rei por intercessão do duque e do conde de Ourém, seu filho, e de outros da mesma valia, mas que, em momento algum a sua querela tinha por horizonte ódio ou vingança contra o rei D. Afonso V que: "reconhecia por seu verdadeiro e ligitimo Rey e Senhor" e, levantando aos céus os olhos marejados de lágrimas, pediu perdão a Deus com muita devoção e a Ele se encomendou, bem como à Virgem Maria, ordenando, em seguida, que todos se armassem (Pina, 1977, 718-719). O infante D. Pedro que tanto se

tinha dedicado às letras e aos clássicos, que se tinha aventurado no domínio da poesia, que abominava o espírito da cruzada e da conquista territorial em África, em favor do espírito do descobrimento e do estabelecimento de relações comerciais com outros povos, estava a regressar às origens de senhor feudal, com exército próprio.

Entretanto, o duque de Bragança retomara a viagem, convencido que o infante ficaria no castelo de Penela, não lhe tolhendo a passagem, e quando estava a duas léguas da Lousã, soube pelos batedores que o infante estava já em Serpins, a pouco mais de uma légua (a légua terrestre era então de 4,82 quilómetros), e vinha determinado a lutar. Nessa altura, conforme a descrição de Rui de Pina, o duque mandou resguardar as suas gentes e reuniu os fidalgos para decidir o que fazer, se esperar naquele local, ir mais adiante encontrá-lo ou, para evitar as mortes e danos que um recontro iria provocar, voltar atrás e seguir outro caminho. Diz o cronista: "ouve antre eles votos desvairados", até Álvaro Pires de Távora tomar a palavra para dizer que, depois de tudo o que acontecera, considerava uma desonra e uma vergonha voltar atrás. "Soes grande ymigo do Yfante e elle vosso, e as mais pallavras e dessymulaçooẽs sam escusadas", afirmou o senhor de Mogadouro, acrescentando que, ainda que dissesse que o rei o mandava chamar: "nom he o Yfante tam pryvado do entender, consiradas as cousas passadas e ho auto em que his, que não entenda que he sem fundamento de seu mal, e de o resistir e contrariar em sua terra", porque era sua opinião: "que como Pryncepe e como Cavalleiro tem razam e faz o que deve". Por isso, o conselho que dava: "he, que o que elle quer fazer vós o façaes primeiro, que será hirmollo buscar, e nós desponhamos aa ventura que nos vier". Foi este o conselho que prevaleceu, tendo o duque ido identificar, com os seus, o melhor local para o recontro, escolhendo para eles o campo mais seguro. Ainda assim, o duque dirigiu-se de novo aos que o acompanhavam para repetir que estava ali a mando do rei e que o infante D. Pedro vinha com o propósito de o impedir pela força, mas que a vitória era certa e sem grande perigo: "porque a gente do Yfante he pouca pera a nossa, e vem constrangida e cortada toda de temor; porque allém de conhecerem o dano a que se despoem, sabem o erro e deslealdade que cometem" e que, por isso: "sem duvyda, que todos estes na sombra do medo, vendonos logo o leixaram" (Pina, 1977, 719-721).

O infante ficou a saber que o meio-irmão tinha andado a escolher o campo, que se encontrava a menos de meia légua (pouco mais de dois quilómetros) e que tinha falado às tropas. Entretanto, Álvaro Vaz (Vasques, segundo Baquero Moreno) de Almada que fora, com alguns companheiros, ver o arraial do duque, quando perguntado por D. Pedro

de onde vinha, segundo Rui de Pina, respondeu: "senhor, venho de ver vosos inimigos, de que prazendo a Deos e ao bemaventurado Sam Jorge vos eu darey oje se quiserdes mui boa vingança" e pediu ao infante que, por favor, não demorasse e fosse sobre eles. E, segundo o cronista explicou: "porque na deshordem e tristeza em que estam, dam ja certos synaes de serem cortados com medo e meo desbaratados, e nom percaes tam bom dia", acrescentando que o infante nunca haveria de ter idêntica oportunidade e exclamando: "nom allonguees a vida, a quem se lha hoje daes, sabee que a encurtara muy cedo a vós". Álvaro Vaz de Almada acertou nas previsões e também naquela em que dizia: "o Duque na maneira em que se repaira e afortalleza nom quer vir avante, e ou se tornará para trás como veo, ou escondido se salvará per outro caminho" (Pina, 1977, 721-722).

Decidia-se aqui uma acção crucial e determinante, porque se atacasse, teria, ao que se diz, todas as hipóteses de vencer e acabar com o arqui-inimigo, o meio-irmão D. Afonso, duque de Bragança. Mas o infante D. Pedro, um cavaleiro de princípios éticos e de honra, deu como resposta ao conde de Avranches (ou de Abranches) que não acreditasse naquilo: "o Duque por Filho de quem he, e acompanhado e aconselhado de tam boõs Fydalgos como com elle vem, especialmente que he assaz entendido, tome nenhum desses sestros que abata sua honra". Relata o cronista que o infante acreditava: "pois ja detrymynou de vir elle virá, e ambos como Deos ordenar esprementaremos nossas fortunas" e, por isso, entendeu que o melhor era descansarem e precaverem o que tivessem de precaver para o dia seguinte. Acrescentando, em resposta às hipóteses colocadas pelo conde de Avranches: "praza a Deos que ou se tornem, ou desviem per alguma maneira como dizees; porque com guarda de mynha honrra eu os nom veja, e elles possam salvar suas vidas" (Pina, 1977, 722). Estamos, uma vez mais, num terreno fértil para o argumento de um livro ou um filme sobre a Idade Média em Portugal. De um lado, o sentido da honra e dos princípios guerreiros, do outro, aquele outro princípio, hoje tão em voga no domínio político, de que os fins justificam os meios.

Segundo os princípios da guerra definidos por Frederico II da Prússia, cognominado o Grande, no século XVIII, D. Pedro falhou redondamente ao não actuar contra o meio-irmão D. Afonso naquele momento. O monarca prussiano e grande estratego militar, no capítulo acerca da anatomia de uma batalha da obra *Frederick the Great on the Art of War*, salienta que na guerra é sempre necessário chegar a acções decisivas e acrescenta: "either to get out of the distress of war or to place the enemy in that position, or even to settle a quarrel which otherwise perhaps would never be finished". Em sua opinião: "a

wise man will make no movement without good reason, and a general of an army will never give battle if it does not serve some important purpose" (Luvaas, 1999, 139). Também Carl von Clausewitz, um grande chefe militar prussiano que viveu nos séculos XVII e XIX, na obra inacabada *On War*, tem uma afirmação perfeitamente ajustável à situação e que não é benéfica para o infante: "when a surprise attack renders an army incapable of employing its powers in an orderly and rational manner, then the effect of the surprise cannot be questioned" (Clausewitz, 2007, 109). Napoleão, sem nunca ter escrito um livro, acabou por ter uma série de aforismos reunidos a partir de afirmações feitas no século XIX que foram compiladas por Yann Cloarec e que podem ser aqui aplicáveis, sendo também desfavoráveis à decisão de D. Pedro. Neste contexto, em relação à ofensiva terá dito: "é um princípio de guerra que quando se possa dispor de um fulminante poder de ataque se deve usá-lo de preferência ao canhão" (Bonaparte, 2003, 59), mas também: "a perda de tempo é irreparável na guerra; as razões que se alegam são sempre más, pois as operações não falham senão pelos atrasos" (Bonaparte, 66) e ainda: "as hesitações, os mezzo-termine, deitam tudo a perder na guerra" (Bonaparte, 72).

Corria a sexta-feira anterior ao Domingo de Ramos, refere o cronista, ou seja, o dia 4 de Abril de 1449. O duque tomou conhecimento da presença de batedores do infante a ver o seu arraial e procurou mostrar que não desistia do propósito de passar em direcção a Santarém e, menos ainda, de fugir à luta, mas chegou à conclusão que não dispunha de um punhado de gente assim tão aguerrida e capaz de lutar pela sua causa, especialmente, como diz Rui de Pina, por se tratar de uma luta contra o infante D. Pedro: "a que muitos daquelles tinham afeiçam secreta, e desejavam servir". Assim, relata o cronista, o duque: "detreminou em sy mesmo de nom seguir adiante nem cometer o Yfante, nem menos o esperar". Mas, como pensava que não podia voltar para trás, porque tinha sido informado (mal) que o infante mandara destruir as pontes de barcas sobre o Mondego, o duque escolheu alguns dos seus a quem revelou o plano alternativo e mandou que, dissimuladamente, um a um, saíssem do arraial e, quando caiu a noite, saiu também ele a cavalo com dois guias para se lhes juntar e, como descreve o cronista: "com muy grande perygo, e trabalho dos corpos e cavallos atravessaram a Serra d'Estrella", onde passou muito frio, por existir grande quantidade de neve, e o duque por já ser velho – tinha 71 anos –, como descreve Pina: "recebeo tam grande padecimento que foy em ponto de morte, e porém da grande frialdade que padeceo, aynda lhe ficou dally o pescoço e a cabeça baixa em quanto vyveo". Já os outros, segundo Rui de Pina, ao aperceberem-se da

sua partida, apressaram-se a seguir os seus caminhos e, supondo que o infante lhes iria no encalço, fugiram pela "Serra do Baçoo" – provavelmente a serra da Lousã ou a serra do Açor –, para chegarem à Covilhã. O certo, segundo o relato, é que morreram ou ficaram muito maltratados pessoas e animais, "cavallos e azemalas", que eram animais de carga. Quando, ao amanhecer, a notícia chegou ao infante, este ficou satisfeito e não permitiu que os perseguissem, como alguns pretendiam e terá dito: "que os leixassem hir embora, e que de assy ser, dava por ysso muytas graças a Deos". Muitos o criticaram por não ter atacado o duque enquanto pôde, porque: "quanto alongou sua vida, como o Conde d'Abranches lhe dysse, tanto antecipou a morte de sy mesmo" (Pina, 1977, 722-724).

4.17 - Homiziados no exército real

Rui de Pina relata que o duque de Bragança se reuniu na Covilhã com os homens que o seguiram e daí rumou a Santarém, onde foi recebido em triunfo, como se tivesse acabado de ganhar uma batalha ou ultrapassado um obstáculo terrível. E a atitude do infante D. Pedro contra o duque de Bragança foi classificada, pelo conde de Ourém, pelo próprio duque, profundamente humilhado, e pelos seus correligionários, como ofensa à pessoa real. As interpretações dos cronistas divergem num ponto, o do apoio prestado pelo infante D. Henrique ao irmão nesta discussão. Rui de Pina afirma que D. Henrique disse: "nom consentiria dizer-se, que nenhum Fylho d'ElRey Dom Joham faria injuria a seu Rey e Senhor". O clima, no entanto, era contrário ao infante D. Pedro e D. Henrique, sentindo que nada mais podia fazer, sob pena de ser arrastado na queda de D. Pedro, como refere Humberto Baquero Moreno, limitou-se a participar, daí em diante, nos preparativos da guerra. Porque guerra foi o que o rei declarou a D. Pedro, anunciando, publicamente, através de éditos espalhados pelo país, que iria contra ele por força da desobediência e deslealdade do infante.

Rui de Pina conta que os éditos chegaram a Coimbra na véspera da Páscoa, o que permite concluir que o duque de Bragança, fugido do seu arraial uma semana antes, tinha feito uma viagem em marcha forçada até Santarém (Pina, 1977, 724-726). J. T. Montalvão Machado, médico e escritor, na obra *D. Afonso, Primeiro Duque de Bragança: sua vida e obra*, afirma, no entanto, que o duque não fugiu – é o princípio militar actual da retirada estratégica –, apenas obedeceu ao rei, de quem tinha recebido, por carta, ordem para não combater D. Pedro e para se dirigir a Santarém o mais rapidamente possível (Machado, 1964, 384). Quanto ao trajecto que tomou, Machado cita o artigo "Itinerário do Duque de

Bragança em 1449", publicado em 1951 pela *Revista Portuguesa de História*, da autoria do capitão Gastão de Melo Matos, que explica a passagem da serra da Lousã até à Pampilhosa, Álvares e Pedrógão Grande, de onde, à beira do Zêzere e do Tejo, chegaria a Tomar e a Santarém, percorrendo 130 quilómetros, em vez dos 250 quilómetros que lhe foram atribuídos por Rui de Pina e outros autores: "por caminhos difíceis, íngremes, arrostando contra o frio e as neves" (Machado, 1964, 385).

O rei reestruturou o exército com o intuito de dar caça ao infante D. Pedro. Nesse contexto, incorporou as forças do duque de Bragança e de outros apoiantes do duque, mas também recorreu à incorporação de criminosos condenados que aceitassem combater contra o duque de Coimbra. Humberto Baquero Moreno identificou 219 homiziados que, ao abrigo da amnistia régia, combateram em Alfarrobeira. A maior parte não tinha categoria profissional ou social determinada e, dos restantes, a maior parte eram escudeiros, vassalos e criados ou funcionários régios. Em relação à origem, situavam-se maioritariamente no Entre-Tejo-e-Guadiana e na Estremadura. Já em relação aos crimes cometidos, a maior parte tinha praticado homicídio (115) e um bom número estava relacionado com ofensas corporais (27), havia, no entanto, alguns envolvidos em fuga de presos (12), adultério (5), fogo posto (5), fuga da prisão (4), furto (4) ou ofensa à autoridade (4), existindo ainda os que tinham falsificado documentos ou escrituras (3) (Moreno, 1979, 399-400). A estes juntaram-se ainda, segundo Humberto Baquero Moreno, os que gozaram de um perdão colectivo concedido: "aos moradores da honra de Atei, pertencente a D. Fernando de Meneses, os quais haviam tido um conflito armado, de que resultara uma morte, com alguns homens de Fernão Coutinho, residentes em Celorico de Basto" e que foram amnistiados para participarem em Alfarrobeira contra o infante D. Pedro (Moreno, 1979, 366).

Após o episódio do duque de Bragança, estava o infante D. Pedro em Coimbra quando lhe foi entregue uma carta da rainha D. Isabel, onde a filha o avisava que, num conselho que sobre ele tinha sido feito, fora determinado que as forças do rei o fossem cercar e que, quer se entregasse, quer fosse capturado pela força, só lhe restava uma de três hipóteses: "ou morto, ou carcere perpetuo, ou desterro pera sempre fora do Reino, pera execuçam do qual ElRey partiria contra elle aos cinquo dias de Mayo" (Pina, 1977, 728). Sabendo que esta carta só poderia ter sido enviada com o conhecimento e a autorização do rei, o infante reuniu os principais amigos e apoiantes, a quem deu conhecimento do teor da

mesma. E, com os olhos marejados de lágrimas e abrindo os braços, levantou os olhos aos céus e disse:

> Destes agravos e persiguyçooẽs em que justiça, rezam, nem humanidade nom consente, eu prymeiramente me queixo a Deos como a soo e pryncipal Senhor de todalas cousas, e despois aa Real casa de Portugal em que nasci e me criey, e a que atéegora bem e lealmente sempre servy. E assy aa casa d'Ingraterra em que de sangue tanta parte tenho, e finalmente me agravo a vós meus criados, amygos, e servydores como a participadores desta minha desaventurada fortuna, aos quaes como a companheiros de meus conselhos e perigos, direy em breve neste caso mynha tençam, que he tomar por milhor, mais honrra e mais descanso pera mym a derradeira parte desta detriminaçam que he a morte; porque das outras de que huma he ser desterrado, Deos nunca queira que eu filho ligitimo d'ElRey Dom Joham, que com tanta honrra huma vez say de seus Reynos, fazendo a muitos em muitas provyncias e senhorios estranhos grandes graças e mercês, aja d'andar sobre minha velhyce por Reinos e terras alheas, pedindo esmollas com muito trabalho, e grande deshonrra mynha. Pois da outra que he ser preso, e que sobre cincoenta e sete anos que ey aja de consentir ferros de justyça em mynha carne, nom sey a quem nom pareça ser muyto menos mal morrer, e este por mais bem e mayor honra escolho pera mym, como disse (Pina, 729).

Convencido que ia morrer, o duque de Coimbra afirmou, como refere Rui de Pina: "mas porque atée agora em todas minhas cousas e alheas que tratey sempre, me prouve ser bem aconselhado, nesta que me parece ser a derradeira, o devo e queria ser mylhor". Razão pela qual pediu a todos os presentes que reflectissem sobre todos os aspectos envolvidos e lhe dessem o seu parecer na manhã seguinte, sendo certo que os exércitos reais só deveriam ir contra ele a partir de cinco de Maio, como rezava a carta da filha. Pretendia esperar pelo rei em campo aberto e pedir-lhe justiça e se, para tanto, não houvesse lugar e a ira real continuasse, contentar-se-ia em acabar como cavaleiro, mas sempre como bom e leal vassalo e servidor do rei (Pina, 1977, 729). No fundo, cumpria os ditames da nobreza de carácter da cavalaria, traduzidos numa frase de Wiglaf depois de Beowulf ter matado o dragão. Dirigindo-se aos companheiros que tinham fugido, a quem condenava ao exílio, privados do direito à terra e votados ao esquecimento, afirmou: "a qualquer nobre guerreiro fica melhor a morte do que uma vida de vergonha" (*Beowulf*, 2022, 234).

4.18 - Pacto de sangue

No dia seguinte, surgiram os mais diversos conselhos, desde os que propunham que se fechasse na fortaleza de Coimbra, armando e abastecendo também os castelos de Penela e Montemor-o-Velho, porque o cerco não podia durar indefinidamente, aos que sugeriam

uma saída com as tropas por caminhos que o rei nunca poderia seguir indefinidamente, outros ainda que devia fugir. Até que, segundo a crónica de Rui de Pina, o conde de Avranches tomou da palavra para apresentar as razões porque, em seu entender: "nom devya esperar cerco, e outras tantas pera nom dever andar pelo Reyno especialmente com tam pouca gente" e concluiu com uma tirada cavaleiresca: "antes morrer grande e honrado, que vyver pequeno e deshonrado". Dito isto, recomendou que fossem à corte, sob o comando de um príncipe e capitão leal e servidor do rei, a quem pediriam que, com justiça, o ouvisse. D. Pedro reconheceu-se neste conselho, embora agradecendo todos os outros (Pina, 1977, 730-731). Passados uns dias chamou Álvaro Vaz (Vasques, segundo Baquero Moreno) de Almada e, de acordo com Rui de Pina, fez-lhe a proposta de um pacto, um verdadeiro pacto de sangue:

> Conde, sabee que eu sento ja mynha alma avorrecida de vyver neste corpo, como desejosa de se sair de suas paixões e tristezas, e consirados os feos combates que mynha vida, honrra, e Estado cada dia recebem, com esperança de nom minguarem, mas cada vez crecerem mais, certo se as cousas nesta viagem me nom sobcedcm como eu desejo, e seria rezam, eu todavia determino morrer e acabar inteiro, e nam em pedaços, e como quer que tenho outros bõs criados e servydores, que por suas bondades folgariam e nom se escusaryam de morrer comigo, porém em vós sobre todos tomey esta confyança, assy pela Irmandade que comigo merecestes ter, na Santa e honrada Ordem da Garrotea em que somos Confrades, como por criação que vos fiz, e pryncipalmente pella certydam que de vossa bondade e esforço tenho ha muyto conhecido, e por tanto quero saber de vós, se no dia que deste mundo me partir, quererees tambem ser meu companheiro, e com ysso lembrevos para satisfazerdes aos primores de vosa honrra, que sendo vós tam conhecidamente meu criado e servydor, e tam pubrico ymigo do Conde d'Ourem e Arcebispo de Lixboa, despois de mynha morte não podees ter vyda, salvo reservada pera com mãos d'algozes a perderdes em lugares vys,e com pregões deshonrados (Pina, 1977, 732-733).

Ao que o conde de Avranches, de imediato, respondeu:

> Senhor, pera caso de tamanho contentamento, como foy sempre e he para mym viver e morrer por voso servyço, muytas palavras nem os encarecimentos nam sam necesarios, eu vos tenho muyto em mercee escolherdes-me para tal servyço, e eu som muyto contente tervos esa companhya na morte, assy como volla tive na vyda, e se Deos ordenar que deste mundo vossa alma se parta, sede certo que a mynha seguirá logo a vossa, e se as almas no outro mundo podem receber servyço humas das outras, a mynha nesse dia hirá acompanhar e servir para sempre a vossa (Pina, 1977, 733).

E para confirmar este propósito, conta o cronista, o infante mandou chamar o doutor Álvaro Afonso, que era clérigo de missa, a quem relatou o acordo e pediu o que lhes desse o "Santo Sacramento", que receberam: "com synaaes de muyta devaçam e contryçam", afirmando ambos que, por serem cristãos fiéis a Deus e leais vassalos do rei, o recebiam e, por isso: "protestavam morrer quando morressem, e que seu fundamento nom era ofender, mas defender com razam e justiça a pessoa e honrra do Ifante". E na comunhão voltaram a afirmar solenemente as suas promessas: "cujo segredo o Yfante encomendou muyto ao Doutor, de quem despois se ouve esta certydam" (Pina, 733).

Os passos seguintes deste drama verdadeiro estão, como já referimos, ao nível de um romance de cavalaria. Pediu a rainha, filha de D. Pedro, de joelhos, ao marido rei que perdoasse o pai. D. Afonso V levantou-a e disse que se o pai, constrangido, lhe mandasse pedir perdão, ele encontraria a melhor forma de resolver as coisas. A rainha escreveu ao pai, que expôs a hipótese aos que lhe eram mais próximos e todos concordaram que satisfizesse a fórmula proposta pelo rei, porque em nada o prejudicava. O infante hesitou muito, argumentou ainda mais, sobretudo porque se considerava inocente e, por isso, não tinha de pedir absolvição, mas acabou por se dar por vencido e concordar em pedir perdão por escrito ao rei: "na fórma que a todos bem pareceo, e com que ElRey se devesse satisfazer", mas também respondeu à rainha, sua filha, dizendo: "e ysto Senhora faço eu mais por vos comprazer e fazer mandado, que por me parecer rezam que o eu assy faça". O rei, ao tomar conhecimento destas linhas, relata o cronista: "tomou dellas achaque pera o nam comprir, e rompeo logo a carta do perdam que o Ifante lhe mandara", considerando: "que pois aquelle arependymento era fyngido e nom de vontade, que nom queria desistir do que contra elle tynha começado" (Pina, 735). Disto mesmo foi, de imediato, avisado o infante D. Pedro. Curiosamente, Rui de Pina expressa, neste ponto, a sua convicção:

> Porém o que d'esta mudança, e nova sanha d'ElRey, verdadeiramente se pode entender, foi se a vontade d'ElRey estevera de todo firme e saã pera o Yfante, que as pallavras da carta da Raynha na fórma em que vinham, lha nom revolveram nem danaram contra elle, mas ElRey tinha ja hum odio calejado ao Yfante, e mais pejousse por moço em que o esprito da honrra ja se levantava, de parecer o que lhe ja diziam, que se sobjugava aa Raynha mais do que era razam, e ao Estado de hum tamanho Pryncepe compria, e pera nom comprir o que prometera, tomou aquelle que foy mais achaque que causa verdadeira (Pina, 1977, 735-736).

Isto porque, explica o cronista, os inimigos do infante, vendo que a rainha D. Isabel era a única esperança de salvação do pai e que: "per suas perfeições corporais e muytas

bondades, ElRey lhe tinha e teria cada vez moor afeyçam", procuravam, por todos os meios, afastá-los. Diziam-lhe: "que a conversaçam continua de sua molher em tal Ydade, nom somente era muy contraria á sua saúde, mas aynda myngoa e grande quebra das forças do corpo e do entendimento". E, diz Rui de Pina, que não faltavam incitadores e ministros desta opinião e até recorriam a médicos para, com livros e a sua autoridade, comprovarem o que diziam, aliciando-o mesmo para relações extraconjugais. E, como esse caminho não obedecia à vontade de D. Afonso V, mandaram prender D. Álvaro de Castro, camareiro-mor do rei: "asacandolhe falsamente, que dizia amores aa Raynha" e, por isso, merecia a morte ou o desterro. Erraram, no entanto, porque o rei confiava nas virtudes da rainha e na lealdade do futuro conde de Monsanto, que foi imediatamente solto e coberto de honrarias (Pina, 736).

Ao mesmo tempo, os religiosos dos mosteiros e casas de oração a quem o infante D. Pedro sempre tinha feito muitas doações e outras benfeitorias, vendo o perigo que o infante corria ao sair das suas terras, aconselharam-no a esperar o que a sorte lhe trouxesse. O infante: "crendo que o conselho dos taaes poderia vir da vontade de Deos prouve obedecer-lhe, e quis fynalmente poer seus feitos em suas maaõs". Escolheu então frei Antão, prior do mosteiro de Aveiro, e frei Dinis, que mais tarde foi confessor do rei, a quem confessou os fundamentos da sua partida, as razões por que não queria esperar um cerco e menos ainda andar em fuga pelo reino, bem como as injúrias e ofensas que, por influência dos seus inimigos, tinha recebido do rei e, se lhes parecesse que podiam remediar esta situação, ele estava disposto a esperar pelos resultados. Os religiosos acharam razoável promover tal concórdia: "crendo que nom podia ser homem tam sem juizo, e tam fóra de humanydade que a denegasse". Foi escolhido frei Antão para, secretamente, contactar o rei, mas, uma vez chegado à corte, não encontrou momento para entregar as cartas do infante D. Pedro e, muito menos, para falar a sós com o soberano. Os inimigos do infante, que cercavam continuamente o rei, adivinharam-lhe as intenções e impediram qualquer contacto, intimaram-no a sair dali e não voltar com qualquer resposta ao infante, pelo que frei Antão saiu da corte e dirigiu-se ao mosteiro de Benfica, donde então pode avisar D. Pedro do insucesso da viagem (Pina, 737-738).

4.19 - Morte anunciada

Explica o cronista que o rei não tinha condições para cercar o infante em Coimbra, por falta de mantimentos, além de: "bestas, bois, e carros pera as armas, artelharias, e

carriagem, que pera o cerco eram necessários", pelo que parecia praticamente impossível fazê-lo. Ainda assim, o infante acelerou os preparativos para sair de Coimbra a 5 de Maio, sendo o rei avisado de tal intenção e também os inimigos do infante, sobretudo o duque de Bragança e o conde de Ourém, que se mostraram muito satisfeitos: "porque viram chegar-se o efeyto de sua esperança e desejo, que era a morte do Ifante, cuja dilaçam a elles poderia trazer perda e perigo" (Pina, 1977, 738). D. Pedro só podia contar com as gentes do seu ducado e terá saído de Coimbra a 5 de Maio, vendo-se no seu arraial, segundo Rui de Pina, duas bandeiras, uma sua e outra de seu filho D. Jaime: "em ambas hiam de huma parte humas letras que diziam *Lealdade*, e da outra *Justiça e Vingança*". A tropa do infante – calcula o cronista: "até myl homens de cavallo, e cinco myl de pée, com muyta carriagem de bois e bestas" (Pina, 739). Já Montalvão Machado refere que o duque de Coimbra conseguira, "ao que parece, arregimentar uns 1.200 homens a cavalo e cerca de 2.300 peões, o que perfaz um total de 3.500 adeptos" (Machado, 1964, 390) – dirigiu-se a Pombal, Leiria e Batalha. O vedor da obra do mosteiro quis entrincheirar-se no templo e com armas e artilharia, resistir ao infante, mas os religiosos não consentiram – o que prova a elevação com que, de um modo geral, era visto naquele mundo austero – , abrindo-lhe as portas. Ali, assistiu D. Pedro à missa, visitou as obras, os túmulos dos pais e pondo-se a olhar, com muita tristeza, para a sepultura vazia que lhe fora destinada: "dysse muytas cousas, que pareciam ja revellaçooẽs d'alma, e sentymento da carne que a cedo avia de povoar, como foy" (Pina, 740).

A etapa seguinte foi Alcobaça e depois Rio Maior – que dista uns 25 quilómetros de Santarém, que então abrigava D. Afonso V e a corte –, onde deve ter chegado, segundo os cálculos de Montalvão Machado, no dia 11 de Maio de 1449 (Machado, 1964, 391), ali permanecendo três dias. Em Rio Maior decidiu que não se dirigiria a Santarém, porque poderia ser interpretado como estando a afrontar o rei. Depois de várias reuniões para se aconselhar, onde, entre muitas outras coisas, lhe foi dito que, em Lisboa, não encontraria apoios, entendeu por bem seguir o caminho da capital: "nam com esperança de me a ella acolher; porque nella nom tenho trato nem segurança", mas pensando que, os seus inimigos o não perseguissem. O trajecto que então traçou foi assim explicado: "chegaremos aa ponte de Loures, e daly faremos volta per Torres Vedras e Obedos atée Coimbra, onde esperamos a ventura que vier". Mas esta esperança do infante, diz Rui de Pina, era para animar as suas gentes, porque estava no seu espírito o desejo de morrer

com honra e sem grandes pesos na consciência. Por isso: "quys antes ser cometydo d'ElRey, que parecer cometedor, e que por iso lhe deu as costas" (Pina, 1977, 741-742).

A hoste do infante D. Pedro chegou a Alcoentre a 16 de Maio, conforme refere Rui de Pina, sempre perseguida pelos ginetes e corredores do rei: "dizendo em altas vozes contra elle que os ouvya, pallavras torpes e mui feas, chamando-lhe treedor tirano, e falso ypocrita roubador do povo com outras vylezas e fealdades a estas conformes" – uma violência psicológica que tem por objectivo fragilizar o estado emocional e psíquico da vítima –, que o infante recomendava aos seus que não ligassem, nem respondessem, mas que ele recebia com muita dor e sofrimento. Foi aqui que se deu o primeiro recontro. Relata o cronista que a guarda da lenha e da erva coube a Aires Gomes da Sylva: "sobre que vyeram logo corredores da jente d'ElRey travando com eles, e procurando escaramuça com desejo da gente do Ifante se desmandar per algum seu dano". Logo o conde de Avranches e outros do arraial se atiraram aos corredores e ginetes que, no desespero de se salvarem caíram a um grande lamaçal e lagoa, onde, entre mortos e presos, ficaram perto de 30. Já os que ficaram vivos foram levados perante o infante D. Pedro, dos quais o principal era Pero de Castro, fidalgo e criado do infante D. Henrique, a quem disse: "o máo ingrato e treedor, assy como per tua boca sayram oje tantas villezas, com que tam falsa e desavergonhadamente magoavas mynha pessoa e Estado", acrescentando que também: "nom entraram em tua memoria as muytas honrras e mercês, que de mym tam poucos dias ha recebestes". D. Pedro, de um modo geral, era um homem calmo e ponderado, embora, por vezes, (talvez pela herança latina) fosse acometido por acessos de ira que, também, rapidamente passavam. Por isso, sabendo que eram, muito provavelmente, os últimos dias de vida, causticado pela perseguição acérrima que lhe era movida e vendo que se tratava de um criado do irmão a quem tinha em boa conta, deu-lhe com um pau na cabeça com tal força que o matou. Os outros, uns foram degolados e os demais enforcados. O resultado foi uma tremenda tristeza e desolação no arraial do infante e um alvoroço e gana contra ele na corte. Muitos dos homens que estavam com o infante, sobretudo peões, logo nessa noite fugiram do arraial: "e per serras e veredas como milhor podiam se tornaram a suas casas" (Pina, 742-743).

Homem calmo e ponderado, o infante D. Pedro explodia, por vezes, em acessos de ira que, ao que relatam as crónicas, rapidamente passavam. Mas, em Alcoentre, causticado por saber que eram os últimos dias de vida e pela perseguição acérrima movida pelos corredores e ginetes dos seus inimigos, exaltou-se e perdeu o controlo da razão.

De Alcoentre foi o infante D. Pedro até Castanheira do Ribatejo, onde ficou a saber que o exército real já tinha partido de Santarém no seu encalço. Mas porque se encontrava em campo aberto, sem forma de se defender e menos ainda de resistir, e porque as suas gentes não paravam de lhe fugir, partiu no dia seguinte, domingo, 18 de Maio, dizendo que ia para Lisboa, mas: "ante do meo dia se alojou logo a allem d'Alverca, em hum ribeiro que se diz d 'Alferrobeira". O local do arraial foi considerado muito bom: "porque avia nelle disposiçam natural e artefycial pera poucos se defenderem a muytos" e ali considerou o infante: "por mylhor esperar sua ventura e nom seguir avante". Ali esperou pelo rei, que chegou no dia 20, uma terça-feira, logo pela manhã e assentou arraiais, ficando o infante cercado. Nessa altura, o conde de Avranches subiu a uma elevação e ficou tão desapontado com a desproporção de forças que foi comunicar ao infante que não havia qualquer esperança (Pina, 744-745).

Quanto à batalha, se assim se pode chamar, tamanha era a desproporção das hostes – Rui de Pina e Duarte Nunes de Leão, nas crónicas de D. Afonso V, escrita, no caso de Pina em finais do século XV inícios do XVI, e no de Leão cerca de 1600, estimam em cerca de 30 mil os homens do rei, a cavalo e a pé (Pina, 1977, xix, 744/ Leão,1975, xxi, 850) e em cerca de seis mil a hoste do infante, mil a cavalo e cinco mil a pé (Pina, cxvii, 739/Leão, xx, 847), enquanto Gaspar Dias de Landim, na obra sobre o infante D. Pedro, concluída, provavelmente, no início do segundo quartel do século XVII, estimou em quatro mil cavaleiros e 12.000 peões o exército do rei e do duque de Bragança (Landim, 1894, Livro 3, cap. xxiii, 101) e em 1.200 cavaleiros e 2.300 peões os homens do infante (Landim, 101). Em qualquer dos casos a desproporção de forças era abismal, sobretudo porque no caminho até Alfarrobeira, e mesmo aí, foram muitos, talvez milhares, os que fugiram do arraial do infante D. Pedro. Alguns investigadores avaliam-no como o maior exército até então reunido em Portugal. Em Aljubarrota, segundo Fernão Lopes, a hoste castelhana era constituída por 6.000 lanças, 8.000 besteiros, 15.000 peões e 2.000 ginetes, num total superior a 30.000 homens de armas. Já os portugueses contavam com 1.700 lanças, 800 besteiros e 4.000 peões, totalizando 6.500 soldados (Lopes, 1977, 84).

Rui de Pina revela que o rei tinha dado ordens para ninguém atacar o acampamento do infante, mas, por trombetas e arautos ordenou: "pregooẽs, mandando a todalas pessoas que com elle eram, que logo sob grandes penas com suas armas o leixassem, e se viessem a ElRey". Nessa altura, "certos besteiros" das hostes reais tomaram uma "encuberta" ("cilada oculta, dolo, fraude", segundo o *Elucidário* de frei Joaquim Santa Rosa de

Viterbo, vol. ii, p. 218) e esconderam-se num arvoredo sobre a água, de onde, sem serem vistos, começaram a atirar para o arraial do infante, fazendo com que alguns partidários de D. Pedro caíssem mortos ou feridos. Ao mesmo tempo, segundo Rui de Pina, Álvaro de Brito Pestana (que já era vedor-mor da artilharia do reino na regência do infante D. Pedro), que ali chefiava o grupo de espingardeiros reais, mandou atirar de um cabeço sobre os homens do infante. Ao ver-se assim assediado, D. Pedro mandou disparar algumas bombardas contra os espingardeiros. Mas, como quando alguma coisa pode correr mal, vai mesmo correr mal, como refere a Lei de Murphy, uma das pedras arremessadas pelas bombardas foi cair junto da tenda de D. Afonso V.

A indignação foi tão grande no acampamento real que, sem qualquer ordem, fez com que se lançassem todos, de imediato, sobre o reduto do infante e começasse uma enorme contenda. A avalanche foi tão grande que os soldados de D. Pedro, na maioria a pé, se esqueceram de proteger o infante e fugiram como puderam para salvar a vida. D. Pedro, de 57 anos, vendo tamanha afronta, apeou-se do cavalo e foi socorrer os locais mais necessitados e reconhecendo que não podiam resistir muito tempo, relata o cronista: "o qual por armas defensyvas trazia soomente vistida huuma cota de malha, e em cyma huma jornee de veludo cremesym, e na cabeça huuma cirvylheira" (Pina, 1977, 746). Sem esmorecer, feriu muitos e, segundo Pina, matou dez escudeiros. E andando o infante nessa luta: "foy nos peytos ferydo de huma seta que lhe atravessou o coraçam, de que a poucos passos e menos oras cahio logo morto". Mas explica Rui de Pina: "o bésteiro que o ferio, bem foy conhecido e avido por assaz deestro em seu ofycio". Encontrava-se: "com outros de seu mester segundo fama, foram em especial pellos ymygos do Ifante escolhidos e ordenados contra elle, pera mais cedo abryvyarem sua morte" (Pina, 1977, 746-747).

O conde de Avranches andava a cavalo noutra parte do arraial, resistindo como bom e experimentado cavaleiro, quando um rapaz, a chorar, lhe disse que o infante estava morto. Conta o cronista que Álvaro Vaz de Almada lhe ordenou que se calasse e nada dissesse a quem quer que fosse e, esporeando o cavalo pediu aos seus pão e vinho. Acto contínuo, pegou nas armas e saiu a pé pelo arraial. Os homens do rei reconheceram-no e caíram sobre ele, mas o conde, primeiro com uma lança que cortaram e depois com a sua espada, como refere o cronista: "os fería, e escarmentava de maneira, que os que a prymeira vez o cometiam, de mortos ou ferydos nom volvyam a elle a segunda, e assy pellejou hum grande pedaço como muy valente e acordado cavaleiro". Quando, por fim, foi vencido pelo cansaço disse em voz alta: "ó corpo, ja sento que nom podes mais, tu mynha alma já

tardas". Com isto, deixou-se cair no chão e uns dizem que bradou: "ora fartar rapazes" e outros: "ora vingar vilanagem". Recebeu um sem número de feridas e em breve expirou. Mas, narra Rui de Pina: "ally hum seu amygo, que nam husou do que devia, lhe cortou e levou a cabeça com que a ElRey foy pedir acrecentamento e honrra de cavallaria, e ho tronco fycou no chaaõ feito em pedaços". Até que, por requerimento do irmão bastardo João Vaz d'Almada, que era vedor do rei: "ouve logo enterramento no campo, e despois sepultura honrada" (Pina, 747-748).

Quanto aos demais, saíram pelo arraial e, diz o cronista, que feridos ou presos, não escapou nenhum, contabilizando os mortos em 25 (Pina, 748). Terminada a refrega, o corpo do infante ficou todo o dia a descoberto no campo, à vista de todos e à mercê dos animais e aves de rapina. Depois relata Rui de Pina que, a coberto da noite, uns homens o levaram para uma casinha, onde ficou três dias: "sem candea, nem cobertura, nem oraçam", o que provocou: "grande pasmo e vitupério da Casa Real". Passados três dias, conta Rui de Pina que foram uns carregadores levar o corpo do infante, com o consentimento do rei: "em huma escada aa Ygreja d'Alverca, honde por entam foy vilmente e com grande desacatamento soterrado" (Pina, 749-752). Já no que diz respeito a D. Isabel, mulher do infante D. Pedro, e aos filhos, pouco se sabe como reagiram à morte do marido e pai, embora se saiba que fugiram do Paço de Tentúgal, provavelmente para o convento de Santa Clara-a-Velha. Já o filho D. Jaime estava com o pai em Alfarrobeira e foi preso pelo exército real. Mais tarde fugiu, com os irmãos D. João e D. Beatriz para a Borgonha, onde foram protegidos pela tia D. Isabel, irmã de D. Pedro. Cristóvão Rodrigues Acenheiro, nas *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, tal como Gaspar Correia, nas *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários de Suas Vidas*, descrevem, brevemente, o que se passou:

O corpo do Ifamte jouve tres dias amtre os mortos fedoremtos sem cobertura, nem caõdea, nem orasam que por sua alma se publicase; o qual se dezia que fora gram prasmo, e vitoperio da casa Real.	Ho corpo do jfamte jouve asy três dias amtre os mortos fedoremtos sem cobertura nem camdea nem oração que por sua alma se pobrycase o qual se dizia que fora muj graue prasmo a el Rey / pelo vytoperyo de casa reall e sobre yso por onor da Rainha sua filha o que todo causavam os ymjgos do jfamte que nom vymgados da vyda que lhe tyraram mas aymda morto ho ofemdyam//
A molher do Ifamte estava em Coimbra quamdo lhe derão novas, que o Ifamte era morto como dito he: amdava-se	A molher do jfamte estava em Coymbra quando lhe deram há nova amdava se escomdemdo com seus filhos os quaes

escomdemdo com seus filhos , os quais forão estes, o Senhor Dom Pedro seu filho maior, que morreo emtitulado Rei d'Araguão, e Dom Gemes que foi Arcebispo de Lixboa e Cardeal em Roma, e Dom Joam que moreo casado emtitulado Rei de Chipre, e Dona Isabel Rainha de Portugal que já estava com ElRei, que se desposou com ella ano de Christo mil e quatro cemtos e coremta e hũ, dia d'Asemção, semdo ElRei de idade de dés annos, e Dona Fellipa que não foi casada e moreo no Moesteiro d' Odivelas allem de Lisboa, e Dona Breitis casada em Borguonha com Musior de Lipes, de que naceo Felipe Musaor que foi mui grão Senhor (Acenheiro, 1824, 259).	foram estes – a saber – dom Pedro seu fylho mayor que morreo emtytolado Rey de Aragam em Barcelona / E dom James que foy arcebispo de Lysboa e cardeal em Roma / E dom Joam que morreo casado e emtytolado Rey de Chypre / E dona Ysabel Rainha de Portugal que jaa estava com el Rey como dicto he / E dona filypa que sem casar morreo no musteiro de Odyuelas / E dona Bryatyz casada em Borgonha com o monseor de Lepee de que naçeo ho monseor Fylipe que foy muj gramde senhor// (Correia, 1996, 104).

Rui de Pina morreu em 1522 ou 1523 e, por isso, as suas crónicas são anteriores. Gaspar Correia terá compilado as *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários de Suas Vidas* entre 1532 e 1534. Já Cristóvão Rodrigues Acenheiro terá reunido as *Crónicas dos Senhores Reis de Portugal* em 1535. A crónica de Rui de Pina só foi publicada em 1790 e a de Cristóvão Acenheiro em 1824, na *Colecçaõ de Livros Ineditos de Historia Portugueza*, da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Já as crónicas de Gaspar Correia foram adquiridas pelo Estado português em 1971 e impressas pela Academia das Ciências de Lisboa em 1996. Sem sabermos ao certo quem copiou quem, uma vez que, em nenhum dos casos existe citação, podemos dizer que esta parece ter sido uma prática comum naquela época, já que Joaquim de Carvalho fala de "plágios" de Gomes Eanes de Zurara, por considerar que existe na *Crónica da Tomada de Ceuta* "repetição de algumas ideias, conceitos e citações que havíamos lido já no *Tratado da Virtuosa Benfeitoria*, do infante D. Pedro", concluindo que, depois de cotejar as duas obras, "notámos tão grande identidade que não pudemos deixar de concluir que Zurara transcreveu, sem as citar, numerosas passagens daquele interessante livro" (Carvalho, 1).

4.20 - A peregrinação de um cadáver

O infante D. Pedro nem depois de morto encontrou paz. Primeiro foram os três dias insepulto, depois a deposição dos restos mortais na igrejinha de Alverca, de onde, receando o rei que os fossem lá buscar, foram levados para o castelo de Abrantes. Daí transitaram, seis anos depois de Alfarrobeira, para o mosteiro da Trindade, em Lisboa, e posteriormente para o mosteiro de Santo Elói, gerido pelos cónegos seculares de São João

Evangelista, a quem o infante D. Pedro, em 1442, mediante licença do papa Eugénio IV, entregara a administração do Hospital de Santo Elói. Foi do convento de Santo Elói que, segundo Rui de Pina, saiu a urna integrada numa "sollene Procissam de Bispos e Cabido, e muytas Ordeẽs e Clerezia, que pera isso foi junta, e com grande numero de tochas acesas a levarem aa Sée". Daí, a urna saiu pela Rua Nova em direcção à porta da Mouraria: "e foi com ela o Ifante D. Anrique com muitos Senhores, que com grande honrra e com muitas oraçooẽs, que de contino hiam pella alma do Yfante rezando, a levaram ao dito Moesteiro da Batalha", onde "ElRey e a Raynha com sollene Procissam acompanhada de muitos Prellados, Abades e Clerizia e de muyta e nobre gente sahio a recebella" (Pina, 1977, 770-771). Chegou assim à última morada, seis anos após a morte, o corpo do homem que, tendo cometido erros, teve também muitas virtudes e procurou sempre pugnar pelo país, pelas gentes e pela cultura portuguesa, acabando derrotado pela profunda zanga de uma nobreza que sempre o viu como inimigo – influenciando um jovem rei, ainda imaturo e impreparado –, e abandonado pela burguesia, que elevara à regência. Alvo de acusações que nunca lhe foi permitido refutar, foi condenado por uma mão-cheia de homens que, nalguns casos, muito lhe deviam.

Tal como Sócrates na obra *Fédon*, de Platão, também o infante D. Pedro parece ter aceitado morrer sem nada fazer para o impedir. "Seria ridículo que um homem que se exercita, ao longo da vida, a viver o mais perto possível da condição de 'morto', venha depois a afligir-se quando chega a sua hora…" (Platão, 2021, 62-63), disse Sócrates a Símias que, com Cebes, Críton e o filho, Critobulo, Euclides e Terpsíon, Apolodoro, Hermógenes, Epígenes, Esquines, Antístenes, Ctesipo, Menéxeno e mais alguns atenienses, além de Fédon, o acompanharam no dia anterior à execução (Platão, 2021, 50-51). O filósofo grego imortalizado por Platão – aqui numa reflexão dialética entre Fédon e Equécrates –, falando particularmente para Símias e Cebes, levanta a suposição que uma alma se desprende do corpo em estado de pureza e nada leva agarrado a si, para depreender que esse é o objectivo dos "treinos". E pergunta: "significa isto outra coisa senão que praticava a filosofia no seu recto sentido, treinando de verdade, e sem custo, a condição de estar 'morto'?" (Platão, 2021, 82-83). Sócrates fala-lhes depois da vida para além da morte, algo que desde sempre preocupa os humanos, e explica que o prazer, a dor e os apetites, assim como as emoções: "são do domínio do sensível e do visível, ao passo que aquilo que a alma vê por si é do domínio do racional e do invisível". Para ele, a alma do filósofo procura a acalmia das emoções e pretende é: "seguir a via do raciocínio

e nela permanecer sempre, contemplar o que é verdadeiro, divino e não sujeito às contingências da opinião". E assim, alimentada por ele, a alma: "crê que deve viver toda a sua vida, convicta de que, após a morte, ficará liberta dos males da espécie humana, e se reunirá ao que lhe é aparentado de natureza afim" (Platão, 86-87).

Sócrates, dirigindo-se a Cebes, diz-lhe: "uma vez que os Atenienses acharam melhor condenar-me, também eu, por isso mesmo, acho melhor para mim aqui estar sentado, e mais justo, aguardar a altura de me sujeitar à pena que me impõem". Uma atitude que o infante D. Pedro, que, provavelmente, desconhecia o *Fédon* de Platão, mas conhecia o modelo aristotélico plasmado nas obras de São Tomás de Aquino e de Egídio Romano, também parece ter adoptado. Se o tinham condenado e não havia maneira de se defender, então mais valia sofrer o castigo, mesmo imerecido. Muitos foram os que lhe apontaram o caminho do exílio, até que as coisas se esclarecem com o rei, mas o duque de Coimbra achou melhor beber a taça até ao fim e sofrer as consequências, tal como o filósofo quando dizia que só consideraria "mais benéfico" um adiamento da pena: "se eu não estivesse convicto de que era mais justo e mais belo, em vez de me escapar daqui e fugir, submeter-me ao veredicto da cidade, qualquer que fosse a decisão" (Platão, 106-107). Ao longo do diálogo com Símias e Cebes, Sócrates conclui: "a alma é, pois, imortal e imperecível", mas também que não leva mais nada consigo, depois da morte: "a não ser a sua formação e cultura", porque, acentua: "são estas que, segundo se diz, mais jogam contra ou a favor daquele que morre" (Platão, 118-119). Sem ser cristão, mas reagindo como tal, o filósofo ateniense afirma aos discípulos: "depois de beber o veneno (…) irei ao encontro de uma certa felicidade dos Bem-Aventurados" (Platão, 128). E para os que o aconselhavam a adiar a toma do veneno que o havia de matar, replicou: "nada lucraria em beber o veneno um pouco mais tarde, a não ser tornar-me ridículo aos meus próprios olhos, com esse apego a uma vida que já deu o que tinha a dar" (Platão, 130). Quanto paralelismo nas atitudes de dois seres separados por quase dois milénios, mas que, na dignidade e na honra, se equipararam.

Manuel de Faria e Sousa, cavaleiro da Ordem de Cristo, que publicou quase todas as suas obras em castelhano, fez um resumo brilhante dos últimos tempos do infante D. Pedro. Inocêncio Francisco da Silva, no *Diccionario Bibliographico Portuguez*, define Faria e Sousa com "um dos homens mais eruditos do seu século, gosando por aquelles tempos de uma elevadissima reputação litteraria que, longe de conservar-se intacta, diminuiu consideravelmente com o correr das annos, e com o progresso do bom gosto e dos estudos

críticos" (Silva, 1860, 413). Faria e Sousa, fidalgo, poeta, critico, historiador, filólogo e moralista, na obra *Epitome de las Historias Portuguesas*, publicado em Madrid em 1628, resume Alfarrobeira, antecedentes e consequências, desta forma:

> Resolviose el Infante en q̃ le convenía bolver a la Corte por dar satisfacion de si contra lo que sus contrarios cada dia le acomulavan, i temiendose dcllos acompañado de un golpe de gente armada, vino caminando con diciplina militar. Hallò la malicia i el temor nuevo lance, persuadiendo al Reí que aquellas armas venian a despojarle de la Corona (como ya por semejante acõpañamiento q̃ Turno llevava afirmò Tarquino a los de Lacio que vénia a matarlo para sucederle en el Imperio, de que resultò la muerte del inocente Turno) i èl creyendolo le salio al encuentro con treintamil hombres de guerra. Marchava el yerno a buscar culpas en el suegro, el suegro a mostrarse sin ellas, hasta que teniendo vista unos de otros, huvo arrebatadamente (quatro leguas de Lisboa) aquella confusa batalla que llaman de Alfarroubcira, arroyo mas nombrado por la sangre derramada en sus margenes, que por el caudal de su corriente, a donde sin saberle como, ò porque se peleava, murio el Infante, que en su defensa avia hecho maravillas, i el Conde de Abranchez con el valerosamente: cumpliendo lo que avian jurado en una Hostia consagrada de morir el uno quando el otro (Sousa, 1628, 479).

Manuel Faria e Sousa compara ainda a morte profetizada por D. Pedro à do imperador romano Pupieno, a quem, por não ter apoiado a nomeação do imperador e temendo ser substituída pela guarda germânica, a guarda pretoriana matou. Também recorda um outro episódio de Roma, quando, no século VI a.C., Sérvio Túlio, que foi o sexto rei de Roma, casou duas filhas com membros da família Tarquínio. Um dos genros, Tarquínio, o Soberbo, resolveu degolar o sogro para se transformar no sétimo rei de Roma. Evoca, por último, o caso de Germânico, um general romano da viragem para a Era Comum, filho adoptivo do imperador Tibério e seu sucessor, que terá sido envenenado por Pisão, um político também romano, que o deixou sem sepultura. Assim que se soube, em Roma, da morte de Germânico, que o povo comparava a Alexandre o Grande, e a quem queria ver como próximo imperador, o que irritava Tibério e lhe causava ciúmes, iniciou-se, mesmo sem ser decretado pelo Senado, um período de luto. Depois fizeram-lhe um funeral com grande afluência e muitos discursos, incluindo do próprio Tibério e, mais tarde, um julgamento, durante o qual Pisão apareceu morto, uns dizem que por suicídio, outros porque Tibério temia vir a ser implicado no caso (Sousa, 480).

Só que, no caso do infante D. Pedro, o padecimento não terminou com a morte e perdurou pelos séculos. Logo após Alfarrobeira, os inimigos do infante convenceram o rei a escrever ao rei de Castela e ao duque de Borgonha, com a versão dos acontecimentos que

mais lhes convinha. O texto de Rui de Pina é posterior aos acontecimentos e, por isso, não sujeito a pressões ou censuras. Dá-nos conta de uma realidade diferente da que foi propalada no memorando de D. Afonso V em carta enviada ao rei de Castela e ao duque da Borgonha (Ver anexo 22). Aliás, não deve ser por acaso que o duque da Borgonha e sobretudo a duquesa, irmã do infante D. Pedro e tia de D. Afonso V, assim como o Papa, não aceitaram de bom grado as explicações do rei e os duques da Borgonha enviaram Jean Jouffroy, deão de Vergy, para tomar conhecimento da situação e reclamar uma sepultura digna para o infante, o mesmo acontecendo com o Papa Nicolau V. As dissemelhanças entre o memorando enviado por D. Afonso V ao rei de Castela e ao duque de Borgonha, e a crónica de Rui de Pina, são extensas e, no caso do memorando de D. Afonso V, podem também considerar-se peças da propaganda contra a memória do infante D. Pedro. Em relação à batalha de Alfarrobeira, afirmou o rei:

> E elle [infante D. Pedro], como uio as tendas aleuantadas e os nossos alonguados, mandou tirar as bombardas, que lançauaão mujtas pedras e dellas vinham direjtamente a nossa tenda. Polla qual rezam, se levuantarão os nossos e se corregerão pera pelejar, abalando nossas batalhas. E elle fez despreguar sua bandeira, que fazia de nossas armas direjtas, sem diferença, e dar currida, chamando Real, Real por elrrej dom Pedro. E, com ajuda daquelle Senhor das hostes, que daa a quem lhe praz vencimento, foy disbaratado e morto na batalha, recebendo aquella justa pena que os seus mãos feitos mereciam (D. Afonso V, 1449, 7/ Anexo 22).

A 27 de Junho desse mesmo ano de 1449, D. Afonso V fez publicar uma lei: "a declarar obrigados os donatários dos bens confiscados aos adeptos do infante D. Pedro e de seu filho o condestável à liquidação dos débitos em que os ditos bens estavam onerados, nos termos que se indicam" (*Monumenta Henricina*, 1969, 90-91). Esta lei, publicada nas Ordenações Afonsinas, livro v, título cxx, explica que os bens de todos os que lutaram ao lado do infante D. Pedro em Alfarrobeira, os que ficaram na cidade de Coimbra e noutras vilas e castelos a mando de D. Pedro e: "outros que esteverom e andarom com Dom Pedro, filho do dito Ifante, no Castello de Marvom, e em outros lugares contra nosso mandado e defesa" foram todos confiscados (Ordenações Afonsinas, 1999, 406). No dia 18 de Agosto de 1449, menos de dois meses após a morte do infante D. Pedro, o tabelião Gil Gonçalves registou o matrimónio, nos paços de D. Vasco Fernandes Coutinho, conde de Marialva e marechal do reino, de uma sobrinha do referido marechal, sendo este incluído na Chancelaria de D. Afonso V. Recorde-se que Vasco Fernandes Coutinho foi um dos que ajuramentara, com o arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha (com os seus seis filhos de duas mulheres), o irmão D. Sancho de Noronha, que seria mais tarde conde de

Odemira, e o prior do Crato, D. Frei Nuno de Gois (filho sacrílego do anterior prior do Crato), um pacto contra o infante D. Pedro, antes mesmo das cortes de Torres Novas, de 1439. Juntamente com o duque de Bragança e o conde de Ourém, tinham usado de todos os estratagemas para iludir, manipular e persuadir o jovem rei, com 17 anos à data de Alfarrobeira, conseguindo fazer desaparecer D. Pedro, perseguir e confiscar os bens dos familiares, amigos e seguidores do infante que, depois, dividiram entre si, com parte significativa a ser entregue ao infante D. Henrique.

4.21 – *Post mortem*

O autor da *Retórica a Herénio* quando se refere aos ornamentos e exemplos que é possível utilizar num discurso, numa acusação ou numa defesa – o que foi usado pelos inimigos do infante depois da sua morte para fazer crer ao rei que esta fora uma perigosa batalha campal, que comparavam à batalha de Farsalos, onde Júlio César venceu Pompeu, ou à batalha de Canas onde Aníbal venceu os romanos. Nesta contenda diziam que D. Afonso V conquistara grande honra, sendo que: "por cirymonya acustumada convynha jazerem assy os corpos no campo da Rota [28], das vydas e sepulturas, pryvados" (Pina, 1977, 749) –, menciona figuras conhecidas do mundo antigo: Alexandre da Macedónia, Marco Licínio Crasso, Tibério Graco e Caio Graco, dois proeminentes tribunos da República romana, assim como Sulpício. Em relação a este último diz: "a Sulpício, a quem pouco antes tudo concediam, em pouco tempo, privaram não apenas da vida como também da sepultura" (*Retórica a Herénio*, 2005, 247), o mesmo tratamento dado ao infante D. Pedro após a morte em Alfarrobeira. Para logo de seguida, ao retratar a subjecção – figura pela qual um orador interroga o antagonista e, antecipando a resposta, emite uma réplica contundente –, falar de situações que compuseram o quadro final da existência do infante D. Pedro. Assim, afirma: "'Levaste à justiça o inimigo que consideravas culpado? Não, mataste-o sem julgamento', ou: 'E quando seus filhos caíram a teus pés, foste movido à misericórdia? Proibiste cruelmente até mesmo a sepultura do pai'" (*Retórica a Herénio*, 2005, 249). A mulher e os filhos do infante D. Pedro, além de despojados de todos os bens, tiveram de fugir para salvar a vida. O autor conclui com uma alusão à demonstração, na fase final do discurso, onde o orador deve exprimir-se de tal modo e com tal

---

[28] Rota – (Do latim *rupta*) 1. Combate, peleja. 2. Derrota de um exército, in *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea.* (2001). Volume ii, p. 3282. Lisboa: Academia das Ciências e Editorial Verbo.

eloquência: "que as ações parecem estar transcorrendo e as coisas parecem estar diante dos olhos", sublinhando: "esse ornamento é muito útil para amplificar e apelar à misericórdia", ou, dizemos nós, ao ódio redobrado (*Retórica a Herénio*, 2005, 311).

Neste caso, o apelo à condenação era feito pelos boatos que os inimigos do infante espalhavam na corte e no reino – autênticas 'fake news' daquela época. A carta de D. Pedro ao conde de Arraiolos – filho de D. Afonso, duque de Bragança, e irmão do conde de Ourém, que conspiravam contra o duque de Coimbra –, de 30 de Dezembro de 1448, a que já aludimos, refere, entre outras coisas, que diziam ao rei: "que eu tomara o Porto e que açalmaua [29] castelos e fortalezas e que mandaua por gente a Castella contra seu serviço e que meu filho tomara Moura e Serpa e que fazemos e dízimos outras mujtas cousas em seu desseruiço, as quaes sam muj gramdes mintiras" (D. Pedro, 1448, 10). Pode ler-se na *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, de Rui de Pina: "ho Condestabre Fylho do Ifante Dom Pedro (…) sempre esteve na Comarca d'antre Tejo e Odiana, onde tynha o Mestrado d'Avys com suas fortalezas e mais os castelos das Villas d'Elvas e de Marvam" (Pina, 1977, cap. xviii). D. Sancho de Noronha, irmão do arcebispo de Lisboa, e de D. Constança de Noronha, segunda mulher de D. Afonso, duque de Bragança, tinha sido nomeado, por D. Afonso V, fronteiro-mor do Alentejo e deu caça, com grande número de tropas, ao condestável D. Pedro, que fugiu para Valença, pensando que aí, por influência da 'amizade' do pai, gozaria da protecção do condestável de Castela, D. Álvaro de Luna, e do mestre de Alcântara. Já o rei, considerando que o condestável tinha abandonado a administração e o governo da Ordem Militar de Avis, cometeu o referido mestrado ao infante D. Henrique (carta de D. Afonso V de 27 de Maio de 1449), até provimento do romano pontífice (D. Afonso V, 1449, 79-81).

Antes disso, Oliveira Martins, em *Os Filhos de D. João I*, descreve o ambiente que se passou a viver, em 1448, mal o infante D. Pedro saiu da corte: "soou o regabofe" e acrescenta: "todos os descontentes, todos os despeitados, todos os cobiçosos, todos os pescadores de aguas turvas, costumados a ganhar no tumulto de uma mudança de governo, deitavam redes ao mar revolto de Portugal". A descrição não fica por aqui: "as calumnias ferviam, a baixeza expandia-se, a ingratidão desabrochava". E o que diziam do

---

[29] *Açalmar* – Guarnecer, fortificar uma praça, repará-la e provê-la de todo o preciso para o tempo de guerra. Viterbo, J.S.R. (1965). *Elucidário*, vol. I, edição crítica. Porto: Civilização (primeira edição 1798-99).

duque de Coimbra: "o regente fôra um monstro; delapidara, perseguira, envenenára D. Duarte para lhe suceder, D. João porque lhe fazia sombra, e D. Leonor depois de a ter perdido: pobre senhora!" (Martins, 1936, 316). Os boatos que circulavam na corte, cedo eram transpostos para os campos, vilas e cidades, amplificando a ideia de um mau regente, esbanjador e cruel que protegia apenas os seus e prejudicava todos os outros, não hesitando em envenenar quem se lhe atravessasse no caminho. Havia muito quem corroborasse os rumores, desde os que, por conduta pouco recomendável, haviam sido afastados da corte, até aos antigos servidores da rainha D. Leonor, que muito diziam ter contra o infante. Também durante a jornada desde o ducado de Coimbra até Alfarrobeira, sempre as gentes dos exércitos do rei e dos seus aliados procuraram provocar D. Pedro, com ginetes e corredores que, gritando contra o infante, espalhavam a dúvida e a incerteza.

O Papa Nicolau V interveio através das 'letras' *Querelam dilecte*, de 1 de Janeiro de 1451, dirigidas aos bispos de Tornai, Salamanca e Leão, citando D. Isabel, duquesa de Borgonha, que se lhe queixara, referindo que o corpo de seu irmão, o infante D. Pedro, permaneceu insepulto durante três dias e exposto às aves de rapina, após o que, por maior crueldade, o transportaram para lugar desconhecido da dita duquesa e de seus parentes. O Sumo Pontífice, desejando atender às súplicas da duquesa, ordenou que os prelados: "admoestem, sob pena de excomunhão e outras que declara, as pessoas de ambos os sexos e de qualquer dignidade, mesmo reis, duques, arcebispos e demais" que, sendo culpadas do transporte e ocultação do corpo do infante, ou que do assunto tivessem notícia, fossem notificadas para: "no prazo de 30 dias, o entregarem às pessoas indicadas pela citada duquesa" (Nicolau V, 1451). Idêntico conteúdo tinha já sido enviado aos bispos portugueses. Ainda assim, o rei D. Afonso V não quis voltar atrás e só em 1455, após o nascimento do filho varão, futuro D. João II, e depois de muitas súplicas da filha, a rainha D. Isabel, o corpo do infante regressou a Lisboa, de onde partiram as solenes exéquias que o conduziram ao Mosteiro da Batalha. Não se tratou de um pedido de desculpas, foi mais um benefício concedido pelo rei que, a partir de determinada altura, também indultou alguns dos anteriores apoiantes do infante, incluindo o filho, o condestável D. Pedro, que voltou a Portugal e passou a fazer parte do círculo real. Apesar dessa aparente mudança de atitude, o rei jamais pediu desculpas públicas e a memória do infante, após um período de acalmia, não deixou de voltar a ser obliterada, sobretudo a partir de meados do século XVI.

O período de acalmia corresponde ao reinado de D. João II, que, como o avô D. Pedro, quis retirar poder à aristocracia e concentrá-lo na figura do rei. A nobreza ficou, uma vez mais irritada e o duque D. Fernando II, neto de D. Afonso (primeiro duque de Bragança), terá conspirado contra o rei, pedindo, para isso, ajuda aos reis católicos. A conspiração foi descoberta e o duque julgado e executado publicamente em Évora, a 20 de junho de 1483. Os bens da casa de Bragança foram anexados pela Coroa e os seus membros exilados, a exemplo do que acontecera com o ducado de Coimbra em 1449. No ano seguinte, D. Diogo, duque de Viseu, irmão da rainha D. Leonor, mulher de D. João II, resolveu conceber um plano para eliminar o monarca. Este, avisado, mandou chamar o duque ao palácio e matou-o pessoalmente. Dezenas de pessoas, envolvidas, foram executadas ou exiladas para fora do reino. Ao mesmo tempo, prometeu ao cunhado, irmão da rainha D. Leonor, D. Manuel, que, se alguma coisa acontecesse ao filho varão, o príncipe D. Afonso, e não existisse outro filho legítimo, ele seria o herdeiro do trono. Também o nomeou governador da Ordem de Cristo. Foi assim que, após o desaparecimento de D. João II, já com D. Manuel I, em 1498, os Bragança foram indultados e tiveram todos os títulos restituídos, assim como todas as propriedades. D. Jaime I, filho do duque executado, construiu um sumptuoso palácio em Vila Viçosa, devolvendo à Casa de Bragança o antigo prestígio e influência.

A partir da reconstrução do ducado de Bragança, os duques assumiram o patrocínio das artes, letras e música, em maior ou menor grau. Foram muitos os que, sobretudo durante o período filipino, procuraram o apoio e protecção da Casa de Bragança. Não é viável fazer uma lista exaustiva daqueles que que beneficiaram desse apoio, mas existem casos conhecidos. Mafalda Soares da Cunha, do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, da Universidade de Évora, em "Aristocracia e cortes senhoriais. Patrocínio, mecenato e clientelismo como práticas de reputação, séculos XV-XVI", refere que existia: "o apelo à preservação dos valores portugueses antigos ou à memória dos seus antepassados" e dá como exemplo: "o caso flagrante da dedicatória que Rodrigues Lobo lhe fez [ao duque de Bragança] na *História do Condestable Dom Nuno Aluares Pireira principiador da ilustrissima caza de Bragança* de 1603 e depois em 1609, relativa à edição de 1610, e que lhe valeu uma mercê ducal de 20.000 réis" (Cunha, 2009, 200). Manuel Inácio Pestana, no nº 10/11 da revista *Callipole*, que também revela os nomes de Públia Hortênsia de Castro e de João Baptista Lavanha entre os "Mestres de Letras" apoiados pela Casa de Bragança, afirma: "as mercês, todas elas de certo vulto, que lhe

[Rodrigues Lobo] foram conferidas (entre 10.000 rs. e 20.000 rs.) (…), a última das quais, datada de 18 Jun. 1610, corresponde ao ano em que se publicou o seu poema heróico *O Condestabre de Portugal*". Cita depois o texto dessa mercê concedida por D. Teodósio, duque de Bragança, quando refere: "quarenta e oito mil rs, por respeito da Composição do Livro do Condestable". Isso para além: "do mais de q. já lhe tinha feito merce e os oito mil rs. por respeito de oito volumes da mesma Composição q. lhe apresentou por mandado feito em 18 de junho de 1610" (Pestana, 2002/2003, 147).

D. Nuno Álvares Pereira foi sempre uma figura querida e respeitada pelos portugueses, pelo que a Casa de Bragança, atribuindo-lhe a fundação, apropriou-se da sua memória. Francisco Rodrigues Lobo, poeta discípulo de Camões e escritor considerado o introdutor do barroco em Portugal com a obra *Corte na Aldeia*, na dedicatória da edição de 1610 do *Condestabre de Portugal*, escreveu: "ao duque Dom Theodosio & c.. Esta Historia do valeroso Capitão & Religioso senhor, O Condestabre Dom Nuno Alures Pereira, por sua deue ser de V. Excelencia fauorecida, & de todo o mundo respeitada". Sobre o condestável acrescentou: "que seus gloriosos feitos pedião hum engenho dino de tão grande empreza, nem o podia auer tal que a merecesse, nem as faltas de meu estilo, lhe podem tirar merecimento" (Lobo, 1610, iii). Daqui se depreende que muitos seriam os artistas e homens de letras que procuravam o patrocínio e amparo dos duques de Bragança, como Gaspar Dias de Landim, autor de *O Infante D. Pedro – Chronica Inédita*. Landim, um licenciado que Luciano Cordeiro, em 1892, classificou como: "tão pouco conhecido como a sua obra" (Cordeiro, 1892, 7), dedicou o seu trabalho a D. João II, então duque de Bragança e futuro rei D. João IV. Ao contrário da obra de Rodrigues Lobo, esta procura enaltecer os Bragança através do aviltamento da imagem e da memória do infante D. Pedro. Escrita, provavelmente, na terceira década do século XVII, apresenta uma dedicatória que começa por procurar justificar: "para obra tão humilde por razão da insufficiencia de seu author queira implorar tão alto amparo como o de V. Ex.ª". Explica, de seguida, ter tomado: "tanto atrevimento" por duas ordens de razões: "a primeira porque as mais das pessoas de que se trata n'esta relação foram os Reis e Princípes d'onde a Real Casa de Bragança procede"; e a segunda porque como: "fossem tão humildes o auctor e estylo d'ella, sem um tão grande amparo não seria estimada nem admitida" (Landim, 1892, 11-12).

Nunca choraremos bastante nem com pranto
Assaz amargo e forte
Aquele que fundou glória e grandeza
E recebeu em paga insulto e morte
(Sophia de Mello Breyner Andresen, *Livro Sexto*, 1961)

5 – O infante na literatura

A imagem de alguém que viveu há quase 600 anos é composta pelo que escreveu, pelo que sobre ele se escreveu, pelo que se disse, pela atenção que teve e, sobretudo, pela memória que foi transmitida e pelas comemorações que se realizaram, ou realizam. Se não houver, praticamente, celebrações e ainda se procurarem transmitir ideias negativas, então a imagem tenderá a desaparecer ou a tornar-se odiosa. Ao longo do tempo, foram várias as obras e os escritores que procuraram manipular a imagem do infante D. Pedro, uns positivamente, outros negativamente. A ideia dominante, certamente por influência da Casa de Bragança, antes e depois da ascensão ao trono (com D. João IV, em 1640), foi contra o infante D. Pedro. Houve cronistas e governantes que acentuaram a construção da memória e a comemoração do infante D. Henrique em detrimento do irmão D. Pedro. Começou com D. Afonso V e Gomes Eanes de Zurara, mas também se verificou durante o Estado Novo, quando a figura do "Navegador" foi enaltecida e se deixou, praticamente, no esquecimento o que dizia respeito ao duque de Coimbra. Nem sempre assim foi, uma vez que, por exemplo, durante o reinado de D. Maria II, se escreveram e publicaram diversos livros sobre D. Pedro. No entanto, tal actividade pode identificar-se como uma espécie de contestação ou de contracultura (conceito que emergiu nos anos 60 do século XX) em relação às normas culturais dominantes. Na contracultura, que se distingue da subcultura por estar em desacordo com as ideias preponderantes e crenças da cultura dominante, os que se opõem à sociedade reinante podem fazê-lo por diversos motivos, embora seja comum que se concentrem nos direitos civis e em questões de injustiça, como as que são muitas vezes apontadas no caso do infante D. Pedro. A contracultura é, por vezes, associada a John Milton Yinger que, em 1960, publicou "Contraculture and subculture", mas também a Theodore Roszak, autor de *The Making of a Counter Culture*, de 1969. Keith A. Roberts, em "Toward a Generic Concept of Counter-Culture", de 1978, veio sugerir critérios para um conceito genérico de contracultura que, até então, tinha sido sempre associada à cultura norte-americana. Outros investigadores manejaram o conceito, como Raymond Williams que o utilizou, politicamente, nos anos 70 e 80 do século passado.

Birgit Neumann, em "The Literary Representation of Memory", inserido na obra *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*, afirma que a literatura nunca é: "a simple reflection of pre-existing cultural discourses; rather, it proactively contributes to the negotiation of cultural memory". Para a investigadora

alemã, se partirmos da premissa de que a literatura não é um sistema fechado, mas: "a part of the principal meaning-making processes of a culture, interacting with other symbol systems, then an analysis of literary stagings of memory can provide information about a culture's predominant memorial concepts" (Neumann, 2008, 335). Para a investigadora, a literatura: "as a part of the prevailing processes of creating memory, is endowed with a (memory) cultural effectiveness and can contribute to a new perspectivization of extra-textual orders of knowledge and hierarchies of values". Razão pela qual afirma que os conceitos de memória, encenados dentro do meio ficcional, podem influenciar a cultura de memória extraliterária: "given that they are also actualized by the recipients. Thus, these concepts can influence the creation and reflection of individual as well as collective images of the past" (Neumann, 341). Pretendemos, ao longo das próximas páginas, abordar obras sobre o infante D. Pedro, duque de Coimbra, assim como sobre os irmãos ou a sua época, que foram escritas e publicadas ao longo dos séculos, mas também livros e cartas do próprio e da família e, como caso particular de envolvência dos sentidos e, podemos dizer, da alma, a poesia que tem sido produzida e dada à estampa, literalmente, desde a morte em Alfarrobeira, a 20 de Maio de 1449, até aos dias de hoje.

Na introdução à segunda edição de *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria*, de 1940, o director da Biblioteca Pública Municipal do Porto faz uma reflexão interessante em relação às proporções do ódio que opunha D. Afonso, conde de Barcelos e, mais tarde, duque de Bragança, ao infante D. Pedro. Afirma Joaquim Costa: "não é lícito admitir que na tradição da família se não tivesse fixado, para sempre, a memória dêsse irredutível antagonismo, até mesmo depois do remate trágico de Alfarrobeira". Estava, naturalmente, a referir-se à obra de Gaspar Dias de Landim intitulada: *Infante D. Pedro. Chronica Inedita*. Por isso, entende: "uma crónica, originada em semelhante ambiente, não poderia aceitar-se nunca senão como um documento suspeito" (Costa, 1940, xv). O articulista acrescenta: "o cronista reflectia, por certo, o pensamento suspeito dos fidalgos; e, fora do ambiente em que se desenrolaram os acontecimentos, não hesitou em macular a honra do príncipe" (Costa, xvi). Joaquim Costa nota que o 'cronista' começa por louvar D. Pedro e sublinha: "nem podia ser de outro modo, desde que o escritor trabalhava por conta alheia, desmentindo abertamente os juízos mais sérios de outros historiadores e cronistas, que o haviam precedido na fixação dos factos" (Costa, xvi). E, logo de seguida, o director da biblioteca portuense admite: "é triste ter de reconhecer que foi possível fazer perdurar,

através de perto de dois séculos, numa família descendente de D. João I, embora por bastardia, sentimentos de ódio tão inveterados e tão injustos". Conclui, por isso, que o título e a dedicatória da obra são muito expressivos: "em presença deles, é fácil conjecturar que se procurava estabelecer uma corrente de opinião desfavorável à memória do infante sacrificado" (Costa, xviii). Sem nos preocuparmos com o enfoque cronológico, começaremos, assim, pelos autores que antagonizaram a memória do infante D. Pedro, deixando para o final os que se lhe referiram em termos elogiosos.

Gaspar Dias de Landim nasceu em Borba, sabe-se que casou em Arraiolos em 1605 e teve filhos, mas pouco mais informação existe disponível. Na advertência à edição de 1892 – anteriormente, só existiam manuscritos –, diz Luciano Cordeiro que o cronista "era um homem dedicado aos Braganças, escrevia sobre os papeis da sua Casa, a um deles [D. João II de Bragança, depois D. João IV, rei de Portugal] consagrava o trabalho". Manuel Inácio Pestana, em trabalho publicado em 2001, *Cronistas da Sereníssima Casa de Bragança* refere que Landim foi identificado, em 1595, como licenciado, procurador de número e escrivão dos Doze do Povo Miúdo da vila de Borba e, entre 1595 e 1613, como procurador do número e escrivão do hospital da vila de Arraiolos e também inclui Gaspar Dias Landim no rol de cronistas livres da Casa de Bragança (Pestana, 2001, 25). A obra de Gaspar Dias de Landim, escrita, ao que tudo indica, nos anos 20 do século XVII, foi publicada em três livros, de 1892 a 1894, por Luciano Cordeiro, sob o título *O Infante D. Pedro – Chronica Inedita*. Na dedicatória a D. João II de Bragança, futuro rei D. João IV, Landim parece querer muito atrair a atenção e a simpatia daquele a quem chama: "Sereníssimo Príncipe" (Landim, 1892, 11). Afirma Landim: "confiando na grande benignidade de V. Exª e entendendo d'ella que como Príncipe tão generoso quererá pôr os olhos n'ella, e, pondo-os, cobrará novo ser e estimação que por seu auctor lhe faltava". Termina a dedicatória de forma leal e submissa: "Nosso Senhor a Real pessoa de V. Exª nos guarde por muitos anos com os mais Príncipes da Real Casa de Bragança para amparo d'estes reinos" (Landim, 12).

Gaspar Dias de Landim procura, ao longo de toda a obra, amesquinhar a memória do infante caído em Alfarrobeira. Além disso, Landim é o único autor que chama sempre "infante" a D. Afonso, duque de Bragança, tratamento que era reservado aos filhos legítimos, já que, como o próprio Landim reconhece, D. Afonso era filho natural de D. João I. Gaspar Dias de Landim refere a determinado passo, a carta enviada ao pai pela rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V e filha do infante D. Pedro, a avisá-lo da ira do

rei e da intenção que tinha de ir cercá-lo nas suas terras de Coimbra. Isso motivou uma reunião do infante com os seus seguidores, a quem fez ver os perigos que se avizinhavam, mas a quem também sempre protestou a maior lealdade ao rei. O autor resumiu assim esse momento: "com estas palavras, prenhes e enfeitadas, queria o Infante mal encobrir sua tenção e dar a entender o que no peito tinha; juntamente queria com a parte mostrar ser leal vassallo, e por outra parecia brotar a ambição que tinha encerrada no coração" (Landim, 1894, 92). Ou seja, usando da técnica de acusar alguém de fingimento e de dizer algo que é o contrário do que pretende, que ainda hoje é muito utilizada na política.

O pacto de morte celebrado entre o infante D. Pedro e o conde de Avranches, Álvaro Vaz de Almada, foi igualmente ridicularizado por Landim:

> Fizeram entre si aquella tão injusta como barbara conjuração ou juramento reciproco, com voto solemne de que ambos haviam de seguir uma mesma fortuna, que se um morresse, o outro não ficaria com vida; e não faltaram alguns de tão fraco discurso que lh'o louvaram, sendo tanto para se borrar da memoria dos homens e de tanto descrédito para o mesmo Infante e para toda a casa real doestes reinos, assim para ser exemplo mais para gentes barbaras e sem Deus nem fé, como por ser um principe creado no grémio da egreja catholica, e no coração d'ella, como é este reino de Portugal (Landim, 1894, 98).

Mas o castigo a que o infante D. Pedro, na realidade, foi condenado, resultou da decisão do rei D. Afonso V, de D. Afonso, duque de Bragança, de D. Afonso, conde de Ourém, e, sobretudo, do arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha. Nascido nas Astúrias em 1382 e cunhado do duque de Bragança, aquele clérigo, letrado e instruído, era, por certo, entre os inimigos do infante, o que melhor conhecimento tinha das obras publicadas à época sobre retórica e, portanto, sobre persuasão. Um clérigo que, valha a verdade, foi pai de sete filhos, razão que lhe valeu ser admoestado pelo Papa Martinho V – D. Brites da Silva; D. Pedro de Noronha, senhor do Cadaval; D. Fernando de Noronha; D. Leonor de Noronha; D. João de Noronha, o Velho, alcaide-mór de Óbidos; D. Isabel de Noronha; D. Catarina de Noronha. A primeira, filha de uma D. Isabel (supõe-se que Gomes da Silva) e os demais de Branca Dias, ao que tudo indica filha do navegador Bartolomeu Perestrelo que, com João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, foi um dos povoadores do arquipélago da Madeira, processo iniciado durante a regência. A pena aplicada ao infante D. Pedro está bem patente numa passagem da obra de Gaspar Dias de Landim, quando o autor descreve uma conversa entre a rainha D. Isabel e D. Afonso V, na presença

de D. Leonor, irmã do rei, a propósito do pedido de perdão para o infante D. Pedro, e reproduz assim as palavras reais:

> Suas culpas e excessos são tão grandes que na determinação que contra elle se tomou houve grande moderação, e se guardou o respeito devido a ser filho d'El-Rei meu senhor e avô que está em gloria, e não menos por ser vosso pae, que quando assim não fora houvera de ser castigado com a pena de vida a seus excessos e delictos, não havia outro mais que perder a vida e sua memoria, condemnada para sempre, e sua casa e bens tomados para a coroa de meus reinos (Landim, 1894, 85).

Esta é, afinal, uma transcrição fundamental para se saber o que pensavam o duque de Bragança, o conde Ourém e o arcebispo de Lisboa, sobre o castigo, 'merecido', a infligir ao duque de Coimbra: "perder a vida e sua memoria, condemnada para sempre". Além disso, como o rei perdoou o tio e sogro em 1455, após o nascimento de D. João II, a obra de Gaspar Dias de Landim, produzida um século mais tarde, traduz, por certo, a directriz dominante que se terá mantido na Casa de Bragança. A *Retórica a Herénio* foi, certamente, uma das referências teóricas, se não a principal, para o desenvolvimento da acção dos inimigos do infante D. Pedro. Aires Augusto Nascimento, no trabalho *Cícero em Portugal: Momentos de Humanismo Cívico*, afirma que foi aberta no século XIII, na abadia de Alcobaça, uma escola para a formação de monges e, curiosamente, "neste mosteiro, é já do séc. XV o único testemunho de instrumento para tal efeito, e é constituído pelo texto da *Rhetorica ad Herennium*" (Nascimento, 2006, 114). Depreendemos que tal obra poderia estar presente na biblioteca de outros conventos e que os eclesiásticos, de um modo geral, a conheciam.

Segundo o autor da obra retórica, outra ofensa a afirmar no vitupério, se o visado "é de boa ascendência", é que "foi indigno de seus antepassados" (*Retórica a Herénio*, 2005, 165). Assim, os inimigos do infante D. Pedro e também Gaspar Landim sabiam que qualquer argumento pode ser utilizado para elogiar ou para denegrir alguém ou alguma coisa, bastava utilizarem convenientemente os adjectivos. O exercício difamatório de Gaspar Dias de Landim continua na mesma conversa quando D. Afonso V enumera à rainha, filha de D. Pedro, os crimes que o pai cometera e que motivavam o castigo:

> Sabei, Senhora, que vosso pae, depois de desterrar a Rainha minha mãe destes meus reinos, sendo eu n'elles Rei e senhor, que também o era d'ella, onde ella fora Rainha e mulher d'El-Rei, meu senhor e pae, e legitimamente por seu mandado governadora d'elles, a ella e á Infanta D. Joanna, minha irmã, negou o natural sustento, fazendo-a andar mendigando em reinos extranhos: tomando para si as rendas de meus reinos, e ainda os bens que minha mãe tinha seus próprios, por dote que El-Rei, meu senhor

> e pae, lhe fez, e os que em seu testamento lhe deixou; e o que peor é que não perdoou aos que trouxe de Aragão, tomando-lh'os todos, como por confiscação, para si e para outros, que o ajudaram em suas crueldades e tyrannias, como que tivera ella commettido os crimes de lesamagestade que elle tem; e se não houve por satisfeito da miséria em que a tinha posta, porque n'ella lhe traçou tirar a vida, com veneno, ajudando-se de outra similhante crueldade a sua, como a do Condestavel de Castella, não perdoando a crueldade nenhuma que com ella não usasse. E não ignorava elle n'esse tempo que me offendia a mim, seu Rei e senhor, e que o devia sentir e castigar se porventura não tinha no pensamento atalhal-o, fazendo a mim o que a ella, do que não ha pequenos indicios debaixo de suas dissimulações e hypocrisias, e se o não poz em effeito, não foi por falta de ambição e vontade, mas pelas grandes contradições que no reino tinha d'esses mesmos que nomeia por inimigos, que lhe foram impedimento para não commetter o que o desejo lhe pedia (Landim, 1894, 85-86).

Fica, assim, explícito o libelo que, apesar de não ter sido imposto em tribunal, os inimigos de D. Pedro tinham conseguido inculcar na cabeça do jovem rei adolescente. Gaspar Dias de Landim esquece que a morte de D. Pedro resultou de um julgamento só com acusadores que, sem pudor, independência ou imparcialidade, como compete a qualquer tribunal, condenaram a bel-prazer a vida de um homem e de toda a sua família, bem como a dos que o apoiaram, sem que nenhum deles pudesse contrapor ou defender-se. Além disso, fica claro que Landim usou os arquivos da Casa de Bragança para difamar a imagem e a memória do infante D. Pedro, duque de Coimbra.

Mais recentemente, um opúsculo da autoria de Manuel Heleno intitulado *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro, duque de Coimbra* merece atenção pela forma como se refere ao infante D. Pedro. Este autor baseia-se em cópias existentes na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Portugal da exposição que Afonso Pereira, embaixador de D. Afonso V, levou ao rei de Castela e aos duques de Borgonha sobre a morte de D. Pedro (Ver anexo 22), que Rui de Pina classificou, na crónica de D. Afonso V, como "assaz fea e muy defamatoria", como cita o próprio autor. O opúsculo, publicado em 1933, refere:

> Alto, magro, ruivo, grave, o Infante D. Pedro, duque de Coimbra, não foi, sob o ponto de vista moral, como supôs Oliveira Martins, um contemplativo alheio a todos os bens terrestres, nem a vontade forte e desapaixonada que a tradição nos legou. Homem com certo tino prático e não destituído de ambições. Contratou ele mesmo o seu vantajoso casamento, reagiu contra as últimas vontades de D. Duarte a favor da Rainha, ergueu a filha ao trono e fez do filho Condestável do Reino, ferindo possivelmente legítimos interesses; "algum tanto culpado emcredeiro e

> vyngatyvo", como diz o cronista, deixou-se dominar pelos imprudentes conselhos do Conde de Avranches e logo que realizou o seu "mujto agudo e desordenado desejo de reger estes Rejnos" (Heleno, 1933, 11-12).

Manuel Heleno, de seu nome completo Manuel Domingues Heleno Júnior (1894-1970), foi historiador, arqueólogo e professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo chegado a director da mesma em 1959. Na introdução ao opúsculo continua com ataques pessoais, sempre segundo o referido documento atribuível a D. Afonso V: "dissimulado, escondia – afirma Manuel Heleno – sob 'falças cerimonias de fengida obediencia', os propósitos que tinha em mira". E salienta: "duro, deixa morrer a cunhada e mãe do Rei na miséria, embora esta lhe pedisse em 1444 que a deixasse vir a Portugal, não como Rainha mas como irmã" (Heleno, 1933, 12). Ainda assim, admite as honrarias que o infante recebera por essa Europa, o mesmo acontecendo em relação ao intelecto, para cujo reconhecimento se socorre da prosa de Rui de Pina na *Chronica d'elRey D. Affonso V*: "princípe culto, 'bem latinado, e assaz mistyco em ciencias e doutrinas de letras, e dado muyto ao estudo'". Atribui-lhe mesmo as autorias e traduções que são conhecidas (Heleno, 1933, 13-14).

O mesmo não aconteceu, em 1980, com a obra intitulada *Os Homens de Alfarrobeira*, de Lita Scarlatti, nome artístico de Maria Emília Scarlatti Quádrio Raposo do Amaral, que foi bibliotecária-chefe da Ordem dos Advogados. Ao longo de cerca de 450 páginas, recrimina o infante por ser: "sempre rebelde à vontade paterna" (Scarlatti, 1980, 149). Afirma mesmo: "não há memória de alguma vez na vida ter cumprido; um desprestigiador do poder real, no tempo em que o Rei era a Nação". Acusa o regente de ter deixado a viúva de D. Duarte morrer na miséria e lança nas entrelinhas a suspeita de que poderá até ter sido o mandante do envenenamento. Num ódio inflamado, chama calculista e cínico ao infante e atribui todos os defeitos à divisa "Désir", que D. Pedro escolheu em vésperas da tomada de Ceuta, mas comete uma indiscrição quando, pondo de lado as citações em que sempre se respalda e, a propósito do afastamento de D. Leonor e da regência, afirma: "o conde de Barcelos [futuro duque de Bragança] parece ter sido o único a compreender o alcance da cartada que o infante D. Pedro se propôs jogar" (Scarlatti, 1980, 103).

Ao contrário de Manuel Heleno, Lita Scarlatti, não fala na intelectualidade de D. Pedro e até questiona se o *Tratado da Virtuosa Benfeitoria* será de sua autoria, mesmo em parceria com frei João Verba. Também o enlace com D. Isabel de Urgel que Manuel Heleno classificou como "vantajoso casamento" é visto por Scarlatti como algo inútil, porque

alguém: “aureolado pelos louros colhidos nas andanças no estrangeiro, poderia aspirar à mão da herdeira duma casa reinante” e acrescenta que, perdendo a doação de Treviso – mais uma deturpação histórica com o intuito de inferiorizar a memória de D. Pedro –, o título e a tença outorgados pelo imperador Sigismundo: “o segundo filho do rei de Portugal, contentou-se com um casamento, à primeira vista, isento de interesse, dada a penúria da noiva, nem de amor, visto não a conhecer” (Scarlatti, 1980, 71).

5.1 – Médicos-escritores: Montalvão Machado e Júlio Dantas

Outro dos autores que escreveram abertamente contra o infante D. Pedro foi José Timóteo Montalvão Machado, no trabalho, *Dom Afonso, Primeiro Duque de Bragança: Sua Vida e Obra*, de 1964. Médico de profissão, também escreveu sobre vários outros temas, designadamente *Amores de D. Pedro e D. Inês*. Em relação ao infante D. Pedro que é, naturalmente, incluído na obra sobre a vida do meio-irmão D. Afonso, conde de Barcelos e duque de Bragança, fugiu-lhe a mão para o vitupério. Começa por fazer uma apreciação das qualidades do infante: “naturalmente inteligente, fortalecido com os conhecimentos adquiridos em leituras e viagens, D. Pedro dominou a sociedade do seu tempo”. “Parece ter tido a preocupação de aproveitar o seu tempo e os seus dons naturais para estudar e meditar, viajar, tratar com pessoas cultas, aumentando e dilatando constantemente o cabedal dos seus conhecimentos”, acrescenta. Cita Rui de Pina para lhe atribuir traduções a partir do latim: “o tratado de Cícero, *De officiis*, o de Egídio Romano, *De regimine Principum* e o de Vegecio, *De re militari*. Reconhece a importância das cartas que o infante escreveu, dando enfase à Carta de Bruges, dirigida a D. Duarte. E refere-se àquela que considera “a obra de maior vulto”, que classifica como “o compêndio de filosofia moral, a que pôs o nome *Da Virtuosa Bemfeitoria*” (Machado, 1964, 338). Em seguida lança várias dúvidas, ainda que pontuadas com reconhecimentos da sua acção. É o caso do que considera a “continuação da epopeia marítima”, a propósito da qual afirma: “já se disse que o Infante D. Pedro, mais inclinado à construção do que à aventura, tinha contrariado a obra de D. Henrique e tinha oposto dificuldades à continuação dos descobrimentos, mas tal acusação carece de fundamento”. E, para se fundamentar, cita Jaime Cortesão: “durante a regência, o Duque de Coimbra, não somente deu todas as facilidades a D. Henrique, mas premiou os navegadores que mais longe foram”. E acrescenta: “ele próprio, a expensas suas, enviou também alguns navios e ocupou-se do povoamento e da exploração da Ilha de S. Miguel” (Machado, 1964, 352).

Em seguida, inicia o ataque ao regente: "as lacunas que (…) deixou em aberto, o tempo que perdeu e os erros que praticou". O primeiro problema com o qual reconhece que o infante D. Pedro se debateu ao assumir a regência foi a libertação do infante D. Fernando, cativo em Fez, cuja solução D. Pedro assumia ser a troca pela entrega de Ceuta. Depois de expor os argumentos contrários a tal decisão, que vinham das cortes de Leiria de 1438, dos antigos combatentes de Ceuta (basicamente D. Afonso, conde de Barcelos) e da Igreja Romana (provavelmente D. Pedro de Noronha), que não estavam dispostos a entregar aquela praça marroquina, conclui Montalvão Machado: "hoje, a mais de cinco séculos de distância, conhecidos os factos que se desenrolaram antes e depois, podemos concluir que a solução a adoptar devia ser a preconizada pelo Infante D. Henrique". E que solução era essa? Precisamente a que Machado defende: "a organização de outra expedição a Tânger com o fim de libertar o Infante e dilatar o nosso poderio". Algo que não tinha sido possível quando D. Henrique, no reinado de D. Duarte, em 1437, preparou a expedição original fracassada. Ainda com um rebate de consciência, afirma: "podia a Nação estar fraca e pobre, mas, na alma dos homens, como na dos povos, existem sempre recônditos tesouros, apenas visíveis quando surge o momento imperioso". E conclui: "aquilo que se fez em 1458 podia-se ter feito em 1442, antes do falecimento de D. Fernando, o Infante Santo" (Machado, 1964, 353-354). O autor equivoca-se quanto às datas, uma vez que a expedição de 1458, apesar de se destinar a Tânger, foi desviada para Alcácer-Ceguer, que foi então conquistada. Tânger só seria portuguesa à quarta tentativa, em 1471, quando o reino já tinha outra segurança económica e foi possível enviar uma expedição de 400 navios e, ao que parece cerca de 40.000 homens, que conquistou Arzila e fez os moradores de Tânger fugirem, permitindo a conquista de uma cidade abandonada.

J. T. Montalvão Machado afirma ainda: "a Regência constituiu uma desilusão para os burgueses, mesteirais e outros elementos populares, que tanto ajudaram o Duque de Coimbra a alçar-se à suprema magistratura da Nação", acrescentando: "nem as cartas de D. Pedro, nem a 'Virtuosa Benfeitoria', nem as *Ordenações Afonsinas* mostram que o Infante D. Pedro tivesse uma formação mental diferente da que possuíam os cavaleiros da Idade Média". E mais adiante: "o Duque de Coimbra era tão aristocrata como o Duque de Viseu ou o Conde de Barcelos, todos criados e educados na mesma escola", o que sabemos que não é verdade, uma vez que o último não teve a influência da rainha D. Filipa de Lencastre, mãe dos dois primeiros que, ainda assim, seriam bem diferentes. Curiosamente, um professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de

Lisboa, Aires Augusto Nascimento, num artigo, de 2004, de que falámos atrás, intitulado "Cícero em Portugal: Momentos de Humanismo Cívico", refere que o espírito humanista resulta da associação entre vida activa e contemplativa, a propósito de um dos autores clássicos traduzidos pelo duque de Coimbra: "o nome de Cícero está associado, na cultura portuguesa quatrocentista, mais que a um modelo de estilo, sobretudo, e primariamente, à expressão de um ideal de humanismo cívico", promovido: "através de associação do culto das letras com a acção por parte de uma aristocracia do espírito que procura enobrecer-se por actividades em prol da colectividade humana de que faz parte" (Nascimento, 2006, 99). Para aquele filólogo e medievalista: "o intérprete concreto desse novo ideal é o cavaleiro, que se quer homem ilustrado nas letras e empenhado em actividades cívicas ou militares", considerando a sua actuação: "no 'meyo estado antre os puramente auctivos (...) e os sotiis speculativos' (para nos servirmos de fórmula que pertence a um dos mais lídimos representantes da cultura portuguesa daquele tempo, o Infante D. Pedro de Portugal)", opinião, de facto expressa no início do *Livro da Virtuosa Benfeitoria*. Na opinião de Aires A. Nascimento: "Cícero, pela aplicação que faz dos seus conhecimentos em acção cívica, torna-se leitura inspiradora e modelo de comportamento reconhecido e aceite". Aquele investigador conclui: "traduzindo o *De officiis*, o novo cavaleiro, que é o Infante D. Pedro, propõe-se servir a comunidade a que pertence, 'por aproveitar aos portugueses amadores de virtude que nom som ou ao adiante nom forem latinados'" (Nascimento, 2006, 100-101).

Mas Montalvão Machado continua a exercer a sua verve crítica sobre o infante, cuja regência se ficou a dever ao apoio de burgueses e mesteirais: "parece que humanamente e gratamente se devia tornar o protector do povo contra os já grandes privilégios do Clero e da Nobreza". Mas, respondendo a si próprio sublinha: "não foi nada disso o que sucedeu, ao contrário do que pensam os panegíricos do Regente, dos séculos XIX e XX", porque, em seu entender: "em poucas épocas se assistiu a uma tão perdulária distribuição de mercês, honras e benesses, a favor de fidalgos, antigos e modernos" (Machado, 1964, 357). E para o provar, cita Anselmo Braancamp Freire, na obra *Amarrado ao Pelourinho*, que, referindo-se ao infante D. Pedro, a determinado passo afirma:

> Enchendo, por forma quase assombrosa, os livros da Chancelaria dos anos da sua regência, com registo de cartas de mercê de cargos, ofícios, pensões, privilégios, a fidalgos, cavaleiros, escudeiros de sua casa, a moradores das suas terras, não estaria pensando com deslealdade em criar partidários? (Freire, 1907, 21).

A citação é certa, embora Machado não diga que surge inserida numa contenda de palavras entre Anselmo Braancamp Freire e José Caldas que, na obra *Benigna Verba*, acusa o primeiro de mentir e critica a atitude do infante D. Henrique, que classifica como "mau e indigno irmão", em relação ao infante D. Pedro (Freire, 1907, 19-20). Ora, também aqui, como já atrás ficou dito, um medievalista consagrado, Humberto Baquero Moreno rebate esta ideia de 'mãos largas' do infante no trabalho intitulado *A Batalha de Alfarrobeira – Antecedentes e Significado Histórico*: "poucas foram as doações que (o infante D. Pedro) fez aos nobres, o que deve ter gerado nestes um profundo descontentamento". E acentua: "são falsas, portanto, as acusações formuladas contra o Infante D. Pedro de ter alienado parte dos bens pertencentes a coroa, pois a sua concessão foi diminuta". E conclui: "se tivesse havido o propósito deliberado do regente de arregimentar partidários à custa do património régio, tê-lo-ia feito por certo. Ora, tal não aconteceu" (Moreno, 1979, 665-666).

J.T. Montalvão Machado mostra à saciedade usar dois pesos e duas medidas, consoante os factos e situações que analisa. Por um lado, a propósito do fim da mulher de D. Duarte e mãe de D. Afonso V, afirma: "tudo leva a crer que D. Leonor morreu envenenada". Porquê? Porque "a morte foi tão repentina que se não conheceu qualquer disposição testamentária", mas também porque "15 dias depois, desaparecia inopinadamente sua irmã, D. Maria, Rainha de Castela". Cita Rui de Pina que, como já ficou descrito, refere que o envenenamento teria sido levado a cabo, não pelo infante D. Pedro, mas pelo condestável D. Álvaro de Luna: "por meo de huma mulher da Vylla d'Ylhescas" (Machado, 1964, 305). E também cita Gaspar Dias de Landim que sobre tal morte, por sua vez, declara: "teve-se por cousa certa ser dada com veneno". E acrescenta: "o que poude investigar (tinham passado mais de cem anos e os factos ocorreram em Castela) foi que fôra traçada pelo Condestável D. Alvaro de Luna e solicitada pelo Infante D. Pedro, seu grande amigo" (Landim, 1893, 142-143).

Por outro lado, a morte da rainha D. Isabel, filha do infante D. Pedro, a 2 de Dezembro de 1455, em Évora, não merece grandes dúvidas a Montalvão Machado. Cita Rui de Pina que faz: "ecos dos sussurros, que então correram sobre um possível envenenamento da Rainha". Com efeito, Pina relata que a causa da morte: "foi acidental e arrebatada", mas: "per maginaçam dos mais foy atribuyda a peçonha, que dos imigos de seu Padre por sua segurança diseram que lhe fora hordenada", acrescentando, com muito siso: "e como quer que pera ysso ouve muitas conjecturas e presunçooẽs, porém da certa verdade Deos he o

sabedor" (Pina, 1977, 771). Mas, por rebate de consciência, também cita Duarte Nunes de Leão quando afirma que a rainha: "foi arrebatada, e por commum fama de peçonha, que attribuiaõ aos inimigos do Infante" (Leão, 1975, 863). Comenta J. T. Montalvão Machado: "não nos diz este cronista onde bebeu tão arriscada informação, sendo certo que escreveu século e meio mais tarde" (Machado, 1964, 420), o que é bem verdade, como também já o era para Landim e isso não foi questionado.

Só que a questão dos envenenamentos ou mortes naturais (sem que pretendamos assumir qualquer posição sobre a matéria, apenas nos permitimos comentar os diferentes pontos de vista deste autor), não termina aqui. Escreve Machado, ainda a propósito de D. Isabel: "é certo que a Rainha tinha apenas 23 anos! Mas, naqueles tempos, quantos Reis e Infantes baqueavam em idades tão prometedoras". Sendo médico, Montalvão Machado sublinha que ela adoeceu com "um *fruxo de sangue*" e diz dever admitir a hipótese: "de tal *fruxo* significar uma série de hemoptises, denunciadoras duma tuberculose pulmonar". E até reforça a ideia: "tanto mais que outros dos seus irmãos tiveram sorte idêntica, morrendo também muito novos" (Machado, 420), enumerando-os: o cardeal D. Jaime, o condestável D. Pedro e D. João, regente de Chipre. A questão é que, naquele tempo, mutas mortes foram atribuídas a envenenamento sem o serem. António Caetano de Sousa, no tomo ii da *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, de 1736, relata que o condestável D. Pedro foi convidado pelos nobres de Aragão para defender o trono, última forma de se manterem independentes, ao que o filho mais velho do infante D. Pedro acedeu, sendo coroado em Barcelona em 1464. Cargo que, segundo António Caetano de Sousa: "logrou pouco tempo; porque naõ sem sospeitas de veneno acabou a vida a 30 de Junho de 1466" (Sousa, 1736, Liv. iii, 87). O certo é que hoje em dia se pensa que morreu, de facto, tuberculoso. D. João, segundo filho do infante, casou com Carlota de Lusignan, princesa herdeira do Chipre e intitulou-se príncipe de Antioquia, mas não chegou a ser coroado no reino do Chipre por, como indica o autor da *História Genealogica da Casa Real Portugueza*: "morrer em vida de seu sogro com sospeitas de veneno no anno de 1457" (Sousa, 1736, Liv. iii, 88). De igual modo, D. Jaime, cardeal-diácono em 1456, faleceu em Florença, em 1459, alegadamente envenenado, e D. Beatriz, casada com Adolfo de Clèves, senhor de Ravenstein, expirou em 1462 diz-se que sob suspeita de envenenamento. Outro caso foi o D. João II, neto do infante D. Pedro, cuja morte foi durante muito tempo atribuída a envenenamento, mas que a professora aposentada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Manuela Mendonça, num trabalho

intitulado “O Veneno que matou D. João II”, explica: “morreu de nefrite crónica, em fase aguda. Morreu daquele veneno que lhe agravou a saúde: a impotência para conter a vitória dos seus inimigos” (Mendonça, 2005, 374). Por conseguinte, o que não faltava, naquele tempo, eram suspeitas de venenos, as mais das vezes infundadas.

Importa, por último, prestar atenção a Júlio Dantas e à obra *Outros Tempos*, um trabalho onde o autor faz uma análise crítica sobre as figuras dos séculos XIV e XV em Portugal, no que denomina “inquéritos médicos às genealogias reais portuguesas (Avis e Bragança)”, sem mostrar preferência por qualquer dos intervenientes. O médico e escritor começa com o rei D. Duarte, que alega ser: “um dos nevrosados mais interessantes das raças reais portuguesas”, definindo-o como “rei poeta e filósofo, casto e triste”. Continua a análise dizendo: “curvado sempre sobre o livro das *Colações* e sobre o *De Rigimine Principum*”, conseguiu apenas: “ser um pensador quando era preciso que fosse um homem de acção”. Conclui que parece tratar-se dum caso: “de neurastenia num hereditário, ou, precisando melhor, de episódios agudos de astenia psíquica florescendo num terreno de degenerescência” (Dantas, 1916, 9-10). Descreve depois D. Duarte por volta dos trinta anos, como: “uma criatura desagradável, macilenta, ‘o rosto algum tanto enverrugado’, acusando um *senium* precoce, ‘olhos moles e ‘pouca barba’, o que é, de resto, comum entre os degenerados”. Ele que, na mocidade se prezara de ser bom lutador, ganhara uma postura curva e cansada: “com os hábitos de trabalho e a permanência sobre os escanos da livraria”. Além disso, afirma: “os romances do ciclo bretão formavam, como consta do catálogo dos seus livros de uso”, o grosso da biblioteca que possuía, daí: “a intransigente castidade em que se guardou sempre”, por influência do livro de Galaaz, tal como acontecera com D. Nuno Álvares Pereira. Por isso, explica: “casou virgem, ainda infante, com trinta e sete anos de idade” (Dantas, 1916, 16-17). A história da sua doença, diz Júlio Dantas: “ele mesmo a traçou, pacientemente, minuciosamente, nos capítulos xix e xx do *Leal Conselheiro*” (Dantas, 1916,19). E conclui: “é na neurastenia de D. Duarte que nós encontramos a causa e a explicação de todos os desastres políticos do seu reinado e da própria regência que se lhe seguiu”. Perguntando: “que foi Tânger, senão a consequência social duma crise de neurastenia?” e ainda: “que foi mais tarde Alfarrobeira, senão a resultante póstuma dessa crise?” (Dantas, 1916, 23-24).

Também analisa D. João I, de quem afirma: “o mestre de Aviz, génito de D. Pedro e de uma dona galega, está longe de ser a grande figura que a história nos apresenta resplandecente de heroísmo e enquadrada no ouro retabular dos santos”. Bem pelo

contrário, entende: "D. João foi em todos os actos da sua vida (…) um ambicioso vulgar, tortuoso e calculista", um homem que, diz, segurava: "os seus golpes políticos, numa atitude sempre quebrada de hesitações e de falhas, sem um rasgo de bravura e sem um impulso de generosidade". Aponta-lhe ainda, como traços de carácter, ser: "manhoso e cruel, como se o 'feitio epiléptico' do pai se perpetuasse no filho" (Dantas, 1916, 12). Júlio Dantas que, além de médico, foi também poeta e romancista, acentua: "todos os reis portugueses até D. Fernando, foram, a acreditar nas características somáticas apresentadas pelos cronistas, homens altos, esguios, tipo ariano, loiro, naturalmente dolicocéfalo", para depois analisar a figura de D. João I. Diz-nos que o rei fundador da segunda dinastia é a primeira excepção: "D. João I, baixo, atarracado, trigueiro, cabelos pretos, crânio curto, – indicando tudo a influência directa do tipo celto-slavo, escuro, plebeu, – influência esta que não podia ter provindo senão da mãe", Teresa Lourenço, que o autor aponta: "às massas inferiores da população". Mas, depois, acentua: "pelo cruzamento com o ramo normando de Lancaster, as raças reais portuguesas voltaram ao tipo loiro, germânico". No entanto, adverte: "logo na primeira geração, lá está um celta escuro, plebeíssimo, tenaz, terminante, a representar o tipo materno da bastardia: o infante D. Henrique" (Dantas, 1916, 34-35).

Já em relação à rainha, muda o tipo de descrição: "Filipa de Lancaster, filha do magro e ruivo João de Gaunt e duma prima deste, criatura tímida e devota. Foi o segundo génito dessa união consanguínea". Em paralelo, D. Filipa teve uma irmã, D. Catarina, infanta e depois rainha, que, assevera: "teve em toda Castela fama de bêbeda" (Dantas, 1916, 14). Pergunta-se, então, que educação terá tido e em que rigidez de princípios terá sido criada uma princesa que provocou entre nós uma tão profunda revolução moral? E por mais extraordinário que possa parecer, o certo é que D. Filipa, assegura: "viveu sempre desde criança num meio dissoluto, sem religião de família e cheio de torpezas inconfessáveis". Depois de perder a mãe, atravessou a mocidade: "rodeada de criaturas abjectas e de sentimentos impuros, na intimidade de irmãs adúlteras e de bispos devassos". Além disso: "foi educada por uma das amantes do pai, debaixo do mesmo tecto em que vivia a madrasta, fêmea taciturna, sombria e alucinada". As origens de D. Filipa, na descrição de Júlio Dantas, eram: "uma das mais imundas famílias dinásticas inglesas, a dos Plantagenetas, – família de degenerados, de epilépticos, de psicopatas sexuais, de imbecis, de criminosos e de loucos" (Dantas, 46-47). Com isto quis dizer: "foi no meio de toda esta depravação que a grave Dona Filipa recebeu a sua educação moral". Ainda

assim: “por um capricho do destino, aparece-nos na corte portuguesa como uma virtudezinha gótica inflexível, de olhos azuis frigidíssimos” (Dantas, 1916, 15). Comportamental e fisicamente, descreve-a como: “reflexiva, serena, cheia de pudores e de escrúpulos, decerto feia, a julgar pela estátua do túmulo e pelo silêncio de Fernão Lopes” (Dantas, 1916, 40). Para Júlio Dantas, D. Filipa de Lencastre entrou na corte portuguesa e na vida de D. João I pela porta pequena. Mas, depois: “essa pobre mulher de quási trinta anos, sem prestígio e sem beleza, amortalhada em grandes dobras hirtas de pano de oiro”, que atravessava o paço: “sempre de olhos baixos, cheia de doçura e de tranquilidade, mas possuindo a terrível energia de certas criaturas aparentemente passivas, dominava inteira e absolutamente o rei”. E, algum tempo depois, diz, também dominava a corte (Dantas, 1916, 41).

No que se refere à descendência, o médico Júlio Dantas assume: “os filhos de D. João I foram, sem dúvida, os mais brilhantes exemplares das genealogias reais portuguesas”, mas as taras herdadas da linha paterna, alerta, fizeram com que conservassem predisposição para: “um desequilíbrio manifesto e essencial, que os tornou particularmente sensíveis às mínimas influências externas”. A duquesa de Borgonha, expõe: “cai num verdadeiro delírio de ciúme em seguida a supostas infidelidades do Duque”. Entre os demais: “D. Henrique e D. Fernando morrem virgens como Galaaz, sem terem conhecido a sombra duma mulher”. Já o infante D. João: “um impaludado, tem crises de exaltação maníaca coincidindo com os acessos; e acaba em plena caquexia telúrica, na vila de Alcácer do Sal”. Em relação ao infante D. Pedro, confessa que é: “de todos eles, o único regularmente equilibrado”, para logo lançar uma farpa com a designação: “o *touriste* das Sete Partidas do Mundo”. Classifica o duque de Coimbra como: “sibarita ambicioso, dissimulado, tortuoso e hipócrita, democrata elegante ‘cujas negociações eram todas com a gente popular’” (Dantas, 1916, 74-75). E não esquece o filho natural de D. João I, D. Afonso, conde de Barcelos, que diz ter sido: “um artrítico, sempre tolhido de reumatismo”.

Em conclusão, refere que os príncipes da casa de Avis: “em vez de procurar novas e sucessivas correcções às suas taras”, vão sistematicamente: “sobrepondo consanguinidades e continuando a cruzar-se entre si, durante quatro gerações, primos e primas, tios e sobrinhas” (Dantas, 1916, 76-77). Veja-se, apenas a título de curiosidade como Dantas descreve o rei cognominado O Venturoso: “o infante D. Manuel, depois rei, é um imbecil com sorte, vazio, balofo, crivado de estigmas somáticos de degenerescência,

macromélico" (Dantas, 1916, 78) e, citando a crónica de Damião de Góis, descreve-o com: "hos braços carnudos, & tã cõpridos q̃ hos dedos das mãos lhe chegauã abaixo dos geolhos" (Goes, 1566, cap. lxxxiiij). Completa o quadro físico de D. Manuel I com dois poderosos adjectivos: "acrocéfalo e neandertalóide" (Dantas, 1916, 78).

5.2 - A sanha de Dias Dinis e os *Monumenta Henricina*

O sacerdote franciscano da Ordem dos Frades Menores (OFM) que, como já dissemos, dirigiu e organizou a maior parte da coleccão dos *Monumenta Henricina* (1960-1974) – integrados nas comemorações dos 500 anos da morte do infante D. Henrique – (os primeiros cinco volumes foram organizados com Manuel Lopes de Almeida e Idalino Ferreira da Costa Brochado, membros da subcomissão dos *Monumenta Henricina*, e tinham introduções ponderadas). Dias Dinis foi, no século XX, um dos arautos do desprestígio do infante D. Pedro, cujo período de regência classifica como conturbado e confuso. Na sanha contra o malogrado duque de Coimbra, mas num artigo, de 1975, para a *Revista Portuguesa de História* intitulado "À Volta do Casamento do Infante D. Duarte (1409-1428)", considera a união de D. Pedro e D. Isabel de Urgel como uma consequência da amizade do infante com o condestável castelhano D. Álvaro de Luna. Um casamento marcado, como diz, pela: "impreparação e precipitação, num verdadeiro à-pressa, do matrimónio do infante D. Pedro, rapidamente contratado e firmado, sem qualquer autorização de el-rei D. João I, como era curial, tratando-se de filho de monarca" (Dinis, 1975, 37). Já no volume vii dos *Monumenta Henricina*, publicado em 1965, afirma:

> Como a parte verdadeiramente agravada era a representante da Casa de Urgel, é possível que, entre nós, a luta haja partido da dita D. Isabel, porventura na precisa altura em que a infanta D. Leonor avançava para Portugal, matrimoniada com o herdeiro do trono português (Dinis, 1965, x).

O mesmo volume dos *Monumenta Henricina*, respeitante aos anos 1439-1443, conta com uma afirmação do padre franciscano, na introdução "Ao leitor", onde referencia os cronistas Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina para dizer: "ambos aludem à desarmonia existente, já em vida de el-rei D. Duarte, entre a rainha de Portugal e o duque de Coimbra". Lembra mesmo que Zurara, na *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, fala: "no odeo, que dezyam que a rraynha tinha ao jffante dom Pedro" e, por isso, infere: "tal inimizade brotava, fundamentalmente, de desarmonia entre a rainha D. Leonor e a cunhada e duquesa de Coimbra D. Isabel de Urgel, esposa do infante D. Pedro". Dias Dinis tem mesmo uma tirada, no mínimo verrinosa, ao afirmar: "quis (…) o destino que

D. Isabel de Urgel, no silêncio todo do seu ducado coimbrão, ciosamente guardado pela documentação existente em nossos dias, viesse a assistir ao que possivelmente desejava e talvez provocou", como sugere, pelo menos indirectamente: "a exclusão de D. Leonor da regência do reino e o seu homizio em Castela, onde veio a falecer, de morte não natural, em 1445" (Dinis, 1965, ix-xi). Depois, como que para lavar as mãos do que acabara de escrever, cita, em nota de rodapé, dois cronistas, Rui de Pina: "e a opinyam dos mais foy, que esta morte lhe ordenara nom ho Yfante Dom Pedro, como muytos malyciosos qujsseram falsamente dizer; mas o Condestabre Dom Alvaro de Luna" (Pina, 1977, 693) e Pedro Carrillo de Huete, na *Crónica del Halconero de Juan II*, quando, referindo-se ao boato que atribuía a morte de D. Leonor a envenenamento encomendado pelo infante D. Pedro, acentua: "e toviera manera como le diesen com que muriese la dicha rreyna" (Huete, 1946, 378).

Dias Dinis refere ainda na introdução ao volume vii dos *Monumenta Henricina* uma situação que interfere com a investigação: "a documentação encontrada não foi tanta e de tal qualidade como desejaríamos, nomeadamente para a reconstituição da cronologia dos acontecimentos ocorridos de 1439 a 1443", ou seja, para o âmbito temporal do volume em análise (Dinis, 1965, xvii). Faltam, de facto, muitos documentos da Chancelaria desse período. Curiosamente, um dos documentos em falta, neste ou no volume seguinte, é uma carta do regente D. Pedro, datada de 31 de Outubro de 1443, a estabelecer um Estudo Geral em Coimbra. No entanto, a carta está reproduzida na *História da Universidade de Coimbra*, de 1892 (Ver anexo 5). Segundo Teófilo Braga, o infante D. Pedro que tanto se interessava pela Universidade de Lisboa: "suscitando a idéa da creação de Collegios junto d'ella, sentiu a falta que a Coimbra fazia o ter sido despojada do seu Estudo geral em 1377", e decidiu criar uma universidade em Coimbra. Teófilo Braga reproduz ainda a carta de doação das rendas da igreja de S. Tiago Almalaguês, de 24 de Maio de 1446, assinada pelo cabido da sé de Coimbra e o prior, chantre e beneficiados de S. Pedro de Almedina, bem como a aprovação, com a mesma data, por parte do bispo de Coimbra, D. Luiz Coutinho (Braga, 1892, 144-148). O projecto morreu com o infante D. Pedro em Alfarrobeira, no entanto, segundo Teófilo Braga, D. Afonso V: "cedo reconheceu que fora instrumento de um ambicioso traidor, e procurou, talvez sob a delicada influencia de sua mulher, D. Isabel, filha do Infante D. Pedro, reparar o attentado em que se achou envolvido". Com efeito, o rei, por provisão de 22 de Setembro de 1450, deu ordem para se instalar uma nova universidade em Coimbra e que, como refere o volume V da

Monarquia Lusitana, para isso, se levantassem outros estudos gerais: "nas mesmas casas das escolas antigas, jũto aos seus paços, que saõ as do Collegio Real, & que esta Vniuersidade tivesse os mesmos priuilegios que a de Lisboa, declarando que naõ cõuinha aver neste Reyno hũa sò Vniuersidade" (Brandão, 2008, 167).

No volume viii dos *Monumenta Henricina,* que abrange os anos de 1443 a 1445, a introdução "Ao leitor" continua a ser de condenação do infante D. Pedro e de elogio a D. Leonor. Após a fuga da rainha para Castela, descreve Dias Dinis: "a intimidação dos infantes aragoneses [irmãos de D. Leonor] a Portugal, com ameaças de guerra, na disjuntiva de não ser atendida aquela sua irmã". Terão feito preparativos, para guerrear Portugal: "sob pretexto de violação da fronteira pelo nosso país". Os planos aragoneses não chegaram a bom termo e o autor lembra: "descoroçoados, provàvelmente, D. Leonor e os irmãos, da possibilidade de invasão do nosso país por terra, projectaram-na por mar" (Dinis, 1967, xi). O sacerdote franciscano refere: "D. Leonor, que emigrara para Castela confiada em que seus irmãos, ao menos pela força das armas, viessem a reconduzi-la na regência de Portugal, via assim desfeitos os seus sonhos" (Dinis, xiii). Regista o sacerdote que, no ano de 1444, o cenário político mudava inteiramente: "El-rei D. João [II, de Castela], apoiado pelo condestável D. Álvaro de Luna, pelos Mestres de Calatrava e de Alcântara e ainda pelo regente de Portugal, conseguia eximir-se da sujeição do rei de Navarra e de D. Henrique de Aragão". Algo que para o director que organizava e anotava os *Monumenta Henricina* era: "mais uma reviravolta política, a redundar em desfavor da grande rainha D. Leonor" (Dinis, xvi-xvii). O autor socorre-se da crónica de Rui de Pina para referir o pedido de D. Leonor ao infante D. Pedro para que existisse concórdia e ela pudesse regressar incondicionalmente a Portugal, não como rainha, mas como irmã menor a quem o regente entregaria o que quisesse e lhe parecesse razoável. Só que, durante as negociações, a 19 de Fevereiro de 1445, D. Leonor morreu em Toledo. Morte que, como a da irmã Maria de Trastâmara – casada com D. Juan II de Castela e Leão –, que também faleceu por aqueles dias em Villacastin, Segóvia, António Joaquim Dias Dinis sem hesitar aponta: "parece indubitável que ambas as rainhas morreram envenenadas, por diligência de Álvaro de Luna e seus adeptos" (Dinis, xxi-xxii), embora sem clarificar se o infante D. Pedro estaria entre esses "adeptos".

Já no volume x dos *Monumenta Henricina,* publicado em 1969 e respeitante aos anos de 1449 a 1451, o padre franciscano, na introdução "Ao leitor", afirma:

> Assistimos à violenta reacção do deposto regente do reino contra el-rei seu sobrinho, sempre esperançado aquele no apoio de Castela, onde Álvaro de Luna andava, porém, demasiado atarefado e preocupado com a própria sobrevivência política para poder dar-lho. Contudo, o duque de Coimbra assumiu uma série de atitudes hostis contra seu rei e senhor, imperdoáveis na época, documentadas pelos cronistas portugueses e, em parte, também pelos arquivos municipais do Porto e de Èvora, as quais necessariamente concitaram contra o infante D. Pedro a opinião régia e de boa soma de fidalgos e nobres do país; porque é de sublinhar tê-los havido de ambos os lados e não apenas da banda de el-rei D. Afonso V (Dinis, 1969, xi).

O autor, reproduz uma série de documentos de grande importância para quem queira conhecer os meandros daquela época nos quinze volumes dos *Monumenta Henricina*, incluindo a carta enviada por D. Afonso V a Castela e ao ducado da Borgonha, onde sua tia D. Isabel, irmã do malogrado D. Pedro, era duquesa (Dinis, 1969, 71-78). Façamos aqui um parêntesis para referir que o padre e historiador Dias Dinis aplicava a historiografia, ou ciência da história, de algum modo também ligada à epistemologia, como a escrita da história baseada no exame crítico das fontes, na selecção de detalhes particulares dos materiais autênticos dessas fontes e a síntese desses detalhes numa narrativa que resiste ao teste do exame crítico, expurgando o erro ou o contencioso e remetendo-nos para a antiga noção de *historia magistra vitae* – a 'história mestra da vida', entretanto abandonada, que nos leva a Cícero e ao tratado *De Oratore*, onde o advogado, político, escritor, orador e filósofo afirma: "*Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?*" [30] (Cicero, 55 a.C., ii, 36).

Apesar de não serem referidos por António Joaquim Dias Dinis, os resultados do memorando de D. Afonso V a Castela e à Borgonha não foram os esperados, dado que as relações com o ducado borgonhês esfriaram muito após a morte trágica do infante D. Pedro, com a negação de sepultura condigna, perseguição e confisco dos bens dos filhos e dos partidários – a única excepção foi a conta no Monte Comum de Florença, deixada em testamento a D. Pedro pelo pai, D. João I. A duquesa D. Isabel acolheu três dos filhos de D. Pedro – D. Jaime, D. João e D. Beatriz – e ajudou-os a encontrar futuro, enviando também uma embaixada à corte de D. Afonso V, liderada pelo deão de Vergy, Jean Jouffroy, que pedia uma sepultura cristã para o infante D. Pedro e a devolução dos bens à mulher e aos filhos, bem como a amnistia e recuperação dos bens por parte dos

[30] Proposta de tradução: Por que outra voz, além da do orador, a história, testemunho do tempo, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, arauto da antiguidade, está comprometida com a imortalidade?

partidários do infante, o que foi recusado. Perante um último pedido para levar os restos mortais do infante para a Borgonha, a fim de lhe ser dado um funeral e jazigo condignos, D. Afonso V, receando um hipotético roubo dos ossos de D. Pedro da igrejinha de Alverca, ordenou a trasladação para o castelo de Abrantes, onde ficaram à guarda de Lopo de Almeida, mais tarde primeiro conde de Abrantes. Também em Castela, os resultados do memorando ficaram aquém das expectativas da corte portuguesa, onde, segundo o próprio padre franciscano e historiador: "ovo mucho enojo el Rey don Juan de Castilla", acrescentando: "decerto, não menos D. Álvaro de Luna, politicamente arrastado na queda do seu ex-aliado de Portugal" (Dinis, 1969, xiii).

A animosidade do sacerdote contra o infante D. Pedro é também visível quando reproduz, no volume iii dos *Monumenta Henricina*, uma carta de Afonso Eanes, contador do rei D. João I a residir em Pisa, datada de 3 de Outubro de 1427 e dirigida a D. Gomes Ferreira da Silva, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença. Reza a missiva, como já vimos no capítulo dedicado às viagens do infante, que D. Pedro com outros senhores tinham desbaratado os turcos, muitos deles presos ou mortos, sendo o infante capitão de 70.000 cavaleiros e que, segundo dizem: "a batalha foj uencida por ele e damlhe dello o louuor e ha onra" (Eanes, 1961, 170). Em nota de pé de página, Dias Dinis comenta: "a muita amizade de Afonso Eanes pelo infante D. Pedro faz-lhe exagerar até este ponto os méritos militares daquele na luta contra os turcos" e, para 'credibilizar' o que diz, recomenda a leitura do estudo de Domingos Maurício intitulado: "O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria". Curiosamente, no artigo mencionado, publicado no vol. 68 da revista *Brotéria*, de 1959, Domingos Maurício (cujo nome completo termina em Gomes dos Santos), descreve uma batalha ganha pelos cristãos húngaros contra os turcos, onde sublinha: "D. Pedro tomou parte nesta jornada, gloriosa para os países cristãos, e à frente dos seus cavaleiros portugueses, deixando esvoaçar ao vento sobre as armaduras os laudéis brancos rubricados no peito com a cruz vermelha dos cruzados, obrou prodígios de valor" (Maurício, 1959, 26). Domingos Maurício, que reuniu uma enorme quantidade de informação sobre a viagem de D. Pedro à Hungria, revela depois que, entre as razões que terão levado o infante a abandonar Sigismundo, estariam, por certo: "o ambiente de intriga e mesquinhas ambições, que o leal e generoso espírito do Duque de Coimbra sempre aborreceu" e que, diz: "tão desbragadamente pululavam entre os aliados alemães da guerra contra os Hussitas, bem como na corte heterogénea do rei da Hungria, comprometendo o bem máximo da segurança da Cristandade". Concluindo que tais

percepções: “acabariam por ferir a sua susceptibilidade e franqueza de carácter” (Maurício, 34). Não podia, pois, Domingos Maurício ser mais elogioso para D. Pedro.

O mesmo não se poderá dizer em relação ao infante D. Henrique que Dias Dinis, tal como Zurara, tanto defendeu e promoveu. José de Guimarães, na “Introdução” à Crónica de Guiné, de Gomes Eanes de Zurara, afirmou que a tomada de Ceuta foi narrada de tal forma: “que o único infante ainda vivo à data da Crónica aparece nela, sozinho, mudando a face de uma batalha, na rua Direita, quando os portugueses fugiam desordenadamente” (Guimarães, 1973, xl). Zurara construiu um arrazoado de enaltecimento ao infante D. Henrique que há quem diga que ele o nomeou como um verdadeiro “príncipe perfeito”. Descreveu D. Henrique como alguém com grande “fortaleza de coração e agudeza de engenho”. Zurara usou e abusou da metáfora, afirmando acerca do ‘seu’ infante: “sem comparação, foi cubiçoso de acabar grandes e altos feitos. Luxuria nem avareza, nunca em seu peito houveram repouso”. E que mais poderia dizer da sua grandeza: “senão que foi extrema entre todolos principes do mundo! Este foi o Principe sem coroa segundo meu cuidar, que mais e melhor gente teve de sua criação” (Zurara, 1973, 22). E mais adiante na prosa, dirigindo-se hiperbolicamente e em sentido figurado ao autor romano Valério Máximo, sublinha: “[tu] que com tanto trabalho ocupaste o teu estudo em apanhar e juntar as forças e virtudes dos nobres e excelentes varões da tua cidade (…), tu não poderás em o superlativo grau falar doutro semelhante”. E mantendo a fórmula exagerada exclama: “onde poderás tu achar um principe tão religioso, um principe tão católico, um principe tão prudente, tão avisado, tão temperado em todolos actos?” Para logo acrescentar: “onde acharas tanta magnanidade, tanta franqueza, tanta humanidade, tanta fortaleza para suportar tantos e tão grandes trabalhos?” (Zurara, 1973, 37).

Antes de José de Guimarães, já o abade José Corrêa da Serra, no primeiro tomo dos *Livros Ineditos de Historia Portugueza*, também referia que Mateus Pisano ao escrever o *Livro da Guerra de Ceuta* (inscrito na colecção de inéditos da Academia Real das Ciências de Lisboa), o fez numa narração sóbria: “e se alguma parcialidade se lhe pode notar, he a favor do Infante D. Henrique, celebrando mais os seus feitos que os dos seus irmãos”. Explica o abade” “este defeito, porém, deve-se atribuir às informações de Gomes Annes, de cuja mão confessa o author ter recebido materiaes para a obra”, ou, por outro lado: “como tambem he muito natural, à inclinação que todos os homens de letras daquelle tempo tiveram ao Infante D. Henrique, que solidamente os protegia, e a quem eles pagarão

com larguíssima usura a sua protecção" (Serra, 1790, 5). Pode dizer-se que esta forma de subsidiodependência se prolongou ao longo dos tempos e que subverte a verdade.

Domingos Maurício Gomes dos Santos, também ele padre, mas jesuíta, além de ensaísta e historiador, na obra *D. Duarte e as Responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, revela que, após o desastre: "as realidades tornaram-se duras, bem depressa. Além do atraso, que a ida por terra, ocasionara, o Navegador, tão feliz na sua ideia de expansão marítima e na realização dela, começava a revelar-se, logo de começo, péssimo general" (Santos, 1960, 59). Explica o autor que ficara em Portugal um quarto ou mais das tropas previstas para o ataque a Tânger, isto é, uns 3.500 soldados, acrescentando que parte dos navios de Inglaterra, provavelmente todos os da Flandres e grande número dos de Castela: "falharam por embaraços sobrevindos" (Santos, 67). A quem pedirá contas o tribunal da História? questiona-se Domingos Gomes dos Santos, para logo responder: "as responsabilidades do desastre (…), cabem, se não exclusivamente, ao menos principal, directa e imediatamente, a D. Henrique", sublinhando: "mal assumiu a chefia da expedição, o infante deu provas da mais completa inabilidade". E como remate: "das cinco coisas que, segundo D. Duarte, 'pertencem a hum bom capitão': *labor in negocijs, fortitudo in periculis, jndustria in agendo, celeritas in conficiendo, consilium in prouidendo*, as três últimas faleciam, por completo, ao Navegador" (Santos, 69). Porque, mais do que a falta de um quarto das tropas, a movimentação lenta das hostes, o desconhecimento da topografia, o descuido das munições e, sobretudo, das vitualhas, deixadas longe do acampamento: "davam razão de sobra, bem consideradas as coisas, para o sequestro a que ele se condenou após o desastre". Já no que se refere a D. Duarte, Domingos Gomes dos Santos assume que a maior responsabilidade do então rei perante a história: "será, apenas, a da cega confiança depositada nas qualidades de D. Henrique" (Santos, 70). Ou seja, não parece ser por razões religiosas que se amesquinha a memória do infante D. Pedro e se enaltece a do irmão D. Henrique. Talvez se explique antes por opções políticas ou de alguma espécie de clã por parte do autor.

António Joaquim Dias Dinis até parece procurar manter um certo equilíbrio nos *Monumenta Henricina* em relação aos documentos políticos e sociais reproduzidos. O mesmo não se pode dizer dos textos introdutórios e de algumas notas onde, como já vimos, não esconde a reprovação do infante D. Pedro e a grande admiração pelo infante D. Henrique – seguindo assim a política do Estado Novo de exortação nacionalista a partir da pretensa vocação apostólica daquele infante e do desejo de dar a conhecer "novos

mundos ao Mundo", como referia a propaganda de então – e também pelo rei D. Afonso V, não ferindo igualmente as figuras de D. Afonso, duque de Bragança, de D. Afonso, quarto conde de Ourém e marquês de Valença, ou de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa. Existe, no entanto, um ou outro ponto onde o autor da obra se 'esquece' de alguns factos e também omite documentos. É o caso do arcebispo de Lisboa, que, como referido, teve sete filhos de duas mulheres distintas e, inclusive, legitimou, pelo menos, dois deles. O autor desta obra, padre franciscano, como já foi dito, não reproduz a carta de legitimação dos filhos, de 13 de Agosto de 1444 (em plena regência), nem refere em parte alguma a vida marital daquele prelado [31] (Ver anexo 23). Considerado uma figura de grande influência na corte portuguesa da primeira metade do século XV, D. Pedro de Noronha conspirou desde cedo contra o infante D. Pedro (Pina, 1977, 597-598) e esteve presente na chamada batalha de Alfarrobeira. Pediu depois a absolvição desse pecado ao Papa Nicolau V, o que aconteceu (Dias Dinis também não o refere), segundo Humberto Baquero Moreno, a 1 de Janeiro de 1451, quando o Sumo Pontífice lhe concedeu autorização para escolher confessor: "de modo a ser absolvido de qualquer irregularidade canónica por ter participado no conflito" (Moreno, 1980, 900).

Sobre aquele prelado existem ainda outras insinuações, como a de um cronista castelhano anónimo que na obra *Crónica de Enrique IV*, escrita em latim, não se sabe em que data, faz referência à co-regência em Portugal, entre D. Leonor e o infante D. Pedro. A obra, em cinco volumes, começa por fazer uma apreciação do duque de Coimbra: "era por lo demás el Regente persona de grandes prendas, y tenido por intrépido, avisado, íntegro, de gran templanza y digno del más alto grado de grandeza", mas porque ambicionasse: "todo el honor para sí solo, ya por el deseo de evitar los males que ordinariamente acarrean las pasiones de las mujeres, las cuales por lo común adoptan ó sugieren los peores consejos", ou ainda porque: "en fin, no pudiera oír con paciencia la acusación del vulgo de que D. Leonor mantenía ilícitas relaciones con el arzobispo de Lisboa [D. Pedro de Noronha], al cabo, y bajo especiosos pretextos, expulsó á los dos del território" (Palencia, 1904, 43-44). Curiosamente, o autor refere que, ao contrário do que diziam os inimigos do infante, não existia proximidade entre este e D. Álvaro de Luna, dizendo que o condestável de Castela no tempo de D. Juan II aproveitou: "la circunstancia para trabar nueva amistad

---

[31] O celibato dos clérigos foi a principal reforma do primeiro concílio de Latrão, em 1123, confirmado pelo segundo concílio, também de Latrão, em 1139.

com D. Pedro" (Palencia, 44). A autoria desta crónica, muito sustentada nas afeições e nos ódios que marcavam, frequentemente, a vida política daquela época, começou a levantar fortes dúvidas entre os investigadores. Atribuída durante séculos a Alfonso de Palencia, historiador, gramático e político castelhano (1423-1492), a obra ficou, a partir de 1993, sem autor confesso.

5.3 – O mais recente ataque à memória de D. Pedro

João Paulo Oliveira e Costa, catedrático de História na Universidade Nova de Lisboa e investigador do CHAM – Centro de Humanidades, num texto sobre o infante D. Pedro publicado online pelo Padrão dos Descobrimentos/EGEAC, em 2020, afirma a dado passo: "se D. Henrique foi, indiscutivelmente, o responsável pela génese dos Descobrimentos e pelo desencadear do fenómeno da primeira globalização, foi D. Pedro, por sua vez, quem deu a esse processo uma dimensão política" e acrescenta que D. Pedro concretizava assim: "uma doutrina de domínio dos mares que havia sido ensaiada pela primeira vez um século antes, por seu bisavô, o rei D. Afonso IV". E que política era essa? Em 1443, D. Pedro, em nome do rei, concedera, de forma vitalícia, a D. Henrique, o exclusivo da navegação a sul do cabo Bojador, proclamando, como salienta Oliveira e Costa: "que a Coroa portuguesa tinha direitos sobre essas águas" (Oliveira e Costa, 2020). Mas, a partir daí, o tom da prosa começa a endurecer em relação ao infante D. Pedro.

O articulista afronta os escritos de Vitorino Magalhães Godinho, na *Expansão Quatrocentista Portugesa*, quando afirma que, sob a regência e governo de D. Pedro, ou seja, durante oito anos: "exploram-se 198 léguas de costa africana, ao passo que nos 12 anos seguintes se descobrirão tão só 94 léguas (o que é pouco mesmo atendendo à maior dificuldade de navegação)" (Godinho, 2008, 199). Oliveira e Costa comenta que "os autores" de "tão mirabolante argumento" esquecem: "que no período coincidente com a regência de D. Pedro as caravelas reconheceram a costa saariana, árida e pouco povoada, o que permitiu aos descobridores percorrerem então longas distâncias numa só viagem". E, de seguida, explica: "após a passagem do rio Senegal, os navegadores passaram a encontrar numerosas povoações, com mercados riquíssimos e povos de línguas diferentes, o que fez diminuir naturalmente o ritmo de progressão das descobertas" (Oliveira e Costa, 2020). É caso para dizer que, curiosamente, 1444 – data em que o próprio situa a passagem do rio Senegal – se situa precisamente a meio da regência de D. Pedro. Mas, mais do que isso, a crítica de Magalhães Godinho não é ao infante D. Henrique, envolvido

nos dois períodos referidos, regência do infante D. Pedro e reinado de D. Afonso V até à morte, em 1460, mas ao rei "Africano" (Ver apêndice 4).

Magalhães Godinho, que foi também catedrático da Universidade Nova de Lisboa na área da Sociologia, deixa crítica bem patente quando afirma: "com D. Afonso V é o período aúreo dos feitos militares além-estreito, o período morto das descobertas", para depois sublinhar que as expedições marítimas só prosseguiram quando, em 1469, o rei arrendou a Fernão Gomes, por cinco anos, o monopólio do comércio no golfo da Guiné contra uma renda anual, comprometendo-se o mercador a explorar, anualmente, 100 léguas da costa africana, contrato que foi depois prorrogado por mais um ano. Godinho sublinha: "durante seis anos continuam os navegadores, a cargo desse burguês, a exploração metódica da costa africana". Com o fim do contrato, em 1475, refere que, a partir de então: "o Príncipe D. João [futuro D. João II] encarrega-se dos negócios ultramarinos" (Godinho, 2008, 198). D. Afonso V, como a maior parte da nobreza portuguesa, preocupava-se mais com a conquista de territórios no Norte de África do que com a exploração da costa africana, o que, de facto, só aconteceu com o príncipe e depois rei D. João II.

Em momento algum, Oliveira e Costa se refere a um mau governo de D. Pedro durante o período da regência, mas o final do texto é demolidor para o infante. Afirma o historiador: "D. Pedro não fora capaz de manter uma relação de confiança com D. Afonso V, e após ter abandonado a regência não resistiu às intrigas que seus inimigos urdiam junto do jovem rei" (Oliveira e Costa, 2020). Reconhece que existiam inimigos do infante que urdiam intrigas junto do rei, mas a culpa fora do infante que não conseguira manter uma 'relação de confiança'. Recorde-se que o rei tinha então 17 anos, o que, segundo a classificação do pai, D. Duarte (ver p. 81), era um adolescente, o mesmo acontecendo com a classificação actual da UNICEF e da OMS [32]. Dizer que D. Pedro não fora capaz de manter uma 'relação de confiança' com o rei adolescente é retirar a culpabilidade aos inimigos que urdiam intrigas e atirá-la para a vítima que nunca teve oportunidade de expor as suas razões (por impedimento dos referidos inimigos). Armindo de Sousa, no volume 2 da *História de Portugal*, produz uma afirmação diferente ao falar da educação de D. Afonso V, onde diz que a infância teve um papel decisivo: "não nos admiraria que o maior

---

[32] Para a UNICEF e a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência – fase da vida entre a infância a idade adulta –, situa-se entre os 10 e os 19 anos. https://www.unicef.org/adolescence https://www.who.int/health-topics/adolescent-health#tab=tab_1

fracasso político do infante D. Pedro viesse a revelar-se aí, no modo como educou ou consentiu que fosse educado o rei, seu sobrinho e genro, de quem era tutor e curador oficial". E explica: "porque, com efeito, o D. Afonso V adulto mostra ter sido educado no apreço de grandes feitos e epopeias arcaicas à custa do presente e do pragmatismo governativo" (Sousa, 1992, 505). Já Luís Miguel Duarte, em *Justiça e Criminalidade no Portugal Medievo (1459-1481)*, salienta: "é difícil não sentir alguma simpatia por este rei", D. Afonso V, e avança as razões: "não o deixaram ser cruzado, nem rei de Espanha, nem de África, nem peregrino em Jerusalém, nem frade, nem nada". Duarte termina a citar Orson Welles quando, em entrevista a Kenneth Tynan, disse: "the theater, like ballet and grand opera, is already an anachronism" (Tynan, 1967), porque a vida de D. Afonso V lhe merece um comentário: "ao anacronismo que foram estes cinquenta anos mal cumpridos, só apetece juntar um adjectivo: triste" (Duarte, 1993, 113).

Segundo as leis actuais, o infante D. Pedro foi sujeito a crimes particulares, a saber injúrias e difamação, e a um crime público, homicídio. Ainda assim, Oliveira e Costa afirma: "enleado na armadilha em que se deixou cair, D. Pedro tombou ferido de morte durante a batalha de Alfarrobeira, a 20 de Maio de 1449". Ora, Rui de Pina, na *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, explica que o besteiro que matou o infante D. Pedro era bem conhecido e tido como muito hábil entre os demais besteiros e também diz que aquele grupo de soldados se encontrava camuflado num arvoredo, sobre a água, de onde, sem serem vistos, disparavam sobre o arraial do infante (Pina, 1977, 746-747). João Paulo Oliveira e Costa prefere falar da batalha de Alfarrobeira – terá sido inadvertidamente? –, quando a desproporção de forças era tão grande que o confronto teria sido um massacre se não acabasse tão depressa, com as mortes de D. Pedro e de D. Álvaro Vaz de Almada. O historiador termina dizendo que aquele foi: "o único confronto militar do século XV em que um senhor privado enfrentou a hoste real". Ignorou propositadamente o episódio de Lamego, em 1441, onde o meio-irmão de D. Pedro e D. Henrique, então conde de Barcelos, enfrentou o exército real, comandado pelos dois irmãos em nome do rei D. Afonso V. Nessa altura, porém, procuraram e conseguiram a concórdia entre as partes, o que talvez justifique o apagamento ou a amnistia – segundo Ricoeur: "l'institution de l'amnistie ne peut répondre qu'à un dessein de thérapie sociale d'urgence, sous le signe de l'utilité, non de la vérité" (Ricoeur, 589). Em 1449, o exército real de D. Afonso V integrava também o do duque de Bragança, e juntos, contavam com perto de 30 mil homens – o maior exército alguma vez reunido até então por portugueses. Em Aljubarrota,

por exemplo, estavam 6.500 soldados do lado português contra os mais de 30 mil da hoste castelhana (Lopes, 1977, 84) –, face aos seis mil do exército do infante D. Pedro, de cujas fileiras, desde a passagem por Alcoentre, milhares tinham desertado e fugido, depauperando a já reduzida hoste. Além disso, é preciso ter em conta que D. Pedro não tinha intenção de guerrear, como também não parecia ter D. Afonso V, mas os inimigos do infante – D. Afonso, duque de Bragança, D, Afonso, conde de Ourém e mais tarde marquês de Valença, o arcebispo de Lisboa e o irmão, D. Sancho de Noronha, conde de Odemira –, esses sim, estavam interessados em que houvesse luta e o infante D. Pedro perecesse.

5.4 – A construção da memória do duque de Coimbra

A memória do infante D. Pedro, duque de Coimbra, tem-se construído, como dissemos, a partir das menções, comentários, registos e comemorações de que foi alvo durante quase seis séculos, porque não existe uma imagem que se possa atribuir com segurança ao infante, porque muito do que então existia em arquivos desapareceu ou foi destruído e porque também quase não existem, preservados, obras de arte ou edifícios, a não ser alguns castelos, do seu tempo. As referências positivas em relação ao infante D. Pedro começaram no final do século XV, quando Rui de Pina, na *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, afirma: "ho Yfante Dom Pedro por certo foy hum syngullar Pryncepe, dino de louvor antre os bõs e louvados Pryncepes, que no mundo em seu tempo ouve" (Pina, 1977, 753), acrescentando: "foy Pryncype de grande conselho, prudente, e de viva memoria" (Pina, 754), considerando-o igualmente dotado de grande siso, mansidão e temperança, assim como inclinado à virtude e à piedade. Em relação às qualificações do duque de Coimbra, Rui de Pina expõe: "foy bem latinado, e assaz mistyco em ciências e doutrinas de letras, e dado muito ao estudo", para depois enumerar as obras que traduziu de latim: "o *Regimento dos Pryncepes*, que Frey Gil Correado compôs, e assy tirou o lyvro dos *Offycios* de Tulio, e Vegecio *De Re Militari*, e compôs o livro que se diz da *Virtuosa Bemfeytorya* com huma confysam a qualquer Cristão muy proveytosa" (Pina, 754).

O século XVI voltou a debruçar-se sobre o infante D. Pedro, não pela vida, pela obra ou pelas causas da morte, mas, sobretudo, por causa do conteúdo do mapa que o duque de Coimbra teria trazido de Veneza. António Galvão, no *Tratado dos Descobrimentos*, publicado pela primeira vez em 1563, afirma que a viagem do infante D. Pedro pela

Europa o levou, entre outros destinos, a Roma e Veneza, e afiança: «trouxe de là hum Mappamundo q̃ tinha todo ambito da terra, e o Estreito do Magalhães se chamava, Cola do dragaõ», – cauda do dragão, em castelhano – assim como «o Cabo de Boa Esperança, Fronteira de Africa». Filho de Duarte Galvão, diplomata e cronista-mor de D. Afonso V, o autor admite, por isso, a possibilidade do conhecimento antecipado de uma passagem entre os dois oceanos (Galvão, 1731, 22). Outros investigadores também se referiram ao mapa trazido pelo infante D. Pedro de Veneza, começando por Gaspar Frutuoso, um historiador e prelado açoriano que, na obra *As Saudades da Terra*, manuscrita no século XVI, assume posição idêntica à de António Galvão relativamente ao duque de Coimbra (Frutuoso, 1586-1590, livro iii, cap. i, 3).

O século XVII fica marcado por Duarte Nunes de Leão (1530-1608), que escreveu a *Cronica e Vida del Rey D. Affonso V*, só publicada, postumamente, pela primeira vez, em 1643. Na descrição do jurista, linguista e historiador, tratou-se de uma cabala montada pelo meio-irmão e pelos demais inimigos do infante D, Pedro que se atarefavam em intrigar junto do jovem rei D. Afonso V, auxiliados por alcoviteiros, como um protonotário de nome Berredo, filho de Gonçalo Pereira de Riba Vizela, muito provavelmente Martim Mendez (ou Mendes) de Berredo. Leão atribui-lhe: "muita audacia, e malicia, e pouca vergonha". Manhas, entende, "mui necessarias para quem quer ter valia nas casas dos Reys, cm que a modestia, e a verdade, e a liberdade se tem por moeda naõ corrente". Segundo o cronista: "este por industria do Conde de Ourem, e do Duque veio a Corte por semear cizania entre el Rey, e o Infante D. Pedro", ao que acrescenta: "achando disposiçaõ em el Rey, que era moço, e credulo, e de condiçaõ muito singello, dizia-lhe muitas cousas em segredo contra o Infante" (Leão, 1975, 830).

Relata Duarte Nunes de Leão que, para tecer melhor a teia que andava a urdir, o dito Berredo fazia-se grande servidor do infante D. Pedro, com quem conversava intimamente. Depois trazia falsas novidades ao rei que ficava ainda com mais suspeitas do infante, fazendo-lhe crer: "que trazia contra elle maos pensamentos, a fim de reynar elle, e fazer seus filhos grandes". E para persuadir o rei destas mentiras: "dizia que era grande servidor do Infante, e que delle recebera mujtas mercês, e honras". Mas, assegurava: "que mais obrigado era a seu Rey, e senhor, e que lhe descobria o que passava, como bom Portuguez, e leal vassallo". Para o cronista, este Berredo, representava tão bem o seu papel que se insinuava na vontade do rei. Quando, em 1448, o rei foi de Santarém a Torres Novas, avistar-se com o conde de Ourém, este fez-lhe crer: "que era grande afronta sua andar o

Infante na Corte; porque todo o mundo cria, que elle era o que governava, e regia; e que por isso o seguiaõ, e faziaõ mais caso do Infante, que delle". Razões pelas quais, e muitas outras: "o avia de fazer ir [ao infante] da Corte, e despedillo de si; e que para o fazer com menos pejo, naõ tornasse a Santarem, e mandasse por outrem dizer ao Infante sua vontade" (Leão, 1975, 830).

As intrigas continuaram depois da partida do infante de Santarém para o ducado de Coimbra e até se pode dizer que recrudesceram. Um ano mais tarde, em 1449, o duque de Coimbra soube, por carta da filha – a rainha D. Isabel – que o rei tinha intenção de o cercar nas suas terras de Coimbra e que lhe restava uma de três hipóteses: o degredo fora do reino, a prisão perpétua ou a morte. Era do conhecimento do infante D. Pedro que a filha não enviaria tal carta sem a aprovação do marido, pelo que, de imediato, se apercebeu que o fim estava próximo. O cronista refere que o infante reuniu os amigos mais chegados, leu-lhes a carta e, conta Nunes de Leão: "com os olhos cheios de agoa, levantados ao Ceo", disse:

> Que se queixava a Deos, e aos homens, e mais a elles, que o ouviaõ, como a participantes de sua fortuna, aos quaes descobria sua tençaõ, que era tomar a escolha da morte por mais honra sua, e descanço; porque quanto á pena do desterro, nunqua Deos quizesse, que sendo elle filho legitimo de tal Rey, e que com tanta honra sahira de seus Reynos, e pellas Provincias, e Reynos estranhos, por onde andara, fizera a outros tantas mercês, ouvesse a sua velhisse de andar per terras alheas, pedindo esmolas; e que quanto á pena de prizaõ, naõ consentiria naquella idade de sincoenta e sete annos ferros de justiça em suas carnes; e que lhes rogava, que considerando as qualidades de sua pessoa, e sua preheminencia, lhe dissessem ao outro dia seu parecer. E que o seu era partirse logo, e ir ao caminho esperar a el Rey, e pedirlhe justiça, e vingança de seus inimigos; e quando a naõ alcançasse, se contentaria acabar como Cavalleiro; e que protestava, que tudo fazia como bom, e leal vassallo, e servidor del Rey seu senhor (Leão, 1975, 843).

O tema do mapa trazido pelo infante D. Pedro das viagens pela Europa tem voltado, ciclicamente, à ribalta e, no século XVII, Manuel de Faria e Sousa, na *Europa Portuguesa*, refere: "[el] Cabo de Buena Esperança, que en un Mapa que el Infante Don Pedro truxo de sus peregraciones se llamava Frontera de Africa", identificando ainda outro, idêntico, datado de 1380, encontrado no Cartório do Real Mosteiro de Alcobaça em 1528 (Faria y Sousa, 1679, 334). O mesmo autor descreve os mesmos mapas, com idênticas palavras, na *Epítome de las Historias Portuguesas* (Faria i Sousa,1628, 509). Quatro décadas mais tarde, em 1717, o padre António Cordeiro publicou a *História Insulana*, onde relata, com base no tratado de António Galvão, a existência de um mapa

que o infante D. Pedro trouxera de Veneza: "em que estava já todo o âmbito da terra, & jà o Estreito [que depois se chamou de Magalhães] a que chamavão Cola do Dragaõ, & o Cabo de Boa Esperança, & a fronteira de Africa". Mas também revela que Francisco de Sousa Tavares relatara a António Galvão que vira nas mãos do infante D. Fernando, filho de D. Manuel, um mapa oriundo do Cartório de Alcobaça: "que continha toda a navegação da India, com o Cabo de Boa Esperança, & devia ser o que o Infante D. Pedro comsigo tinha trazido", acrescentando: "de tal Mappa se devia fazer o nosso descobridor o Infante D. Henrique, & das noticias havidas dos Venezianos, para mandar fazer os descobrimentos destas novas Ilhas", dos Açores (Cordeyro, 1717, 97).

Manuel de Faria e Sousa, que foi cavaleiro da Ordem de Cristo e publicou quase todas as suas obras em castelhano, fez um resumo brilhante dos últimos tempos do infante D. Pedro. Inocêncio Francisco da Silva, no *Diccionario Bibliographico Portuguez*, define Faria e Sousa como: "um dos homens mais eruditos do seu século, gosando por aquelles tempos de uma elevadissima reputação litteraria que, longe de conservar-se intacta, diminuiu consideravelmente com o correr das annos, e com o progresso do bom gosto e dos estudos críticos" (Silva, 1860, 413). Faria e Sousa, fidalgo, poeta, critico, historiador, filólogo e moralista, na obra *Epitome de las Historias Portuguesas*, publicado em Madrid em 1628, resume Alfarrobeira, antecedentes e consequências, desta forma:

> Resolviose el Infante en q̃ le convenía bolver a la Corte por dar satisfacion de si contra lo que sus contrarios cada dia le acomulavan, i temiendose dcllos acompañado de un golpe de gente armada, vino caminando con diciplina militar. Hallò la malicia i el temor nuevo lance, persuadiendo al Reí que aquellas armas venian a despojarle de la Corona (como ya por semejante acõpañamiento q̃ Turno llevava afirmò Tarquino a los de Lacio que vénia a matarlo para sucederle en el Imperio, de que resultò la muerte del inocente Turno) i èl creyendolo le salio al encuentro con treintamil hombres de guerra. Marchava el yerno a buscar culpas en el suegro, el suegro a mostrarse sin ellas, hasta que teniendo vista unos de otros, huvo arrebatadamente (quatro leguas de Lisboa) aquella confusa batalla que llaman de Alfarroubeira, arroyo mas nombrado por la sangre derramada en sus margenes, que por el caudal de su corriente, a donde sin saberle como, ò porque se peleava, murio el Infante, que en su defensa avia hecho maravillas, i el Conde de Abranchez con el valerosamente: cumpliendo lo que avian jurado en una Hostia consagrada de morir el uno quando el otro. Esta muerte se profetizò don Pedro (assi como en Roma el Emperador Pupieno) porque pidiendole la ciudad de Lisboa licencia para levantarlo estatua por elogio perdurable de sus obras, dixo: Dexaldo, porque tiẽpos vendrán en q̃ vos i los vuestros quebrãdo los ojos a la misma imagen, ayudareis a su caìda i su ruìna. Tres días estuvo en el campo sin fepulrura, porque passando el

> odio aun mas allá de la muerte, hizierõ creer al Rei que avia sido aquella una batalla justa, i aquel el estilo cõ los vencidos; vengança indigna de animo Real, i usada injustamente con tal Principe, mas padecida muchos siglios antes de Servio Tullo, quando Tarquino el Sobervio que le sucedio matandole, le negò sepulcro. Suegros fuerõ los ofendidos, yernos los ofensores. Mas bien se puede dezir del, como del famoso Germanico, que si despues le enterraron sin pompa, no le pudieron quitar el merecerla. Tal el remate de los dias de un Heroe, que no merecio dcsprecios. Mancha que en los primeros passos de tal Rei solamente se limpia con saberse, que los dava sujeto a animos apassionados, i que no tenia edad para conocerlos (Faria i Sousa, 1628, 479-480).

Sempre fiel aos clássicos, Manuel de Faria e Sousa comparou a morte profetizada por D. Pedro à do imperador romano Pupieno, em 238, a quem a guarda pretoriana matou, por não ter apoiado a nomeação do imperador e temendo ser substituída pela guarda germânica de Pupieno. Também recordou um outro episódio de Roma, quando, no século VI a.C., Sérvio Túlio, que foi o sexto rei de Roma, casou duas filhas com membros da família Tarquínio. Um dos genros, Tarquínio, o Soberbo, resolveu degolar o sogro para se transformar no sétimo rei de Roma. Evocou, por último, o caso de Germânico, um general romano da viragem para a Era Comum, que terá sido envenenado por Pisão, um político, também romano, que o deixou sem sepultura. Assim que se soube, em Roma, da morte de Germânico, que o povo comparava a Alexandre o Grande, e a quem vaticinava o cargo de próximo imperador, o que irritava Tibério e lhe causava ciúmes, iniciou-se, mesmo sem ser decretado pelo Senado, um período de luto. Depois fizeram-lhe um funeral com grande afluência e muitos discursos, incluindo do próprio Tibério e, mais tarde, um julgamento, durante o qual Pisão apareceu morto, uns dizem que por suicídio, outros porque Tibério temia vir a ser implicado no caso.

Ainda no século XVII, Frei Luís de Sousa (1555-1632), na primeira parte da *História de S. Domingos*, faz referências aos túmulos de D. João I e D. Filipa de Lencastre, bem como de cada um dos filhos que jazem no Mosteiro da Batalha. Sobre o infante D. Pedro afirma que, além de duque de Coimbra e senhor de Montemor, foi: "Governador deste Reyno na menoridade del Rey dom Afonso V seu sobrinho, e genro, por tempo de onze annos, que se affirma foy o mais inteiro, e santo governo, que nelle em muitos annos se gozou". Discorre em seguida sobre as viagens do infante e as sete partidas que o povo diz que percorreu: "naõ ha duvida que correo muitas terras, e em Alemanha se achou com o Emperador Sigismundo em alguns feitos notaveis: e de Italia passando por Padua trouxe algumas reliquias do nosso Portuguez Santo Antonio, que deu à sua Igreja de Lisboa".

Quanto ao desaparecimento, salienta: "foy indigna de suas grandes virtudes a morte, com que acabou (paga vergonhosa, e costumada do mundo, pera que ninguem se engane com elle, e segredo ineffavel do Altissimo)". E acrescenta: "morreo em huma batalha (chamaõlhe da Alferroubeira as memorias antigas) em que só elle era buscado, e quasi só elle morreo, merecendo só viver". As razões que o levaram a traçar estas linhas são assim explicadas: "merecenos esta memoria, porque sabemos que foy grande afeiçoado da Ordem de S. Domingos; em tanto grào, que todas as vezes que se offerecia tratar dos filhos della, eraõ suas palavras como se fora hum delles, dizendo os Frades da nossa Ordem" (Sousa, 1767. 1ª parte, livro vi, cap. xv, 627).

Em 1730, José Soares da Sylva, na obra *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo D'El Rei D. João I, do ano de 1383 até ao ano de 1433*, referiu-se à morte do infante D. Pedro dizendo que a infanta sua mulher teve de sair: "dos Paços, em que vivia em Coimbra, a buscar as choupanas, em que salvar a vida, que trazia ameaçada do mesmo golpe, que a tirou ao marido", os filhos: "fugindo do mesmo ferro andassem peregrinos, e desterrados por terras estranhas, depois de prezos, e escondidos na sua" e os amigos e criados: "prizioneiros e fogitivos, (naõ fallando nos mortos) fossem objecto do ódio, e emprego da vingança, privados dos Officios, e das honras, que possuhiaõ", enquanto os inimigos: "podessem sem embaraço senhorearse totalmente da vontade de hum Principe, que quando cuidava que fazia a sua, entaõ he que a naõ tinha" (Sylva, 1730, 363-364). Soares da Sylva refere que, nos cinquenta e sete anos de vida, o infante D. Pedro: "gastou todos no serviço do Reyno, naõ só nas vidas de seu pay, e de seu irmaõ, mas na de seu sobrinho, em cuja educação obrou o que se podia esperar do seu juizo, e da sua Christandade" (Sylva, 364). Deixou-nos uma última referência ao facto de: "na Livraria que foy do Cardeal de Sousa, e existe na Cafa dos Duques de Lafoens, Marquezes de Arronches, se acha hum livro de quarto, que contém as obras Poéticas do Infante D. Pedro" e um pormenor importante: "diz no fim, que foraõ impressas nove annos depois de inventada a famosa Arte da Imprimissaõ, (saõ palavras do mesmo livro) porém naõ declara o anno em que se imprimio" (Sylva, 366). Desafortunadamente, a biblioteca e o palácio referidos foram destruídos num incêndio subsequente ao terramoto de 1755. Este académico deixa, assim, antever que um dos primeiros livros impressos em Portugal terá sido a obra poética do infante D. Pedro, duque de Coimbra.

Também a nível internacional, se escreveu sobre o drama do duque de Coimbra. Lequien de La Neufville, historiador francês, deu à estampa, em 1700 uma *Histoire Générale de Portugal*, onde descreve a forma malévola com que o duque de Barcelos, a quem teima em chamar conde, e os seus acólitos intrigaram junto do rei para levar à perdição do infante D. Pedro, da família e dos que estavam com ele. La Neufville afirma a dado passo:

> Cependant le Comte de Barcellos, outré de n'avoir pu traverser le mariage du Roy, n'oublia rien pour détruire, & pour perdre Pierre Duc de Coimbre, dont il étoit frere naturel. Plein de cette mauvaise disposition, il tâcha d'inspirer au Roy une défiance génerale du caractére de ce Duc; il luy dit qu'il avoit mal-versé durant la Régence; qu'il s'étoit fait des créatures; qu'il avoit uniquement contribué à la mort Roy Edouard son pere & la Reine Leonore sa mere, lesquels avoient été empoisonnez, & qu'enfin, dans l'espérance de monter sur le trône, il avoit attenté à sa propre personne, ce qui par une particulière protection du Ciel n'avoit pas réüssi (La Neufville, 1700, tomo i, 420).

Uns anos mais tarde, em 1735, Nicolas de La Clède, conhecido como Mr. de La Clède, publicou a *Histoire Generale de Portugal*, em oito volumes. La Clède faleceu um ano mais tarde, em 1736, mas a obra foi alvo de diversas outras edições, incluindo uma em português, publicada em Lisboa, em 16 volumes e duas edições, entre 1782 e 1797. O cardeal Saraiva, encarregou-se, no século XIX, de zurzir a versão de Mr. de La Clède. Apesar de algumas incorrecções, cabe-nos, no entanto, afiançar que Nicolas de La Clède seguiu de perto a versão dos acontecimentos relatada por Rui de Pina na *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*. Exemplo disso é esta passagem do primeiro volume, onde dá conta das mentiras e intrigas contra o infante D. Pedro:

> Pour perdre sans ressource le Régent dans l'esprit du Roi, le Comte tâcha de gagner ses bonnes graces, en devenant lâchement son flateur. Le Roi charmé de sa complaisance, ne pouvoit plus s'en passer. Au contraire, il fuïoit Dom Pedre, toujours prêt à le blâmer, & qui l'exhortoit à s'appliquer plus sérieuiement qu'il ne faisoit aux affaires. Le Comte de Barcelos, au lieu de loüer le zele de Dom Pedre, le tournoit en ridicule, ou l'empoisonnoit: il faisoit entendre au Roi, qu'il étoit honteux à lui d'abandonner les rênes de l'Etat à un homme, qui ne s'en servoit, que pour cimenter sa puissance d'une manière à ne recevoir de loi que de lui-même; qu'il avoit chassé du Roïaume la Reine sa mere, parce qu'elle avoit voulu s'opposer à son ambition; qu'il gouvernoit actuellement avec une hauteur, qui révoltoit tous ses sujets; qu'il épuisoit les finances en des dépenses inutiles; qu'il pilloit de tous côtés, pour assouvir son avarice, & qu'il étoit à craindre qu'il ne se servît des richesses qu'il amassoit, pour le faire descendre lui-même du Trône, s'il ne le prévenoit en lui ôtant la Régence, & en l'exilant de la Cour (La Clède, 1700, tomo I, 439-440).

Em Portugal, também António Pereira de Figueiredo, deputado da real mesa censória e oficial das cartas latinas da rainha, publicou, em finais do século XVIII, mais concretamente em 1785, a obra *Elogios dos Reis de Portugal, em Latim, e em Portuguez*, ilustrada com notas históricas e críticas. Um trabalho que foi dado à estampa já depois da morte do rei D. José, quando a mulher, D. Mariana Vitória de Bourbon, filha de Filipe V de Espanha, assegurava a regência do reino. Afirma o autor, a propósito do infante D. Pedro:

> Este he aquelle Infante D. Pedro, que no tempo que viajava por diversas Regiões da Europa, ajudou muito ao Imperador Sigismundo na guerra contra os Turcos: aquelle que traduzio em Portuguez o Livro de Gil Correia *Do Governo dos Principes*, e os Officios de Cicero, e o Livro de Vegecio que trata da *Milicia*: aquelle que por ElRei D. Affonço V, sendo menino, governou Portugal com summa prudencia, e inteireza; aquelle que depois de ter obrado grandes feitos na paz, e na guerra, por ultimo malquistado com ElRei pela inveja, e malevolencia de seus émulos, e atacado por elle em Batalha rota, morreo pelejando valerosamente no recontro d'Alfarrobeira junto á Villa d'Alverca (Figueiredo, 1785, 135).

5.5 – Mitos e lendas

Mitos e lendas assumem um papel determinante na construção de memórias, verdadeiras ou falsas, que se transmitem nas comunidades de geração em geração, heroicizando ou denegrindo figuras relevantes na memória cultural dos povos. Do ponto de vista teórico, Roland Barthes, como já atrás referimos, explicou o mito como dois sistemas semiológicos, em que um é deslocado em relação ao outro, e em que existe uma metalinguagem, por se tratar de uma segunda língua, ou linguagem, na qual se fala da primeira (Barthes, 2018, 267). O carácter do infante D. Henrique é pouco abordado, embora seja, por vezes, descrito como um coração duro e desapiedado em relação aos outros, mesmo ao irmão D. Fernando, que ficou cativo em Marrocos. Existe, no entanto, uma descrição vívida e pulsante de emoção por parte de Antoine de La Salle em relação ao terceiro filho de D. João I. Já vimos como Zurara o coloca sozinho nas ruas de Ceuta, mudando o curso dos acontecimentos quando os portugueses fugiam desordenadamente. La Salle, escritor e soldado francês, ligado aos duques de Anjou, que participou na conquista de Ceuta, lembra os factos de modo distinto, deixando-nos uma outra visão dos acontecimentos e detalhando a morte de Vasco Fernandes de Ataíde, aio do infante D. Henrique. Foi nas *Consolações dirigidas a Catharina de Neufville, senhora de Fresne* que La Salle, para confortar uma mãe que chorava a morte de um filho querido, citou dois exemplos, um francês e outro português, de mães que se resignaram à vontade de Deus

por os seus filhos terem partido como valentes cavaleiros em defesa dos seus príncipes. O escritor começa por relatar o: "grande pezar, suspiros e prantos, do bom senhor D. Henrique, que não cessavam noite e dia" e que, com o coração a sangrar, dizia ao pai e demais infantes:

> Ai! Senhor, Ai! Senhores meus irmãos, e vós todos meus amigos, qual é o coração humano que não sentiria cada vez maior dôr de ter perdido um tão bom, tão leal, tão avisado e verdadeiro amigo e servidor, como este era para mim, que dia e noite me aconselhava; assim eu o tivesse sempre ouvido, pondo acima de tudo o serviço de Deus, e depois a honra e a verdade! Ai de mim, desventurado! Quiz elle morrer por mim, perdeu a vida por me salvar! E quereis então que eu não tome lucto por elle, que foi meu segundo pae? Certamente o tomarei, pois, por mais que eu quizesse, nunca o poderia esquecer (La Salle, 1933, 26).

Quando regressaram a Portugal, foi uma mãe incomodada por não ver o filho que surgiu perante a corte e o rei. Mécia Vasques Coutinho cedo se apercebeu que a ausência era eterna e iniciou o pranto de uma mãe que perdeu um filho muito querido. Foi quando D. João I, apiedado daquela mãe que tanto o reconfortara na morte de D. Filipa de Lencastre, resolveu contar-lhe o que se passara e como se passara:

> A verdade é que, sendo a cidade de Cepta já quasi tomada até junto do castello, uma leva de sarracenos veiu por uma travessa encerrar o infante D. Henrique, que ao tempo já estava combatendo com outros acompanhado de pouca gente, como por vezes succede em taes venturas. Estava elle cercado por todos os lados de inimigos, que muito duramente o tratavam, quando o bom cavalleiro vosso filho, que no ardor do combate de seu amo se apartára, vendo que assim o iam levando para o castello, em altos brados exclamou: 'Acudi ao senhor D. Henrique!' e tão grandes golpes com a sua bisarma de dois gumes foi dando á direita e á esquerda que, com a ajuda de Deus, conseguiu acudir ao nosso filho. Mas tanto Deus lhe quiz e em tanto apreço teve o seu serviço que, verdadeiro martyr, a si o chamou, pondo assim termo aos seus dias (La Salle, 28).

O rei D. João I mandou então chamar o infante D. Henrique que se apresentou de luto carregado, barba por fazer e um choro que não tinha fim. A cena impressionou tanto a nobre mãe que esta se viu na obrigação de lhe dizer:

> Que é isto, senhor? onde estão as vossas regias virtudes, a vossa fidalga nobreza e tambem a vossa mocidade, que choraes e vos lamentaes como uma mulher? Muito mal fazeis, senhor. Sou eu que devo chorar e devo cobrir-me de lucto, pela morte do meu unico e muito amado filho, de que nunca mais me poderei recobrar; mas vós, senhor, não podeis abandonar outros que vos servem e servirão tão bem ou melhor do que elle; por isso vos peço que vos consoleis (La Salle, 29).

La Salle enganou-se, talvez deliberadamente, porque procurava, com dois exemplos, um deles da mãe de Vasco Fernandes de Ataíde, consolar uma outra mãe – Catherine de Neufville – que perdera prematuramente um filho. É possível que tenha sido por isso que o escritor fez de Vasco Fernandes de Ataíde filho único quando, na verdade, tinha um irmão. Álvaro Gonçalves de Ataíde integrou a comitiva do infante D. Pedro em Ceuta e, como chefe da sua casa, recebeu de Sigismundo, rei da Alemanha, Hungria, Boémia e Croãcia, a Marka de Treviso oferecida, em 1418, ao duque de Coimbra. Mais tarde, em Dezembro de 1448, este fidalgo, militar e diplomata viria a ser feito conde de Atouguia por D. Afonso V. Quanto ao infante D. Henrique, La Salle deixa-nos uma imagem diferente da que cronistas e historiadores têm traçado, revelando-lhe, por ventura, um lado mais humano, mas também algumas fragilidades que, desde o século XV, foram, cuidadosamente, apagadas para fazer perdurar o mito do infante Navegador. E já que de mitos se fala, não podemos deixar de sublinhar que deverá ter existido alguém que imaginou e traçou um friso de heróis, mártires e santos que, entre outros, alimentou o imaginário do Estado Novo. Foram os casos do Santo Condestável, que só há poucos anos foi beatificado, mas também o do Infante Santo e de Santa Joana Princesa, que ainda hoje não passaram da beatificação. D. Afonso Henriques, Geraldo Geraldes, o sem pavor, D. Nuno Álvares Pereira e outros alimentaram o panteão dos heróis. Já Álvaro Vaz (ou Vasques) de Almada, feito primeiro conde de Avranches pelo comportamento na luta contra França ao lado de Henrique V de Inglaterra, durante a Guerra dos Cem Anos, e que foi o único cavaleiro português, não pertencente à realeza, a receber a Ordem da Jarreteira, não teve direito a fazer parte do friso dos heróis por sempre ter sido amigo do infante D. Pedro e com ele ter lutado até à morte em Alfarrobeira.

Ainda no campo do mito, imortalizada por António Campos Júnior num romance histórico em quatro volumes, temos a *Ala dos Namorados*, um corpo de jovens solteiros que compuseram o flanco direito da formação em quadrado e que combateram bravamente na batalha de Aljubarrota, gritando: "por nossa terra e por nossas damas" (Júnior, 1951, vol. iii, 222). Aljubarrota onde também surgiu uma padeira, Brites de Almeida, que, com uma pá, matou sete espanhóis (Júnior, 1951, vol. iv, 12-17). Mas a mais celebrada das lendas é a dos 'Doze de Inglaterra', por encarnar a glorificação e a coragem dos cavaleiros portugueses que defenderam a honra de doze damas inglesas ofendidas por outros tantos nobres seus compatriotas. As damas, por intermédio do duque de Lencastre, que não encontrara na sua terra quem as quisesse defender, pediram ajuda

a Portugal e logo doze cavaleiros se voluntariaram: Álvaro Gonçalves Coutinho, o Magriço; Álvaro Vaz de Almada, conde de Avranches; Luís Gonçalves Malafaia; Rui Gomes da Silva; Martim Lopes de Azevedo; João Pereira da Cunha Agostim; Soeiro da Costa; Pedro Homem da Costa; Vasco Anes Corte-Real; os irmãos Álvaro Mendes Cerveira e Rui Mendes Cerveira; e os também irmãos Lopo Fernandes Pacheco e João Fernandes Pacheco.

Segundo a lenda, onze desses cavaleiros seguiram para Inglaterra por mar, mas o Magriço, querendo conhecer outras terras e outras gentes – ou, mais prosaicamente, apenas porque tinha medo do mar ou porque enjoava –, seguiu por terra. Como muitas vezes acontece na vida real, mas também para gerar mais 'suspense', o Magriço não estava presente à hora a que devia começar o torneio de desagravo das damas. Chegou no último momento e o combate, primeiro a cavalo e depois a pé, foi ganho pelos portugueses que, heroicamente, lavaram a honra das damas. Apesar de ser hoje pouco conhecida, a lenda foi alimentada durante séculos. A partir de 1550 e da *Crónica Breve das Cavalarias dos Doze de Inglaterra*, onde o combate descrito foi a pé, o tema foi tratado em poesia por Camões, em *Os Lusíadas* (canto i, estrofe 12; e canto vi, estrofes 42-69), onde o marinheiro Veloso relata um confronto a cavalo, e por Almeida Garrett na obra *Magriço ou os Doze de Inglaterra,* assim como por Teophilo Braga em os *Doze de Inglaterra*. Já em prosa, Inácio Rodrigues Vedouro publicou, em 1732, *Desafio dos Doze de Inglaterra que na Corte de Londres se Combateram em Desagravo das Damas Inglesas*. Em teatro, o drama de Jacinto Heliodoro de Loureiro, *Álvaro Gonçalves, o Magriço, e os Doze de Inglaterra*, inaugurou, em 1846, o Teatro Nacional de D. Maria II. Mais recentemente, em 1966, Jaime Martins Barata pintou, para o Tribunal de Seia, um painel monumental, de 2,32x3,29m, intitulado *Torneio dos Doze de Inglaterra* (Ver anexo 24) e, em 2016, Eduardo Teixeira Coelho produziu *Os Doze de Inglaterra* em banda desenhada.

5.6 – Querelas cartográficas e representação teatral

Francisco de Borja Garção Stockler, matemático, escritor e militar, questionou os mapas do infante D. Pedro e do Cartório de Alcobaça que, segundo diziam vários autores, a começar por António Galvão no *Tratado dos Descobrimentos*, já tinham a localização do Cabo da Boa Esperança e de terras do continente americano, assim como do que é hoje o estreito de Magalhães (descoberto pelo navegador em 1522). No primeiro volume das suas *Obras*, de 1805, depois republicado no oitavo volume da *Biblioteca Internacional de Obras Célebres* (c. 1913) o autor afirmava:

> A refutação cumulativa, que fiz d'estes dois falsos documentos Geographicos e Históricos na supposiçao de que elles não sejão mais do que hum e o mesmo Mappa (…) nao he menos concludente contra cada hum d'elles separadamente, no caso de se deverem considerar como distinctos. Hum unico meio haveria de sustentar a opinião da sua existencia, e de os pôr ao abrigo dos argumentos que ficão expostos, e seria o de dizer, que tanto o Mappa trazido a Portugal pelo Infante D. Pedro, como o que em tempo do Infante D. Fernando se descobrio em o Cartorio de Alcobaça , não erão senão duas Cartas Geographicas copiadas da de Marco Polo, ou delineadas segundo as suas noticias e opiniões, como era a que Paulo Toscanelli enviou ao nosso Fernão Martins, e depois a Christovão Colombo no anno de 1474, o que viria a ser o mesmo que dizer, que em nenhuma d'ellas se achava delineada parte alguma da America, nem o Cabo da Boa Esperança; mas tão sómente hum traço conjectural d'esta parte extrema da Africa, e hum Continente meridional semelhante aos que imaginárão Ptolomeu, Pomponio Mella, Manilio, e diversos outros Sabios da antiguidade para contrabalançar no equilíbrio do Globo o Continente Septentrional em que habitamos (Stockler, 1805, 385-386/1913, 3982).

O primeiro barão da Vila da Praia, bacharel pela Universidade de Coimbra e lente da antiga Academia Real de Marinha, além de secretário da Academia Real das Sciencias de Lisboa, também não acreditava na existência de navegadores que tivessem trilhado antes os caminhos dos descobrimentos portugueses na circum-navegação de África e preferia sublinhar a inexistência de qualquer argumento capaz de lançar a mínima dúvida sobre uma verdade: "de haver sido a Nação Portugueza a que primeiro descobrio a Costa Occidental da Africa desde o Cabo das Palmas até ao da Boa Esperança, e a Costa Oriental que corre d'este até ao das Correntes" (Stockler, 387/3982). Garção Stockler termina com uma citação de Pedro Nunes: "que as navegações dos Portuguezes no Seculo decimoquinto são as maiores, mais maravilhosas, e de mais altas e mais discretas conjefturas, que as de nenhuma outra Gente do Mundo" (Stockler, 388/3982). Curiosamente, o texto de Garção Stockler responde, com uma clarividência inesperada, a alguns dos pontos que serão polémicos 150 anos mais tarde, aquando da apresentação do estudo efectuado por Armando Cortesão à carta náutica de 1424 (ver p. 326). De igual modo, o autor refere-se sempre ao infante D. Pedro com deferência, tratando-o por "príncipe" (Stockler, 364/3978) ou, ainda que com uma incongruência parental relativamente a D. João II, fazendo comparações com figuras bem aceites: "príncipes tão sisudos como o Infante D. Pedro, Seu Irmão D. Duarte, e Seus Sobrinhos D. Afonso V, e D. João II" (Stockler, 382/3981).

Em 1812, António Ribeiro dos Santos ignorou o texto de Garção Stockler e, retomando as ideias de António Galvão, Gaspar Frutuoso, Manuel de Faria e Sousa e António

Cordeiro, deu à estampa um artigo intitulado «Sobre dois antigos Mappas Geograficos do Infante D. Pedro e do Cartorio de Alcobaça», inserido nas *Memorias da Litteratura Portugueza*, publicadas pela Academia Real da Sciencias de Lisboa, onde considera notáveis os referidos mapas: "pelas singulares demarcações que nelles vinhão do Cabo da Boa Esperança, e de terra do Novo Mundo, antes dos descobrimentos de Bartholomeo Dias e de Colom" (Santos, 1812, 275). Em 1817 volta à carga com outro artigo: "Da Possibilidade e Verosimilhança da Demarcação do Estreito de Magalhães no Mappa do Infante D. Pedro", inscrito no tomo V da *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Fala o autor do mesmo mapa que o infante teria trazido de Veneza e que conteria já muita da geografia mais tarde descoberta pelos navegadores portugueses e espanhóis. Arrisca mesmo dizer que o mapa estava na corte portuguesa e que Cristóvão Colombo e Fernão de Magalhães o teriam visto, razão pela qual estavam tão certos da existência de uma passagem marítima para Oriente. Ribeiro dos Santos faz ainda referência aos mapas e globo de Martin Behaim (Martinho da Boémia, como ficou conhecido) como contendo a localização do estreito que ficou com o nome de Magalhães e discorre sobre as condições das marinhas europeias nos dois séculos anteriores, que poderiam ter levado alguém até aquelas latitudes, sublinhando:

> Nestas circunstancias sendo a navegação para alguma parte da America possível naqueles tempos, tendo-se empreendido naqueles dois Seculos muitas empresas marítimas de grandes aventureiros, nenhuma inverosimilhança tem que se descobrisse entre ellas alguma parta da terra ou Estreito Magallanico da America Meridional, donde proviesse aquella nota e demarcação para o antigo Mappa, que havia trazido o Infnate D. Pedro das suas peregrinações de Veneza, ou de outro algum paiz da Italia (Santos, 1817, 132).

Já na segunda metade do século XIX, foram publicadas, postumamente, as *Obras Completas do Cardeal Saraiva, Patriarcha de Lisboa*, em dez volumes. No volume X, cita Eneas Silvio Piccolomini, o bispo de Siena que, em 1452, casou D. Leonor de Portugal (irmã de D. Afonso V) com o imperador romano-germânico Frederico III. Este clérigo foi aclamado Papa, em 1458, com o nome de Pio II e exerceu o mandato até à morte, em 1464. O nosso D. Francisco de S. Luiz reproduz as palavras do Pontífice, na *Descripção da Europa*. Segundo o cardeal Saraiva, Pio II começa por detalhar: "em Portugal o Infante D. Pedro, Príncipe de grande nome, que correo quasi toda a Europa, no que deo grande mostra do seu valor". Acrescenta, de seguida que o duque de Coimbra: "havendo governado aquelle reino com grandíssimo louvor seu, e restituindo-o a elRei D. Affonso, seu sobrinho e genro, com outra tanta lealdade, não deixarão por isso de

succeder discórdias e ódios". Termina a citação do Papa, dizendo: "vierão a batalha, em que ferido de huma setta, morreo aquelle esforçado varão, que nos tempos atrás pelejando contra Turcos, em ajuda do Imperador Sigismundo, ganhara tanta gloria e fama" (Saraiva, 1883, tomo X, 269). No entender D. Francisco de S. Luiz, o primeiro duque de Bragança: "foi hum ingrato para com seu irmão; era ambicioso, e tinha inveja dos merecimentos e fama de D. Pedro, e queria o cazamento de el-Rei para sua neta". Por isso, salienta: "nenhuns benefícios do Regente bastárão para abrandar ou adormentar o seu odio; perseguio-o cruelmente, e foi o primeiro e principal auctor da sua infeliz catastrofe", concluindo: "esta he a verdade" (Saraiva, 263).

Em 1880 e 1881, a Livraria Internacional, de Ernesto Chardron, publicou, em três volumes, os *Romances Marítimos* de Francisco Maria Bordalo, um oficial de Marinha e escritor que falecera em 1861, aos 40 anos, deixando um espólio literário significativo. O segundo volume engloba o título "Ignoto Deo" dedicado a D. João de Menezes da Silva, um nobre que, vítima de uma paixão impossível por D. Leonor, irmã de D. Afonso V que se casou com o imperador Frederico III, acabou os dias como membro da Ordem dos Frades Menores, em Milão, sendo rapidamente beatificado com a designação de frei Amadeu da Silva. O texto, começa com o casamento de D. Isabel de Coimbra, filha do infante D. Pedro, com D. Afonso V, em 1457, e passa depois para o casamento, quatro anos mais tarde, de D. Leonor com Frederico III. Bordalo, a propósito, escreveu:

> O infante D. Pedro morto, seus filhos e partidários foragidos, e D. Isabel, posto que coroada rainha, exposta à vingança dos novos privados, os inimigos de seu pai, que por fim conseguiram envenenal-a, se não errou a voz do povo; eis o quadro lutuoso da época, que se seguiu á sabia regencia do duque de Coimbra (Bordalo, 1880, 279/c. 1913, 3944).

A segunda parte de "Ignoto Deo" de Francisco Maria Bordallo, foi republicado, presumivelmente em 1913, na *Biblioteca Internacional de Obras Célebres* (pp. 3944-3956). A antologia de literatura portuguesa, brasileira e internacional, em 24 volumes, muito pouco conhecida em Portugal, foi dirigida por Gabriel do Monte Pereira, que tinha sido director da Biblioteca Nacional de Lisboa, e Manuel Peregrino da Silva, director da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em colaboração com Richard Garnett, director da Biblioteca do Museu Britânico. Foi responsável pelo volume das letras antigas, Carolina Michaëlis de Vasconcelos e, pelo da literatura moderna, o então Presidente da República e professor do Curso Superior de Letras, antecessor da Faculdade de Letras de Lisboa, Teófilo Braga. No mesmo volume – viii – dessa

antologia é possível encontrar (pp. 3828-3850) outro texto sobre o infante D. Pedro, intitulado "A Morte do Regente", excerto de *Os Filhos de D. João I*, de J.P. Oliveira Martins, obra publicada, pela primeira vez, em 1891.

O trecho escolhido para a antologia tem início no relato da saída do infante D. Pedro da corte de Santarém para as suas terras do ducado de Coimbra, em 1448. O historiador, político e sociólogo descreve então, como já ficou patente anteriormente, a forma como, além dos conjurados, inimigos do infante, todos os oportunistas procuraram obter algum ganho com a queda de D. Pedro e a distribuição dos seus bens. As "calúnias", diz, sucediam-se. Acusações de gastos indevidos de dinheiros da coroa e de perseguições sem razão eram tema de conversa popular. Atribuíam-lhe a morte de D. Duarte, por envenenamento, para lhe suceder e do irmão D. João, porque lhe fazia sombra, a que acrescentavam a rainha D. Leonor. E em tudo isso, segundo Oliveira Martins, o povo português, ingenuamente, acreditava e dava crédito aos malfeitores. Para aquele grande impulsionador da historiografia: "havia uma vasta seara a ceifar: os bens dos parciaes do regente davam para todos. Confiscava-se metade de Portugal em favor da outra metade – *væ victis*! e ficavam satisfeitos os vencedores" (Martins, c. 1913, 3944/1936, 316). Após o relato dos últimos tempos do duque de Coimbra, do seu amigo de toda a vida e que com ele compartilhou a morte, D. Álvaro Vaz de Almada, bem como das teias urdidas em redor do infante D. Pedro, que levaram a Alfarrobeira, Oliveira Martins termina assim esta parte da obra:

> E se a historia é uma lição de physica social no dynamismo dos elementos que a compõem, é tambem, na analyse dos caracteres e dos motivos moraes que os constituem, a mais completa lição de psychologia positiva. Um caracter bem estudado vale por um mundo visto. Quando os caracteres são como foram os dos filhos de D. João 1, eminentemente accentuados e profundamente diferenciados, a galeria torna-se um verdadeiro curso da alma individual nos seus phenomenos mais suggestivos. E quando, finalmente, a pleiade é, como esta foi para nós, a iniciadora da vida nova que tivemos na Renascença, a psychologia histórica eleva-se á altura de uma interpretação das causas determinantes do nosso heroismo passado – mais milagroso que muitos milagres perante os quaes os homens todavia ajoelham confundidos (Martins, c. 1913, 3950/1936, 346-347).

O drama do infante D. Pedro foi abordado em vários domínios e também no teatro. Marcelino Mesquita, um dramaturgo que exerceu igualmente os misteres de poeta, escritor e político, chegando a ser deputado, criou uma tragédia histórica em 12 quadros que foi representada pela primeira vez no Teatro de D. Maria II, a 1 de Maio de 1897. O

autor escreveu então que a peça foi escrita: "com a esperança de falar á alma portugueza, de a agitar, de a despertar d'aquella 'apagada e vil tristeza' em que vegetava, morrendo". E acrescentou: "o ininterrupto acolhimento no teatro e no livro dão-me a consoladôra certeza de que alcancei o meu fim". E concluiu: "se a peça falla á alma portugueza é porque um portuguez a escreveu. Este é o meu justo orgulho e a minha unica glória" (Mesquita, 1921, 6). Com efeito, a edição de 1921, que consultámos, é a quinta e, depois dessa, várias outras foram dadas à estampa, a última que conhecemos é de 2007. A alma do dramaturgo estava plena de admiração pelo infante D. Pedro, isso mesmo se depreende de toda a peça, desde a intervenção inicial do arauto até à última fala do conde de Avranches, com que termina a peça. Um exemplo disso são as ilações de D. Álvaro Vaz de Almada após a morte do duque de Coimbra:

> Vede homens d'armas, espelho da lealdade, honra da cavalaria, morto, pela intriga, pela cobardia, pela ambição vil! Que a terra inteira agonize n'esta morte! Se envergonhe o céu! E que este dia maldicto, fique enegrecendo de eterna vergonha a memoria do rei! Devemos-lhe o sangue, senhores, ides vingar-lhe a morte! (Mesquita, 1921, 162).

A tradução de latim para vulgar (o português do século XV) foi uma preocupação do infante D. Pedro, porque eram poucos os que liam e ainda menos os que sabiam latim. Joseph-Maria Piel, que descobriu e publicou uma edição crítica do *Livro dos Ofícios* traduzido pelo infante e dedicado ao irmão D. Duarte, identificou uma série de frases que, em seu entender, só podiam pertencer ao duque de Coimbra, retirando assim do anonimato um códice sem autor que se encontrava na Academia Real de História, de Madrid. Entre outras frases, o infante escreveu na dedicatória ao irmão D. Duarte que empreendera a tarefa: "por aproveitar ao[s] portugueses amadores de virtude que nom som ou ao diante nom forem latinados", acrescentado que, por isso: "me despus ao trabalho de tornar este livro em nossa linguagem" (D. Pedro, 1940, 2). Piel admite: "que os conhecimentos de latim do monarca [D. Duarte] seriam bastante reduzidos, como sucedia com os príncipes e fidalgos do seu tempo" e dá como prova o facto de D. Duarte ter mandado traduzir o *De inventione*, de Cícero, a D. Alfonso de Carthagena, um sacerdote e estadista castelhano que traduziu de latim obras de Séneca e de Cícero (Piel, xxviii). Já em relação ao duque de Coimbra, afirma peremptoriamente: "não cabe dúvida de que o amor às letras latinas em D. Pedro foi mais do que um 'diletantismo aristocrático' de um Villena ou de um Marquês de Santillana" e compara-o a um D. Alfonso, no que toca ao castelhano, por ter conseguido: "extrair do vulgar português acentos, não diremos

harmoniosos, mas sempre de qualquer modo adequados e dignos do latim do modelo" (Piel, xxix-xxx).

Voltando à vertente cartográfica, foi descoberta em Londres, em 1949, uma carta náutica datada de 1424 com o número 25.924, entre os cerca de 60 mil documentos raros da Biblioteca Phillippica, uma colecção reunida por Sir Thomas Phillips. Foi convidado para estudar o antigo mapa o conselheiro da UNESCO para a História da Ciência e da Cultura, o historiador e cartógrafo português Armando Cortesão. A investigação durou cerca de cinco anos e culminou com a publicação, em Coimbra, em 1954, de uma monografia intitulada *The Nautical Chart of 1424*, que veio incrementar algumas ideias relativamente à pré-existência de informações, em mapa, tratado geográfico ou descrição, sobre alguns descobrimentos. Entretanto, o mapa fora adquirido para a colecção de James Ford Bell, pela Biblioteca de Universidade do Minnesota, nos EUA. A carta náutica de 1424, da autoria do veneziano Zuane Pizzigano, exibe as costas do Mar do Norte, Ilhas Britânicas, Europa Ocidental e África até a latitude das Canárias. A obra iria reacender a polémica entre os que acreditavam na descoberta da América por Colombo e os que, por sua vez, presumiam que o descobrimento seria anterior a 1492. No mapa surge um grupo de quatro ilhas principais no Atlântico ocidental: Antília, a vermelho, e Satanazes, a azul, Saya e Ymana, além dos arquipélagos da Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde. Cortesão concluiu: "there are many and good reasons for concluding that the Antilia group of four islands shown for the first time in the 1424 Chart should be regarded as the earliest cartographical representation of any American lands" (Cortesão, 1954, 110).

Para os portugueses, Antília podia ser a ilha das Sete Cidades para onde, segundo a tradição, sete bispos tinham fugido aquando da invasão muçulmana da península Ibérica, em 714. Segundo a lenda, os sete bispos e a sua gente, queimaram os barcos em que viajaram e, sem pensar regressar, teriam fundado cada um uma cidade. A história é relatada por Fernando Colombo, filho de Cristóvão Colombo, em *Historia del Almirante Don Cristóbal Colon, en la Qual se da Particular y Verdadera Relación de Su Vida y de Sus Hechos, y del Descubrimiento de las Indias Occidentales Llamadas Nüevo-Mundo*. Entre muitos episódios, descreve a ida de um navio português, no tempo do infante D. Henrique [William H. Babcock, em *Legendary Islands of the Atlantic*, publicado em 1922, em Nova Iorque, pela American Geographical Society, aponta: "perhaps about 1430" (Babcock, 1922, 72)], supostamente empurrado por uma tempestade, chegou à ilha, onde os tripulantes foram bem recebidos e levados à igreja, para verificarem se eram

católicos. Estes, como temeram ser presos ou que lhes queimassem os navios, regressaram à pressa para contar ao infante. D. Henrique, que ouviu a história e ordenou-lhes que voltassem à ilha, o que eles não fizeram, desaparecendo. Fernando Colombo descreve, no entanto, um episódio curioso: "mientras estaban en la iglesia de estos isleños, los que se habían quedado en los bajeles cogieron arena en la orilla, para el uso dela cocina, de que era la tercera parte oro" (Colon, 1892, 46).

Este é mais um relato fantasioso daquela época, mas que dá conta como se acreditava na existência da ilha Antília. Talvez por isso e porque Cristóvão Colombo navegou por paragens onde poderia estar a referida ilha, o arquipélago da América Central, situado entre o mar das Caraíbas, o golfo do México e o oceano Atlântico, foi designado como Antilhas. Armando Cortesão, que faz uma cautelosa abordagem ao mapa de 1424, escuda-se em citações de terceiros e nunca levantando sequer a hipótese de tal mapa poder ser o que o infante D. Pedro, alegadamente, trouxera de Veneza. António Galvão escreveu sobre um episódio semelhante ao descrito por Fenando Colombo, ocorrido na década de 30 do século XV. Quando uma nau portuguesa, que passava o estreito de Gibraltar, fora arrastada por uma tormenta muito mais para Oeste do que pretendia e fora ter a uma ilha com sete cidades: "o Contramestre da nao diz que trouxe huma pouca darea, e que a vendera a hum ourives em Lisboa de que tirara boa cantidade douro" e ao saber disto: "o Ifante D. Pedro que ainda governava, diz que o mandou escrever na casa do Tombo". Razão pela qual, afirma: "alguns querem que estas terras, e Ilhas que os Portuguezes tocarão, sejaõ aquellas que se agora chamaõ as Antilhas, e nova Espanha" (Galvão, 1731, 24). Isso mesmo é transcrito, sem comentários, por Armando Cortesão (Cortesão, 1954, 72). No mapa de 1424, os Açores, que ainda não tinham sido descobertos – Diogo Silves só lá chegaria em 1427 –, surgem a norte da Madeira. As Canárias estão igualmente presentes, como já estavam no portulano Pizigani de 1367. Aliás, na sexta das suas conclusões, Armando Cortesão afirma:

> The Atlantic part of early medieval maps represented only the legendary Fortunate, St. Brendan and Gorgade islands [podemos acrescentar as Hespérides]. It was in 1339 that the Angelino Dulcert map recorded, for the first time, some of the Canary and Madeira islands, still under the name of St. Brendan, and some of the Azores. They are shown again, with minor variations, in the anonymous map of c.1350 and in the Pizagani map of 1367, though the latter already depicts eight of the Canaries. Then the so-called Medicis Atlas of c.1370 shows nine of the Canary Islands and, for the first time, three of the Madeira archipelago with their proper names, and eight of the Azores. Though the latter were represented too close to Europe, the

> Madeira group is remarkably well situated. The three archipelagos appear in pratically the known maps until the beginning of the fifteenth century, as in the Cresques map of 1375 with its twenty names of these islands (Cortesão, 1954, 106).

A parte mais sensível da teoria de Armando Cortesão dizia respeito ao facto de utilizar aquele e outros mapas do século XV, onde surgem nomes como Antilia, Satanazes e outros, para reivindicar para os portugueses descobrimentos não registados do chamado Novo Mundo. Investigadores como Samuel Eliot Morison, especializado em história marítima e professor de Oxford e Harvard, contestaram essa tese, bem como, por manifesta falta de provas, a hipótese segundo a qual admitia que os fenícios poderiam ter reconhecido o continente americano. Cortesão foi fiel à sua ideia até à morte e viu Morison ser criticado por outros investigadores internacionais. Os irmãos Cortesão (Armando e Jaime) defenderam sempre uma teoria do sigilo, iniciada no tempo do infante D. Henrique e continuada por D. João II, como complemento à dos descobrimentos não registados dos portugueses.

Ainda no século XX, o então professor da Universidade de Coimbra, Alfredo Pinheiro Marques publicou diversas obras a elogiar a acção e a figura do infante D. Pedro. Em 1994, no *II Simpósio de História Marítima*, promovido pela Academia de Marinha, numa intervenção intitulada "A Maldição da Memória e a Criação do Mito: O Infante D. Pedro e o Infante D. Henrique nos Descobrimentos", publicada em 1999, defendeu a importância do duque de Coimbra, por contraponto ao irmão, nos descobrimentos, afirmando que D. Manuel I preferiu atribuir ao "avô" D. Henrique os méritos das navegações que levaram os portugueses à Índia, ao Brasil e a praticamente todo o mundo para, com isso, diluir os méritos do infante D. Pedro, atingindo com isso a figura de D. João II. Alfredo Pinheiro Marques acusa D. Manuel I, ou os escribas ao seu serviço – Damião de Góis e João de Barros, a quem chama "os maldizentes inimigos historiográficos de Rui de Pina" –, de manipular a verdade histórica a favor do infante D. Henrique, em detrimento do infante D. Pedro e, sobretudo, de D. João II. Faz mesmo alusão a uma 'guerra' dos ducados de Viseu/Beja (a que pertenceram o infante D. Henrique e D. Manuel) e de Bragança (cada vez mais poderoso) contra o de Coimbra/Aveiro (do infante D. Pedro, de D. João II e do seu filho ilegítimo D. Jorge), acrescentando que "a efabulação do Infante D. Henrique sábio e influente, persistente e iluminado, foi propagandeada até à náusea" (Marques, 1994/1999, 130-132). Já na *Vida e Obra do Infante D. Pedro*, de 1996, retoma a dicotomia entre os dois irmãos, D. Pedro e D. Henrique, e enaltece a obra intelectual do infante D. Pedro. No século

XXI, em 2015, Nuno José Espinosa Gomes da Silva analisou "O casamento do Infante D. Pedro com Isabel de Urgel (c. fins de 1428 – inícios de 1429)", procurando desmontar alguns dos equívocos construídos. E, em 2021, um romance histórico intitulado *Infante D. Pedro – o regente visionário que o poder quis calar*, da autoria de Isabel Machado, pretende fazer justiça à memória do primeiro duque de Coimbra.

5.7 – Poesia sobre D. Pedro

A poesia é, assumidamente, a voz da alma, uma alma que sente aquilo que muitos não constatam e o expressa com emoção, o que faz, igualmente, parte da construção da memória de um tempo ou de alguém em particular. A propósito, Birgit Neumann, em "The Literary Representation of Memory", afirma: "memory poetry is characterized by a pronounced heteroreferentiality and thus spurs a fictitious collective audience to recall fateful events of the shared past", especificando que, devido às métricas e rimas: "poems are particularly apt to affect and shape cultural memory." (Neumann, 340-341). Além de tudo o mais, também a poesia foi, ao longo do tempo, trazendo à tona o nome do infante D. Pedro. Ainda durante a regência do duque de Coimbra, o grande poeta castelhano Juan de Mena, em resposta a uma poesia do infante, fez-lhe, como observámos atrás (ver p. 218), um rasgado elogio em verso. Após a morte do infante, o primeiro texto que lhe é dedicado é, segundo tudo indica, um poema de Luís D'Azevedo, escrito, muito provavelmente, em 1450 e inscrito no *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, de 1516.

Logo após a morte do infante D. Pedro, Luís D'Azevedo que, ao que nos foi dado constatar, terá sido um cavaleiro-fidalgo da casa do infante D. Pedro, vedor da fazenda real e membro do conselho régio durante a regência, exibe no primeiro volume do *Cancioneiro Geral*, aquele que é talvez o primeiro documento *in memoriam* do infante. Trata-se de um dos mais antigos textos do *Cancioneiro Geral*, como nota Esperança Cardeira, em 2012, no artigo "Para o estudo do Cancioneiro Geral: uma perspectiva linguística" que afirma ser o poema do infante D. Pedro, que vimos antes, dirigido a Juan de Mena, o mais antigo, por ser do tempo da regência e o poema "De Luis D'Azevedo à Morte do Ifante Dom Pedro, que Morreo n'Alfarroubeira, e vam em Nome do Ifante". Sublinha a professora auxiliar de Filologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: "será de cerca de 1450" (Cardeira, 2012, 300). Destacamos as estrofes mais significativas:

Eu criei em gram alteza
ũu soo rei e seu irmão,
sempre lhe beijei a mão
e resguardei sa realeza.
Fui eu frol da jentileza,
e na minha mocidade
usei sempre de verdade,
e amei muito franqueza.
(…)
Nam ha reinos em cristãos
que em todos nam andasse
e que sempre nom achasse
nos reis deles doces mãos.
Fidalgos e cidadãos
me serviam lealmente
e agora cruelmente
me matarom meus irmãos.
(…)
Naturais de Portugal,
contra mim armas filhastes,
certamente muito errastes,
que vos nam mereci tal.
Roubastes meu arraial,
toda minha artelharia,
grande enveja e perfilha
ordenou todo este mal.
(…)
Todos fostes mui ingratos
e de pouco conhecer,
bem quisestes parecer
os do tempo de Pilatos (D'Azevedo, 1990, 467-471).

Trata-se de mais uma importante achega na procura de memórias do infante. Alguém que o serviu. ainda que a alto nível, e que depois, por certo, foi perseguido por esse motivo, achou por bem, por obrigação, ou por apelo do coração, escrever sobre a tragédia que tinha atingido um grande de Portugal. Escreveu na primeira pessoa para dar mais ênfase ao poema. De realçar que também aqui a retórica é utilizada para causar maior impacto nos leitores e, como podemos apreciar, o poema transmite, de facto, a ideia de uma injustiça gritante.

O filho mais velho do infante, o talentoso condestável D. Pedro, depois da morte do pai e no exílio de Castela, onde conviveu com o melhor escol literário do reino vizinho, designadamente Juan de Mena e o marquês de Santillana, escreveu vários poemas,

como a "Sátira de infelice e felice vida", as "Coplas del Menesprecio e Contempto de las Cosas Fermosas del Mundo", de 125 estrofes e mil versos, e a "Tragedia de la Insigne Reina Dona Isabel", dedicado à irmã Isabel, mulher de D. Afonso V e rainha de Portugal, todos contidos na edição *Obras Completas*, reunidas por Luís Adão da Fonseca em 1975. No último poema, o condestável que, apesar da dor de perder o pai e depois a irmã, sem, sequer, poder estar presente nas cerimónias fúnebres, sempre reprimira a sua dor, não se conteve e, muito provavelmente antes de 1455, escreveu:

Tan mucho cargado estoy de tristeza
e em tantas partes me fallo ferido
que todas mais fuerças, seso e sentido
me ha derribado su mortal gravesa.
Com tanta crueza
ferio nuestra casa la çiega fortuna
que ya no confio dayuda ninguna
salvo de Dios e de tu dulçeza.
Ferio nuestra casa, mi padre matando,

prinçipe claro, mejor de los buenos,
mis nobles hermanos e mí desterrando
injustos sietaños poco mas o menos;
ferio nuestro vando,
a unos con plagas, a otros com muerte,
a mi desolado, sin todo conorte
de todo lo mio me deseredando
E toda sangrenta, de males no farta,

mato mi señora e hermana cara,
aqueste mal solo matierra y aparta
de todo consuelo, e mi fin prepara.
Pensays que pensara
veer tan esquivo e grave pesar,
sin com mis manos a mi no matar
por que a mil muretes com muerte matara? (Condestável D. Pedro, 1975, 340-341).

No século XVI, Francisco Sá de Miranda (1481-1558), um grande vulto das letras portuguesas, a quem se atribui a introdução entre nós da prática do soneto e do verso decassílabo, e António Ferreira (1528-1569), discípulo de Sá de Miranda, considerado um dos maiores poetas do classicismo renascentista e até apelidado o 'Horácio português', dedicou algumas linhas à memória do duque de Coimbra. Também Correia Garção (1724-1772), lhe dedicou um poema. "Fala do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, aos Portugueses, querendo-lhe levantar uma estátua pelo seu bom governo, o que ele não consentiu" foi tida como uma crítica do poeta à construção da estátua de D. José. Curiosamente, Robert Southey, historiador, escritor e poeta romântico

britânico que viveu alguns anos em Portugal, atribui a introdução do soneto ao infante D. Pedro "de Alfarroubeira", a quem classifica como: "a celebrated poet, the most enlightened prince of his time, and the greatest man of the Portuguese nation". Acrescenta que o soneto: "was perfected by Sa de Miranda and brought to the state in which it has since continued" (Southey, 1876, 247).

Sá de Miranda estudou na Universidade de Lisboa, onde alcançou o grau de doutor em Direito. Escreveu alguns poemas, treze dos quais foram publicados no *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, de 1516. Foi professor até perder o encanto com os meandros do poder e a morte do pai, em 1520, o libertar de uma carreira que não ambicionara. Até terá rejeitado lugares de desembargador, passando a dedicar-se à literatura. Com essa mudança, sentiu, em 1521, o chamamento do mundo renascentista que pululava em cidades que hoje integram Itália: Roma, Veneza, Nápoles, Milão, Florença e a Sicília, todas elas citadas na introdução à edição de 2003 do segundo volume das *Obras Completas*. Explica mesmo Rodrigues Lapa, no prefácio ao primeiro volume, que contou com uma ajuda preciosa que o introduziu nos meios literatos: "a célebre Vittoria Colonna, a ilustre literata e amiga platónica de Miguel Ângelo". Isto porque um dos seus avós, Rodrigu' Eanes de Sá, casara com Cecília Colonna. Foi assim que, explica Lapa: "Vittoria Colonna (foi) o precioso agente de ligação que permitiu a Sá de Miranda um completo conhecimento da vida, da arte e da literatura italiana" (Lapa, 2002, x). Vittoria Colonna, grande poetisa, terá aberto muitas portas ao trovador português. Pertencia à poderosa família Colonna que já dera, entre outros, o Papa Martinho V, nascido Oddone Colonna, ou Pompeu Colonna, vice-rei de Nápoles. No regresso, em 1526, Sá de Miranda passou por Castela, onde se terá relacionado com alguns vultos literários da época, como refere Rodrigues Lapa. Em Portugal começou por procurar reformar a comédia em prosa, com *Os Estrangeiros* e a *Fábula do Mondego*. Só depois rumou ao Minho, onde casou e se fixou, passando a produzir essencialmente poesia. Desse tempo vêm as cartas que escreveu a várias figuras, entre as quais D. João III, onde faz uma crítica à intriga palaciana e à cobiça, compondo aqueles que são, certamente, os seus versos mais conhecidos e mais citados:

Homen dum só parecer,
dum só rosto e d'ũa fé,
d'antes quebrar que volver,
outra cousa pode ser,
mas de corte homem não é.

É de assinalar que o terceiro verso desta estrofe é, muitas vezes, grafado como: "d'antes quebrar que torcer". O poeta resolveu ainda falar de figuras reais, como D. Dinis e o duque de Coimbra. Sobre este escreveu:

Da mesma casa real,
em verdade um grande Ifante,
tratado por manhas mal,
bradava por campo igual
e imigos claros diante.

Em fim, vendo a astúcia e arte
quanto que pode, chamou
um leal Conde à de parte;
Só com ele se apartou.
Foi viver a milhor parte,

Onde tudo é certo e claro,
onde são sempre ũas leis.
Príncipe no mundo raro!
Sobre tanto desamparo,
foram três seus filhos reis. (Miranda, 2003, 42-43).

Já António Ferreira (1528-1569), também ele doutor, em Cânones, pela Universidade de Coimbra, foi professor da mesma universidade. Por lá ficou alguns anos, apaixonado pela cidade. Discípulo de Sá de Miranda, foi um dos grandes escritores portugueses, destacando-se na elegia, na epístola, nas odes, mas também no teatro. Como refere T.F. Earle, nos comentários finais da obra *Poemas Lusitanos*, de 2008: "há várias indicações, referidas nas notas, que sugerem que Ferreira escreveu alguns epitáfios históricos (…) enquanto estudava em Coimbra, portanto, na primeira fase da sua carreira como escritor" (Earle, 2008, 617). O infante D. Pedro foi a única figura a quem dedicou dois epitáfios. Entre as razões para António Ferreira o admirar, Earle identifica: "o infante tinha sido Duque de Coimbra e por isso estava associado à cidade que o poeta tanto amava. Além disso, o bisneto de D. Pedro, D. Jorge, também Duque de Coimbra, era pai de D. João, Duque de Aveiro, com cuja família o poeta estava ligado." Só que, na guerra surda que durava havia vários séculos: "ser associado com a casa de Aveiro implicava ser hostil à casa rival de Bragança, e Ferreira não deixa de mencionar a vingança tomada por D. João II contra o Duque D. Fernando" (Earle, 619). É neste contexto que surgem os epitáfios 4 e 5, dirigidos ao primeiro duque de Coimbra:

Ao Ifante D. Pedro, regente

Filho segundo del-Rei João primeiro,
tio, e sogro del-Rei Afonso quinto,

vês-me, em prémio do amor tão verdadeiro,
de pó cuberto, do meu sangue tinto.
D'ingratos morto, e em morte prisioneiro,
lê minha triste história, que não minto.
A fama dá de mim fé verdadeira;
do injusto e cruel ódio, Alferrobeira.

Ao mesmo

Passa, amigo, não saibas a ventura
cruel que a um triste ifante aconteceu,
a quem inda a piadosa sepultura
por lágrimas de tantos se vendeu.
Meus ossos estiveram em prisão dura,
té que meu neto, e vingador nasceu.
Contra mim se quebraram sangue, e leis.
Aqui estou, filho, sogro, e pai de reis (Ferreira, 2008, 372).

Luís Vaz de Camões também sentiu necessidade de se referir aos infantes mais destacados daqueles que, no Canto iv, classificou como: "Ínclita geração, altos infantes", neste caso, D. Pedro e D. Henrique. Os Lusíadas não contemplam situações de ruptura e conflito, ainda assim, no Canto viii, refere-se à morte "enganada" pela "fama ilustre" que dele [D. Pedro] ficou na "Germânia". Esta é a oitava em que cita os dois infantes:

Olha cá dous Infantes, Pedro e Henrique,
Progénie generosa de Joane:
Aquele faz que fama ilustre fique
Dele em Germânia, com que a morte engane;
Este, que ela nos mares o publique
Por seu descobridor, e desengane
De Ceita a maura túmida vaidade,
Primeiro entrando as portas da cidade (Camões, 1960, 226).

A figura do infante D. Pedro, talvez por via do livro de Gómez de Santisteban, tornou-se popular em Castela. Certamente por isso, Miguel de Cervantes o referiu em *D. Quixote de La Mancha* ao prometer: "de no sossegar, y de andar las siete partidas del mundo, com mas puntalidad que las anduvo el Infante don Pedro de Portugal" (Cervantes, 1615, 90-91). Também D. Luis de Góngora y Argote, religioso, poeta e dramaturgo, a quem Juan López de Vicuña, um editor e comerciante de livros, chamou "el Homero español", registou nas *Delicias del Parnaso*, publicadas postumamente, em 1643, por um outro comerciante de livros, Pedro Esquer, um poema onde refere a figura do infante português. Naturalmente, por se tratar de poesia popular, está igualmente ligado às sete partidas. Intitulado "Otro bvrlesco xxix", o poema proclama:

Recebi vuestro villete
dama de los ojos negros,
con mil donaires cerrado
y con mil ansias abierto.

En fe de los treinta escudos
que en vuestro renglon terceiro
vienen en un alma mia
dissimulados y embueltos.

Os imbio esse inuentario
de las partidas que tengo,
que es como si os imbiara
las del Infante don Pedro.

Porque en matéria de escudos
solo tengo vn paues viejo,
y en moneda de reales
yo soy de vn lugar Realengo

Y quanto a las alcaualas
tengo um grande priuilegio,
que como ay que vender
ni las pago, ni las deuo. (Góngora, 1643, 111-113).

De igual modo, nas *Memorias para la Historia de la Poesia y Poetas Españoles*, publicadas no último quartel do século XVIII, Martin Sarmiento, um frade beneditino galego do Mosteiro de S. Martin, de Madrid, descreve assim o duque de Coimbra: "el Infante D. Pedro es aquel famoso de quien se dice *que anduvo las siete partidas del Mundo*", acrescentando: "ha sido muy docto, e sobre todo excelente Poeta en el idioma Castellano, y Portugués" (Sarmiento, 1775, 380).

Correia Garção (1724-1772) estudou Direito em Coimbra, mas não terminou a licenciatura. Casou com uma herdeira abastada e pode fazer a vida sem sobressaltos. Foi fundador da Arcádia Lusitana, tendo antes frequentado a Academia dos Ocultos, terminada com o Terramoto de 1755, e cultivado relações sociais na quinta da Fonte Santa, situada na encosta que vai do actual cemitério dos Prazeres para o Vale de Alcântara. Era um pinga-amor e são muitos os nomes femininos que lhe povoam a poesia. A fortuna acabou por dissipar-se e a sorte também. Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal, conde de Oeiras e secretário de Estado do reino, ordenou-lhe a prisão em 1771. António José Saraiva, na introdução às *Obras Completas* do poeta, faz ecos de um boato segundo o qual Garção teria escrito, por conta de um amigo, uma carta, na língua de Shakespeare, à filha de um coronel inglês. Ora, a carta foi parar às mãos do pai

da menina, que tinha fácil acesso ao marquês, e, segundo Saraiva: "conseguiu a prisão não só do requestador da donzela, mas também a do seu intérprete e escriba" (Saraiva, 1982, xxviii). Saraiva acrescenta que foram presos, ao mesmo tempo, um tal Francisco Lobo de Ávila, que teria sido "o requestador", Correia Garção, o escriba, e um criado deste último, o portador da missiva.

Para Saraiva, que se baseia em Camilo, não seria assim tão cândida a história. Cita, por isso, Teófilo Braga quando aventou que Lobo de Ávila seria o amante da filha do coronel e Garção o apaixonado da mãe, mulher do dito coronel, que, acrescenta: "em 1773 entraria num recolhimento de Lisboa" (Saraiva, xxix). Entretanto, a mulher de Garção andou a implorar a liberdade do marido e este fez o mesmo em versos para os amigos. O certo é que os anos de cárcere deixaram marcas no poeta e, diz Saraiva: "quando finalmente chegou a ordem de soltura em 24 de Março de 1773 estava ele agonizante na enfermaria da cadeia. De lá saiu para a cova" (Saraiva, xxx). Esta pode ter sido a razão que levou ao encarceramento de Garção, mas existe uma outra hipótese que aponta para motivos políticos relacionados com a "Fala do infante D. Pedro aos portugueses…", relacionada com a estátua de D. José, instalada na Praça do Comércio, e o medalhão do marquês. Foi então considerada uma crítica atrevida e de oposição política do poeta. António José Saraiva deixa-nos, no entanto, a informação que o cónego Manuel de Figueiredo, que recolheu os manuscritos de Correia Garção, deixou escrita, no poema, uma nota marginal: "para a Academia dos Ocultos, 1754", quando o projecto de Machado de Castro para a estátua de D. José data de 1770, ou seja, o poema fora escrito antes do Terramoto (Saraiva, xxv). O certo é que Pedro António Correia Garção terminou os seus dias no Limoeiro. Eis o poema:

Fala do infante D. Pedro, Duque de Coimbra, aos Portugueses, querendo-lhe levantar uma estátua pelo seu bom governo, o que ele não consentiu

"Não, lusitano povo, eu não consinto
Que estátua ao meu nome se dedique:
O amor da Pátria, o zelo da Justiça,
Não sede de mandar ou da vanglória,
Me fez tomar as rédeas do governo:
Se fui clemente, justiceiro ou pio,
Obrei o que devia. É mui pesada
A sujeição do ceptro; e quem domina
Não tem a seu arbítrio as leis sagradas:
Fiel executor deve cumpri-las;
Mas não pode alterá-las. É o Trono
Cadeira da Justiça: quem assenta

Em tão alto lugar fica sujeito
À mais severa lei; perde a vontade;
Qualquer descuido chega a ser enorme,
Detestável, sacrílego delito!
Quando no horizonte o Sol espalha
Sobre a face da terra a luz do dia,
Ninguém a admira, todos o conhecem;
Mas se eclipsado acaso se perturba,
Nesse instante infeliz todos se assustam,
Todos o observam, todos o receiam.
Logo, se premiei sempre a virtude,
Se os vícios castiguei, nada mereço.
E não queirais, Vassalos generosos,
Lisonjeiros tentar minha constância
Honrosa estátua pretendendo erguer-me
Porque bem vos regi; pois eu não devo
Condescender convosco; infamaria
Da alta virtude as máximas constantes
Com que austero emprendi do régio Trono
O acesso defender aos vícios torpes.
Se dele afugentei sempre a Mentira,
A Lisonja infiel, o astuto Engano;
Provocando-me a colocar no Sólio
Um injurioso exemplo da vaidade,
Um padrão da lisonja. A fama ilustre
Deve durar na tradição intacta,
Sem a nota de frágil. Fora imprópria
A glória que me dais se nessa estátua
Descobrissem os séculos futuros
As máculas horrendas da vanglória.
Vós mesmos, vossos filhos, vossos netos,
De tão clara doutrina convencidos,
Ou do tempo melhor aconselhados,
A mesma estátua que quereis, atentos,
Agradecidos, hoje levantar-me,
Amanhã se veria derribada
Em pedaços jazer, com paus e pedras
Os olhos lhe tirarem; que a Fortuna
Ligada co'a Inveja e co'a Soberba
Não deixa durar muito os elogios.
Porém se vós, ilustres Portugueses,
Desejais conservar meu nome eterno,
Não é preciso o mármore soberbo,
Basta-me a tradição de pais e filhos
Com fiel saudade transmitida.
Este o jaspe, este o bronze em que pretendo
O meu nome esculpir; chegue aos vindouros,
Sem perder o carácter que o fez grande.
Lembre-se o benemérito do prémio;
Recorde-se o culpado do castigo;

Todo o Reino do público descanso,
Em florente comércio, em paz segura.
Mas haja quem se lembre deste caso,
E quem diga que rejeitei modesto
As honras de uma estátua; e que estas honras
Quem chega com justiça a merecê-las,
Também sabe atrever-se a desprezá-las."

Acabou de falar, e os circunstantes,
Imóveis e calados, pareciam
Outras tantas estátuas dedicadas
À regência feliz do sábio Infante (Garção, 1982, 283-286).

5.8 – O infante na poesia dos séculos XX e XXI

A fama do duque de Coimbra ultrapassara fronteiras após a morte. A irmã, Isabel, duquesa de Borgonha, perpetuou a sua memória no ducado e em Florença, onde financiou o túmulo do cardeal D. Jaime, filho do infante. Um outro filho do infante, o condestável D, Pedro, conservou a memória do pai nos círculos letrados de Castela, onde era muito apreciado, e nas obras que produziu. Por outro lado, como refere Francis M. Rogers, a acção do infante D. Pedro junto do imperador Segismundo, contra os turcos, também não foi esquecida. Tais iniciativas culminaram com o *Libro del Infante Don Pedro de Portugal*, de Gomez de Santisteban, ou Gomes de Santo Estêvão, de quem pouco ou nada se sabe, nem sequer se existiu ou se se trata apenas de um pseudónimo, embora as capas refiram que foi um dos doze que viajaram na companhia do infante. O certo é que a venda esgotava e as edições sucediam-se, a partir do século XVI, em Portugal, em Castela e no condado de Barcelona ou principado da Catalunha, até à união total de Espanha em 1714. Como já referimos, segundo Francis M. Rogers, foram 113 as edições genuínas e, segundo Francisco Leite de Faria, 151. O livro foi considerado literatura de cordel, mas teve uma enorme aceitação em Castela e Portugal ao longo dos séculos. Francis M. Rogers entende que o que torna o livro notável é a mistura das viagens do infante com a lenda do Preste João que, segundo a versão do livro, vivia não na Etiópia, mas na Índia e salienta: "residia na cidade onde repousava o corpo do apóstolo S. Tomé" (Rogers, 1962, V). Curiosamente, as primeiras edições diziam que o infante tinha andado pelas quatro partidas do mundo. Com o tempo as quatro partidas passaram a sete e, nalgumas edições, chega-se mesmo a referir a viagem que fez à volta do mundo.

No início do século XX, inspirado na obra de Ferdinand Denis, *Le Monde Enchanté*, Guillaume Apollinaire, um dos maiores poetas e activistas culturais de vanguarda em Paris, editou um livro de 30 poemas: *Le Bestiaire ou Cortège d'Orphée*, ilustrado com gravuras esculpidas em madeira por Raoul Dufy, um artista prolífico e multifacetado que tem hoje obras espalhadas por diferentes museus de arte moderna de França e Suíça. "Le dromadaire" de Apollinaire é um pequeno poema que conta como D. Pedro de Alfarrobeira correu mundo. Os versos são acompanhados pela gravura de um dromedário no que se pode considerar um oásis. Esta obra chamou a atenção de outros intelectuais que quiseram saber quem era aquele D. Pedro. Entre eles, Francis M. Rogers, cuja mãe tinha ascendência lusitana, foi professor na Universidade de Harvard e dedicou-se à história da expansão portuguesa, sobre a qual escreveu várias obras. Deu à estampa *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*, em 1961, assim como o *Libro del Infante Don Pedro de Portugal*, de Gómez de Santisteban, em 1962. O poema é simples, mas deixa-nos perplexos:

Le dromadaire

Avec ses quatre dromadaires
Don Pedro d'Alfaroubeira
Courut le monde et l'admira.
Il fit ce que je voudrais faire
Si j'avais quatre dromadaires (Apollinaire, 1911, 5).

Porquê quatro dromedários? Jean-Ferdinand Denis, historiador, escritor e conservador da Biblioteca Sainte-Geneviève, em Paris, cuja vida foi dedicada ao estudo de temas portugueses e brasileiros, descobriu, em 1837, na então Biblioteca Real de Paris, um livro, há muito considerado perdido: *Crónica dos Feitos da Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara. Além desta descoberta, importantíssima para o estudo da história portuguesa do século XV, M. Ferdinand Denis, como sempre assinava as suas obras, ainda publicou livros como *Portugal,* onde descreve as diferentes regiões do país e também se refere a figuras como o infante D. Pedro, a quem descreve como: "un humaniste admiré des savants, un musicien habile, un poète dont la renommée n'est pas tout à fait éteinte", dizendo que as crónicas falam: "de son habileté à jouer de certains instruments" e de "sa bonne grâce suprême comme prince" (Denis, 1846, 54). E editou a obra *Luiz de Souza,* dedicado à figura de Manuel de Sousa Coutinho que ficou conhecido pelo nome eclesiástico de Frei Luís de Sousa, produzindo igualmente uma obra intitulada *Le Monde Enchanté: Cosmographie et Histoire Naturelle Fantastiques*

du Moyen Âge. No que à viagem fantástica do infante D. Pedro e aos dromedários diz respeito, a leitura da página 315 da referida obra é muito elucidativa:

> Je suppose que les voyages de l'infant don Pedro ont été écrits primitivement en espagnol, quoique j'en connaisse une version portuguaise de l'année 1606; dans tous les cas, c'est la chronique castillane qui est devenue populaire. C'est bien à tort qu'on a fait honneur de cette relation fantastique au comte de Barcellos, fils du roi Diniz. Comment se fait-il qu'un des plus nobles héros du Portugal, que le frère du fameux don Henrique, soit devenu, dans cette legende, fils du roi don Pedro? C'est ce que j'ignore. Ce qu'il y a de certain, c'est que don Pedro d'Alfaroubeira avait prodigieusement voyagé en Europe et jusque dans l'Orient, et que le peuple de la Péninsule en fit bientôt le principal personage d'un de ces livres favoris. Nous donnons une courte analyse de celui-ci. Le premier chapitre de l'*Historia del Infante* raconte comme quoi don Pedro de Portugal quitta la ville de Barcellos pour prendre la bénédiction de ses parents, avant de se mettre en route pour visiter les sept parties du monde; il s'éloigne bientôt avec douze personnages, parmi lesquels on compte Garci Ramirez, et ce Gomez de Santistevan, qui doit plus tard écrire la rélation de se prodigieux voyage. Après avoir passé en Espagne, le prince s'en va en Norwège, d'ou il part pour Babylone, et pour la Terre-Sainte; la route est étrange, et le vehicule nom moins extraordinaire, quatre dromadaires portent quatorze personnes. Après diverses aventures, le prince portugais visite le grand Tamurleque et le prêtre Jean, qui l'accueille, lui et sa suite, avec empressement. Prêtre Jean écrit à Jean II de Castille pour lui faire savoir qu'il est chrétien, et qu'il compte soixante-quatre rois parmis ses vassaux (Denis, 1843, 315).

Fernando Pessoa, o grande poeta português do século XX, publicou a *Mensagem* em 1934, o seu primeiro livro em língua portuguesa e o único publicado em vida, onde procurava encontrar algum sentido para a grandeza perdida de Portugal. Nessa obra, composta por 44 poemas, incluiu o tema "D. Pedro, Regente de Portugal". Alguns anos mais tarde, a 17 de Dezembro de 1961, Sophia de Mello Breyner Andresen começou a escrever um poema intitulado: "Pranto pelo Infante D. Pedro das Sete Partidas", interrompido pela notícia da entrada do exército indiano em Goa, na antiga Índia portuguesa. Ficou apenas a primeira estrofe, integrada pela autora no *Livro Sexto* que, em 1964, recebeu o grande prémio de poesia da Sociedade Portuguesa de Escritores:

D. Pedro, Regente de Portugal

Claro em pensar, e claro no sentir,
É claro no querer;
Indiferente ao que há em conseguir
Que seja só obter;
Dúplice dono, sem me dividir,
De dever e de ser —

Não me podia a Sorte dar guarida
Por não ser eu dos seus.
Assim vivi, assim morri, a vida,
Calmo sob mudos céus,
Fiel à palavra dada e à ideia tida.
Tudo mais é com Deus! (Pessoa, 2000, 31)

Pranto pelo Infante D. Pedro das Sete Partidas

Nunca choraremos bastante nem com pranto
Assaz amargo e forte
Aquele que fundou glória e grandeza
E recebeu em paga insulto e morte (Andresen, 2003, 58)

Também não podemos deixar de notar a grande atenção que tem sido dada à figura do infante D. Pedro por um grande poeta da actualidade. Político, escritor e poeta, Manuel Alegre dedicou-lhe uma parte importante da obra "Atlântico", lançada em 1981, que, agora, integra uma antologia intitulada *Obra Poética*, de 2000, onde além das viagens, enaltece o trabalho intelectual, a dignidade moral e a luta do primeiro duque de Coimbra em prol de um país melhor, com maior justiça social, mais equilibrado e, sobretudo, bem gerido:

Balada das Sete Partidas

(Segundo o Livro das Sete Partidas de Gomes de Santo Estêvão)

Com D. Pedro andarei sete partidas
o Sena passarei e o Tibre e o Pó
com D. Pedro em Treviso minha Marka
e com Erik Rei da Dinamarca
com D. Pedro andarei nas sete lidas
por Segismundo Imperador da Hungria
contra o Hussita e o Turco ou talvez só
contra a tristeza e a monotonia.

(…)

De D. Pedro direi as sete vias
Que tantas são as vias da paixão.
Meu Príncipe sentado à beira Nilo
entre a Esfinge e a dor catorze dias
direi Sebasta e Arimateia e Silo
e Bíblis e Barut Sidónia e Tiro
e Jafa e Gaza e águas do Jordão
e o leite e o mel e Nazaré Belém
ó penas já passadas alegrias
com D. Pedro verei Jerusalém.

As águas de Sodoma levam peste
e terrível é o Vale de Josafá.
Subirei o Cedron do lado leste
buscarei o que foi e o que não há
seja o Prestes João ou só Além.
As chagas eu direi: sete feridas.
De D. Pedro direi a Via Sacra
e Nazaré Belém Jamas-El-Adra
as rosas eu direi: sete partidas.
Com D. Pedro verei Jerusalém (Alegre, 2000, 402-404).

Regente

Eu Regente serei: mas não dos nobres.
Os pobres votarão a meu favor.
Eles virão de ventre ao sol virão
Com seu trono de fome e de paixão.
Só da arraia-miúda serei rei.
Os outros não suportam a grandeza
Nem podem perdoar-me a indiferença
Por coisas de poder e de riqueza.

Eu Regente serei: mas só dos pobres.
E mesmo desses não terei certeza
um dia dirão sim um outro não.
Vós que passais nos Paços da Tristeza
Vós que passais quando o luar me nimba
Com sua cor de carvalho e meia ausência
Sabei que é sem perdão esta Regência. (Alegre, 404)

Manuel Alegre, como outros, sentiu o apelo de escrever acerca da estátua que o povo quis erigir ao duque de Coimbra sobre a entrada do palácio dos Estaus (ou Estaos) – uma hospedaria para a nobreza, o clero e os embaixadores que o regente, seguindo a ideia do irmão D. Duarte, mandou construir no Rossio. Com essa iniciativa livrou o povo, sobretudo os burgueses, do odiado direito de aposentadoria –, e que D. Pedro, intuindo o futuro, repudiou. Também se debruça sobre a última partida do infante de Coimbra, quando acossado pelos inimigos e pelo rei, tinha apenas três hipóteses: a prisão, a fuga ou a morte. Discorre igualmente sobre o desfecho de Alfarrobeira:

A estátua

Virá de quem me aclama injúria e lama
uma voz nos dá fama e nos difama
eu só sangue terei por galardão.
Escusais portanto de me pôr em pedra
na porta dos Estaos. Aqui só medra
inveja fingimento ingratidão.

Por isso estátuas não que me enfastiam.
Se minha imagem ali fosse esculpida
vossos filhos um dia a quebrariam.
Sou estátua de mim mesmo mas em vida
e quem quiser quebrar-me há-de matar-me.
Meu corpo inteiro às mãos da vilanagem
pode cair: mas nunca a minha imagem.
Nem minha morte é de morrer esculpida.
Por isso estátuas não: que sou de carne
e nunca em pedra hão-de poder quebrar-me.

Eu deixarei por estátua a minha vida. (Alegre, 405)

Canção da última partida

(…)

De Coimbra me vou com Lealdade
e Justiça e Vingança por bandeiras.
Désir minha divisa: a quem verdade
tem só por companheira mais não resta
do que ao vento agitar suas bandeiras.
De Coimbra me vou como que em festa.

(…)

De Coimbra me vou para dizer
que minha vida vale minha palavra.
Outros tenham remorsos desta morte
eu não terei vergonha de viver.
De Coimbra me vou. Porque faltava
esta partida de amor e morte (Alegre, 407-408).

Alfarrobeira

Com D. Pedro morrer em Alfarrobeira.
contra a calúnia e a vileza com
D. Pedro antes morrer de vida inteira
do que a vergonha de viver. Com D.
Pedro partir de encontro ao risco e ao
perigo. De Coimbra a Santarém
com D. Pedro passar a morte a vau
cair em Alfarrobeira como quem
fica de pé no cimo da grandeza.
Com D. Pedro outra vez saber ser contra.
Na hora amarga e vil e traiçoeira
ousar ainda a honra e a nobreza
sair em armas e lavar a afronta
com D. Pedro de novo em Alfarrobeira (Alegre, 408).

Mais recentemente, o poeta dedicou-lhe uma outra obra: *Sete Partidas*. Foi editada em 2008, está dividida em 12 partes e tem como epígrafe o poema "Le dromadaire", de Guillaume Apollinaire. Desse trabalho, sobressaem, em nosso entender, duas partes, pela importância da memória cultural que encerram, a segunda e a quinta. No primeiro caso, o poeta resume o momento em que, senhor da situação, D. Pedro poderia, se a consciência lho permitisse, ter resolvido a questão com o duque de Bragança, que pretendia atravessar as suas terras com um exército, bastaria ter atacado com as tropas de que dispunha, o que não fez. No segundo, Manuel Alegre refere-se ao que é, no fundo, o âmago deste estudo sobre o infante D. Pedro, os campos da memória:

2

DO ALTO DE PENACOVA D. Pedro observa
lá em baixo as tropas de Bragança o irmão
bastardo. Vêm cansados sujos desprevenidos.
Pode escrever-se um poema nesse momento

não haverá outro assim para o Infante
acabar com boatos e depois tranquilamente
dizer ao jovem rei que não pretende a coroa
mas apenas respeito pelo modo

como regente serviu sem ambição o reino.
Pode escrever-se um poema nessa hora
com D. Pedro pôr fim à intriga e derrotar a inveja
o mal dizer a mesquinhez e a mentira

essas velhas doenças que são o cancro
de Portugal. Mas de súbito por um escrúpulo moral
um supremo desprendimento que será talvez
um narcisismo do avesso ou (o que é o mesmo)

um excesso de confiança um desinteresse.
ou uma incontrolável melancolia.
D. Pedro não segue o impulso inicial
nem ouve os que lhe dizem que é preciso

atacar sem demora. O poema escreve-se
nessa razão misteriosa que leva o Infante a retirar-se
sem saber ou talvez sabendo que ao fazê-lo está
a retirar-se da própria História e a permitir

que sejam outros a fazê-la e a escrevê-la. Ninguém
saberá nunca porque hesitou naquela hora. O poema
escreve-se no alto de Penacova e nessa
hesitação fatal em que D. Pedro

inverteu o sentido do futuro. O seu e o nosso.
Talvez acima de tudo ele gostasse
não propriamente do poder mas de

podê-lo ter e não o querer. O poema escreve-se

com D. Pedro no alto de Penacova
nesse instante de renúncia em que ele diz
que mais do que poder o que é preciso
é outro modo de ser e outro país (Alegre, 2008, 13-15).

5

COMO SANTO AGOSTINHO vou pelos campos
da memória. Pronuncio o nome de D. Pedro
e o que fica é o nome não a imagem

porque tudo na memória se contém
e tudo é a palavra que nomeia.
Digo D. Pedro e ao acerto eu digo quem

é o nome e mais que o nome tempo e História
e mais que tempo e História é a própria ideia.
Vou com D. Pedro pelos campos da memória (Alegre, 21).

Cantado por grandes poetas ao longo dos quase seiscentos anos que nos separam da sua morte, o infante D. Pedro exerce uma grande influência sobre a obra de Manuel Alegre. Em discurso directo, o poeta afirma: "tive e tenho um grande fascínio pelo infante D. Pedro". Quanto às razões para tal fascínio, explica: "é, para mim, a figura maior da Ínclita Geração", acrescentando: "aquilo que me fascina nele é, por um lado, a sabedoria, o ter tido poder e o desprendimento desse poder. E, por outro, a visão que já tinha de Portugal, da Europa e do Mundo". Conselheiro de Estado, Manuel Alegre louva a sabedoria do infante, visível nas cartas ao irmão D. Duarte, em especial a Carta de Bruges, que não se cansa de citar, como actual: "é um tratado de governação, de boa administração e de civismo". No entender do político, escritor e poeta, foi grande a influência que teve nas navegações, através de cartas e de outras informações que disponibilizou. E diz mesmo: "acho que teve uma influência maior que a do infante D. Henrique". Além disso, entende que o infante D. Pedro tinha a visão: "de partir, descobrir, explorar, mas sem esquecer o ponto de partida. Sem esquecer o país". Por isso, afirma: "a visão que tinha não era apenas a do 'transporte', como diz António Sérgio" (Ver apêndice 5). Com efeito, o sociólogo, historiador e político, no artigo "As Duas Políticas Nacionais", comparou as visões do infante D. Pedro e do irmão D. Henrique:

> Poderemos chamar às duas escolas, portanto, a 'política da Fixação' e a 'política do Transporte'; a política da produção e a política da circulação; a política da estabilidade e a política do aventurismo; a política nuclear e a política periférica; a

> política de D. Pedro e a política de D. Henrique; a política da boa capa e a política do mau capelo (Sérgio, 1972, 70).

António Sérgio explica de seguida que a doutrina da 'Fixação': "não é uma ideia exclusivista: não pretende que desistamos de comerciar e transportar; muito pelo contrário". É que uma actividade comercial marítima sólida e vigorosa, esclarece, tem de assentar numa pujante vitalidade da base económica metropolitana que envolva a prosperidade dos demais cidadãos. Isto porque, diz: "a faina da periferia, que essa corrente vital do exterior para o interior, ou centrípeta, será mórbida e extenuante se não for forte e regular a vitalidade do seu núcleo", ao mesmo tempo que tem de ser saudável: "a corrente [sanguínea] que vai de dentro para o exterior, ou centrífuga, na lida económica do país". Em resumo, afirma que o fortalecimento interno: "deve acompanhar a faina externa [devem os lucros do comércio marítimo fomentar o enriquecimento de Portugal, na fabricação e na agricultura]" (Sérgio, 70). Além disso, também esclarece que o que condena na 'política do Transporte' não é "[o] transporte nem a exploração do ultramar: é o supor que tal política, por si só, com exclusão da outra, resolve o problema nacional" (Sérgio, 70-71). O sociólogo e historiador entende que não há que discutir as navegações, porque se não descobrisse o Oriente: "falharia a Nação ao seu papel". Mas reconhece que, enquanto povo: "realizámos o tráfico da especiaria com absoluta falta de inteligência, com perdas enormes de naus naufragadas por incúria completa na construção e na carga". E concretiza a ideia dizendo que trazíamos até Lisboa os produtos orientais, assumindo a parte mais difícil, arriscada e dispendiosíssima no trabalho do transporte, deixando aos outros o melhor proveito. Esperávamos: "que os compradores os viessem buscar ao nosso porto: os Italianos, os Franceses, os Flamengos, os Alemães – e tutti quanti". E conclui, em jeito de parêntesis, que mais tarde: "os Holandeses não procederam da mesma forma, ao despojar-nos do monopólio: distribuíam eles próprios aos mercados consumidores, fomentando pois a sua marinha, e não a marinha dos outros povos" (Sérgio, 71).

Manuel Alegre ainda expressa, de uma outra forma, a admiração que sente pelo infante D. Pedro quando afirma: "foi, de certa maneira, um dos primeiros europeus, porque era um humanista" e explica que o infante percebeu: "a importância da ligação política entre Lisboa e as cidades que naquela altura eram a vanguarda da Europa, como Veneza, Génova ou Florença. Cidades que ele tinha a vantagem de ter visitado durante a viagem que fez pela Europa". Considera que D. Pedro foi uma figura incómoda por ter pretendido manter o espírito da revolução liderada pelo pai em 1383-85. Incómodo também: "pela

maneira como encarou o próprio poder e como encarou os grandes do país, com quem entrou em conflito. Grandes esses que depois intrigaram contra ele junto do futuro D. Afonso V". Com isso regressa à ideia de António Sérgio: "eram duas visões. Uma, marialva, de travar batalhas em África. A outra, do infante D. Pedro, muito mais humanista, muito mais racional e programática". Porque, na opinião do poeta, D. Pedro: "tinha um programa e um projecto para Portugal". Entende que a oposição entre as duas visões tem sido cíclica no país e, por isso, a visão do infante D. Pedro: "de vez em quando, vem ao de cima e depois vai outra vez para Alfarrobeira, quando surgem os marialvas". Já no que diz respeito ao tratamento dado à memória do infante entende: "são ajustes de contas", porque: "de certa maneira, estamos sempre a cair com ele em Alfarrobeira". E conclui: "ao longo da história, temos tido algumas Alfarrobeiras" (Ver apêndice 5).

Os textos narrativos, sobretudo as crónicas, cartas, leis, normas e preceitos, são peças fundamentais para a recriação da memória da primeira metade do século XV e do duque de Coimbra, excepto no que diz respeito à infância e adolescência, de que pouco ou nada se sabe. Ao longo dos séculos, surgiram igualmente romances, opúsculos e dramas, bem como poemas, que podemos classificar como ficções da memória, alusivos ao infante D. Pedro. Em relação ao teatro Birgit Neumann afirma: "dramas may resort to dialogues in order to portray specific versions of the past or re-enact past events through the use of flashbacks" e acrescenta: "the action of the past can be understood as a sequence of episodic memories and thus as a dramatic analogue to the narrative representation of consciousness". Já no que diz respeito à poesia e aos poemas, entende: "speakers may figure as representatives of a particular memory culture and articulate both individual and collective memories". Em seu entender: "memory poetry is characterized by a pronounced heteroreferentiality and thus spurs a fictitious collective audience to recall fateful events of the shared past". Por isso, conclui: "due to their specific metrics and often rhymes, poems are particularly apt to affect and shape cultural memory" (Neumann, 2008, 340-341).

A professora de literatura inglesa da Universidade de Dusseldorf discorre ainda sobre a literatura que, envolvida com outros sistemas da memória cultural, resulta em impactos reciprocados: "it not only draws on pre-existing discourse systems but is also in a position to productively influence these systems", pelo que considera: "the concepts of memory staged within the médium of fiction may influence the extra-literary memory culture – given that they are also actualized by the recipientes". Assim sendo, sublinha: "these

concepts can influence the creation and reflection of individual as well as collective images of the past" (Neumann, 341). Para a investigadora, a literatura torna-se um meio formativo no âmbito da cultura da memória e, por isso: "on the basis of symbol-specific characteristics, can fulfill particular functions, functions which cannot be served by other symbol systems" (Neumann, 341).

Curioso é também reparar nas correntes e na distribuição da literatura sobre o infante D. Pedro ao longo dos séculos. Assim, na segunda metade do século XV e durante os séculos XV e XVI, aparte algumas cartas e memorandos de D. Afonso V, logo após Alfarrobeira e a morte do infante, os textos produzidos são, de um modo geral, favoráveis à memória de D. Pedro, ainda que, essencialmente, em círculos mais instruídos. É depois da morte de D. João II, da ascensão ao trono de D. Manuel I – que procurou fazer esquecer a memória do Príncipe Perfeito, assim como a do avô, o infante D. Pedro, primeiro duque de Coimbra – e da reconstrução da Casa de Bragança que, no século XVII, surge aquela que nos parece ser a primeira obra contra o infante, da autoria de Gaspar Dias de Landim, que sabemos ter sido um homem da Casa de Bragança. Pode dizer-se que os séculos XVIII e XIX são, na maioria dos casos, tranquilos para a memória do duque de Coimbra. Também podemos constatar que as recordações construídas durante a fase do romantismo foram benéficas para a memória do infante. Já o século XX, o ambiente, que ainda começou favorável, foi-se-lhe tornando adverso e, por vezes, mesmo completamente antagónico, salvo em textos de investigadores e académicos, como, por exemplo, Vitorino Magalhães Godinho, António Sérgio ou António José Saraiva. Só a poesia se mostrou sempre defensora da memória do infante D. Pedro. Ao longo dos séculos, foram vários os poetas que se lhe referiram e lhe dedicaram a atenção do seu talento em termos elogiosos. A culminar este movimento, já nos finais do século XX e no início do novo milénio, coube a Manuel Alegre elaborar a mais vasta e completa obra poética sobre o infante D. Pedro, primeiro duque de Coimbra. Falta-lhe, confessa, produzir uma peça teatral sobre o infante, algo que diz que a investigadora de estudos clássicos, especialista em cultura grega e latina, Maria Helena da Rocha Pereira, lhe pediu muito. "Mas não calhou", sublinha, rematando: "só saíram os poemas" (Ver apêndice 5).

Who controls the past controls the future: who controls the present controls the past

(George Orwell, *Nineteen Eighty-Four*, 2001)

6 - Conclusões

A reputação de uma pessoa é construída a partir do que fez e do modo como se comportou durante a vida, ou pela forma como é recordado depois da morte? Será possível apagar, condicionar ou refazer a memória de alguém ao longo dos séculos? Foi com estas interrogações que iniciámos o estudo e, agora, podemos concluir que a reputação de alguém tem muito mais a ver com a forma como é recordado depois da morte e que é possível alterar, condicionar ou destruir a imagem de uma pessoa ao longo do tempo. A obliteração da memória do infante D. Pedro, duque de Coimbra, enquanto intelectual e governante é disso exemplo. É hoje mais conhecido como o 'infante das sete partidas' pelas viagens que empreendeu pela Europa durante três anos e, sobretudo, pelas viagens imaginárias contidas no *Libro del Infante Don Pedro de Portugal*, atribuído a Gómez de Santisteban, mas que ninguém sabe ao certo quem escreveu. Verdadeira literatura de cordel, esse livro teve um enorme êxito entre os séculos XVI e XIX, conhecendo-se mais de 150 edições, entre portuguesas e castelhanas. Francisco Leite de Faria afirma até que poucos livros na península Ibérica terão tido mais edições: "na Espanha supomos não haver outro que se refira a Portugal e tenha tido tantas". Dá como exemplo *O Príncipe Constante*, de Calderón de la Barca, baseado no desastre de Tânger e na tragédia do infante D. Fernando, que também teve várias dezenas de edições, mas que está ainda longe do número atingido pelo *Livro do Infante Dom Pedro* (Faria, 1964, 481-482). Ainda assim, mesmo hoje, como afirmou Nuno Espinosa Gomes da Silva, em 2015, é arriscado falar sobre o infante D. Pedro:

> Escrever – entre nós – sobre algo que se relacione com o Infante D. Pedro não é fácil e é temerário. Mais de cinco séculos e meio decorreram sobre a sua morte e, todavia, a História ainda se não dele apoderou: está naquela espécie de limbo que é o passado que não passou, o passado que não foi remetido para o sereno Museu da História. Porque há o passado que passou e o passado que não passou que, de algum modo, continua vivo, que não é tratado como qualquer coisa que já foi (Silva, 2015, 13).

O primeiro duque de Coimbra foi o quarto filho de D. João I e D. Filipa de Lencastre, mas o segundo na linha da sucessão devido à morte dos dois primeiros. Foi educado, como os irmãos, num clima de cultura e moralidade, impostas pela mãe, e de fortalecimento físico, patrocinado pelo pai. Percorreu a Europa, combatendo ao lado de Sigismundo, rei da Hungria e Boémia e futuro imperador do Sacro Império Romano-Germânico, contra os turcos otomanos. No périplo europeu, de 1425 a 1428, viajou por

Inglaterra, Flandres, Alemanha, Hungria, Florença, Pádua, Veneza, Roma, Castela e Aragão. Desempenhou missões diplomáticas importantes para Portugal e, além de trazer o *Livro de Marco Polo* (conhecido também como Marco Paulo) e, segundo a tradição, um mapa-mundo, de Veneza, bem como conhecimentos marítimos e, provavelmente, especialistas em construção naval, conseguiu do Papa Martinho V avanços importantes no domínio simbólico, como a imposição da coroa e a unção dos reis de Portugal no momento da coroação, assim como a designação de príncipes para os filhos reais que, até aí, eram designados infantes. De Pádua trouxe ainda uma relíquia de Santo António que ofereceu à casa de Santo António, em Lisboa, e que, na opinião de alguns investigadores, apesar de já ter desaparecido, será a que está presente nos Painéis de S. Vicente, atribuídos a Nuno Gonçalves, precisamente no chamado Painel da Relíquia.

O regresso da viagem europeia de D. Pedro é um dos momentos-chave da vida do infante, ao escolher com quem pretende casar. Ao contrário do que alguns investigadores e historiadores têm aventado, o primeiro duque de Coimbra, depois de saber da conclusão das negociações para o casamento do irmão D. Duarte com D. Leonor de Aragão (por carta de D. Afonso V, de Aragão) não casou com a primeira mulher que lhe apareceu à frente. István Rákóczi, professor do Departamento de Língua e Literatura Portuguesas da Universidade de Budapeste, admite a possibilidade de o infante ter recusado casar com uma filha do rei Sigismundo, da Hungria, e essa ser uma das razões da sua partida. Mas também em Veneza, onde foi recebido principescamente pelo doge Francesco Foscari, esteve em bailes, em sua honra, com muitas e belas damas solteiras, que não o impressionaram. Para Nuno Espinosa Gomes da Silva: "a pobre, infeliz, mísera e miseranda Isabel de Urgel é, efectivamente, a mulher com quem D. Pedro pretende casar". Porquê? Porque, segundo o catedrático de Direito, especialista em Direito da Família, tinha um atributo que mais ninguém tinha, o de ser, por morte do pai, pretendente à coroa de Aragão (Jaime de Urgel, fora um pretendente vencido). Algo que só virá a ter efeitos no filho primogénito do casal após a morte de D. Afonso V, de Aragão, e a renúncia ao trono aragonês de D. Henrique IV, de Castela. A Catalunha, não querendo aceitar como rei D. João II, de Navarra, convidou, em 1464, o condestável D. Pedro, que será nomeado conde de Barcelona (Pere IV), intitulando-se ainda rei de Aragão – D. Pedro V – e de Valência – D. Pedro III. Terá um reinado breve, uma vez que morreu de doença (a suspeita de envenenamento está, como sempre, presente) a 29 de Junho de 1466, em Granollers, a mesma cidade que o vira nascer.

O *corpus* da investigação comporta as fontes primárias, relativas às obras da autoria do infante D. Pedro ou que por ele foram traduzidas, as cartas que trocou com o irmão D. Duarte e com outras figuras do seu tempo, mas também os textos ou documentos que sobre ele foram produzidos ao longo dos séculos. Além de escrever, com frei João Verba, o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, o primeiro duque de Coimbra produziu inúmeras epístolas, das quais se destacam a *Carta de Bruges* e os conselhos ao novo rei, ambas destinadas a D. Duarte. Mas também traduziu o *Livro dos Ofícios* (*De Officiis*), de Marco Túlio Cícero, para português e traduziu ou fez traduzir o *Compêndio da Arte Militar* (*De Re Militari*), de Flávio Vegécio, o *Regimento dos Príncipes* (*De Regimine Principum*), de Egidio Romano, assim como, especula-se, o *Livro de Marco Polo*. Além da prosa, aventurou-se igualmente no campo da poesia, apesar de só ter chegado aos nossos dias um poema de sua autoria e também pugnou pela abertura de uma universidade em Coimbra, que seria a segunda do país. Sempre se opôs às conquistas territoriais em Marrocos, tão do agrado das grandes casas senhoriais, sendo uma das vozes que se levantou, durante o reinado de D. Duarte, contra a empresa de Tânger, que se transformou num desastre. Durante a regência, esteve envolvido, com o irmão D. Henrique, na colonização dos Açores e no desenvolvimento das navegações de descobrimento e de estabelecimento de relações comerciais com outros povos, designadamente nas costas da África recém-descoberta. Neste contexto, em 1443, concedeu ao irmão D. Henrique o monopólio do comércio com a Guiné e da navegação a sul do cabo Bojador.

O infante D. Pedro ambicionava novos horizontes para um pequeno reino endividado e sem possibilidade de expansão territorial na Europa e cujos recursos deviam ser canalizados para a descoberta de novas origens de comércio. Essa parece ter sido a grande condicionante da sua vida enquanto governante, por ter sempre a oposição da nobreza. Com defeitos e virtudes inegáveis, o regente entre 1439 e 1448, mesmo travado pelas condicionantes territoriais e humanas e o peso das dívidas acumuladas, pelas pressões internas e externas e pelo sentido ético de lealdade cavaleiresca para com a família e a o reino, conseguiu manter acesa a chama da aventura e da descoberta que lhe norteou a vida e haveria de ser continuada pelo neto D. João II. Empurrado para funções governativas pela morte do irmão D. Duarte, foi regente na menoridade do sobrinho e futuro genro, D. Afonso V – que subiu ao trono com seis anos –, entre 1439 e 1448. Foi objecto de uma conspiração da nobreza, chegando a constituir-se, ainda em 1438, um grupo de conjurados, ao qual estava ligado o meio-irmão, D. Afonso, conde de Barcelos, que o

regente fez duque de Bragança em 1442. O preenchimento do lugar de condestável do reino pelo filho D. Pedro, quando o conde de Ourém, seu primo, reclamava o cargo, por o considerar uma 'herança' do avô materno, D. Nuno Álvares Pereira, abriu uma ferida que nunca mais sarou e que, alguns cronistas, incluindo Rui de Pina, consideraram uma das principais razões que levaram à morte do duque de Coimbra. O certo é que o duque de Bragança e o filho, o conde de Ourém, coadjuvados pelo arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha e o irmão D. Sancho de Noronha, mais tarde conde de Odemira, assim como o marechal do reino D. Vasco Fernandes Coutinho, depois conde de Marialva, conspiraram contra D. Pedro, a família e os amigos.

O período que antecedeu Alfarrobeira foi de enorme actividade dos inimigos do duque de Coimbra. Instalados na corte após a partida do infante D. Pedro para as terras do seu ducado, inventaram argumentos para voltar o rei adolescente contra o tio e sogro, certamente apoiados nos ensinamentos da *Retórica a Herénio*, um importante manual retórico da Antiguidade que foi divulgado, sobretudo nos meios eclesiásticos, durante a Idade Média. Já antes, na sua *Retórica,* o próprio Aristóteles estabelece uma definição: "retórica [é] a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir" (Aristóteles, 2018, 75). Os paralelismos entre propaganda, persuasão e retórica, são conhecidos, com todas as etapas do processo argumentativo identificadas por Aristóteles: invenção, disposição, elocução e acção (Ver pag. 53). Assim como os grupos ou instâncias de relação retórica: "*ethos*, o carácter do orador; *pathos*, a emoção do auditório; *logos*, a argumentação" (Sousa, 2001, 17). *Retórica a Herénio* é uma obra de autor desconhecido, escrita sob a forma de epístola, que foi durante muito tempo atribuída a Cícero pela semelhança com o *De Inventione*. O autor da *Retórica a Herénio* previu sempre a existência de duas abordagens diferentes para os problemas, a do acusador e a do defensor. O tratado retórico quando fala, por exemplo, do campo judiciário, refere: "a narração do acusador deve lançar suspeitas aqui e ali, de modo que todo ato, todo dito, todas as idas e vindas, tudo, enfim, pareça motivado" e ainda: "a narração do defensor deve ter exposição simples e clara, com atenuação da suspeita" (*Retórica a Herénio*, 2005, 89). D. Pedro nunca pôde defender-se, porque os inimigos lho negaram, evitando, por todos os meios, o contacto do infante com o sobrinho e genro D. Afonso V, uma vez que isso podia deitar por terra os seus planos.

A propaganda, do latim *propagare*, é uma forma de disseminar ideias, crenças, ideologias, não persegue fins lucrativos, mas tem o intuito de persuadir. É, por isso, um modo de

comunicação. A propaganda não existia enquanto tal na Idade Média, mas existiam métodos comparáveis nos domínios político e ideológico. A Igreja católica dominava os processos culturais e muita da informação da época e, igualmente, da propaganda religiosa era veiculada em sermões a partir dos púlpitos. Os governos, por seu lado, ganhavam expressão através de leis e outras regras impostas sobre os súbditos, mas, sobretudo, por intermédio de crónicas encomendadas a escribas do regime. O primeiro duque de Coimbra debateu-se, por certo, com homilias que lhe eram contrárias por parte do arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha, e de sacerdotes das dioceses que dele dependiam.

Os conjurados contra o infante D. Pedro começaram por sugerir que a rainha D. Leonor, mãe de D. Afonso V, fora escorraçada de Portugal por D. Pedro e chegara a viver na miséria até ser envenenada a mando do infante. Alguns autores, como Oliveira Martins, até apontam a possibilidade de as acusações irem até à morte de D. Duarte, também ele envenenado pelo irmão D. Pedro (Martins, 1936, 316). As mentiras eram tais que procuravam autenticá-las com o testemunho de antigos criados ou aias da rainha. Também contaram com ajudas externas, como a de um protonotário de apelido Berredo que se fazia passar por amigo de D. Pedro para deturpar as informações que depois passava ao rei e o indispunham ainda mais contra o infante. Martim Mendes (ou Mendez) de Berredo era um fidalgo que tinha vivido durante uns anos na corte da Santa Sé e, como disse Duarte Nunes de Leão, possuía: "algumas letras, tinha muita audacia, e malicia, e pouca vergonha", atributos que considera necessários para alguém que, sem grandes escrúpulos, quisesse singrar na corte (Leão, 1975, 830). Um verdadeiro alcoviteiro industriado pelo conde de Ourém e pelo arcebispo de Lisboa que, a pretexto de enviar informação para Roma, tinha acesso facilitado ao rei e, segundo Rui de Pina, foi uma das piores influências na teia montada de desinformação, dissimulação, falsificação, manipulação de informação e propaganda, aquilo a que os anglo-saxónicos chamam *deception or falsehood*.

A intriga sistemática junto de um rei adolescente, de 16 anos, acabou por dar resultados e afastar o infante D. Pedro do governo do reino. Os acontecimentos precipitaram-se após a saída de D. Pedro da corte e o regresso a Coimbra, com os inimigos a instalarem-se junto de D. Afonso V e as maquinações do grupo liderado pelo duque de Bragança a acabarem por conduzir o duque de Coimbra e as suas gentes a uma armadilha, conhecida como batalha de Alfarrobeira, onde o maior exército até então reunido por um rei

português, cerca de 30.000 soldados, defrontou uma pequena força de alguns, poucos, milhares de homens. O infante nasceu medieval e, apesar de ter sofrido uma abertura ao humanismo ao longo da vida, acabou por morrer como um cavaleiro medieval, à frente do seu exército. Só não foi um massacre porque, logo no início do confronto, um besteiro dissimulado entre as moitas matou o infante com uma flecha no coração e, acto contínuo, o seu grande amigo D. Álvaro Vaz de Almada foi também ele cercado e abatido, terminando a refrega. O corpo de D. Pedro foi deixado no campo durante três dias, à mercê de animais e aves de rapina, até ser sepultado, como um indigente, na igrejinha de Alverca. A família foi perseguida, teve de fugir e todos os bens do duque de Coimbra e dos seus seguidores foram confiscados pela coroa, ao mesmo tempo que a memória de D. Pedro era condenada, numa verdadeira *damnatio memoriae*, como a que foi aplicada a vários imperadores e patrícios romanos. Uma situação que durou até ao nascimento de D. João II, em 1455, quando D. Afonso V reabilitou a memória de D. Pedro e lhe organizou um funeral de Estado, transferindo os ossos do infante para junto dos pais e irmãos, no mosteiro da Batalha.

No domínio da memória, que a aristocracia portuguesa já valorizava, Gomes Eanes de Zurara foi o cronista escolhido para fazer valer a versão oficial dos factos. Em 1449 terá sido instruído por D. Afonso V para escrever a terceira parte da crónica de D. João I, a que chamou *Crónica da Tomada de Ceuta* e que ficou pronta em 1450. No ano seguinte foi nomeado guarda-conservador da Livraria Real altura em que já trabalhava na Crónica dos Feitos da Guiné, sob os auspícios do infante D. Henrique. Em 1453 completou a referida crónica e em 1454, tomou o lugar de Fernão Lopes como guarda-mor da Torre do Tombo e cronista régio – o motivo indicado para o afastamento de Fernão Lopes foi a idade, a razão efectiva parece ter sido a proximidade com o infante D. Pedro. Gomes Eanes de Zurara procedeu, por ordem de D. Afonso V, na segunda metade do século XV, a uma reformulação e reorganização dos registos das chancelarias régias. O reformador efectuou uma nova selecção e procedeu à cópia de documentos dos registos primitivos para os que considerava definitivos, omitindo informação e partes de documentos que Judite A. G. de Freitas, no artigo "Chancelarias Régias Quatrocentistas", considera importantes (Freitas, 2009, 139). Em relação à chancelaria de D. Afonso V, a autora refere ter encontrado documentos relativos a 1449 disseminados por sete livros diferentes e também: "surgem com relativa frequência livros que tendo sido consignados a um ano incluem fragmentos, cadernos e fólios, de anos diversos" (Freitas, 2009, 143-144). Já as

páginas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), em relação ao mesmo rei afirmam: "falecem-nos, infelizmente, os livros de registo da chancelaria afonsina dos anos de 1447 e 1448", acrescentam ainda: "o primeiro, de 264 folhas, ainda existia em 8 de Fevereiro de 1529, mas já então não é mencionado o do ano de 1448" e concluem: "é lacuna deveras grave, que não julgamos preenchível pelas fontes existentes" (ANTT, Chancelaria de D. Afonso V). Curiosamente, em todas as chancelarias disponíveis para consulta, o ANTT só coloca uma nota idêntica no reinado de Filipe II de Portugal, quando refere que nos instrumentos de descrição documental [IDD]: "existe uma entrada que remete para um número de livro que não existe nos livros da Chancelaria deste rei" (ANTT, Chancelaria de Filipe II).

Mais do que a manipulação das memórias, alguém poderá ter sentido necessidade de ocultar factos e documentos. Edward Bernays diz que em quase todos os actos da nossa vida quotidiana, seja na política ou nos negócios, no domínio social ou no julgamento ético, somos dominados por um número reduzido de pessoas, que compreendem os processos mentais e os padrões sociais das massas. E afirma mesmo: "it is they who pull the wires which control the public mind, who harness old social forces and contrive new ways to bind and guide the world" (Bernays, 1928, 10). Por seu lado, Harold Lasswell, em *Propaganda Technique in the World War*, de 1938, entende: "the study of propaganda will bring into the open much that is obscure, until, indeed, it may no longer be possible for an Anatole France to observe with truth that 'Democracy (and, indeed, all society) is run by an unseen engineer'". O certo é que, ainda hoje, a propaganda é manipulada por mãos invisíveis. Jowett e O'Donnell, em *Propaganda and Persuasion*, definem propaganda como a tentativa sistemática e deliberada do propagandista moldar percepções, manipular conhecimentos e direccionar comportamentos para atingir uma resposta que promova a intenção desejada (Jowett & O'Donnell, 2012, 7). Já o Institute for Propaganda Analisys forneceu uma definição, que Jacques Ellul diz ser inspirada em Harold Lasswell e que, assim, caracteriza a propaganda como a expressão de uma opinião ou a acção efectuadas deliberadamente por indivíduos ou grupos, para influenciar opiniões ou acções de outros indivíduos ou grupos com referência a fins pré-determinados (*Propaganda Analysis*, 1938, 51).

A propaganda nem sempre teve uma conotação negativa e Jacques Ellul liga-a muito à influência sociológica e à acção psicológica. Em seu entender: "la propagande ne peut être étrangère aux présuppositions collectives sociologiques, aux mythes spontanés, aux

idéologies globales" (Ellul, 1991, 51). Refere, igualmente, que um reflexo psíquico da realidade social é o mito: "le mythe exprime les tendances profondes d'une société. Il est la condition d'adhésion des Masses humaines à une certaine civilisation et à son processus de développement ou de crise". Descreve-o como uma representação vigorosa, colorida, irracional e carregada de toda a capacidade de acreditar de um indivíduo e que comporta uma carga religiosa, dizendo que, na nossa sociedade, os mitos fundamentais, sobre os quais repousa toda a construção mítica, são, por um lado, a ciência e, por outro, a história. Sobre essa base, diz, organizam-se os outros mitos colectivos: "le mythe du Travail; le mythe du Bonheur (qui n'est pas la même chose que la présupposition); le mythe de la Nation ; le mythe de la Jeunesse; le mythe du Héros". E acrescenta: "la propagande est rigoureusement tenue de s'appuyer sur ces présuppositions et d'exprimer ces mythes, sans quoi personne ne s'y intéressera" (Ellul, 1991, 52). Ellul também afirma que, actualmente, não pode haver debate sobre um facto: a necessidade de a democracia 'fazer propaganda'. Além disso, refere que a propaganda privada, mais do que a propaganda governamental, está ligada de maneira importante à democracia. Para ele: "historiquement, au moment où s'établit le regime démocratique, s'installe partout la propagande sous des formes diverses". Isso, sublinha, é inevitável, porque a democracia depende da opinião pública e da competição entre partidos políticos. E conclui: "ces partis politiques, pour occuper le pouvoir, cherchent à gagner des électeurs et développent la propagande" (Ellul, 1991, 255-256). Uma situação que nos parece ser, igualmente, verdadeira para as ditaduras, uma vez que têm de se justificar em termos sociais e políticos e precisam de fazer acreditar os cidadãos nos seus princípios. O autor insiste, ao longo da obra, na necessidade de a propaganda utilizar manipulações psicológicas, o que, naturalmente, consideramos que também atingirá a memória, individual e colectiva.

Aleida Assmann proclama que a dinâmica da memória individual se traduz numa interação constante entre recordar e esquecer. Atesta igualmente a existência do esquecimento passivo, como seja perder, negligenciar, abandonar ou deixar para trás, mas sem intenção deliberada. Já o esquecimento activo está implícito em actos intencionais, como reprimir ou procurar apagar memórias, deitar fora ou destruir documentos, património ou outros elementos que induzam a recordação (Assmann, 2008, 97-98). Também Raymond Williams nos legou um conceito, segundo o qual, *structure of feeling* é a cultura de um período, isto é, o resultado vivo particular de todos os elementos da organização geral (Williams, 1965, 64). Realidade que é, no entanto, limitada pelo

terceiro nível da tradição selectiva, que considera mais difícil de aceitar e avaliar, e que consiste na rejeição de áreas consideráveis do que foi antes uma cultura viva (Williams, 68), o que nos permite falar de selecções e rejeições, que fazem com que uma parte significativa de uma dada cultura, vivida num determinado momento, acabe por se perder. José de Bragança, historiador e crítico de arte, na introdução à *Crónica da Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara, editada em 1937 e reeditada em 1973, afirma que, logo a seguir a Alfarrobeira, "onde se consumou a revindicta de uma facção ambiciosa e insofrida contra a superioridade de nascimento, de cultura e de poderio do Infante D. Pedro":

> Chacinados ou perseguidos os que não renegaram o regente, queimam-se nos arquivos públicos os livros que documentavam a sua sábia administração, fazem-se desaparecer as provas, prostergam-se todos os direitos – até o direito ao julgamento da História, que é maculado com a acusação nunca provada de traidor ao rei. *Voe victis*! (Bragança, 1973, xxxix).

Zurara efectuou, como vimos, uma reorganização das chancelarias régias, mas isso não implica que tenha feito desaparecer o livro referente a 1448. O livro referente a 1447 pode ter desparecido na sequência do terramoto de 1755, quando o então guarda-mor do Real Arquivo da Torre do Tombo, Manuel da Maia, salvou os arquivos nacionais da torre do Castelo de S. Jorge, que sofrera uma derrocada, primeiro para uma barraca de madeira na Praça de Armas do castelo e depois, em 1757, para uma casa contígua ao mosteiro de São Bento da Saúde, onde conseguiu realizar a actual encadernação e numeração dos livros de chancelaria régia. Zurara é acusado de outras infracções, como sejam a de ter plagiado várias obras para conceber a *Crónica de Guiné*, desde uma crónica redigida por Afonso de Cerveira, ao *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, do infante D. Pedro. Sabemos que aquilo que hoje é considerado plágio, o não era naqueles tempos e muitos escritores copiavam partes de obras alheias sem qualquer citação. O maior problema é a degradação da imagem dos outros participantes e a exaltação do papel do infante D. Henrique na conquista de Ceuta. A tal ponto que José de Bragança, na introdução a uma das edições da *Crónica da Guiné,* afirma: "a tomada de Ceuta é narrada em tais termos que o único infante ainda vivo à data da Crónica aparece nela, sòzinho, mudando a face de uma batalha, na rua Direita, quando os portugueses fugiam desordenadamente". (Bragança, 1973, xl). Exactamente o contrário do que foi depois relatado por Antoine de La Salle, em *Consolações Dirigidas a Catharina de Neufville, senhora de Fresne*, onde um aio muito querido a D. Henrique, Vasco Fernandes de Ataíde, foi em seu auxílio, na referida Rua Direita, de Ceuta, e acabou por morrer por ele. Começou então a desenhar-se uma

estratégia de memórias encobridoras do infante D. Henrique para diluir as do infante D. Pedro. Memórias encobridoras que, segundo Paul Ricoeur, funcionam tanto à escala da memória colectiva como à da psicologia da vida quotidiana, graças à exaltação dos acontecimentos.

É bem possível que esta estratégia tivesse terminado ainda no século XV se os descendentes do meio-irmão do infante D. Pedro, o primeiro duque de Bragança, não tivessem querido vingar-se de D. João II. Tal como o avô, o Príncipe Perfeito quis retirar poder à aristocracia e concentrá-lo na figura do rei, o que desagradou a várias famílias nobres. D. Fernando II, terceiro duque de Bragança, resolveu mesmo apelar por carta aos reis católicos, de Castela, para intervirem em Portugal. Quando o rei tomou conhecimento deu-lhe, pessoalmente, voz de prisão, submetendo-o de seguida a um julgamento a que o monarca presidiu e onde o duque foi dado como culpado por alta-traição, condenado à morte e, de seguida, degolado publicamente em Évora, a 20 de junho de 1483. A casa de Bragança viu os títulos e propriedades confiscados pela coroa e os seus membros exilados para Castela. Um ano mais tarde, D. Diogo, duque de Viseu, primo de D. João II e irmão da mulher, a rainha D. Leonor, conspirou para apunhalar o soberano em Setúbal, mas como um dos envolvidos avisou o monarca, este mandou chamar o duque ao palácio, onde ele próprio o apunhalou até à morte.

Com a morte de D. João II, em 1495, D. Manuel subiu ao trono e indultou os Bragança, restituindo-lhes todos os títulos, bens e propriedades. D. Manuel procurou, durante o reinado, apagar a memória de D. João II e do avô, o infante D. Pedro, iniciando a glorificação do infante D. Henrique. O filho mais velho do duque D. Fernando II, D. Jaime I, regressou a Portugal, iniciou um processo de restabelecimento da antiga notoriedade e poder e, como refere Caetano de Sousa: "ordenou a sua Casa à maneira de Real" (Sousa, 1738, 558), iniciando a construção de um sumptuoso palácio, o Paço Ducal de Vila Viçosa. Com este duque, como nos diz Luís de Matos, em *A Corte Literária dos Duques de Bragança no Renascimento*, vão começar a ser ministradas no paço ducal as disciplinas elementares do *trivium* – lógica, gramática e retórica – e, mais tarde, também as do *quadrivium* – aritmética, música, geometria e astronomia. D, Jaime I teve até o sonho de instalar uma universidade em Vila Viçosa (Matos, 1956, 16). A mágoa da Casa de Bragança em relação a D. João II também se manisfestou a partir dessa altura e o infante D. Pedro, avô e inspirador do Príncipe Perfeito, foi igualmente abrangido.

Os sucessores de D. Jaime seguiram-lhe os passos e abriram o paço ducal à frequência de mentes brilhantes. Para isso tinham necessidade de um grande número de colaboradores. Antonio Caetano de Sousa, na *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, explica: "na Casa do Duque D. Theodosio havia trezentas e vinte e quatro pessoas, que venciaõ moradias, e sallarios." Quem eram, Caetano de Sousa quantifica-os: "dezaseis Fidalgos, nove Moços Fidalgos, sessenta e hum Cavalleiros Fidalgos, quatorze Escudeiros Fidalgos, dezaseis Cavaleiros, doze Escudeiros, cincoenta e quatro Moços da Camera", num total de 182, e completa: "assim todos os mais, conforme os seus empregos" Sousa, 1739, 83). Segundo Luís de Matos, terão passado por Vila Viçosa jovens como Martim Afonso de Sousa: "que iria lançar as bases da colonização do Brasil", Fernão de Magalhães, Diogo Mendes de Vasconcelos – latinista, foi rival de André de Resende em assuntos arqueológicos, embora tenham publicado obras conjuntas –, e Gonçalo Pinheiro, futuro bispo de Viseu (Matos, 1956, 20). Muitos outros geógrafos, médicos e juristas foram protegidos dos duques de Bragança que estenderam também o manto protector aos homens de letras, sabendo-se que era grande o ódio a D. João II e, por acréscimo, ao avô, que tanto venerara, o infante D. Pedro. Entre os protegidos dos duques estiveram Jerónimo Corte Real, o poeta Pedro Andrade de Caminha e Públia Hortênsia de Castro, incluídos no rol das mercês do duque D. Teodósio II (Matos, 23 e 31).

Manuel Inácio Pestana, historiador e investigador que trabalhou no Arquivo da Casa de Bragança, no paço ducal de Vila Viçosa, editou uma obra sobre os *Cronistas da Sereníssima Casa de Bragança*. Aí expõe que qualquer um dos autores citados como "Cronistas Livres", mas oficiais, e contemplados: "nas mercês de D. Teodósio II, 7º duque de Bragança" poderia: "ter recebido o encargo de 'poer em caronica' os fastos da nobre Casa" (Pestana, 2001, 21). Começa por Francisco Rodrigues Lobo, autor de *O Condestabre de Portugal*, seguindo-se João de Tovar Caminha, Pedro de Sousa Brito, Gaspar Sentido, João Baptista Lavanha, Francisco de Morais Sardinha, Manuel Correia Montenegro, frei Manuel Calado, Belchior de Andrade Rego e Gaspar Dias de Landim. Este último produziu, no primeiro quartel do século XVII, um manuscrito de grande agressividade contra a memória do infante D. Pedro, primeiro duque de Coimbra, texto esse que só viu a luz do dia entre 1892 e 1894, quando foi publicado por Luciano Cordeiro, sob o título *O Infante D. Pedro – Chronica Inedita*, em três volumes. O texto foi dedicado por Dias de Landim a D. João II, duque de Bragança (futuro rei D. João IV), ainda durante o período filipino, ou seja, antes de 1640.

Gaspar Dias de Landim fala mesmo numa pena imposta pelos 'excessos' e 'delitos' do infante D. Pedro que consistia em perder a vida, bem como a casa e os bens de família, sendo também a memória condenada para sempre (Landim, 1894, 85). Esta parece ter sido a vontade expressa dos que influenciaram o rei no conflito que teve o seu epílogo em Alfarrobeira e que pretendiam apagar para sempre qualquer vestígio da existência do duque de Coimbra. O certo é que, mesmo com o perdão e a reabilitação da imagem, decretados pelo rei D. Afonso V em 1455, já depois do desaparecimento do arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha, em 1452, houve sempre quem se dispusesse a escrever contra o duque de Coimbra ao longo dos séculos e a denegrir-lhe a imagem. Até aos nossos dias, foram vários os autores que procuraram manchar a figura e a acção do infante que, ao mesmo tempo, também contou com muitos outros, geralmente académicos, para o enaltecer enquanto estadista e homem de cultura. Como ficou dito, existiam duas visões, a da nobreza e também do infante D. Henrique, que privilegiava o espírito de cruzada e as conquistas territoriais em Marrocos, e a da burguesia, que preferia o descobrimento de novas terras e mercados, o povoamento e o estabelecimento de feitorias para trocas comerciais. D. Pedro optou pela segunda, o que alimentou a fogueira do ódio dos que pretendiam aniquilá-lo. A primeira acabou por prosperar e, em 1469, D. Afonso V arrendou mesmo a exploração da costa de África a Fernão Gomes, um comerciante e explorador privado. A prova disso é dada por Vitorino Magalhães Godinho quando refere que, durante os oito anos de regência de D. Pedro, foram exploradas 198 léguas de costa africana e, nos 12 anos seguintes, apenas 94 léguas, o que considera pouco, mesmo tendo em atenção a maior dificuldade de navegação (Godinho, 2008, 199), o que põe em causa, não a acção de D. Henrique, mas do governante, neste caso, D. Afonso V (Ver apêndice 4).

A questão é que a nuvem de esquecimento dirigida à figura do infante D. Pedro vingou, sobretudo com o apoio significativo da propaganda do Estado Novo, das comemorações nacionalistas de 1940 – Exposição do Mundo Português – e 1960 – Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique –, propagou-se até aos nossos dias. Essa propaganda do Estado Novo, inculcada, pela aprendizagem escolar e pelas comemorações públicas, no espírito dos portugueses, moldou a memória colectiva por forma a validar os mitos dos séculos XV e XVI. Escolheram-se os heróis e encontraram-se imagens que foram divulgadas massivamente. Quem não reconhece imediatamente o infante D. Henrique trajado de preto e com chapeirão a condizer? Mas, será aquela a verdadeira imagem do

infante? Tudo indica que não, sobretudo quando cotejada com a escultura que se encontra entre as portas da igreja de Santa Maria de Belém (Ver apêndice 6) mais semelhante à primeira figura do Painel dos Cavaleiros no políptico de São Vicente. Mas foi a primeira imagem que prevaleceu e foi disseminada pelo mundo, dando um rosto ao 'Navegador' que, afinal, parece ter mais parecenças com o *Leal Souvenir*, pintado por Jan van Eick em 1432 e, actualmente, na National Gallery, de Londres (Ver apêndice 7). Já o irmão D. Pedro, ostracizado pela Casa de Bragança, foi votado ao esquecimento, apenas referido pela fama que granjeou além-fronteiras como 'infante das sete partidas', o que se mostrou mesmo conveniente, uma vez que até Camões se lhe refere em *Os Lusíadas* quando se refere à morte "enganada" pela "fama ilustre" que dele [D. Pedro] ficou na "Germânia" (Camões, 1960, 226), e Miguel de Cervantes em *D. Quixote de la Mancha*, na passagem onde se pode ler a promessa: "de no sossegar, y de andar las siete partidas del mundo, com mas puntalidad que las anduvo el Infante don Pedro de Portugal" (Cervantes, 1615, 90-91). Ainda assim, surge um rosto nos Painéis de S. Vicente, repetido no Museu de Aveiro (Ver apêndice 8), entre muitos outros que lhe foram atribuídos (Ver apêndice 9).

A propaganda também tem sido alimentada com os mitos de santos, tão caros à população. O Santo Condestável, que só foi santificado em Abril de 2009, ou o Infante Santo e Santa Joana Princesa, que, até hoje, foram apenas beatificados. Curiosamente, outros mitos, como o da *Ala dos Namorados*, romanceado por António Campos Júnior pelos feitos de jovens cavaleiros na batalha de Aljubarrota, ou os *Doze de Inglaterra*, que vingaram a honra de doze damas inglesas, imortalizados por Camões, Garrett ou Teófilo Braga, têm vindo a perder visibilidade. Segundo a lenda, onze dos doze cavaleiros seguiram para Inglaterra por mar, mas Álvaro Gonçalves Coutinho, conhecido como o Magriço, diz-se que por querer conhecer outras terras e outras gentes, seguiu por terra. Como muitas vezes acontece na vida real, mas, neste caso, para gerar maior 'suspense', o décimo segundo cavaleiro não estava presente à hora a que devia começar o torneio de desagravo das damas. Chegou no último momento e o combate, primeiro a cavalo e depois a pé – existem diferentes descrições, consoante a origem do texto –, foi ganho pelos cavaleiros portugueses que, heroicamente, lavaram a honra das damas inglesas. Os ecos dessa política continuaram a fazer-se sentir, mesmo em ambiente democrático. Como afirma Jacques Ellul: "cette lenteur de construction des réflexes ou des mythes, de l'environnement psychique et des préjugés suppose une propagande de très longue durée" (Ellul, 1991, 29).

A mais recente iniciativa aonde são visíveis os resultados desta política de propaganda do Estado Novo, que se tem perpetuado em democracia, é a *Exposição Universal da Matriz Portuguesa – Portugal 880 Anos*, consultável *online* e que, além de enaltecer os feitos dos portugueses dos séculos XV e XVI, também exibe um 'Panteão' com os que mais se destacaram. A promoção desta iniciativa está a cargo da Matriz Portuguesa - Associação para o Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento, fundada em Abril de 2014. A *Exposição Universal da Matriz Portuguesa – Portugal 880 Anos* conta com o alto patrocínio do Presidente da República e o estatuto de interesse cultural, concedido pelo Ministério da Cultura. A consulta do referido 'Panteão' revela que são 118 os ilustres portugueses do século XV ali representados, entre os quais se encontram o infante D. Henrique, acompanhado da legenda: "a mais importante figura do início da Era das Descobertas" e o irmão, o infante D. Pedro: "Infante das Sete Partidas" ou, na tradução em inglês: "the travelling Infant". Uma vez mais, sem uma análise crítica, se resume a vida de D. Henrique como o único responsável pela política de descobrimento, quando, na realidade, como afirma Teófilo Braga: "o infante D. Henrique ocupava-se nas descobertas marítimas exclusivamente para seu interesse pessoal, estabelecendo colonias de quem recebia as contribuições" (Braga, 1892, 137), e o percurso intelectual e político do primeiro duque de Coimbra é resumido à viagem, ainda que imaginária, pelas sete partidas do mundo.

Esta é apenas mais uma acha na fogueira da memória do infante D. Pedro, condenado a ser recordado apenas pelas miríficas viagens descritas por Gómez de Santisteban no *Livro do Infante D. Pedro de Portugal, o qual andou as Sete Partidas do Mundo*. Já no Padrão dos Descobrimentos, desenhado para a Exposição do Mundo Português, de 1940, em materiais perecíveis e depois reconstruído, em betão e cantaria, para as comemorações do quinto centenário da morte do infante D. Henrique, em 1960, o escultor Leopoldo de Almeida fez uma distribuição curiosa das figuras históricas, não se sabe se apenas por vontade pessoal, por imposição política ou por memória cultural. Colocou em lugares de destaque, além do infante D. Henrique – figura de proa –, D. Afonso V e o infante D. Fernando, dito "santo", relegando o infante D. Pedro para o último lugar do lado poente e à sua frente a única mulher do conjunto, D. Filipa de Lencastre. Isto num 'panteão' de 33 figuras dos séculos XV e XVI, onde sobressaem navegadores, desde Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Fernão de Magalhães, a António de Abreu, mas também missionários como S. Francisco Xavier, Henrique Soares de Coimbra ou frei Gonçalo de

Carvalho (Ver apêndice 1). Entre os cronistas, a escolha recaiu sobre Gomes Eanes de Zurara, esquecendo-se Fernão Lopes, Rui de Pina e assim por diante. Quem não resistiu, igualmente, ao 'apagão' foram os reis D. João II e D. Manuel I, assim como Abraão Zacuto, inventor do *Almanaque Perpétuo* e de um astrolábio melhorado. Sem lugar no Padrão dos Descobrimentos ficaram igualmente D. João de Castro, cartógrafo e discípulo de Pedro Nunes que foi vice-rei da Índia, Garcia de Orta médico e autor do *Colóquio dos Simples e Drogas da Índia*, ou Duarte Pacheco Pereira, navegador e cosmógrafo, autor do *Esmeraldo de Situ Orbis*, entre outros.

Esta representação histórica dos descobrimentos e da importância das figuras que se destacaram durante o período inicial é acompanhada por alguns historiadores, designadamente no que diz respeito ao primeiro duque de Coimbra, provando que a propaganda gerou resultados. Vimos como João Paulo Oliveira e Costa, da Universidade Nova de Lisboa, num texto sobre o infante D. Pedro publicado *online* pelo Padrão dos Descobrimentos/EGEAC, em 2020, afirma a dado passo: "D. Henrique foi, indiscutivelmente, o responsável pela génese dos Descobrimentos e pelo desencadear do fenómeno da primeira globalização", entregando a D. Pedro, enquanto regente, em nome de D. Afonso V, a responsabilidade pelo processo político de domínio dos mares pela concessão vitalícia, em 1443, ao irmão D. Henrique, do exclusivo da navegação a sul do cabo Bojador. O investigador do CHAM – Centro de Humanidades atribui, no entanto, a responsabilidade da morte em Alfarrobeira ao próprio infante, ilibando assim os carrascos: "D. Pedro não fora capaz de manter uma relação de confiança com D. Afonso V, e após ter abandonado a regência não resistiu às intrigas que seus inimigos urdiam junto do jovem rei" (Oliveira e Costa, 2020). Um 'jovem' rei que, como também já vimos, era um adolescente de 17 anos, manipulado pelas 'intrigas' daqueles que Oliveira e Costa designa como 'seus [do infante D. Pedro] inimigos'.

Em momento algum o historiador refere ou procura assinalar o valor intelectual do infante D. Pedro, nem as preocupações que mostrou ter com o país. Na Carta de Bruges, de 1426, que é um verdadeiro tratado de governação, o infante recomendou, por exemplo, a D. Duarte, que já governava o reino em vida de D. João I, a criação de colégios na Universidade de Lisboa para ricos e pobres, o que visava aproveitar a inteligência, viesse de onde viesse, e a especialização desses colégios, como tinha visto em Paris e Oxford, um para clérigos e outro, ou outros, para as letras e as ciências (Ver anexo 1). Por outro lado, em 1443, o infante D. Pedro, já como regente em nome de D. Afonso V, determinou,

por carta – *História da Universidade de Coimbra*, de Teófilo Braga (Ver anexo 5) –, o estabelecimento de um Estudo Geral em Coimbra. A criação de uma universidade em Coimbra foi aprovada em 1433 e chegou mesmo a ser dotada com meios físicos e monetários pelo cabido e pelo bispo da cidade. A prova material da existência de uns Estudos Gerais, como era então designada a universidade, está patente na "Lápide da Sapiência", que hoje se encontra nas reservas do Museu Nacional Machado de Castro. Teófilo Braga sublinha ainda que o rei D. Afonso V: "bem cedo reconheceu que fôra instrumento de um ambicioso traidor, e procurou, talvez sob a delicada influência de sua mulher, D. Isabel, filha do Infante D. Pedro, reparar o atentado em que se achou envolvido" (Braga, 1892, 144-148). O rei, de facto, ainda exarou, em 1450, uma provisão para que se estabelecesse em Coimbra uma universidade com os mesmos privilégios da de Lisboa, mas o certo é que a universidade só se fixou definitivamente em Coimbra, em 1537, já com D. João III.

A "Lápide da Sapiência", cujo texto está identificado como sendo de meados do século XV (Barroca, 1995, 192-194), deve ser o único vestígio material do tempo do infante D. Pedro, duque de Coimbra, e atesta a existência de uns Estudos Gerais fundados por carta do regente em 1443 (Ver anexo 25). A lápide inserir-se-ia numa estátua da Sapiência que, segundo o testemunho de Manuel Pereira da Silva Leal, estudante de Coimbra do século XVIII, seria "enorme", ainda que sentada, como no Selo Medieval da Universidade Portuguesa (Vasconcelos, 1990, 51-52). A figura feminina da Sapiência era, como sublinha António de Vasconcelos, "a insígnia principal da Universidade, que ela tinha de seu fundamento. Dada pelo fundador, D. Dinis, conservava-a com veneração em padrão de honra no paço universitário, e usava-a como prerrogativa no selo autenticante" (Vasconcelos, 55). A estátua terá transitado da universidade para o Colégio de S. Paulo, onde resistiu até 1838, altura em que o colégio foi adaptado a sede da Academia Dramática e do Teatro Académico. Com o desaparecimento da estátua, restou apenas a "Lápide da Sapiência". A figura da Sapiência integra ainda a actual insígnia da Universidade de Coimbra e está corporizada numa estátua presente ao cimo das escadas de Minerva (Ver anexo 26). Também o empedrado que antecede a Porta Férrea da Universidade exibe a figura da Sapiência em calçada portuguesa (Ver anexo 27).

Ainda no que aos vestígios do infante D. Pedro diz respeito, cabe falar do antigo paço de Tentúgal. Terá sido construído, ou melhorado, pelo primeiro duque de Coimbra para sua residência, mas depois da sua morte, com a apreensão dos bens e a despromoção social

dos familiares directos ordenada por D. Afonso V, passou para as mãos de outras famílias, designadamente os condes de Tentúgal os duques de Cadaval. Construído em estilo tardo-gótico, foi incendiado em 1834, no contexto das lutas entre Liberais e Absolutistas, e reedificado mais tarde com o aspecto actual, embora já se encontre, de novo, em ruínas (Ver anexo 28). Não sabemos quanto do edificado actual corresponde ao inicialmente construído pelo infante D. Pedro, se é que alguma parte resistiu às agruras do tempo e aos tratos de polé (Ver anexo 29). Podem, no entanto, observar-se as diferentes partes do edifício principal e a ruína de uma capela de paredes muito altas e inclinadas, dedicada a S. Miguel, como indica o painel de azulejos que se encontra no que seria a capela-mor (Ver anexo 30). O pórtico em ogiva é uma cópia fiel do da igreja matriz de Tentúgal, dedicada a N. Sra. da Assunção, já existente, pelo menos, desde o século XIII, cujas obras de reforma e ampliação foram custeadas, em 1420, pelo duque de Coimbra. Assemelha-se igualmente ao pórtico da igreja do convento de Santiago, situada no interior do castelo de Palmela, de que D. Pedro terá sido mentor e inspirador, segundo referiu José Custódio Vieira da Silva na obra *Paços Medievais Portugueses*, editada em 1995.

Já no que ao infante D. Henrique diz respeito, Teófilo Braga deixa uma imagem do "Navegador" que não é consentânea com a que é divulgada pela propaganda. Segundo o sociólogo, político e ensaísta, o carácter do infante D. Henrique: "decae diante do modo pouco leal como procedeu pondo-se ao lado dos intrigantes contra seu irmão o honrado infante D. Pedro, Duque de Coimbra, deixando que o assassinassem, podendo salval-o pela sua autoridade moral" (Braga, 1892, 137). Braga cita depois, sobre a mesma figura, um investigador açoriano. De acordo com o segundo Presidente da República, João Teixeira Soares de Sousa afirma em carta, de 1877, a Ernesto do Canto, um historiador igualmente açoriano: "este principe não fez mais do que aproveitar esta actividade [marítima], dando-lhes uma nova direcção, mais positiva, e menos generosa, que elle soube monopolisar e continuar em seu proveito, e da Ordem, de que era Mestre." Ao que acrescenta: "foi [D. Henrique] um empresário egoista n'este theatro da nossa actividade, nada mais". Mas há uma citação do investigador e político nascido em S. Jorge que é ainda mais demolidora: "o Infante D. Henrique vale pouco na história dos nossos descobrimentos" (Braga, 138). Numa outra carta, de 1878, João Teixeira Soares sustenta: "reputo genuinos os portulanos do seculo XIV com relação aos archipelagos da Madeira e Açores. O atribuir ao Infante a descoberta primitiva d'elles, procedeu de lisonja e de ignorância". Zurze, em seguida, o cronista ao afirmar: "Azurara, que na parte historica se

aproveitou apenas do que escreveu Affonso Cerveira, foi mais habilissimo cortezão, do que historiador severo e imparcial". O mesmo acontece com João de Barros, que ao seguir aquela crónica: "foi mais do que um amplificador rhetorico, degenerou num insigne falsario". E como corolário de tudo o que anteriormente tinha dito, conclui: "não houve em Portugal homem perante quem a historia se tenha tornado mais deturpada e falsaria do que o Infante [D. Henrique]" (Braga, 139).

6.1 – Textos culturais, textos colectivos e remediação

No domínio metodológico, utilizámos, naturalmente, na construção da presente tese a técnica do ensaio e, dentro deste e para o enformar, tendo em conta as ênfases inerentes ao objecto do estudo, trabalhámos a memória cultural, a historiografia, a antropologia e a etnografia, mas também a sociologia, contextualização histórica, semiologia, análise literária e reflexividade, ou seja, a narrativa pessoal, bem como a recepção. Recorremos por isso a análises interdisciplinares e transdisciplinares que, como refere Astrid Erll, são o sucesso da memória cultural, que define, provisoriamente, como: "the interplay of present and past in socio-cultural contexts" (Erll, 2008, 2-3). Sabemos também que a memória cultural é um fenómeno de comunicação, uma vez que sem comunicação não existe memória, até porque, como afirma Niklas Luhmann: "sem comunicação não existem relações humanas nem vida humana propriamente dita" (Luhmann, 2006, 39) e, por isso, para analisarmos factos, vidas e comportamentos com mais de cinco séculos e podermos construir uma memória tão próxima quanto possível da realidade, tivemos de basear-nos na literatura, ou antes em vários tipos de literatura, uma literatura em sentido muito amplo, num exercício diacrónico ao longo dos séculos.

Astrid Erll, em *Memory in Culture*, declara: "as a medium of cultural memory literature is omnipresent". Por consequência, investigámos desde o poema lírico ou satírico à literatura de ficção, incluindo romance histórico, notícias, crónicas, cartas, conselhos e outras regras escritas, no fundo, manifestações de todos os géneros de literatura, uma vez que na opinião de Erll: "both popular and 'trivial' literature as well as canonized and 'high' literature have served – and continue to serve – as media of memory" (Erll, 2011, 144). Em seu entender, esses géneros de literatura desempenham uma multiplicidade de funções mnemónicas, como sejam a recriação imaginativa de vidas passadas, a transmissão de imagens da história, a negociação de memórias concorrentes e a reflexão sobre processos e problemas de memória cultural, porque, sublinha: "literature permeates

and resonates in memory culture". Numa tentativa de situar as diferentes fontes de memória cultural, a investigadora salienta: "literature stands alongside other symbolic forms, or symbol systems, including history, myth, religion, law, and science" (Erll, 144).

A literatura como meio de memória cultural é, antes de mais, um fenómeno de recepção, salienta Astrid Erll. Em seu entender, quando estudamos as obras literárias e questionamos as funções que cumprem na cultura da memória, devemos partir da premissa da sua apropriação pelos leitores. Sob o aspecto da refiguração, os investigadores Aleida e Jan Assmann referem, acerca do que designam como 'textos culturais', que os textos são "actos de fala" em contextos ampliados, porque ligam produtores e receptores de uma mensagem através de fronteiras espaciais e temporais (Erll, 161). As cartas do infante D. Pedro e do seu irmão D. Duarte, assim como outros textos personalizados, como a declaração dos conjurados contra o duque de Coimbra em 1438 ou o pacto de sangue entre D. Pedro e D. Álvaro Vaz de Almada, dias antes de Alfarrobeira, fizeram-nos sentir num tempo que não é o nosso, mas onde entramos através dos textos escritos. A diferenciação entre 'textos literários' e 'textos culturais', segundo Erll, uma vez mais seguindo o raciocínio dos Assmann, é feita pelo leitor. E, cingindo-se aos 'textos culturais', afirma que se manifestam em *media* orais, visuais e/ou escritos e são meios de armazenamento, porque, sublinha: "it is through the reception framework of 'cultural texts' that literary texts are turned into storage media of the Cultural Memory". Dá como exemplo as obras de Homero, Virgílio, Ovídio, Dante ou Shakespeare, que se constituíram como componentes centrais da aculturação escolar ou religiosa e que são, eles próprios, recordados como obras canónicas. E conclui: "they thus fulfilled the typical double function of storage media of cultural memory" (Erll, 163).

Além dos 'textos culturais', existem os 'textos colectivos', conceito através do qual a investigadora alemã pretende descrever a função da literatura como meio de circulação que dissemina e molda os conteúdos da memória cultural. E sublinha: "as in the case of the Assmanns' 'cultural texts', the 'collective text', too, is first and foremost a phenomenon of reception". Em contraste com o 'texto cultural', o conceito de 'texto colectivo' aponta para uma forma de leitura em que as obras literárias são encaradas não tanto como objectos preciosos a serem recordados, mas antes como veículos que permitem visualizar o passado. Por isso, salienta: "collective texts create, circulate, and shape contents of cultural memory". Os exemplos de textos colectivos são abundantes a nível internacional, desde os romances históricos (*Waverley*, de Walter Scott) aos de

guerra (*All Quiet on the Western Front*, de Erich Maria Remarque), àqueles que apelam à imaginação dos leitores sobre diferentes áreas geográficas, como a América do Sul (*Cem Anos de Solidão*, de Gabriel García Márquez) ou a Índia (*Midnight's Children*, de Salman Rushdie). Aquilo a que, num mundo globalizado, a investigadora diz que se poderia chamar "world literature of memory" (Erll, 164). São textos que, na maior parte dos casos, foram remediados e cujas versões cinematográficas apoiam mutuamente a construção da memória, sendo, assim, textos transmedia.

Entre nós, é mais difícil encontrar este tipo de textos, até porque a literatura portuguesa só há poucas décadas iniciou uma abertura ao exterior que lhe permitiu ser traduzida, disseminada e conhecida em mais línguas e por um maior número de leitores em todo o mundo. Para isso, muito contribuiu também o prémio Nobel atribuído, em 1998, a um escritor português, José Saramago. Entre as obras que existiam na biblioteca de D. Duarte, as que mais se internacionalizaram e que, por isso, podem ser tidas como 'textos colectivos' são, naturalmente, a *Bíblia*, o *Livro de Marco Polo* (traduzido, ao que tudo indica, pelo infante D. Pedro), *Merlin* e o *Livro de Galaaz*. A estes devemos acrescentar, pela enorme divulgação em Castela e em Portugal e, ultimamente, noutros países, ainda que fazendo parte da literatura de ficção do final da Idade Média e do Renascimento, o *Livro do Infante D. Pedro que Andou as Sete Partidas do Mundo*. Todos os demais são livros que não ultrapassaram as fronteiras do país e mesmo o *Regimento dos Príncipes*, o *Livro da Montaria*, de D. João I, o *Leal Conselheiro*, de D. Duarte ou o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, de D. Pedro (D. Duarte, 1982, 206-208), assim como a *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes ou a *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Zurara, não obtiveram, até hoje, uma dimensão que permita designá-los como 'textos colectivos' na acepção de Astrid Erll, em que criam, circulam e moldam conteúdos da memória cultural (Erll, 164).

Para a investigadora alemã, conceber a 'literatura como meio de memória cultural' requer uma contextualização rigorosa das obras literárias. Significa encarar a literatura como parte da cultura da memória, envolvida nas suas dimensões social, material e mental. O que está em jogo, conclui: "is the realization that the literary production of cultural memory is an ongoing process, characterized by a dynamic interplay between text and context, the individual and the collective, the social and the medial" (Erll, 171). A poesia é um texto literário que, no caso do infante D. Pedro, encaramos como 'texto cultural' e que acompanha, desde a morte em Alfarrobeira, até aos dias de hoje, a memória do primeiro duque de Coimbra. É mesmo o género literário que nunca pôs em causa a

memória do infante e a quem Manuel Alegre dedicou uma boa parte da obra poética. A poesia é aceite como sendo a voz da alma e do sentimento e as suas raízes perdem-se nas brumas da história do homem. Aristóteles, na *Poesia*, fala das diferentes 'espécies' de poesia: "a epopeia e a tragédia, bem como a comédia e a poesia ditirâmbica e ainda a maior parte da música de flauta e de cítara são todas, vistas em conjunto, imitações". Estas três 'espécies: "diferem entre si em três aspectos": os meios não são os mesmos, nem os objectos que imitam, nem sequer a maneira de os imitar (Aristóteles, 2018, 37). O mesmo Aristóteles refere que parece ter havido para a poesia em geral duas causas naturais: "uma é que imitar é natural nos homens desde a infância e nisto diferem dos outros animais (…); a outra é que todos sentem prazer nas imitações" (Aristóteles, 42). Uma apreciação que deve ter influenciado Fernando Pessoa na sua "Autopsicografia":

O poeta é um fingidor
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente (Pessoa, 1995, 235).

Sem fingimento ou imitação, foi a perseguição movida pelos inimigos de D. Pedro e a morte do infante em Alfarrobeira, bem como as juras de destruição da memória do primeiro duque de Coimbra. Niklas Luhmann refere-se a este tipo de situações ao falar das improbabilidades da comunicação, que funcionam também como factores de dissuasão, porque: "em primeiro lugar, é improvável que alguém compreenda o que o outro quer dizer, tendo em conta o isolamento e a individualização da sua consciência". Isto porque, no entender do investigador: "o sentido só se pode entender em função do contexto, e para cada um o contexto é, basicamente, o que a sua memória lhe faculta". Ao que acrescentaríamos a assimetria da informação, uma vez que se, de cada um dos lados, se ignorar a informação disponível do outro lado, não é possível estabelecer comunicação. A segunda improbabilidade, é para o investigador alemão: "aceder aos receptores". Considera: "improvável que uma dada comunicação chegue a mais pessoas do que as que se encontram presentes numa dada situação", uma vez que: "o problema assenta na extensão espacial e temporal", e acrescenta: "mesmo quando a comunicação conta com transmissores móveis e permanentes, é improvável que possa encontrar a atenção devida, já que os indivíduos têm diferentes interesses em situações distintas". Finalmente, a terceira improbabilidade é: "a de obter o resultado desejado", uma vez que: "nem sequer o facto de que uma comunicação tenha sido entendida garante que tenha sido também aceite". Isto porque, para existir um resultado desejado, é necessário: "que o receptor

adopte o conteúdo selectivo da comunicação (a informação) como premissa do seu próprio comportamento" (Luhmann, 2006, 42-43). Os inimigos de D. Pedro, mesmo não tendo consciência delas, foram exímios a manejar as improbabilidades da comunicação, transformando-as mesmo em impossibilidades.

Em qualquer caso, não conseguiram apagar o que de bom o regente fizera. Os Estaus (ou Estaos), uma estalagem construída no Rossio, como já era vontade de D. Duarte, veio retirar aos burgueses a obrigatoriedade de dar aposentadoria a nobres e embaixadores e, por isso, quiseram erigir uma estátua ao infante, que recusou. É nesse e noutros momentos-chave da vida do infante D. Pedro que a poesia se detém. Correia Garção dedicou-lhe um poema intitulado: "Fala do infante D. Pedro, Duque de Coimbra, aos Portugueses, querendo-lhe levantar uma estátua pelo seu bom governo, o que ele não consentiu". Também Manuel Alegre, um dedicado investigador da vida do infante, compôs um poema intitulado "A estátua" e outro sobre o momento talvez mais decisivo da vida de D. Pedro, e sublinha o poeta: "do país", quando, já em 1449, foi avisado por D. Álvaro Vaz de Almada que, da posição em que as suas tropas se encontravam, podiam desbaratar os soldados de D. Afonso, duque de Bragança, que vinham: "cansados, sujos e desprevenidos". D. Pedro, provando os seus princípios éticos, deixou ao meio-irmão uma saída (ou fuga) para a vida, embora o poeta afirme que podia: "escrever-se um poema nesse momento" (Alegre, 2008, 13-15) e, provavelmente, dar outro rumo à história. D. Pedro opôs-se, dizendo que o duque: "que tantos anos se intitullara de Fylho de tal Rey [D. João I)" – com efeito, sabia-se que D. Afonso, duque de Bragança, andava sempre a bradar, relativamente ao meio-irmão D. Pedro: "eu também sou filho de Rei" – e tanta gente honrada de que vinha acompanhado: "antes conhecidamente receberia morte, que tornar atras nem consentir em tal fraqueza, aa sua honrra e estado tanto contraria" (Pina, 1977, 717).

Com a morte do infante em Alfarrobeira, começou o afã do apagamento da sua memória. Foram, de imediato, confiscados todos os títulos, bens e propriedades do próprio, da família e dos amigos, distribuídos depois pela alta nobreza que o combatera e pelos seus súbditos. Ao longo do tempo desapareceram ainda livros da chancelaria – 1447 e 1448 – e outros registos, substituíram-se nos cargos os responsáveis nomeados por D. Pedro, retiraram-se mercês, deu-se provimento às reclamações dos antigos criados da rainha. Tudo serviu para fazer esquecer o infante, como aconteceu, mais recentemente em relação à tentativa de aniquilamento da Bósnia-Herzegovina, quando a artilharia sérvia destruiu

a Biblioteca de Sarajevo, procurando destruir a memória dos bósnios e das minorias da região. Em 2013, numa conferência do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Jan Assmann, relatada por Richard Meckien, referiu que o objectivo dos sérvios era fazer tábua rasa da cultura existente para que fosse possível iniciar uma nova identidade, afirmando: "this was the strategy of the totalitarian regime to destroy the past, because if one controls the present, the past also gets under control, and if one controls the past, the future also gets under control" (Assmann, 2013). O que é uma clara alusão à ideia expressa por um escritor, pensador e ensaísta político inglês, Eric Arthur Blair, mais conhecido pelo pseudónimo George Orwell: "who controls the past controls the future: who controls the present controls the past" (Orwell, 2001, 227), estratégia que quaisquer agentes totalitários, como o que é retratado em *Nineteen Eighty-Four*, podem ter em mente. A obra, que imortalizou a frase: "Big Brother is watching you", foi traduzida em 65 países e remediada por diferentes meios, desde séries televisivas, filmes (1956 e 1984), banda desenhada, novela gráfica, teatro e até uma ópera.

A memória cultural assusta os tiranos e, por isso, pretendem apagá-la da história dos povos e, se possível, das suas cabeças. *Le Rapport de Brodeck*, de Philippe Claudel, é disso exemplo. Numa aldeia isolada da França profunda, depois de finda a ocupação nazi – a localização e a cronologia não são explícitos, mas é óbvio o paralelismo com a II Guerra Mundial –, em que muitos foram colaboracionistas, dá-se o assassinato colectivo de um visitante da aldeia, Anderer, um artista que retratava, nas suas obras, o carácter de cada um dos aldeãos. O presidente da câmara, Orschwir, solicita um relatório ao homem que sabe redigir, tem uma máquina de escrever e está habituado a produzir relatórios sobre a fauna e a flora. Brodeck aceita, mas decide relatar tudo como realmente se tinha passado, incluindo a sua passagem por um campo de concentração e a submissão da aldeia ao inimigo, para sobreviver. Orschwir recebe o relatório, lê-o e agradece, dizendo: "il est temps d'oublier, Brodeck. Les hommes ont besoin d'oublier" e, de seguida, lança as páginas do relatório para a lareira. Brodeck assiste a tudo e grita: "tu as brûlé du papier, tu n'as pas brûlé ce que j'ai dans ma tête!", ao que Orschwir responde: "tu as raison, ce n'était que du papier, mais sur ce papier il y avait tout ce que le village veut oublier, et il oubliera. Tout le monde n'est pas comme toi, Brodeck" (Claudel, 2007, 171). A obra já foi remediada em teatro e banda desenhada, propondo ao leitor ou ao espectador uma reflexão sobre a importância do outro no campo da memória cultural.

Robert Oppenheimer, considerado o 'pai da bomba atómica', foi, de igual modo, objecto de perseguição cerrada por parte de um financeiro e oficial naval norte-americano que liderou a Comissão de Energia Atómica (AEC) dos Estados Unidos. Tudo começou em Junho de 1949, quando testemunhou no Comité Conjunto de Energia Atómica sobre os eventuais perigos da exportação de radioisótopos e como poderiam ser utilizados em aplicações militares. A decisão de autorizar tais exportações tinha sido tomada na AEC numa votação de quatro votos contra um. O voto contrário às exportações tinha sido de Lewis Lichtenstein Strauss, vice-presidente da referida comissão. Quando questionado acerca do perigo de tais exportações, Oppenheimer afirmou que se podiam utilizar esses isótopos para gerar energia atómica, mas acrescentou que também se podia utilizar uma pá ou uma cerveja para obter energia atómica. A resposta provocou a hilaridade da sala e deixou vermelho de raiva o homem que o tinha convidado para presidir ao Instituto de Estudos Avançados da AEC. Foi no meio de uma gargalhada geral que Oppenheimer concluiu: "my own rating of the importance of isotopes in this broad sense is that they are far less important than electronic devices, but far more important than, let us say, vitamins, somewhere in between." (Bird & Sherwin, 2006, 437). A relação entre os dois começara a deteriorar-se um ano antes, quando Oppenheimer fizera saber que não toleraria intervenções no seu trabalho. A partir daí, o físico tinha criado um inimigo poderoso e influente em muitos domínios. Oppenheimer procurava evitar uma corrida às armas nucleares e Strauss defendia a necessidade de produzir mais engenhos e mais potentes, como a bomba de hidrogénio – então considerada a superbomba. O físico pretendia evitar uma escalada na produção de armas letais para a humanidade, promover o controlo internacional das armas nucleares e chamar a atenção para os perigos do desenvolvimento científico estar cada vez mais limitado por preocupações políticas.

Lewis Strauss, apesar de ter sido dispensado do serviço militar normal, por problemas físicos, foi oficial da Marinha na reserva durante a II Guerra Mundial, chegando, pelo esforço efectuado na produção de munições, ao posto de contra-almirante. Em 1947 foi nomeado para a direcção da recém-criada Comissão de Energia Atómica (AEC), presidida por David E. Lilienthal, de onde saiu em 1950. Entre 1950 e 1953 foi analista financeiro dos irmãos Rockefeller e, em Julho de 1953, depois de ter apoiado financeiramente a campanha do presidente Eisenhower, foi nomeado presidente da Comissão de Energia Atómica. A informação que até então tinha reunido sobre Oppenheimer levou-o a contactar o novo presidente do FBI, John Edgar Hoover, e a

exortar os demais mebros da AEC a pronunciarem-se contra o chefe de laboratório do 'Projecto Manhattan', designadamente em relação às inclinações e amigos comunistas, a começar pelo irmão. Entre Abril e Maio de 1954, Oppenheimer foi sujeito a interrogatórios profundos, ao mesmo tempo que vários outros cientistas e gestores ligados à energia nuclear se pronunciavam sobre ele. No final foi considerado leal ao país, mas, por uma votação de dois contra um, retiram-lhe a autorização de segurança que lhe permitia o acesso a informação classificada e foi afastado de muitas actividades ligadas ao estado. Lewis Strauss continuou a prosperar, mas, em 1959, quando Eisenhower pretendeu nomeá-lo para o cargo de Secretário do Comércio, a sombra de Oppenheimer pairou sobre ele e, muito por iniciativa do então jovem senador John F. Kennedy, foi rejeitado numa votação renhida, com 46 votos a favor e 49 contra.

Oppenheimer viu depois o seu prestígio parcialmente restaurado. Na Primavera de 1963, o físico soube que o presidente Kennedy tinha anunciado a intenção de o galardoar como Prémio Enrico Fermi, uma distinção que incluía uma medalha por relevante serviço público, uma placa alusiva ao prémio e um envelope de 50 mil dólares, isentos de impostos. A 2 de Dezembro, Lyndon Johnson, o vice-presidente que ascendera à presidência por morte de J.F. Kennedy, entregou o prémio pelas contribuições que trouxera à física teórica e pela direcção do laboratório de Los Alamos durante os difíceis anos da guerra. Também considerou que a entrega do prémio tinha sido um dos maiores actos de Kennedy enquanto presidente dos EUA. Jackie Kennedy, a viúva, fez, igualmente, questão de estar presente para testemunhar o quanto o marido desejava que Oppenheimer recebesse o prémio. No discurso de agradecimento, Oppenheimer, que sempre tinha sido um militante pela paz, que nunca traíra o seu país, mas que tinha dúvidas em relação à aplicação indiscriminada dos avanços da ciência na vida das pessoas, sobretudo no domínio da guerra liderada pelos políticos, dirigiu-se a Lyndon Johnson e disse: "I think it is just possible, Mr. President, that it has taken some charity and some courage for you to make this award today. That would seem to me a good augury for all our futures" (Bird & Sherwin, 2006, 627).

Tal como o infante D. Pedro, com a *damnatio memoriae* a que foi sujeito por parte do meio-irmão D. Afonso, duque de Bragança, do seu filho, conde de Ourém, e de outros membros da nobreza, que influenciaram o rei adolescente D. Afonso V, também Oppenheimer foi vítima de uma tentativa de assassínio de carácter dos tempos modernos, com investigação e julgamento manipulados. A maior diferença entre os dois casos,

refere-se à memória de cada um deles. D. Pedro foi, oficialmente, afastado de quaisquer reconhecimentos, até aos dias de hoje, enquanto a memória de Oppenheimer foi restaurada e preservada. Provas disso são, no caso do infante, o Padrão dos Descobrimentos e os textos que lhe estão ligados, bem como o recentíssimo 'Panteão' da *Exposição Universal da Matriz Portuguesa – Portugal 880 Anos,* visível online, e, no caso de Robert Oppenheimer, o Prémio Pulitzer de Biografia 2006 para a obra, de Kai Bird e Martin J. Sherwin, *American Prometheus: the triumph and tragedy of J. Robert Oppenheimer* (Prometeu é, como sabemos, um titã da mitologia grega que roubou o fogo aos deuses para o entregar aos mortais, sendo por isso castigado por Zeus), que inspirou o filme *Oppenheimer*, uma longa-metragem escrita e realizada por Christopher Nolan. Obras como esta deixam uma lição e um aviso para o perigo a que todos estamos sujeitos, independentemente da posição que possamos ocupar na sociedade, de voluntária ou involuntariamente, ofendermos alguém que, depois, dedique a sua energia e, por vezes, a vida, a 'vingar' a suposta afronta, em grande parte dos casos por processos tortuosos e através de vias inconfessáveis.

No cerne da operação que conduziu à morte do infante D. Pedro, primeiro duque de Coimbra, esteve, sem sombra de dúvida, uma acção propagandística. Jowett & O'Donnell, na obra *Propaganda and Persuasion*, expõem a importância da propaganda desde a Antiguidade e dizem que tem sido parte integrante da história humana desde as origens filosóficas e teóricas na Grécia antiga, sublinhando: "used effectively by Alexander the Great, the Roman Empire, and the early Christians, propaganda became an integral part of the religious conflicts of the Reformation" (Jowett & O'Donnell, 2012, 51). Em seu entender, as práticas de propaganda das religiões mudaram ao longo do tempo: "[the] humane practices of proselytizing of the early Christians were not followed in the coercive techniques of the Spanish Inquisition in the 16th century" (Jowett & O'Donnell, 2012, 58). O que nos deixa à vontade para dizer que a propaganda era conhecida dos conjurados inimigos do infante D. Pedro, sobretudo no que diz respeito ao arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha. Parece ficar claro que utilizaram esses meios para persuadirem, primeiro o monarca, depois outros nobres, como o infante D. Henrique e, por fim, o povo, de que o duque de Coimbra era um traidor ao rei, a quem pretendia substituir, e que delapidara os bens da coroa. Acusações que cairiam por terra se o infante chegasse à fala com D. Afonso V, o que os conjurados procuraram evitar a todo o transe, e conseguiram. Ao mesmo tempo, as incriminações foram orientadas, num crescendo, até

provocarem o confronto entre o infante e o rei, tio e sobrinho, sogro e genro. As fórmulas propagandísticas continuaram, mesmo depois da morte de D. Pedro, com o abandono do corpo durante três dias, à mercê de animais e aves de rapina e a posterior sepultura, como um indigente, na igreja de Alverca. A raiva de D. Afonso V acabou, no entanto, por extinguir-se e, em 1455, foram absolvidos os que estiveram ao lado do infante em Alfarrobeira e levantada a maldição contra o primeiro duque de Coimbra. No entanto, por ser avô e inspirador de D. João II, D. Manuel I e a Casa de Bragança foram, ao longo do tempo, procurando denegrir a memória do infante D. Pedro e promovendo a figura do infante D. Henrique. Também o Estado Novo apostou no infante D. Henrique como o cabeça de cartaz do heroísmo português no tempo dos descobrimentos. Olga Maria Pereira Ribeiro Martins Pinto, na tese de doutoramento intitulada *Educação e Ideologia Portugal, pátria de heróis: a figura histórica em contexto educativo (1926-1974)*, afirma: "o herói de ação, o dirigente de massas, de ideal e de missão constituía o paradigma de heroísmo do Estado Novo" e acrescenta: "a sua experiência, conhecimento e aventuras ensinavam os mais novos como agir e transmitiam às futuras gerações os conhecimentos necessários para dar continuidade à grandeza da nação" (Pinto, 2014, 462). Entendemos, por isso, que a propaganda se disseminou ao longo dos séculos, entranhou-se na sociedade e nas gentes, sendo, ainda hoje, possível reconhecer os seus efeitos.

O estudo das incidências da vida do infante D. Pedro, primeiro duque de Coimbra, permite-nos afirmar que, independentemente do que cada um quiser ver nele, na sua obra e na sua vida, estamos perante um argumento fortíssimo acerca da política e da sociedade portuguesa de meados do século XV. Talvez por isso, Manuel Alegre afirma: "li a crónica de Rui de Pina e foi como ler o guião de um filme" (Ver apêndice 5). A evolução dos acontecimentos traz à superfície todos os ingredientes para uma remediação. Começou com a conquista de Ceuta, os filhos de D. João I armados cavaleiros e a instituição dos dois primeiros duques portugueses. Depois sobreveio a zanga entre pai e filho que levou o último a viajar durante três anos pela Europa, diz-se que sem vontade de voltar. Uma viagem onde D. Pedro ganhou o respeito e admiração dos governantes ingleses, de quem era parente, que o nomearam cavaleiro da Ordem da Jarreteira. Mas a melhor parte havia de surgir na Hungria, onde comandou um exército, ou pelo menos um grande corpo de cavaleiros, numa batalha onde foram desfeiteados os turcos otomanos e que lhe valeu a gratidão do rei Sigismundo. Um rei, mais tarde imperador, que até o terá querido casar com uma das filhas. De regresso a Portugal, foi recebido como um verdadeiro rei em

Veneza, onde viajou no Bucentauro, uma galé reservada para momentos especiais, e em Roma, onde o Papa Martinho V lhe fez concessões muito importantes para o país. No regresso, mais uma vez contra a vontade do pai (parece-nos que o infante D. Pedro prezava, acima de tudo, o seu livre-arbítrio), escolheu, em Aragão, a mulher com quem iria casar e constituir família. As mulheres tiveram, aliás, um papel importante na vida de D. Pedro. Primeiro a mãe e educadora, D. Filipa de Lencastre; depois a mulher, de quem pouco sabemos, D. Isabel de Urgel; a filha, D. Isabel, casada com D. Afonso V; e a irmã, duquesa de Borgonha. Mais tarde, já depois da sua morte, outra filha, D. Filipa de Coimbra, foi importante na educação do sobrinho, D. João II, a quem transmitiu os valores do pai, ajudando a recuperar a memória do infante D. Pedro.

Advogar uma política próxima da burguesia e contrária aos interesses da nobreza fez com que D. Pedro tivesse ficado marcado. Em 1438, antes mesmo das cortes de Torres Novas e de assumir a regência, constituiu-se um grupo de conjurados, composto pelo arcebispo de Lisboa e o seu irmão, o prior do Crato e o marechal do reino, em representação de grande parte dos fidalgos do reino, acompanhados pelo, então, conde de Barcelos e, confiavam eles, também pelo infante D. Henrique. Jurou este grupo obediência à rainha D. Leonor, de quem "por se mostrarem em favor de seu servyço, e tençam sempre receberiam honrra, favor, mercee, e acrecentamento; e por ysso devyam trabalhar" (Pina, 1977, 597-598), coisa que não esperavam de D. Pedro. Não previam estes conjurados o forte apoio popular ao infante, como diz Baquero Moreno: "da maior parte do povo das cidades e vilas de Portugal" (Moreno, 1979, 664) e o suporte inequívoco dos irmãos D. João e D. Henrique. Assim, adiaram uma década a acção contra o primeiro duque de Coimbra. Foi apenas recorrendo a intrigas vis, traições, testemunhos forjados e, pelo menos, um alcoviteiro junto do rei adolescente, que conseguiram virar o rumo dos acontecimentos. Com um discurso centrado no *pathos* retórico, e com os olhos na desvalorização do *ethos* do infante, os inimigos de D. Pedro procuraram difamá-lo e levá-lo à morte, como aconteceu. Procuraram igualmente que os seus bens, assim como os dos que lhe eram próximos, fossem expropriados e divididos entre a nobreza, como também aconteceu; que os familiares fossem presos ou escorraçados, o que aconteceu igualmente; e que a memória do duque de Coimbra fosse desvirtuada para sempre, único item onde falharam. O episódio da fuga do duque de Bragança, depois de pretender atravessar, com um exército, as terras do ducado de Coimbra, foi um momento decisivo e também uma humilhação, maior que a de Strauss às mãos de Oppenheimer, e que atiçou ainda mais os

ânimos contra o infante. O rei, coadjuvado pelos inimigos do infante, até amnistiou criminosos para reunir um exército de 30 mil soldados contra D. Pedro e nem o facto de ser casado com a filha do infante e esta se ter rojado aos seus pés em busca de perdão para o pai, alterou a decadência da imagem do infante aos olhos de D. Afonso V.

D. Pedro, que regressara ao paço de Tentúgal, recebera, entretanto, uma carta onde a filha relatava que o rei o iria cercar e só lhe restava uma de três hipóteses: a morte, a prisão perpétua ou o desterro fora do reino. Informava ainda que o rei partiria no seu encalço no dia 5 de Maio. Ferido no seu amor próprio, D. Pedro deu a conhecer o conteúdo da carta aos amigos mais chegados, a quem disse que não podia aceitar nenhuma das opções e, convencido que iria morrer, decidiu reunir uma força, para ir ao encontro do sobrinho e genro D. Afonso V. Pretendia pedir-lhe justiça e expor as suas razões. Ainda assim, se não conseguisse expor as suas razões e a ira real se mantivesse, contentar-se-ia em acabar como cavaleiro, mas sempre como bom e leal vassalo e servidor do rei (Pina, 1977, 729), como, aliás, veio a acontecer. Pelo caminho firmou-se, perante um clérigo, um pacto de sangue entre D. Pedro e o amigo de toda a vida D. Álvaro Vaz de Almada; que também viria a verificar-se, tombando os dois em Alfarrobeira a 20 de Maio de 1449. D. Pedro atingido por um virote disparado, a partir de uma moita próxima, por um besteiro emboscado que visou o coração. O conde de Avranches, já ciente da morte do amigo, empenhou-se em lutar com denodo contra vários adversários, para depois se deixar cair, exausto, exclamando: "é fartar vilanagem!". O corpo do infante ficou três dias insepulto, à mercê de animais e aves de rapina, diz Rui de Pina que por indicação do meio-irmão, do sobrinho e, por certo também, do arcebispo de Lisboa, antes de ser enterrado como um indigente na igreja de Alverca.

Tudo isto é confirmado por textos coevos e, salvo melhor opinião, parece-nos que poderá dar origem a um guião cinematográfico ou de uma série televisiva, podendo depois estender-se aos videojogos, etc. Possui todos os ingredientes, a trama, a intriga palaciana, os jogos de poder envolvendo a Igreja e o Estado, as rivalidades femininas, enfim, tudo o que cria situações de 'suspense' e conflito, além da complexidade psicológica dos protagonistas, envolto na aura medieva. Depois de já ter sido representado em teatro e de ter merecido a atenção de diversos autores, incluindo poetas, ao longo dos cerca de seis séculos que nos separam daquele tempo, poderá franquear as portas do desconhecimento quase geral e ser objecto de interesse cultural e colectivo. Mesmo quem desprezar a figura do infante D. Pedro ou entender que foi apenas um rebelde à vontade paterna e um

desprestigiador do poder real, terá de aceitar que será muito mais fácil construir uma história a partir dos muitos episódios de vida do primeiro duque de Coimbra, do que de toda a existência do irmão D. Henrique. O "Navegador" ou "Infante de Sagres", ainda que tendo sido o escolhido para cabeça de cartaz, primeiro por D. Afonso V, depois por D. Manuel I, assim como pela Casa de Bragança e, por último, pela propaganda do Estado Novo, quando comparado com o irmão, pouco deixou de palpável em termos mediáticos. Mesmo a chamada Escola de Sagres provou-se ser uma mitificação que nunca existiu. Estamos, naturalmente, a falar daquilo a que os anglo-saxónicos chamam *transmedia storytelling*, isto é, a comunicação e disseminação de uma história em diversos tipos de *media*, contada de forma diferente e adequada a cada tipo de meio de comunicação. Porque, além de tudo o mais, o infante D. Pedro foi objecto de uma publicação apócrifa, embora assinada (Gómez de Santisteban), de grande divulgação em Castela e em Portugal, que, sendo apenas um livro de cordel no âmbito da literatura fantástica – *Infante D. Pedro de Portugal que andou as sete partidas do mundo* –, mereceu a atenção internacional de Miguel de Cervantes, em *D. Quixote de la Mancha* (1605-1615), de D. Luís de Góngora, em *Delicias del Parnaso* (1643), de Ferdinand Denis, em *Le Monde Enchanté* (1843), do poeta francês Apollinaire, em *Le Bestiaire ou Cortège d'Orphée* (1911), e de Francis M. Rogers, professor de línguas e literaturas românicas da Universidade de Harvard, em *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal* (1961).

Contrariando a *damnatio memoriae* que lhe procuraram impor, a recordação do infante D. Pedro, duque de Coimbra, persiste em viajar, já não apenas por diferentes terras e culturas, mas através dos tempos, percorrendo igualmente diferentes caminhos e mediações e preenchendo memórias para, como diz o poeta Manuel Alegre, lavar a afronta e combater o esquecimento.

7- Referências bibliográficas

7.1 - Obras do infante D. Pedro

D. Pedro. I. (1426). "Carta de Bruges" in Martins, J.P.O. (1936). *Os Filhos de D. João I,* 6ª edição, pp. 391-399. Lisboa: Parceria A.M. Pereira. (Anexo 1).

D. Pedro, I. (1433). "Carta do infante D. Pedro a seu irmão D. Duarte, quando este foi aclamado rei de Portugal", in *Monumenta Henricina* (1962), vol. iv (1431-1434), dir. Idalino Costa Brochado, Manuel Lopes de Almeida e António Joaquim Dias Dinis, pp. 248-252. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (Anexo 18).

D. Pedro, I. (1436). "Conselho do infante D. Pedro a D. Duarte sobre se deve fazer guerra aos mouros de Bellamarin (Marrocos)", in *Monumenta Henricina* (1964), vol. vi (1437-1439), dir. António Joaquim Dias Dinis, pp. 1-7. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (Anexo 19).

D. Pedro I. (1443). "Carta do regente a estabelecer um Estudo Geral em Coimbra", in *História da Universidade de Coimbra, nas suas relações com a Instrucção Publica Portugueza*, tomo i, (1289-1555), pp. 144-146, Theophilo Braga (1892). Lisboa: Academia Real das Sciencias (Anexo 5).

D. Pedro, I. (1448). "Carta do infante D. Pedro ao conde de Arraiolos, seu sobrinho" a 30 de Dezembro, in *Monumenta Henricina*, (1968), vol. ix (1445-1448), dir. António Joaquim Dias Dinis, pp. 344-356. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (Anexo 21).

D. Pedro, I. (1990) "Do ifante Dom Pedro, filho d'El-Rei Dom Joam, em louvor de Juan de Mena" in (fixação do texto e estudo por Aida Fernandes Dias), *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende,* vol. ii (pp. 85-88). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

D. Pedro, I. (1940). *Livro da Virtuosa Bemfeitoria*, 2ª edição, comemorativa dos centenários (introdução e notas de Joaquim Costa, director da Biblioteca Pública Municipal do Porto). Porto: Imprensa Portuguesa. (original manuscrito de 1418-33, primeira edição de 1910)

D. Pedro, I. (1948). *Livro dos Ofícios, de Marco Tullio Ciceram – o qual tornou em linguagem o Infante D. Pedro, duque de Coimbra* (edição crítica, segundo o ms. de Madrid, prefaciada, anotada e acompanhada de glossário por Joseph M. Piel). Coimbra: Por ordem da Universidade.

Fernandes, R. (1998). *Ordenações Afonsinas*, cinco volumes, sob aprovação do regente D. Pedro (nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. Nota textológica de Eduardo Borges Nunes). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Pereira, F.M.E. (1922). *Marco Paulo: O Livro de Marco Paulo, O Livro de Nicolao Venento, Carta de Jeronimo de Santo Estevam*, conforme impressão de Valentim Fernandes de 1502. Lisboa: Biblioteca Nacional. (terá sido traduzido por D. Pedro)

7.2 - Textos sobre o infante e a sua época

ANTT. *Chancelaria Régia*. Consultado a 23 de Outubro de 2023, https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3813585

Acenheiro, C.R. (1824). "Chronicas dos Senhores Reis de Portugal" in *Colecçaõ de Ineditos de Historia Portugueza,* tomo V. Lisboa: Academia Real das Sciencias. (Original de 1535).

Albuquerque, M. (1988). "Introdução", in *Ordenações Del-Rei Dom Duarte,* edição preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Babcock, W.H. (1922). *Legendary Islands of the Atlantic. A Study in Medieval Geography*. New York: American Geographical Society.

Bordallo, F.M. (1880). "Ignoto Deo", in *Romances Marítimos,* vol. ii de iii, pp. 265-312. Porto e Braga: Livraria Internacional de Ernesto Chardron.

Bordalo, F.M. (c. 1913). "Ignoto Deo", in *Biblioteca Internacional de Obras Célebres,* vol. viii de xxiv (ed. Miguel de Unamuno), pp. 3944-3956. Lisboa, Rio de Janeiro, São Paulo: Sociedade Internacional.

Braga, T. (1892). *História da Universidade de Coimbra nas suas Relações com a Instrucção Pública Portugueza*, tomo i (1289-1555). Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

Bragança, J. (1973). "Introdução", in *Crónica da Guiné,* de Gomes Eanes de Zurara, pp. IX-XLVIII (segunda edição). Lisboa: Livraria Civilização. (primeira edição de 1937)

Brandão, F.F. (1650). "Instalação da Universidade em Coimbra", in *Monarquia Lusitana*, V parte (2008), pp. 167-168 (introdução de A. da Silva Rego – notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Cardeira, E. (2015). "A fronteira entre português antigo e clássico: português médio", in *Linguística Histórica e Edición de Textos Galegos Medievais*, editores Ramón Mariño Paz y Xavier Varela Barreiro. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio Científico de la Universidade.

Cardoso, G. (1666). *Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varoens Illustres em Virtude do Reino de Portugal & Suas Conquistas*, tomo III. Lisboa: Officina de Antonio Craesbeeck de Mello.

Carvalho, J, (1949). *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV,* vol. i. Coimbra: Por Ordem da Universidade.

Castro, I. (2004). *Introdução à História do Português. Geografia da Língua. Português Antigo*. Lisboa: Edições Colibri.

Cintra, L.F.L. (2009). *Crónica Geral de Espanha de 1344*, quatro volumes, 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. (primeira edição de 1951)

Clausewitz, C.v. (2007). *On War*, translated by Michael Howard and Peter Paret. Oxford: University Press. (original *Vom Kriege*, publicado em Berlim em 1832)

Colon, F. (1892). *Historia del Almirante Don Cristóbal Colon, en la Qual se da Particular y Verdadera Relación de Su Vida y de Sus Hechos, y del Descubrimiento de las Indias Occidentales Llamadas Nüevo-Mundo.* Madrid: Tomas Minuesa. (escrito entre 1537 e 1539 e publicado pela primeira vez em Veneza em 1571)

Cordeyro, A. (1717). *História insulana das ilhas a Portugal sugeytas no Oceano Occidental*, composto por nove livros num único volume. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram.

Correia, G. (1996). *Crónicas dos Reis de Portugal e Sumários de Suas Vidas (D. Pedro I, D. Fernando, D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II)*, leitura, introdução, notas e índice por José Pereira da Costa. Lisboa: Academia das Ciências.

Cortesão, A. (1954). *The Nautical Chart of 1424, and the Early Discovery and Cartographical Representation of America – a study on the history of early navigation and cartography* (with a foreword by Prof. Dr. Maximino Correia, *universitatis rector*). Coimbra: University.

Costa, M.J.A. (1998). "Nota de Apresentação", in *Ordenações Afonsinas*, cinco volumes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Cunha, M.S. (2009). "Aristocracia e cortes senhoriais. Patrocínio, mecenato e clientelismo como práticas de reputação, séculos XV-XVI", in *IBÉRIA: Quatrocentos/ Quinhentos. Duas Décadas de Cátedra (1984-2006) – Homenagem a Luís Adão da Fonseca*, pp. 181-208. Porto: CEPESE.

Cunha, M.S. (2010). *Linhagem, Parentesco e Poder - A Casa de Bragança (1384-1483).* Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.

D. Afonso II. (1211). "Lei dos mouros e judeus", in *Leis Gerais*, nº 28. Consultado a 15 de Fevereiro 2023, http://www.ulusiada.pt/clima/ius-proprium-leis-gerais/d-afonso-ii/

D. Afonso V. (1448). "Carta-patente aos detentores de castelos, vilas e lugares", de 15 de Setembro de 1448, in *Monumenta Henricina*, vol. ix (1968), pp. 316-318. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (Anexo 21).

D. Afonso V. (1449). "Memorando enviado ao rei de Castela e duque de Borgonha sobre a regência insurreição e morte do infante D. Pedro", in *Monumenta Henricina*, vol. x (1969), pp. 71-79. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (Anexo 22).

D. Afonso V. (1449). “Carta de 27 de Maio de 1449”, in *Monumenta Henricina* (dir. António Joaquim Dias Dinis), vol. x (1969), pp. 79-81. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

D. Afonso V. (1462). “Sentença na demanda entre D. Guiomar de Castro e o infante D. Pedro”, in *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1.º fls. 35, v. Lisboa: Torre do Tombo (Anexo 3).

D. Afonso V. (1471). “Carta relativa aos devedores de D. Guiomar de Castro” e “Carta onda assegura caução de um empréstimo”, in *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 16.º fls. 106, v. e 135, v. Lisboa: Torre do Tombo (Anexo 2).

D. Duarte. (1425). “Carta ao irmão D. Pedro, quando este saiu de Portugal, a aconselhá-lo em razão da sua tristeza e enfadamento”, in *Monumenta Henricina* (dir. António Joaquim Dias Dinis, Idalino Costa Brochado e Manuel Lopes de Almeida), vol. iii (1961), pp. 105-109. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (Anexo 14).

D. Duarte. (1843). *Leal Conselheiro e Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sella* (“fielmente copiados do manuscrito da Bibliotheca Real de Paris”). Lisboa: Typographia Hollandiana.

D. Duarte (1982). *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte – Livro da Cartuxa* (edição diplomática), transcrição de João José Alves Dias. Lisboa: Editorial Estampa. (manuscrito original escrito entre1423 e 1438).

D. Duarte (1982). “O Pater Noster”, in *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte – Livro da Cartuxa* (edição diplomática), p 246. Lisboa: Editorial Estampa (Anexo 17).

D. João I (1967). “Testamento del rey Dom João o primeiro” (traslado), in *Gavetas da Torre do Tombo*, volume vi, gaveta XVI, entrada 3777, pp. 2-9. (original datado de Sintra, 4 de Outubro de 1426, copiado por Thome Lopes em 1525). Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Denis, M.F. (1835). *Luiz de Souza*. Paris: Librairie de Charles Gosselin.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. (2001). Realização da Academia das Ciências de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian, 2 vol. Lisboa: Academia das Ciências e Editorial Verbo.

Dinis, A.J.D. (1960-1974). *Monumenta Henricina*, xv volumes (dir. António Joaquim Dias Dinis, Idalino Costa Brochado e Manuel Lopes de Almeida, vols. i-v; dir. António Joaquim Dias Dinis, vols. vi-xv). Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

Dinis, A.J.D. (1975). “À Volta do Casamento do Infante D. Duarte (1409-1428)”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo xv, pp. 5-70. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Dionísio, J. (2005). "Deo Gracias", in *Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, pp. 153-165. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Eanes, A. (1427). "Carta a D. Gomes Ferreira", de 3 de Outubro, in *Monumenta Henricina,* vol. iii (1961), pp. 169-170. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

Faria i Sousa, M. (1628). *Epitome de las Historias Portuguesas* (Primero i Segundo Tomo. Divididos en quatro Partes). Madrid: Pedro Coello, Mercader de Libros.

Faria y Sousa, M. (1678-1680). *Europa Portuguesa* (segunda edicion), três tomos. Lisboa: António Craesbeeck de Mello.

Figueiredo, A.P. (1785). *Elogios dos Reis de Portugal, em Latim, e em Portuguez, ilustrados de notas históricas e críticas*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Frutuoso, G. (1983). *Livro Terceiro das Saudades da Terra*, de seis volumes (revisão de texto e reformulação de índices Jerónimo Cabral). Ponta Delgada: Instituto Cultural. (primeira edição de 1922, a partir de manuscritos do século XVI)

Galvão, A. (1731). *Tratado dos Descobrimentos Antigos, e Modernos, Feitos até a Era de 1550*. Lisboa: Officina Ferreiriana. (primeira edição de 1563)

Gomes, S.A. (2010). "'República' e 'bem comum' no pensamento político do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra: breve reflexão" (pp. 83-94) in *Biblos - Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. viii. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Hall, E. (1809). *Hall's Chronicle Containing the History of England during the Reign of Henry the Fourth, and the Succeeding Monarchs, to the End of the Reign of Henry the Eighth*. London: J. Johnson; F. C. and J. Rivington; T. Payne; Wilkie and Robinson; Longman, Hurst, Rees and Orme; Cadell and Davies; And J. Mawman.

Heleno, M. (1933). *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro, duque de Coimbra*. Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial.

Huete, P.C. (1946). *Crónica del Halconero de Juan II*. Madrid: Espasa-Calpe.

Krus, L. (1981). "Escrita e poder: as inquirições de Afonso III", in *Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa*, pp. 35-57, 1994. Redondo: Patrimonia Historica. (original de 1981)

La Clède, N. (1735). *Histoire Generale de Portugal*, tome premier. Paris: Chez Pierre-François Giffart.

La Neufville, L. (1700). *Histoire Générale de Portugal*, tome premier. Paris: Chez Anisson Directeur de l'Imprimerie Royale.

La Salle, A. (1933). *Consolações Dirigidas a Catharina de Neufville, Senhora de Fresne* (tradução do francês pelo general Carlos du Bocage com prefácio de David Lopes). Lisboa: Academia das Ciências. (*Le Reconfort de Madame de Fresne*, terminé en 1457)

Landim, G.D. (1892/1894). *O Infante D. Pedro. Chronica Inedita*, em três volumes (director literário Luciano Cordeiro). Lisboa: Biblioteca de Classicos Portuugezes. (original manuscrito dos anos 20 do século XVII)

Leão, D.N. (1975). "Cronica, e Vida del Rey D. Affonso o V de Portugal deste nome, e dos Reys o Duodecimo", in *Crónicas dos Reis de Portugal* (introdução e revisão de M. Lopes de Almeida), pp. 781-1002. Porto: Lello & Irmão - Editores.

Lopes, F. (1977). *Crónica del Rei dom João I o da boa memória*, dois volumes. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Lopes, F. (1989). *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando. Nono Rei destes Regnos*, com introdução de Salvador Dias Arnaut. Porto: Livraria Civilização.

Lucena, V.F. (1948). "Prologo do D.or Vasco Fernandez de Lucena sobre o Livro da Velhice de Tulio, que lhe tornou de latim em linguagem para o Senhor Infante D. Pedro", in *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram* (edição crítica de Joseph M. Piel), pp. xliii-xlvi. Coimbra: Por Ordem da Universidade.

Luvaas, J. (1999) *Frederick the Great and the Art of War*, edited & translated by Jay Luvaas. New York: Da Capo Press.

Machado, D.B. (1966). *Bibliotheca Lusitana* (quatro volumes). Coimbra: Atlântida Editora. (primeira edição de 1752)

Machado, I. (2021). *Infante D. Pedro – O regente visionário que o poder quis calar*. Barcarena: Editorial Presença.

Machado, J.T.M. (1964). *Dom Afonso Primeiro Duque de Bragança: sua vida e obra*. Lisboa: Edição do Autor.

Marques, A.H.O. (1980). *Ensaios de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Veja.

Marques, A.H.O. (1987). "Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV", in *Nova História de Portugal,* vol. IV (dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques). Lisboa: Editorial Presença.

Marques, A.H.O. (2010). *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Marques, A.P. (1996). *Vida e Obra do Infante D. Pedro*. Figueira da Foz, Mira, Lisboa: Centro de Estudos do Mar; C.M. de Mira; Gradiva.

Marques, A.P. (1999). "A Maldição da Memória e a Criação do Mito: O Infante D. Pedro e o Infante D. Henrique nos Descobrimentos" in *II Simpósio de História Marítima – Os Descobrimentos Portugueses no Século XV* (20 a 22 de Abril de 1994) (pp. 113-136). Lisboa: Academia de Marinha.

Marques, C. (2010). "Entrevista a Rui Ramos" in *Ler: Livros e Leitores* (revista) edição n.º 87, 2.ª série, (Janeiro). Lisboa: Círculo de Leitores.

Martins, J.P.O. (c. 1913). "A Morte do Regente", in *Biblioteca Internacional de Obras Célebres*, vol. viii de xxiv, (ed. Miguel de Unamuno), pp. 3828-3850. Lisboa, Rio de Janeiro, São Paulo: Sociedade Internacional.

Martins, J.P.O. (1936). *Os Filhos de D. João I*, (6ª edição), pp. 314-346. Lisboa: Parceria A.M. Pereira. (original publicado em 1891)

Matos, G.M. (1951). "Itinerário do Duque de Bragança em 1449", in separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo v. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Matos, L. (1956). *A Corte Literária dos Duques de Bragança no Renascimento*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança.

Mattoso, J. (1993). "A Monarquia Feudal (1096-1480)" in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), 2º vol. Lisboa: Círculo de Leitores.

Mattoso, J. (1995). *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal*, dois volumes (5ª edição). Lisboa: Editorial Estampa. (primeira edição de 1985)

Mattoso, J. (2001). "O triunfo da monarquia portuguesa: 1258-1264. Ensaio de história política", in *Análise Social*, vol. xxxv (nº 157), pp. 899-935. Lisboa: ICS.

Melo, A.S. (2013). "Os Mesteirais e o Poder Concelhio nas Cidades Medievais Portuguesas (séculos XIV e XV)", in *Edad Media. Revista de Historia*, vol 14, pp. 149-170. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial de la Universidad.

Mendes, J.A. (2018). "Conquista de Ceuta (1415): O dossier historiográfico – interpretações e perspectivas", in *As Décadas de Ceuta (1385-1460)*, coordenação de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, pp. 35-52. Casal de Cambra: Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas.

Mendonça, M. (2005). "O Veneno que Matou D. João II", in *O Tempo Histórico de D. João II nos 550 Anos do seu Nascimento,* actas do colóquio realizado de 2 a 4 de Maio de 2005 na sede da Academia Portuguesa da História, pp. 357-374. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

Mesquita, M. (1921). *O Regente – tragédia histórica em doze quadros*. Lisboa: J. Rodrigues & Cª, Editores. (primeira edição de 1897)

Micael, J. e Santos, A. (2023). *Exposição Universal da Matriz Portuguesa – Panteão* (João Micael e Angélica Santos, comissão executiva da Matriz Portuguesa - Associação para o Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento. Consultado a 16 de Outubro de 2023, https://www.exposicao-universal-da-matriz-portuguesa.pt/panteao/

Monumenta Henricina (1960-1974). xv volumes (dir. António Joaquim Dias Dinis, Idalino Costa Brochado e Manuel Lopes de Almeida, vols. i-v; dir. António Joaquim Dias Dinis, vols. vi-xv). Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

Moreno, H.B. (1979/1980). *A Batalha de Alfarrobeira – antecedentes e significado histórico*, dois volumes. Coimbra: Universidade.

Nascimento, A.A. (1999). "A tradução portuguesa da Vita Christi de Ludolfo da Saxonia: obra de príncipes em «serviço de Nosso Senhor e proveito comum»", in *Didaskalia*, revista da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, xxix, pp. 563-587.

Nicolau V (1451). Letra *Querelam dilecte*, do Papa aos bispos de Tornai, Salamanca e Leão. Torre do Tombo: Bulas, mç. 8, n.º 13.

Norte, A. 2020. *Os Intelectuais em Portugal na Idade Média.* Lisboa: Esfera dos Livros.

Oliveira e Costa, J.P. (2020). *PEDRO, Infante D. (1392-1449)*, in *Padrão dos Descobrimentos*, EGEAC. Consultado a 16 de Agosto de 2023, https://padraodosdescobrimentos.pt/wp-content/uploads/2020/05/Infante-D.-Pedro-CHAM.pdf

Palencia, A. (1904). *Crónica de Enrique IV*, tomo I (crónica do século XV, escrita em latim e traduzida para castelhano por D.A. Paz y Melia). Madrid: Tipografia de la "Revista de los Archivos". (a partir de 1993, a obra, em cinco tomos, deixou de ter autor conhecido)

Peres, D. (1928-1938). *História de Portugal – Edição Monumental* (sete volumes e índices). Barcelos: Portucalense Editora.

Pereira, G.M., Silva, M.P., Garnett, R. (c. 1913). *Biblioteca Internacional de Obras Célebres*, vol. viii de xxiv (editado por Miguel de Unamuno). Lisboa, Rio de Janeiro, São Paulo: Sociedade Internacional.

Pestana, M.I. (2001). *Cronistas da Sereníssima Casa de Bragança*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

Pestana, M.I. (2002/2003). "Mestres de várias artes ao serviço de D. Teodósio II, Duque de Bragança - (1583-1630)", in *Callipole - Revista de Cultura*, nº 10/11. Vila Viçosa: Serviços Culturais da Câmara Municipal.

Piel, J.M. (1948). "Introdução", in *Livro dos Ofícios, de Marco Tullio Ciceram – o qual tornou em linguagem o Infante D. Pedro, duque de Coimbra*. Coimbra: Por ordem da Universidade.

Pimpão, A.J.C. (1959). *Idade Média*, 2ª edição. Coimbra: Atlântida. (1ª edição de 1949)

Pina, R. (1977). "Chronica do Senhor Rey D. Affonso V", in *Crónicas de Rui de Pina* pp. 577-881 (introdução e revisão de M. Lopes de Almeida). Porto: Lello & Irmão Editores.

Pinho, S.T. (2006). "O Infante D. Pedro e a 'Escola' de Tradutores da Corte de Avis", in *Humanismo em Portugal.* Estudos i, pp. 53-80. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Pisano, M. (1790). “Livro da Guerra de Ceuta”, in *Colecçaõ de Livros Ineditos de Historia Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II*, tomo I, pp. 1-57. Lisboa: Academia Real das Sciencias.

Power, D. (2006). *The Central Middle Ages. Europe 950–1320*, in “The Short Oxford History of Europe” collection. Oxford: University Press.

Santos, A.R. (1817). “Da Possibilidade e Verosimilhança da Demarcação do Estreito de Magalhães no Mappa do Infante D. Pedro”, in *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa,* tomo v, pp. 114-135. Lisboa: Academia Real das Sciencias.

Santos, A.R. (1856). “Memoria. Sobre dois antigos Mappas Geograficos do Infante D. Pedro, e do Cartorio de Alcobaça”, in *Memorias da Litteratura Portugueza*, vol. viii, segunda edição, pp. 275-304. Lisboa: Academia Real das Sciencias. (primeira edição de 1812)

Santos, D.M.G. (1960). *D. Duarte e as Responsabilidades de Tânger (1433-1438)*. Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

Santos, J.R. (1812). “Memória sobre as Origens da Typografia em Portugal no Século XV” in *Memórias de Litteratura Portugueza,* tomo viii, Parte I. Lisboa: Academia Real das Sciencias.

Saraiva, A.J. (1995). *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, quarta edição. Lisboa: Gradiva – Publicações.

Scarlatti, L. (1980). *Os Homens de Alfarrobeira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Sérgio, A. (1980) “A Conquista de Ceuta (ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara)”, escrito em 1919, in *Obras Completas de António Sérgio - Ensaios*, tomo i, pp. 253-271. Lisboa: Sá da Costa Editora.

Sérgio, A. (1972). “As Duas Políticas Nacionais”, in *Obras Completas de António Sérgio – Ensaios*, tomo ii, pp. 63-93. Lisboa: Sá da Costa Editora. (primeira edição de 1928)

Serra, J.C. (1790). “Introducção ao *Livro da Guerra de Ceuta*, escrito por Mestre Mattheus de Pisano em 1460”, in *Colecçaõ de Livros Ineditos de Historia Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II*, tomo i, pp. 3-6. Lisboa: Academia Real das Sciencias.

Shakespeare, W. (1599?). *The Life and Death of Julius Caesar*. Consultado a 31 de Agosto de 2023, https://shakespeare.mit.edu/julius_caesar/full.html

Silva, I.F. 1860. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo 5º. Lisboa: Imprensa Nacional.

Silva, I.F. 1862. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo 6º. Lisboa: Imprensa Nacional.

Silva, J.S. (1730). *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo D'El Rei D. João I, do ano de 1383 até ao ano de 1433,* tomo i. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva.

Silva, M.S. (2006). "Protagonistas Ainda Que Ausentes: As Mulheres nas Cortes Medievais Portuguesas", in *As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional*, pp. 221-228. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República.

Silva, N. J. E. G. da. (2015). "O casamento do Infante D. Pedro com Isabel de Urgel (c. fins de 1428 - inícios de 1429)", in revista *Direito E Justiça*, 3 (Especial), pp. 13-62. Lisboa: Universidade Católica Editora.

Sousa, A. (1992). "A Monarquia Feudal (1096-1480)", in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. 2, pp. 313-547. Lisboa: Círculo de Leitores.

Sousa, A.C. (1736). *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, tomo ii. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva.

Sousa, A.C. (1744). *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza,* tomo iii, livro VI. Lisboa: Real Officina Sylviana.

Sousa, F.L. (1767). *História de S. Domingos – Particular do Reino e Conquistas de Portugal*, primeira parte, de quatro. (Obra inicial de Fr. Luis Cacegas foi reformada em estilo e ordem, amplificada em acontecimentos e particularidades). Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo.

Stockler, F.B.G. (1805). *Obras*. Lisboa: Academia Real das Sciencias.

Stockler, F.B.G. (c. 1913). "Originalidade dos Descobrimentos Portuguêses no Século XV", in *Biblioteca Internacional de Obras Célebres*, vol. viii de xxiv (ed. Miguel de Unamuno), pp. 3968-3982. Lisboa, Rio de Janeiro, São Paulo: Sociedade Internacional.

Sylva, J.S. (1730). *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo D'El Rei D. João I, do ano de 1383 até ao ano de 1433,* tomo i de iv. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva.

Tynan, K. (1967). Interview: Orson Welles, March Edition. Chicago: Empire News Co. Consultado a 14 de Setembro de 2023, https://scrapsfromtheloft.com/movies/orson-welles-playboy-interview/

Vasconcelos, C.M. (1956). *Lições de Filologia Portuguesa, seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico*, in Nova Edição da 'Revista de Portugal' – série A. Lisboa: Língua Portuguesa.

Viterbo, F.M.S. (1903). "A avó materna de Affonso de Albuquerque (Os penhoristas do século XV)", in *Archivo Historico Portuguez*, vol. 1, nº 12, pp. 409-417 (eds. Anselmo Braamcamp Freire e José da Silva Pessanha). Lisboa: Typographia Calçada do Cabra.

Zurara, G.E. (1973). *Crónica da Guiné* (introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança). Lisboa: Livraria Civilização - Editora.

Zurita, J. (1578). *Anales de la Corona de Aragon*, tomo iii. Saragoça: Officina de Domingo de Portonarijs y Ursino.

7.3 - D. Filipa de Lencastre e os filhos de D. Pedro

Braga, T. (1871). *Poetas Palacianos - Século XV*. Porto: Imprensa Portugueza.

Braga, T. (1881). "O Condestável de Portugal", in *O Pantheon: Revista de Sciencias e Lettras*, nº 9, pp. 138-141. Redactores e directores José Leite de Vasconcelos e Gil Monte Alverne de Sequeira. Porto: Tipografia Nacional.

Brandão, F.F. (1643). *Conselho e Voto da Senhora Dona Felippa, filha do Infante D. Pedro, sobre as Terçarias & Guerras de Castella*. Lisboa: Officina de Lourenço de Anveres.

D. Filipa. (1643). *Conselho e Voto da Senhora Dona Felippa, filha do Infante Dom Pedro, sobre as terçarias, & guerras de Castela* - com huma breve noticia desta Princesa. Lisboa: Officina de Lourenço de Anveres.

Fonseca, L.A. (1975). *Obras Completas do Condestável D. Pedro de Portugal* (introdução e edição diplomática de Luís Adão da Fonseca). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Frade, M. (2016). "Contributo para a história da tradução em Portugal: as primeiras tradutoras conhecidas", in *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* nº 18, pp. 141-155. Aveiro: Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

Lobo, F.R. (1610). *O Condestabre de Portugal, D. Nuno Alvres Pereira*. Lisboa: Pedro Crasbeck.

Santillana, M. (1871). "Carta do Marquez de Santillana ao Condestável de Portugal", in *Poetas Palacianos do século XV*, Theophilo Braga, pp. 161-169. Porto: Imprensa Portugueza (Anexo 6).

Silva, M.S. (2009). "Philippa of Lancaster, queen of Portugal: educator and reformer", in *The Rituals and Rhetoric of Queenship. Medieval to Early Modern,* pp. 37-46 (Liz Oakley-Brown & Louise J. Wilkinson eds.). Dublin: Four Courts Press.

Silva, M.S. (2014). "D. Duarte e os irmãos - uma educação anglo-normanda?", in *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*, pp. 51-65 (coord. Catarina Fernandes Barreira e Miguel Metelo de Seixas). Lisboa: IEM/CLEGH.

Southey, R. (1876). *Southey's Common-Place Book*, second series (edited by his son-in-law, John Wood Warter, B.D.). London: Reeves and Turner.

Toledo, J.M.O. (1875). "El Duque de Coimbra y su hijo el Condestable de Portugal" in *Revista Occidental* 1.º ano, tomo ii, 3º fascículo, pp. 295-312. Lisboa: Typographia Christovão Augusto Rodrigues.

Zurara, G.E. (1992). *Crónica da Tomada de Ceuta* (introdução e notas de Reis Brasil). Mem Martins: Publicações Europa-América.

7.4 - Ordem da Jarreteira, Ala dos Namorados e os Doze de Inglaterra

Basto, A.M. (1986). *O essencial sobre Os Doze de Inglaterra*. Lisboa: INCM.

Braga, T. (1902). *Os Doze de Inglaterra* – Poema. Porto: Livraria Chardron.

Coelho, E.T. (2016). *Os Doze de Inglaterra* – banda desenhada (edição dirigida por José Ruy). Lisboa: Gradiva.

Fuertes, A.Y. (2021). "'In Chosen and Named to be one of the Honourable Company of the Garter': El Proceso de Nominación a la Orden de la Jarretera en la Inglaterra de Isabel I", in *Ordens Militares, Identidade e Mudança,* volume ii, pp. 1157-1176 (coordenação Isabel Cristina F. Fernandes). Palmela: GEsOS – Município de Palmela.

Júnior, A.C. (1951). *A Ala dos Namorados*, romance histórico em quatro volumes, terceira edição. Lisboa: João Romano Torres & Cª Editores.

List of the Knights of the Garter – Ordem da Jarreteira. Consultado a 19 de Abril de 2023, https://www.heraldica.org/topics/orders/garterlist.htm

Loureiro, J.H.F.A. (1846). *Alvaro Gonçalves o Magriço e os Doze de Inglaterra* - Drama historico original. Lisboa: Imprensa Nacional.

McQuillian, K. (2019). "Degradation of a Garter Knight", in *St. George's-Windsor*. Consultado a 12 de Setembro de 2023, https://www.stgeorges-windsor.org/degradation-of-a-garter-knight/

Statutes of the Most Noble Order of the Garter (1814). London: T.H. Coe; Little Carter Lane, Doctor's Commons.

St. George's-Windsor (2023). *The Order of the Garter*. Consultado a 12 de Setembro do ano de 2023, https://www.stgeorges-windsor.org/about-st-georges/history/the-order-of-the-garter/

Vedouro, I.R. (1732). *Desafio dos Doze de Inglaterra, que na Corte de Londres se Combateram em Desagravo das Damas Inglezas*. Lisboa: Officina Ferreiriana.

7.5 - Cultura, memória e metodologia

Alighieri, D. (1998). *A Divina Comédia* (tradução de Vasco Graça Moura). Lisboa: Círculo de Leitores.

Amos, T.L. (1988). *The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional*, Lisbon, vol. i: manuscripts 1 – 150. Collegeville, Minnesota: Hill Monastic Manuscript Library.

APEL (2023). *Dados do mercado 2022* – GfK. Consultado a 8 de Junho de 2023, https://www.apel.pt/documentacao/dados-do-mercado-gfk/

Assmann, J. (1997). *Moses the Egyptian: the memory of Egypt in western monotheism*. Cambridge, Massachusetts & London: Harvard University Press.

Assman, A. (2008). "Canon and Archive", in *Cultural Memory Studies - An International and Interdisciplinary Handbook* (eds. Astrid Erll & Ansgar Nünning), pp. 97-107. Berlin, New York: Walter de Gruyter.

Assmann, J. (2013). "Cultural memory: the link between past, present, and future", in a *Institute of Advanced Studies of the University of São Paulo conference* (related by Richard Meckien). Consultado a 19 de Novembro do ano de 2023, http://www.iea.usp.br/en/news/cultural-memory-the-link-between-past-present-and-future

Bal, M. (2002). *Travelling Concepts in Humanities. A Rough Guide*. Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press.

Banza, A.P. & Gonçalves M.F. (2018). *Roteiro de História da Língua Portuguesa*. Évora: Cátedra UNESCO da Universidade.

Barthes, R. (2018). *Mitologias*. Lisboa: Edições 70. (edição original de 1957)

Basu, P. (2013). "Memoryscapes and Multi-Sited Methods", in *Research Methods for Memory Studies* (eds. Emily Keightley & Michael Pickering), pp. 115-131. Edinburgh: University Press.

Baumbach, S., Michaelis, B., Nünning, A. (2012). "Introducing Travelling Concepts and the Metaphor of Travelling: Risks and Promises of Conceptual Transfers in Literary and Cultural Studies", in *Travelling Concepts, Metaphors, and Narratives: Literary and Cultural Studies in an Age of Interdisciplinary Research* (eds. Sibylle Baumbach, Beatrice Michaelis, Ansgar Nünning), pp. 1-21. Trier: Wissenschaftlicher Verlag Trier.

Bennett, T. (1997). "Towards a Pragmatics for Cultural Studies", in *Cultural Methodologies* (ed. Jim McGuigan), pp. 42-61. London: SAGE Publications.

Böll, H. (1966). "The Thrower-Away", in *The Collected Stories of Heinrich Böll* (translated by Leila Vennewitz), pp. 11-24. New York: McGraw-Hill.

Bodnar, J. (1993). *Remaking America: Public Memory, Commemoration, and Patriotism in the Twentieth Century*. New Jersey: Princeton University Press.

Borges, J.L. (2000). "Biblioteca de Babel" e "Funes ou a Memória" in *Ficções* (tradução de José Colaço Barreiros). Lisboa: Abril/Controljornal. (original publicado em 1944)

Bourdieu, P. (2000). *Esquisse d' une théorie de la pratique*. Paris: Éditions du Seuil. (première édition 1972).

Bourdieu, P. (1980). *Le Sens Pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit.

Bourdieu, P. (1979). “Les trois états du capital culturel”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 30. *L’institution scolaire.* Consultado a 18 de Agosto de 2023, https://www.persee.fr/issue/arss_0335-5322_1979_num_30_1?sectionId=arss_0335-5322_1979_num_30_1_2654

British Library (2022). *50 facts about the british library*. Consult. em 18 de Julho de 2023, https://blogs.bl.uk/living-knowledge/2023/07/50-facts-about-the-british-library.html

Buescu, A.I. (2007). “Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas”, in *eHumanista: Journal of Iberian Studies*, vol. 8, pp. 143-170. Santa Barbara: University of California, Department of Spanish and Portuguese.

Byford, J. (2013). “Testimony”, in *Research Methods for Memory Studies* (eds. Emily Keightley & Michael Pickering), pp. 200-214. Edinburgh: University Press.

Cadete, T. (2002). “Oscilação, Supensão, Variação: Movimentos e Modos de Habitar a Cultura” in *Revista da Faculdade de Letras*, nº 26, pp. 105-107. Lisboa: FLUL.

Carvalho, J. *Sobre a erudição de Gomes Eanes de Zurara (notas em torno de alguns plágios deste cronista).* Consultado a 11 de Fevereiro de 2022, www.joaquimdecarvalho.org/artigos/artigo/95-Sobre-a-erudicao-de-Gomes-Eanes-de-Zurara-notas-em-torno-de-alguns-plagios-deste-cronista-

Confino, A. (1997). “Collective Memory and Cultural History: Problems of Method”, in *The American Historical Review,* vol. 102, no. 5 (Dec., 1997), pp. 1386-1403. Oxford Academic: Oxford University Press.

Denis, M.F. (1846). *Portugal*. Paris: Firmin Didot Frères Editeurs.

Di Leonardo, M. (2006). “Mixed and Rigorous Cultural Studies Methodology – an Oxymoron?”, in *Questions of Method in Cultural Studies* (ed. Mimi White and James Schwoch), pp. 205-220. Oxford: Blackwell Publishing.

Dilthey, W. (1992). *Gesammelte Schriften*. Vol. 7: *Der Aufbau der geschichtlichen Welt in der Geisteswissenschaften*, (ed. Bernhard Groethuysen), 8th ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.

Eagleton, T. (1991). *Ideology: An Introduction*. London: Verso.

Eagleton, T. (2000). *The Idea of Culture*. Oxford: Blackwell Manifestos.

Erll, A. (2008). “Cultural Memory Studies: An Introduction”, in *Cultural Memory Studies: An International and Interdisciplinary Handbook* (eds. Astrid Erll & Ansgar Nünning), pp. 1-15. Berlin, New York: Walter de Gruyter.

Erll, A. (2010). “Cultural Memory Studies: An Introduction”, in *A Companion to Cultural Memory Studies,* (pp 1-18). Berlin: Walter de Gruyter.

Erll, A. (2011). “Afterword: Whither Memory Studies?”, in *Memory in Culture* (eds. Astrid Erll & Ansgar Nünning), pp. 172-175, (translated from German by Sara B. Young). New York: Palgrave Macmillan.

Erll, A. (2011). *Memory in Culture* (translated from German by Sara B. Young). New York: Palgrave Macmillan.

Freud, S. (1981). *Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, vol. iii (1893-1899) – 8th edition (translated from the German under the General editorship of James Strachey in collaboration with Anna Freud). London: The Hogart Press and The Institute of Psycho-Analysis. (primeira edição de 1962)

Gadamer, H.-G. (2006) *Truth and Method* (*Wahrheit und Methode*), 3rd ed. reprinted (translation revised by Joel Weinsheimer and Donald G. Marshall). London and New York: Continuum. (first german edition 1960. First english edition 1975).

Gil, I.C. (2008), "O que significa Estudos de Cultura?" in *Revista Comunicação & Cultura*, nº 6, pp. 137-166. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

Gray, A. (2013). "Televised Remembering", in eds. Keightley, E. & M. Pickering, *Research Methods for Memory Studies* (pp. 79-96). Edinburgh: University Press.

Halbwachs, M. (1968). *La Mémoire Collective*, deuxième édition revue et augmentée (préface de Jean Duvignaud, introduction de J. Michel Alexandre). Paris: Presses Universitaires de France. (primeira edição de 1950)

Hall, S. (2003). "The Work of Representation" in *Representation: cultural representations and signifying practices,* pp. 13-64. London: SAGE. (first edition 1997)

Janesick, V.J. (1998). "The dance of qualitative research design: Metaphor, methodolatry, and meaning", in *Strategies of Qualitative Inquiry* (eds. Denzin, N.K. & Y.S. Lincoln), pp. 35-55. Thousand Oaks: SAGE Publications.

Jorga, N. (1899). *Notes et extraits pour servir à l'histoire des croisades au XVe siècle*, tome premier. Paris: Ernest Leroux, Éditeur.

Keightley, E. & Pickering, M. (2013). "Introduction: Methodological Premises and Purposes", in *Research Methods for Memory Studies* (eds. Emily Keightley & Michael Pickering), pp. 1-9. Edinburgh: University Press.

Keightley, E. & Pickering, M. (2013). "Painful Pasts", in *Research Methods for Memory Studies* (eds. Emily Keightley & Michael Pickering), pp. 151-166. Edinburgh: University Press.

Library of Congress (2021). *Collections*. Consultado a 30 de Agosto de 2023, https://www.loc.gov/about/general-information/#year-at-a-glance

Lowenthal, D. (1997). "Landscape Transformations", in *Understanding Ordinary Landscapes* (eds. Paul Groth & Todd W. Bressi), pp. 180-188. New Haven: Yale University Press.

Luhmann, N. (2006). *A improbabilidade da comunicação*, 4º edição (selecção e apresentação de João Pissarra). Lisboa: Veja.

Manilius, M. (1992). *Astronomica* (Edited and translated by G.P. Goold, reprinted with revision of text and translation from the first editions in 1977). Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press. (original c. 30-40 d.C.)

Moilanen, I. (2016). "The Concept of the Three Orders of Society and Social Mobility in Eleventh-Century England", in *English Historical Review*, vol. 131, no. 553, pp. 1331-1352. Oxford: University Press.

Montaigne, M. (2002). *Les Essais* (mis en français moderne et présentés para Claude Pinganaud). Paris: Arléa. (original de 1580)

Neumann, B. (2008). "The Literary Representation of Memory", in *Cultural Memory Studies: An International and Interdisciplinary Handbook* (eds. Astrid Erll & Ansgar Nünning), pp. 333-343. Berlin: Walter de Gruyter.

Neumann, B. & Nünning, A. (2012). "Travelling Concepts as a Model for the Study of Culture", in *Travelling Concepts for the Study of Culture* (eds. Birgit Neumann & Ansgar Nünning), pp. 1-22. Berlin: Walter de Gruyter.

Nora, P. (1978). "Mémoire Collective", in *La Nouvelle Histoire* (sous la direction de Jacques Le Goff, Roger Chartier, et Jacques Revel), pp. 398-401. Paris: Retz.

Nora, P. (1984). "Entre Mémoire et Histoire - La problématique des lieux", in *Les Lieux de Mémoire*, vol. 1 – "La República". Paris: Gallimard.

Nora, P. (1992). *Les Lieux de Mémoire*, vol. 3-1 – "Les France". Paris: Gallimard.

Nowell, C.E. (1953). "The Historical Prester John", in *Speculum. A Journal of Medieval Studies*, vol. 28, no. 3, pp. 435-445. Chicago: University of Chicago Press.

Nünning, A. & Nünning, V. (2003). "Editorial" & "'A 'Usable Past'. Fictions of Memory and British National Identity", in *Fictions of Memory – Journal for the Study of British Cultures* (the journal of the German Association for the Study of British Cultures) pp. 27-48. Heidelberg: Universitätsverlag.

Olick, J. K. (1999) "Collective Memory. The Two Cultures", in *Sociological Theory review*, vol. 17, no. 3, pp. 333–348. Washington: American Sociological Association.

Omissi, A. (2016). "*Damnatio Memoriae* or *Creatio Memoriae*? Memory Sanctions as Creative Processes in The Fourth Century AD", in *The Cambridge Classical Journal,* pp. 170–199. Cambridge: University Press.

Orwell, G. (2001). *Nineteen Eighty-Four*. Consultado a 28 de Setembro de 2023, https://archive.org/details/NineteenEightyFour-Novel-GeorgeOrwell/mode/2up (data da primeira edição: 1949).

Our World in Data. *Manuscript production per century, 6th to 15th century*. Consultado a 20 de Janeiro de 2023, https://ourworldindata.org/grapher/manuscript-production-century?country=ITA~Iberia~NLD~FRA~British+Isles

Pinto, O.M.P.R.M. (2014). *Educação e Ideologia Portugal, pátria de heróis: a figura histórica em contexto educativo (1926-1974)*, tese de doutoramento em História, especialidade de História Contemporânea. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, volume i. Consultado a 23 de Outubro de 2023, https://run.unl.pt/bitstream/10362/11910/1/Tese%20Doutoramento%20-mar%C3%A7o%20de%202014.pdf

Platão. (2021). *Fédon* (tradução, introdução e notas de Maria Teresa Schiappa de Azevedo). Lisboa: Relógio D'Água Editores.

Poe, M.T. (2011) *A History of Communications: media and society from the evolution of speech to the Internet*. New York: Cambridge University Press.

Pordata. *Biblioteca Nacional: livros e leitores*. Consultado a 8 de Julho de 2023, https://www.pordata.pt/Portugal/Biblioteca+Nacional+livros+e+leitores-806

Posner, R. and Schmauks, D. (2004) "Kultursemiotik", in *Metzler Lexikon Literatur und Kulturtheorie: Ansätze – Personen – Grundbegriffe* (ed. Ansgar Nünning), pp. 364-365. Stuttgart: J.B. Metzler.

Ricoeur, P. 2000. *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*. Paris: Éditions du Seuil.

Roberts, K.A. (1978). "Toward a Generic Concept of Counter-Culture", in *Sociological Focus*, vol. 11, no. 2 (April), pp. 111-126. Oxfordshire: Taylor & Francis.

Rosenblatt, L.M. (1995). *Literature as Exploration*, 5th edition. New York: Modern Language Association of America.

Rosenfeld, G. D. (2009). "A Looming Crash or a Soft Landing? Forecasting the Future of the Memory 'Industry'", in *The Journal of Modern History*, vol. 81, no 1, pp. 122-158. Chicago: University of Chicago Press.

Roszak, T. (1969). *The Making of a Counter Culture: Reflections on the Technocratic Society and Its Youthful Opposition*. New York: Doubleday & Co.

Rousso, H. (1991). *The Vichy Syndrome: History and Memory in France since 1944* (translated by Arthur Goldhammer). Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

Rousso, H. (1987). *Le Syndrome de Vichy – de 1944 à nos jours*. Paris: Éditions du Seuil.

Ryan, T.J. & Frankland, P.W. (2022). "Forgetting as a form of adaptive engram cell plasticity", in *Nature Reviews Neuroscience*, vol. 23, pp. 173–186. Consultado a 20 de Janeiro de 2022, https://www.nature.com/articles/s41583-021-00548-3

Shakespeare, W. (c. 1596-1598). *The Merchant of Venice*. Consultado a 1 de Setembro de 2023, https://www.folger.edu/explore/shakespeares-works/the-merchant-of-venice/read/

Schulze, H. (2004). *States, Nations and Nationalism. From the Middle Ages to the Present* (translated from German by William E. Yuill). Oxford: Blackwell Publishers.

Schiff, M. (1905). *La Bibliothèque du Marquis de Santillane*. Paris: Librairie Émile Bouillon.

Straub, J. (2008). "Psychology, Narrative, and Cultural Memory: Past and Present", in *Cultural Memory Studies: An International and Interdisciplinary Handbook* (eds. Astrid Erll & Ansgar Nünning), pp. 215-228. Berlin, New York: Walter de Gruyter.

Tamm, M. (2013). "Beyond History and Memory: New Perspectives in Memory Studies", in *History Compass* review, vol. 11, issue 6, pp. 458-473. Wiley Online Library: https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/hic3.12050, consultado a 31 de Agosto de 2023.

Tamm, M. (2019). "Introduction: Juri Lotman's Semiotic Theory of History and Cultural Memory", in *Juri Lotman - Culture, Memory and History: Essays in Cultural Semiotics,* (ed. Marek Tamm) – (translation to English by Brian James Baer), pp. 1-26. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan.

Thomson, A. (2010). "Memory and Remembering in Oral History", in *The Oxford Handbook of Oral History* (ed. Donald A. Ritchie), pp.78-95. Oxford: University Press.

Tileagă, C. (2013). "Apologia", in eds. Emily Keightley & Michael Pickering, *Research Methods for Memory Studies,* pp. 185-199. Edinburgh: University Press.

Weinrich, H. (2004). *Lethe: the art and critique of forgetting*, from the german edition *Lethe: Kunst und Kritik des Vergessens*. (1997). Munchen: C. H. Beck, (translated by Steven Rendall). Ithaca and London: Cornell University Press.

Weinrich, H. (1976). *Sprache in Texten.* Stuttgart: Klett.

White & Schwoch. (2006). "Introduction: The Questions of Method in Cultural Studies", in *Questions of Method in Cultural Studies* (eds. Mimi White and James Schwoch), pp. 1-15. Oxford: Blackwell Publishing.

Williams, R. (1965). *The Long Revolution*. Harmondsworth: Penguin Books (1st. ed. 1961).

Willis, I. (2018). *Reception*. New York: Routledge.

Willis, I. (2023). "Reception All The Way Down", in *Ertegun Graduate Scholarship Programme in the Humanities - A World-Class Study and Work Environment* conferences abstract, 20 June. Oxford University.

Viterbo, J.S.R. (1965). *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, dois volumes, edição crítica. Porto: Livraria Civilização. (primeira edição 1798-99).

Yinger, J.M. (1960). "Contraculture and subculture", in *American Sociological Review* vol. 25, no. 5, pp. 625–635. New York: SAGE Publications.

Zerubavel, Y. (1997). *Recovered Roots: Collective Memory and the Making of Israeli National Tradition*. Chicago: University of Chicago Press.

7.6 - Retórica e Propaganda

Aristóteles. (2018). *Retórica*, 5ª edição, (tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto, Abel do Nascimento). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Bernays, E. (1928). *Propaganda*. New York: Horace Liveright.

Brooks, R.L. (1999). "The Age of Apology", in *When sorry isn't enough: the controversy over apologies and reparations for human injustice* (ed. Roy L. Brooks), pp. 1-12. London, New York: New York University Press.

Ellul, J. (1991). *Propagandes*. Paris: Economica. (edição original 1962)

Jowett, G.S. & O'Donnell, V. (2012). *Propaganda and Persuasion*, fifth edition. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington DC: SAGE Publications.

Lasswell, H.D. (1938). *Propaganda Technique in the World War*. New York: Peter Smith.

Nascimento, A.A. (2006). "Cícero em Portugal: momentos de humanismo cívico", in *Ciceroniana – Atti del Colloquium Tullinianum* (Salamanca, 7-9 ottobre 2004), pp. 99-128. Roma: Centro di Studi Ciceroniani.

Propaganda Analisys (1938). Volume i of Publications (October 1937 to October 1938). New York: IPA – Institute for Propaganda Analisys.

Quintero, A.P. (1993). *História da Propaganda* (tradução Estúdios Planeta). Lisboa: Planeta Editora.

Retórica a Herénio. (2005). Tradução e introdução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Editora Hedra. (original composto em 86 a 82 a.C., foi atribuído a Cícero até ao século XV)

Sousa, A. (2001). *A Persuasão*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Waterfield, R. (2018). *Aristotle, The Art of Rhetoric* (a new translation by Robin Waterfield). Oxford: University Press.

7.7 - Economia, política e demografia

Azevedo, J.L. (1947). *Épocas de Portugal Económico* (2ª edição). Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & Cª (Filhos). (primeira edição de 1928)

Azevedo, J.L. (1990). *Elementos para a História Económica de Portugal (séculos XII a XVII).* Lisboa: Edições Inapa.

Baganha, M.J. e Marques, J.C. (2001). "População Portuguesa em Diversos Períodos", Quadro 2A in *Estatísticas Históricas Portuguesas,* vol. 1, p.33 (Nuno Valério, coord.) Lisboa: INE. Consultado a 6 de Dezembro de 2021, www.ine.pt

Barros, J.J.S. (1789). "Memória sobre as cauzas da differente populaçaõ de Portugal em diversos tempos da Monarquia", in *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas* (tomo i), pp. 123-151. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias.

Britannica Money, "bill of exchange", in *britannica.com*. Consultado a 17 de Março de 2023, https://www.britannica.com/money/bill-of-exchange

BullionVault's Gold Price Chart. BullionVault's gold price chart shows you the current price of gold in the professional gold bullion market. Consultado a 21 de Agosto de 2023, https://www.bullionvault.com/gold-price-chart.do

Castro, A. (1981). *História Económica de Portugal* (volume ii) – séculos XII a XV. Lisboa: Editorial Caminho.

DeWitte, S. (2022). "Old age isn't a modern phenomenon – many people lived long enough to grow old in the olden days, too", in University of South Carolina. Consultado a 23 de março de 2023, https://www.sc.edu/uofsc/posts/2022/08/conversation-old-age-is-not-a-modern-phenomenon.php#.ZBx4fHbP3ik

Duarte, L.M. (1993). *Justiça e Criminalidade no Portugal Medievo (1459-1481)*, vol. i e ii. Dissertação de doutoramento em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Duarte, L.M. (2004). "A Justiça Medieval Portuguesa (Inventário de dúvidas)" in *Cuadernos de Historia del Derecho*, vol. 11, pp. 87-97. Madrid: Universidad Complutense.

Ferrão, C., Bezzeghoud, M., Caldeira, B., Borges, J.F. (2015). *Estudo da Sismicidade em Portugal no Período 1300-2014: mapa de intensidade máxima observada (IMO).* Consultado no dia 1 de Dezembro do ano de 2021, https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/19680/1/Celia-et-al-CTE-2015.pdf

Filgueiras, O.L. (1970). "Sobre as origens do Barco Poveiro", in *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, vol. ix, no. 2, pp. 5-78. Póvoa do Varzim: Câmara Municipal.

Freitas, J.A.G. (2009). "Chancelarias Régias Quatrocentistas Portuguesas: produção manuscrita e aproximação político-diplomática", in *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais* nº 6, pp. 136-150. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Godinho, V.M. (1963-1965). *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, dois volumes. Lisboa: Arcádia.

Godinho, V.M. (1975). "Finanças Públicas e Estrutura do Estado", in *Dicionário de História de Portugal* vol. iii, pp. 20-40 (dir. Joel Serrão). Lisboa: Iniciativas Editoriais.

Godinho, V.M. (1983). "Entre Mito e Utopia: Os Descobrimentos, Construção do Espaço e Invenção da Humanidade nos séculos XV e XVI", in *Revista de História Económica e Social*, nº 12, pp. 1-43. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Godinho, V.M. (2008) *A Expansão Quatrocentista Portuguesa* (2ª edição). Lisboa: Publicações Dom Quixote. (primeira edição de 1962)

Gonçalves, I. (1988). "Acerca da Alimentação Medieval" in *Imagens do Mundo Medieval*, pp. 201-217. Lisboa: Livros Horizonte.

Machado, J.T.M. (1965). "No Centenário do I Recenseamento Populacional Português", *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, nº16, pp. 81-108. Lisboa: INE.

Oliva, M., Fernández, J.R., Benito, G. (2018). "The Little Ice Age in Iberian Mountains", *Earth-Science Reviews*, vol. 177, pp. 175-208. Consultado a 9 de Outubro de 2023, https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0012825217302283?via%3Dihub

Oliveira. A. (1971) *A Vida Económica e Social de Coimbra de I537 a I640*, vol. i. Coimbra: Universidade.

Oliveira, A. (1995). "Migrações Internas e de Média Distância em Portugal de 1500 a 1900", in *ARQUIPÉLAGO-História, Revista da Universidade dos Açores*, 2ª série, vol. 1, no. 1, pp. 259-307. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

Ordenações Del-Rei Dom Duarte (1988). Edição preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes a partir do códice 9164 da Biblioteca Nacional. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ordenações Afonsinas (1998-1999), cinco volumes. Edição apresentada por Mário Júlio de Almeida Costa e Eduardo Borges Nunes (fac-simile da edição feita pela Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1792). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Peres, D. (1971). *História do Banco de Portugal 1821-1846*, vol. i. Lisboa: Banco de Portugal.

Pirenne, H. (1969). *Histoire Économique et Sociale du Moyen Age* (Nouvelle édition revue et mise a jour par Hans van Werveke, professeur émérite a l'Université de Gand), 2e tirage. Paris: Presses Universitaires de France. (premier tirage 1963)

Rau, V. (1982). *Feiras Medievais Portuguesas – subsídios para o seu estudo*, 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença. (primeira edição de 1943)

Rau, V. (2009). *A Casa dos Contos* (reedição das publicações de 1951 e 1959). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Remédios, J.M. (1895). *Os Judeus em Portugal*. Coimbra: F. França Amado - Editor.

Rodrigues, T.F. (2008). "A crise dos séculos XIV e XV (1325-1480)" in, *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, (coord. Teresa Ferreira Rodrigues). Porto: CEPESE e Edições Afrontamento.

Roover, R. (1946). "Le contrat de change depuis la fin du treizième siècle jusqu'au début du dix-septième", in *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, tome 25, fasc. 1-2., pp. 111-128. Consultado a 17 de Março de 2023, https://www.persee.fr/doc/rbph_0035-0818_1946_num_25_1_1736

Roque, M.C. (1979). *As Pestes Medievais Europeias e o "Regimento Proueytoso Contra ha Pestenença" – Lisboa, Valentim Fernandes (1495-1496) – Tentativa de interpretação à luz dos conhecimentos pestológicos actuais*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.

S. João. (2017). "Apocalipse", in *Bíblia Sagrada* – Edição Pastoral, pp. 2403-2446. São Paulo: Editora Paulus.

Saraiva, J.H. (1988). Texto preambular, in *Tractatus de Assecurationibus et Sponsionibus* de Petro Santerna Lusitano (Pedro de Santarém), edição em latim (fac-simile) e português (texto adaptado da edição do Grémio dos Seguradores, 1961, tradução Moses Bensabat Amzalak), pp. 7-23. Lisboa: Companhia de Seguros Mundial Confiança.

Tavares, M.J.P.F. (1984). "Revoltas contra os Judeus no Portugal Medieval", in *Revoltas e Revoluções, Revista de História das Ideias*, no. 6. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras.

Valério, N. (1991). "Periodização da História Monetária de Portugal", in *Estudos de Economia*, vol. XII, no. 01, Out.-Dez., pp. 3-18. Consultado a 10 de Janeiro de 2023, https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/9512/1/ee-nv-1991.pdf

Valério, N. (2017). *Desvalorizações Monetárias na História de Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. Consultado a 23 de Janeiro de 2023, https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/27256/1/NVAL%c3%89RIO.2017%20%282%29.pdf

Valério, N., Tomás, A. (2020). "Means of payment and degree of monetization: a suggestion and an application to the case of Portugal", in *The Journal of European Economic History*, volume XLIX, issue 2, pp, 9-25. Consultado a 17 de Janeiro de 2023, https://www.econstor.eu/handle/10419/231554

Vicente, G. (2014). *Auto da Feira*. Porto: Porto Editora. (original de 1527)

7.8 - Viagens, arte e literatura

Andresen, S.M.B. (2003). *Livro Sexto*. Lisboa: Assírio & Alvim. (1ª edição de 1962)

Alegre, M. (2000). *Obra Poética* (2ª edição), prefácio de Eduardo Lourenço. Lisboa: Edições D. Quixote. (1ª edição de 1999)

Alegre, M. (2008). *Sete Partidas*. Lisboa: Edições Nelson de Matos.

Albuquerque, M. (1997). *Livro de Horas de Roeun*. Lisboa: Edições Inapa.

Álvaro Pirez d'Évora, um pintor português em Itália nas vésperas do Renascimento (2019). Catálogo da exposição no Museu Nacional de Arte Antiga (29 de Novembro 2019 – 15 de Março 2020). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Ammirato, S. (1826). *Istorie Fiorentine*, tomo 7, libro 19. Firenze: L. Marchini e G. Becherini.

Apollinaire, G. (1911). *Le Bestiaire ou Cortège d'Orphée* (les poèmes du Bestiaire sont illustrés des bois de Raoul Dufy). Consultado a 10 de Maio de 2023, http://www.artyuiop.fr/artyuiop/Apollinaire_le_Bestiaire_files/artyuiop7A-Guillaume_Apollinaire-Le_Bestiaire.pdf

Aristóteles (2018). *Poética*, 6ª edição, (prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira; tradução e notas de Ana Maria Valente). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Armitage-Smith, S. (1964). *John of Gaunt*. New York: Barnes & Noble.

Barroca, M. J. (1995). "Contributo para o estudo das epígrafes medievais portuguesas do Museu Nacional Machado de Castro (séc. XI - XV)", in *Portvgalia: Revista do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. xvi, pp. 111–201. Porto: Faculdade de Letras.

Barros, J.D.A. (2007). "A gaia ciência dos trovadores medievais", in *Revista de Ciências Humanas*, vol. 41, nos. 1 e 2, Abril e Outubro, pp. 83-110. Florianópolis: Editora USFC.

Beowulf (2022). Tradução, introdução e notas Luísa Azuaga e Angélica Varandas. Porto: Assírio & Alvim.

Bird, K. & Sherwin, M.J. (2006). *American Prometheus – the triumph and tragedy of Robert* Oppenheimer (Pulitzer Prize winner). New York: Vintage Books.

Braga, T. (1871). *Poetas Palacianos* (século XV). Porto: Imprensa Portugueza,

Caetano, J.O.C. (2019). "Mestre Desconhecido. Retrato de D. João I", in *Álvaro Pirez d'Évora, um pintor português em Itália nas vésperas do Renascimento,* catálogo da exposição no Museu Nacional de Arte Antiga (29 de Nov. 2109 – 15 Mar. 2020), p. 114. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Camões, L. (1960). *Os Lusíadas* (canto i p. 6; canto iv p. 117; canto vi pp. 173-180; canto viii p. 226). Barcelos: Companhia Editora do Minho. (primeira edição de 1572)

Carvalho, J.A.S. (2010). "A Exposição. Cem Anos de Primitivos Portugueses", in *Primitivos Portugueses 1450-1550. O Século de Nuno Gonçalves*, catálogo da exposição homónima presente no Museu Nacional de Arte Antiga (11 de Novembro de 2010 – 27 de Fevereiro de 2011). Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

Cervantes, M. (1615). "Donde se dá cuenta de la grande aventura de la Cueva de Montesinos, que está en el coraçon de la Mancha, a quem dio felececima el valeroso don Quixote de la Mancha" in *Segunda parte del Ingenioso Cavallero don Quixote de la Mancha* (capítulo xxii). Madrid: Juan de Cuesta.

Claudel, P. (2007). *Le Rapport de Brodeck* (Prix Goncourt des Lycéens). Paris: Éditions Stock.

D'Azevedo, L. (1990). "À Morte do Ifante Dom Pedro, que morreo n'Alfarroubeira, e vam em Nome do Ifante", in *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende* (fixação de texto

e estudo por Aida Fernandes Dias) vol. 1 de 6, pp. 467-471. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. (original de 1516)

Defrémery, C. et Sanguinetti, B. R., eds. (1853). *Voyages d'Ibn Baṭouṭah,* texto árabe e tradução, quatro volumes, 1853-1859. Paris: Imprimerie Impériale.

Denis, M.F. (1843). *Le Monde Enchanté: Cosmographie et Histoire Naturelle Fantastiques du Moyen Âge*. Paris: A. Fournier, Libraire-Éditeur.

Faria, F.L. (1964). "A Visita do Infante D. Pedro a Pádua e algumas edições do folheto que descreve as suas imaginárias viagens", separata, in revista *Studia*, nos. 13-14, Jan.-Jul., pp. 377-485. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Ferreira, A. (2008). *Poemas Lusitanos*, edição crítica, introdução e comentários de T.F. Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (primeira edição de 1598)

Ferreira, M.P. (2008). *Antologia de Música em Portugal na Idade Média e no Renascimento*, dois volumes. Lisboa: CESEM.

Fuente, V. (2017). *Las Bienandanzas é Fortunas, que escribió Lope Garcia de Salazar*. Consultado a 5 de Setembro de 2023, https://www.biblioteca-antologica.org/es/wp-content/uploads/2017/07/GARC%C3%8DA-SALAZAR-Bienandanzas-e-Fortunas.pdf (Vicente de la Fuente em 1884, a partir do original de Lope García de Salazar de 1492).

Garção, C. (1982). "Fala do Infante D. Pedro", in *Obras Completas*, vol. i de ii, segunda edição (texto fixado, prefácio e notas por António José Saraiva), pp. 281-286. Lisboa: Livraria Sá da Costa. (editadas pela primeira vez no século XVIII)

Gonçalves, A.N. (1993). "Identificação da Lápide da Sapiência", in Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro, revista *Biblos*, vol. lxix, pp. 363-365. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Gonçalves, J. (1955). *O Infante D. Pedro, as 'Sete Partidas' e a Génese dos Descobrimentos*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

Góngora, L. (1643). *Delicias del Parnaso* (en que se cifran todos los Romances Liricos, Amorosos, Burlescos, Glosas, y Decimas Satiricas del regozijo de las Musas del prodigioso Don Luis de Gongora, recorrido de sus originales e corregido de los errores por Pedro Verges). Zaragoça: a costa de Pedro Esquer, mercader de libros.

Junior, A.C. (1951). *A Ala dos Namorados*, quatro volumes (3ª edição). Lisboa: Editores João Romano Torres & Cª. (primeira edição de 1920)

Khanmohamadi, S.A. (2020). "Bridge Essay: 'Home' and 'Abroad' in Medieval Travel and Trade Narratives", in A *Companion to World Literature*, (ed. Ken Seigneurie), pp. 1-7. New Jersey: John Wiley & Sons, Ltd.

Lasmarías, E.S. (2008). "Edición del Libro del infante don Pedro de Portugal, de Gómez de Santisteban", in *Memorabilia: Boletín de Literatura Sapiencial*, de la Universitat de

València, no. 11, pp. 1-30. Consultado no dia 5 de Setembro de 2023. https://parnaseo.uv.es/Memorabilia/Memorabilia11/PDFs/Portugal.pdf

Legassie, S.A. (2017). *The Medieval Invention of Travel*. Chicago, London: University of Chicago Press.

Lopes, P. (2006). "Os livros de viagens medievais", in revista *Medievalista*, no. 2. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais. Consultado no dia 23 de Março 2023, https://journals.openedition.org/medievalista/916

Mandeville, J. (1900). *The Travels of Sir John Mandeville* (from the version of the Cotton Manuscript, British Museum, 1725, in modern spelling). London, New York: The Macmillan Company.

Maurício, D. (1959). "O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria", in *Brotéria: Revista Contemporânea de Cultura*, vol. lxviii, pp. 17-37. Lisboa: Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes.

Miranda, F.S. (2003). "Carta a El-Rei D. João [III]", in *Obras Completas,* 5ª edição, vol. ii (texto fixado, notas e prefácio Rodrigues Lapa) pp. 42 – 43. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Paviot, J. (1995). *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*. Lisbonne, Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.

Pessoa, F. (1995). *Poesias*, 15ª edição (nota explicativa de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor). Lisboa: Edições Ática. (primeira edição de 1942)

Pessoa, F. (2000). *Mensagem,* 2ª edição (ed. Fernando Cabral Martins). Lisboa: Assírio & Alvim. (primeira edição de 1934)

Pimentel, A. (1894). *Um Contemporâneo do Infante D. Henrique – Carta a Mr. Mathieu Lugan*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron (M. Lugan foi o sucessor).

Pimentel, A.F. (2010). "D. Afonso V e a Invenção da Glória. As Tapeçarias de Pastrana no Museu Nacional de Arte Antiga", in *A Invenção da Glória – D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*, catálogo da exposição (12 de Junho – 12 de Setembro de 2010). Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

Primitivos Portugueses 1450-1550. O Século de Nuno Gonçalves, catálogo da exposição homónima no Museu Nacional de Arte Antiga (11 de Novembro de 2010 – 27 de Fevereiro de 2011). Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.

Rákóczi, I. (1993). "A Estada do Infante D. Pedro em Terras Húngaras e na Corte do Imperador Segismundo", in Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro, revista *Biblos,* vol. lxix, pp. 79-93. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Ramos, M.J. (1998). *A Carta do Preste João das Índias. Versões Medievais Latinas*, tradução de Leonor Buescu. Lisboa: Assírio & Alvim.

Resende, G. (1990-2003). *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, seis volumes (fixação do texto e estudo por Aida Fernanda Dias). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. (original de 1516)

Rodrigues, A.M.S.A. (2018). "O Infante Dom Pedro e as suas Viagens Reais e Imaginárias", in *Viagens e espaços imaginários na Idade Média*, 'e-book' do colóquio realizado em 2017 no Rio de Janeiro pp. 9-27. Consultado a 5 de Setembro de 2023, https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/38069/1/AMSAR_D.%20Pedro.pdf

Rogers, F.M. (1961). *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*. Cambridge, Massachussetts: Harvard University Press.

Rogers, F.M. (1962). "Introdução", in *Libro del Infante Don Pedro de Portugal. Publicado segundo as mais antigas edições,* pp. i-xiv. Lisboa: Sob o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Ruiz, C.M. (1995). "El Libro del infante Don Pedro de Portugal", in *Medioevo y Literatura: Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, vol. iii, pp. 311-319. Granada: Universidad de Granada. (congresso realizado em 1993)

Sá de Miranda, F. (2002/2003). *Obras Completas*, dois volumes, 5ª edição, (texto fixado, notas e prefácio de Rodrigues Lapa). Lisboa: Livraria Sá da Costa. (1ª edição de 1595)

Said, E.W. (1983). "Travelling Theory", in *The world, the text, and the critic*, pp. 226-247. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

Santo Estevam, G. (1903). *Viajes del Infante D. Pedro de Portugal* (com indicación de los de una religiosa española por las regiones orientales mil años antes, por Cesáreo Fernández Duro). Madrid: Imprenta del Cuerpo de Artilleria.

Santos, R. (1957). *Os Primitivos Portugueses (1450-1550)*, 2ª edição, corrigida e aumentada. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes. (primeira edição de 1940)

Sharrer, H.L. (1976-1977). "Evidence of a fifteenth-century Libro del Infante Don Pedro de Portugal and its relationship to the Alexander cycle", in *Journal of Hispanic Philology*, volume 1, pp. 85-98. Tallahassee: Florida State University.

Silva, J.C.V. (1995). *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

Statutes of the Most Noble Order of the Garter (1814). London: T.H. Coe; Little Carter Lane, Doctor's Commons.

Vasconcelos, A. (1990). *Selo Medieval da Universidade Portuguesa* (reedição e introdução de Manuel Augusto Rodrigues). Coimbra: Arquivo da Universidade – Livraria Minerva. (primeira edição de 1938)

Von Regensburg, A. (1903). *Sämtliche Werke*, herausgegeben von Georg Leidinger. Munchen: M. Rieger'sche Universitäts-Buchandlung.

Von Wolkenstein, O. (2008). *The Poems of Oswald von Wolkenstein* (translated from German and edited by Albrecht Classen). New York: Palgrave Macmillan.

Yeats, W.B. (1920). "The Second Coming", in *Michael Robartes and the Dancer*, pp. 19-20. Dublin, Churchtown Dundrum: The Cuala Press.

Zi, L. (2021). "Sessenta e quatro", in *Tao Te Ching – Livro da Vida e da Virtude* (tradução, prefácio e notas de António Graça Abreu), 5ª edição, pp. 154-155. Lisboa: Nova Vega. (original c. sec. VI a.C.)